



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Alexandra Isabel da Quintã Cunha

**A sugestionabilidade interrogativa  
em crianças: O papel da idade e das  
competências cognitivas**

A sugestionabilidade interrogativa  
em crianças: O papel da idade e das  
competências cognitivas

Alexandra Isabel da Quintã Cunha

UMinho|2010

Junho de 2010



**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Alexandra Isabel da Quintã Cunha

**A sugestionabilidade interrogativa  
em crianças: O papel da idade e das  
competências cognitivas**

Tese de Doutoramento em Psicologia  
Área de Conhecimento em Psicologia Experimental  
e Ciências Cognitivas

Trabalho efectuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Pedro Barbas de Albuquerque**  
e da  
**Professora Doutora Teresa M. Freire**

Junho de 2010

# DECLARAÇÃO

**Nome:** Alexandra Isabel da Quintã Cunha

**Endereço electrónico:** id1362@alunos.uminho.pt

**Número do Bilhete de Identidade:** 11220555

**Título da Tese:** A sugestionabilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas.

**Orientadores:**

Professor Doutor Pedro Barbas de Albuquerque

Professora Doutora Teresa M. Freire

**Ano de conclusão:** 2010

**Doutoramento:** Psicologia

**Área do conhecimento:** Psicologia Experimental e Ciências Cognitivas

Declaro que concedo à Universidade do Minho e aos seus agentes uma licença não-exclusiva para arquivar e tornar acessível, nomeadamente através do seu repositório institucional, a minha dissertação, no todo ou em parte, em suporte digital.

Retenho todos os direitos de autor relativos à tese ou dissertação, e o direito de a usar em trabalhos futuros (como artigos ou livros).

**DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO.**

Universidade do Minho, 06/2010

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

---

*“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.*

*Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”*

*Antoine de Saint-Exupéry*

Um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Pedro Albuquerque, sem o qual todo este meu percurso não teria existido. Obrigada pela qualidade da orientação e pelo rigor científico dos ensinamentos. Obrigada pela presença atenta e pela postura calma e dedicada, que foram uma constante.

Obrigada...

Ao Ângelo, por ser o meu pilar e o meu suporte, e por nunca me ter deixado desesperar.

Aos meus pais, pelas raízes fortes que me permitiram crescer em todos os sentidos, pelo amor incondicional e pelo apoio e carinho que nunca me deixaram faltar.

À minha irmã, a outra metade de mim.

Aos meus amigos, por preencherem na plenitude os espaços que só a amizade genuína consegue preencher.

À Célia, pelo incentivo intelectual, mas acima de tudo, pela sua amizade muito especial.

Ao Grupo de Investigação em Memória Humana, pelas valiosas sugestões e pelos inúmeros contributos.

A todos os que colaboraram e participaram neste estudo, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo financiamento deste projecto através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/22652/2005.



## **A SUGESTIONABILIDADE INTERROGATIVA EM CRIANÇAS: O PAPEL DA IDADE E DAS COMPETÊNCIAS COGNITIVAS**

---

### **RESUMO:**

Fruto do reconhecimento da necessidade crescente de uma abordagem mais rigorosa e de uma avaliação mais fundamentada dos testemunhos em contextos forenses, o final do séc. XX foi pautado por uma mudança significativa no campo de estudo das memórias falsas, assistindo-se ao aparecimento de um número considerável de investigações no domínio da sugestionabilidade.

O paradigma da desinformação (*misinformation effect*) assume-se como aquele que mais se tem destacado ao nível dos contributos que os estudos modelados em contextos laboratoriais podem dar na avaliação da veracidade dos testemunhos em tribunal, promovendo uma compreensão mais ampla e aprofundada, não só das implicações do contexto em que os interrogatórios são levados a cabo e das técnicas de questionamento ou interrogatório a que as testemunhas são submetidas (Schooler & Loftus, 1986), mas também do impacto das diferenças individuais de personalidade e cognitivas no grau de sugestionabilidade evidenciado por cada indivíduo (Gudjonsson, 1983, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986).

No entanto, os resultados destes estudos não têm sido consensuais, despoletando, entre outras, aquela que é uma das maiores controvérsias patentes na literatura que estuda o papel da sugestão nos testemunhos de vítimas: a associação entre a idade cronológica e a sugestionabilidade. De facto, alguns autores defendem que as crianças mais novas são muito sugestionáveis (Ceci & Bruck, 1993; Ceci, Ross, & Toglia, 1987; Danielsdottir, Sigurgeirdottir, Einarsdottir, & Haraldsson, 1993; Warren, Hulse-Trotter, & Tubbs, 1991), por contraponto a outros que argumentam a favor da sua competência enquanto testemunhas (Duncan, Whitney, & Kunen, 1982; Flin, Boon, Knox, & Bull, 1992; Goodman & Reed, 1986).

Assumindo a prova testemunhal das crianças uma relevância cada vez maior, e impondo-se a necessidade de incluir nos processos judiciais o seu testemunho não corroborado, torna-se determinante clarificar o impacto diferencial que a idade pode ter no grau de distorção pela sugestão a que os depoimentos podem estar sujeitos. Por outro lado, importa também perceber o peso e a influência dos factores contextuais e das diferenças individuais no processo de obtenção de testemunhos em contextos forenses.

Este estudo pretende contribuir para o esclarecimento de alguns destes aspectos, para o que foram comparados dois grupos de crianças com 7 e 12 anos. Por ser a que melhor reflecte

o impacto dos processos de interrogatório, foi quantificada a sugestionabilidade interrogativa através do recurso a dois instrumentos de avaliação deste fenómeno: as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS2, Gudjonsson, 1987a) e as Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (VSSC, Scullin & Ceci, 2001). Por outro lado, o efeito da sugestão foi analisado tendo em consideração a variação de inteligência, de memória fonológica, de memória visuo-espacial e de atenção/impulsividade dos participantes.

Os resultados indicam que, de facto, as crianças mais novas têm um pior desempenho nas medidas de evocação e evidenciam maior sugestionabilidade que as crianças mais velhas. As perguntas das escalas que incluem duas alternativas de resposta falsa são aquelas que geram maior tendência para a aceitação da sugestão, e também para a alteração de respostas após a introdução de *feedback* negativo. A quantidade de informações correctamente evocadas acerca das histórias das GSS2 e das VSSC, o grau de deterioração da memória, e a tendência para a confabulação, não se relacionam de forma significativa com a sugestionabilidade das crianças. Por outro lado, as competências cognitivas das crianças ao nível da memória fonológica e da memória visuo-espacial e o seu grau de sugestionabilidade interrogativa apresentam-se como factores independentes. No entanto, o nível intelectual das crianças mais novas parece mediar a sua sugestionabilidade, na medida em que, melhores competências de inteligência verbal aumentam a resistência à introdução de perguntas sugestivas nas VSSC, e também diminuem o grau total de sugestionabilidade. A impulsividade não se associa de forma linear com a sugestionabilidade interrogativa.

Este estudo deixa assim alguns contributos a ter em conta nas avaliações forenses de crianças. Há que ter especial cuidado nas entrevistas junto de crianças novas, porque estas, por comparação com as crianças mais velhas, tendem a mostrar-se mais sugestionáveis. Para além disso, na elaboração dos questionários deve evitar-se, em particular, a introdução de perguntas fechadas que propõem duas alternativas falsas, dado o seu impacto potenciador do grau de aceitação da sugestão nelas contida. A avaliação de crianças novas com poucas competências ao nível da inteligência verbal deve ter em conta a sua particular dificuldade em lidar com perguntas sugestivas, e a conseqüente distorção mnésica que este tipo de procedimentos de avaliação induz nos seus testemunhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sugestionabilidade interrogativa; memórias falsas; idade; competências cognitivas; avaliação forense; testemunho de crianças.

## **INTERROGATIVE SUGGESTIBILITY IN CHILDREN: THE ROLE OF AGE AND COGNITIVE COMPETENCES**

---

### **ABSTRACT:**

Recognized the increasing necessity of more correct approximations and evaluations of forensic testimonies, in the end of XXth century we assisted to a significant change in false memories studies leading to the development of a considerable number of investigations in suggestibility domain.

From a relevance point of view, and considering the innumerable studies and investigations/work performed in this area, misinformation paradigm, due to its contributions to the veracity's evaluation of court testimonies, plays a distinguished and important role. This paradigm contributes to an ampler and deepened understanding, not only of context and questioning techniques implications (Schooler & Loftus, 1986), but also of the impact of individual differences in personality and cognition on individuals' degree of suggestibility (Gudjonsson, 1983, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986).

The relationship between the degree of suggestibility and the chronological age of the subjects has been considered as extremely controversial in the literature focusing on the role suggestion plays in witnesses' accounts. In fact, while some authors hold that early age is a factor of suggestion (Ceci & Bruck, 1993; Ceci, Ross, & Toglia, 1987; Danielsdottir, Sigurgeirdottir, Einarsdottir, & Haraldsson, 1993; Warren, Hulse-Trotter, & Tubbs, 1991), others argue that even younger children can be competent witnesses (Duncan, Whitney, & Kunen, 1982; Flin, Boon, Knox, & Bull, 1992; Goodman & Reed, 1986).

Being children's testimonial evidences more and more important, and considering the increasing necessity to include not corroborated testimonies in forensic processes, it becomes essential to clarify age differential impact in the degree of distortion through suggestion. On the other hand, vulnerability to suggestion has also been analyzed through the study of context variations, and individual differences in cognition and personality, in order to understand how the tendency to develop false memories can be influenced.

Comparing two groups of children of 7 and 12 years old, the current study tries to clarify the divergences in the relationship between children's interrogative suggestibility and age. Being the one that better exposes the impact of interrogation processes, interrogative suggestibility was quantified through two instruments of evaluation of this phenomenon: the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS2, Gudjonsson, 1987a) and the Video Suggestibility Scales for Children

(VSSC, Scullin & Ceci, 2001). On the other hand, suggestion effect was analyzed considering participants' intelligence, phonological memory, visual-spacial memory and attention/impulsiveness variations.

The results showed that the youngest children perform worst in recall measures and evidence higher suggestibility than the oldest ones. Two false alternative questions of the scales generate a greater trend for the acceptance of suggestion and for answer's modification after negative *feedback* introduction. The amount of information correctly recalled concerning GSS2 and VSSC histories, the degree of memory deterioration and confabulation, did not significantly relate with children's suggestibility. Adding to that, children's cognitive abilities, like phonological and visual-spacial memory, and interrogative suggestibility seem to be independent factors. However, the intellectual level of the youngest children seems to mediate their suggestibility as better verbal intelligence abilities leads to higher resistance to the introduction of leading questions in the VSSC, and also diminish total suggestibility. Impulsiveness and suggestibility did not linearly associate with each other.

This study bring us some relevant contributes to have in account when dealing with children's forensic evaluations. Special care when interviewing young children must be taken, given their greater suggestibility, comparing to older children. Introduction of false alternative questions in questionnaires must be avoided, due to their potential impact in the degree of suggestion acceptance. The evaluation of young children with low verbal intelligence should take in consideration their particular difficulty in dealing with leading questions, and the consequent amnesic distortion that this type of evaluation procedures induces in their testimonies.

**KEY-WORDS:** Interrogative suggestibility; false memories; age; cognitive competences; forensic evaluation; children's testimony.

# ÍNDICE

---

## AGRADECIMENTOS

## RESUMO

## ABSTRACT

## ÍNDICE

<b>LISTA DE ANEXOS .....</b>	<b>XV</b>
------------------------------	-----------

<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>XVII</b>
-------------------------------	-------------

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>XIX</b>
-------------------------------	------------

<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>XXI</b>
-----------------------------	------------

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>5</b>
-------------------------	----------

<b>1.1. As memórias falsas: estudos pioneiros.....</b>	<b>5</b>
--	----------

1.1.1. Mudanças sociais e judiciais do final do século XX .....	8
---	---

1.1.2. O paradigma da desinformação .....	10
---	----

<b>1.2. As memórias falsas: estudos modernos.....</b>	<b>11</b>
---	-----------

1.2.1. A controvérsia em torno da idade cronológica .....	13
---	----

1.2.1.1. As crianças mais novas são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas e os adultos .....	13
--	----

1.2.1.2. As crianças mais novas não são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas e os adultos .....	16
--	----

<b>1.3. O fenómeno da sugestionabilidade: Questões metodológicas, factores externos e factores internos .....</b>	<b>20</b>
---	-----------

1.3.1. Questões metodológicas .....	21
-------------------------------------	----

1.3.2. Os factores externos: O papel do contexto, do entrevistador e das técnicas de interrogatório .....	23
---	----

1.3.2.1. O viés do entrevistador .....	24
--	----

1.3.2.2. O estatuto do entrevistador .....	25
--	----

1.3.2.3. O tom emocional da entrevista e a postura do entrevistador .....	27
---	----

1.3.2.4. O tipo de perguntas e a repetição de perguntas e de entrevistas sugestivas .....	28
---	----

1.3.2.5. A indução de estereótipos.....	31
---	----

1.3.2.6. Factores externos: Principais conclusões e implicações.....	32
--	----

1.3.3. Os factores internos: o papel das diferenças individuais .....	35
---	----

1.3.3.1. Os factores cognitivos.....	36
--------------------------------------	----

1.3.3.1.1. Memória .....	36
--------------------------	----

1.3.3.1.2. Inteligência.....	47
------------------------------	----

1.3.3.1.3. Competência linguística.....	52
---	----



1.3.3.1.4. Monitorização de fonte .....	54
1.3.3.1.5. Conhecimento .....	57
1.3.3.2. Os factores psico-sociais.....	59
1.3.3.2.1. Ansiedade: Ansiedade-estado e Ansiedade-traço.....	59
1.3.3.2.2. Dissociação e absorção .....	62
1.3.3.3. Os factores biológicos.....	65
1.3.3.3.1. Género .....	66
1.3.3.3.2. Privação de sono.....	67
1.3.3.3.3. Substâncias psicoactivas: drogas e álcool .....	67
<b>1.4. Outros paradigmas de estudo das memórias falsas .....</b>	<b>70</b>
1.4.1. O paradigma de associados convergentes (DRM) .....	71
1.4.2. O paradigma de exemplares de categorias .....	73
1.4.3. O paradigma da falsa fama.....	74
1.4.4. O paradigma da inflação pela imaginação .....	74
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>79</b>
<b>2.1. Os conceitos de sugestão e de sugestionabilidade .....</b>	<b>79</b>
<b>2.2. Concepções, teorias e abordagens ao fenómeno da sugestionabilidade .....</b>	<b>80</b>
2.2.1. Sugestionabilidade primária e secundária .....	80
2.2.2. Sugestionabilidade como um estado ou como um traço .....	83
<b>2.3. Definições de sugestionabilidade.....</b>	<b>84</b>
<b>2.4. A sugestionabilidade interrogativa: O modelo teórico de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson &amp; Clark, 1986).....</b>	<b>87</b>
<b>2.5. A sugestionabilidade interrogativa e os fenómenos de susceptibilidade hipnótica, de condescendência, de obediência à autoridade e de aquiescência .....</b>	<b>99</b>
<b>2.6. A sugestionabilidade interrogativa: aplicabilidade e contributos para as avaliações e para os processos de obtenção de prova testemunhal em contextos forenses .....</b>	<b>104</b>
<b>2.7. A sugestionabilidade interrogativa e as confissões falsas .....</b>	<b>110</b>
<b>2.8. Instrumentos e testes de avaliação da sugestionabilidade interrogativa .....</b>	<b>120</b>
2.8.1. O teste de sugestionabilidade de Burger (Test of Statement Suggestibility, Burger, 1971) .....	120
2.8.2. O teste de sugestionabilidade de Bottenberg e Wehner (Würzburg Suggestibility Test, Bottenberg, & Wehner, 1971) .....	120
2.8.3. O teste de sugestionabilidade de Zimmermann (Suggestibility Test, Zimmermann, 1979, 1982a, b) .....	121
2.8.4. As Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (Gudjonsson, GSS1, 1984; Gudjonsson, GSS2, 1987) .....	121
2.8.5. “Bonn Test of Statement Suggestibility” (Endres, BTSS, 1997) .....	122
2.8.6. As Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (Scullin & Ceci, VSSC, 2001) .....	123
2.8.7. As Escalas de Sugestionabilidade em Livro (Warren, Scullin, & Ceci, BSSC, 1999) .....	123
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>127</b>
<b>3.1. Introdução aos estudos piloto.....</b>	<b>127</b>
3.1.1. Estudo piloto 1: Tradução e adaptação das GSS para a população Portuguesa (2006 / 2007) .....	127
3.1.2. Estudo piloto 2: Tradução e adaptação das VSSC para a população Portuguesa (2007) .....	130
3.1.3. Estudo piloto 3: Construção e adaptação de uma prova para avaliação da atenção/impulsividade (2008) .....	131



<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>133</b>
<b>4.1. Formulação do problema.....</b>	<b>133</b>
<b>4.2. Objectivos do estudo .....</b>	<b>134</b>
<b>4.3. Hipóteses.....</b>	<b>135</b>
<b>4.4. Método .....</b>	<b>135</b>
4.4.1. Amostra .....	135
4.4.1.1. Constituição dos grupos em estudo .....	136
4.4.1.2. Critérios de inclusão .....	137
4.4.1.3. Considerações éticas.....	137
4.4.2. Planeamento .....	138
4.4.2.1. Variáveis .....	138
4.4.2.2. Planeamento experimental .....	141
4.4.3. Materiais e equipamentos.....	141
4.4.4. Procedimento .....	151
4.4.5. Resultados .....	152
4.4.5.1. Análise das duas escalas de avaliação da sugestionabilidade utilizadas: as GSS2 e as VSSC.....	152
4.4.5.1.1. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de evocação das GSS2 e das VSSC .....	153
4.4.5.1.2. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC .....	154
4.4.5.1.2.1. Análise do desempenho nas medidas de sugestionabilidade em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada.....	156
4.4.5.1.3. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de confabulação das GSS2 e das VSSC .....	158
4.4.5.1.3.1. Análise do processo de confabulação nos dois momentos de evocação das GSS2 .....	161
4.4.5.1.4. Análise dos questionários das GSS2 e das VSSC .....	166
4.4.5.2. Análise da relação entre algumas variáveis em estudo e o sexo dos participantes .....	172
4.4.5.2.1. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de evocação e de confabulação em função do sexo .....	172
4.4.5.2.2. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de sugestionabilidade em função do sexo..	173
4.4.5.2.3. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de avaliação cognitiva em função do sexo ..	173
4.4.5.3. Análise do desempenho dos participantes nas medidas das GSS2 e das VSSC em função da sua idade cronológica .....	174
4.4.5.3.1. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de evocação e de confabulação em função da sua idade cronológica .....	174
4.4.5.3.2. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de sugestionabilidade em função da idade cronológica .....	178
4.4.5.4. Análise da relação entre o grau de sugestionabilidade dos participantes e o seu desempenho nas medidas de evocação, de confabulação e de avaliação cognitiva .....	181
4.4.5.4.1. Análise da relação entre o grau de sugestionabilidade dos participantes e o seu desempenho nas medidas de evocação e de confabulação.....	181
4.4.5.4.2. Análise da relação entre o grau de sugestionabilidade dos participantes e o seu desempenho nas medidas de avaliação cognitiva .....	183
<b>4.5. Discussão dos resultados .....</b>	<b>187</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>205</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>245</b>



## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO A</b> .....	247
<b>ANEXO B</b> .....	257
<b>ANEXO C</b> .....	265
<b>ANEXO D</b> .....	271
<b>ANEXO E</b> .....	275
<b>ANEXO F</b> .....	279
<b>ANEXO G</b> .....	283
<b>ANEXO H</b> .....	287
<b>ANEXO I</b> .....	291
<b>ANEXO J</b> .....	297
<b>ANEXO L</b> .....	301
<b>ANEXO M</b> .....	305
<b>ANEXO N</b> .....	309
<b>ANEXO O</b> .....	313
<b>ANEXO P</b> .....	339



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS1 e das GSS2, numa amostra de adultos.....	128
<b>Quadro 2</b> - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS1 e das GSS2, no grupo de crianças mais novas .....	129
<b>Quadro 3</b> - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS1 e das GSS2, no grupo de crianças mais velhas.....	129
<b>Quadro 4</b> - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das VSSC, nos grupos de crianças mais novas e velhas.....	130
<b>Quadro 5</b> - Médias e Desvios-Padrão dos erros cometidos na medida de impulsividade, nos grupos de crianças mais novas e velhas.....	131
<b>Quadro 6</b> - Distribuição da amostra por cada um dos grupos em estudo, em função do sexo, da idade e da escala de avaliação da sugestionabilidade .....	136
<b>Quadro 7</b> - Distribuição da amostra por cada um dos grupos em estudo, em função da idade e da escala de avaliação da sugestionabilidade .....	136
<b>Quadro 8</b> - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de evocação das GSS2 .....	154
<b>Quadro 9</b> - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de evocação das VSSC.....	154
<b>Quadro 10</b> - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 .....	155
<b>Quadro 11</b> - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade das VSSC.....	156
<b>Quadro 12</b> - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão das pontuações (directas e em proporção) obtidas nas medidas de confabulação das GSS2 .....	160
<b>Quadro 13</b> - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão das pontuações (directas e em proporção) obtidas nas medidas de confabulação das VSSC .....	160
<b>Quadro 14</b> - Número de crianças e número de confabulações na primeira e na segunda evocação das GSS2.....	161
<b>Quadro 15</b> - Variação dos dois tipos de confabulações (invenções e distorções) da primeira para a segunda evocação das GSS2 .....	164
<b>Quadro 16</b> - Tipos de perguntas do questionário das GSS2 .....	167
<b>Quadro 17</b> - Número de crianças (mais novas e mais velhas) que pontuaram, nas medidas de sugestionabilidade das GSS2, em cada uma das 20 perguntas do questionário destas escalas .....	167
<b>Quadro 18</b> - Tipo de perguntas do questionário das VSSC .....	170
<b>Quadro 19</b> - Número de crianças (mais novas e mais velhas) que pontuaram, nas medidas de sugestionabilidade das VSSC, em cada uma das 18 perguntas do questionário destas escalas .....	170



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Esquema ilustrativo da constituição dos grupos em estudo .....	137
<b>Figura 2</b> - Esquema ilustrativo da sequência de administração das provas .....	152
<b>Figura 3</b> - Desempenho do grupo de crianças mais novas, nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada .....	157
<b>Figura 4</b> - Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas, nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada .....	158
<b>Figura 5</b> - Número de confabulações, na primeira e na segunda evocação, nos grupos de crianças mais novas e mais velhas, avaliadas pelas GSS2 .....	162
<b>Figura 6</b> - Variação das confabulações, da primeira para segunda evocação, nos grupos de crianças mais novas e mais velhas, avaliadas pelas GSS2 .....	164
<b>Figura 7</b> - Desempenho nas medidas de evocação das GSS2 em função da idade cronológica .....	175
<b>Figura 8</b> - Desempenho nas medidas de confabulação das GSS2 em função da idade cronológica .....	176
<b>Figura 9</b> - Desempenho na medida de evocação das VSSC em função da idade cronológica .....	177
<b>Figura 10</b> - Desempenho na medida de confabulação das VSSC em função da idade cronológica .....	177
<b>Figura 11</b> - Desempenho nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 em função da idade cronológica .....	178
<b>Figura 12</b> - Desempenho nas medidas de sugestionabilidade das VSSC em função da idade cronológica .....	179
<b>Figura 13</b> - Desempenho do grupo de crianças mais novas, na medida de evocação, em função do seu grau de sugestionabilidade na medida mudança (VSSC) .....	182
<b>Figura 14</b> - Desempenho do grupo de crianças mais novas avaliadas pelas VSSC, nas medidas de inteligência Vocabulário e Quociente de Compreensão Verbal, em função do seu grau de sugestionabilidade na medida submissão1 .....	183
<b>Figura 15</b> - Desempenho do grupo de crianças mais novas avaliadas pelas VSSC, na medida de inteligência Quociente de Compreensão Verbal, em função do seu grau de sugestionabilidade na medida sugestionabilidade total .....	184



## LISTA DE SIGLAS

<b>GSS</b>	<i>Gudjonsson Suggestibility Scales</i>
<b>VSSC</b>	<i>Video Suggestibility Scales for Children</i>
<b>EVOC</b>	Evocação
<b>EVOC1</b>	Primeira Evocação
<b>EVOC2</b>	Segunda Evocação
<b>EVOCT</b>	Evocação Total
<b>GDTM</b>	Grau de Deterioração da Memória
<b>INV1</b>	Invenções na Primeira Evocação
<b>INV2</b>	Invenções na Segunda Evocação
<b>INVT</b>	Invenções na Evocação Total
<b>DIST1</b>	Distorções na Primeira Evocação
<b>DIST2</b>	Distorções na Segunda Evocação
<b>DISTT</b>	Distorções na Evocação Total
<b>CFAB1</b>	Confabulações na Primeira Evocação
<b>CFAB2</b>	Confabulações na Segunda Evocação
<b>CFABT</b>	Confabulações na Evocação Total
<b>SUB1</b>	Submissão1
<b>SUB2</b>	Submissão2
<b>MUD</b>	Mudança
<b>SUGT</b>	Sugestionabilidade Total
<b>VOC</b>	Vocabulário
<b>SEM</b>	Semelhanças
<b>ARIT</b>	Aritmética
<b>CG</b>	Completamento de Gravuras
<b>CUB</b>	Cubos
<b>COD</b>	Código
<b>QCV</b>	Quociente de Compreensão Verbal
<b>QOP</b>	Quociente de Organização Perceptiva
<b>QET</b>	Quociente de Escala Total
<b>MFAD</b>	Memória Fonológica Amplitude Directa
<b>MFAI</b>	Memória Fonológica Amplitude Inversa
<b>MFAT</b>	Memória Fonológica Amplitude Total
<b>MVPD</b>	Memória Visuo-espacial Pontuação Directa
<b>MVPI</b>	Memória Visuo-espacial Pontuação Inversa
<b>MVPT</b>	Memória Visuo-espacial Pontuação Total
<b>IMP</b>	Impulsividade



## **INTRODUÇÃO**

---

O presente trabalho encontra-se estruturado em duas partes principais: uma primeira parte correspondente ao enquadramento teórico, e uma segunda parte correspondente à investigação propriamente dita. Cada uma destas partes principais está dividida em dois capítulos.

No primeiro capítulo do enquadramento teórico encontra-se uma revisão dos principais estudos desenvolvidos na área das falsas memórias e da sugestionabilidade, com destaque para aqueles que têm patente o paradigma da desinformação, e que incluíram crianças nas suas amostras. Nesta exposição, e partindo-se da controvérsia em torno da relação entre a idade cronológica e a sugestionabilidade, considera-se primeiramente o impacto dos factores externos e contextuais, seguindo-se uma análise do papel das diferenças individuais no grau de vulnerabilidade à sugestão, nomeadamente, dos factores cognitivos, dos factores psico-sociais e dos factores biológicos. Este capítulo termina com uma descrição sucinta de outros paradigmas de estudo das memórias falsas, a saber: o paradigma de associados convergentes (DRM); o paradigma de exemplares de categorias; o paradigma da falsa fama; e o paradigma da inflação pela imaginação.

O segundo capítulo é dedicado de forma específica e pormenorizada ao fenómeno da sugestionabilidade interrogativa. Para além de algumas definições dos conceitos de sugestão e de sugestionabilidade, apresentamos as principais teorias desenvolvidas neste campo e detalhamos o modelo da sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (1986). Seguem-se alguns traços distintivos entre a sugestionabilidade interrogativa e os fenómenos de susceptibilidade hipnótica, de condescendência, de obediência à autoridade e de aquiescência. Seguidamente reflecte-se acerca da aplicabilidade dos procedimentos de avaliação da sugestionabilidade interrogativa em contextos forenses, sendo também devidamente enquadrado o fenómeno das confissões falsas. Terminamos este capítulo com a apresentação dos instrumentos mais importantes utilizados na avaliação da sugestionabilidade interrogativa.

A segunda parte deste trabalho inicia-se com o terceiro capítulo em que são sucintamente descritos os três estudos piloto realizados com o intuito de adaptar à população portuguesa os instrumentos de avaliação da sugestionabilidade interrogativa que foram utilizados na presente investigação e de construir uma prova de quantificação da impulsividade.

Segue-se o quarto e último capítulo em que apresentamos o estudo experimental. Este capítulo inicia com a formulação do problema e a definição dos principais objectivos e hipóteses que regem o estudo. Segue-se a secção do método e por fim a exposição dos resultados.

Estes resultados são então devidamente enquadrados e analisados nas secções da discussão de resultados e nas conclusões, terminando-se com as referências bibliográficas e os anexos.

**PRIMEIRA PARTE**

---

**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



#### 1.1. As memórias falsas: estudos pioneiros

O interesse pela memória humana tem sido uma constante desde há muitos séculos. No entanto, só nos finais do séc. XIX é que surgem os primeiros grandes contributos que impulsionaram o estudo sistemático com carácter experimental dos processos subjacentes à memória (Ebbinghaus, 1885).

O início do séc. XX é marcado por um interesse crescente pela credibilidade dos testemunhos. A flutuação deste interesse, e conseqüentemente dos estudos desenvolvidos nesta área, desde sempre reflectiu as mudanças sociais e culturais de cada época. Na Europa, e nomeadamente na Alemanha e na França, os estudos com carácter sistemático no âmbito da sugestionabilidade existem desde o início do século XX, enquanto que nos Estados Unidos as contribuições nesta área foram, por comparação, diminutas até meados do século passado. Estas diferenças encontram reflexo nos respectivos sistemas jurídicos então vigentes: na maioria dos países Europeus não existia qualquer júri, pelo que era o juiz que interrogava as testemunhas, recorrendo com frequência a peritos na área da Psicologia do testemunho; por outro lado, nos Estados Unidos, considerava-se suficiente a presença de advogados, não se utilizando qualquer outra estratégia de avaliação da veracidade dos relatos das testemunhas (Loftus, 1986).

Decorrentes deste novo foco de interesse vão aparecendo os primeiros estudos em torno da análise das falsas memórias. Em 1895, Cattell desenvolveu uma das primeiras experiências na área do testemunho. Recorrendo a estudantes universitários, criou um procedimento que incluía a colocação de questões com informações sugestivas, sendo que numa segunda fase os estudantes teriam que indicar o seu grau de confiança em cada resposta. Whipple assumiu-se também como pioneiro nestes meandros, ao realizar um conjunto de revisões dos estudos desenvolvidos até essa altura acerca dos fenómenos de sugestionabilidade em crianças. As suas principais revisões foram publicadas no *Psychological Bulletin* em 1909, 1911, 1912 e 1913, e este autor defendia que as crianças mais novas eram extremamente sugestionáveis, podendo cometer erros graves nos seus testemunhos (Ceci & Bruck, 1993). As suas revisões não

forneciam, no entanto, informações pormenorizadas acerca das metodologias utilizadas nestes primeiros estudos.

Vejam os em mais pormenor o trabalho precursor desenvolvido por quatro cientistas europeus, que deram um contributo fundamental no desenvolvimento da metodologia deste tipo de estudos, impulsionando toda a investigação posterior: Binet (1900), Stern (1910), Varendonck (1911) e Lipmann (1911).

Na viragem de século, Binet (1900) contribuiu, de forma decisiva, para um melhor conhecimento do fenómeno da sugestibilidade. Tendo desenvolvido variados estudos junto de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, este autor defendia a existência de dois tipos de factores na explicação da sugestibilidade: factores internos (auto-sugestão) e factores externos (sugestão introduzida por outros). Os estudos que Binet (1900) desenvolveu no âmbito da exploração do primeiro tipo de factores envolviam o recurso a estratégias de auto-sugestão que, embora tenham sido utilizadas pela geração seguinte de investigadores, não são comuns nos estudos contemporâneos. Um destes estudos consistia na apresentação de seis linhas a um grupo de crianças, sendo que as linhas aumentavam progressivamente de comprimento, com excepção da sexta linha que era idêntica à quinta. As crianças tendiam a desenhar a sexta linha maior que o seu tamanho real, uma vez que eram influenciadas por um processo de sugestão perceptivo ou interno. Este autor defendia que o efeito deste tipo de sugestão não era no entanto duradouro, e que as crianças podiam posteriormente desempenhar de forma correcta a tarefa em questão. Por contraponto a este género de procedimentos, a metodologia que este autor desenvolveu para analisar os factores externos de sugestão serviu de base a inúmeros estudos posteriores e encontra-se bem presente na investigação actual. Num estudo que caracteriza este tipo de abordagem, um grupo de crianças via alguns objectos durante 10 segundos, sendo-lhes depois feitas algumas perguntas. Foram criados quatro grupos experimentais: um grupo a que se pedia para escrever tudo o que foi visto, um grupo que era alvo de perguntas directas, e dois grupos a que eram feitas perguntas pouco e muito sugestivas respectivamente. Os resultados indicam um impacto significativo da informação sugestiva nas respostas dadas pelas crianças, com o grupo que foi submetido às questões muito sugestivas a cometer mais erros que todos os outros (Binet, 1900). Binet (1900) defendia que os erros nos relatos das crianças, neste tipo de estudos, podem traduzir, numa fase inicial, uma mera tendência para agradar ao experimentador, mas que, posteriormente, pode ocorrer uma efectiva alteração da memória. Com este tipo de estudos, este autor preconizou e delineou três

contributos fundamentais para este campo de pesquisa, que ainda hoje orientam e fundamentam a investigação que se debruça no fenómeno da sugestibilidade, e que continuam a gerar um debate aceso em torno deles: (1) introduziu a distinção entre os erros que traduzem uma alteração efectiva da memória e aqueles que não reflectem a incorporação da sugestão, e que resultam de outros processos, como a auto-sugestão pontual ou a conformidade perante figuras de autoridade; (2) criou a necessidade de perceber se, de facto, o traço de memória original é alterado, ou se este traço coexiste com as informações falsas sugeridas; e (3) alertou no sentido de o grau de confiança que as crianças pareciam ter nas suas respostas poder não reflectir o grau de exactidão dos seus relatos (Ceci & Bruck, 1993).

Stern (1910) levou a cabo vários estudos pautados por metodologias distintas. Num deles, após a visualização de uma imagem era solicitada a participantes entre os 7 e os 18 anos uma evocação livre, ao que se seguia um conjunto de perguntas, umas sugestivas e outras neutras. Este autor demonstrou que as questões sugestivas podem, de facto, levar a distorções nas respostas, que vão tendencialmente ao encontro da informação sugerida. Os procedimentos adoptados nos seus outros estudos tentavam aproximar as experiências a situações reais, pelo que os participantes observavam episódios encenados por personagens escolhidas para o efeito. Este segundo tipo de estudos assume-se como inovador, na medida em que Stern consegue assim ultrapassar uma das limitações posteriormente apontadas aos estudos pioneiros, que consistia no facto de serem utilizados apenas estímulos estáticos, e portanto muito diferentes das situações do dia-a-dia (Davies, Flin, & Baxter, 1986). Neste contexto será de destacar também um estudo inovador realizado em 1914, por Pear e Wyatt, que incluía uma simulação ao vivo de um incidente.

Um enorme contributo na área da Psicologia forense foi dado por Varendonck (1911), dado o carácter dos estudos que desenvolveu. O seu envolvimento como perito na avaliação do testemunho de crianças num caso de homicídio terá impulsionado a investigação subsequente que levou a cabo. Em causa estiveram inúmeras alegações de crianças que indicavam que um habitante local teria matado uma menina chamada “Cecile”, fornecendo detalhes acerca da aparência do suspeito nos seus relatos. Varendonck pôs em causa a fidedignidade dos testemunhos das crianças, chamando a atenção para o facto de estas terem passado por interrogatórios repetidos e de terem sido sujeitas a perguntas e processos altamente sugestivos. Em 1911, este autor desenvolveu um estudo em que se pedia a algumas crianças que descrevessem uma pessoa que se tinha aproximado delas na escola nessa manhã. Note-se que

este episódio e a pessoa envolvida não eram reais. Uma percentagem significativa de crianças incluiu nas suas respostas informações como a cor das roupas e o nome dessa hipotética pessoa. Este autor chama assim a atenção para o impacto das perguntas sugestivas na distorção do relato das crianças, principalmente quando estas são sujeitas a mais do que um interrogatório, colocando em papel de destaque a influência decisiva de factores sociais e contextuais na obtenção de testemunhos.

O trabalho desenvolvido por Binet (1900) foi continuado por Lipmann (1911), na medida em que este último corroborou a tendência das crianças mais novas para fornecer respostas que pensam ir ao encontro das expectativas do entrevistador, podendo passar depois a acreditar verdadeiramente nas respostas dadas. Sendo o entrevistador uma figura de autoridade para a criança, esta tentará preencher as lacunas da sua memória com a informação sugerida de forma a tornar o seu relato consistente com a pergunta que lhe foi formulada, passando depois a ter dificuldade em perceber se esta é real ou se foi apenas imaginada. Estas pressuposições têm sido alvo de análise ao longo dos tempos, constituindo-se como a temática central do debate ainda actual em torno dos processos de monitorização de fonte (Ackil & Zaragoza, 1995; Ceci & Bruck, 1993; Flavell, Flavell, & Green, 1987; Foley, Durso, Wilder, & Friedman, 1991; Foley & Johnson, 1985; Foley, Johnson, & Raye, 1983; Giles, Gopnik, & Heyman, 2002; Gopnik & Graf, 1988; Harris, Brown, Marriott, Whittall, & Harmer, 1991; Johnson, Hashtroudi, & Lindsay, 1993; Leichtman & Ceci, 1995; Lindsay, Johnson, & Kwon, 1991; Morison & Gardner, 1978; Poole & Lindsay, 1995; Taylor & Howell, 1973; Thierry, Spence, & Memon, 2001).

Se reflectirmos e perspectivarmos globalmente os estudos pioneiros acima detalhados, torna-se clara uma linha consensual de resultados: a visão das crianças como muito sugestionáveis. A assumpção de que os testemunhos das crianças eram facilmente corrompidos está bem espelhada na afirmação de Burt, em 1948, que as definia como “perigosamente vulneráveis a orientações e perguntas sugestivas falsas”, defendendo que a sugestão “é especialmente propícia a ter impacto nos testemunhos de crianças porque estas são mais sugestionáveis que os adultos” (Burt, 1948, pp.307).

### **1.1.1. Mudanças sociais e judiciais do final do século XX**

O final do séc. XX, mais especificamente a partir da década de 70, foi pautado por uma mudança significativa no campo de estudo das memórias falsas, assistindo-se ao aparecimento

de um número considerável de investigações nos domínios da sugestionabilidade. Esta mudança teve patentes variadas questões de índole judicial e social (Loftus, 2003). O papel cada vez mais central das declarações de testemunhas oculares nos sistemas judiciais, e também o recurso a provas forenses de análise de ADN, alertaram para a necessidade de uma abordagem mais rigorosa e de uma avaliação mais fundamentada da veracidade e da fidedignidade dos testemunhos (Loftus & Bernstein, 2005). Por outro lado, a recuperação de memórias de carácter traumático em contextos clínicos de psicoterapia despoletou muitos processos judiciais de acusação, vindo a descobrir-se posteriormente que, pelo menos uma parte dessas memórias, eram falsas (Fernández & Díez, 2001). Para além destes factores, a necessidade de ter em conta e de incluir nos processos judiciais o testemunho não corroborado de crianças vítimas de abuso sexual passou a assumir também uma importância suprema, dado o crescimento acentuado deste tipo de abuso nas últimas décadas.

Se considerarmos as evoluções sociais e os processos subjacentes à obtenção de testemunhos em tribunal, rapidamente constatamos que a maioria dos estudos até aqui expostos partilha o mesmo conjunto de limitações. Estas limitações assentam nas diferenças existentes entre as metodologias destas investigações, por um lado, e os interrogatórios levados a cabo em contextos reais, por outro. De facto, e embora alguns autores de estudos pioneiros já alertassem neste sentido, numa grande parte destes estudos as crianças eram avaliadas acerca de eventos neutros, sendo interrogadas apenas uma vez. Estes aspectos contrastam, visivelmente, com as entrevistas realizadas em contextos forenses, em que é frequente a abordagem a episódios de carácter significativo, por vezes até traumático, sendo as crianças alvo de interrogatórios repetidos e, muitas vezes, sob pressão social considerável. Para além disso, e até à década de 80 do século passado, praticamente não havia registo de investigações que utilizassem metodologias no âmbito do paradigma da desinformação<sup>1</sup> junto de crianças em idade pré-escolar. Este facto constitui-se como uma limitação significativa, se tivermos em consideração o número elevado de acusações de abuso sexual envolvendo crianças muito novas, que eram, como já dito, cada vez mais comuns nos tribunais (Ceci & Bruck, 1995).

A consciencialização progressiva deste tipo de limitações conduziu ao planeamento de novos estudos e à introdução de metodologias inovadoras, que permitissem mais e melhores contributos para a avaliação de testemunhas em contextos forenses. Para além disso, os estudos modernos tentam aprofundar algumas das questões levantadas pelos autores dos

---

<sup>1</sup> Tradução de "*misinformation paradigm*". Este assunto será posteriormente alvo de maior detalhe e informações.

estudos pioneiros que ficaram por esclarecer. A investigação reorienta-se agora com um grande objectivo em mente: perceber não só até que ponto as crianças são sugestionáveis, mas também se são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas e os adultos e, muito importante, sob que condições são sugestionáveis, ou seja, quais os mecanismos que podem subjazer e explicar o fenómeno da sugestionabilidade.

São três as principais mudanças que caracterizam este novo conjunto de investigações: (1) a inclusão cada vez mais frequente de crianças em idade pré-escolar; (2) a selecção de episódios com saliência pessoal (por exemplo, envolvendo o toque corporal ou temáticas de abuso sexual), promovendo-se o enfoque nas acções centrais dos mesmos em detrimento de detalhes periféricos; e (3) a expansão do tipo de técnicas sugestivas utilizadas através do recurso ao questionamento repetido, a técnicas de visualização, à indução de estereótipos, e ao reforço selectivo de algumas respostas, entre outros (Bruck, Ceci, & Melnyk, 1997).

### **1.1.2. O paradigma da desinformação**

O paradigma da desinformação assume-se como aquele que mais se tem interessado pelo contributo que os estudos modelados em contextos laboratoriais podem dar na avaliação da veracidade dos testemunhos. Atente-se ao tipo de procedimentos dos estudos que incorporam este paradigma, e que consistem, de uma forma muito simplista, na introdução de sugestão, após a exposição a um determinado evento ou estímulo, a fim de se analisar qual o seu impacto na tarefa de reconhecimento final (Loftus, Miller, & Burns, 1978; Loftus & Palmer, 1974). De facto, este tipo de metodologia, tenta reproduzir e aproxima-se, na medida do possível, das situações reais de avaliação forense (Qin, Quas, Redlich, & Goodman, 1997), sendo enorme o contributo que tem dado nos domínios aplicados da Psicologia do testemunho. Igualmente englobado neste paradigma está o conjunto de investigações que se tem dedicado ao estudo de um tipo específico de sugestionabilidade, a sugestionabilidade interrogativa, que permite uma maior aproximação aos contextos de interrogatórios policiais, na medida em que as sugestões passam a ser introduzidas através de perguntas sugestivas, num procedimento que também contempla o efeito da pressão social introduzida pelo entrevistador (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986).

Numa linha de investigação muito recente, surgem orientações inovadoras que permitem aperfeiçoar este tipo de procedimentos, aproximando-os ainda mais das situações

reais. Alguns autores, têm defendido que, quando as sugestões são introduzidas em contextos de interacção social, por contraponto à introdução de sugestão em contextos laboratoriais, se observa um efeito potenciador da sua aceitação, e um grau de sugestionabilidade consequentemente superior (Gabbert, Memon, Allan, & Wright, 2004). Estes dados alertam para uma possível subestimação da sugestionabilidade individual quando quantificada pelos procedimentos típicos do paradigma da desinformação.

Depois deste enquadramento, orientemos então a nossa atenção para os estudos que foram surgindo a partir da década de 70 do séc. XX, começando pela abordagem aos primeiros estudos modernos que adoptaram a metodologia característica do paradigma da desinformação, e que foram da autoria de Loftus e Palmer (1974) e de Loftus e colaboradores (1978). Segue-se uma revisão da principal investigação subsequente desenvolvida nesta área, e uma vez que o presente estudo se enquadra no paradigma da desinformação, os estudos com procedimentos característicos deste paradigma serão apresentados de forma mais exaustiva e detalhada. Os restantes paradigmas de avaliação das memórias falsas serão abordados de uma forma mais superficial e resumida. Realce-se que, dentro dos estudos que se incluem no paradigma da desinformação, serão alvo de atenção privilegiada as investigações que se centraram na sugestionabilidade interrogativa, que quantifica, como já foi referido, o grau de vulnerabilidade aos procedimentos sugestivos introduzidos especificamente num contexto de interrogatório. Esta distinção merece alguma atenção, e deve estar presente na leitura do presente trabalho, uma vez que estes dois tipos de sugestionabilidade têm sido associados a diferentes mecanismos, variáveis e diferenças individuais ao nível da cognição e da personalidade (Bruck & Melnyk, 2004; Gudjonsson, 2003; Roebbers & Schneider, 2005a).

## **1.2. As memórias falsas: estudos modernos**

Loftus e Palmer (1974) desenvolveram um estudo composto por duas experiências, sendo o principal objectivo analisar o impacto da introdução de questões sugestivas na estimativa da velocidade de um automóvel. Na primeira experiência, os participantes viam alguns filmes e seguidamente realizavam uma descrição escrita do acidente. Era então introduzido um questionário que continha uma pergunta sugestiva de estimativa de velocidade cujos verbos diferiam quanto ao grau de violência (por exemplo “esmagar” e “tocar”). Os resultados indicaram que os participantes apontavam para velocidades superiores quando os

verbos sugeriam maior violência. A segunda experiência adoptou um procedimento idêntico, incluindo também um grupo de controlo (em que o questionário inicial não continha qualquer pergunta sugestiva). No momento do preenchimento posterior de um outro questionário que continha a pergunta “Viu algum vidro partido?”, os resultados indicaram que, para o grupo experimental que foi alvo da pergunta (do questionário inicial) que continha o verbo “esmagar”, o número de respostas afirmativas foi superior (em relação ao outro grupo experimental e ao grupo de controlo).

Na mesma linha de investigação, Loftus e colaboradores (1978) levaram mais tarde a cabo um outro estudo que englobava cinco experiências. Na primeira experiência, os participantes viam uma série de diapositivos, que ilustravam um acidente envolvendo um automóvel e um peão. Foram criadas duas condições: metade dos participantes via o diapositivo crítico correspondente à imagem de um carro parado num cruzamento com um sinal de stop; a outra metade via a mesma imagem, mas com um sinal de cedência de prioridade. A sugestão foi introduzida, em alguns dos participantes, durante um questionário realizado após a visualização dos diapositivos e, decorridos 20 minutos, era introduzido o teste de reconhecimento. Neste, eram apresentados pares de diapositivos, pedindo-se para os participantes identificarem aquele que tinha sido inicialmente visto. O teste final de reconhecimento recorria a imagens com o intuito de se manter uniforme a forma de apresentação de informação. De facto, no estudo anterior de Loftus e Palmer (1974), os filmes eram apresentados de forma visual, sendo a informação sugestiva e o teste final apresentados verbalmente, o que pode favorecer a recuperação verbal de uma resposta incorrecta. Os resultados deste estudo mostraram que a introdução de informação sugestiva falsa gerou um menor número de reconhecimentos correctos, mesmo quando o teste de memória se realiza na mesma modalidade de apresentação da informação a recordar (Loftus et al., 1978, Experiência 1).

O primeiro estudo que adaptou este tipo de procedimentos a crianças foi desenvolvido em 1987, por Ceci e colaboradores. Estes autores desenvolveram um estudo com 182 crianças entre os 3 e os 12 anos de idade. Na primeira experiência deste estudo, era lida uma história pelo experimentador, acompanhada por 8 ilustrações, e introduzidas informações falsas (um dia depois da sua apresentação) junto de metade dos participantes. Dois dias depois, as crianças tinham que seleccionar, de entre quatro imagens, duas que tinham acompanhado a história. Os resultados indicaram diferenças significativas entre o desempenho das crianças mais novas e

mais velhas (mas apenas entre as crianças que receberam informação sugestiva), no sentido em que as crianças em idade pré-escolar escolhiam mais frequentemente as imagens que tinham sido falsamente descritas.

Antes de avançarmos com a apresentação dos principais estudos modernos que foram progressivamente desenvolvidos no âmbito do paradigma da desinformação, e para melhor organização e clareza da exposição, importa salientar o facto de que, estes novos estudos, que foram dando contributos valiosos na área de investigação das falsas memórias, vieram também introduzir novas divergências e necessidades, despoletando aquela que é uma das maiores controvérsias patentes na literatura que contempla o papel da sugestão no relato das testemunhas: a relação entre o grau de sugestionabilidade e a idade cronológica. Por contraposição ao padrão geral de resultados dos estudos pioneiros, que pareciam apontar as crianças mais novas como sendo as mais sugestionáveis, os resultados dos estudos modernos são divergentes. Estas divergências permitem-nos dividir a investigação moderna em dois grupos: (1) um grupo de estudos que continua a assumir que as crianças mais novas evidenciam maior vulnerabilidade à sugestão; e (2) um outro conjunto de estudos que defende que as crianças, mesmo as muito novas, são resistentes à introdução de sugestão, não se mostrando mais sugestionáveis que as crianças mais velhas e os adultos.

### **1.2.1. A controvérsia em torno da idade cronológica**

Assumindo a prova testemunhal das crianças uma relevância cada vez maior é, de facto determinante, perceber e clarificar o impacto diferencial que a idade pode ter no grau de distorção pela sugestão a que os depoimentos podem estar sujeitos. Vejamos então alguns dos estudos representativos de cada um destes grupos.

#### **1.2.1.1. As crianças mais novas são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas e os adultos**

Os primeiros contributos a favor da precocidade da idade como factor de sugestão, surgiram com um estudo levado a cabo por Stern (1910), que demonstrou que crianças com 7 anos de idade cediam significativamente mais à sugestão introduzida através de perguntas acerca de uma imagem do que o grupo de participantes com uma média de idades de 18 anos.

O mesmo padrão de resultados, com faixas etárias aproximadas, foi obtido por Burt e Gaskill (1932), e por Cohen e Harnick (1980). Esta tendência obtém também confirmação num estudo de Otis (1924), com crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, e num estudo de Costa, Pinho e Veloso (2010) com crianças de 8 e 9 anos.

Messerschmidt (1933, in Ceci & Bruck, 1993), com crianças entre os 6 e os 16 anos, encontrou uma forte associação entre o desempenho nas tarefas propostas e a idade, verificando que as crianças mais novas eram mais sugestionáveis do que as mais velhas. Estes resultados vieram a ser corroborados trinta anos mais tarde por McConnell (1963, in Ceci & Bruck, 1993), numa investigação sobre sugestionabilidade perceptiva com crianças do primeiro ao 12º ano de escolaridade.

King e Yuille (1987) encenaram uma situação real com procedimentos de evocação livre e introdução de perguntas sugestivas junto de crianças de 6, 9, 11 e 16 anos de idade. Esta consistia na entrada de um estranho na sala para cuidar das plantas, sendo que, antes de sair, este referia as horas e comentava que estava atrasado. Posteriormente, as crianças evocaram aquilo de que se lembravam e eram-lhes também colocadas algumas perguntas sugestivas. Perguntava-se, por exemplo, em que braço o homem usava o relógio, sendo que este não usava qualquer relógio. As crianças mais novas (com 6 anos) manifestaram desempenhos mnésicos inferiores aos outros grupos etários e revelaram também maior grau de aceitação da informação sugestiva presente nas perguntas por comparação com as crianças mais velhas. Resultados idênticos foram encontrados por Ornstein, Gordon e Larus (1992) que analisaram as memórias de crianças com 3 e 6 anos acerca de um exame pediátrico. Todas as crianças foram avaliadas imediatamente a seguir ao exame, sendo que metade delas foi novamente testada uma semana depois, enquanto que para a outra metade decorreram três semanas. Nas sessões de teste era pedido às crianças que evocassem tudo o que se lembravam, e eram introduzidas questões neutras e sugestivas. As crianças de 3 anos tiveram um pior desempenho nas respostas às perguntas sugestivas por comparação com o grupo de 6 anos, mas apenas quando se considera a sessão de teste imediata e com um intervalo de uma semana, uma vez que quando decorrem três semanas as diferenças entre os dois grupos esbatem-se.

A memória e a sugestionabilidade de 270 crianças pertencentes a três grupos etários distintos: 5/6, 7/8 e 9/10 anos foi também estudada por Roebbers, Gelhaar e Schneider (2004). Estes autores verificaram um pior desempenho nas provas de evocação e um maior grau de aceitação da informação falsa introduzida entre as crianças mais novas. Lee (2004) também

verificou que, numa amostra que incluía 35 crianças com uma média de idades de 8 anos e 30 adolescentes com uma média de idades de 16 anos, os adolescentes se mostraram globalmente menos sugestionáveis. Por sua vez, Coxon e Valentine (1998) analisaram o grau de aceitação de sugestão em relação a um evento visionado (vídeo), numa amostra que incluía crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 9 anos, jovens adultos com uma média aproximada de 17 anos e idosos com mais de 60 anos. Estes autores concluíram que as crianças revelaram maior sugestionabilidade que os restantes participantes (pelo menos relativamente a alguns itens), embora não se registassem diferenças significativas entre os jovens adultos e os idosos.

Recorrendo às GSS, vários autores concluíram que as crianças mais novas são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas. Warren e colaboradores (1991) avaliaram a sugestionabilidade interrogativa de crianças com 7 e 12 anos e também de adultos, recorrendo a uma versão adaptada das GSS1. As crianças mais novas mostraram-se mais vulneráveis à informação falsa presente nas perguntas (submissão) quando comparadas com as crianças mais velhas e com os adultos. Para além disso, tanto as crianças mais novas como as velhas alteraram mais as suas respostas após a administração do *feedback* negativo (mudança) do que os adultos. Num outro estudo, Danielsdottir e colaboradores (1993) utilizaram as GSS2 numa amostra de crianças de 6, 8 e 12 anos. Uma análise de variância mostrou um efeito significativo da idade nas medidas de submissão<sup>1</sup> e de sugestionabilidade total destas escalas, com as crianças mais novas a evidenciar maior sugestionabilidade interrogativa. No entanto, não se verificaram diferenças entre os três grupos etários na medida mudança.

Outros estudos têm-se debruçado especificamente na análise do grau de sugestionabilidade evidenciado por crianças mais velhas e adolescentes (idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos), comparando o seu desempenho com o de adultos. Gudjonsson e Singh (1984), Singh e Gudjonsson (1992a) e Richardson, Gudjonsson e Kelly (1995) encontraram padrões semelhantes de resultados, indicativos de que as crianças mais velhas e os adolescentes não evidenciam maior sugestionabilidade que os adultos no que diz respeito à medida submissão, mas cedem mais facilmente ao impacto do *feedback* negativo.

Parece assim, e pelo menos no que diz respeito aos estudos efectuados com recurso às GSS, que as crianças mais novas revelam maior sugestionabilidade interrogativa que as crianças mais velhas e os adultos, tanto na medida de submissão como na medida mudança destas escalas. No entanto, quando se consideram crianças mais velhas e adolescentes, estes apenas se mostram mais vulneráveis à sugestão do que os adultos na medida mudança. Partindo destes

dados, podemos hipotetizar que, nesta fase desenvolvimental, estão já disponíveis competências que lhes permitem lidar tão bem como os adultos com a informação sugestiva presente nas perguntas, mas que persiste uma maior dificuldade em lidar com a pressão social, neste caso introduzida através da administração de *feedback* negativo (Gudjonsson, 2003).

Alguns autores têm desenvolvido revisões da investigação acerca desta temática, concluindo que a maioria dos estudos têm obtido resultados que indicam que as crianças muito novas (até aos 6 anos) são mais sugestionáveis que crianças mais velhas ou adultos (Ceci & Bruck, 1993; Cunha, Albuquerque, & Freire, 2007a). Um conjunto significativo de investigações tem, de facto, mostrado consistentemente, que as crianças em idade pré-escolar são mais sugestionáveis que as crianças em idade escolar (Bjorklund et al., 2000; Bruck & Ceci, 1999; Cassel, Roebbers, & Bjorklund, 1996; Ceci, 1997; Ceci, Bruck, & Battin, 2000; Ceci et al., 1987; Gobbo, 2000; Leichtman & Ceci, 1995; Reyna, Holliday, & Marche, 2002). Este padrão de resultados tem sido reforçado por alguns estudos que têm abarcado crianças até aos 8 anos de idade, na medida em que as crianças mais novas evidenciam maior vulnerabilidade à sugestão (Alexander et al., 2002; Geddie, Fradin, & Beer, 2000).

Uma outra revisão dos vários estudos sobre a relação da idade com a sugestionabilidade, desenvolvida por Bruck e Ceci (2004), permite também concluir que os pré-escolares são mais sugestionáveis, mas que, contudo, em idades escolares, os níveis de sugestão permanecem elevados. Este tipo de padrão, que sustenta que as crianças em idade pré-escolar e nos primeiros anos de escolaridade são muito vulneráveis à sugestão, tem sido defendido por outros autores (Bruck, Ceci, & Hembrooke, 2002; Cassel et al., 1996; Cohen & Harnick, 1980; Oates & Shrimpton, 1991; Roebbers & Schneider, 2000).

### **1.2.1.2. As crianças mais novas não são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas e os adultos**

Apesar das evidências patentes nos estudos acima expostos, que fundamentam a argumentação a favor da precocidade da idade como factor potenciador do grau de sugestionabilidade, um outro conjunto de investigações vem contrariar a noção de que as crianças mais novas são mais sugestionáveis, suportando empiricamente que as crianças mais velhas (Bruck & Ceci, 2004; Finnilä, Mahlberga, Santtilaa, & Niemi, 2003; Otis, 1924; Warren &

Lane, 1995), e os adolescentes e os adultos (Hyman & Pentland, 1996; Loftus & Pickrell, 1995) também evidenciam um grau significativo de sugestibilidade.

Finnilä e colaboradores (2003) avaliaram o grau de submissão a perguntas sugestivas acerca de um evento encenado de crianças com 4/5 e 7/8 anos de idade, não encontrando diferenças significativas entre os dois grupos etários. No mesmo sentido, Marin, Holmes, Guth e Kovac (1979) realizaram um estudo em que crianças de 5, 8 e 12 anos e também estudantes universitários assistiam a um evento simulado que envolvia a interação entre dois adultos. Após a observação desta simulação eram feitas 21 perguntas, sendo apenas uma delas sugestiva. Decorridas duas semanas, eram novamente colocadas aos participantes 21 questões, mas desta feita, todas num formato neutro, ou seja desprovido de sugestão. O desempenho na resposta às perguntas objectivas no primeiro momento de teste foi uniforme para todos os participantes. Para além disso, verificou-se um impacto significativo da pergunta sugestiva na respectiva resposta no segundo questionário, mas este impacto não foi diferencial entre as diferentes faixas etárias, não se mostrando as crianças mais novas mais sugestíveis que as mais velhas e os estudantes universitários. A ausência de diferenças no grau de aceitação de perguntas sugestivas entre crianças com 8 anos e estudantes universitários também foi reportada em 1986 por Fraser Parker, Haverfield e Baker-Thomas.

A comprovar a ideia de que a sugestibilidade pode aumentar com a idade, está a experiência realizada por Duncan e colaboradores (1982) com crianças de 7, 9 e 11 anos e estudantes universitários, em que estes viam alguns slides. Seguidamente eram introduzidas informações que podiam ser de três tipos: neutras, consistentes com os slides inicialmente vistos, ou consistentes com os slides distractivos vistos posteriormente na sessão de teste. Os autores analisaram apenas os resultados obtidos com os slides de que as crianças se lembravam bem (em que responderam correctamente às perguntas colocadas), tendo verificado que o grau de vulnerabilidade à sugestão verbal introduzida foi superior nos participantes com mais idade.

Uma autora que se dedicou de forma sistemática à defesa da validade dos testemunhos prestados por crianças foi Gail Goodman. A sua investigação foi em grande parte pautada por metodologias que visavam analisar até que ponto crianças que não tinham sido alvo de abuso sexual poderiam vir a incluir estas situações nos seus testemunhos, depois de expostas a procedimentos sugestivos. Para além disso, alguns dos seus estudos têm demonstrado que,

quando as informações a recordar envolvem aspectos centrais e salientes, as crianças, mesmo as muito novas, não são mais sugestionáveis que os adultos (Goodman & Reed, 1986)<sup>2</sup>.

Em 1992, Flin e colaboradores simularam uma apresentação com uma enfermeira, acerca de procedimentos de higiene. Neste estudo participaram crianças com 6 e 10 anos e também adultos, sendo introduzido o questionário um dia depois (para metade da amostra) e cinco meses após a simulação (para todos os participantes). Os resultados mostraram um bom desempenho nas três perguntas sugestivas, para todas as faixas etárias envolvidas.

Alguns estudos com incidência em participantes com idades superiores a 12 anos têm defendido que as crianças mais velhas têm desempenhos mnésicos equivalentes aos de adultos e que não evidenciam maior vulnerabilidade à introdução de informação sugestiva (Loftus, Greene, & Doyle, 1990).

Loftus e Davies (1984) afirmam, partindo da revisão de alguns estudos desenvolvimentais, que “...os resultados desses estudos suportam a conclusão de que os adultos têm melhores evocações acerca de eventos testemunhados do que as crianças, mas não a noção de que as crianças são sempre mais sugestionáveis que os adultos.” (Loftus & Davies, 1984, pp. 62).

Numa perspectiva um pouco diferente, alguns autores têm estudado, mais recentemente, as diferenças no grau de sugestionabilidade em função da idade das crianças, tendo por base cada um dos dois tipos de sugestionabilidade interrogativa: a submissão e a mudança (Finnilä et al., 2003; Hünefeldt, Lucidi, Furia, & Rossi-Arnaud, 2008; Scullin & Ceci, 2001). Estes estudos sustentam a ideia de que, enquanto que a tendência para aceitar as informações falsas das perguntas sugestivas (submissão) parece diminuir com a idade, o mesmo não se verifica em relação ao desempenho das crianças na medida mudança. De facto, as evidências existentes apontam para um aumento da tendência para mudar respostas após o *feedback* negativo (mudança) até aproximadamente aos 6 anos de idade, tendência esta que a partir desta faixa etária começa a decrescer (Danielsdottir et al., 1993; Scullin & Ceci, 2001). Assim, e a título de exemplo, crianças entre os 5 e os 7 anos de idade revelam-se mais sugestionáveis do que crianças com 3 anos, no que diz respeito à sua vulnerabilidade perante situações de pressão interrogativa (Scullin & Ceci, 2001), mas a partir desta idade as crianças

---

<sup>2</sup> Esta constatação tem, contudo, sido posta em causa por outros estudos, que têm mostrado que é possível distorcer os relatos de crianças através da introdução de sugestão relativa a eventos com significado pessoal para elas e envolvendo o seu próprio corpo (e.g., Bruck, Ceci, Francoeur, & Barr, 1995a).

mostram-se progressivamente mais resistentes à alteração das suas respostas em situações de pressão social (Danielsdottir et al., 1993; Finnilä et al., 2003).

Hünefeldt e colaboradores (2008) aprofundam ainda mais esta análise, discriminando o sentido das mudanças de resposta após o *feedback* negativo, ou seja, aquelas que passam de correctas para incorrectas e vice-versa. Estes autores confirmam o padrão de resultados dos estudos acima expostos, ou seja, um aumento progressivo da tendência para alterar respostas após o *feedback* negativo até aos 5/6 anos, seguido de uma diminuição até aos 7 de idade, mas apenas para uma direcção de mudança: quando as crianças alteram respostas correctas para incorrectas. Estes dados, segundo estes autores podem ser explicados, não como uma variação linear de sugestionabilidade, mas como a consequência do número de respostas correctas que as crianças dão antes do *feedback* negativo. Aliás, o facto de que as crianças em idade pré-escolar vão melhorando progressivamente o seu desempenho na resposta a perguntas sugestivas encontra-se bem documentado (Bruck & Ceci, 1999; Ceci & Bruck, 1993, 1995; Crossman, Scullin, & Melnyk, 2004). Estas questões constituem-se como alguns dos percursos possíveis para a investigação futura.

Uma linha de investigação mais recente tem-se dedicado ao estudo da sugestionabilidade de idosos (Coxon & Valentine, 1998; Cruz & Pinho, 2008; Mueller-Johnson & Ceci, 2004; Polczyk et al., 2004), a fim de melhor estabelecer um *continuum* desenvolvimental com os estudos anteriores que se centraram maioritariamente nas crianças, adolescentes e jovens adultos.

Concluindo, apesar do corpo significativo de estudos que aponta as crianças mais novas como muito sugestionáveis, não é seguro assumir esta indicação de uma forma definitiva, uma vez que também há evidências que sustentam a possibilidade de, mesmo crianças muito novas, poderem ser testemunhas fiáveis. A existência de múltiplas evidências no sentido da precocidade da idade como factor de maior vulnerabilidade à sugestão, não deve, de facto, levar-nos a assumir de forma linear que as crianças mais velhas e os adultos não são sugestionáveis, até porque, como já vimos, muitos estudos têm comprovado que adolescentes e adultos evidenciam um grau considerável de sugestionabilidade, para estímulos e acontecimentos diversos. Algumas limitações patentes neste ramo de investigação, e quando está em causa a abordagem às variações no grau de sugestionabilidade em função da idade cronológica, passam pela criação de tarefas que simultaneamente sejam adequadas a crianças muito novas e que não sejam demasiado óbvias para as crianças mais velhas e para os adultos (o que pode levar a

que estes últimos percebam a introdução de sugestão e conseqüentemente se mostrem menos sugestionáveis).

A imensa variabilidade individual patente no fenómeno da distorção mnésica encontra-se bem traduzida na seguinte afirmação de Ceci e colaboradores (2000): “Em qualquer estudo desenvolvido por nós ou por outros, encontram-se crianças mais novas que são menos afectadas por técnicas sugestivas que crianças mais velhas e adultos.” (Ceci et al., 2000, pp.197). Na mesma linha, Ceci e colaboradores (1987) afirmam: “Os nossos resultados indicam que a memória das crianças muito novas pode ser distorcida através das sugestões pós-evento, mas não que inevitavelmente isto acontecerá.” (Ceci et al., 1987, pp. 47).

Há que manter estas ideias em mente quando nos embrenharmos no estudo da sugestionabilidade da memória humana, sendo essencial a adopção de uma perspectiva ampla, promovendo-se uma compreensão mais global deste fenómeno, e um melhor conhecimento de diversos factores e variáveis mediadores em todo o processo envolvente.

### **1.3. O fenómeno da sugestionabilidade: Questões metodológicas, factores externos e factores internos**

Os estudos até aqui apresentados têm-se centrado nas diferenças de idade cronológica como factor explicativo da variabilidade na propensão para ceder à sugestão.

No entanto, considerando uma mesma faixa etária, ou quando comparamos grupos com idades semelhantes que participaram em estudos diferentes, continuam a ser reportadas diferenças no grau de sugestionabilidade evidenciado por cada participante (Baker-Ward, Gordon, Ornstein, Larus, & Clubb, 1993; Quas, Qin, Schaaf, & Goodman, 1997). Mesmo dentro de uma mesma investigação, podemos encontrar crianças mais novas que são muito resistentes à sugestão e crianças mais velhas que se mostram muito sugestionáveis. Estas variações individuais, não podendo dever-se apenas a diferenças de idade, têm sido também analisadas à luz de outros mecanismos, factores e variáveis. De facto, partindo da consideração geral das possíveis variações no grau de sugestionabilidade em função da idade, importa perceber também quais são as condições e as conjunturas que podem explicar estas diferenças. Considerando o enquadramento do presente estudo, e a sua circunscrição ao estudo da sugestionabilidade de crianças, afigura-se prioritário o esclarecimento de uma pergunta central:

porque é que, em determinadas condições, as crianças se mostram muito sugestionáveis? São estas análises que se seguem.

### **1.3.1. Questões metodológicas**

A constatação da falta de uniformidade metodológica, tem desencadeado uma série de análises em torno dos procedimentos experimentais que pautam os diversos estudos neste campo de investigação. Entre os mais importantes, são de destacar: (1) o momento da introdução de perguntas sugestivas (Loftus et al., 1978, Experiência 3; Shapiro, Blackford, & Chen, 2005; Yuille & Cutshall, 1986); (2) o período de tempo decorrido até ao teste de memória (Gobbo, Mega, & Pipe, 2002; Loftus & Davies, 1984; Loftus et al., 1978; Melnyk & Bruck, 2004, Experiência 1; Newcombe & Siegal, 1997; Poole & White, 1991, 1993; Quas et al., 1999; Singh & Gudjonsson, 1984; White, Leichtman, & Ceci, 1997); e (3) a natureza e características do material a ser recordado, como por exemplo, ser apenas imaginado ou observado (Brady, Poole, Warren, & Jones, 1999; Cassel et al., 1996; Roebbers & Schneider, 2000), ou ser real/vivenciado (Baker-Ward et al., 1993; Connolly & Price, 2006; Gobbo et al., 2002; Goodman, Quas, Batterman-Faunce, Riddlesberger, & Kuhn, 1997; Quas et al., 1999; Rudy & Goodman, 1991; Yuille & Cutshall, 1986), e ter conteúdos neutros/periféricos, significativos/centrais ou invulgares/bizarros (Bruck, Ceci, Francoeur, & Barr, 1995a; Gobbo, 2000; Luna & Migueles, 2009; Lyon, 2002; Rudy & Goodman, 1991; White, Leichtman, & Ceci, 1997).

Loftus e colaboradores (1978), no âmbito da sua abordagem experimental ao fenómeno da sugestionabilidade, e tendo em consideração o princípio da detecção de discrepância que postulam, manipularam o intervalo de tempo entre a apresentação do estímulo e a introdução posterior de sugestão. Estes autores verificaram que as sugestões eram tanto mais aceites quanto mais tempo decorria entre os dois momentos, e atribuíram estes resultados ao facto de que um maior intervalo de tempo leva a um maior grau de deterioração da memória para a informação original, diminuindo a capacidade de detecção de possíveis discrepâncias com a informação falsa sugerida (Loftus et al., 1978, Experiência 3). Este tipo de resultados tem sido corroborado por outros autores (e.g., Howe, 1991). No entanto, esta tendência não é reportada de forma consistente, na medida em que um outro conjunto de investigações tem mostrado um maior grau de sugestionabilidade quando a sugestão é introduzida pouco tempo depois do

estímulo a recordar, defendendo que a proximidade temporal aumenta a dificuldade de monitorizar correctamente as fontes de informação (Lindsay, 1990; Roberts & Blades, 1998).

Estas divergências têm sido abordadas por alguns estudos que relacionaram o efeito de variações no intervalo de tempo e do tipo de informação a recordar: os resultados indicam que intervalos de retenção curtos promovem a distorção mnésica para aspectos periféricos da situação alvo, enquanto que um intervalo temporal mais prolongado parece afectar preferencialmente a evocação de aspectos centrais do evento a recordar (Gobbo, 2000; Roberts, Lamb, & Sternberg, 1999; Shapiro et al., 2005).

O tamanho da amostra e o tipo de técnicas de análise de resultados também foram ressaltados por alguns autores como podendo ser explicativos e esclarecedores de alguns resultados (Tabachnick & Fidell, 1996). Por outro lado, a própria estrutura dos questionários e o tipo de perguntas que são colocadas parece, de igual forma, desempenhar neste contexto um papel decisivo (Goodman & Reed, 1986). Alguns destes aspectos serão alvo de maior detalhe e debate ao longo deste trabalho.

Numa linha de investigação peculiar, alguns autores estudaram o grau de sugestionabilidade de crianças em relação a informações que eram introduzidas como tratando-se de um segredo a ser mantido entre a criança e o entrevistador. O facto de se considerar uma dada informação ou acontecimento como secretos não teve qualquer impacto na sugestionabilidade das crianças, traduzida pelo seu grau de aceitação de sugestão (Wilson, Powell, Raju, & Romeo, 2004). Outros autores alteraram o procedimento típico do paradigma da desinformação, introduzindo a informação ilusória antes da exposição à informação ou evento a recordar, verificando que, crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 6 anos, continuam a incorporar as sugestões nos seus relatos (Holliday & Hayes, 2002).

A explicação das variações individuais no grau de sugestionabilidade através da análise de alguns aspectos metodológicos inerentes às investigações não parece conseguir, por si só, esclarecer os resultados divergentes que têm vindo a ser obtidos. Torna-se essencial uma compreensão mais aprofundada e alargada de outros mecanismos e factores. Esta abordagem tem sido pautada pela discussão em torno da importância e do impacto dos factores sociais por contraponto aos factores cognitivos na explicação das variações de sugestionabilidade observadas em crianças. Este tipo de aproximação aos fenómenos da sugestionabilidade tem, de facto, assumido fundamentalmente duas vertentes distintas: a que argumenta a favor da supremacia dos factores contextuais na explicação dos fenómenos de distorção mnésica; e a

que apresenta evidências que apontam para um importante papel mediador dos factores internos, como o são as competências cognitivas ou as características de personalidade das crianças.

O investimento crescente nesta área de investigação tem demonstrado de forma cada vez mais clara a interligação destes dois tipos de factores, destacando a necessidade de perspectivar de forma ampla e abrangente ambos os contributos na explicação das diferenças individuais no grau de sugestionabilidade (Koriat & Goldsmith, 1996; Roebbers & Fernandez, 2002; Roebbers, Moga, & Schneider, 2001). Alguns estudos colocam ainda em evidência um processo de interacção entre as diferenças individuais e a idade, na medida em que diferentes factores parecem mediar o grau de vulnerabilidade à sugestão evidenciado por crianças pertencentes a diferentes faixas etárias (Bruck & Melnyck, 2004). Mantendo presente a necessidade de se adoptar uma visão do fenómeno da sugestão mnésica assente numa lógica de globalidade e de interacção entre várias variáveis, por uma questão de maior organização na exposição, detalhamos de forma separada os principais estudos que seguiram cada uma destas vertentes de investigação: (1) a que se dedicou ao estudo dos factores externos e contextuais; e (2) a que tem centrado a sua análise nos factores internos.

### **1.3.2. Os factores externos: O papel do contexto, do entrevistador e das técnicas de interrogatório**

O conjunto de investigações que se tem debruçado no estudo dos factores externos e contextuais, procura perceber porque é que determinadas situações e contextos geram maior grau de sugestionabilidade do que outros. Esta área de pesquisa reveste-se de uma importância crescente, dados os seus contributos nos domínios da Psicologia do testemunho.

Alguns investigadores pioneiros, como Binet (1900), Stern (1910), Varendonck (1911) e Lipmann (1911) defenderam, desde muito cedo, a importância de não se perspectivar a sugestionabilidade como um fenómeno meramente cognitivo, mas antes como uma característica que reflecte, em grande medida, factores sociais e motivacionais. De facto, é notória a necessidade crescente de uma compreensão mais ampla e aprofundada das implicações do contexto em que os interrogatórios são levados a cabo e também das técnicas de questionamento a que as testemunhas são submetidas. Torna-se então essencial perceber o impacto diferencial, o peso e a influência destes factores, quando em causa está a obtenção de

testemunhos de crianças em contextos forenses, muitas vezes referentes a vítimas de abuso e que, não raramente, envolvem criminalmente terceiros.

Expomos de seguida alguns dos factores externos mais frequentemente estudados. Note-se que esta exposição não pretende ser exaustiva, na medida em que seleccionámos apenas os aspectos que mais se aproximam do âmbito do presente estudo, e cujos contributos são importantes para uma melhor compreensão dos objectivos a que nos propusemos. Relembramos que esta selecção engloba apenas os estudos com metodologias características do paradigma da desinformação, como acima referimos, e que demos especial atenção àqueles cujas amostras incluem crianças.

### **1.3.2.1. O viés do entrevistador**

Considera-se que estamos perante um efeito de viés do entrevistador quando este tem determinadas convicções prévias e, em função destas, molda a entrevista de forma a obter respostas que sejam consistentes com aquilo que acredita ser verdadeiro ou correcto. Por outras palavras, todo o processo de interrogatório é orientado por evidências e crenças, evitando-se os procedimentos que possam gerar informações inconsistentes (Bruck et al., 1997; Ceci & Bruck, 1993, 1999).

As investigações que se têm dedicado ao estudo do efeito do viés do entrevistador no relato de crianças têm colocado em evidência que este é responsável por uma diminuição significativa do grau de veracidade das respostas, que são distorcidas e vão tendencialmente ao encontro do viés introduzido (Ceci & Bruck, 1995; Goodman & Clarke-Stewart, 1991; Lepore & SESCO, 1994). De facto, o tipo de informações e conhecimentos prévios e também as expectativas e interpretações de cada entrevistador influenciam significativamente a formulação de questões e conseqüentemente o grau de sugestibilidade das crianças (Goodman & Melinder, 2007; Nickerson, 1998; Petit, Fegan, & Howie, 1990, in Ceci & Bruck, 1993; Thompson, Clarke-Stewart, & Lepore, 1997). Saliente-se que o viés do entrevistador influencia, não só a forma e o conteúdo das questões, mas também toda a arquitectura da entrevista, introduzindo um conjunto de componentes e características no processo de interrogatório com um potencial sugestivo elevado.

Segue-se uma exposição dos principais aspectos que desempenham um papel de destaque nos processos de interrogatório, bem como dos resultados e conclusões mais pertinentes que a investigação neste campo tem projectado.

### **1.3.2.2. O estatuto do entrevistador**

A vulnerabilidade à sugestão evidenciada pelas crianças parece depender da sua percepção do grau de credibilidade e de autoridade do entrevistador. É sabido que as crianças, e principalmente as muito novas, têm especial tendência para confiar em figuras adultas ou com estatutos de autoridade, mostrando-se geralmente colaborantes e tentando corresponder às suas expectativas (Ceci et al., 1987; Thompson et al., 1997; White et al., 1997).

Alguns estudos têm comprovado que as crianças cedem mais facilmente à sugestão quando esta é introduzida por adultos do que quando o é por outras crianças (Ackerman, 1983; Ceci et al., 1987). O elevado grau de confiança que os adultos suscitam nas crianças encontra-se bem reflectido no facto de as crianças colaborarem e darem respostas concretas, mesmo quando lhes são colocadas perguntas com conteúdos bizarros (Hughes & Grieve, 1980). Este efeito parece diminuir se, previamente, as crianças foram avisadas de que o entrevistador pode tentar enganá-las (Warren et al., 1991), o que coloca em relevo o impacto do tipo de instruções que são dadas, e das conseqüentes expectativas por elas geradas nas crianças (Roebbers & Schneider, 2005b; Warren et al., 1999b). Seria também de esperar que, se o entrevistador deixasse clara a possibilidade de a criança responder “não sei” se observasse menor aceitação de sugestão, mas neste caso, os resultados não têm sido uniformes (Moston, 1987; Roebbers & Schneider, 2005b).

Para além do papel da idade do entrevistador, o impacto diferencial de diferentes entrevistadores adultos, parece encontrar explicação nas variações de estatuto, credibilidade e autoridade percebidas pelas crianças entrevistadas.

A influência da percepção das crianças acerca dos conhecimentos prévios do entrevistador está bem patente num estudo desenvolvido por Hembrooke, Toggia e Ross (1991, in Bruck et al., 1997), que demonstra que as crianças evidenciam maior sugestionabilidade quando acreditam que a pessoa que as está a entrevistar está familiarizada com o conteúdo das perguntas. Num outro estudo, realizado com crianças em idade pré-escolar, Tobey e Goodman (1992) obtiveram resultados que reforçam a importância do estatuto e do poder que o

entrevistador transmite às crianças. Todas as crianças jogaram um jogo com uma das investigadoras, que lhes foi apresentada como sendo uma “*baby-sitter*”, sendo entrevistadas acerca deste episódio onze dias mais tarde. A metade das crianças as perguntas foram colocadas por um polícia, que lhes disse previamente estar muito preocupado por algo de mau poder ter acontecido quando brincaram com a “*baby-sitter*”, enquanto que a outra metade das crianças foi apenas questionada por um entrevistador neutro. Os relatos das crianças pertencentes à primeira condição foram menos fidedignos e incluíram informações falsas decorrentes da sugestão que o polícia introduziu.

Um outro resultado interessante é o de que as crianças mostram maior vulnerabilidade à sugestão quando são entrevistadas por pessoas estranhas ou por figuras de autoridade, do que quando o são por familiares (Goodman, Sharma, Golden, & Thomas, 1991, in Ceci & Bruck, 1993). No entanto, isto só parece acontecer se as crianças forem unicamente questionadas por familiares, passando a evidenciar relatos distorcidos mesmo junto de pessoas da família, se tiverem sido previamente entrevistadas por outras figuras (Clarke-Stewart, Thompson, & Lepore, 1989, in Ceci & Bruck, 1993). A presença de entrevistadores distintos em diferentes entrevistas acerca de um mesmo evento também parece gerar um maior grau de distorção mnésica, tanto em crianças como em adultos (Bjorklund et al., 2000).

Numa linha de investigação mais recente, alguns autores construíram procedimentos experimentais que permitissem analisar o desempenho das crianças em condições de menor pressão social. Nestes estudos, a criança respondia a questões num computador ou segredava as suas respostas a um “urso de peluche”. Ao contrário do que seria de esperar, este tipo de procedimentos, em que a criança não tem que enfrentar directamente as exigências situacionais da presença directa de uma figura de autoridade, não teve qualquer efeito na qualidade dos relatos obtidos, nem promoveu uma maior resistência à aceitação das sugestões introduzidas nos questionários. Algumas hipóteses têm vindo a ser avançadas como tentativa de explicação destes resultados, entre elas, o impacto diferencial de possíveis variações individuais ao nível das competências cognitivas, e também dos próprios contextos criados em cada um destes estudos (Donohue, Powell, & Wilson, 1999; Powell, Wilson, & Thomson, 2002; Roebbers, Howie, & Beuscher, 2007). O papel das instruções e da forma como é introduzido o *feedback* será analisado em maior pormenor mais adiante.

Concluindo, apesar de as instruções dadas poderem atenuar o impacto do estatuto do entrevistador nos testemunhos das crianças, parece seguro afirmar a influência decisiva do grau

de confiança que as crianças geralmente manifestam relativamente a adultos, e também da sua percepção acerca da credibilidade, conhecimentos e autoridade do entrevistador, nas suas respostas e testemunhos, na medida em que estas tendem a ir ao encontro das expectativas e do viés patentes no processo de questionamento.

### **1.3.2.3. O tom emocional da entrevista e a postura do entrevistador**

Durante uma entrevista, é inevitável que o entrevistador recorra a linguagem não-verbal e que as suas perguntas tenham patentes determinadas entoações e conotações emocionais. O tom emocional das perguntas é rapidamente percebido pelas crianças que tendem a moldar-se e agir de acordo com o que percebem ser esperado (Ceci & Bruck, 1995; Garven, Wood, & Malpass, 2000; Garven, Wood, Malpass, & Shaw, 1998). Por outro lado, o uso de reforços, tais como “vais-te sentir melhor se disseres”, “não tenhas medo de dizer” ou “és muito corajoso(a) se contares”, quando introduzidos com frequência e acompanhados de um tom insistente ou mesmo ameaçador, leva as crianças a confirmar e a fornecer informações falsas (Goodman, Wilson, Hazan, & Reed, 1989, in Bruck et al., 1997). Apesar de um número significativo de evidências neste sentido, alguns resultados não são consensuais, podendo algumas divergências dever-se aos diferentes contextos das experiências desenvolvidas e também ao próprio conteúdo das perguntas (temáticas de abuso sexual ou assuntos relativamente neutros) (Saywitz, Geiselman, & Bornstein, 1992). Por exemplo, Thompson e colaboradores (1997) realizaram um estudo com crianças de 5 e 6 anos de idade em que, após a exposição a alguns eventos, os participantes eram questionados por entrevistadores não neutros (acusatórios e não acusatórios) e neutros. Quando questionadas por um entrevistador neutro, as crianças deram informações correctas. No entanto, quando as sugestões do entrevistador não correspondiam à situação real e quando o entrevistador não era neutro, estes autores verificaram que os relatos das crianças iam ao encontro das sugestões e crenças dos entrevistadores e que, mesmo quando questionadas de forma neutra pelos pais, duas semanas mais tarde, os relatos das crianças continuavam distorcidos e consistentes com as sugestões introduzidas pelo entrevistador (Thompson & colaboradores, 1997).

O impacto da postura do entrevistador e da tonalidade emocional da entrevista no grau de aceitação da sugestão durante um questionário parecem, de facto, ser determinantes. Inúmeros estudos têm demonstrado que quando o entrevistador assume uma postura distante,

pautada por comportamentos agressivos ou por atitudes confrontativas, gera uma pressão social mais forte e uma maior distância interpessoal com o entrevistado (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986), inflacionando, conseqüentemente, os seus níveis de sugestionabilidade interrogativa (Bain & Baxter, 2000; Bain, Baxter, & Ballantyne, 2007; Bain, Baxter, & Fellowes, 2004; Baxter & Boon, 2000; Finnila et al., 2003).

#### **1.3.2.4. O tipo de perguntas e a repetição de perguntas e de entrevistas sugestivas**

Se é verdade que as crianças, e principalmente as mais novas, não fornecem muita informação quando recorremos a perguntas do tipo aberto (Baker-Ward et al., 1993; Peterson & Bell, 1996), isso não significa que se deva optar pelo uso de questões específicas e fechadas. De facto, a própria estrutura das perguntas (Gee, Gregory, & Pipe, 1999; Lamb et al., 2003; Roebbers & Howie, 2003) e a sua repetição (Brady, Poole, Warren, & Jones, 1999; Bruck & Ceci, 2004; Ceci & Bruck, 1995; Garven et al., 2000; Howie, Sheehan, Mojarrad, & Wrzesinska, 2004; Poole & White, 1993, 1995) parecem aumentar, por si só, as distorções nas respostas das crianças.

Peterson e Bell (1996) entrevistaram um grupo de crianças que tinham sido assistidas na urgência de um hospital. As perguntas foram introduzidas em dois momentos distintos: uns dias depois da sua ida ao hospital e decorridos seis meses. Os questionários continham perguntas abertas (“conta-me o que aconteceu”), fechadas (“em que sitio te magoaste?”) e do tipo “sim/não” (“magoaste-te no joelho?”). Os resultados indicam, nos dois momentos de avaliação, que as perguntas do tipo aberto são aquelas que geram maior número de informações correctas, aumentando o número de informações falsas nas respostas das crianças quando se colocam os outros dois tipos de perguntas. Outros autores têm alertado para as perguntas do tipo sim/não deverem ser evitadas junto de crianças muito novas (Brady et al., 1999; Dent & Stephenson, 1979; Poole & Lindsay, 1998).

Este efeito de distorção mnésica torna-se ainda mais saliente quando estas perguntas sugerem informações falsas (Bruck et al., 1995a; Bruck et al., 2002; Ceci & Bruck, 1993; Ceci et al., 1987; Loftus, 2003; Poole & White, 1991, 1995). As perguntas que contêm informações falsas, e que sugerem uma determinada resposta, são habitualmente designadas por perguntas sugestivas, na literatura que contempla o fenómeno das distorções mnésicas através da

sugestão (Endres, 1997; Gudjonsson, 1984a; Loftus & Zani, 1975). As perguntas sugestivas, dependendo da sua estrutura e conteúdos, podem ser de vários tipos (Gudjonsson, 1984a; Endres, 1997): (1) perguntas capciosas, que contém premissas, expectativas, descrições ou informações falsas, e influenciam ou sugerem as respostas pretendidas (e.g., “o suspeito com um ar ameaçador enfrentou o polícia?”); (2) perguntas afirmativas, que orientam para uma resposta afirmativa ou de aceitação (e.g., “Ele sentou-te no seu colo, não sentou?”); e (3) perguntas do tipo alternativas falsas, que propõem duas alternativas de resposta, sendo que nenhuma delas é verdadeira (e.g., “O carro era branco ou preto?”, sendo o carro vermelho).

O uso de perguntas sugestivas do tipo alternativas falsas deve ser particularmente evitado, uma vez que os resultados de muitos estudos têm alertado para o facto de as crianças muito novas tenderem a optar por uma das opções da pergunta, mesmo quando não sabem a resposta, uma vez que têm dificuldade em responder “não sei”, e também pela sua tendência, que já referimos, para confiar e para colaborar com figuras adultas (Ceci & Bruck, 1993, 1999; Peterson, Dowden, & Tobin, 1999; Poole & Lindsay, 1995; Walker, Lunning, & Eilts, 1996, in Bruck et al., 1997). Gudjonsson (2003) vem reforçar esta ideia, alertando para o facto de as perguntas do tipo alternativas falsas serem aquelas que geram maior mudança de resposta após o *feedback* negativo.

A introdução de perguntas sugestivas e a sua repetição não é, contudo, invulgar nos processos de interrogatório, na medida em que, estando presente o viés do entrevistador, este tenderá a repetir as sugestões e as perguntas em que não obteve respostas confirmatórias das suas convicções prévias. Vários autores têm defendido que a repetição de perguntas sugestivas gera maior sugestionabilidade principalmente entre as crianças mais novas, uma vez que estas antecipam que se o entrevistador está a repetir as questões é porque não deram a resposta certa (Ceci & Friedman, 2000; Moston, 1987; Warren et al., 1991). Note-se que no estudo de Warren e colaboradores (1991) para além da repetição de perguntas foi também introduzido *feedback* negativo, o que pode ter potenciado o efeito observado. Um outro estudo que ilustra bem o efeito da repetição de perguntas sugestivas e também da repetição de entrevistas nas respostas das crianças foi desenvolvido em 1991, por Poole e White. Os autores seleccionaram uma amostra que englobava crianças de 4, 6 e 8 anos e também adultos. Todos assistiam a um evento sendo que, metade era questionada imediatamente após a observação do evento e uma semana depois, enquanto que a outra metade apenas era submetida ao questionário uma única vez (uma semana depois). Em cada sessão de teste todas as perguntas eram repetidas três

vezes. Os resultados mostraram que a repetição das perguntas do tipo aberto não produziu alterações significativas nas respostas dos participantes, por contraste à repetição das perguntas do tipo “sim/não”, que gerou mudanças significativas nos relatos das crianças mais novas. As crianças que foram sujeitas a duas sessões de avaliação também evidenciaram maior número de respostas erradas (Poole & White, 1991).

Este último dado encaminha-nos para a constatação de que, para além da repetição de perguntas numa mesma entrevista, há também que englobar nesta análise o impacto da repetição de entrevistas ao longo de determinados períodos de tempo, processo comum nos processos de avaliação forense, em que as crianças são avaliadas repetidamente por diversas figuras de autoridade (e.g., pais, advogados, terapeutas, polícia).

Estando em causa a memória de crianças sinalizam-se, neste campo de investigação, inúmeros investigadores que defendem o uso de entrevistas repetidas, que permitam à criança, não só reforçar a sua memória para o evento original (prevenindo que a memória se vá desvanecendo com o passar do tempo), mas também para lhe criar a oportunidade de fornecer detalhes não evocados nos primeiros momentos de interrogatório. De facto, muitos estudos têm demonstrado que a possibilidade de evocar, em momentos diferentes, a informação original, leva à obtenção de relatos mais pormenorizados (Brainerd, Reyna, & Brandse, 1995; Poole & White, 1995; Tucker, Merton, & Luszcz, 1990; Warren & Lane, 1995). No entanto, um outro conjunto de investigações, tem chamado a atenção para o facto de as informações que as crianças vão adicionando nos seus relatos poderem ser falsas, quando estas são entrevistadas repetidamente e em condições sugestivas (Ceci, Crotteau-Huffman, Smith, & Loftus, 1994a; White et al., 1997). Este último ponto de vista encontra também suporte num estudo realizado em 1995, por Bruck e colaboradores, com crianças de 5 anos. Estas crianças estiveram presentes numa consulta de Pediatria, sendo seguidamente alvo de procedimentos sugestivos. Um ano depois, estas crianças foram entrevistadas quatro vezes ao longo de um mês, sendo introduzida sugestão a algumas crianças nas primeiras três entrevistas. Na última entrevista, as crianças que não foram expostas a sugestão descreveram de forma bastante correcta a sua visita ao Pediatra. Já as que fizeram parte da condição de introdução de sugestão incorporaram de forma significativa nos seus relatos as informações falsas sugeridas (Bruck et al., 1995a).

Parece, portanto, que o tipo de perguntas utilizadas e a estrutura das entrevistas influenciam de forma significativa as respostas obtidas. Deve evitar-se sobretudo, o uso de perguntas do tipo sim/não e de questões sugestivas que propõem duas alternativas falsas de

resposta, uma vez que vários estudos sustentam o seu forte poder de distorção das respostas subsequentes. Por fim, pese embora algum efeito benéfico na obtenção de maiores quantidades de informação dos procedimentos de repetição de perguntas e de entrevistas, há que ter em atenção o facto de estas estratégias potenciarem também a introdução gradual de informações falsas nos testemunhos.

### **1.3.2.5. A indução de estereótipos**

A sugestão está muitas vezes presente nas perguntas que compõem os questionários. No entanto, as informações falsas podem ser introduzidas através de muitas outras técnicas e procedimentos sugestivos. Uma delas, é a indução de estereótipos, que consiste em criar uma determinada imagem de uma pessoa, que é repetidamente transmitida às crianças (por exemplo, dizer-lhes que alguém faz coisas más).

Vários estudos têm mostrado que a indução de estereótipos tem uma influência visível nos relatos subsequentes das crianças (Leichtman & Ceci, 1995; Lepore & Sesco, 1994; Thompson et al., 1997). Vejamos um exemplo. Em 1994, Lepore e Sesco realizaram um estudo junto de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 6 anos, em que o evento original consistia em estas brincarem com um homem numa sala, pedindo-lhes este a determinada altura para o ajudarem a tirar a sua camisola. Numa sessão posterior, o entrevistador fazia alusão ao evento original e pedia às crianças para contarem o que tinha acontecido. Adoptava uma postura neutra com metade das crianças, enquanto que com as restantes reinterpreta as suas respostas introduzindo uma imagem negativa acerca do homem com quem tinham brincado e fazia ainda três perguntas sugestivas. No final, todas as crianças responderam a um conjunto de perguntas do tipo “sim/não”, verificando-se que as crianças que fizeram parte da condição de indução de estereótipo negativo deram mais respostas erradas, no sentido de aceitação das informações incriminatórias sugeridas. Este pior desempenho continuou a verificar-se quando as crianças foram novamente entrevistadas uma semana depois.

Parece assim que a indução de uma determinada imagem relativa a alguém gera nas crianças uma maior tendência para distorcer os seus julgamentos em relação a ela. Repare-se que este tipo de influência é frequente nos contextos reais de avaliação, em que os entrevistadores, nos casos de suspeita de agressões físicas ou sexuais, de crime ou de roubo

tendem a transmitir às crianças uma opinião negativa, ou pelo menos de desconfiança, acerca do eventual suspeito.

### **1.3.2.6. Factores externos: Principais conclusões e implicações**

Como vimos, ao longo da exposição de alguns dos factores externos que podem estar presentes em contextos de interrogatório, a introdução de sugestão pode ocorrer de variadas maneiras. São múltiplas as técnicas e diversos os procedimentos sugestivos que podem ser utilizados, e que são visivelmente modelados em função das convicções prévias do entrevistador. São exemplos, a utilização de perguntas do tipo fechado e de perguntas sugestivas, a repetição não só destas perguntas mas também de entrevistas, a indução de estereótipos, e as variações no tom emocional patente ao interrogatório (Rosenthal, 2002). O próprio estatuto de autoridade e de credibilidade geralmente percebido pelas crianças em relação a figuras adultas leva, por si só, a que estas tentem ir ao encontro das expectativas dos entrevistadores.

Uma das conclusões essenciais a delinear após esta revisão é que, de facto, as entrevistas sugestivas aumentam o grau de sugestionabilidade das crianças. Não menos importante será o facto de que, não só se verificam relatos distorcidos e erros de memória, como estas distorções e erros se referem tanto a eventos neutros e a detalhes periféricos, como também a episódios significativos e a informações centrais, muitas vezes envolvendo o próprio corpo (Bruck et al., 1995a; Lepore & SESCO, 1994; Peterson & Bell, 1996; Tobey & Goodman, 1992). Estes dados têm obviamente importantes implicações na avaliação de testemunhos de crianças vítimas de maus-tratos físicos e abuso sexual.

Uma outra constatação importante que se depreende desta análise é o facto de se obter maior impacto na distorção dos relatos quando estão simultaneamente presentes a tendência confirmatória do viés do entrevistador e de várias técnicas sugestivas (Bruck & Ceci, 1997, 2004; Bruck et al., 2002; Garven et al., 1998; Leichtman & Ceci, 1995). Uma criança entrevistada por alguém que tenta confirmar as suas crenças prévias, repetidas vezes e após longos períodos de tempo, e que é alvo de muitas técnicas sugestivas em simultâneo, cederá mais facilmente à sugestão. Garven e colaboradores (1998) conduziram um estudo que comprova que o uso de técnicas sugestivas combinadas compromete a veracidade dos relatos das crianças. Neste estudo as crianças que foram alvo de múltiplos procedimentos sugestivos relataram apenas 42% de informações verdadeiras, por contraponto com 83% de informações

correctas para as crianças que foram sujeitas a uma única técnica sugestiva, neste caso a introdução isolada de perguntas sugestivas.

Resumindo, se queremos promover a veracidade dos testemunhos das crianças, devemos evitar questionar repetidas vezes a mesma criança, ao longo de períodos de tempo extensos, tentando manter uma postura o mais neutra possível, e utilizando preferencialmente perguntas do tipo aberto, que não devem conter qualquer sugestão ou expectativa de resposta. É de facto essencial, que os entrevistadores possuam as competências e os conhecimentos necessários, que permitam maximizar a veracidade e a qualidade das respostas obtidas, reduzindo a contaminação dos relatos das crianças. A reforçar esta análise está a constatação de que as crianças, mesmo as muito novas, são capazes de fornecer relatos correctos acerca de um determinado evento ou situação. De facto, mesmo as crianças em idade pré-escolar conseguem evocar muitas informações de forma bastante exacta, quando não estão sujeitas a procedimentos sugestivos (Bruck & Ceci, 1999; Ceci & Bruck, 1993). Salienta-se a necessidade de, aquando da avaliação de crianças, evitar técnicas e entrevistas com elevado potencial sugestivo, sendo preferível obter um número inferior de informações, mas que sejam correctas e fidedignas. Até porque, várias investigações têm verificado ser muito difícil distinguir os relatos verdadeiros daqueles que são fruto de distorção mnésica pela sugestão (Bruck et al., 2002; Leichtman & Ceci, 1995).

Alguns autores têm analisado conjuntamente o impacto das técnicas de questionamento e das diferenças individuais, defendendo que as avaliações podem ser categorizadas segundo um *continuum* de poder sugestivo, e que o grau de sugestão a introduzir deve ser ajustado a cada situação particular (Goodman & Schaaf, 1997). Com esta preocupação em mente, têm vindo a ser propostas algumas directrizes para a avaliação e para a condução de entrevistas junto de crianças (Ainsworth, 1998; Ceci, Crossman, Scullin, Gilstrap, & Huffman, 2002; Fisher & Geiselman, 1992; Lamb, Sternberg, Esplin, Hershkowitz, & Orbach, 1997; Marxsen, Yuille, & Nisbet, 1995; Memon, Cronin, Eaves, & Bull, 1993; Yuille, Hunter, Joffe, & Zaparniuk, 1993; Warren et al., 1999b). Seguem-se dois exemplos. Fisher e Geiselman (1992) dedicaram-se ao estudo de uma entrevista que resolvesse as limitações e os problemas típicos das avaliações policiais. Estes autores desenvolveram um protocolo, a CI<sup>3</sup>. Este protocolo foi inicialmente construído para adultos, sendo mais tarde adaptado para utilização com crianças, e tem patente não só princípios da psicologia da memória mas também fundamentos teóricos ao nível da

---

<sup>3</sup> CI: *Cognitive Interview* (Fisher & Geiselman, 1992).

interacção social e dos processos comunicacionais. Diversos investigadores têm defendido que a aplicação desta entrevista melhora a evocação de eventos e informações (Hayes & Delamothe, 1997; Holliday, 2003a, 2003b; Milne & Bull, 2003), e diminui o grau de aceitação de sugestão (Holliday, 2003b; Holliday & Albon, 2004; Memon, Holley, Wark, Bull, & Koehnken, 1996; Milne & Bull, 2003), tanto em adultos como em crianças. Hayes e Delamothe (1997) desenvolveram um estudo com crianças (entre os 5 e os 11 anos de idade), em que analisaram os efeitos da CI, após a exposição dos participantes a informação falsa, verificando uma maior exactidão na evocação dos sujeitos, após a introdução das instruções desta entrevista. Holliday (2003b) concluiu que a aplicação de uma CI após a introdução de informação sugestiva, diminui a sua aceitação e melhora o desempenho nas provas de evocação, em crianças com 4 e 8 anos de idade. A SWI<sup>4</sup> (Yuille et al., 1993) foi um dos primeiros protocolos de entrevista com crianças a ser desenvolvido para utilização em contextos forenses. Este protocolo defende que a entrevista deve começar com procedimentos de evocação livre ou com perguntas do tipo aberto, avançando-se gradualmente para perguntas do tipo fechado, em função das necessidades. Apesar das evidências que apontam como útil a aplicação da CI e da SWI nas avaliações de crianças, é imprudente considerar que a utilização deste tipo de protocolos, ou de outros semelhantes, impede de forma segura a ocorrência de distorções mnésicas (Hardy & Van Leeuwen, 2004). De facto, estes ou outros recursos podem não controlar, na totalidade, o impacto do entrevistador e do contexto, existindo sempre variações individuais e situacionais que influenciam diferencialmente o grau de sugestibilidade dos testemunhos.

Numa visão mais alargada da influência das técnicas de questionamento na criança entrevistada, alguns autores têm vindo a propor uma análise assente numa lógica de interacção entre o entrevistador e o entrevistado (Gilstrap, 2004; Gilstrap & Ceci, 2005; Gilstrap & Papierno, 2004). Estes estudos abandonam as metodologias anteriores que recorrem a entrevistas estruturadas, em que o entrevistador tem que seguir um protocolo pré-definido, e passam a analisar os efeitos mútuos das reacções da criança no entrevistador e vice-versa. Neste ramo de investigação, o entrevistador deve conduzir a entrevista de forma flexível e em função das características e das respostas do entrevistado. O objectivo é a aproximação aos contextos reais de avaliação forense, em que não só o avaliador influencia os testemunhos obtidos, como também as crianças influenciam o comportamento dos entrevistadores. Um dos estudos que se

---

<sup>4</sup> SWI: *Step-Wise Interview protocol* (Yuille, Hunter, Joffe, & Zaparniuk, 1993).

debruçou neste tipo de análise foi desenvolvido em 2005, por Gilstrap e Ceci, que concluíram que, ao contrário da maioria dos estudos que utilizam entrevistas estruturadas, uma grande parte das perguntas sugestivas não é seguida por aceitação mas sim por negação por parte das crianças. Muito importante foi a observação de que as respostas anteriores das crianças se revelaram preditivas das suas respostas posteriores às perguntas colocadas, quer estas fossem neutras ou sugestivas. Para além disso, os comportamentos resistentes das crianças foram mais frequentemente seguidos por perguntas sugestivas por parte dos entrevistadores, do que os seus comportamentos de aceitação, o que pode explicar o facto de uma percentagem significativa de perguntas sugestivas terem sido seguidas por não-aceitação por parte das crianças. Este tipo de dados comprova as influências mútuas entre os entrevistadores e as crianças, reforçando a necessidade de incluir este tipo de metodologias nas investigações nesta área (Gilstrap & Papierno, 2004).

O fenómeno da sugestionabilidade, dada a sua complexidade, deve ser sempre encarado como estando dependente de uma ampla rede de factores externos e internos, que têm de ser considerados numa perspectiva de interacção e de influência mútua. Apresentámos anteriormente os factores externos e contextuais. Vejamos então agora o papel que os factores internos podem ter na sugestionabilidade das testemunhas.

### **1.3.3. Os factores internos: O papel das diferenças individuais**

A investigação em torno dos factores internos e da sua relação com a sugestionabilidade tem abarcado vários tipos de variáveis. Os principais factores que têm sido alvo de debate neste campo podem agrupar-se em três categorias: (1) os factores cognitivos; (2) os factores psico-sociais; e (3) os factores biológicos.

Iniciaremos a nossa exposição pelas variáveis cognitivas, dando maior destaque à memória e à inteligência, primeiramente por terem sido consideradas no presente estudo, mas também por serem aquelas que mais frequentemente são chamadas à colação na explicação do fenómeno da sugestão mnésica. Os restantes factores, e respectivos estudos, serão apresentados de uma forma mais sintética, seleccionando-se aqueles que mais têm sido alvo de análise neste campo de pesquisa, ou que melhor poderão contribuir para um enquadramento mais amplo e para uma percepção mais clara desta investigação. Relembramos uma vez mais que, entre os critérios que orientaram a nossa selecção, estão a idade cronológica dos

participantes (na medida em que damos maior destaque aos estudos cujas amostras incluem crianças), e também o tipo de procedimento experimental neles utilizado (uma vez que nos interessam em particular procedimentos característicos do paradigma da desinformação, e mais especificamente aqueles que analisam a sugestionabilidade interrogativa).

### **1.3.3.1. Os factores cognitivos**

Esta secção engloba a investigação mais saliente que tem sido levada a cabo em torno do papel da memória, da inteligência, da competência linguística, da capacidade de monitorização de fonte e do conhecimento no fenómeno da distorção dos testemunhos pela sugestão.

#### **1.3.3.1.1. Memória**

Os estudos que se debruçaram sobre a associação entre a memória dos sujeitos e a sua vulnerabilidade à introdução da sugestão têm assumido dois ramos distintos de análise: a relação entre medidas tradicionais de memória e a sugestionabilidade; e a relação entre a memória para eventos (tanto para eventos independentes como para um mesmo evento) e a sugestionabilidade. Depois da abordagem a estas duas vertentes de análise, descrevemos os trabalhos de alguns autores que se centram nas variações da força do traço de memória na explicação do fenómeno da distorção mnésica. Serão também ilustrados alguns estudos que verificam o impacto específico do grau de deterioração de memória, e por fim aqueles que se dedicam à compreensão da associação entre medidas do funcionamento executivo e da memória operatória e o grau de vulnerabilidade à sugestão. Daremos maior destaque às investigações desenvolvidas com crianças, discriminando, contudo, algumas que incluíram amostras de jovens adultos e adultos, que pensamos serem úteis para uma mais ampla compreensão desta análise.

#### ***A relação entre medidas tradicionais de memória e a sugestionabilidade***

No que diz respeito à primeira análise, os resultados com crianças apontam, de uma forma geral, para a inexistência de correlações entre medidas tradicionais de memória (e.g.,

listas de pares associados, amplitude de memória imediata) e medidas de sugestibilidade interrogativa (procedimentos que incluem a colocação de perguntas sugestivas) (Clarke-Stewart, Malloy, & Allhusen, 2004; Eisen, Goodman, Qin, & Davis, 2002a; Henry & Gudjonsson, 2003).

### ***A relação entre a memória para eventos/histórias independentes e a sugestibilidade***

No âmbito da segunda análise, estudos com crianças e adultos, têm demonstrado que a memória para um dado evento não se correlaciona significativamente com a sugestibilidade interrogativa evidenciada em relação a um acontecimento independente (impacto de perguntas sugestivas e de *feedback* negativo). Para além disso, as correlações nem sempre vão na direcção esperada, ou seja, de que quanto pior for a memória para um dado evento, maior será a tendência para ceder à sugestão relativa a outro episódio ou acontecimento (Henry & Gudjonsson, 1999, 2003, 2004; McKinley-Pace, 2000; Scullin, Kanaya, & Ceci, 2002).

### ***A relação entre a memória para um mesmo evento/história e a sugestibilidade***

Já quando atentamos na relação entre a memória e a vulnerabilidade à sugestão de crianças e adultos, considerando um mesmo evento, vários estudos têm sustentado que melhores memórias para uma história ou evento se associam a uma menor aceitação de sugestão relativa a essa mesma história ou evento.

Alguns autores consideram nesta análise a quantidade de informações correctas evocadas em resposta a perguntas não sugestivas, outros quantificam a memória partindo de procedimentos de evocação livre. Vejamos um exemplo ilustrativo de cada uma das abordagens. Chae e Ceci (2005) verificaram, com crianças entre os 5 e os 8 anos, que aquelas que responderam de forma mais correcta a perguntas não sugestivas, evocando mais informação acerca de um evento simulado, eram também as que se mostravam mais resistentes ao efeito da introdução posterior de perguntas sugestivas. Warren e colaboradores (1991) reportaram uma associação significativa entre a capacidade de evocação livre de um evento e a sugestibilidade. Numa amostra que incluía crianças de 7 e 12 anos e também adultos, estes autores concluíram que, quanto pior era a memória dos participantes para o evento, mais estes

depois aceitavam as informações falsas sugeridas. Este padrão de associações tem recebido suporte empírico num número considerável de investigações (Marche, 1999; Marche & Howe, 1995; McFarlane, Powell, & Dudgeon, 2002; Smith & Gudjonsson, 1995).

Contudo, há que realçar também alguns estudos com crianças cujos resultados não confirmam esta tendência. São exemplos as investigações realizadas por Howie e Dowd (1996), que não encontraram nenhuma correlação significativa entre as medidas de evocação (evocação livre e resposta a perguntas não-sugestivas) e o grau de submissão a perguntas sugestivas de crianças em idade escolar, e por Danielsdottir e colaboradores (1993) que também não encontraram nenhuma associação significativa entre a sugestionabilidade de crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos de idade, e o seu desempenho em provas de evocação.

Observemos agora os estudos desenvolvidos especificamente em torno da relação entre o desempenho nas medidas de memória e de sugestionabilidade das GSS. Começamos por alguns exemplos que englobaram jovens adultos e adultos nas suas investigações. Gudjonsson (1988a) encontrou uma correlação negativa entre o desempenho de adultos nas medidas de evocação nas GSS1 e GSS2 e os valores obtidos nas medidas de sugestionabilidade destas escalas, se bem que os resultados parecem estar dependentes da amplitude dos resultados da amostra. Pollard e colaboradores (2004) também encontraram correlações negativas significativas entre o desempenho de jovens adultos na primeira medida de evocação das GSS2 e as medidas de sugestionabilidade submissão1, submissão2 e sugestionabilidade total.

Na mesma linha de resultados, Cunha, Albuquerque e Freire (2007b) administraram ambas as versões das GSS, numa amostra de estudantes universitários, encontrando uma correlação negativa significativa entre o número de unidades de informação correctamente evocadas e a medida de sugestionabilidade total. Correlações negativas entre o desempenho de estudantes universitários na primeira evocação de uma versão Polaca das GSS1 e todas as medidas de sugestionabilidade destas escalas foram igualmente reportadas por Polcyc (Polcyc, 2005). Liebman e colaboradores (2002), também confirmaram que os estudantes universitários que tiveram um melhor desempenho mnésico em relação à história das GSS2 revelaram menor sugestionabilidade na medida submissão1 das GSS2.

Mantendo a mesma linha de análise, orientemos agora a nossa atenção para alguns estudos levados a cabo junto de crianças. Danielsdottir e colaboradores (1993) mostraram, num estudo desenvolvido com as GSS2, que o desempenho na medida de evocação imediata

explicava as diferenças nos valores de sugestionabilidade em grupos de crianças com 8 e 12 anos; no entanto, esta relação não foi encontrada para as crianças de 6 anos que também constituíam a amostra deste estudo. Calicchia e Santostefano (2004) reforçam a existência de uma correlação negativa entre o desempenho na medida de evocação das GSS2 e o grau de sugestionabilidade de crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos nas medidas de sugestionabilidade das mesmas escalas. Gudjonsson e Henry (2003) referiram a capacidade de evocação nas GSS2 de crianças com 11/12 anos como um importante preditor do seu grau de sugestionabilidade quantificado pela medida submissão<sup>1</sup> destas escalas. McFarlane e colaboradores (2002) também reportaram uma associação negativa entre a capacidade de evocação da história do vídeo das VSSC e o grau de submissão às perguntas sugestivas do questionário destas escalas (submissão<sup>1</sup>) de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Parece portanto seguro admitir que um melhor desempenho mnésico relativamente a uma informação, evento ou história se constitui como um importante protector na vulnerabilidade à sugestão posteriormente introduzida, tanto em adultos, como em crianças.

Estas últimas análises têm sido alvo de algumas críticas, na medida em que as correlações significativas encontradas poderão reflectir semelhanças na constituição dos itens das medidas de memória e de sugestionabilidade (Schooler & Loftus, 1986). Se assim fosse, estes resultados seriam de difícil generalização. Alguns estudos tentaram colmatar esta limitação partindo da aplicação contrabalanceada das duas versões das GSS (GSS1 e GSS2). As medidas de memória e sugestionabilidade (tanto para uma mesma versão da escala como para versões diferentes) foram então correlacionadas. Os resultados foram semelhantes nas duas situações, o que leva a crer que a correlação geralmente reportada, entre a memória e a sugestionabilidade, medidas pelas GSS, não se deve apenas a semelhanças nos itens destas provas (Gudjonsson, 1987c).

### ***A relação entre a força do traço de memória e a sugestionabilidade***

Alguns estudos fundamentam-se na teoria da força do traço de memória, que postula que traços menos fortes serão mais permeáveis à distorção pela sugestão, primeiramente porque a sua fraca integração permite mais intrusões de fontes externas (Howe, 1991), e também porque, nestas circunstâncias, é mais provável a coexistência de um traço de memória

relativo à sugestão, estando também favorecida a sua recuperação em detrimento do traço de memória original (Ceci, Tolia, & Ross, 1988; McCloskey & Zaragoza, 1985).

Pezdek e Roe (1995) e Endres, Poggenpohl e Erben (1999) desenvolveram estudos cujos procedimentos experimentais permitem analisar o impacto diferencial na sugestionabilidade de traços de memória fortes e fracos. Os primeiros autores elaboraram uma experiência em que crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 10 anos de idade eram divididas em função de dois grupos experimentais: (1) o grupo da “memória forte”, em que as crianças viam uma sequência de quatro diapositivos duas vezes; e (2) o grupo da “memória fraca”, em que as crianças apenas viam os diapositivos uma única vez. Depois da introdução de informação sugestiva acerca dos diapositivos, estes autores verificaram que as crianças pertencentes ao grupo da “memória forte” foram mais resistentes à aceitação da sugestão, por comparação com o grupo que apenas viu os diapositivos uma vez (Pezdek & Roe, 1995). Resultados semelhantes foram obtidos alguns anos mais tarde, em 1999, por Endres, Poggenpohl e Erben, que constataram que a leitura repetida de uma história a crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 7 anos fazia diminuir a sua posterior tendência para aceitar as informações falsas de perguntas sugestivas.

No entanto, Price e Connolly (2004) verificaram que crianças de 4 e 5 anos que participaram num evento mais do que uma vez se mostraram mais sugestionáveis do que aquelas que foram expostas ao evento uma única vez, independentemente do tipo de instruções introduzidas. Outros autores têm corroborado que a força do traço da memória não se relaciona de forma linear com o grau de vulnerabilidade à sugestão (Howe, 1991; Howe & Brainerd, 1989). No estudo de Howe (1991) foi apresentada uma história, uma ou várias vezes, em função de determinados critérios de evocação previamente estabelecidos. Após a introdução de informação sugestiva, embora se tenham verificado diferenças ao nível da qualidade das evocações, os grupos em análise não diferiram relativamente ao grau de sugestionabilidade evidenciado.

O padrão de resultados neste campo não é, portanto, consensual, parecendo depender da própria natureza dos testes de memória e do grau de associação, de estabilidade ou de variação dos detalhes através das várias exposições ao evento a recordar (Connolly & Price, 2006; Holliday, Douglas, & Hayes, 1999; Powell, Roberts, Ceci, & Hembrooke, 1999; Powell & Thomson, 1996). De facto, nos estudos que recorrem a questionários de avaliação da memória e da sugestionabilidade que incluem perguntas do tipo sim/não, o facto de as crianças

experienciarem um evento de forma repetida torna-as mais sugestionáveis (Connolly & Lindsay, 2001; Powell & Roberts, 2002). Já quando os procedimentos não incluem este tipo de questões, o impacto do número de exposições a um evento não parece fazer-se sentir de forma significativa (Powell & Roberts, 2002; Powell et al., 1999).

Partindo do padrão de resultados que indica que uma melhor memória para um evento ou para uma história está associada a uma menor sugestionabilidade, será de esperar que um maior intervalo temporal enfraqueça o traço de memória para a informação a recordar, fazendo aumentar a vulnerabilidade à sugestão. Os resultados de alguns estudos que incluíram amostras com crianças vêm dar suporte empírico a esta previsão (Bruck, Ceci, Francoeur, & Renick, 1995b; Goodman et al., 1989, in Bruck et al., 1997). Mais especificamente, alguns autores têm sustentado que a distorção mnésica pela sugestão apenas é significativa após intervalos de tempo significativos (5 a 7 dias), mas não quando o teste de memória é introduzido 15 minutos depois da exposição ao estímulo a recordar (Belli, Windschitl, McCarthy, & Winfrey, 1992).

### ***A relação entre o grau de deterioração da memória e a sugestionabilidade***

Alguns dos estudos que recorreram às GSS analisaram, não só o papel dos valores absolutos de unidades de informação correctamente evocada, mas também do grau de deterioração da memória da primeira para a segunda evocação (50 minutos nas GSS). Por exemplo, Gudjonsson (1983) encontrou uma correlação significativa entre estas duas variáveis, ou seja, quanto maior é a deterioração da memória num período de 50 minutos, mais sugestionáveis os participantes (adultos) tendem a ser, independentemente dos seus valores absolutos obtidos nas evocações. Este autor hipotetiza que as pessoas cuja memória se deteriora mais rapidamente vão perdendo a confiança nas suas memórias e que isso pode incrementar a vulnerabilidade à sugestão introduzida por outros (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986).

Resumindo, as medidas tradicionais de memória e a memória relativa a um determinado evento não parecem exercer um efeito mediador constante na sugestionabilidade evidenciada em relação a um evento independente. Já quando consideramos um mesmo acontecimento ou história, os resultados sustentam de forma bastante homogénea que a qualidade das evocações das crianças é um bom predictor do seu grau posterior de vulnerabilidade à sugestão. Este padrão de resultados tem encontrado forte confirmação empírica nas investigações que

recorrem às GSS. As variações na força do traço de memória para a informação a reter não explicam de forma linear o grau de distorção mnésica, mas um maior intervalo de tempo entre a exposição aos estímulos e o teste de memória, e um maior grau de deterioração da memória, parecem associar-se uma maior sugestionabilidade, tanto em crianças, como em adultos.

Restam-nos as investigações que tiveram em consideração tarefas tipicamente construídas para avaliar o funcionamento executivo e a memória operatória.

### ***A relação entre o funcionamento executivo, a memória operatória e a sugestionabilidade***

O funcionamento executivo diz respeito aos processos cognitivos subjacentes aos comportamentos dirigidos para objectivos, como sendo, a capacidade de inibir determinadas reacções e o grau de flexibilidade atencional. A literatura tem destacado algumas semelhanças entre as tarefas habitualmente usadas para avaliar as funções executivas e alguns procedimentos de avaliação da sugestionabilidade, pelo menos quando, nestes últimos, os sujeitos têm que reter um evento ou informação original, inibindo informações sugestivas posteriormente introduzidas. Importa portanto esclarecer possíveis relações entre o funcionamento executivo e as distorções mnésicas que ocorrem em contextos de desinformação. Partindo das formulações teóricas que subjazem a estes conceitos, seria de esperar que, melhores capacidades de inibição de reacções espontâneas e uma maior resistência perante distractores se associem a melhores memórias relativamente à informação a reter e a um menor grau de sugestionabilidade. Concretamente no que respeita à sugestionabilidade interrogativa, melhores competências ao nível do funcionamento executivo estariam também associadas a uma menor vulnerabilidade à sugestão, na medida em que, uma melhor capacidade de inibir respostas automáticas às perguntas sugestivas levaria a um menor grau de aceitação da sugestão. Esta relação pode assumir maior importância nas crianças muito novas, entre as quais é mais visível a tendência para responder de forma afirmativa e para ir ao encontro das expectativas do entrevistador, sem efectivamente ponderar e comparar a sua resposta com as suas memórias.

Um outro conceito que assume neste contexto especial preponderância é a memória operatória. A memória operatória é um sistema integrado de capacidade limitada, responsável pelo armazenamento e processamento de informação durante a realização de tarefas cognitivas

complexas. O modelo de memória operatória, ou memória de trabalho, proposto por Baddeley e Hitch (1974) defende que esta memória é constituída por três componentes interligados: o executor central, o *loop* fonológico e o bloco de notas visuo-espacial. Estes componentes são distintos, na medida em que têm funcionamentos e características específicos, e as suas interacções constituem um sistema hierárquico no topo do qual se encontra o executor central. O executor central assume-se como um sistema de processamento de carácter geral, com capacidade limitada, que gere um conjunto de recursos necessários para manipular informações e coordenar a função dos componentes acima mencionados. Por outro lado, estes componentes processam e retém temporariamente informações de natureza fonológica (*loop fonológico*) e visuo-espacial (bloco de notas visuo-espacial). O executor central pode aumentar a sua capacidade de processamento armazenando parte da informação nestes subsistemas (Baddeley & Hitch 1974). Baddeley (2000, 2002) propõe ainda a existência de um quarto componente da memória operatória, chamado *buffer* episódico. Trata-se de um sistema de representação multidimensional capaz de integrar informações temporárias de diferentes sistemas cognitivos e dos restantes componentes da memória operatória, e depende da sua acção combinada com o executor central, uma vez que este *buffer* também tem uma capacidade limitada de armazenamento temporário da informação. Partindo desta conceptualização teórica e das funções patentes à memória operatória, podemos antecipar que melhores competências de memória operatória levariam a uma melhor manutenção da informação na memória a curto-prazo, a uma melhor compreensão dos estímulos e das questões, a uma maior facilidade na comparação das sugestões com os dados da memória original, e conseqüentemente a uma menor sugestibilidade.

O número de investigações que se dedicaram a este tipo de análise é, até à data, reduzido. Apresentamos seguidamente alguns exemplos, baseando-se esta selecção na eleição de estudos cujos procedimentos experimentais englobam tarefas próximas das que utilizámos no presente estudo. Ruffman, Rustin, Garnham e Parkin (2001) reportaram correlações negativas entre o desempenho de crianças com 6, 8 e 10 anos de idade numa tarefa de *Stroop* e a qualidade das suas evocações acerca de um evento. Com uma adaptação da tarefa de *Stroop*, Alexander e colaboradores (2002) também encontraram uma associação significativa com o grau de submissão a perguntas sugestivas de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 7 anos, na medida em que aquelas que evidenciaram melhor desempenho na primeira tarefa mostraram-se mais resistentes à aceitação de sugestão. Bottoms, Quas e Davis (2004, in Bruck

& Melnyck, 2004) também encontraram relações significativas entre a sugestionabilidade de crianças entre os 7 e os 8 anos de idade e o seu desempenho numa tarefa de contagem com distratores. Estes autores descreveram ainda um efeito interessante, na medida em que as crianças com pior memória operatória só evidenciaram maior aceitação das perguntas sugestivas quando o entrevistador assumia uma postura desencorajadora, não se verificando o mesmo nas crianças que participaram na condição em que o entrevistador era amigável (Bottoms et al., 2004, in Bruck & Melnyck, 2004).

No entanto, este padrão de resultados não é consensual. Roebbers e Schneider (2004, in Bruck & Melnyck, 2004) aplicaram a WMTBC<sup>5</sup> a 65 crianças com 4 anos de idade, sendo a sugestionabilidade avaliada através da introdução de perguntas sugestivas acerca de um vídeo previamente apresentado. Estes autores não encontraram associações significativas entre o desempenho das crianças nas tarefas de memória operatória e o seu grau de sugestionabilidade. Mais tarde, os mesmos autores também não encontraram associações significativas entre as competências de crianças com 4 anos ao nível da sua memória de trabalho (WMTBC) e o seu grau de sugestionabilidade (quer num procedimento de introdução de informação sugestiva acerca de um evento visionado num vídeo, quer quando foi introduzido um questionário sugestivo acerca deste) (Roebbers & Schneider (2005a). Lee (2004) avaliou a memória operatória de crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos através de uma tarefa de memória de dígitos com evocação na ordem inversa. O desempenho das crianças nesta tarefa não se associou, nem com o grau de vulnerabilidade às perguntas sugestivas (submissão), nem com o impacto do *feedback* negativo (mudança).

Neste contexto, alguns autores têm analisado especificamente a hipotética relação entre a capacidade atencional das crianças, a sua impulsividade e o seu grau de sugestionabilidade. Principe (1997, in Bruck & Melnyck, 2004) aplicou a KRISP<sup>6</sup> a crianças com 4 anos, tendo verificado que as crianças mais impulsivas foram também aquelas que evidenciaram maior aceitação da informação falsa introduzida através de questões sugestivas. Em sentido contrário, e através do recurso ao mesmo instrumento de quantificação da impulsividade, Quas e Schaaf (2002) verificaram que crianças com 3 anos que se mostravam muito impulsivas resistiam melhor às perguntas sugestivas, deixando de encontrar qualquer tipo de associação significativa entre estas variáveis para as crianças com 5 anos. Clarke-Stewart e colaboradores (2004)

---

<sup>5</sup> WMTBC: *Working Memory Test Battery for Children* (Pickering & Gathercole, 2001).

<sup>6</sup> KRISP: *Kansas Reflection-Impulsivity Scale for Preschoolers* (Wright, 1971).

também não encontraram nenhuma relação significativa entre a capacidade de atenção/impulsividade de crianças com 5 anos [CPT<sup>7</sup>] e o seu grau de sugestionabilidade (perguntas sugestivas). No entanto, estes autores reportaram uma correlação negativa significativa entre o desempenho das crianças numa tarefa de memorização de frases e a sua sugestionabilidade. Calicchia e Santostefano (2004) aplicaram a CCB<sup>8</sup> a 42 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, utilizando dois testes destas escalas, para medir a sua memória visual e a sua atenção. Estes autores encontraram uma correlação negativa significativa entre o desempenho na tarefa de memória visual e a sugestionabilidade destas crianças nas medidas de submissão e de mudança das GSS2. No entanto, não foi encontrada nenhuma associação entre a capacidade de atenção e o grau de vulnerabilidade à sugestão.

Também tem sido analisado o impacto de condições de atenção dividida na capacidade de evocação de um evento e também no grau de incorporação posterior de sugestão relativa a este. Este tipo de estudo é muito importante, na medida em que, nas situações reais, quando uma testemunha vivencia um determinado acontecimento, estão muitas vezes presentes constrangimentos, quer contextuais quer mesmo emocionais, que não permitem uma atenção global e total ao que está a acontecer. Alguns autores têm confirmado que, participantes (adultos) que são expostos a um evento em condições de atenção dividida, revelam posteriormente pior memória para esse evento e incorporam mais facilmente informações falsas sugeridas nos seus relatos acerca do mesmo (Lane, 2006, Zaragoza & Lane, 1998).

Por outro lado, a atenção avaliada através de medidas electrofisiológicas não parece relacionar-se com o grau de sugestionabilidade interrogativa (GSS1 e GSS2) (e.g., Howard & Chaiwutikornwanich, 2006).

Parece portanto, que as competências das crianças ao nível do seu funcionamento executivo e da sua memória de trabalho não têm um efeito mediador consistente no seu grau de sugestionabilidade. Por outro lado, as suas capacidades atencionais e o seu grau de impulsividade ou não se relacionam com a vulnerabilidade à sugestão, ou quando se encontram relações significativas, os resultados não apontam sempre na mesma direcção. Note-se que a maioria dos estudos acima expostos incluem amostras com crianças muito novas, podendo

---

<sup>7</sup> CPT: *Continuous Performance Task* (Rosvold, Mirsky, Sarason, Bransome, & Beck, 1956).

<sup>8</sup> CCB: *Cognitive Control Battery* (Santostefano, 1988).

hipotetizar-se que algum tipo de associações poderia emergir se se considerassem crianças mais velhas.

Os estudos que temos vindo a examinar adoptaram metodologias em que, após a exposição a um evento ou história a recordar, são introduzidas informações falsas ou questões sugestivas, a fim de se analisar o seu impacto no relato das crianças. Este tipo de estudos foram seleccionados preferencialmente, uma vez que este tipo de metodologia foi também utilizada no presente estudo. No entanto, nas situações reais de avaliação forense, em causa está muitas vezes a avaliação da memória das crianças para eventos ou histórias que nunca foram experienciados ou ouvidos. As distorções mnésicas relativas a eventos que nunca ocorreram têm sido analisadas por alguns autores, sendo importante aqui destacar que a maioria deles tem comprovado ser possível levar crianças (em idade pré-escolar) a aceitar como verdadeiro um evento falso, obtendo-se relatos completos e pormenorizados, após uma série de técnicas sugestivas, acerca destes acontecimentos que efectivamente nunca aconteceram (Bruck et al., 2002; Ceci et al., 1994a; Ceci, Loftus, Leichtman, & Bruck, 1994b; Jones & Powell, 2005; Poole & Lindsay, 1995; Powell, Jones, & Campbell, 2003; Quas et al., 1999<sup>9</sup>; Quas & Schaaf, 2002). Estes dados devem ser tidos em linha de conta, uma vez que comprovam a possibilidade de crianças muito novas relatarem como verdadeiros episódios ou acontecimentos que nunca aconteceram. Por outro lado, muitos dos factores que parecem mediar o grau de aceitação de informações falsas acerca de um evento experienciado parecem ser semelhantes ao processo de aceitação de eventos que nunca ocorreram (Ceci & Bruck, 1993; McFarlane et al., 2002; Pezdek & Roe, 1997), nomeadamente a idade das crianças (Quas et al., 1999; Quas & Schaaf, 2002), o grau de plausibilidade dos eventos (Pezdek & Hodge, 1999), e a repetição de técnicas sugestivas (Bruck et al., 2002).

Alguns autores manipularam o contexto dos acontecimentos falsos sugeridos, verificando que, quando estes estavam integrados numa série de actividades em que as crianças efectivamente participaram, embora não se assistisse a uma diminuição da aceitação da ocorrência destes acontecimentos falsos, verificava-se uma menor introdução de detalhes acerca de objectos, acções, localizações ou indicadores temporais nos posteriores relatos das crianças acerca dos mesmos. Para além disso, e ao contrário dos outros estudos, não foi encontrada

---

<sup>9</sup> O fenómeno referente à implantação na memória de eventos falsos, nunca vividos, pode ser consultado numa secção posterior, dedicada ao paradigma da inflação pela imaginação.

uma associação significativa entre o grau de plausibilidade dos eventos e o grau de sugestionabilidade evidenciado em relação a estes (Jones & Powell, 2005).

### **1.3.3.1.2. Inteligência**

Neste debate, começamos por abordar de uma forma resumida alguns estudos realizados com adultos (mais concretamente aqueles em que a sugestionabilidade interrogativa foi quantificada através das GSS), e passamos depois a uma apresentação mais detalhada das investigações que se debruçaram sobre a compreensão da relação entre o nível intelectual das crianças e adolescentes e o seu grau de sugestionabilidade.

#### ***A inteligência e a sugestionabilidade de adultos***

Num dos primeiros estudos realizados com as GSS, Gudjonsson (1983) encontrou correlações negativas entre os quocientes de inteligência dos participantes (WAISIII<sup>10</sup>) e as medidas submissão<sup>1</sup> e mudança das GSS1 (Gudjonsson, 1983). Resultados no mesmo sentido, entre a inteligência (RCM<sup>11</sup>) e a sugestionabilidade total (GSS1), foram reportados por Tully e Cahill (Tully & Cahill, 1984, in Gudjonsson, 2003). Correlações negativas entre a inteligência geral (RPM<sup>12</sup>) e as medidas de submissão<sup>1</sup> e de sugestionabilidade total de uma versão Polaca das GSS1, foram igualmente encontradas por Polczyk (2005), numa amostra de estudantes universitários. Em 1988, Gudjonsson encontra novamente correlações negativas entre o QI de Escala Total (WAIS-R)<sup>13</sup> e a sugestionabilidade de adultos (Gudjonsson, 1988a), resultados que obtém também no estudo que desenvolveu em 1990 com as GSS1. Neste segundo estudo, este autor reporta não só correlações negativas entre a medida de sugestionabilidade total com o QI de Escala Total da WAIS-R, como também com os testes “Disposição de Gravuras”, “Semelhanças” e “Compreensão” (Gudjonsson, 1990). Gudjonsson e Clare (1995) e Sharrock e Gudjonsson (1993) obtiveram também relações significativas entre estas variáveis, mas nestes dois estudos o impacto da inteligência fez-se sentir de forma mais visível na medida de

---

<sup>10</sup> WAISIII: *Weschler Adults Intelligence Scales* (Weschler, 2008).

<sup>11</sup> RCM: *Raven Colored Matrices* (Raven, Court, & Raven, 1990).

<sup>12</sup> RPM: *Raven's Progressive Matrices* (Raven, Court, & Raven, 1986).

<sup>13</sup> WAIS-R: *Weschler Adults Intelligence Scales-Revised* (Weschler, 1981).

submissão<sup>1</sup> do que na medida mudança das GSS. O impacto diferencial de défices no nível intelectual na medida de submissão<sup>1</sup> tem sido igualmente reportado por outros estudos (Cardone & Dent, 1996; Clare & Gudjonsson, 1993; Milne, Clare, & Bull, 2002). De uma forma geral, adultos com poucas competências intelectuais evidenciam maior sugestibilidade, sendo este efeito mais visível na sua tendência para ceder ao impacto de perguntas sugestivas (submissão<sup>1</sup>).

Gudjonsson (2003) chama a atenção para o facto de os resultados obtidos em torno da associação entre a inteligência e a sugestibilidade interrogativa poderem depender de efeitos de amplitude da amostra, ou seja, associações significativas só se fazem sentir quando a amostra engloba participantes com níveis intelectuais muito diferenciados. Por outras palavras, esta relação só parece emergir quando a amostra inclui participantes com inteligências abaixo da média, ou em amostras que integram tanto QIs muito altos como muito baixos, deixando de se encontrar resultados significativos quando se consideram apenas participantes com inteligências normativas ou ligeiramente acima da média populacional.

Os efeitos de amplitude da amostra acima mencionados podem também ajudar a perceber os resultados que têm sido obtidos com crianças e adolescentes nesta linha de investigação. Para uma melhor organização destes estudos, apresentamos esta revisão com base na seguinte divisão: (1) os estudos que comparam o grau de sugestibilidade de dois grupos distintos, um com crianças que revelam défices ao nível da inteligência, e outro com crianças normativas; e (2) os estudos que correlacionam os valores de sugestibilidade e de inteligência em grupos de crianças com níveis de inteligência dentro das normas populacionais.

### ***A inteligência e a sugestibilidade de crianças e adolescentes***

Pear e Wyatt, em 1914, desenvolveram um estudo pioneiro que englobava crianças entre os 10 e os 14 anos. Estes autores compararam crianças normativas com crianças com défices cognitivos, concluindo que estas últimas evidenciaram maior grau de sugestibilidade (avaliado através da introdução de perguntas sugestivas e neutras acerca de um evento encenado). Henry e Gudjonsson (1999, 2003, 2004) realizaram alguns estudos englobando crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 13 anos de idade. Nestes estudos a inteligência foi avaliada com recurso à WISC-III<sup>14</sup> e à BAS-II<sup>15</sup>. Os resultados foram uniformes, com

---

<sup>14</sup> WISC-III: *Wechsler Intelligence Scale for Children, 3rd Edition* (Wechsler, 1991a).

as crianças que apresentavam défices nos seus níveis de inteligência a cederem significativamente mais às perguntas sugestivas por comparação com os grupos de crianças normativas. Note-se que este efeito só se verificou em relação às perguntas sugestivas do tipo fechado, não se verificando diferenças significativas entre os grupos no desempenho nas perguntas sugestivas do tipo aberto. Exactamente o mesmo padrão de resultados foi reportado por Michel, Gordon, Ornstein e Simpson (2000), que avaliaram a inteligência verbal de crianças entre os 4 e os 14 anos através do PPVT-R<sup>16</sup>.

Com uma amostra de crianças entre os 5 e os 13 anos, Young, Powell e Dudgeon (2003) encontraram diferenças entre o grupo com défices de inteligência e o grupo normativo, na medida em que melhores níveis de inteligência estiveram associados a um menor grau de sugestionabilidade quantificado pelas respostas às perguntas sugestivas das GSS2 (submissão1), mas os dois grupos não diferiram significativamente na sua tendência para alterar respostas após a introdução de *feedback* negativo (mudança). Registe-se que estes autores apenas aplicaram as provas “vocabulário” e “cubos” da WASI<sup>17</sup>. No entanto, e como excepção ao padrão de resultados que suporta um impacto específico dos défices cognitivos na medida de sugestionabilidade submissão1, Gudjonsson e Henry (2003) salientaram maiores pontuações na medida mudança das GSS1 entre crianças de 11/12 anos com baixos níveis de inteligência, embora este efeito não fosse saliente entre os adultos que também compunham a amostra.

Este conjunto de estudos permite-nos delinear duas conclusões: (1) crianças com défices cognitivos ao nível da inteligência (sejam eles verbais ou não verbais) evidenciam maior sugestionabilidade; e (2) as diferenças no grau de vulnerabilidade à sugestão entre os dois grupos verificam-se de forma mais visível no impacto das perguntas sugestivas do tipo fechado (por contraponto com o das perguntas sugestivas do tipo aberto e com o do efeito do *feedback* negativo).

Vejamos agora os estudos que incorporam o segundo grupo. A ausência de correlações significativas entre a sugestionabilidade e a inteligência tem sido reportada pela grande maioria dos estudos que envolvem a colocação de perguntas sugestivas e que contemplam grupos de crianças com inteligências normativas (Bruck et al., 1995a,b; Eisen et al., 2002a<sup>18</sup>; Henry &

---

<sup>15</sup> BAS-II: *British Ability Scales-II* (Elliott, 1996).

<sup>16</sup> PPVT-R: *Peabody Picture Vocabulary Test-Revised* (Dunn & Dunn, 1981).

<sup>17</sup> WASI: *Wechsler Abbreviated Scale of Intelligence* (Wechsler, 1999).

<sup>18</sup> RPM: *Raven's Progressive Matrices* (Raven, Court, & Raven, 1986).

Gudjonsson, 1999, 2003, 2004<sup>19</sup>; London & Bruck, 2004, in Bruck & Melnyck, 2004<sup>20</sup>; London, Bruck, Ceci, & Shuman, 2005; Powers, Andriks, & Loftus, 1979; Roebbers & Schneider, 2001<sup>21</sup>; Scullin & Hembrooke, 1998; Scullin et al., 2002<sup>22</sup>).

Correlações negativas significativas entre a sugestionabilidade e a inteligência são, contudo, reportadas por outros estudos. São exemplos as investigações levadas a cabo por Danielsdottir e colaboradores (1993) junto de crianças, e por Singh e Gudjonsson (1992b) com adolescentes. Nestes dois estudos, o impacto da inteligência faz-se sentir de forma muito mais visível na medida de submissão<sup>1</sup> do que na medida mudança das GSS. Geddie e colaboradores (2000) e McFarlane e colaboradores (2002) também encontraram correlações negativas entre o desempenho de crianças na WPPSI-R e a sua vulnerabilidade às perguntas sugestivas. Saliente-se que os primeiros aplicaram uma versão curta das WPPSI-R, e os segundos apenas o teste “informação” destas escalas. Registe-se ainda que no estudo de McFarlane e colaboradores (2002) foi utilizada uma amostra de crianças, entre os 3 e os 5 anos, com uma gama muito ampla de QIs, ou seja, com muitas crianças situadas abaixo e acima da média populacional.

Chae (2004, in Bruck & Melnyk, 2004) considerou separadamente o QI Verbal (testes “vocabulário” e “semelhanças” da WISC) e o QI de Realização (teste “cubos” da WISC) numa amostra de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 8 anos. Quando considerou o grau de sugestionabilidade nas respostas a perguntas sugestivas, este autor encontrou associações significativas com o QI Verbal nas crianças mais novas, e com o QI de Realização nas crianças mais velhas. No mesmo sentido, Chae e Ceci (2005) encontraram um efeito de interacção significativo entre as competências verbais de inteligência<sup>23</sup> e o grau de submissão a perguntas sugestivas acerca de um evento encenado, mas este efeito apenas se verificou entre as crianças mais novas, com 5 e 6 anos de idade (por contraste com o grupo de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 8 anos). Henry e Gudjonsson (2007) também tentaram perceber o impacto diferencial das competências de inteligência verbal e das de realização de crianças com 8/9 e 12 anos de idade, comprovando que, pelo menos entre as crianças com níveis de inteligência normativos, apenas o QI verbal se associou com o posterior desempenho

---

<sup>19</sup> WISC-III: *Wechsler Intelligence Scale for Children, 3rd Edition* (Wechsler, 1991a); BAS-II: *British Ability Scales-II* (Elliott, 1996).

<sup>20</sup> SBIS IV: *Stanford-Binet Intelligence Scale, 4th edition (short form)* (Thorndike, Hagen, & Sattler, 1986).

<sup>21</sup> CFIT: *Culture Fair Intelligence Test* (Cattell & Cattell, 1950/1960).

<sup>22</sup> WPPSI-R: *Wechsler Preschool and Primary Scales of Intelligence, Revised* (Wechsler, 1989).

<sup>23</sup> KEDI-WISC: *Korean Educational Development Institute – Wechsler Intelligence Scale for Children*.

destas crianças numa entrevista.

Melinder, Scullin, Gunnerød e Nyborg (2005) encontraram associações positivas entre as competências vocabulares de crianças em idade pré-escolar (WPPSI-R) e o seu desempenho nas medidas de evocação e de submissão das VSSC, mas não com as medidas mudança e sugestionabilidade total. No entanto, quando a avaliação da sugestionabilidade destas crianças foi feita através das BSSC, os resultados foram divergentes, com associações entre o nível de vocabulário das crianças e o seu grau de sugestionabilidade nas medidas mudança e sugestionabilidade total das BSSC.

Dentro dos estudos que consideraram crianças com valores normativos de inteligência são inúmeras as evidências que sustentam não existir uma associação significativa entre a sua inteligência e o seu grau de sugestionabilidade. No entanto, os resultados neste campo de investigação não são consistentes, na medida em que muitos outros autores suportam o facto de que crianças com níveis intelectuais inferiores mostram maior vulnerabilidade ao impacto das perguntas sugestivas, com destaque para o papel preponderante das competências verbais e vocabulares nesta associação. Para além disso, algumas investigações têm destacado um efeito mediador da sugestionabilidade das competências de inteligência verbal entre as crianças mais novas, por um lado, e das competências de realização nas crianças mais velhas, por outro.

Como vimos, os resultados dos estudos que se debruçaram na compreensão da relação entre as competências cognitivas ao nível da inteligência e o grau de vulnerabilidade à sugestão não têm sido uniformes, mostrando-se até algo contraditórios. O nível intelectual de adultos parece mediar a sua tendência para aceitar sugestões, mas apenas quando as amostras incluem gamas muito diferenciadas de QIs. O mesmo efeito parece aplicar-se também às crianças. De facto, as crianças com níveis intelectuais deficitários evidenciam maior grau de sugestionabilidade que as crianças normativas. No entanto, as competências intelectuais de crianças com valores de inteligência normativos não parecem ser um predictor estável da sua vulnerabilidade à sugestão.

Os resultados desta vertente de estudo destacam a necessidade de considerar, quando se estruturam conclusões e se derivam implicações nesta área, um conjunto abrangente de condições, como sejam o tipo de procedimentos de avaliação da sugestionabilidade e também a própria constituição das amostras. Por outro lado, e para uma melhor compreensão dos resultados disparez que caracterizam esta área de investigação há que atentar no tipo de medidas de avaliação da inteligência, uma vez que o impacto das competências verbais no grau

de vulnerabilidade à sugestão parece ser distinto do efeito do nível intelectual quando quantificado por medidas de inteligência não-verbal.

Possíveis variações no tratamento estatístico dos dados podem também ajudar a perceber alguns resultados obtidos. Alguns autores têm vindo a argumentar que, o facto de muitos estudos terem dicotomizado a variável inteligência, pode distorcer ou ocultar uma grande parte dos dados obtidos. Gignac e Powell (2006) avaliaram a inteligência de crianças entre os 5 e os 13 anos de idade através da WASI, analisando-a como uma variável contínua e através de métodos estatísticos alternativos aos comumente usados, neste caso através de regressões lineares. Estes autores reportaram um poder predictivo significativo do QI de Escala Total em relação ao grau de sugestionabilidade quantificado pela medida de submissão<sup>1</sup> das GSS2, até um QI de aproximadamente 105 valores. Este tipo de resultados põe em causa os estudos que têm sugerido que a inteligência apenas tem um impacto significativo na sugestionabilidade nos grupos que têm défices cognitivos, chamando a atenção para o efeito marcante do tipo de tratamento estatístico a que os dados são submetidos. Indo ao encontro deste tipo de críticas, no presente estudo os dados foram analisados não só através de métodos de comparação de grupos, dicotomizando-se a variável sugestionabilidade, mas também através da realização de regressões lineares entre a sugestionabilidade das crianças e as suas competências cognitivas, como veremos mais adiante na secção dos resultados.

#### **1.3.3.1.3. Competência linguística**

A competência linguística também parece estar relacionada com o grau de vulnerabilidade das crianças à introdução de sugestão, sendo sobretudo estudada a relação com a sua expressão e compreensão linguística, com a sua fluência verbal e com o seu nível vocabular. Atentando a que diferentes estudos incluem participantes de diferentes faixas etárias e, portanto, dotados de diferentes habilidades linguísticas, é pertinente ponderar se existem variações, tanto na compreensão dos acontecimentos a recordar e dos itens e estruturas sintácticas inerentes às tarefas de memória, como na própria interpretação dos estímulos pelas crianças, tendo em consideração que estas variações podem influenciar diferencialmente a sua tendência para aceitar sugestões.

Os estudos sobre esta temática indicam que a extensão do vocabulário não parece relacionar-se com o grau de submissão a perguntas sugestivas (Paterson, 2001, in Bruck &

Melnyck, 2004; Scullin et al., 2002). Por outro lado, há uma grande consistência entre a capacidade de expressão e compreensão linguísticas, a fluência verbal de crianças, e o seu grau de vulnerabilidade à sugestão (Clarke-Stewart et al., 2004; Geddie et al., 2000; McFarlane et al., 2002; Roebers & Schneider, 2004, in Bruck & Melnyck, 2004; Young, Powell, & Dudgeon, 2003), o que vem suportar a ideia de que a sugestibilidade está fortemente associada à dificuldade de expressão ou de compreensão, pelo menos quando as estratégias para a quantificar se baseiam em tarefas de desinformação. Alguns autores defendem especificamente que, quando as crianças possuem competências linguísticas superiores torna-se mais difícil produzir sugestibilidade, na medida em que demonstram uma melhor compreensão e uma maior facilidade em lidar com os contextos de interrogatório (Clarke-Stewart et al., 2004).

Um resultado que se apresenta como divergente deste padrão, foi reportado por Roebers e Schneider (2005a), que estudaram crianças com 4 anos, e verificaram que aquelas que demonstraram ter melhores competências linguísticas tiveram melhor desempenho na resposta a questões neutras, mas foram mais afectadas pela introdução de perguntas sugestivas uma semana depois do visionamento de um vídeo. Estes autores hipotetizam que, neste caso, o facto de as crianças possuírem boas competências linguísticas favoreceu os processos de codificação e memorização das informações sugeridas, dificultando a sua capacidade de monitorização e comparação com o evento original.

Não será despidendo sublinhar também que algumas divergências encontradas neste ramo de análise podem ser clarificadas se tivermos em conta as seguintes premissas: algumas características sintácticas e semânticas da linguagem podem aumentar a sugestibilidade tanto de crianças como de adultos (e.g., introdução de artigos definidos *vs* indefinidos); outras podem aumentar a tendência para a sugestibilidade apenas entre os mais velhos por estes terem competências linguísticas mais desenvolvidas e complexificadas, tornando-se sensíveis às variações textuais, como por exemplo a colocação de perguntas no plural ou no singular.

Baseando-se num estudo de Loftus e Zanni (1975), que analisou o efeito da estrutura linguística na sugestibilidade de adultos, Dale, Loftus e Rathbun (1978) estudaram as variações do relato de crianças com 4 e 5 anos, manipulando a inclusão de artigos definidos ou indefinidos nas questões que lhes eram colocadas. Os resultados com crianças são semelhantes aos obtidos com adultos, na medida em que quando a pergunta capciosa inclui artigos definidos o grau de aceitação da sugestão é maior (Dale, Loftus, & Rathbun, 1978). Parece portanto que, pelo menos no que concerne à percepção dos artigos definidos e indefinidos, as crianças não

diferem significativamente dos adultos, podendo, de facto, certas características linguísticas afectar de igual forma as respostas, independentemente da faixa etária. Neste âmbito, e aparentemente a dar suporte ao facto de as competências linguísticas desempenharem um papel importante na sugestionabilidade das crianças, Imhoff e Baker-Ward (1999) verificaram que o recurso a um protocolo de entrevista que adaptava as exigências linguísticas a cada fase desenvolvimental aumentava a quantidade de informações correctamente evocadas e diminuía o grau de sugestionabilidade de crianças em idade pré-escolar.

Concluindo, embora o nível vocabular das crianças não pareça relacionar-se de forma significativa com o seu grau de vulnerabilidade à sugestão, as evidências da investigação que se tem desenvolvido nesta área suportam de forma sólida o efeito mediador significativo do nível de expressão e compreensão linguísticas no grau de sugestionabilidade evidenciado em contextos de desinformação. Devem ainda ter-se em linha de conta as características sintácticas e semânticas das tarefas utilizadas para avaliar a sugestionabilidade, na medida em que estas produzem um efeito diferencial, dependendo do nível desenvolvimental dos participantes.

#### **1.3.3.1.4. Monitorização de fonte**

Uma outra variável amplamente estudada é a capacidade de identificação e distinção das diferentes fontes da informação armazenadas na memória. Esta análise patenteia aquilo que comumente se denomina como capacidade de monitorização de fonte, e que foi definida por Johnson e colaboradores (1993) como um processo de atribuição, através do qual se tomam decisões acerca da forma como determinadas memórias, conhecimentos ou pensamentos foram adquiridos, com base em características qualitativas das memórias activadas, como por exemplo a quantidade ou tipo de detalhes perceptivos.

Esta temática foi inicialmente analisada por Piaget (1926) para o qual a capacidade de distinção entre realidade e fantasia só se desenvolvia completamente a partir dos 7 ou 8 anos de idade. Inúmeras investigações vieram posteriormente a desenrolar-se neste campo, sendo que a generalidade levou a resultados condizentes com a posição de Piaget (Ackil & Zaragoza, 1995; Gopnik & Graf, 1988; Harris et al., 1991; Lindsay et al., 1991). No entanto, os resultados nesta área não são totalmente homogéneos, existindo alguns estudos que colocam em relevo o facto de, mesmo crianças muito novas, evidenciarem uma boa capacidade de monitorização de fonte (Flavell et al., 1987; Foley et al., 1983, 1991; Foley & Johnson, 1985; Morison & Gardner, 1978;

Taylor & Howell, 1973). A título de exemplo, Morison e Gardner (1978) efectuaram uma investigação com crianças dos 5 aos 12 anos, concluindo que, mesmo as crianças com 5 anos tinham um bom desempenho numa tarefa que compreendia a distinção entre dois tipos de brinquedos (reais e imaginários), o que indica um bom acesso à fonte do traço mnésico recordado.

Por outro lado, alguns autores têm encontrado evidências nos seus estudos que sustentam que crianças com uma boa capacidade de monitorização de fonte evidenciam um grau menor de vulnerabilidade à sugestão (Ackil & Zaragoza, 1995; Ceci & Bruck, 1993; Giles et al., 2002; Leichtman & Ceci, 1995; Poole & Lindsay, 1995; Principe, 1997, in Elischberger, 2005; Thierry et al., 2001).

Constatada a necessidade de aprofundar a discussão em torno do facto de as crianças mais novas terem mais dificuldade de monitorização de fonte, e conseqüentemente serem mais vulneráveis ao processo de distorção mnésica pela sugestão, e dada alguma polémica nos resultados, assistiu-se ao aumento do número de investigações nesta área, que passaram a ter também em consideração o tipo de informação a processar. Uma das contribuições mais relevantes tem em linha de conta a subdivisão em dois sistemas de armazenamento da informação: um sistema perceptivo, que abrange os conteúdos dos processos perceptivos, e um sistema semântico, que engloba informações na esfera da imaginação, da reflexão, do pensamento ou formulação de hipóteses (Lindsay et al., 1991). Uma das observações que se pode extrair destas investigações é que, e no que toca à capacidade de monitorização de fonte, apenas se verificam diferenças significativas entre as crianças mais novas e mais velhas quando as duas fontes a distinguir têm características perceptivas e semânticas idênticas (Ceci & Bruck, 1993; Lindsay et al., 1991).

Outro aspecto a ressaltar dos contributos neste campo, é o facto de alguns estudos mostrarem que as diferenças de desempenho se acentuam, quando as duas informações a diferenciar são referentes a uma mesma pessoa ou situação. Por exemplo, o estudo de Lindsay e colaboradores (1991), que já referimos anteriormente, mostrou que as crianças mais novas apenas têm mais dificuldade que as mais velhas na distinção de vários tipos de fontes de informação, quando a pessoa envolvida nas fontes a diferenciar é a mesma; ou seja, quando diferentes actores estão presentes em cada uma das fontes, o desempenho das crianças com 4 anos equipara-se ao dos outros grupos etários em estudo.

Uma outra área de investigação assenta no estudo da comparação do grau de

sugestionabilidade das crianças mais novas e das mais velhas, tendo em consideração o conteúdo da informação a recordar. Alguns autores estipularam que as crianças mais novas deixariam de ser mais sugestionáveis que as mais velhas quando a tarefa envolvesse a recordação de acções ou de eventos com saliência e significado pessoal (Ceci et al., 1988; Goodman, Bottoms, Schwartz-Kenney, & Rudy, 1991a; Goodman, Rudy, Bottoms, & Aman, 1990; Rudy & Goodman, 1991). Num estudo com estudantes universitários foi encontrada uma associação positiva entre o grau de elaboração emocional das sugestões introduzidas e o posterior grau de distorção mnésica dos relatos dos participantes (Drivdahl, Zaragoza, & Learned, 2009). No entanto, outros estudos têm demonstrado o contrário, sugerindo que as crianças mais novas continuam a evidenciar maior sugestionabilidade que as mais velhas, mesmo quando estão em causa acções centrais, que implicam o próprio corpo, ou com carácter sexual (Bruck et al., 1995a,b; Oates & Shrimpton, 1991). Hyman e Loftus (1998) defendem que este processo pode ser condicionado pelas exigências e detalhes da informação a recordar, pelo tempo decorrido entre a introdução de sugestão e o teste de memória, e pelo número de vezes que os sujeitos evocam determinado evento.

Será importante abordarmos neste contexto as técnicas de imaginação guiada que são comumente utilizadas nas entrevistas com crianças, consistindo em pedir-lhe para se tentarem lembrar ou para imaginarem um determinado evento, e para formarem uma imagem mental com pormenor do mesmo. Ora, se considerarmos que as crianças têm, de facto, uma maior dificuldade em distinguir aquilo que vivenciaram, observaram ou ouviram, daquilo que apenas imaginaram (Ackil & Zaragoza, 1995; Parker, 1995; Welch-Ross, 1995) é provável que venham a ter dificuldades na distinção das fontes de informação, passando a acreditar e a perceber como verdadeiro aquilo que imaginaram repetidamente (Ceci et al., 1994a,b). Se assumirmos esta proposição como verdadeira, e extrapolando para contextos de interrogatórios reais, a utilização deste tipo de técnicas deve ser evitada, no sentido de diminuir a introdução de confusão e consequente distorção mnésica. Neste sentido, vários autores têm comprovado a eficácia da introdução de técnicas de “treino” das capacidades de distinção das fontes de informação em entrevistas com crianças (Giles et al., 2002; Lindsay, 1993; Lindsay & Johnson, 1989; Poole & Lindsay, 2002; Thierry & Spence, 2002), na medida em que reduzem o seu grau de aceitação de sugestão (Ackil & Zaragoza, 1995; Bright-Paul, Jarrold, & Wright, 2005; Ceci & Bruck, 1993). A introdução de técnicas facilitadoras de uma correcta monitorização das fontes

da informação a recordar está também associada a uma diminuição do grau da sugestionabilidade de adultos e idosos (Multhaup, Leonardis, & Johnson, 1999).

Numa abordagem próxima, e partindo dos pressupostos que fundamentam estas teorias, alguns autores têm colocado em relevo que, quando as crianças desenham determinadas informações a recordar têm maior facilidade na distinção das respectivas fontes (Bruck, Melnyck, & Ceci, 2000; Butler, Gross, & Hayne, 1995).

As evidências de variadas investigações atestam, portanto, que uma correcta monitorização das fontes a recordar leva a uma maior rejeição das informações falsas sugeridas. Este dado tem importantes implicações para as avaliações forenses junto de crianças, primeiramente porque as competências de monitorização de fonte parecem diferir de acordo com a idade destas crianças, e também porque se salienta a importância da introdução de estratégias que promovam a correcta distinção das diversas informações e estímulos a recordar, nas entrevistas junto de testemunhas. Esta área de estudo deixa ainda o alerta para o risco da introdução de técnicas de imaginação guiada, uma vez que estas podem inflacionar o grau de confusão entre o traço mnésico correspondente às informações reais e aquele que diz respeito às sugestões posteriormente introduzidas pelo entrevistador. Por fim, quando tentamos discriminar as competências de monitorização de fonte em função da faixa etária, será muito importante termos em linha de conta as características perceptuais e semânticas dos estímulos, o seu grau de significância e saliência pessoal, e também o nível de semelhança das fontes de informação a recordar.

#### **1.3.3.1.5. Conhecimento**

Uma outra variável que assume um papel de destaque na área da sugestionabilidade é o conhecimento do sujeito. Os estudos que se dedicam à análise da relação entre o conhecimento e o fenómeno da sugestão mnésica geralmente têm por base três principais tipos de conhecimento: o conhecimento semântico (ou seja, o conhecimento dos significados declarativos, procedimentais e associativos dos conceitos), o conhecimento acerca de acontecimentos, rotinas e acções (temporalmente organizadas e sequenciadas) e os estereótipos (conhecimento esquemático que organiza e categoriza a informação) (Ceci & Bruck, 1993).

Já Eagly (1978, in Gudjonsson, 2003) apontava para o facto de as atitudes das pessoas serem mais passíveis e vulneráveis à influência externa quando estas tinham pouca informação

sobre determinado assunto ou quando este não era muito relevante para elas. De uma forma geral os estudos posteriormente desenvolvidos vieram confirmar esta posição.

Myles-Worsley, Cromer e Dodd (1986) realizaram um estudo com crianças em idade pré-escolar, em que se analisava a recordação de algumas das suas rotinas diárias. Estes autores concluíram que, por se tratar da memorização de informação familiar, as crianças tinham um bom desempenho, já que tendiam a evocar a informação de acordo com os seus conhecimentos gerais no âmbito das rotinas diárias (embora este fenómeno só se verifique para a nomeação de rotinas, deixando de ser significativo quando se pede aos sujeitos para as organizarem e sequenciarem). Estes dados deixam assim a ideia de que as crianças tendem a complementar as suas memórias para um determinado evento de acordo com os seus conhecimentos prévios para eventos semelhantes.

No entanto, outras investigações que também se debruçaram nesta relação, vieram chamar a atenção para o facto de a associação acima descrita (um maior conhecimento melhorar a qualidade dos testemunhos) só se verificar quando as situações apresentadas são congruentes com o conhecimento e informações já existentes na memória dos indivíduos (Clubb, Nida, Merritt, & Ornstein, 1993; Goodman et al., 1997). Por outras palavras, se a informação a memorizar for incongruente com o conhecimento prévio do sujeito, este tende a cometer erros na evocação desta informação, por ir ao encontro do seu conhecimento geral e prévio (Ceci, Caves, & Howe, 1981). Alguns resultados obtidos por Hudson (1990) chamam a atenção precisamente para este último efeito, ou seja, na evocação de uma situação apresentada que envolve rotinas, pode estar aumentada a tendência para relatar aspectos pertencentes ao conhecimento prévio, mas que, de facto, não foram apresentados ao sujeito na situação experimental. A evocação de conhecimento anterior em detrimento da situação a evocar, quando a informação a recordar não é idêntica ou é discrepante em relação ao conhecimento anterior, parece ser mais evidente entre as crianças mais novas (Farrar & Goodman, 1990, in Ceci & Bruck, 1993; Hudson & Nelson, 1986; Ornstein et al., 1998). Note-se no entanto que, este efeito, em casos de incongruência, pode não se verificar quando a informação a evocar é tão diferente do conhecimento do sujeito que se torna bizarra, podendo levar, neste caso, a um relato mais exacto e pormenorizado.

Para além da análise do impacto do conhecimento prévio na qualidade dos testemunhos obtidos acerca de uma determinada situação ou informação, alguns autores tentaram perceber especificamente a sua relação com o grau de aceitação de sugestão. Alguns resultados têm

sustentado que, conhecimentos prévios congruentes com a sugestão (e incongruentes com a informação a recordar) promovem a sua aceitação e a distorção mnésica (Leichtman & Ceci, 1995), mas que conhecimentos anteriores incompatíveis com a informação falsa sugerida, podem aumentar a resistência dos sujeitos, fazendo diminuir o seu grau de sugestionabilidade (Bruck et al., 1997; Elischberger, 2005; Goodman et al., 1997; Leichtman & Ceci, 1995).

Sintetizando, conhecimentos prévios melhoram a evocação de determinadas informações, mas apenas se forem congruentes com estas. Por outro lado, conhecimentos anteriores congruentes com as informações sugeridas geralmente inflacionam a sua aceitação, aumentando o grau de sugestionabilidade.

### **1.3.3.2. Os factores psico-sociais**

A exposição que se segue considera dois dos factores que mais têm sido alvo de análise na procura de esclarecimento do fenómeno da sugestionabilidade: a ansiedade e a dissociação/absorção.

#### **1.3.3.2.1. Ansiedade: Ansiedade-estado e ansiedade-traço**

Com um papel de destaque na pesquisa no âmbito do papel das diferenças individuais no grau de vulnerabilidade à sugestão, estão os estudos desenvolvidos em torno da ansiedade. Pesem os contextos de pressão social e de estresse que, não raramente, caracterizam os contextos de interrogatório policial e das avaliações forenses. Este campo de investigação pode ser dividido em dois grupos de estudos: os que consideram medidas de ansiedade-estado (situações de estresse), e os que analisam a ansiedade-traço, ou seja, uma predisposição individual relativamente estável para a ansiedade.

Na avaliação destes dois tipos de ansiedade, e na maioria dos estudos que apresentamos, os respectivos autores utilizaram o STAI<sup>24</sup>. Noutros, foi analisada a ansiedade-estado, através da indução experimental de situações de estresse. Foquemos então alguns estudos.

---

<sup>24</sup> STAI: *State-Trait Anxiety Inventory* (Spielberger, 1983).

Num estudo que envolvia um grupo experimental com adultos que sofriam de perturbações de ansiedade e um grupo com participantes com valores de ansiedade normativos, Wolfradt e Meyer (1998) encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, no que diz respeito às medidas de submissão<sup>1</sup>, mudança e sugestionabilidade total das GSS2, com os participantes que tinham desordens de ansiedade a evidenciarem maior sugestionabilidade. Também se encontraram correlações positivas significativas entre a sugestionabilidade interrogativa e as pontuações obtidas tanto nas medidas de ansiedade-estado como nas de ansiedade-traço (STAI). Realce-se que estas últimas correlações apenas atingiram um nível de significância estatística quando os autores consideraram conjuntamente os dois grupos experimentais, não se verificando nenhum efeito quando se analisa cada um dos grupos de forma independente. Smith e Gudjonsson (1995) também encontraram correlações positivas significativas com as medidas submissão<sup>2</sup>, mudança e sugestionabilidade total das GSS1, mas apenas no que respeita à ansiedade-estado avaliada uma semana depois da aplicação das GSS1, não tendo encontrado relações significativas com o desempenho no STAI aplicado imediatamente antes do questionário destas escalas de avaliação da sugestionabilidade.

Gudjonsson (2003), também argumenta a favor da existência de uma correlação positiva entre o grau de sugestionabilidade interrogativa dos indivíduos e a sua ansiedade, mais concretamente com a ansiedade-estado. Numa investigação realizada em 1988, Gudjonsson (1988b) reportou uma correlação positiva significativa entre a ansiedade e a sugestionabilidade interrogativa. Neste estudo, este autor desenvolveu uma série de experiências, utilizando o STAI na medição da ansiedade dos sujeitos, aplicando-o duas vezes: antes e depois da introdução do questionário e do *feedback* negativo. A análise dos resultados levou este autor a concluir que a sugestionabilidade se encontra significativamente mais associada com a ansiedade-estado do que com a ansiedade-traço, verificando também que a ansiedade-estado apresenta maior correlação com as medidas submissão<sup>2</sup> e mudança, ou seja, os sujeitos com maior ansiedade no momento da avaliação foram também aqueles que se mostraram mais vulneráveis à introdução de *feedback* negativo (Gudjonsson, 1988b). Gudjonsson (2003) avança ainda com algumas explicações para as variações patentes nos resultados do estudo de Smith e Gudjonsson (1995), defendendo que o momento em que é administrado o STAI é muito importante na explicação dos resultados que se obtém no estudo da relação da ansiedade com a sugestionabilidade. De facto, nestes estudos, os respectivos autores aplicaram o STAI imediatamente após a primeira evocação das GSS1, ou seja, antes de ter sido introduzido o

*feedback* negativo. Estas variações nos procedimentos podem fazer toda a diferença, quando em causa está a ansiedade-estado, uma vez que a ansiedade gerada pela introdução de pressão social no questionário é muito importante. Estas observações encontram confirmação no estudo acima descrito (Gudjonsson, 1988b), em que Gudjonsson avalia a ansiedade-estado antes e depois do questionário, obtendo correlações muito mais significativas com a sugestionabilidade interrogativa no segundo momento. Outros autores encontraram correlações negativas entre a ansiedade-estado de crianças com 9/10 anos (STAI-C<sup>25</sup>) e a sua tendência para ceder a perguntas sugestivas, com procedimentos experimentais baseados no paradigma da desinformação (Ridley, Clifford, & Keogh, 2002), e também de estudantes universitários, com a sugestionabilidade a ser avaliada através da correcta monitorização da fonte de informações verdadeiras e sugeridas (Ridley & Clifford, 2006).

Analisando este primeiro conjunto de estudos, torna-se possível assumir um efeito potenciador da ansiedade na sugestionabilidade, tanto de adultos, como de crianças. Este efeito faz-se sentir de forma mais visível em relação à ansiedade-estado, por contraponto à ansiedade-traço. Para além disto, o momento e o contexto de avaliação da ansiedade parece constituir-se como um factor decisivo na explicação dos resultados.

Um conjunto de outros autores analisou especificamente a relação da sugestionabilidade com situações de estresse (ansiedade-estado), através da manipulação das condições experimentais dos estudos que desenvolveram.

Algumas investigações têm revelado que altos níveis de estresse e de activação parecem melhorar o desempenho mnésico e tornar as crianças mais resistentes à sugestão (Marche & Loehr, 2004, in Bruck & Melnyk, 2004; Shrimpton, Oates, & Hayes, 1998).

No entanto, os resultados não orientam todos na mesma direcção. Por exemplo, Goodman, Hirschman, Hepps e Rudy (1991b) realizaram quatro experiências, obtendo resultados distintos: numa delas (experiência 3) os resultados indicaram efeitos positivos de um estado de activação, tanto para a memória como para a resistência à sugestionabilidade; já na experiência 2, apenas foi encontrada uma correlação positiva com a memória; a análise dos resultados obtidos nas experiências 1 e 4 mostrou não existir qualquer relação entre o estresse, a memória e a sugestionabilidade. Esta última conclusão, que defende a ausência de diferenças significativas entre grupos de crianças sujeitos a uma condição estressante e grupos expostos a situações sem estresse, no que diz respeito ao posterior desempenho em medidas de memória

---

<sup>25</sup> STAI-C: *State-Trait Anxiety Questionnaire* (Spielberger, Edwards, Montouri, & Luschene, 1970).

e de sugestionabilidade, tem vindo a encontrar suporte noutros estudos (Bruck et al., 1995a; Eisen et al., 2002c; Oates & Shrimpton, 1991).

Em sentido contrário, um outro conjunto de autores tem sustentado que condições de estresse significativo geram maior sugestionabilidade (Bugental, Blue, Cortez, Fleck, & Rodriguez, 1992; Goodman et al., 1997; Ornstein et al., 1992; Quas et al., 1999). Peters (1991) realizou cinco experiências que envolviam a avaliação mnésica de crianças relativamente a eventos com diferentes graus de estresse. Na sua experiência 5 (com crianças entre os 5 e os 10 anos), criou dois grupos experimentais, um exposto a uma situação de estresse elevado e outro a uma situação de estresse baixo, confirmando os níveis de activação através de medidas da pressão sanguínea e batimento cardíaco. Este autor concluiu que, embora nos procedimentos de evocação livre não fossem encontradas diferenças significativas entre o desempenho dos dois grupos, aquando a introdução de perguntas neutras e sugestivas, o grupo que tinha sido alvo de uma situação de baixo-estresse deu respostas mais exactas e mostrou menor sugestionabilidade.

Os resultados destes últimos estudos agrupam-se em função de três conclusões divergentes: (1) níveis elevados de estresse e activação melhoram a exactidão dos relatos e aumentam a resistência à sugestão; (2) níveis elevados de estresse e activação prejudicam a memória e aumentam o grau de sugestionabilidade; e (3) não existe qualquer relação entre a ansiedade, a memória e a sugestionabilidade.

A própria forma de avaliação da ansiedade-estado, quer através do STAI, quer através da indução de estresse nas experiências, poderá estar por trás dos resultados discordantes que pautam o contexto de análise da relação desta variável com o grau de sugestionabilidade interrogativa e com a vulnerabilidade à sugestão introduzida em procedimentos de desinformação. Os estudos nesta área necessitam, portanto, de maior investimento, para um melhor enquadramento das diferenças encontradas. Neste âmbito, e numa esfera de contribuição mais recente, alguns autores têm procurado explicações comparando a introdução de estados de ansiedade no momento de codificação da informação, com o efeito de estados ansiogénicos no momento da recuperação (Ridley & Clifford, 2004).

### **1.3.3.2.2. Dissociação e absorção**

Os estudos desenvolvidos nesta área de investigação vieram chamar a atenção para o papel da dissociação nas falhas e distorções de memória, evidenciadas tanto por crianças como

por adultos (Eisen & Carlson, 1998; Eisen et al., 1998, 1999, 2002a,b,c; Heaps & Nash, 1999; Hyman & Billings, 1998; Merckelbach, Muris, Horselenberg, & Stougie, 2000a; Merckelbach, Muris, Rassin, & Horselenberg, 2000b; Merckelbach, Muris, Wessel, & VanKoppen, 1998; Paddock et al., 1998; Platt, Lacey, lobst, & Finkelman, 1998; Putnam, 1997; Quin, 1999; Tousignant, 1984; van der Kolk & Fisler, 1995; Wilkinson & Hyman, 1998; Winograd, Peluso, & Glover, 1998; Wolfradt & Meyer, 1998).

Muito importantes no contexto da presente investigação, são também os estudos que visam determinar a relação entre a tendência para a dissociação e para a absorção e o impacto da sugestão nos testemunhos (Ceci & Bruck, 1993, 1999; Gudjonsson, 2003; Loftus & Pickrell, 1995; Schooler & Loftus, 1993). Partindo do princípio de que os indivíduos mais dissociativos têm menor confiança nas suas memórias (Putnam, 1997) sendo conseqüentemente mais vulneráveis a distorções de memória, cedendo mais facilmente à introdução de informação ilusória por outros, ao impacto de perguntas sugestivas e à pressão social (Gudjonsson, 1996, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986; Merckelbach et al., 2000b; Schooler & Loftus, 1993), há que ponderar a validade e a veracidade de alguns testemunhos obtidos em contextos sugestivos. Em causa está também o facto, geralmente bem aceite, de que os indivíduos muito dissociativos reportam mais frequentemente experiências de eventos traumáticos (Chu & Dill, 1990; DiTomasso & Routh, 1993; Merckelbach et al., 2000a,b; Sanders & Giolas, 1991; van der Kolk & Fisler, 1995). Para além disto, a tendência para a dissociação tem sido associada na literatura a maiores dificuldades de monitorização de fonte (Johnson & Raye, 1981; Winograd et al., 1998; Wolfradt & Meyer, 1998) e a uma menor auto-confiança relativa à eficácia cognitiva (Merckelbach et al., 2000a,b; Merckelbach, Muris, & Rassin, 1999), factores que levariam a um maior grau de aceitação de informações falsas e, portanto, a distorções na memória. Partindo da própria definição do conceito, as pessoas com elevados graus de dissociação, ou com dissociação do tipo patológico, experimentam mais frequentemente “interrupções” na atenção, memória, consciência e personalidade (Bernstein & Putnam, 1986), o que poderá prejudicar os processos atencionais e de codificação, levando a memórias mais pobres, maior incerteza, mais dificuldades na monitorização da fonte e conseqüentemente a uma maior tendência para aceitar informações fornecidas por outros (Hyman & Billings, 1998; Putnam, 1997; Schooler & Loftus, 1993; Wilkinson & Hyman, 1998).

Por outro lado, a absorção<sup>26</sup>, ou seja a dissociação de tipo não-patológico, tem sido associada na literatura à capacidade de visualização imagética (Lynn & Rhue, 1998), que por sua vez parece estar relacionada com a tendência para formar falsas memórias (Tousignant, 1984; Wilkinson & Hyman, 1998) e com a capacidade de monitorização de fonte (Dobson & Markham, 1993; Johnson et al., 1993). Merckelbach e colaboradores (2000b) hipotetizaram que as medidas de dissociação não-patológica poderiam relacionar-se com um tipo específico de sugestionabilidade: a sugestionabilidade hipnótica. Gudjonsson (2003) salientou também a necessidade de analisar a relação de algumas medidas de dissociação não patológica com a tendência para a confabulação durante as evocações nas GSS (Gudjonsson, 1984a, 1987a, 1997).

Estreitando a atenção apenas para os estudos que recorreram à avaliação da sugestionabilidade através de procedimentos que incluem a colocação de questões sugestivas (sugestionabilidade interrogativa), é possível definir dois grupos distintos de investigação: os que utilizaram as GSS e os que não recorreram a estas escalas na avaliação da sugestionabilidade.

Começamos pelo segundo grupo. Eisen e Carlson (1998) encontraram correlações positivas entre a sugestionabilidade e a dissociação (DES<sup>27</sup>), mas Eisen e colaboradores (2002c) não reportaram qualquer associação significativa entre estas variáveis. Ambos os estudos apontaram para correlações positivas significativas quando analisada a DES-T<sup>28</sup> (Eisen & Carlson, 1998; Eisen et al., 2002c). Já no que toca a medidas de dissociação não-patológica, a absorção (TAS<sup>29</sup>) não se correlacionou com a sugestionabilidade no mesmo estudo de Eisen e Carlson (1998). É de ressaltar a inexistência de correlações significativas entre a sugestionabilidade e a dissociação avaliadas em crianças (A-DES<sup>30</sup>; CPAS<sup>31</sup>;) (Eisen et al., 1998, 1999, 2002c).

Quanto ao primeiro grupo de estudos, são poucos os que analisaram a associação entre a dissociação e a sugestionabilidade interrogativa medida através das GSS. Um número significativo reportou uma correlação positiva significativa entre a dissociação (DES) e a sugestionabilidade interrogativa, mais especificamente, com as medidas de sugestionabilidade

---

<sup>26</sup> Tradução de " *absorption*".

<sup>27</sup> DES : *Dissociative Experiences Scale* (Bernstein & Putnam, 1986).

<sup>28</sup> DES-T: *Dissociative Experiences Scale-Taxon* (Waller, Putnam, & Carlson, 1996).

<sup>29</sup> TAS: *Tellegen Absorption Scale* (Tellegen & Atkinson, 1974).

<sup>30</sup> A-DES: *Dissociative Experiences Scale for Adolescents* (Armstrong, Putnam, Carlson, Libero, & Smith, 1997).

<sup>31</sup> CPAS: *Children's Perceptual Alteration Scale* (Evers-Szostak & Sanders, 1992).

submissão<sup>1</sup> e sugestionabilidade total das GSS (Merckelbach et al., 1998, 2000b; Wolfradt & Meyer, 1998). Por outras palavras, os sujeitos mais dissociativos parecem ter maior tendência para ceder à introdução de informação ilusória presente nas perguntas sugestivas. Também no estudo desenvolvido por Cunha, Albuquerque e Freire (2007b) foi encontrada uma correlação positiva significativa entre a dissociação (DES) e a sugestionabilidade, mas desta feita com a medida mudança das GSS, ou seja, neste caso, os sujeitos mais dissociativos revelaram maior vulnerabilidade à introdução de *feedback* negativo.

Já no que toca à análise das medidas de dissociação não patológica, os resultados também não são uniformes: Wolfradt e Meyer (1998), utilizando uma versão alemã das GSS2, encontraram correlações positivas significativas entre a sugestionabilidade interrogativa e a absorção (TAS), mas Cunha, Albuquerque e Freire (2007b) não encontraram qualquer correlação significativa entre estas variáveis (neste caso através da administração da versão portuguesa das GSS1 e das GSS2). Merckelbach e colaboradores (2000a), com uma versão holandesa das GSS1, não encontraram qualquer relação entre a sugestionabilidade interrogativa e a tendência para a fantasia (CEQ<sup>32</sup>).

Surpreendentemente, muito poucos estudos consideram a relação entre medidas de dissociação patológica e a sugestionabilidade interrogativa. Registe-se a ausência de relações significativas entre a dissociação patológica (DES-T) e qualquer uma das medidas de sugestionabilidade das GSS, no estudo já referido de Cunha, Albuquerque e Freire (2007b).

Resumindo, quando a sugestionabilidade interrogativa não é avaliada através das GSS, a única relação consistente encontrada refere-se a medidas de dissociação patológica. No entanto, quando os estudos recorrem às GSS, sobressaem associações significativas entre a dissociação e as medidas de submissão e de mudança destas escalas. Já no que toca às medidas de dissociação não patológica e patológica, os estudos são reduzidos, não gerando um padrão uniforme de resultados.

### **1.3.3.3. Os factores biológicos**

Nesta secção abordaremos os efeitos na sugestionabilidade de três variáveis: o género, a privação de sono e o consumo ou privação de substâncias psicoactivas.

---

<sup>32</sup> CEQ: *Creative Experiences Questionnaire* (Merckelbach, Muris, Wessel, & Van Koppen, 1998).

### **1.3.3.3.1. Género**

Foquemos apenas os estudos que têm vindo a analisar a relação entre o género das crianças e adolescentes e o seu grau de sugestionabilidade.

Num estudo desenvolvido por Danielsdottir e colaboradores (1993), foram avaliadas, através das GSS2, crianças com 6, 8, 10 e 12 anos de idade. Os rapazes mostraram-se significativamente mais sugestionáveis na medida mudança, mas apenas no que diz respeito ao grupo de crianças com 8 anos. Este tipo de resultados, com o sexo masculino a evidenciar maior sugestionabilidade interrogativa é também obtido por Redlich (1999, in Gudjonsson, 2003). Os participantes deste estudo tinham idades compreendidas entre os 12 e os 26 anos, e os rapazes evidenciaram maior sugestionabilidade nas medidas submissão1, submissão2 e sugestionabilidade total das GSS1 (Redlich, 1999, in Gudjonsson, 2003). Resultados no mesmo sentido foram igualmente reportados por Crossman (2001, in Bruck & Melnyk, 2004) e por Warren, Lane, Snyder-Boggs e Blevins (1995, in Bruck & Melnyk, 2004).

No entanto, os resultados nesta linha de investigação não são consensuais. McFarlane e colaboradores (2002), num estudo com uma amostra de 220 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, reportaram que as meninas se mostraram mais sugestionáveis que os meninos, cedendo mais facilmente às perguntas sugestivas. Por outro lado, a maioria dos estudos não encontrou diferenças significativas entre a sugestionabilidade de cada um dos géneros (Calicchia & Santostefano, 2004; Finnila et al., 2003; Gudjonsson, 1984a; Loftus, Levidow, & Duensing, 1992; Scullin & Ceci, 2001; Young et al., 2003).

Concluindo, entre os estudos que se centraram nas diferenças de género, apenas um número reduzido encontrou diferenças significativas, com resultados que orientam em direcções opostas, levando-nos a concluir que, pelo menos nas crianças e nos adolescentes, o género não parece ter um papel determinante na vulnerabilidade à sugestão.

Abordamos em seguida, alguns estudos que se debruçaram na análise da hipotética relação entre a sugestionabilidade, o estado de privação de sono e o consumo de substâncias psicoactivas ou a privação destas. Estes resultados revestem-se de grande importância, e este tipo de pesquisa deixa contributos fundamentais, se tivermos presente que, muitas das avaliações realizadas pela polícia ou em tribunais, podem ocorrer em circunstâncias em que o entrevistado dormiu pouco ou foi mesmo privado de dormir. Este argumento também é aplicável nos meandros da análise da validade dos testemunhos, nas situações em que o indivíduo alvo

de interrogatório está sob o efeito de drogas ou álcool, ou em estado de privação destas substâncias.

#### **1.3.3.3.2. Privação de sono**

Os efeitos da privação de sono na sugestionabilidade, têm sido estudados por Mark Blagrove. Em dois estudos desenvolvidos por Blagrove, Cole-Morgan e Lambe (1994) foi analisado o grau de sugestionabilidade (GSS1 e GSS2) de estudantes universitários em função de um estado de privação do sono (de 23 a 27 horas). Não foi encontrada uma relação significativa com a medida submissão<sup>1</sup>, mas foram detectadas correlações significativas com a medida mudança das GSS, ou seja, com a capacidade de lidar com o *feedback* negativo. Blagrove (1996) desenvolveu uma outra investigação composta por três estudos, numa amostra com adultos. As condições manipuladas tiveram em consideração a extensão da privação de sono (sendo que, em dois dos estudos, os participantes estavam uma noite sem dormir, e no terceiro estudo passavam duas noites sem dormir), introduzindo-se em cada um dos estudos um grupo de controlo que não era privado de sono. Utilizando as GSS1 e as GSS2, este autor verificou que todas as medidas destas escalas se relacionaram significativamente com a variável privação de sono, aumentando tanto mais o grau de sugestionabilidade evidenciado pelos participantes, quanto mais tempo decorresse sem estes dormirem.

Estes estudos comprovam o efeito prejudicial de estados de privação de sono na qualidade dos testemunhos de adultos, alertando para o risco de desenvolver avaliações e entrevistas nestas condições. Fica por esclarecer a aplicabilidade e o grau de extensão destes dados a crianças.

#### **1.3.3.3.3. Substâncias psicoactivas: Drogas e álcool**

Já no que toca às investigações em torno de drogas e de álcool, os estudos podem ser divididos em dois grupos: aqueles que analisaram os efeitos de um estado de intoxicação com estas substâncias, e os que se debruçaram na relação de um estado de privação das mesmas e o grau de sugestionabilidade dos indivíduos.

Começando a nossa exposição pelos efeitos das drogas, as conclusões dos estudos não são uniformes, parecendo estar dependentes do tipo de droga (Brignall, 1998, in Gudjonsson, 2003). Será seguro afirmar que a administração de tranquilizantes e sedativos levará a uma diminuição das funções cognitivas dos sujeitos, como sendo, as capacidades de aprendizagem, de concentração e de memória (Gudjonsson, 2003; Sigurdsson & Gudjonsson, 1994). Apesar de algumas divergências, parece unânime a opinião de que as drogas propiciam um estado de maior vulnerabilidade psicológica que pode pôr em causa a validade e a veracidade dos relatos (Davison & Gossop, 1996; Murakami, Edelmann, & Davis, 1996), sendo isto principalmente válido para estados de privação de drogas, em que os indivíduos evidenciam elevada dificuldade em tomar decisões, sendo mais provável, no caso das avaliações de suspeitos, a ocorrência de falsas confissões (Gudjonsson, 2003). Um estudo que quantificou a sugestionabilidade interrogativa através das GSS1, reportou maior grau global de sugestionabilidade num grupo que se encontrava num estado de privação de opiáceos (Murakami et al., 1996).

Quanto aos efeitos do álcool, salienta-se um estudo de Santtila, Ekholm e Niemi (1999) com 51 adultos, divididos por quatro grupos experimentais em função da quantidade de álcool presente no sangue (sendo que um deles era o grupo de controlo, não tendo ingerido álcool). Estes autores avaliaram, entre outras variáveis psicológicas, a sugestionabilidade interrogativa dos participantes recorrendo às GSS2. Os resultados revelaram uma associação significativa entre o consumo de álcool e as medidas submissão1, submissão2 e sugestionabilidade total, na medida em que altos níveis de álcool no sangue se relacionaram com pontuações mais baixas nestas medidas de sugestionabilidade. Em sentido contrário, destaca-se uma outra investigação levada a cabo por Yuille e Tollestrup (1990), visando esclarecer os efeitos da intoxicação por álcool na memória e nos testemunhos de uma amostra de 120 adultos do sexo masculino, relativamente a um episódio de um roubo encenado. Foram criados três grupos: um grupo que efectivamente ingeriu álcool, um grupo-placebo a quem apenas foi dito que tinham ingerido álcool, e um grupo de controlo. A 58 dos participantes foi administrada uma entrevista imediatamente a seguir à exposição da situação a recordar, e todos os participantes foram entrevistados uma semana depois (esta segunda entrevista incluía a apresentação de uma fotografia que continha, ou não, o ladrão da situação visionada). O grupo que tinha ingerido álcool obteve pior desempenho, tanto na qualidade do relato na primeira entrevista, como na exactidão da memória na entrevista realizada uma semana depois; os efeitos do álcool também se relacionaram significativamente com maior número de falsos reconhecimentos da fotografia

do suspeito, aquando a segunda entrevista. As divergências nos resultados destes dois estudos podem encontrar alguma explicação na variação da quantidade de álcool ingerida, no tipo de tarefa a recordar e no próprio carácter das medidas de avaliação, uma vez que no primeiro se avalia a sugestionabilidade interrogativa através das GSS e no segundo se analisam a qualidade dos relatos e o número de falsos reconhecimentos.

Já os efeitos da privação de álcool parecem aumentar a tendência para a sugestionabilidade, sendo estes dados sustentados por alguns estudos realizados com as GSS, que apontam para uma diminuição da capacidade dos sujeitos para lidar com a introdução de perguntas sugestivas (Gudjonsson, Hannesdottir, Petursson, & Bjornsson, 2002a) e de *feedback* negativo (Gudjonsson et al., 2002a; Gudjonsson, Hannesdottir, Petursson, & Tyrfinngson, 2002b). Gudjonsson e colaboradores (2004), reportaram um efeito diferencial do grau de severidade de um estado de privação de álcool nos homens e nas mulheres, com os homens a mostrarem-se mais sugestionáveis (GSS1 e GSS2) e condescendentes (GCS) e as mulheres a revelarem maior tendência para a confabulação (no que diz respeito à introdução de invenções) durante os momentos de evocação das GSS.

Os resultados desta linha de investigação permitem-nos delinear quatro importantes contribuições: (1) a sugestionabilidade parece aumentar em proporção directa com a extensão do período de privação de sono; (2) as testemunhas que se encontram sob o efeito de drogas ou privadas delas mostram maior vulnerabilidade à sugestão; (3) o consumo de álcool não tem um efeito linear no grau de sugestionabilidade; e (4) os estados de privação de álcool associam-se a uma menor capacidade para lidar, tanto com as perguntas sugestivas, como com a pressão social introduzida nos interrogatórios. Fica ainda o registo de que os estados de privação de álcool podem ter um impacto variável na sugestionabilidade em função do género.

Estas constatações têm, como já dito, importantes implicações para os contextos reais de avaliação de vítimas e de testemunhas, uma vez que, não raramente, estas se encontram há muitas horas sem dormir, sendo também comum a avaliação em contextos forenses de indivíduos com história de dependência de substâncias psicoactivas.

Antes de terminarmos esta secção, deixamos a referência breve a uma linha de investigação recente que tem tentado perceber se o grau de sugestionabilidade interrogativa de uma pessoa é perceptível ou se está associado a determinadas características faciais. Fica o exemplo do estudo de Bachmann e Nurmoja, em que não foram encontradas correlações

significativas entre este tipo de características físicas e a sugestibilidade interrogativa de participantes avaliados pelas GSS2 (Bachmann & Nurmoja, 2006).

Na persecução de uma visão mais clara e global do fenómeno da distorção mnésica, cada vez mais é defendida uma abordagem global, que inclua não uma, mas um conjunto de variáveis, sejam elas cognitivas, biológicas, sociais ou contextuais, a fim de se perceber a capacidade preditiva da interacção entre diversos factores do grau de veracidade final dos testemunhos (Endres, 1997; Finnila et al., 2003; Ornstein & Elishberger, 2004; Quas et al., 1997). Quando está em causa a competência das crianças enquanto testemunhas, há que ter também em linha de conta a sua compreensão dos valores morais patentes às avaliações que decorrem em contextos forenses, e nomeadamente à importância da verdade e da mentira e suas consequências (Perner, 1997).

Como acima mencionámos, a partir da década de 70 começam a delinear-se um conjunto de paradigmas de investigação das memórias falsas. Após a exposição mais pormenorizada do paradigma da desinformação, segue-se agora uma descrição sucinta dos restantes paradigmas que se destacaram neste campo, sendo brevemente apresentadas as metodologias deles características, alguns estudos pertencentes a cada um deles, e também alguns resultados e conclusões a que os respectivos autores chegaram.

#### **1.4. Outros paradigmas de estudo das memórias falsas**

Esta secção seguirá a seguinte ordem: (1) Paradigma de associados convergentes (DRM); (2) Paradigma de exemplares de categorias; (3) Paradigma da falsa fama; e (4) Paradigma da inflação pela imaginação.

Em linhas gerais, a principal nota distintiva destes paradigmas, será o facto de no paradigma DRM e no paradigma de exemplares de categorias se analisarem os erros que ocorrem internamente e que estão relacionados com os processos e estruturas característicos da memória (“sugestão interna”), enquanto que nos restantes (o paradigma da falsa fama e o paradigma da inflação pela imaginação) as distorções da memória estão associadas à introdução de sugestão externa. Esta divisão tem patente a abordagem de Mazzoni (2002), que defendeu que as distorções de memória podem ser classificadas de acordo com duas categorias distintas: as que ocorrem espontaneamente como consequência do funcionamento interno da

memória, e aquelas que decorrem da introdução de sugestão externa, não ocorrendo geralmente na sua ausência.

Quer no paradigma DRM, quer no paradigma de exemplares de categorias está presente um processo de aprendizagem de listas de palavras. As palavras apresentadas estão fortemente associadas entre si, levando a que os participantes recuperem erradamente itens que, não tendo sido efectivamente apresentados, têm um alto grau de associação com os estímulos inicialmente apresentados. No paradigma DRM, este efeito tem patente a associação a uma palavra-chave, enquanto que no paradigma de exemplares de categorias, os erros traduzem, tal como o próprio nome indica, a associação de um grupo de itens apresentados como pertencentes a uma determinada categoria.

#### **1.4.1. O paradigma de associados convergentes (DRM)**

Em 1959, Deese introduziu o primeiro estudo em que foram analisadas as taxas de evocações falsas utilizando listas de palavras associadas a uma palavra crítica (que não era apresentada), concluindo que os erros de memória se deviam a efeitos de associação das palavras de cada lista ao respectivo item crítico, sendo que a média deste grau de associação predizia a frequência dos erros cometidos. Roediger e McDermott (1995) deram continuidade aos seus estudos, desenvolvendo este tipo de procedimento experimental. Nos seus estudos, analisaram não só as evocações falsas, mas também os reconhecimentos falsos, encontrando taxas de evocação e de reconhecimento de palavras críticas, aproximadas ou superiores às das palavras apresentadas nas listas. Os nomes destes autores estão na base da designação deste paradigma, uma vez que a sigla DRM provém da conjunção dos nomes Deese-Roediger-McDermott.

Inúmeros estudos têm vindo desde então a ser desenvolvidos no âmbito do paradigma DRM, obtendo também o mesmo tipo de efeitos de produção de memórias falsas. A título de exemplo encontramos os estudos de Payne, Elie, Blackwell e Neuschatz (1996), de McDermott (1996), de Robinson e Roediger (1997), de Stadler, Roediger e McDermott (1999), de Stein e Pergher (2001), de Johansson e Stenberg (2002), de Alonso, Fernández, Díez e Beato (2004), de Anastasi, Leon e Rhodes (2005) e de Stein, Feix e Rohenkohl (2006). Em Portugal, o estudo de Gaspar e Pinto (2000) foi pioneiro, seguindo-se muitos outros, entre os quais, o de Rocha e

Albuquerque (2003), o de Pinho, Simões, Beato e Diez (2004), o de Albuquerque (2005), o de Albuquerque e Pimentel (2005) e o de Carneiro, Albuquerque, Fernández e Esteves (2007).

Apesar de adoptar uma metodologia diferente da do paradigma de desinformação, o paradigma DRM ajuda a esclarecer a formação de memórias falsas para informações associadas a nível semântico e, embora a utilização de listas de palavras possa criar algum distanciamento dos eventos do dia a dia, as memórias falsas derivadas de processos associativos podem também ocorrer em tarefas quotidianas. Assim sendo, faz todo o sentido que estes estudos adoptem também uma abordagem desenvolvimental, que nos permita compreender melhor o padrão de produção deste tipo de erros de memória em diferentes faixas etárias. São contudo escassos os estudos que optaram por esta vertente.

Brainerd, Reyna e Forrest (2002) desenvolveram um estudo com crianças de 5, 7 e 11 anos e também adultos, cujos resultados orientaram no sentido de um aumento das memórias falsas com a idade. Com resultados a apontarem na direcção contrária, Ghetti, Quin e Goodman (2002) verificaram que crianças com 5 anos de idade cometiam mais evocações falsas que os grupos de crianças com 7 anos e de adultos, quando calculadas as taxas de evocações falsas relativas (tendo em consideração o número total de palavras evocadas).

O estudo de Brainerd e colaboradores (2002) contraria um número significativo de estudos desenvolvidos no âmbito do paradigma de desinformação, segundo os quais as memórias falsas tendem a diminuir com a idade. Brainerd e colaboradores (2002) recorrem à teoria do traço difuso para explicar os resultados que obtiveram, postulando a existência de traços *verbatim* (informação concreta e contextualizada do item) e de traços *gist* (significado dos itens). Embora ambos os traços se desenvolvam com a idade, as crianças ao longo do seu crescimento vão formando sobretudo traços *gist*. Os autores acrescentam que, quando as metodologias dos estudos favorecem a recuperação *verbatim*, são as crianças mais novas que apresentam mais memórias falsas, mas quando é beneficiada a recuperação *gist* passam a ser as crianças mais velhas a cometer mais erros. No estudo em causa, produzem-se tantas mais memórias falsas, quanto melhor é apreendida pelas crianças a convergência das palavras das listas para o item crítico (*gist*); estes dados podem explicar o número inferior de evocações erradas nas crianças mais novas, se se assumir que estas têm maiores dificuldades na percepção desta convergência. Esta abordagem teórica, entre outras, serão posteriormente alvo de maior detalhe neste trabalho.

### **1.4.2. O paradigma de exemplares de categorias**

No paradigma de exemplares de categorias são apresentadas aos participantes listas de palavras, sendo estas palavras exemplares de uma determinada categoria. Neste caso, a palavra crítica é o elemento que gera uma força maior de produção da categoria em questão ou aquele que é mais típico (por contraponto à palavra crítica no paradigma DRM, que é aquela que está mais fortemente associada a todas as palavras das listas).

Neste paradigma parte-se do pressuposto de que, com uma metodologia semelhante à utilizada no paradigma DRM, mas desta feita com listas de palavras pertencentes a categorias, também se verifica a produção de memórias falsas. Após a apresentação das listas, com os itens ordenados de forma decrescente em função do seu grau de representatividade da categoria, são analisadas as taxas de evocação e de reconhecimento relativas às “memórias correctas” e às “memórias falsas” (item crítico).

Se focarmos a nossa atenção nos estudos realizados com adultos, serão de salientar os trabalhos de Seamon, Luo, Schlegel, Greene e Goldenberg (2000), de Smith, Ward, Tindell, Sifonis e Wilkenfeld (2000) e de Dewhurst (2001). Seamon e colaboradores (2000) analisaram a relação entre a taxa de falsos reconhecimentos e o grau de frequência de produção das palavras críticas, concluindo que, as palavras críticas que têm uma frequência de produção maior dentro de uma determinada categoria produzem maior número de reconhecimentos falsos. Smith e colaboradores (2000) também estudaram os níveis de evocação falsa de itens críticos, mas tendo em consideração o seu grau de dominância e de tipicidade dentro da categoria respectiva. Os resultados deste estudo orientaram no sentido de que o item crítico é tanto mais evocado, quanto maior for a sua dominância na categoria, ou seja, o grau de acessibilidade de uma palavra crítica prediz melhor a posterior tendência para a sua falsa evocação do que o seu grau de distintividade ou tipicidade. Dewhurst (2001) acrescentou que, quanto mais pequenas são as listas a que as palavras críticas estão associadas e quanto maior é o número de exemplares de uma lista, maior parece ser a probabilidade de ocorrerem falsos reconhecimentos. Alguns autores têm-se também dedicado ao estudo deste fenómeno em crianças, incluindo crianças em idade pré-escolar (Carneiro, Albuquerque, & Fernandez, 2008).

### **1.4.3. O paradigma da falsa fama**

O chamado paradigma da falsa fama estuda a produção de memórias falsas que consistem, de uma forma genérica, na atribuição de fama, de forma errada, a pessoas comuns.

Os procedimentos subjacentes a este paradigma foram introduzidos por Jacoby, Kelley, Brown e Jasechko (1989a) e englobam a apresentação num monitor de um computador de uma lista de nomes de pessoas que não são famosas, tendo os participantes que ler em voz alta os nomes que lhes são apresentados. A tarefa de reconhecimento consiste na visualização de uma nova lista de nomes de pessoas, famosas e não famosas (entre as quais os nomes inicialmente apresentados), tendo os autores verificado que os participantes tenderam a identificar (erradamente) os nomes inicialmente lidos como pertencentes a pessoas famosas. O facto de esses nomes terem sido apresentados antes do intervalo de retenção (24 horas) e de terem sido lidos em voz alta, aumentou a familiaridade, conduzindo consequentemente a uma errada atribuição de fama. Segundo os autores, os participantes associam o sentimento de familiaridade com o facto de a pessoa em questão ser famosa, não relacionando este sentimento com a prévia apresentação destes nomes.

### **1.4.4. O paradigma da inflação pela imaginação**

O paradigma de implantação de memórias falsas, que aqui se encontra representado pelo paradigma da inflação pela imaginação, caracteriza-se pela análise do fenómeno de criação de memórias falsas para eventos que na realidade não aconteceram. Este último aspecto assume-se como nota distintiva em relação aos estudos do paradigma da desinformação, que tentam perceber qual o impacto da introdução de sugestão na tendência para distorcer ou modificar as memórias para eventos e estímulos observados.

O primeiro estudo que analisou a implantação de memórias falsas para episódios da infância que efectivamente não ocorreram foi desenvolvido por Loftus e Pickrell, em 1995. Neste estudo foi utilizado um procedimento designado de “falsa narrativa proveniente dos pais”, em que eram apresentadas aos participantes as descrições feitas pelos seus pais de quatro acontecimentos da sua infância (entre os 4 e os 6 anos de idade). Para o efeito, foram realizadas entrevistas prévias com os respectivos pais. Das quatro descrições apresentadas aos participantes, três correspondiam a descrições efectivas realizadas pelos pais, mas uma delas

dizia respeito a um acontecimento falso (o participante ter-se perdido num centro comercial quando tinha cerca de 5 anos). As descrições dos quatro episódios foram entregues aos participantes num folheto, sendo-lhes pedido que escrevessem tudo aquilo que se lembravam de cada episódio (com a opção de escreverem que não se recordavam de algum episódio). Após o preenchimento, o folheto era enviado por correio para as experimentadoras. Foram posteriormente levadas a cabo duas entrevistas, em que se lembrava cada um dos episódios aos participantes, pedindo-se que evocassem tudo o que se lembravam. Cada um dos participantes avaliou o grau de clareza das suas memórias e também o grau de confiança que teriam se, hipoteticamente introduzisse mais detalhes nas suas descrições. Entre a primeira e a segunda entrevista pediu-se ainda aos participantes para pensarem em mais detalhes dos episódios em questão. Na entrevista pós-experimental foi transmitido o verdadeiro propósito do estudo, pedindo-se para cada participante tentar identificar o episódio falso (que tinha sido sempre apresentado em terceiro lugar). Um dos resultados deste estudo indica que cerca de 29% dos participantes afirmaram recordar-se do episódio falso, incluindo por vezes nas suas descrições detalhes desse acontecimento. As implicações deste estudo assumem um papel de destaque nesta área de investigação, na medida em que comprovam a possibilidade de criação de memórias falsas para eventos autobiográficos quando estão presentes procedimentos sugestivos (Loftus & Pickrell, 1995).

Esta constatação impulsionou o desenvolvimento subsequente de inúmeros estudos nesta vertente de investigação. Garry, Manning, Loftus e Sherman (1996) introduzem o primeiro estudo que visa a implantação de memórias falsas para eventos autobiográficos através da imaginação. Este tipo de procedimento experimental, em que se pede aos participantes para imaginarem episódios da sua vida que na realidade nunca ocorreram, constitui-se como o traço comum dos estudos que se enquadram no paradigma da inflação pela imaginação. Estes autores começaram por solicitar aos participantes do seu estudo o preenchimento de um *Inventário de Acontecimentos de Vida*, em que estes tinham que avaliar a probabilidade de terem vivido cada um dos episódios que lhes eram apresentados antes dos 10 anos de idade. Foram então escolhidos oito episódios avaliados como pouco prováveis e construídas duas listas, sendo que, para cada participante, uma das listas continha os acontecimentos que iam ser alvo de imaginação (acontecimentos críticos) tendo a segunda lista os episódios de controlo. Decorridas duas semanas, foi pedido a cada um dos participantes que imaginassem cada um dos episódios críticos, respondendo seguidamente a algumas questões por escrito. O

experimentador leu então a parte correspondente à acção de cada um dos acontecimentos, respondendo os participantes a um novo conjunto de perguntas. No final, é solicitado novo preenchimento do *Inventário de Acontecimentos de Vida*, a par da argumentação do experimentador de que não tinha consigo estes inventários. O principal resultado deste estudo indica que a imaginação de um evento autobiográfico (com uma baixa probabilidade de ocorrência) aumenta o grau de confiança dos participantes em relação ao facto de este ter ocorrido na sua vida. Aliás, mesmo para os episódios que não foram imaginados, a mera exposição à repetição do item no inventário, também gerou um aumento deste grau de confiança, embora em menor escala. Garry, Manning, Loftus e Sherman (1996) chamam a atenção para os resultados obtidos neste estudo, na medida em que se podem estabelecer paralelismos com muitos interrogatórios em contextos judiciais. De facto, assumindo-se que a imaginação de um episódio aumenta a confiança no facto de este ter realmente ocorrido, há que repensar o recurso a técnicas que promovem a imaginação, aquando o processo de recuperação de memórias, tanto em contextos clínicos como forenses.

Alguns estudos posteriores obtiveram o mesmo padrão de resultados (Heaps & Nash, 1999), mas outros autores puseram em causa as conclusões dos estudos anteriores, argumentando que os resultados neles obtidos podiam ser devidos a um fenómeno de regressão para a média (Pezdek & Eddy, 2001).

De entre os estudos que incorporam este paradigma, alguns dedicaram-se à análise do efeito da plausibilidade de um episódio na criação de memórias falsas. Pezdek, Finger e Hodge (1997) incluíram no seu estudo alguns acontecimentos plausíveis e outros implausíveis. Os resultados indicaram que, quando os acontecimentos são plausíveis é maior a probabilidade de criação de memórias falsas para os mesmos. No entanto, um outro conjunto de investigações tem comprovado que, mesmo quando estão em causa episódios implausíveis, se observa a criação de memórias falsas. São exemplos os estudos realizados por Hyman, Husband e Billings (1995) (episódio de hospitalização durante a noite aos 5 anos de idade), por Porter, Yuille e Lehman (1999) (episódio de vitimação por um ataque de um animal) e por Heaps e Nash (2001) (episódio de salvamento de afogamento). Uma das críticas apontadas aos estudos que têm dado suporte a este padrão de resultados passa pela impossibilidade de um controlo rigoroso acerca do facto de os episódios em questão não terem efectivamente ocorrido na vida dos participantes (Pezdek & Hinz, 2002).

Na sequência deste tipo de críticas, Goff e Roediger (1998) introduziram um estudo baseado numa metodologia diferente da que temos vindo a expor, e que permite este tipo de controlo. Estes autores estudaram o fenómeno da implantação de memórias falsas através da imaginação, mas desta feita, para acções que não foram efectivamente realizadas pelos participantes. O procedimento inclui três sessões distintas: a de codificação, a de imaginação (após 24 horas) e a de teste (após duas semanas). Na primeira sessão foram lidas aos participantes 72 acções, que foram divididas por três condições: o participante teria que realizar a acção escutada, imaginá-la ou apenas ouvi-la. Metade destas acções envolvia objectos, que eram apresentados em todas as condições. Na sessão de imaginação, foram englobadas todas as acções apresentadas na primeira sessão e também 24 acções novas, sendo que, cada uma das 96 acções podia estar sujeita à condição de não ser imaginada, ou de o ser uma, três ou cinco vezes. Na última sessão, introduziu-se uma tarefa de reconhecimento que envolvia as 96 acções da sessão de imaginação e 40 acções novas, e em que se pedia aos participantes para identificarem apenas as acções que se tinham apresentado na primeira sessão. Quando era reconhecida uma acção como tendo sido apresentada, o participante tinha também que indicar se a tinha realizado, imaginado ou apenas ouvido. Era também solicitada a avaliação do grau de confiança nas respostas, tanto para as acções que eram identificadas como tendo sido apresentadas na sessão de codificação, como para aquelas que não eram reconhecidas. Os resultados indicaram que os participantes assumiram erradamente ter realizado acções que não foram apresentadas na primeira sessão e também acções que foram lidas nessa sessão mas que não foram alvo de execução. Os autores verificaram também que a média de falsos alarmes aumentou em proporção directa com o número de vezes que cada acção foi imaginada.

Têm sido várias as tentativas de conceitualização e de explicação da criação de memórias falsas através do efeito da inflação pela imaginação. De acordo com os autores do último estudo apresentado (Goff & Roediger, 1998), e também seguindo a abordagem de Jacoby, Kelley e Dywan (1989b) e de Garry e Polaschek (2000), os resultados obtidos podem ser explicados pelo facto de o processo de imaginação aumentar o sentimento de familiaridade em relação às acções, levando os participantes a considerar que estas acções tinham sido realmente realizadas. Uma outra linha explicativa assenta na teoria da monitorização de fonte, que defende que, quanto mais vívida é a imagem mental que deriva da imaginação de um dado acontecimento, maior é a dificuldade sentida na altura de decidir se esse evento foi real ou apenas imaginado (Arbuthnott, Arbuthnott, & Rossiter, 2001; Johnson et al., 1993).

Até este ponto temos descrito alguns estudos desenvolvidos no âmbito do paradigma da inflação pela imaginação, todos eles com participantes adultos. Vejamos agora alguns exemplos com crianças. Ceci e colaboradores (1994b) adaptaram este tipo de procedimento experimental a uma amostra de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos. Neste estudo, as crianças eram repetidamente expostas a um conjunto de episódios autobiográficos (sendo alguns verdadeiros e outros falsos) pretendendo-se que criassem imagens mentais acerca dos mesmos. Os resultados indicaram que as crianças mais novas evidenciaram um grau superior de aceitação dos episódios falsos; por outro lado, quanto maior foi a repetição deste procedimento sugestivo, maior foi a tendência para criar memórias falsas em todas as crianças. Na mesma linha do estudo de Pezdek e colaboradores anteriormente mencionado (Pezdek et al., 1997), em 1999, Pezdek e Hodge analisam o efeito da plausibilidade dos acontecimentos na geração de memórias falsas, mas agora com crianças dos 5 aos 7, e dos 9 aos 12 anos de idade. Mais uma vez, as percentagens de aceitação dos episódios falsos foram superiores quando estes eram plausíveis. Para além disso, as crianças mais novas evidenciaram maior percentagem de memórias falsas que as mais velhas, sendo estas percentagens por sua vez inferiores às obtidas no estudo anterior com adultos.

Passemos agora ao segundo capítulo deste trabalho. Este começará com algumas definições e conceptualizações teóricas relativas aos conceitos de sugestão e de sugestionabilidade. Neste ponto, a atenção estreita-se para a sugestionabilidade interrogativa, sendo apresentado de forma detalhada o modelo teórico de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson & Clark, 1986). Com base nos pressupostos deste modelo, seleccionámos os debates que mais polémica têm gerado, nomeadamente aqueles que patenteiam a distinção e a comparação deste tipo específico de sugestionabilidade com outros conceitos, e também as implicações e a aplicabilidade prática para contextos reais de avaliação forense deste tipo de abordagem. Terminamos com uma descrição breve dos principais instrumentos de avaliação dedicada da sugestionabilidade interrogativa.

## CAPÍTULO II

---

### A SUGESTIONABILIDADE INTERROGATIVA

*“Although interrogation is fundamentally an information-gathering activity, it closely resembles the process, sequence and structure of a confidence game.”<sup>33</sup>*

Ao longo dos tempos, muitas têm sido as concepções propostas para delimitar o conceito de sugestionabilidade, o que se repercute na diversidade de paradigmas de estudo das falsas memórias e da sugestão mnésica, que foram revistos e expostos no capítulo anterior. Para o presente estudo, interessa-nos em particular a sugestionabilidade interrogativa. Note-se que, até ao final da década de 70 do século passado, a literatura em torno da investigação dos fenómenos da sugestão e da sugestionabilidade não fazia referência nem englobava este tipo específico de sugestionabilidade.

Iniciemos então com uma revisão das definições que têm sido propostas para os conceitos de sugestão e de sugestionabilidade. Seguem-se algumas teorias e abordagens que marcaram e condicionaram as concepções actuais destes fenómenos.

#### **2.1. Os conceitos de sugestão e de sugestionabilidade**

Apesar de serem dois conceitos distintos, durante muito tempo os fenómenos da sugestão e a sugestionabilidade não apareceram correctamente diferenciados na literatura.

Uma das primeiras definições de sugestão foi proposta por McDougall, em 1908, sendo a sugestão descrita como um “processo de comunicação resultante da aceitação, com convicção, da proposição comunicada, na ausência de argumentos lógicos e adequados para essa aceitação” (McDougall, 1908, pp. 335),. Esta definição pioneira foi alvo de algumas críticas, sendo-lhe apontadas duas principais limitações: a primeira passa pelo facto de que esta definição assume que a sugestão é sempre aceite (o que nem sempre acontece), e a segunda assenta na ausência de distinção entre a sugestão e a resposta de sugestionabilidade. De facto, a sugestão deve ser vista como um estímulo que tem o potencial para desencadear uma determinada resposta ou reacção. Com esta definição em mente, torna-se mais simples

---

<sup>33</sup> Leo, 1996, pp.265.

delimitar o conceito de sugestionabilidade, que passa a ser visto como a tendência de cada indivíduo para responder, de determinada forma, à sugestão (Gudjonsson, 2003). Por outras palavras, a sugestão diz somente respeito às características de um dado estímulo e tem apenas o potencial para desencadear uma reacção. Por outro lado, a sugestionabilidade tem já patentes as características da pessoa que vai ser exposta à sugestão.

Sidis (1898, in Gudjonsson, 2003) e Gheorghiu (1989, in Gudjonsson, 2003) defendem ainda que os procedimentos sugestivos podem ser de dois tipos: directos ou indirectos. Nos procedimentos directos geralmente diz-se explicitamente ao participante o que é esperado, tendo este consciência de que está a ser alvo de sugestão ou influência, enquanto que nos procedimentos indirectos o experimentador não diz aos participantes qual o verdadeiro objectivo do teste, não tendo estes conhecimento de que estão a ser influenciados.

Façamos agora uma pequena revisão histórica das principais teorias explicativas dos processos de sugestionabilidade.

## **2.2. Concepções, teorias e abordagens ao fenómeno da sugestionabilidade**

São inúmeras as teorias que se foram expandindo em torno do fenómeno da sugestionabilidade. Não se tratando de uma revisão exaustiva da literatura neste domínio, organizamos a nossa exposição em função de duas perspectivas centrais: (1) as teorias que postulam a divisão da sugestionabilidade em dois tipos, um primário e um secundário; e (2) a discussão em torno da conceitualização da sugestionabilidade como um “estado” ou como um “traço”.

### **2.2.1. Sugestionabilidade primária e secundária**

Começamos pelas primeiras teorias, as que defendem que há dois tipos distintos de sugestionabilidade: a primária e a secundária. Esta distinção foi formalmente estabelecida em 1945, por Eysenck e Furneaux, na sequência de alguns estudos que estes autores desenvolveram com o intuito de enquadrar os testes de avaliação da sugestionabilidade que começavam então a aparecer. De facto, o crescente interesse na psicologia experimental que marcou o início do séc. XX, levou à construção de muitos testes destinados a avaliar a

sugestionabilidade, para o que foram essenciais os contributos de autores pioneiros como Coffin (1941) e Bernheim (1910, in Gudjonsson, 2003). Coffin (1941) relacionou as teorias assentes nos fenómenos de sugestão com as tentativas para explicar o fenómeno da hipnose durante o séc. XIX. O grande contributo de Bernheim (1910, in Gudjonsson, 2003) passou pela atribuição à sugestão, de um estatuto independente da hipnose, ou seja, apesar de ser útil para explicar os processos de hipnose, este autor defendia que a sugestão estava presente no dia a dia das pessoas, em estados “não-hipnóticos”.

Os instrumentos então concebidos para avaliar a sugestionabilidade incidiam na produção de reacções motoras e sensoriais simples. Mais tarde, e gradualmente, estes testes começaram também a incluir a manipulação de aspectos mais complexos, como as atitudes e as opiniões. Em causa, e de forma gradual, passou a estar a avaliação de três processos pertencentes a níveis distintos: o motor, o sensorial, e o da memória (Gheorghiu, 1989, in Gudjonsson, 2003). Pese contudo, que estes testes foram sempre levados a cabo sem grande suporte e enquadramento teórico, razão pela qual nunca lhes foi atribuído um carácter experimental.

Foi portanto com base no estudo destes testes, como referimos no início, que em 1945, Eysenck e Furneaux estabeleceram a distinção entre a sugestionabilidade primária e secundária. Segundo estes autores, a sugestionabilidade primária relaciona-se com os testes “motores”, que se caracterizavam, de uma forma simplista, pela indução de movimentos involuntários através da introdução pelo experimentador de sugestões repetitivas e monótonas. Os testes “motores” de avaliação da sugestionabilidade incluíam procedimentos sugestivos directos, uma vez que era dito aos sujeitos que estavam a ser influenciados. Os dois exemplos mais conhecidos deste tipo de testes são: o teste da “rigidez da mão<sup>34</sup>” de Aveling e Hargreaves (1921), em que se diz ao sujeito que o seu braço está a ficar progressivamente mais rígido; e o teste de Hull (1933, in Gudjonsson, 2003), conhecido por “teste da influência na inclinação do corpo<sup>35</sup>”, em que é dito ao participante que o seu corpo está a cair para a frente ou para trás, medindo-se o grau de inclinação induzido. Estes testes correlacionam-se de forma significativa com os fenómenos de hipnose, o que não acontece com a sugestionabilidade do tipo secundário. Esta última relaciona-se com os testes sensoriais e perceptivos. Nos testes sensoriais geralmente expõe-se o sujeito a

---

<sup>34</sup> Tradução de “*hand rigidity*”.

<sup>35</sup> Tradução de “*body sway*”.

um estímulo sensorial real, que depois é retirado sem se informar o sujeito desse facto, medindo-se as suas reacções posteriores. Um exemplo deste tipo de experiências, consiste em fazer passar uma pequena corrente eléctrica nas mãos dos participantes, o que provoca uma sensação de calor. Retira-se, após um determinado número de repetições deste procedimento, a corrente eléctrica, e avalia-se então se os sujeitos continuam a relatar a sensação de calor na mão. As experiências desenvolvidas por Binet (1900), que englobavam a avaliação do comprimento de linhas (e que já foram descritas em maior pormenor no primeiro capítulo do presente trabalho) são um dos exemplos mais citados dos testes do tipo perceptivo. Eysenck e Furneaux (1945) levantaram ainda a possibilidade de existir um terceiro tipo de sugestionabilidade, que associaram a processos de mudança de atitude no contexto da comunicação com figuras de prestígio, que teria um efeito persuasivo.

Em 1967, e na sequência dos estudos de Eysenck e Furneaux (1945), Evans (1967) vem chamar a atenção para a falta de evidências empíricas em torno da distinção feita entre a sugestionabilidade primária e secundária, propondo a categorização da sugestionabilidade em três tipos: “primária” (motora), “desafiadora<sup>36</sup>” e “imagética<sup>37</sup>” (sensorial). Identificou também, ainda que vagamente, um quarto factor, que relacionou com comportamentos dissociativos.

O primeiro tipo de sugestionabilidade acima descrito, a sugestionabilidade primária, tem sido explicado por algumas teorias na área do condicionamento, dado o tipo de reacções e respostas que o caracterizam. Por não se relacionar com a sugestionabilidade interrogativa, não nos parece importante aprofundar estas teorias. Para o presente estudo importa antes detalhar um pouco mais as abordagens que se dedicaram à compreensão da sugestionabilidade secundária e de outros tipos de sugestionabilidade que têm vindo a ser propostos na literatura.

Os primeiros estudos no âmbito da classificação dos vários tipos de sugestionabilidade que realçaram a existência de um tipo especificamente relacionado com contextos de interrogatório foram desenvolvidos em 1958 por Stukat (1958, in Gudjonsson, 2003). Este autor encontrou um factor secundário de sugestionabilidade com características diferentes do tipo secundário de sugestionabilidade proposto por Eysenck e Furneaux (1945). Segundo Stukat, este factor era representado pelos testes em que determinadas influências subjectivas, tais como as expectativas ou o desejo de conformidade, orientavam as percepções, a memória e o julgamento dos sujeitos, e mais concretamente, com aqueles em que eram introduzidas sugestões

---

<sup>36</sup> Tradução de “*challenge*”.

<sup>37</sup> Tradução de “*imagery*”.

contraditórias ou um determinado julgamento ou opinião. No entanto, os testes com perguntas sugestivas que este autor utilizou não se correlacionaram de forma significativa com este factor secundário, o que deixou a sugestão da existência hipotética de outros tipos de sugestionabilidade (Stukat, 1958, in Gudjonsson, 2003).

### **2.2.2. Sugestionabilidade como um estado ou como um traço**

O debate em torno da conceptualização da sugestionabilidade como um estado ou como um traço tem marcado a literatura nesta área de investigação, e persiste na actualidade.

Apesar dos contributos pioneiros de Binet (1900) e de Stern (1910), que englobavam tanto factores individuais como situacionais na explicação do fenómeno da sugestionabilidade, vários estudiosos neste campo têm centrado a atenção exclusivamente num ou noutra aspecto. De facto, enquanto que um conjunto de autores defende que a sugestionabilidade refere uma tendência estável dos sujeitos para responder de determinada forma perante determinada situação (Eysenck, 1947, in Gudjonsson, 2003; Otis, 1924; Prideaux, 1919), outros argumentam que o grau de sugestionabilidade depende e varia em função do contexto e de factores situacionais (Baxter, 1990; Coffin, 1941; Estabrooks, 1929; Gault, 1919; Krech & Crutchfield, 1948, in Gudjonsson, 2003; McDougall, 1908; Moston, 1990; Remmers, Cutler, & Jones, 1940).

Como consequência destas perspectivas divergentes, a conceptualização da sugestionabilidade como uma característica individual da personalidade, e portanto passível de ser medida e quantificada por instrumentos de avaliação dedicada do fenómeno (e.g., GSS, VSSC, BTSS) tem sido amplamente criticada pelos defensores da perspectiva que concebe a sugestionabilidade como uma resposta variável em função das circunstâncias e do contexto envolvente. Baxter (1990), por exemplo, tem criticado, de forma sistemática, o uso deste tipo de instrumentos, argumentando a favor do impacto decisivo dos determinantes situacionais, independentemente das características individuais de cada pessoa. Esta posição tem sido, contudo, refutada por muitos autores, na medida em que negligencia a importância e o papel das avaliações das características individuais que, não defendendo que determinada tendência acontecerá invariavelmente ou em todos contextos define, no entanto, um determinado grau de predisposição para certos comportamentos ou reacções (Gudjonsson, 2003).

Alguns autores tentam conciliar as duas perspectivas na explicação do fenómeno da sugestionabilidade. Por exemplo, Stukat (1958, in Gudjonsson, 2003), embora admitindo que as características da situação e a relação com o experimentador desempenham um papel fundamental na vulnerabilidade à sugestão, chama a atenção para a necessidade de se considerarem também factores de sugestionabilidade que não são causados por variações situacionais. Este autor salienta que, independentemente do contexto, se observa uma tendência relativamente constante de cada sujeito para ser mais ou menos sugestionável, pelo que ambos os aspectos devem ser contemplados.

### **2.3. Definições de sugestionabilidade**

Nos domínios de aplicação da investigação em memória humana, as definições mais tradicionais de sugestionabilidade descrevem-na como o grau em que os indivíduos aceitam e incorporam informações pós-evento nas suas memórias (Powers, Andriks & Loftus, 1979).

A percepção de algumas restrições e limitações inerentes a esta primeira definição, e ainda o facto de se tratar de uma definição muito vaga e portanto imprópria para a formulação de hipóteses para investigações científicas, levou ao desenvolvimento de definições mais amplas e actuais. A sugestionabilidade é hoje em dia comumente aceite como o “grau em que factores sociais e psicológicos influenciam a forma como os sujeitos codificam, retêm e recuperam determinadas situações” (Ceci & Bruck, 1993, pp. 404). Uma definição muito próxima foi proposta em 1995 por Ceci e Bruck, que defendem que a sugestionabilidade deve ser conceptualizada como o “grau em que factores internos e externos influenciam a codificação, retenção, recuperação e evocação de determinados eventos” (Ceci & Bruck, 1995, pp. 44).

Schooler e Loftus (1993) fazem a distinção entre dois tipos de sugestionabilidade: um primeiro tipo que traduz a aceitação imediata de informação ilusória e que está presente nos paradigmas em que esta informação é introduzida através de técnicas sugestivas de questionamento, e um segundo tipo em que a informação sugestiva é apresentada depois dos eventos e incorporada apenas posteriormente no relato dos sujeitos.

As tendências actuais tendem a encarar a sugestionabilidade como um fenómeno multifacetado, que abarca diferenças individuais e também desenvolvimentais. Bruck e Melnyk (2004) propõem que a abordagem à sugestionabilidade seja feita tendo por base quatro componentes

diferenciados deste fenómeno: (1) a sugestionabilidade interrogativa; (2) os efeitos de desinformação; (3) os erros na monitorização de fonte; (4) e a criação de falsos eventos<sup>38</sup>. Na mesma linha de pensamento, Eisen e Lynn (2001), desenvolveram uma revisão dos estudos que analisaram as relações entre medidas de dissociação e a ocorrência de falsas memórias, tendo por base quatro paradigmas diferentes de avaliação da sugestionabilidade: (1) o paradigma de desinformação acerca de memórias da infância; (2) o paradigma da inflação pela imaginação; (3) o paradigma DRM; e (4) o paradigma das questões sugestivas.

Como se pode constatar, a multiplicidade de factores e a complexidade que caracterizam o fenómeno da sugestionabilidade encontram-se bem espelhados, não só nas diferentes metodologias que patenteiam as investigações nesta área, mas também na diversidade de definições e abordagens que têm vindo a ser expostas.

Para além das várias conceptualizações que pautam a literatura que se centra no fenómeno da sugestionabilidade, e orientando a nossa atenção agora mais especificamente para a sugestionabilidade interrogativa, podemos distinguir duas abordagens teóricas que têm delineado e orientado os estudos realizados neste campo de investigação: uma abordagem que se centra no estudo das diferenças individuais, e outra comumente conhecida como a abordagem experimental ao fenómeno da sugestionabilidade. Repare-se que estas duas abordagens reflectem, uma vez mais, a dualidade das perspectivas que concebem a sugestionabilidade como um traço ou como um estado.

A abordagem experimental encontra-se bem ilustrada nos trabalhos de Loftus e colaboradores (Loftus et al., 1978; Schooler & Loftus, 1986), que se caracterizam pela preocupação em compreender e analisar o impacto de diferentes contextos e de diferentes situações de interrogatório nos testemunhos obtidos. De facto, Schooler e Loftus (1986) centram a sua análise nas condições que levam, ou não, à aceitação das perguntas sugestivas, propondo que este fenómeno é mediado por um mecanismo cognitivo central, que designam de “detecção de discrepância<sup>39</sup>”. Segundo estes autores o princípio da detecção de discrepância ajuda a explicar o fenómeno de sugestão mnésica, partindo do pressuposto de que as pessoas aceitam tanto mais as informações falsas sugeridas, quanto menor for a capacidade para detectar as discrepâncias entre a memória para a informação original e as sugestões posteriormente introduzidas (Schooler & Loftus, 1986). Schooler e Loftus (1986) defendem ainda que o

---

<sup>38</sup> Tradução de “*false events creation*”.

<sup>39</sup> Tradução de “*discrepancy detection*”.

mecanismo da detecção de discrepância depende de dois factores: da força do traço de memória original, e da forma de apresentação ou introdução da informação sugestiva. Esta visão é partilhada por outros autores (Greene, Flynn, & Loftus, 1982; Loftus et al., 1978).

Já a abordagem que se centra nas diferenças individuais é representada pelo corpo de estudos desenvolvido por Gudjonsson (2003) que têm patente o modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986). Segundo Gudjonsson (2003), a sugestionabilidade interrogativa é um fenómeno muito complexo e multifacetado, e não pode ser explicado por um único mecanismo. Este autor salienta, inclusive, um exemplo em que o princípio da detecção de discrepância não consegue, por si só, explicar o fenómeno da sugestionabilidade: havendo uma falha na detecção de diferenças entre a informação real e a sugerida, os entrevistados podem sempre responder que não sabem, sendo neste caso essencial o papel da expectativa no processo de geração de sugestionabilidade, aspecto que este mecanismo cognitivo central não consegue abarcar. Assim, Gudjonsson (2003) defende que a sugestionabilidade interrogativa deva ser apreendida através de uma abordagem que tenha em linha de conta as diferenças individuais, englobando diferentes factores cognitivos e de personalidade, ao invés de se centrar num único mecanismo explicativo. A principal premissa subjacente a esta abordagem é a de que, mesmo perante situações de avaliação similares, se observam diferenças consideráveis nas reacções individuais a processos de interrogatório (Gudjonsson, 1991a). Estas duas abordagens são também diferencialmente caracterizadas pelo tipo de amostras em que habitualmente incidem: a abordagem experimental estuda amostras homogéneas (geralmente de estudantes universitários), por contraponto à abordagem das diferenças individuais, que utiliza amostras heterogéneas, que incluem variados tipos de população.

A complementaridade destas duas abordagens tem, por outro lado, sido defendida pelos autores que as representam, na medida em que é assumido que a abordagem experimental beneficiaria se tivesse também em linha de conta o impacto das diferenças cognitivas e de personalidade no grau de sugestionabilidade (Schooler & Loftus, 1986), e por outro lado, que a abordagem que se dedica ao estudo do papel das diferenças individuais ficaria mais completa se também considerasse a importância de alguns mecanismos de processamento da informação, tais como o princípio da detecção de discrepância (Gudjonsson, 1991a).

Assumida a importância das duas abordagens acima referidas, e reconhecido o contributo importante que cada uma delas fornece nesta área de investigação, o presente trabalho debruçar-se-á, daqui para a frente, de forma mais detalhada apenas na abordagem que

coloca a ênfase no estudo das diferenças individuais, uma vez que esta última, ao ter como alicerce o modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986), assume especial aplicabilidade e é facilmente extrapolável para contextos de obtenção de testemunhos. De facto, apesar de ser considerável o papel das condições de interrogatório e do tipo de perguntas colocadas no grau de distorção mnésica (aspectos que já detalhámos na secção anterior deste trabalho), a grande vantagem da abordagem das diferenças individuais para a prática forense é que esta foca procedimentos e técnicas que são directamente aplicáveis no estudo de cada caso de forma individual.

O modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986) fornece uma base de trabalho à luz do qual se podem interpretar todo o processo e os resultados dos interrogatórios desenvolvidos em contextos forenses. Torna-se assim possível, não só testar variadas hipóteses, como também formular princípios gerais adaptáveis a cada caso individual. Integradas nos princípios que regem este modelo, surgem as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1, GSS2, Gudjonsson, 1984a, 1987a, 1997), especificamente construídas com a finalidade de tornar possível a quantificação do grau individual de sugestionabilidade interrogativa. De uma forma muito sintética, este modelo postula que o grau de sugestionabilidade que cada indivíduo evidencia está dependente das estratégias de *coping* que este gera e implementa, quando confrontado com a incerteza e as expectativas presentes num interrogatório (Gudjonsson & Clark, 1986), como seguidamente veremos com maior minúcia.

#### **2.4. A sugestionabilidade interrogativa: O modelo teórico de Gudjonsson e Clark**

Como foi dito, e quando atentamos de forma mais específica no fenómeno da sugestionabilidade interrogativa, torna-se fulcral a abordagem ao modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986). A compreensão e conhecimento deste modelo são essenciais quando queremos estudar o fenómeno da sugestão em contextos de interrogatório, uma vez que se trata de uma das estruturas teóricas que mais contributos tem dado na área do testemunho e das avaliações em contextos forenses.

Gudjonsson e Clark (1986) contrapõem às definições anteriormente apresentadas uma nova concepção que diz respeito especificamente à sugestionabilidade interrogativa, na qual a sugestionabilidade é aceite como “o grau em que, num contexto de interacção social próxima,

um sujeito aceita mensagens comunicadas por outrem durante um interrogatório, alterando, em função disso, as suas respostas” (Gudjonsson & Clark, 1986, pp. 84).

Esta definição engloba cinco componentes, cuja interacção se constitui como uma parte integral do processo interrogativo: (1) a interacção social próxima; (2) a formulação de questões; (3) a introdução de estímulos sugestivos; (4) a aceitação desse estímulo (a sugestão deve ser percebida pelo sujeito como sendo plausível e credível); (5) e a resposta (indicação verbal ou não verbal do sujeito acerca do grau de aceitação da sugestão).

Estes autores chamam a atenção para o facto de a sugestionabilidade interrogativa se assumir de forma independente e diferenciada dos outros tipos de sugestionabilidade de que temos vindo a falar. Gudjonsson (1989a) aponta quatro características distintivas da sugestionabilidade interrogativa: (1) envolve um procedimento em que é feito um conjunto de questões num contexto de interacção social próxima; (2) as perguntas referem informações, experiências ou eventos passados (e não experiências motoras e sensoriais em relação a situações que estão a decorrer); (3) tem patente um componente significativo de incerteza relacionado com as capacidades cognitivas de cada sujeito; e (4) geralmente envolve uma situação de carácter stressante e com importantes consequências e implicações, tanto para o entrevistado (que nos contextos reais, geralmente é uma vítima, uma testemunha ou um suspeito) como para o entrevistador.

Gudjonsson e Clark (1986) postulam ainda a existência de dois tipos distintos de sugestionabilidade interrogativa, que devem ser tidos em conta nos contextos forenses: um primeiro tipo de sugestionabilidade, que traduz o impacto das perguntas sugestivas nos testemunhos; e um segundo tipo que se refere ao grau em que os entrevistadores são capazes de alterar respostas através do desafio e do *feedback* negativo. Gudjonsson (1984a, 1991b) defende também que estes dois tipos de sugestionabilidade são distintos e independentes, devendo por isso, ser considerados separadamente. Este autor construiu duas versões paralelas de um instrumento especificamente concebido para quantificar e avaliar a sugestionabilidade interrogativa, as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1 (GSS1)<sup>40</sup> e as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (GSS2)<sup>41</sup>, que medem os dois tipos de sugestionabilidade acima mencionados, que se designam *submissão*<sup>42</sup> e *mudança*<sup>43</sup> respectivamente. Estes

---

<sup>40</sup> GSS1: *Gudjonsson Suggestibility Scales 1* (Gudjonsson, 1984a, 1997).

<sup>41</sup> GSS2: *Gudjonsson Suggestibility Scales 2* (Gudjonsson, 1987a, 1997).

<sup>42</sup> Tradução de “*Yield*”.

conceitos e estas escalas já foram referidos anteriormente neste trabalho e serão posteriormente descritos e aprofundados (Gudjonsson, 1984a, 1987a, 1997).

O modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986) integra estes dois tipos de sugestionabilidade interrogativa e assume que todo o processo se desenvolve num contexto de interação social próxima. A premissa básica patente a todo o modelo é a de que a sugestionabilidade interrogativa depende das estratégias de *coping* que cada sujeito consegue gerar e implementar quando confrontado com três aspectos fundamentais do processo interrogativo: (1) a incerteza; (2) as expectativas; e (3) a confiança interpessoal.

Começamos por abordar em mais detalhe os dois tipos de sugestionabilidade interrogativa que o modelo preconiza (submissão<sup>1</sup> e mudança), e debruçemo-nos em seguida em cada um dos três aspectos centrais do processo interrogativo (incerteza, expectativas e confiança interpessoal).

Como já referimos, o tipo de sugestionabilidade interrogativa designado por submissão traduz o impacto das perguntas sugestivas nos testemunhos, ou seja, quantifica o grau em que os sujeitos aceitam as informações sugestivas presentes nas perguntas, incorporando-as nas suas respostas. Este tipo de sugestionabilidade fornece-nos informações muito importantes, na medida em que nos permite identificar o tipo de questões a que determinada testemunha é vulnerável e também a sua tendência para ceder a informações falsas sugeridas. O segundo tipo de sugestionabilidade, a mudança, refere o impacto da introdução de desafio ou de *feedback* negativo nas entrevistas, ou seja, fornece-nos uma medida do grau em que os sujeitos alteram as suas respostas em função da pressão social introduzida pelo entrevistador.

O *feedback* foi definido em 1986 por Gudjonsson e Clark como um “sinal, comunicado por um entrevistador a uma testemunha, depois de esta ter respondido a uma questão ou a uma série de questões, e que tem a intenção de fortificar ou modificar as suas respostas subsequentes” (Gudjonsson & Clark, 1986, pp. 93-94). O *feedback* pode ser negativo (quando está presente a intenção de modificar uma resposta indesejada) ou positivo (quando é introduzido com a intenção de reforçar a resposta obtida). Tanto o *feedback* negativo como o positivo podem ser introduzidos num interrogatório de forma implícita (através de sinais não verbais) ou de forma explícita (verbalização por parte do entrevistador acerca da adequabilidade das respostas). Note-se que, num procedimento em que o entrevistador não manifesta qualquer opinião, mas repete as perguntas já feitas, estamos perante uma forma de *feedback* negativo

---

<sup>43</sup> Tradução de “*Shift*”.

implícito, uma vez que a repetição das perguntas, por si só, leva o entrevistado a pensar que não está a dar as respostas desejadas. As crianças são especialmente vulneráveis à repetição de perguntas a que já responderam, tendendo a interpretar a sua repetição como um sinal de que a sua resposta anterior não estava correcta (Moston, 1990; Poole & White, 1991). Alguns autores chamam a atenção para o facto de o desafio interpessoal não ser gerado apenas pelo *feedback*, sendo introduzido também através da colocação de questões sugestivas, que ao conterem premissas ou informações falsas, exercem uma determinada pressão no sentido da aceitação destas sugestões (Baxter, Boon, & Marley, 2006).

Gudjonsson (1984a) acentua a importância do *feedback* negativo durante um interrogatório, defendendo que "... um tipo de instrução que pode distorcer de forma significativa respostas individuais é a crítica ou o *feedback* negativo. Um entrevistador que comunique *feedback* negativo a um suspeito, testemunha ou vítima, pode através de pressão interrogativa, mudar respostas indesejadas, mas talvez verdadeiras, a favor de respostas falsas ou distorcidas..." (Gudjonsson, 1984a, pp. 303). Este autor considera que o *feedback* negativo tem um impacto particularmente significativo, na medida em que promove não só a alteração de respostas previamente dadas (mudança), mas que também aumenta a aceitação da informação sugestiva presente nas perguntas posteriores a este *feedback* (submissão2). Gudjonsson (1997, 2003) chama também a atenção para o facto de, e no caso do *feedback* negativo explícito, este dever ser dado de forma firme, mas não agressiva, devendo sempre considerar-se que, variações na forma de introdução do *feedback*, podem levar a diferenças no grau de sugestibilidade por este gerado. De facto, este autor destaca a importância de uma administração uniforme do *feedback* no âmbito da aplicação das GSS, devendo ser respeitadas as orientações fornecidas no manual destas escalas (Gudjonsson, 1997).

Alguns autores analisaram o impacto de variações na introdução do *feedback* negativo durante a administração das GSS1 e das GSS2. Vejamos alguns estudos exemplificativos. Bain e Baxter (2000) aplicaram as GSS1 a 55 estudantes universitários, criando dois grupos: num deles o experimentador comportava-se de forma amigável, e no outro de forma brusca. Os participantes do segundo grupo cotaram significativamente mais nas medidas mudança e sugestibilidade total destas escalas. Baxter e Boon (2000) avaliaram 45 estudantes universitários através das GSS2, criando, à semelhança do estudo anterior, grupos experimentais distintos em função do comportamento do experimentador. Neste caso consideraram-se três grupos, nos quais o experimentador adoptava um comportamento amigável, firme ou severo,

respectivamente. Foram encontradas diferenças significativas entre os três grupos nas medidas de sugestionabilidade submissão<sup>2</sup> e mudança, com o grupo sujeito a uma maior distância interpessoal a manifestar maior sugestionabilidade.

O padrão de resultados destes dois estudos aponta para um maior impacto das variações do comportamento do entrevistador nas medidas de sugestionabilidade pós *feedback*, ou seja, nas medidas de submissão<sup>2</sup> e mudança. Estes dados parecem confirmar que as medidas submissão<sup>1</sup>, por um lado, e submissão<sup>2</sup> e mudança, por outro, são, de facto, medidas independentes, traduzindo dois tipos distintos de sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson & Clark, 1986). Para além disso, indiciam que as medidas de sugestionabilidade obtidas após a introdução de *feedback* negativo traduzem e são mais sensíveis a um componente mais social da sugestionabilidade. Por contraponto, a medida submissão<sup>1</sup> poderá estar relacionada com aspectos de foro mais cognitivo. Estas ilações encontram-se bem representadas na seguinte afirmação: "...estes resultados podem significar que as respostas iniciais às perguntas sugestivas são mediadas por factores cognitivos mais estáveis, talvez envolvendo a capacidade de monitorização de fonte ou de detecção de discrepância, que não são afectadas pelo comportamento do entrevistador, enquanto que as medidas pós-*feedback* das GSS podem ser mais sensíveis aos aspectos sociais da sugestionabilidade." (Bain & Baxter, 2000, pp. 131).

No entanto, adoptando um procedimento experimental semelhante, Bain e colaboradores (2004) reportaram menores pontuações nas medidas de submissão<sup>1</sup> e de sugestionabilidade total das GSS<sup>1</sup> por estudantes universitários pertencentes à condição experimental do entrevistador amigável, o que salienta que a postura do entrevistador também afecta o grau de vulnerabilidade à sugestão, mesmo antes da introdução de *feedback*.

Estes resultados reforçam a importância da forma como o *feedback* é introduzido e também do impacto do comportamento do entrevistador nas respostas obtidas, na medida em todos os níveis de sugestionabilidade se vêm afectados.

Dois outros autores alteraram os procedimentos usuais de aplicação das GSS<sup>2</sup>, e analisaram o efeito da redução do contacto pessoal com o experimentador e também da apresentação e resposta ao questionário destas escalas por escrito, tendo encontrado variações no grau de sugestionabilidade dos participantes em função das condições experimentais a que pertenciam (Boon & Baxter, 2004). Esta constatação vem reforçar a necessidade de uniformização dos procedimentos de administração de instrumentos de avaliação da sugestionabilidade interrogativa. Uma proposta passa pela aplicação computadorizada destas

escalas, eliminando-se a interação entre o entrevistador e o entrevistado, e a variabilidade que inevitavelmente está associada ao factor humano. Este aspecto será desenvolvido mais adiante.

A introdução de *feedback* pode ainda ser feita após cada resposta, ou no final de uma série de perguntas. Gudjonsson e Clark (1986) defendem que o *feedback* introduzido após um conjunto de perguntas tem um impacto maior nas respostas dos sujeitos, uma vez que estes não conseguem perceber tão claramente quais as respostas a que este diz respeito.

Um conjunto de outras investigações tem estudado o impacto da introdução de *feedback* ou de procedimentos de mera repetição de perguntas, em situações em que as entrevistas não incluem perguntas do tipo sugestivo. Este tipo de abordagem reveste-se de algum significado, na medida em que, sendo cada vez maior o reconhecimento do efeito de distorção das perguntas sugestivas no relato de testemunhas (Fisher, 1995), principalmente quando estas são psicologicamente vulneráveis (Gudjonsson, 2003), a tendência será para diminuir a sua inclusão nos processos de questionamento, sendo então importante perceber o impacto da introdução de desafio por parte do entrevistador nestas circunstâncias. Baxter e colaboradores (2006) utilizaram uma versão adaptada das GSS2, junto de jovens adultos, em que foram retiradas as informações sugestivas das perguntas do questionário destas escalas, descobrindo que o *feedback*, por si só, gerava tendência para alterar as respostas, embora em menor grau por comparação com os resultados geralmente obtidos com a versão original das GSS2. Na mesma linha de investigação, McGroarty e Baxter (2007) compararam a introdução de *feedback* negativo e neutro num questionário não sugestivo acerca de um vídeo previamente visionado. Estes autores verificaram que, na condição de *feedback* negativo, os participantes (com idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos) alteravam mais as suas respostas. Uma outra observação interessante deste estudo foi a de que, mesmo quando foi introduzido o *feedback* neutro, se verificou, embora em menor grau, alteração das respostas. Estes dados vêm comprovar a ideia de que a repetição de perguntas, por si só, funciona como uma forma de pressão social, podendo constituir-se como uma forma implícita de *feedback* negativo (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986). Tata e Gudjonsson (1990) também colocaram em evidência que a introdução de *feedback* verbal negativo aumentava as pontuações obtidas nas medidas de sugestibilidade de uma versão adaptada das GSS, que também não incluía questões sugestivas.

A constatação de que a introdução de *feedback* negativo aumenta a tendência para alterar respostas previamente dadas, mesmo quando não estão presentes perguntas sugestivas,

vem novamente suportar a ideia anteriormente exposta de que a pressão interpessoal e a submissão a perguntas sugestivas se assumem como aspectos independentes da sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 1984a, 1991b, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986), estando o primeiro mais dependente de questões sociais (Bain & Baxter, 2000; Bain et al., 2004; Baxter & Boon, 2000; Baxter, Jackson, & Bain, 2003), e sendo o segundo mediado preferencialmente por mecanismos cognitivos (Schooler & Loftus, 1986). O impacto significativo do tipo de instruções, e do tipo de *feedback* e de incentivos, nas respostas e na sugestionabilidade de crianças e adultos tem sido comprovado por muitos estudos (Baxter & Boon, 2000; Baxter et al., 2006).

Fica ainda delineado um importante contributo para os contextos forenses: mesmo na ausência de questões sugestivas, o comportamento do entrevistador, por si só, tem um impacto significativo nos testemunhos obtidos (Baxter et al., 2006). Uma maior distância interpessoal direcciona privilegiadamente a atenção para pistas sociais, aumenta o grau de incerteza, dificulta a comparação da informação original com as informações falsas sugeridas (Schooler & Loftus, 1986) e conseqüentemente afecta o grau de confiança interpessoal e a vulnerabilidade à sugestão (Gudjonsson & Clark, 1986).

Vejamos então agora, com maior pormenor, o papel de cada um dos três aspectos centrais deste modelo: a incerteza, as expectativas e a confiança interpessoal, bem como a sua relação com as estratégias de *coping* implementadas.

O modelo da sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson & Clark, 1986) preconiza a contextualização da testemunha e do entrevistador num processo de interrogatório. Todo o modelo assenta no pressuposto central de que a sugestionabilidade interrogativa depende, em parte, das competências cognitivas do entrevistado e, em consequência, das estratégias de *coping* que este implementa, e que vão pré-definir a sua tendência para a vulnerabilidade ou para a resistência à sugestão. As estratégias de *coping* geradas por cada sujeito são despoletadas e devem ser analisadas, segundo os autores do modelo, tendo em linha de conta as suas expectativas, o seu grau de incerteza e o grau de confiança interpessoal. Por outras palavras, a questão colocada pelo entrevistador leva a que o entrevistado implemente determinadas estratégias de *coping*, que por sua vez são influenciadas pelas suas expectativas, pelo seu sentimento de incerteza e pela sua percepção acerca do grau de confiança que deve depositar no entrevistador. Estes três componentes são, de facto, pré-requisitos essenciais do fenómeno da sugestionabilidade interrogativa e, a par do processamento cognitivo, vão

condicionar e determinar a formação de respostas de aceitação ou de resistência à sugestão (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986).

Resumindo, segundo esta formulação teórica, uma resposta de sugestionabilidade ocorre quando estes três componentes estão presentes nas proporções certas, sendo esta resposta mediada pelo processamento cognitivo que o sujeito faz da situação. O uso de estratégias de análise objectiva e crítica das perguntas constitui-se como uma estratégia que diminui a vulnerabilidade à aceitação de sugestão. Uma estratégia de *coping* que aumenta o grau de sugestionabilidade é, por exemplo, o facto de se fornecerem respostas mesmo quando não se tem a certeza das mesmas. Estas relações encontram confirmação num estudo realizado por Gudjonsson (1988b), em que os participantes mais sugestionáveis foram aqueles que não avaliaram as questões de forma crítica e objectiva dando, por isso, respostas consistentes com as informações falsas sugeridas. Por outro lado, os que recorreram a estratégias de *coping* evitante tiveram maiores pontuações nas medidas submissão1, submissão2 e mudança das GSS1. Resultados no mesmo sentido foram reportados por Howard e Hong (2002), que classificaram os participantes em dois grupos: o grupo com estratégias de *coping* com foco no problema, e o grupo com estratégias de *coping* com foco nas emoções. Os participantes pertencentes ao segundo grupo cotaram significativamente mais nas medidas submissão1 e sugestionabilidade total das GSS1. Na mesma linha de investigação, Gudjonsson (1988b) ponderou o facto de o grau de assertividade dos sujeitos se relacionar também com a sua tendência para ceder à sugestão, uma vez que a falta de assertividade levaria, entre outras coisas, a uma maior dificuldade na implementação de estratégias de *coping* adequadas (aquando situações de incerteza e de pressão interrogativa). Num dos estudos que desenvolveu direccionados a esta hipótese, encontrou correlações negativas estatisticamente significativas, entre as cotações em todas as medidas das GSS1 e o desempenho na RAS<sup>44</sup>, ou seja quanto menor a assertividade dos participantes, maior a sua sugestionabilidade. Por outro lado, Polczyk (2005) encontrou correlações positivas entre o grau de deseabilidade social (MC)<sup>45</sup> de estudantes universitários e a sua tendência para ceder ao *feedback* negativo (quantificada pela medida mudança de uma versão Polaca das GSS1).

---

<sup>44</sup> RAS: *Rathus Assertiveness Scale* (Rathus, 1973).

<sup>45</sup> MC: *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* (Crowne & Marlowe, 1960).

Um outro conceito que pode ter associação directa com estes aspectos é o grau de auto-monitorização<sup>46</sup>, ou seja, a tendência de cada indivíduo para modelar o seu comportamento tendo por base pistas sociais externas. Alguns estudos têm comprovado que quanto mais elevado é o grau de auto-monitorização maior é a sugestionabilidade interrogativa (GSS1) (Bain et al., 2007). Uma baixa auto-estima ou auto-confiança parecem despoletar exactamente o mesmo efeito, tanto em adultos (Bain et al., 2004; Baxter et al., 2003; Gudjonsson, 2003), como em crianças (Baxter et al., 2003; Gudjonsson & Sigurdsson, 2003; Howie & Dowd, 1996; Vrij & Bush, 2000). Uma limitação patente a alguns dos estudos que analisaram a relação entre a auto-estima e a auto-confiança das crianças e o seu grau de sugestionabilidade é o facto de se basearem nas informações fornecidas por professores ou por pais, o que poderá traduzir a percepção destas figuras baseada em competências cognitivas ou sociais das crianças e não propriamente a sua auto-percepção de eficácia.

As expectativas do entrevistado desempenham um papel muito importante na tendência para aceitar as sugestões. De facto, mesmo quando não sabem as respostas, os sujeitos tendem a responder, porque acreditam que é esperado que saibam a informação em causa e que respondam a todas as perguntas. Estas expectativas de “sucesso” levam a que os entrevistados não assumam que não sabem responder e acabem por o fazer de forma errada indo ao encontro da sugestão introduzida. Para além disto, quando a memória para determinado evento ou informação está incompleta, ou quando um sujeito não tem a certeza da resposta correcta a uma pergunta, gera-se um determinado grau de incerteza. Esta situação pode levar a que o entrevistado aceite as informações patentes nas questões sugestivas, uma vez que as percebe como fiáveis e plausíveis. Alguns estudos debruçaram-se no papel destas expectativas, demonstrando que o tipo de instrução que é dada antes da administração das GSS é determinante neste processo, tendo um impacto significativo no grau de sugestionabilidade evidenciado pelos indivíduos. Um dos estudos que se centrou na influência da forma de apresentação da sugestão foi desenvolvido por Greene e colaboradores (1982), cujos resultados indicaram que, quando era dito aos participantes para terem cuidado com possíveis informações falsas, estes detectavam mais facilmente as discrepâncias em relação à informação original. De igual forma, Warren e colaboradores (1991) verificaram que, avisando um grupo de crianças e adultos de que algumas das perguntas que lhes iriam ser colocadas eram enganadoras, se verificavam menores pontuações na medida submissão1 das GSS1, não se verificando nenhum

---

<sup>46</sup> Tradução de “*self-monitoring style*”.

efeito na medida mudança. Com um procedimento semelhante, Boon e Baxter (2000) e Bain e colaboradores (2004) chegaram ao mesmo padrão de resultados, numa amostra de estudantes universitários e com recurso às GSS2 e às GSS1 respectivamente. Gudjonsson e Hilton (1989) e Hansdottir, Thorsteinsson, Kristinsdottir e Ragnarsson (1990) também manipularam o grau de expectativa de adultos, dando-lhes diferentes instruções acerca do que era esperado do seu desempenho (o grau mais alto de expectativa era gerado dizendo-se aos participantes que era esperada uma evocação completa para a história das GSS1 e uma resposta concreta para todas as perguntas, e no grupo correspondente ao grau mais baixo de expectativa, as instruções consistiam em informar os participantes de que não era esperado que soubessem a resposta para todas as perguntas). Em ambos os estudos foram encontradas relações significativas entre o grau de sugestionabilidade dos sujeitos e o grau de expectativa anteriormente induzido, na medida em que aqueles em quem foi suscitada uma expectativa alta acerca do seu desempenho se revelaram mais vulneráveis à sugestão. Numa vertente de estudo próxima, Roebbers e Fernandez (2002) e Roebbers e colaboradores (2001) manipularam o grau de motivação através da introdução de vários tipos de instruções, em amostras de crianças e adultos, verificando que os grupos mais motivados para responder de forma adequada evidenciaram menor tendência para ceder às perguntas sugestivas.

Este tipo de associação reveste-se de especial interesse para os contextos reais de avaliação forense, na medida em que alerta para o facto de que a postura do entrevistador, e certas expectativas comunicadas às testemunhas antes ou durante um interrogatório, podem ter um impacto significativo na veracidade das informações obtidas, influenciando principalmente o grau de aceitação das informações falsas constantes nas perguntas sugestivas (submissão1), mesmo na ausência de desafio social (Gudjonsson & Hilton, 1989; Hansdottir et al., 1990; Roper & Shewan, 2002).

Para além do impacto individual de cada um dos aspectos que temos vindo a referir nos processos de interrogatório, torna-se cada vez mais saliente a necessidade de os conceptualizar de uma forma integrada, considerando as evidências que apontam para um conjunto de factores que interagem e moldam as respostas subsequentes dos entrevistados. De facto, alguns estudos têm chamado a atenção para as interações entre o comportamento do entrevistador, o tipo de desafio social, de instruções e de avisos que são introduzidos, e também o grau de autoconfiança dos entrevistados, na medida em que diferentes associações entre estes aspectos parecem gerar reacções distintas e moldar o grau de sugestionabilidade final. Foi, por exemplo,

encontrada uma interacção significativa entre o comportamento do entrevistador e a auto-estima dos entrevistados por Baxter e colaboradores (2003), com os participantes que tinham menor auto-estima a mostrarem-se mais sugestionáveis (submissão<sup>2</sup> e mudança das GSS) quando o entrevistador era pouco amigável. Por outro lado, Bain e colaboradores (2004) reportaram um efeito significativo no grau de sugestionabilidade da interacção entre o comportamento do entrevistador e o tipo de instruções dadas aos participantes. Neste estudo, os participantes avisados de que algumas perguntas poderiam conter informações enganosas, mostraram-se mais sugestionáveis (mudança das GSS1) na condição do entrevistador amigável, o que parece sugerir que um entrevistador empático e a introdução de avisos só parecem ter um efeito de promoção da resistência à sugestão quando são introduzidos separadamente.

Este tipo de observações, a obter confirmação em estudos posteriores, pode ter implicações importantes para o aperfeiçoamento do comportamento dos técnicos de avaliação forense, quando em vista está a promoção da qualidade dos testemunhos obtidos.

Foquemos agora o grau de confiança interpessoal, que é essencial para que ocorram respostas de sugestionabilidade, uma vez que o entrevistado tem que acreditar que as intenções do entrevistador são genuínas, não desconfiando da existência de informações falsas colocadas de forma propositada nos questionários. Pode-se estabelecer uma relação entre a incerteza e o grau de confiança no entrevistador, na medida em que, sendo melhor a memória dos sujeitos, e tendo estes maior certeza das respostas, podem detectar mais facilmente as informações sugestivas, percebendo que estão a ser influenciados, o que aumenta o seu nível de alerta e de desconfiança, e diminui a tendência para aceitar as sugestões. Gudjonsson (1989c) encontrou uma associação significativa entre as cotações obtidas nas GSS e o grau de desconfiança numa amostra de adultos suspeitos de crimes, na medida em que aqueles que se mostraram menos confiantes no entrevistador revelaram-se mais críticos e aceitaram menos as sugestões introduzidas. Este autor sustenta que, de facto, quando o entrevistado está muito zangado ou desconfiado tende a mostrar maior resistência às sugestões, e avança ainda com uma distinção entre estes dois estados, defendendo que o impacto no grau de sugestionabilidade de um estado de zanga ou raiva se verifica mesmo que este não esteja direccionado directamente para o entrevistador ou para a situação de avaliação, mas que a desconfiança tem que ser especificamente dirigida ao entrevistador para que seja evidente uma menor vulnerabilidade à sugestão (Gudjonsson, 1989c, 2003). Este tipo de ilações encontra alguma confirmação num estudo de Singh e Gudjonsson (1992b) que encontraram este tipo de associações, mas apenas

quando as atitudes negativas e de desconfiança eram dirigidas ao entrevistador, neste caso, figuras de autoridade. No entanto, Blagrove e colaboradores (1994) não encontraram correlações significativas entre a hostilidade quantificada no momento da experiência e as pontuações obtidas nas GSS1.

Extrapolemos então agora para o caso mais específico das crianças. Como já referimos neste trabalho, as crianças, e principalmente as mais novas, têm especial tendência para confiar e para tentar agradar ou ir ao encontro do que percebem ser as expectativas de figuras adultas ou de autoridade (Bruck et al., 1997; Ceci & Buck, 1993). Posto isto, e assumindo que um maior grau de confiança no entrevistador aumenta a aceitação de sugestão, podemos antecipar que as crianças mais novas evidenciem uma maior sugestionabilidade, pelo menos quando em contextos de interacção com adultos, ou quando são avaliadas por figuras de autoridade.

Num ramo de análise próximo, alguns autores têm também examinado a relação entre a desconfiança interpessoal, determinados estados emocionais e a tendência para a conformidade, verificando que a desconfiança em relação ao entrevistador leva a comportamentos de menor colaboração e de menor conformidade (Stricker, Messick, & Jackson, 1967), e que estados de humor positivo aumentam o grau de conformidade dos sujeitos (Milberg & Clark, 1988). Note-se que esta influência do humor positivo só parece fazer-se sentir em determinadas circunstâncias, podendo acontecer que estados de humor positivo auto-dirigidos possam ter como efeito uma maior auto-confiança, e conseqüentemente uma menor conformidade perante pedidos ou sugestões (Gudjonsson, 2003; Milberg & Clark, 1988).

Depois desta abordagem, fácil será perceber a extensão dos contributos e das implicações que este modelo tem tido na área da Psicologia aplicada do testemunho.

Debrucemo-nos agora na contraposição do conceito de sugestionabilidade interrogativa com outros fenómenos que, não raramente, são alvo de sobreposição e de confusão na literatura que assiste esta área de conhecimento.

## **2.5. A sugestionabilidade interrogativa e os fenómenos de susceptibilidade hipnótica<sup>47</sup>, de condescendência<sup>48</sup>, de obediência à autoridade<sup>49</sup> e de aquiescência**

A sugestionabilidade interrogativa, como já referimo, assume-se como um tipo distinto e independente de muitos outros tipos de sugestionabilidade. Gudjonsson (1987b, 2003) chama a atenção para o facto de a sugestionabilidade interrogativa dever ser claramente diferenciada de outros conceitos comumente citados na literatura em torno da sugestão mnésica. Este autor realça em particular a importância de se estabelecerem distinções claras entre este tipo de sugestionabilidade e os fenómenos de susceptibilidade hipnótica, de condescendência, de aquiescência e de obediência à autoridade, por serem aqueles que mais confusões têm gerado, aparecendo por vezes pouco diferenciados.

Começamos pela distinção entre a sugestionabilidade interrogativa e a susceptibilidade hipnótica. Como já vimos, segundo Eysenck e Furneaux (1945), a sugestionabilidade hipnótica relaciona-se com um tipo mais primário de sugestionabilidade, caracterizado por movimentos não voluntários em resposta a procedimentos repetitivos de sugestão por parte do experimentador, o que em nada se assemelha aos processos inerentes à sugestionabilidade interrogativa. De facto, diversos estudos reportam ausência de correlações significativas entre a sugestionabilidade interrogativa e o fenómeno da sugestão hipnótica. São exemplos os estudos desenvolvidos por Hardarson (1985, in Gudjonsson, 2003) e por Register e Kihlstrom (1988), com estudantes universitários, que utilizaram a primeira versão das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1) para avaliar a sugestionabilidade interrogativa e a “*Harvard Group Scale of Hypnotic Susceptibility*” (HGSHS) para medir a susceptibilidade hipnótica, não encontrando correlações significativas entre estas. O mesmo padrão de resultados foi encontrado por Young, Bentall, Slade e Dewey (1987), que também não encontraram correlações significativas entre as pontuações obtidas pelos estudantes universitários na medida de sugestionabilidade total das GSS1 e as pontuações nas medidas da “*Barber Suggestibility Scale*” (BSS). Um estudo que contraria estes tipos de resultados, foi realizado em 1994, por Linton e Sheehan, que utilizaram uma amostra de 920 estudantes universitários de Psicologia, e aplicaram as GSS1 e a “*Harvard Group Scale of Hypnotic Susceptibility*” (HGSHS). Os resultados

---

<sup>47</sup> Tradução de “*hypnotic susceptibility*”.

<sup>48</sup> Tradução de “*compliance*”.

<sup>49</sup> Tradução de “*acquiescence*”.

deste estudo colocaram em evidência associações significativas entre a susceptibilidade hipnótica dos participantes e o seu grau de sugestionabilidade interrogativa, quando quantificado pelas medidas de submissão e de sugestionabilidade total das GSS1.

A fim de tentar perceber a divergência dos resultados despoletada por este estudo de Linton e Sheehan (1994), Gudjonsson (2003) avança com a hipótese de que estas diferenças possam assentar em aspectos metodológicos, mais concretamente no facto de, neste estudo, os autores terem considerado apenas para análise os grupos de estudantes que tiveram desempenhos extremos (pontuações muito altas ou muito baixas) nas HGSHS. Posto isto, e mesmo considerando algumas excepções, é razoável assumir que estamos perante dois conceitos distintos, e que não parece existir uma relação efectiva entre a sugestionabilidade hipnótica e a interrogativa.

Irving (1987), no âmbito das suas críticas ao modelo teórico da sugestionabilidade interrogativa de Gudjonsson e Clark (1986), propõe que o fenómeno designado de sugestionabilidade interrogativa não é mais do que uma reacção extrema de condescendência. No entanto, Gudjonsson (1987b, 2003) estabelece uma distinção clara entre estes dois conceitos. A condescendência é definida como a tendência de um sujeito para aceitar proposições, pedidos ou instruções, tendo em vista determinados ganhos pessoais. Por outras palavras, uma resposta de condescendência ocorre quando alguém, mesmo tendo consciência de que a informação sugerida é falsa, a aceita porque quer agradar ao entrevistador ou pretende atingir determinados objectivos pessoais. Não há portanto, aceitação real da proposição sugerida. Em contraste, para estarmos perante uma resposta de sugestionabilidade interrogativa, o entrevistado aceita a sugestão porque a percepção como plausível e verdadeira.

Apesar destas diferenças conceptuais não será de admirar que estes conceitos se relacionem um com o outro, até porque partilham algumas variáveis que parecem ser mediadoras das respostas à influência social, como sendo a auto-estima e as estratégias de *coping* que cada um põe em prática para lidar com determinadas exigências situacionais (Gudjonsson & Sigurdsson, 2003). Correlações significativas entre estes dois conceitos têm sido reportadas por alguns estudos (Gudjonsson, 1990; Richardsson & Kelly, 2004). Na direcção contrária, McKinley-Pace (2000) não encontrou uma relação significativa entre o desempenho de crianças nas GCS<sup>50</sup> e a sua sugestionabilidade (submissão e mudança). A ausência de

---

<sup>50</sup> GCS: *Gudjonsson Compliance Scales* (Gudjonsson, 1989b).

correlações foi também reportada, com uma amostra de adultos, por Horselenberg, Merckelbach e Josephs (2003).

Gudjonsson (1997, 2003) defende ainda que o fenómeno de condescendência tem dois componentes principais: (1) a tendência para agradar aos outros e para proteger a sua autoconfiança; e (2) a tendência para evitar conflitos ou confrontos com os outros, principalmente quando estes são percebidos como figuras de autoridade. Estes dois componentes da condescendência aproximam-se de um outro fenómeno designado por “obediência à autoridade”, cujo reconhecimento e conceptualização teórica se devem fundamentalmente aos trabalhos desenvolvidos por Milgram, em 1974, que definiu a obediência como “a acção de uma pessoa que cede ou se submete perante figuras de autoridade” (Milgram, 1974, pp.113).

A condescendência pode ser avaliada através de procedimentos de observação comportamental (e.g., Milgram, 1974), ou através de questionários de auto-relato (e.g., as GCS de Gudjonsson, 1989b, 1997). As GCS são escalas de auto-relato, constituídas por vinte itens, que medem o grau em que alguém tende a ir ao encontro dos pedidos ou desejos de outros.

Nas experiências desenvolvidas por Asch (1952) também foi analisado o fenómeno de obediência à autoridade, mas neste caso, e ao contrário dos estudos conduzidos por Milgram (1974), os participantes tinham consciência de que estavam a ser influenciados, o que gera uma maior sobreposição com o conceito de sugestibilidade interrogativa.

Por último, o termo aquiescência refere a tendência de um sujeito para responder às perguntas sempre de forma afirmativa, independentemente do seu conteúdo (Cronbach, 1946, in Gudjonsson, 2003). Embora tanto o fenómeno da aquiescência como o da sugestibilidade tenham em consideração a tendência para, em caso de dúvida, dar respostas afirmativas às perguntas, tendo portanto em comum este aspecto conceptual (Gudjonsson, 1997), e embora alguns estudos reportem relações significativas entre os dois (Eisen et al., 2002b; Gudjonsson, 1987b; Gudjonsson & Clare, 1995), os dois conceitos diferenciam-se num aspecto muito importante: no caso da aquiescência as questões não incluem informações sugestivas que orientam no sentido de uma determinada resposta, aspecto que se constitui como uma das características básicas dos procedimentos de interrogatório que conduzem à sugestibilidade interrogativa (Gudjonsson, 2003).

O grau de confabulação dos sujeitos quando evocam um determinado evento também deve ser um aspecto a ter em conta na análise da validade dos testemunhos de vítimas e suspeitos (Gudjonsson, 1996; Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Howells & Ward, 1994). A

medida de confabulação pode, de facto, dar um importante contributo na avaliação dos testemunhos, e refere problemas no processamento ao nível da memória, caracterizados pela tendência das pessoas para "...substituírem lacunas da sua memória para o evento original, com informações e experiências imaginadas, que estas acreditam serem verdadeiras" (Gudjonsson, 1997, pp.136). Diversas investigações têm avaliado a tendência para a confabulação, através do recurso a ambas as versões das GSS (Clare & Gudjonsson, 1993; Clare, Gudjonsson, Rutter, & Cross, 1994; Gudjonsson & Clare, 1995; Howells & Ward, 1994; Register & Kihlstrom, 1988; Sigurdsson, Gudjonsson, Kolbeisson, & Petursson, 1994; Smith & Gudjonsson, 1986, 1995; Tata & Gudjonsson, 1990). O número de confabulações é obtido com base na análise das evocações das GSS. Clare e colaboradores (1994) defenderam que a tendência para confabular tem patentes duas categorias distintas: as distorções e as invenções. Considera-se que o participante cometeu uma distorção quando este incorpora no seu relato informações que estavam presentes na história original, mas às quais este introduziu alterações significativas. Cotam-se invenções quando, na evocação, estão presentes ideias ou informações novas, que não estavam presentes na história ouvida. (Clare et al., 1994; Gudjonsson, 1997, 2003). Alguns estudos têm demonstrado que os dois tipos de confabulações não se correlacionam de forma significativa um com o outro, e que parecem reflectir aspectos psicológicos distintos (Clare et al., 1994; Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clare, 1995; Gudjonsson et al., 2004; Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Smith & Gudjonsson, 1995). Assim sendo, será importante, no âmbito da investigação com as GSS, considerar não só a medida de confabulação total, mas também analisar separadamente a ocorrência de distorções e de invenções. Gudjonsson e Clare (1995) sustentam que a tendência para confabular tem subjacentes mecanismos muito complexos. Segundo a opinião de Berlyne (1972) a confabulação parece estar relacionada com diversos factores da personalidade. Na tentativa de melhor clarificar estes aspectos, vários estudos têm analisado possíveis relações entre algumas variáveis e a produção de confabulações nas evocações das GSS. Um desses estudos foi desenvolvido em 1995, por Gudjonsson e Clare, que não encontraram qualquer relação significativa entre a produção de confabulações, as competências cognitivas dos participantes ao nível da inteligência e da memória, e os seus graus de sugestibilidade e de aquiescência (Gudjonsson & Clare, 1995). No entanto, Gudjonsson e Sigurdsson (1996) reportam correlações negativas significativas entre as confabulações na evocação das GSS1 e a inteligência, medida

através das RPM<sup>51</sup>, tanto numa amostra de prisioneiros, como de jovens delinquentes. A tendência para confabular foi também analisada tendo em consideração outros factores, como por exemplo a forma de administração do *feedback* negativo, e o grau de deterioração da memória. Tata e Gudjonsson (1990) reportaram um aumento significativo do número de confabulações quando era dado *feedback* negativo durante o questionário das GSS1 (note-se que este *feedback* foi introduzido de forma mais severa que a recomendada pelo autor destas escalas, e que, neste estudo, as confabulações foram analisadas a partir da evocação gerada após uma semana da primeira administração das escalas). Register e Kihlstrom (1988) acrescentam que, mesmo quando não é introduzido qualquer *feedback* negativo, o facto de se fazerem questões sugestivas e de se repetirem as perguntas aumenta, por si só, a tendência dos participantes para confabular. O estudo da relação entre a capacidade de evocação da história das GSS e a tendência para confabular, tem conduzido a resultados divergentes (Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Sigurdsson et al., 1994; Tata, 1983). Outros estudos têm demonstrado que o número de confabulações tende a aumentar à medida que a memória para o evento original se vai desvanecendo, ou seja, a tendência para confabular parece-se relacionar-se com o grau de deterioração da memória (Smith & Gudjonsson, 1995; Tata & Gudjonsson, 1990). Smith e Gudjonsson (1995) encontraram correlações positivas significativas entre a produção de invenções na segunda evocação, o grau de deterioração da memória e o grau de sugestionabilidade de pacientes psiquiátricos (quantificado pelas medidas submissão<sup>2</sup>, mudança e sugestionabilidade total das GSS2). Correlações positivas entre a tendência para confabular e o desempenho na medida mudança das GSS1, numa amostra de 255 prisioneiros, são também reportadas por Gudjonsson e Sigurdsson (1996).<sup>52</sup> No entanto, alguns autores não encontraram associações significativas entre os processos confabulatórios e o grau de sugestionabilidade interrogativa (Berlyne, 1972; Mercer, Wapner, Gardner, & Benson, 1977). Relações da confabulação com a ansiedade e com a depressão têm também sido encontradas noutras investigações desenvolvidas com as GSS. Smith e Gudjonsson (1995) encontraram correlações significativas entre a tendência para introduzir distorções na evocação das GSS2 e a ansiedade dos participantes. Sigurdsson e colaboradores (1994), que utilizaram no seu estudo as GSS1, verificaram que os participantes deprimidos confabulavam menos, quando comparados com um

---

<sup>51</sup> RPM: *Raven's Progressive Matrices* (Raven, Court, & Raven, 1986).

<sup>52</sup> Repare-se que as medidas de confabulação são obtidas antes da introdução de *feedback* negativo, pelo que esta associação não traduz a vulnerabilidade ao desafio social.

grupo de controlo. Estes últimos autores propuseram, como explicação para os resultados obtidos, que um estado de depressão leva à diminuição do grau de imaginação e de criatividade, o que consequentemente diminui a tendência para confabular.

Qual é, na prática, a aplicabilidade da avaliação da sugestionabilidade interrogativa para os contextos reais de avaliação de forense? É esta abordagem que expomos de seguida.

## **2.6. A sugestionabilidade interrogativa: Aplicabilidade e contributos para as avaliações e para os processos de obtenção de prova testemunhal em contextos forenses**

Um conhecimento mais aprofundado do fenómeno da sugestionabilidade interrogativa gera uma maior consciência da importância que este tipo de sugestão mnésica pode ter em contextos reais de avaliação de testemunhas.

Impõe-se portanto a necessidade de instrumentos especificamente construídos para quantificar, de forma individual, o grau de vulnerabilidade à pressão social e à sugestão em contextos de interrogatório. Ao longo dos tempos, foi-se assistindo ao aparecimento gradual de alguns testes neste campo, que serão apresentados na secção seguinte deste trabalho. Antes disso, importa reflectir sobre algumas questões que assumem neste ramo de análise uma grande relevância. O contributo dos instrumentos dedicados à avaliação da sugestionabilidade interrogativa, tanto ao nível da investigação, como de uma melhor compreensão dos processos de sugestionabilidade é inegável mas, será que os resultados destes testes são capazes de prever eficazmente o desempenho das testemunhas quando sujeitas a um interrogatório policial? Isto é, que contributos efectivos nos dão este tipo de instrumentos quando necessitamos de extrapolar os seus resultados para contextos reais de avaliações forenses? Até que ponto os resultados da avaliação do grau de sugestionabilidade interrogativa de uma testemunha permitem antecipar o seu comportamento e reacções aquando em situações de interrogatório? Será que estes testes são um bom indicador do grau de veracidade dos testemunhos?

Vejamos alguns dos estudos mais salientes desenvolvidos com o intuito de melhor esclarecer este tipo de questões, e que se têm reportado às Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS, Gudjonsson, 1984a, 1987a, 1997). Relembre-se que estas escalas foram construídas tendo em mente a sua aplicabilidade forense, medindo de forma objectiva e individual a forma como testemunhas, vítimas e suspeitos lidam com as exigências habituais de um interrogatório policial. Tully e Cahill (1984, in Gudjonsson, 2003) avaliaram a

sugestionabilidade interrogativa através do recurso às GSS1. Os resultados deste estudo indicam que, quanto maior é o grau de sugestionabilidade dos participantes, mais os seus relatos contém informações falsas (e também menos informações verdadeiras), quando estes são entrevistados pela polícia uma semana depois da exposição ao evento alvo. Estes resultados indicam que o grau de sugestionabilidade interrogativa, pelo menos quando avaliado pelas GSS1, nos dá informações importantes e é capaz de prever o grau de veracidade e de exactidão dos testemunhos posteriores obtidos em avaliações forenses.

Um outro estudo que tentou analisar a relação entre o grau de sugestionabilidade interrogativa (neste caso avaliada pelas GSS2) e o grau de veracidade dos testemunhos foi desenvolvido por Henry e Gudjonsson (1999) com crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, algumas delas com dificuldades de aprendizagem. Estes autores encontraram correlações significativas entre os resultados obtidos pelas crianças na medida submissão1 e várias medidas de avaliação dos seus testemunhos. No entanto, estas relações significativas apenas se verificaram nas crianças mais novas, e nas mais velhas que registavam dificuldades de aprendizagem, não se tendo encontrado esta associação significativa nas crianças mais velhas com uma inteligência normal. Henry e Gudjonsson (1999) avançam com a possibilidade de esta ausência de correlações se poder dever ao facto de este grupo ter apenas dezanove crianças. Relações significativas entre as medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS2 e o posterior desempenho das mesmas crianças numa entrevista independente (respostas a perguntas sugestivas) têm sido corroboradas por outros estudos (Gudjonsson, 1987c, 1992b; Merkelbach et al., 1998). Mais especificamente, Henry e Gudjonsson (2007) demonstraram que as medidas de evocação das GSS2 se relacionam com o posterior desempenho em procedimentos de evocação livre e resposta a perguntas não sugestivas em crianças com e sem défices cognitivos, com 8/9 e 12 anos de idade. Por outro lado, entre as crianças com níveis intelectuais abaixo da média, a cotação obtida na medida submissão1 das GSS2 revelou-se boa predictor da sua posterior tendência para ceder às perguntas sugestivas da entrevista, e entre o grupo normativo esta associação foi encontrada não só para o desempenho na medida submissão1 como também para a mudança.

Estudos mais recentes vêm sugerir que a capacidade preditiva das GSS apenas se faz sentir quando as crianças têm inteligências normativas. Miles, Powell, Gignac e Thomson (2007), num estudo que envolveu uma amostra de crianças, com e sem défices cognitivos, com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos, só verificaram associações significativas entre a

medida submissão das GSS2 e a tendência para introduzir erros nos seus relatos acerca de um evento independente, entre as crianças com inteligências normativas.

Este padrão de resultados, que defendem que o grau de sugestionabilidade interrogativa dos participantes, obtido através de instrumentos de avaliação dedicada deste fenómeno, é um bom indicador da qualidade dos seus testemunhos, tem sido alvo de algumas críticas. Uma das mais importantes foi apontada por Cardone e Dent (1996), que argumentam que as avaliações efectuadas com recurso às GSS não têm grande aplicabilidade, nem podem ser facilmente generalizáveis a contextos forenses de obtenção de relatos de testemunhas. Estes autores baseiam este argumento no facto de a maioria dos eventos testemunhados terem patente uma modalidade de apreensão visual, sendo a história das GSS apresentada apenas de forma verbal. Os mesmos autores acrescentam ainda o facto de que, ao apresentarem também visualmente a informação das GSS2 (17 diapositivos da história das GSS2), se passavam a obter melhores evocações e menor sugestionabilidade quando quantificada pela submissão<sup>1</sup>. Outros autores têm vindo a referir, de igual forma, o impacto que a modalidade de apresentação da informação parece ter na força do traço de memória consequente e também no grau de sugestionabilidade interrogativa (Calicchia & Santostefano, 2004). Mais especificamente, Beail (2002) alerta para o risco de se utilizarem as GSS em pessoas com défices intelectuais, uma vez que a apresentação apenas verbal das informações tem um impacto especialmente negativo nestes casos, dadas as dificuldades presentes nesta população ao nível da memória semântica. Salaria ainda o facto de as GSS só incluírem questões fechadas, com duas alternativas falsas ou do tipo sim/não, questões a que as pessoas com défices intelectuais tendem a responder na afirmativa (Gudjonsson, 1992b). Assim, Beail (2002) defende que a avaliação (partindo das GSS) de testemunhas com baixos níveis cognitivos, pode não ser transponível para os casos reais, que geralmente dizem respeito a eventos, e portanto envolvem a memória episódica.

A propósito deste argumento, Gudjonsson (2003) vem contrapor que, de facto, a combinação de modalidades de apresentação da informação leva a uma diminuição da sugestionabilidade, mas salienta que este facto é esperado e facilmente explicado tanto pelo componente da incerteza do modelo de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson & Clark, 1986) como pela teoria da detecção de discrepância (Schooler & Loftus, 1986), não podendo implicar, por si só, que os valores de sugestionabilidade obtidos através de uma escala que recorre apenas a material verbal não possam ser generalizáveis para outras modalidades de apresentação de determinada informação. O uso de instrumentos de avaliação da sugestionabilidade interrogativa

dá-nos uma indicação de um determinado grau de vulnerabilidade individual, que deve ser interpretado e considerado em função de determinados factores e circunstâncias. Gudjonsson (2003) reforça também que o efeito da apresentação simultaneamente verbal e visual será mais visível em pessoas com dificuldades cognitivas, uma vez que estas terão traços de memória mais fracos relativamente à informação a reter, quando esta é apresentada apenas verbalmente. Esta última afirmação pode ser associada a um estudo desenvolvido mais recentemente por White e Willner (2005) junto de pessoas com défices cognitivos. Estes autores analisaram o impacto diferencial na quantificação da sugestibilidade, quando esta era feita através do recurso às GSS2, ou através de duas versões destas escalas (ASS e ASS2<sup>53</sup>), especificamente construídas para este estudo, em que a apresentação da história deixa de ser apenas verbal e relativa a um evento sem saliência pessoal, e passa a incluir um evento real, familiar e vivenciado pelos participantes. Os resultados deste estudo comprovam a hipótese inicialmente formulada pelos autores, de que os graus elevados de sugestibilidade interrogativa encontrados em pessoas com défices cognitivos através da utilização das GSS podiam em parte estar associados à apresentação apenas verbal da história e também ao facto de a história a recordar não ter um significado pessoal. De facto, quando a avaliação passou a ser feita com recurso às ASS, o grau de sugestibilidade foi menor (por contraponto aos valores obtidos com as GSS2). Para além disso, nas condições em que o intervalo de tempo decorrido entre o estímulo e o teste de memória era menor, os participantes mostravam-se mais resistentes à sugestão. Mais concretamente, os participantes que se mostraram altamente sugestíveis nas GSS2, evidenciaram um grau moderado de sugestibilidade quando avaliados em relação a informações familiares (ASS) e demonstraram apenas um grau ligeiro de sugestibilidade quando pertencentes à condição que aliava à apresentação de material familiar um intervalo de tempo menor (ASS2). Estes dados podem ter implicações importantes na avaliação das competências de pessoas com dificuldades cognitivas enquanto testemunhas

Em sentido contrário, Milne e colaboradores (2002) administraram uma versão adaptada das GSS (em que a história a recordar passa ser apresentada em formato vídeo) a adultos com um baixo nível intelectual, concluindo que estes se mostraram mais sugestíveis do que um grupo de controlo com inteligência normativa (na medida submissão1), uma vez que aceitaram em maior grau as informações falsas das perguntas sugestivas.

---

<sup>53</sup> ASS: *Alternative Suggestibility Scales* (White & Willner, 2005).

Fica também a nota de que a exposição ao vivo a um evento pode diminuir a capacidade de evocação do mesmo por comparação a procedimentos de visualização através de vídeo (Ihlebaek, Love, Eilertsen, & Magnussen, 2003).

A análise deste tipo de capacidade preditiva tem sido realizada também para outros instrumentos de avaliação da sugestibilidade interrogativa, que não as GSS. Por exemplo, Finnila e colaboradores (2003) verificaram que crianças com pontuações mais elevadas nas medidas de sugestibilidade do BTSS<sup>54</sup> (Endres, 1997) evidenciavam maior tendência para aceitar as informações sugestivas introduzidas numa entrevista posterior acerca de um evento por estas vivenciado.

Uma análise global deste tipo de estudos indica-nos que, apesar de algumas divergências nos resultados, a medida submissão<sup>1</sup> deste tipo de instrumentos parece ser um melhor predictor do desempenho num procedimento independente do que a medida mudança, quando são aplicadas as GSS, tanto com crianças (Henry & Gudjonsson, 1999, 2003; Miles et al., 2007), como com adultos (Merckelbach et al., 1998), e quando são administradas as VSSC (McFarlane & Powell, 2002; Quas, Wallin, Papini, Lench, & Scullin, 2005). Ressalte-se contudo, que o maior poder preditivo da medida submissão<sup>1</sup> pode estar relacionado com o próprio formato das medidas de sugestibilidade para o evento independente que, na grande maioria dos estudos, passa pela quantificação da submissão a perguntas sugestivas na ausência de pressão social. De facto, e considerando um estudo em que o processo de questionamento relativo ao evento independente inclui tanto questões sugestivas como a introdução de *feedback* negativo (num formato de entrevista, segundo estes autores, altamente sugestiva<sup>55</sup>, em que o *feedback* negativo é introduzido no final de cada pergunta e não após um conjunto de questões, como é típico nos instrumentos de avaliação da sugestibilidade interrogativa), encontraram-se associações significativas entre todas as medidas de sugestibilidade das VSSC, ou seja, submissão, mudança e sugestibilidade total, e o grau de vulnerabilidade à sugestão em relação a esse evento independente, de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos (Scullin & Bonner, 2006).

Scullin e colaboradores (2002) administraram as VSSC a uma amostra de 50 crianças, que foram divididas em dois grupos experimentais, com médias de idades de 4 e 5 anos respectivamente. Todas as crianças foram sujeitas a uma série de entrevistas sugestivas, acerca

---

<sup>54</sup> BTSS: *Bonn Test of Statement Suggestibility* (Endres, 1997).

<sup>55</sup> Tradução de "*pressured interview*".

de eventos verdadeiros (vivenciados) e falsos (nunca vivenciados). No grupo de crianças mais velhas, encontrou-se uma associação positiva entre o desempenho na medida de evocação das VSSC e o grau de veracidade dos relatos das crianças em relação aos eventos vivenciados, e entre as pontuações na medida de sugestionabilidade total destas escalas e o grau de sugestionabilidade evidenciado em relação quer aos eventos verdadeiros, quer aos falsos. Entre as crianças mais novas, esta associação apenas se verificou com a medida de submissão das VSSC. Associações entre o desempenho de crianças nas VSSC e o grau de distorção dos seus relatos acerca de um evento independente nunca vivenciado têm sido reportados por outros estudos (Miles, Powell, & Stokes, 2004). Encarados globalmente, estes resultados suportam a capacidade preditiva das VSSC em relação ao testemunho de crianças para eventos independentes (Scullin et al., 2002).

As GSS têm sido amplamente utilizadas na avaliação da sugestionabilidade interrogativa em variados tipos de população e circunstâncias. Dada a sua potencial e importante aplicabilidade em contextos forenses, importa referirmos a possibilidade de utilização de versões curtas deste instrumento, com procedimentos mais simples e menos extensos temporalmente do que aqueles que são estipulados no manual das GSS (Gudjonsson, 1997). Em algumas situações reais de avaliação de testemunhas, o tempo, o cansaço ou a morosidade de outras técnicas de avaliação podem ser um constrangimento à administração das GSS, que pressupõem um intervalo de 50 minutos entre dois momentos de evocação distintos. Com isto em mente, alguns autores têm demonstrado ser segura a administração de versões curtas destas escalas, a saber: (1) introdução do questionário imediatamente a seguir à primeira evocação; (2) introdução das questões imediatamente a seguir à audição da história; e (3) a manutenção do intervalo de retenção, mas sem momentos de evocação (Smeets, Leppink, Jelicic, & Merckelbach, 2009). Para além da utilização de versões curtas das GSS, outros autores têm demonstrado o interesse e a utilidade da construção de versões computadorizadas destas escalas. De facto, e dada a influência amplamente comprovada da postura do entrevistador e da forma como o *feedback* é introduzido, gera-se a necessidade de uniformizar as condições de aplicação das GSS. Com este objectivo em mente, Gorassini, Harris, Diamond e Flynn-Dastoor (2006) construíram duas versões das GSS1, que foram aplicadas junto de estudantes universitários com recurso a um computador, eliminando-se qualquer interacção com o entrevistador. Uma das versões inclui a administração de *feedback* negativo e a outra de *feedback* neutro. Estes autores concluíram que o grau de sugestionabilidade nas medidas de

submissão e de mudança foi maior quando foi administrada a escala que inclui *feedback* negativo, por comparação ao procedimento de introdução de *feedback* neutro. Para além disso, fica a comprovação da eficácia de versões computadorizadas das GSS na introdução deste tipo de pressão social, na medida em que, mesmo quando o *feedback* é introduzido por uma máquina se observam reacções de alteração de resposta, no caso do *feedback* negativo até mesmo superiores aos valores normativos habitualmente reportados relativamente às GSS originais.

Estes dados revestem-se de grande importância, em termos práticos, na medida em que, este tipo de administração dos instrumentos de avaliação da sugestibilidade, pode resolver algumas variações na postura dos entrevistadores difíceis de controlar e também diminuir os custos de formação e treino de administradores, facilitando uma aplicação mais homogênea em contextos e situações tendencialmente heterogêneos (Gorassini et al., 2006).

Dado o enquadramento forense das temáticas que temos vindo a abordar, terminamos esta secção com uma breve alusão ao fenómeno das confissões falsas, mantendo a nossa visão assente na sua relação com a sugestibilidade interrogativa.

## **2.7. A sugestibilidade interrogativa e as confissões falsas**

Gudjonsson (2003) estipula a existência de quatro conceitos distintos que devem ser considerados nas avaliações que decorrem em contextos forenses: as confissões verdadeiras, as confissões falsas, as “negações”<sup>56</sup> verdadeiras e as “negações” falsas. No contexto de presente trabalho interessam-nos, em particular, as confissões falsas, ou seja, as situações em que um indivíduo admite uma determinada confissão auto-incriminatória como verdadeira durante um interrogatório, vindo posteriormente a negá-la. Esta ideia parece, à primeira vista, contra-intuitiva, na medida em que nos leva a questionar o que poderia levar alguém a admitir-se como culpado de algo que não fez, sabendo à *priori* que essa confissão iria trazer-lhe consequências muito negativas. No entanto, alguns estudos têm demonstrado ser possível levar um inquirido a verbalizar uma confissão falsa, quando estão presentes algumas condições de influência e pressão social, e/ou determinadas vulnerabilidades e características da personalidade (Gudjonsson, 1992a,b, 2003).

---

<sup>56</sup> Tradução de “*denials*”.

Ofshe e Leo (1997) definem uma confissão falsa como "...uma admissão detalhada de um acto criminoso que o confessor, ou não cometeu, ou não sabe ter cometido." (Ofshe & Leo, 1997, pp. 240). As confissões falsas podem ocorrer de uma forma voluntária (nos casos em que não existe pressão externa), ou de forma coerciva complacente quando o inquirido acaba por confessar porque não consegue lidar com a pressão externa, com a hostilidade e com as ameaças patentes no interrogatório. A confissão falsa pode ainda catalogar-se como coerciva internalizada nos casos em que o suspeito passa a acreditar efectivamente que é culpado (Kassin & Kiechel, 1996). Gudjonsson e MacKeith (1988) distinguem ainda entre: confissões falsas aparentemente comprovadas<sup>57</sup> (em que o suspeito revela conhecimentos e informações a que, aparentemente, só o culpado poderia ter acesso), confissões posteriormente negadas<sup>58</sup> (quando o suspeito declara que a confissão inicial que fez é falsa, alegando estar inocente), e confissões não admitidas<sup>59</sup> (em que o suspeito desmente a confissão inicial, negando ter alguma vez assumido a culpa).

Os inúmeros desenvolvimentos e abordagens em torno desta área têm, de facto, comprovado a ocorrência de um número significativo de condenações baseadas em confissões falsas (Kassin & Gudjonsson, 2004). Alguns estudos têm ainda demonstrado que, apesar da ideia geralmente bem aceite de que os jovens são mais sensíveis à pressão interrogativa, fornecendo tendencialmente mais confissões falsas, os polícias aplicam junto desta população, as mesmas técnicas coercivas com que entrevistam os adultos (Meyer & Reppuci, 2007), sendo também insuficiente o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com vista à adequação das técnicas de avaliação forense de crianças (Motzkau, 2007).

Kassin e Kiechel (1996) e Russano, Meissner, Narchet e Kassin (2005) desenvolveram estudos que vieram demonstrar a ocorrência do fenómeno das confissões falsas. No estudo de Kassin e Kiechel (1996) foi construído um procedimento em que era dito aos participantes que realizariam uma tarefa, em que teriam que escrever no teclado de um computador uma lista de letras (lidas por um comparsa dos experimentadores), sendo o objectivo a avaliação do seu tempo de reacção. Os participantes eram ainda instruídos para não carregar na tecla ALT, uma vez que isso levaria à perda de dados. Foram manipulados o grau de vulnerabilidade dos participantes (número de letras lidas por minuto, com a condição de maior vulnerabilidade a ser

---

<sup>57</sup> Tradução de "*proven false confessions*".

<sup>58</sup> Tradução de "*retracted confessions*".

<sup>59</sup> Tradução de "*disputed confessions*".

criada através de uma leitura mais rápida) e a existência ou não de falsa evidência incriminatória (que era introduzida pelo comparsa, que afirmava, ou não, ter visto o participante a carregar na tecla ALT). Foram também avaliados o grau de condescendência (em que o participante tinha que assinar uma confissão), de internalização (através da avaliação do comportamento do participante à saída do laboratório onde decorreu a experiência, em que um segundo comparsa supostamente aguardava para ir também realizar a mesma tarefa, e lhe pergunta o que é que tinha acontecido) e de confabulação (obtido através da análise da evocação de detalhes específicos, quando o experimentador pede aos participantes para entrarem novamente no laboratório, a fim de tentarem recriar a altura e as condições em que ocorreu o erro). O grupo experimental na condição de vulnerabilidade reduzida e sem testemunho incriminatório contou com aproximadamente 34% de confissão de culpa, mas sem internalização; já se considerarmos o grupo de alta vulnerabilidade e com testemunho incriminatório, encontramos 100% de confissões assinadas e 35% de confabulações, com 65% destes participantes a acreditarem efectivamente na sua culpa (internalização). Segundo os autores, os resultados deste estudo comprovam o facto de que a introdução de evidências falsas que incriminem os suspeitos pode levá-los não só a verbalizar uma confissão, mas também a acreditarem que são realmente culpados. Na mesma linha de investigação, Russano, Meissner, Narchet e Kassin (2005) desenvolveram um outro estudo, agora com uma metodologia mais aproximada das condições reais de interrogatório, uma vez que passam a ser também incluídos culpados verdadeiros e acções alvo de culpabilização que deixam de ter um carácter accidental. Esta experiência teve em consideração dois grupos: o grupo dos participantes culpados, que tinham dado a resposta ao comparsa do experimentador para alguns problemas de lógica (quando lhes tinha sido previamente pedido para não o fazerem), e o grupo dos participantes inocentes, que integraram a condição em que o comparsa não pedia ajuda. Destaque-se que o experimentador chamava inicialmente a atenção para o facto de não poderem fazer “batota”. Para além disso, o experimentador podia adoptar duas estratégias distintas: a de *minimização* (expressando simpatia) e a de *maximização* (confrontando o participante). Um dos resultados importantes deixa claro que se obtém mais confissões, tanto verdadeiras como falsas, quando está presente a minimização, ou seja, que a postura do entrevistador tem um papel determinante na tendência dos sujeitos para confessar.

Direccionemos novamente a nossa atenção para a análise da aplicabilidade e do poder preditivo da quantificação da sugestionabilidade interrogativa em contextos forenses, desta feita

no que diz respeito ao fenómeno das confissões falsas. Gudjonsson e MacKeith (1988) têm-se dedicado ao estudo do enquadramento legal e psicológico do fenómeno das falsas confissões, defendendo a existência de dois aspectos fundamentais na análise dos testemunhos e das confissões falsas: a sugestionabilidade interrogativa e a condescendência. Que evidências empíricas temos então que sustentem a relação entre a sugestionabilidade interrogativa, a condescendência e a tendência para fazer falsas confissões?

Um estudo muito importante que se dedicou à análise desta relação foi desenvolvido em 1996, por Sigurdsson e Gudjonsson, sendo que o principal contributo desta investigação foi ter apontado para a associação da sugestionabilidade interrogativa com um tipo específico de confissão: a confissão falsa coerciva internalizada (como já vimos, referente aos casos em que o suspeito passa a acreditar que é realmente culpado). Neste estudo, entre outras características da personalidade e competências cognitivas, foram avaliadas a condescendência (GCS) e a sugestionabilidade (GSS1), comparando-se um grupo de reclusos que tinham apresentado no passado à polícia uma confissão falsa, com um grupo de reclusos sem história de confissões falsas. Quando os autores consideraram na íntegra o grupo de confessores falsos, estes apenas revelaram uma maior tendência para condescender (GCS), por contraponto com o outro grupo experimental. No entanto, quando os autores classificaram as falsas confissões em função do seu tipo, passaram a encontrar-se diferenças significativas entre os dois grupos nas medidas submissão<sup>1</sup>, sugestionabilidade total e confabulação das GSS1, com estas diferenças a dizerem apenas respeito aos participantes cujas confissões foram catalogadas como coercivas internalizadas, que evidenciaram maior sugestionabilidade e maior tendência para confabular.

Parece assim que a condescendência se relaciona com o fenómeno das confissões falsas de uma forma mais abrangente, enquanto que a sugestionabilidade interrogativa e a tendência para confabular se associam de forma específica com as confissões falsas do tipo coercivo internalizado, traduzindo possíveis lacunas ao nível da memória e alterações no sistema de crenças (Gudjonsson, 1992a,b). Num padrão de resultados próximo, Forrest, Wadkins e Larson (2006) encontraram associações significativas entre as pontuações obtidas na medida de submissão<sup>1</sup> das GSS2 e a tendência de um grupo de estudantes universitários para assinarem uma confissão escrita. Estes resultados confirmam-nos que a sugestionabilidade interrogativa e a confabulação são factores que, durante um interrogatório, estão associados não só com a tendência dos sujeitos para fazer confissões falsas, mas também com o facto de estes passarem a acreditar que são realmente culpados.

Muitos outros estudos têm sido desenvolvidos nesta área, sendo comuns os procedimentos experimentais em que são comparados dois grupos de suspeitos: aqueles que, mesmo perante evidências incriminatórias, se mostram resistentes à pressão do interrogatório policial; e por outro lado, os que assumem uma confissão auto-incriminatória que mais tarde rejeitam. Os resultados de um deles (Gudjonsson, 1984b) orientam no sentido de que o primeiro grupo evidencia menor sugestionabilidade por contraponto com o grupo das confissões falsas, sendo que esta menor sugestionabilidade tem subjacentes menores pontuações nas medidas submissão<sup>2</sup> e mudança das GSS1. Por outras palavras, as diferenças na sugestionabilidade dos dois grupos parecem traduzir uma menor vulnerabilidade à pressão introduzida através de *feedback* negativo por parte dos suspeitos resistentes (Gudjonsson, 1984b). Para além de se terem revelado menos sugestionáveis, os suspeitos que se mostraram resistentes evidenciaram também melhores competências ao nível da inteligência. A fim de controlar o possível peso da inteligência na relação encontrada no estudo anterior, o mesmo autor desenvolveu um estudo semelhante, mas com uma amostra consideravelmente maior, controlando as diferenças entre os dois grupos ao nível da inteligência, da memória, da idade e do sexo. Neste estudo, para além de preencherem as GSS1, o grau de condescendência foi também quantificado através das GCS. Os resultados indicaram, uma vez mais, diferenças significativas entre os grupos, com o grupo resistente a evidenciar menor grau de condescendência e menores pontuações nas medidas submissão<sup>2</sup> e mudança das GSS1 (Gudjonsson, 1991a). Este padrão de resultados vem encontrar confirmação num outro estudo do mesmo autor (Gudjonsson, 1991b), em que foram comparados três grupos: 76 participantes que negavam uma confissão falsa que anteriormente tinham assumido; 38 reclusos que mantinham a confissão de um determinado crime; e 15 suspeitos que se mostraram resistentes, e não confessaram o crime de que eram acusados. Todos foram avaliados com recurso às GSS1, às GCS e à WAIS-R. Após terem sido controladas as variações na inteligência e no desempenho nas medidas de memória das GSS1, verificou-se que os três grupos diferiam de forma significativa, com o grupo dos falsos confessores a revelarem os maiores valores de sugestionabilidade e de condescendência, e os resistentes os menores. Gudjonsson (1991b) chama ainda a atenção para o facto de as diferenças entre os três grupos serem mais marcadas quando se consideram os seus valores de sugestionabilidade e de condescendência, do que quando se tem em conta a sua inteligência. Isto significa que as primeiras medidas são um melhor indicador da forma como as pessoas

lidam com a pressão social, do que propriamente as suas competências cognitivas (Gudjonsson, 1991b, 2003).

Duas importantes conclusões podem daqui ser retiradas: (1) a condescendência e a sugestionabilidade contribuem para discriminar grupos de confessores falsos de outros grupos; e (2) apesar da inteligência e da memória dos suspeitos poderem ser variáveis a considerar neste tipo de análises, a sugestionabilidade e a condescendência parecem, de forma independente, assumir-se como factores a ter em conta quando em causa está o fenómeno das confissões falsas.

Este tipo de evidência empírica vem reforçar a utilidade de quantificar, através de instrumentos dedicados, o grau de sugestionabilidade interrogativa dos sujeitos e a sua tendência para condescender e confabular, na medida em que estes dados nos podem fornecer importantes indicações acerca da probabilidade de ocorrência de confissões falsas durante um interrogatório judicial, favorecendo a avaliação do grau de veracidade dos testemunhos. No entanto, repare-se que estes estudos mostram uma relação entre o comportamento de suspeitos e os valores posteriormente obtidos em instrumentos como as GSS e as GCS, mas não comprovam que os valores de sugestionabilidade interrogativa e de condescendência possam prever e antecipar o seu comportamento posterior em avaliações forenses. Muito poucos estudos se dedicaram a este ramo de análise. Uma investigação muito importante que permitiu este tipo de abordagem foi desenvolvida por Gudjonsson, Clare, Rutter e Pearse (1993, in Gudjonsson, 2003). Estes autores levaram a cabo um conjunto de procedimentos de avaliação psicológica formal junto de um conjunto de detidos, antes de estes serem sujeitos a qualquer tipo de interrogatório ou abordagem pela polícia. Na continuação deste estudo inicial, Pearse, Gudjonsson, Clare e Rutter (1998), desenvolveram um estudo de *follow-up*, estudando a relação entre os resultados obtidos na avaliação psicológica inicial destes detidos e o seu comportamento quando foram mais tarde submetidos a interrogatórios policiais. Os resultados desta investigação, indicaram que o grau de sugestionabilidade previamente quantificado não se relacionou nem conseguiu prever a posterior tendência destes sujeitos para assumir confissões ou não. Esta é uma linha de pesquisa que precisa, portanto, de maior investimento.

Gudjonsson (2003) acrescentou mais recentemente que a tendência para responder “não sei” às GSS (uma medida que não é especificamente considerada nos procedimentos de cotação tradicionais destas escalas) poderá também ser um importante indicador da tendência para a introdução de falsas confissões em contextos reais de interrogatório (Gudjonsson, Young,

& Bramham, 2007b). Para além disto, pode ainda ser útil o recurso a instrumentos construídos para medir esta tendência, como por exemplo, o Questionário de Confissões de Gudjonsson (GCQ-R<sup>60</sup>).

Gudjonsson (1992b, 2003), vem ainda salientar que, embora os resultados dos estudos que temos vindo a apresentar ponham em evidência diferenças significativas de médias entre grupos, deve ter-se em mente que, tratando-se de médias, há sempre casos, dentro de cada grupo, que evidenciam graus menores ou maiores de sugestionabilidade e de condescendência. Estas diferenças intra-grupais vêm reforçar que, quando queremos estudar o comportamento de um sujeito perante um interrogatório ou uma avaliação forense, temos sempre que adoptar uma perspectiva ampla e considerar um leque abrangente de factores, considerando não só factores situacionais mas também aspectos cognitivos e da personalidade de cada um. De facto, muitos autores têm ressaltado que a sugestionabilidade interrogativa é apenas uma das vulnerabilidades psicológicas que podem ajudar a perceber a natureza multi-facetada do fenómeno das confissões falsas (Gudjonsson, Sigurdsson, Asgeirsdottir, & Sigfusdottir, 2006, 2007a, Gudjonsson, Sigurdsson, Bragason, Newton, & Einarsson, 2008; Kassin & Gudjonsson, 2004). Estudos mais recentes vêm confirmar a necessidade de adoptar uma perspectiva abrangente no estudo das confissões falsas, na medida em que foram encontradas associações significativas entre a condescendência (GCS) e sintomas de hiperactividade, que por sua vez se revelaram um importante predictor da tendência para assumir confissões falsas (Gudjonsson et al., 2008). Estes estudos também salientaram que o grau de sugestionabilidade interrogativa e a sintomatologia de hiperactividade parecem ser factores independentes (Gudjonsson et al., 2007a, 2008).

Terminamos esta secção com a exposição de um conjunto de estudos que tem adoptado uma perspectiva peculiar em torno da utilização de instrumentos de avaliação da sugestionabilidade interrogativa, no sentido em que tentam perceber, até que ponto os resultados obtidos através destes instrumentos podem ser distorcidos, quando os sujeitos, tendo em vista objectivos ou ganhos pessoais mentem ou respondem propositadamente numa determinada direcção. Este tipo de abordagem faz todo o sentido, uma vez que, em contextos forenses, as testemunhas podem retirar benefícios significativos num posterior julgamento se ficar comprovada a sua vulnerabilidade psicológica a este nível. Por exemplo, nos casos em que alguém assume uma determinada confissão, vindo depois a negá-la, pode ser-lhe útil a

---

<sup>60</sup> GCQ-R : *Gudjonsson Confession Questionnaire-Revised* (Gudjonsson & Sigurdsson, 1999).

comprovação do seu alto grau de vulnerabilidade perante situações de pressão interrogativa. Por outro lado, é já considerável o grau de disseminação e de conhecimento deste tipo de instrumentos, em particular das GSS, que têm sido amplamente utilizadas tanto em contextos de investigação como em contextos forenses. Assim sendo, pode existir um conhecimento prévio acerca dos conteúdos e dos objectivos deste tipo de avaliações, o que pode condicionar as respostas dadas pelos participantes ou pelas testemunhas.

Na sequência deste tipo de abordagem, vários autores têm tentado definir pistas ou comportamentos que possam ser indicativos de que alguém está a mentir propositadamente durante a aplicação das GSS. Smith e Gudjonsson (1986) verificaram que o grupo experimental que tinha sido instruído para ter propositadamente “um desempenho inferior às suas reais capacidades” durante a aplicação das GSS1, teve piores pontuações na medida de evocação destas escalas, mas que os dois grupos em estudo não se diferenciaram nas medidas de sugestionabilidade. Note-se que, neste estudo, as GSS1 foram apresentadas aos dois grupos como tratando-se de um mero teste de memória, e portanto os participantes não tinham consciência dos objectivos reais destas escalas. Estes resultados podem constituir-se como uma importante “pista” na medida em que, geralmente, são reportadas correlações negativas entre o desempenho nas medidas de evocação e de sugestionabilidade, e portanto uma pior evocação da história das GSS deverá associar-se a uma maior aceitação de sugestão (Gudjonsson, 2003). Num outro estudo desenvolvido por Baxter e Bain (2002), o grupo que foi instruído para responder de acordo com as expectativas do entrevistador, de forma a parecer “fácil de convencer”, apenas obteve pontuações superiores ao grupo de controlo na medida submissão1, não se registando diferenças em mais nenhuma medida das GSS. Registe-se que, neste estudo, o protocolo de administração das GSS não foi cumprido na íntegra, não existindo um intervalo de retenção de 50 minutos, nem um segundo momento de evocação. Estes autores referem que altos níveis de submissão que não são acompanhados por uma tendência significativa para alterar respostas (mudança) podem também constituir-se como um bom indicador de tentativa de simulação nas GSS.

A fim de esclarecer estes resultados, Boon, Gozna e Hall (2008), levaram a cabo um estudo com jovens adultos, criando três grupos experimentais: (1) o grupo de controlo, em que as GSS1 foram administradas segundo as directrizes do manual destas escalas; (2) o grupo que foi informado acerca do real propósito das GSS; e (3) o grupo de participantes a quem foi dito que deveriam responder, colocando-se no papel de um suspeito, de forma a parecerem

vulneráveis e facilmente influenciáveis aos olhos do entrevistador. O segundo grupo pontuou significativamente menos nas medidas de sugestionabilidade. Os resultados deste estudo colocaram ainda em evidência que o terceiro grupo obteve desempenhos significativamente inferiores na medida de evocação das GSS1 e teve também pontuações mais elevadas nas medidas de submissão<sup>1</sup>, submissão<sup>2</sup> e sugestionabilidade total. Um dos resultados importantes foi o facto de este último grupo ter manifestado uma tendência acentuada para responder de forma afirmativa às perguntas sugestivas, o que pode também constituir-se como um bom auxiliar na detecção dos indivíduos que estão a mentir ou a responder propositadamente num determinado sentido durante a aplicação das GSS.

Os dados acima expostos dão-nos importantes indícios de possíveis indicadores de tentativas de simulação aquando a aplicação de instrumentos de avaliação da sugestionabilidade interrogativa: (1) desempenhos inferiores nas medidas de evocação quando não acompanhados por maior sugestionabilidade (Smith & Gudjonsson, 1986); (2) altos níveis de submissão não acompanhados por uma tendência significativa para alterar respostas (mudança) (Baxter, & Bain, 2002); e (3) uma tendência visível para responder sempre de forma afirmativa às perguntas sugestivas (Boon et al., 2008).

Estes indicadores poderão ser úteis, mas os resultados deste tipo de abordagem, como vimos pelos estudos acima expostos, não são consensuais, o que alerta para a necessidade de se desenvolverem mais investigações nesta área. A análise deste tipo de dados deve ter em consideração o tipo de instruções que são dadas aos participantes, pois esse parece ser um factor determinante nas variações de resposta observadas. Registe-se, contudo, que algumas medidas da propensão para mentir não têm sido associadas ao grau de sugestionabilidade. Gudjonsson e Sigurdsson (2004), por exemplo, defenderam que o grau de sugestionabilidade de uma amostra de 237 presidiários (GSS1) não foi afectado de forma diferencial pela sua tendência para a mentira (PDS<sup>61</sup>).

Woolston, Bain e Baxter (2006) aprofundaram ainda mais este tipo de abordagem. Estes autores tentaram perceber se, partindo-se do padrão de resultados das GSS, se conseguiria distinguir indivíduos condescendentes daqueles que pretendem propositadamente mostrar-se especificamente vulneráveis às perguntas sugestivas. Esta análise reveste-se de grande importância, dada a frequente confusão e até sobreposição entre os conceitos de sugestionabilidade interrogativa e de condescendência que pautam a literatura nesta área. Estes

---

<sup>61</sup> PDS: *Paulhus Deception Scales* (Paulhus, 1998).

autores criaram condições experimentais distintas, de acordo com o tipo de instruções dadas aos participantes: uma em que os participantes eram instruídos para tentarem aceitar as informações falsas das perguntas sugestivas; outra em que lhes era dito para parecerem globalmente condescendentes; e ainda um grupo que foi sujeito às instruções regulares de administração das GSS (grupo de controlo). Os resultados obtidos confirmaram as hipóteses antecipadas pelos autores. Os participantes orientados para se submeterem às questões sugestivas pontuaram significativamente mais na medida de submissão<sup>1</sup>, submissão<sup>2</sup> e sugestionabilidade total por comparação com o grupo de controlo, mas não houve diferenças no desempenho dos dois grupos na medida mudança. Já os participantes a quem foi pedido para se mostrarem condescendentes revelaram maior sugestionabilidade em todas as medidas destas escalas, incluindo a medida mudança. Estes autores chamam a atenção para mais um potencial indicador de mentira propositada, referindo que devem ser considerados com especial atenção os casos em que se observa uma pontuação elevada na medida de submissão<sup>2</sup> não acompanhada por valores altos na medida mudança das GSS. A pista enfatizada por outros estudos, de que valores baixos de evocação a par de valores também baixos de sugestionabilidade podem indiciar tentativa de manipulação deste tipo de instrumentos não foi verificada neste estudo. De facto, em ambas as condições manipuladas, os participantes obtiveram valores mais baixos de evocação (por contraponto aos valores normativos propostos na aplicação das GSS) e valores elevados de sugestionabilidade. Para além disso, o padrão de resultados do grupo que foi instruído para parecer condescendente assemelhou-se ao que geralmente caracteriza indivíduos muito sugestionáveis, com desempenhos inferiores nas medidas de evocação e níveis elevados de sugestionabilidade em todas as medidas das GSS. Este último aspecto confirma a dificuldade de distinção clara entre comportamentos de condescendência e de sugestionabilidade interrogativa. De facto, embora pautadas por diferentes conceptualizações teóricas, a resposta de aceitação da sugestão é muito aproximada à resposta de condescendência (Roper & Shewan, 2002).

Reforça-se a necessidade de adoptar uma perspectiva ampla e abrangente na avaliação da adequabilidade do perfil de uma testemunha, e também a importância de recorrer a instrumentos dedicados de medida do grau individual de predisposição para incorporar informações falsas nos testemunhos, considerando-se sempre as especificidades de cada caso e de cada situação (Gudjonsson, 1991c; Gudjonsson, Hayes, & Rowlands, 2000; Munro & Carlin, 2000).

Terminamos, como já referido, com a exposição de alguns dos mais importantes instrumentos de avaliação dedicada do grau individual de sugestionabilidade interrogativa, que têm vindo a ser construídos.

## **2.8. Instrumentos e testes de avaliação da sugestionabilidade interrogativa**

Até 1983, não existia nenhum instrumento completo, com directrizes rigorosas de aplicação e normas populacionais, que permitisse avaliar ou medir, de forma individual, o grau de vulnerabilidade à sugestão, durante um processo de interrogatório. O primeiro instrumento com estas características, foi concebido em 1984 por Gudjonsson (Gudjonsson, 1984a). Antes disso, contudo, já tinham sido desenvolvidos alguns testes que visavam a avaliação da sugestionabilidade interrogativa, ou seja, a quantificação da vulnerabilidade à sugestão introduzida através de perguntas sugestivas. Vejamos, de forma muito sucinta, alguns exemplos.

### **2.8.1. O teste de sugestionabilidade de Burger (Test of Statement Suggestibility, Burger, 1971)**

Desenvolvido por Burger, em 1971, este teste consiste na apresentação de 30 slides durante meio segundo cada um, ao que seguem seis perguntas, três das quais sugestivas e três não-sugestivas, acerca de cada uma das imagens vistas. O grau de sugestionabilidade é obtido através da soma do total de respostas erradas dadas em relação às perguntas sugestivas.

### **2.8.2. O teste de sugestionabilidade de Bottenberg e Wehner (Würzburg Suggestibility Test, Bottenberg, & Wehner, 1971)**

Neste teste, uma parte do teste de Murray (1943)<sup>62</sup> é apresentada durante 20 segundos. São lidas em seguida 20 frases, metade com um grau de sugestão elevado e outra metade com pouco poder sugestivo, tendo os participantes que decidir acerca da veracidade de cada uma delas. O grau de sugestionabilidade é quantificado através do número de respostas afirmativas.

---

<sup>62</sup> *Thematic Apperception Test by Murray* (Murray, 1943).

### **2.8.3. O teste de sugestionabilidade de Zimmermann (Suggestibility Test, Zimmermann, 1979, 1982a, b)**

Zimmermann (1979, 1982a,b) desenvolveu duas versões de um teste para avaliar a sugestionabilidade de crianças com 9/10 anos e com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, respectivamente. São apresentadas 4 imagens durante 30 segundos cada uma, ao que se segue a colocação de várias perguntas sugestivas. A pontuação neste teste é obtida através do somatório das respostas erradas obtidas. Este teste permite ainda a obtenção de uma pontuação relativa a um conjunto específico de oito perguntas sugestivas com conteúdo sexual.

### **2.8.4. As Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1, Gudjonsson, 1984a; GSS2, Gudjonsson, 1987a)<sup>63</sup>**

Como referimos, em 1984, Gisli Gudjonsson desenvolve o primeiro instrumento especificamente construído para avaliar de forma objectiva o grau de vulnerabilidade e a tendência de cada pessoa, quando entrevistada, para fornecer testemunhos falsos: as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1 (GSS1, Gudjonsson, 1984a). A construção deste teste impulsionou o desenvolvimento do modelo teórico da sugestionabilidade interrogativa acima descrito (Gudjonsson & Clark, 1986). Em 1987, o mesmo autor introduz uma segunda versão deste instrumento, as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (Gudjonsson, 1987a). A introdução desta versão paralela não tem por objectivo a substituição da anterior, mas antes complementar e facilitar a avaliação deste tipo de sugestionabilidade, na medida em que, em contextos reais de avaliação, é frequentemente necessário proceder à avaliação da mesma testemunha em mais do que um momento. Para além disso, o conteúdo da história das GSS2 é mais simples, e não tem um conteúdo criminal (por contraponto à história das GSS1), tornando-a mais adequada para administração em crianças ou em pessoas com défices cognitivos ao nível da inteligência (Gudjonsson, 2003).

Em 1997, Gudjonsson publica o “Manual das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson”, onde constam os principais fundamentos teóricos, directrizes de administração e procedimentos de cotação, e também algumas normas populacionais destas escalas. A publicação deste manual vem colmatar uma grande lacuna nesta área, maximizando o rigor e a

---

<sup>63</sup> Os conteúdos das GSS, assim como informações mais detalhadas dos procedimentos de administração e cotação podem ser consultados na secção “materiais e equipamentos” deste trabalho.

homogeneidade dos procedimentos de administração e cotação deste tipo de instrumentos, e aumentando consequentemente a possibilidade de comparação de resultados e o grau de generalização dos mesmos (Gudjonsson, 1997).

As GSS1 e as GSS2 foram construídas tendo em vista dois objectivos principais: (1) a utilização das escalas no âmbito da investigação, para um melhor conhecimento do fenómeno da sugestionabilidade interrogativa e das variáveis e mecanismos que lhe estão subjacentes; e (2) a possibilidade de avaliar as diferenças individuais no que toca à vulnerabilidade à sugestão e à tendência para fornecer testemunhos distorcidos durante interrogatórios. A utilização das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, tanto em contextos de investigação, como em contextos de avaliação individual, tem fornecido importantes contributos na área da Psicologia forense (Gudjonsson, 2003).

#### **2.8.5. “Bonn Test of Statement Suggestibility” (BTSS, Endres, 1997)**

Em 1997, Endres desenvolve duas versões de um novo instrumento de medição das diferenças individuais no grau de sugestionabilidade interrogativa, especificamente orientado para a aplicação a crianças com faixas etárias compreendidas entre os 4 e os 10 anos de idade: o “Bonn Test of Statement Suggestibility” (BTSS, Endres, 1997).

O BTSS baseou-se apenas parcialmente no formato das GSS. A versão alemã foi traduzida para holandês e devidamente validada (Candel, Merckelbach, & Muris, 2000). Em Portugal também tem sido utilizado o BTSS. Por exemplo, Costa e Pinho (2008) desenvolveram um estudo com 145 crianças com 8 e 9 anos, destacando uma boa consistência interna e uma boa estabilidade temporal do BTSS.

Neste teste, as crianças observam uma série de imagens, cuja história é contada pelo administrador, ao que se segue um momento de evocação livre e um conjunto de perguntas sugestivas e não sugestivas

Este instrumento tem sido utilizado na análise das diferenças individuais no grau de sugestionabilidade de crianças, e também em estudos que visam perceber o impacto dos factores contextuais e do grau de pressão interpessoal das entrevistas (Costa, Pinho, & Veloso, 2010; Finnila et al., 2003).

### **2.8.6. As Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (VSSC, Scullin & Ceci, 2001)<sup>64</sup>**

Partindo do trabalho desenvolvido em 1998, por Scullin e Hembrooke (Scullin & Hembrooke, 1998), Scullin e Ceci (2001) desenvolvem um instrumento em grande parte baseado nas GSS, mas adaptado para a administração em crianças muito novas, passando a história a recordar a ser apresentada em vídeo, por contraponto com as GSS em que a história é apenas ouvida. Surgem as VSSC, as Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças.

A administração das VSSC inclui, à semelhança das GSS, uma medida de evocação e as medidas de sugestionabilidade submissão<sup>1</sup>, submissão<sup>2</sup>, mudança e sugestionabilidade total, deriváveis do questionário. Para além das diferenças na modalidade apresentação que, por ser em formato vídeo, permite a codificação tanto auditiva como visual da informação, nas VSSC, a evocação e o questionário passam a ser introduzidos com um espaçamento temporal que deve ir desde um dia a uma semana após o visionamento do vídeo. Segundo os autores desta escala, estas alterações permitem uma maior proximidade com as situações reais de avaliação. Para além disso, e no que toca às medidas de memória, as VSSC permitem-nos obter um único momento de evocação, do qual é derivável a medida das confabulações produzidas (invenções e distorções). O questionário das VSSC é composto por 18 perguntas, 14 das quais são sugestivas. A fim de manterem o efeito do *feedback* negativo mais saliente ao longo de todo o questionário, os autores estipularam que este deva ser introduzido duas vezes ao longo deste.

Estudos levados a cabo com as VSSC corroboraram os resultados obtidos nas investigações levadas a cabo com as GSS, confirmando-se a existência de dois factores distintos de sugestionabilidade, traduzidos pelas medidas submissão<sup>1</sup> e mudança (Scullin & Ceci, 2001; Scullin et al., 2002).

### **2.8.7. As Escalas de Sugestionabilidade em Livro (BSSC, Warren, Scullin, & Ceci, 1999a)**

Em 1999, Warren, Scullin e Ceci desenvolveram uma nova versão das VSSC, modificando o formato de apresentação da história: as BSSC. O principal intuito desta modificação passou por facilitar os processos de adaptação para diferentes contextos, e de tradução para diferentes línguas, ao que a apresentação em vídeo traz algumas limitações.

---

<sup>64</sup> Os conteúdos, informações e procedimentos das VSSC estão descritos na secção “materiais e equipamentos” deste trabalho.

Nas BSSC, a história a recordar é apresentada na forma de um livro de histórias, acompanhado de ilustrações, que é lido às crianças. É então contada uma história acerca de dois amigos extra-terrestres, que vêm à terra ajudar um menino a encontrar o seu cão.

A versão piloto das BSST foi administrada a 37 crianças (Warren, Scullin, & Ceci, 1999a), sendo posteriormente alvo de algumas modificações ao nível dos itens constituintes. As BSSC têm sido então utilizadas em alguns estudos subsequentes (Melinder, Scullin, Gunnerød, & Nyborg, 2005).

O recurso a instrumentos de avaliação da sugestibilidade interrogativa tem, de facto, contribuído de forma substancial, para os avanços progressivos que se têm observado, tanto no campo de investigação dos fenómenos de distorção mnésica, como na avaliação da adequabilidade de testemunhas em contextos forenses.

Numa perspectiva aplicada, o conhecimento não só do grau de propensão individual para a sugestibilidade, mas também dos factores individuais que tornam uma determinada pessoa, e mais concretamente uma certa criança mais ou menos sugestível, permite um melhor ajustamento e uma abordagem mais fidedigna pelos sistemas jurídicos e penais.

Em 2000, Ceci e Friedman deixam bem explícito este tipo de contributo, quando defendem que “estas vulnerabilidades podem afectar: a forma como um investigador deve entrevistar uma criança; a decisão de esta dever ser admitida como testemunha num tribunal; o facto de os seus relatos poderem ser admitidos; a pertinência de avaliações por parte de peritos; e o grau de segurança de sentenças baseadas nos seus testemunhos” (Ceci & Friedman, 2000, pp. 3).

Terminamos com uma afirmação de Gudjonsson, que nos parece expressar bem a necessidade premente de impulsionar e de renovar as práticas de avaliação forense actuais: “É agora tempo de todos os sistemas judiciais reverem os seus procedimentos e práticas, de aprenderem com os novos desenvolvimentos, e de terem a coragem e a motivação para implementar as mudanças necessárias” (Gudjonsson, 2003, pp. 627).





### **3.1. Introdução aos estudos piloto**

Os três estudos piloto que são abordados neste capítulo, tiveram como principal objectivo a tradução e adaptação de alguns materiais necessários para a realização do estudo experimental.

De uma forma geral, o que se pretendeu foi, uma vez adaptados estes instrumentos à população Portuguesa, verificar, através da sua administração junto de amostras de dimensão reduzida, a sua eficácia na quantificação da sugestionabilidade interrogativa e da impulsividade.

#### **3.1.1. Estudo piloto 1: Tradução e adaptação das GSS para a população Portuguesa (2006 / 2007)**

O primeiro estudo piloto consistiu na tradução e adaptação das duas versões das GSS (GSS1 e GSS2) para a população Portuguesa<sup>65</sup> (Cunha, Albuquerque, & Freire, 2006), preparando-se primeiramente a sua versão escrita, e posteriormente a gravação áudio da história em Português. Feito isto, procedeu-se à sua aplicação, numa primeira fase, a uma amostra de adultos e, numa segunda fase, a um grupo de crianças.

#### ***Fase 1: Administração da versão Portuguesa das GSS1 e das GSS2 junto de uma amostra de adultos (2006)***

Este estudo contou com uma amostra de 7 participantes (4 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 26 e os 61 anos de idade ( $M = 42,1$  anos;  $DP = 13,9$ ). Os participantes residiam em Fafe e Torre de Moncorvo, e foram recrutados em contextos variados na medida da disponibilidade dos mesmos (amostra de conveniência).

As GSS1 e as GSS2 foram aplicadas de forma balanceada, sendo que, ao total dos 7 participantes, foram aplicadas quatro GSS1 e três GSS2.

---

<sup>65</sup> Os protocolos das versões portuguesas das GSS1 e das GSS2 podem ser consultados no anexo A.

Os procedimentos de administração e de cotação das GSS foram delineados em função das informações e procedimentos detalhados no manual destas escalas (Gudjonsson, 1997). Foram analisadas e cotadas separadamente todas as medidas deriváveis das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson. Os principais resultados são apresentados no quadro 1.

**Quadro 1** - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS1 e das GSS2, numa amostra de adultos

FASE 1 ADULTOS	ESTUDO PILOTO 1	
	GSS1 N = 4	GSS2 N = 3
	Média (D.P.)	Média (D.P.)
EVOC1	15.4 (4.1)	12.3 (6.7)
EVOC2	12.8 (3)	10.8 (6.2)
INV1	2 (1.8)	2.3 (3.2)
DIST1	2.8 (1.5)	3 (1.7)
CFAB1	4.8 (3.1)	5.3 (4.9)
INV2	2 (1.8)	1.7 (1.2)
DIST2	3.5 (2.1)	3.3 (1.5)
CFAB2	5.5 (3)	5 (2.6)
SUB1	3.8 (1.7)	6 (2)
SUB2	4.8 (1.5)	6.3 (4)
MUD	3.8 (2.8)	2 (1)
SUGT	7.5 (4)	8 (1.7)

***Fase 2: Administração da versão Portuguesa das GSS1 e das GSS2 junto de uma amostra de crianças (2007)***

A segunda fase do primeiro estudo piloto contou com uma amostra de 20 crianças (10 do sexo feminino e 10 do sexo masculino), 10 delas pertencentes ao grupo etário dos 7 anos (M = 83,8 meses; DP = 6,8) e outras 10 crianças pertencentes ao grupo etário dos 12 anos (M = 144,1 meses; DP = 7,9).

Os participantes residiam em Fafe, e foram recrutados no seguimento do contacto e pedido de autorização ao vice-presidente do Conselho Executivo de uma escola EB 2/3 de Fafe. Foi enviado um pedido de autorização por escrito a todos os encarregados de educação. A administração das provas ocorreu sempre em contexto escola.

As GSS1 e as GSS2 foram aplicadas de forma balanceada, sendo que, ao total dos 20 participantes, foram aplicadas 11 GSS1 e 9 GSS2.

Os procedimentos de administração e de cotação das GSS foram delineados em função das informações e procedimentos detalhados no manual destas escalas (Gudjonsson, 1997). Foram analisadas e cotadas separadamente todas as medidas deriváveis das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson. Os principais resultados são apresentados nos quadros 2 e 3.

**Quadro 2** - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS1 e das GSS2, no grupo de crianças mais novas

FASE 2 CRIANÇAS 7 ANOS	ESTUDO PILOTO 1	
	GSS1 N = 6	GSS2 N = 4
	Média (D.P.)	Média (D.P.)
EVOC1	3.5 (4)	7.8 (3.9)
EVOC2	3.8 (3.4)	7.8 (5.5)
INV1	1 (.9)	1.8 (1.5)
DIST1	1 (1.5)	2.8 (2.5)
CFAB1	2 (1.8)	4.5 (1.3)
INV2	1 (.6)	1.5 (1.7)
DIST2	1.3 (1.5)	2.8 (1.5)
CFAB2	2.3 (1.5)	4.3 (1.5)
SUB1	10.3 (3.1)	9.8 (4.9)
SUB2	9.3 (2.7)	10.3 (4.6)
MUD	8.3 (5.4)	3.8 (2.1)
SUGT	18.7 (7.1)	13.5 (6.5)

**Quadro 3** - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS1 e das GSS2, no grupo de crianças mais velhas

FASE 2 CRIANÇAS 12 ANOS	ESTUDO PILOTO 1	
	GSS1 N = 5	GSS2 N = 5
	Média (D.P.)	Média (D.P.)
EVOC1	11.3 (6.2)	12.5 (5.8)
EVOC2	11.7 (6.1)	10.3 (7.5)
INV1	.6 (.9)	1.2 (1.3)
DIST1	2 (2.1)	1.6 (1.1)
CFAB1	2.6 (2.9)	2.8 (2.3)
INV2	.4 (.5)	1.4 (2.1)
DIST2	2.2 (2.8)	1.6 (.9)
CFAB2	2.6 (3.2)	3 (2.9)
SUB1	6.2 (3.6)	9.2 (3.6)
SUB2	8 (4.5)	9.4 (2.7)
MUD	3.6 (1.8)	3.2 (1.9)
SUGT	9.8 (4.6)	12.4 (4.5)

### 3.1.2. Estudo piloto 2: Tradução e adaptação das VSSC para a população Portuguesa (2007)

O segundo estudo piloto decorreu em 2007, e consistiu na tradução e adaptação para a população portuguesa das VSSC, tendo-se preparado o protocolo escrito para administração destas escalas, e realizado uma dobragem para português do respectivo vídeo.

A versão portuguesa das VSSC foi então administrada a uma amostra de 16 crianças (8 do sexo feminino e 8 do sexo masculino), 10 pertencentes ao grupo etário dos 7 anos (M = 77 meses; DP = 3.9) e 6 crianças pertencentes ao grupo etário dos 12 anos (M = 149.5 meses; DP = 4.5).

Os participantes residiam em Fafe, e foram recrutados no seguimento do contacto e pedido de autorização ao vice-presidente de uma escola EB 2/3 de Fafe. Foi enviado um pedido de autorização por escrito a todos os encarregados de educação. A administração das provas ocorreu sempre em contexto escola.

Os procedimentos de administração e de cotação das VSSC foram delineados em função das informações e procedimentos recomendados pelos autores destas escalas (Scullin & Ceci, 2001). Foram analisadas e cotadas separadamente todas as medidas deriváveis das Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças. Os principais resultados são apresentados no quadro 4.

**Quadro 4** - Médias e Desvios-Padrão nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das VSSC, nos grupos de crianças mais novas e velhas

VSSC	ESTUDO PILOTO 2	
	7 ANOS N = 10	12 ANOS N = 6
	Média (D.P.)	Média (D.P.)
<b>EVOG</b>	21.5 (7.7)	37.5 (7.5)
<b>INV</b>	.9 (.9)	.8 (2)
<b>DIST</b>	3.7 (3.4)	6 (2.4)
<b>CFAB</b>	4.6 (3.6)	6.8 (3.5)
<b>SUB1</b>	5.4 (1.8)	3.7 (1.5)
<b>SUB2</b>	5.4 (1.9)	3.8 (1.3)
<b>MUD</b>	5.1 (2.3)	2.5 (1.9)
<b>SUGT</b>	10.5 (3.4)	6.2 (2.3)

### 3.1.3. Estudo piloto 3: Construção e adaptação de uma prova para avaliação da atenção/impulsividade (2008)

O terceiro estudo piloto foi desenvolvido no âmbito da construção e adaptação de uma prova que foi programada através do recurso ao Superlab 4.0 (Cedrus Corporation, San Pedro, CA). Esta prova será descrita em maior pormenor na secção relativa ao estudo experimental, e consiste, de uma forma muito sucinta, na apresentação no monitor do computador de uma série de letras, tendo a criança que carregar na tecla espaço sempre que aparece uma letra nova, mas inibindo-se de carregar quando se trata da letra “X”. O número de vezes que a criança carrega, erradamente, na letra “X” dá-nos uma medida da sua impulsividade<sup>66</sup>. Procedeu-se então à sua testagem, junto de 9 crianças (3 do sexo feminino e 6 do sexo masculino), para nos certificarmos da sua eficácia na medição da nossa variável de interesse, neste caso a impulsividade. Destas 9 crianças, 5 pertencem ao grupo etário dos 7 anos (M = 74.4 meses; DP = 5.4) e 4 crianças ao grupo dos 12 anos (M = 138 meses; DP = 6.9). Os principais resultados são apresentados no quadro 5.

**Quadro 5** - Médias e Desvios-Padrão dos erros cometidos na medida de impulsividade, nos grupos de crianças mais novas e velhas

IMPULSIVIDADE	ESTUDO PILOTO 3	
	7 ANOS N =5	12 ANOS N = 4
	Média (D.P.)	Média (D.P.)
Nº DE ERROS	26 (7.1)	27 (7.3)

<sup>66</sup> *Conner's Continuous Performance Test* (Conners, 1994).



### 4.1. Formulação do problema

Nos domínios da investigação em falsas memórias, tem assumido um papel de destaque o interesse pela análise da veracidade dos testemunhos, bem como pelas condições em que os interrogatórios são desenvolvidos.

Após uma revisão dos estudos desenvolvidos na área da sugestionabilidade em crianças, é possível delimitar três linhas principais de investigação: (1) uma que se centra no esclarecimento da controvérsia em torno da idade cronológica, no sentido de perceber se as crianças mais novas são ou não mais sugestionáveis que as mais velhas; (2) outra que analisa o impacto das variações situacionais, do contexto em que é realizada a avaliação, e também da própria estrutura da entrevista, no grau de sugestionabilidade; e (3) aquela que tenta compreender o papel das diferenças individuais ao nível da personalidade e da cognição na tendência para o desenvolvimento de falsas memórias.

Os objectivos do presente estudo foram definidos tendo em linha de conta as principais preocupações e divergências que foram surgindo em consequência da investigação desenvolvida em cada uma das linhas acima referidas.

De facto, após uma fase inicial de consenso acerca da sugestionabilidade significativa de crianças muito novas, muitos estudos vieram pôr em causa esta assumpção, alertando para o facto de crianças mais velhas e adultos poderem evidenciar, de igual forma, altos graus de vulnerabilidade à sugestão. Persistindo esta controvérsia nos estudos contemporâneos que se debruçam na distorção mnésica pela sugestão, e dada a importância do esclarecimento e da consciência das variações de sugestionabilidade em função da idade, nomeadamente quando estão em causa avaliações forenses de crianças muito novas, tornam-se essenciais novos contributos no sentido de um melhor entendimento desta relação. Assim sendo, a escolha da amostra teve subjacente a necessidade de comparação de crianças pertencentes a faixas etárias distintas, pelo que foram seleccionadas, por um lado, crianças no início da idade escolar, e por outro, crianças mais velhas, com médias de idade de 12 anos.

Por outro lado, e comprovada a influência preponderante que o entrevistador, a entrevista e o contexto têm no grau de aceitação da sugestão, optámos por considerar, nesta

investigação, um tipo específico de sugestionabilidade, que nos permite uma maior aproximação às situações reais de interrogatório: a sugestionabilidade interrogativa.

Por fim, e constatados os resultados nada consensuais dos estudos que analisaram as variações na sugestionabilidade considerando possíveis variações individuais, seleccionámos três variáveis que, para além de nos parecerem de suma relevância neste campo de pesquisa, são também aquelas que mais têm sido estudadas e que maior polémica têm suscitado: a memória, a inteligência e a atenção.

#### **4.2. Objectivos do estudo**

Partindo da formulação acima exposta, passamos a detalhar os objectivos do presente estudo:

**Objectivo 1.** Conhecer e comparar dois instrumentos diferentes na avaliação da sugestionabilidade interrogativa em crianças (GSS2 / VSSC):

**Objectivo 1.1.** Examinar de forma detalhada o desempenho dos participantes nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC;

**Objectivo 1.2.** Contrapor as pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 com as das VSSC;

**Objectivo 1.3.** Observar a produção de confabulações nos momentos de evocação das GSS2 e das VSSC;

**Objectivo 1.4.** Estudar a evolução e as variações do processo de confabulação, tendo por base os dois momentos de evocação das GSS2;

**Objectivo 1.5.** Perceber o impacto diferencial de cada uma das perguntas constituintes dos questionários das GSS2 e das VSSC.

**Objectivo 2.** Compreender a relação entre o desempenho nas medidas de evocação, de confabulação e de sugestionabilidade, e a idade cronológica dos participantes;

**Objectivo 3.** Compreender a relação entre o desempenho nas medidas de evocação e de confabulação, e o grau de sugestionabilidade interrogativa evidenciado pelos participantes;

**Objectivo 4.** Compreender a relação entre o desempenho nas medidas de avaliação cognitiva (inteligência, memória fonológica, memória visuo-espacial e atenção/impulsividade) e o grau de sugestionabilidade interrogativa evidenciado pelos participantes;

**Objectivo 5:** Contribuir, com base nos resultados obtidos, para uma melhor compreensão da memória e dos processos de sugestionabilidade em crianças, promovendo uma avaliação mais fidedigna e rigorosa do seu testemunho em contextos forenses.

### 4.3. Hipóteses

Considerando a formulação do problema e os objectivos deste estudo, formulemos agora as hipóteses principais que lhes estão subjacentes, de forma a delimitar e a definir de forma mais precisa as variáveis alvo de análise. Considerando também uma revisão dos estudos anteriores, as previsões ou hipóteses centrais a testar são as seguintes:

**Hipótese 1.** A introdução de perguntas sugestivas do tipo fechado ou com duas alternativas falsas gerará maior aceitação da sugestão por parte das crianças;

**Hipótese 2.** As crianças mais novas evidenciarão um pior desempenho nas medidas de evocação, maior tendência para confabular e um maior grau de sugestionabilidade interrogativa;

**Hipótese 3.** Piores competências cognitivas (inteligência, memória e atenção/impulsividade) estarão associadas a um maior grau de sugestionabilidade interrogativa.

### 4.4. Método

#### 4.4.1. Amostra

Participaram neste estudo um total de 120 crianças: sessenta crianças com uma média de idades de 82,7 meses (D.P. = 3,6) [grupo 7 anos] e sessenta crianças com uma média de idades de 146,9 meses (D.P. = 8,3) [grupo 12 anos]. No que diz respeito ao grupo de crianças mais novas, todos se encontravam a frequentar o 1º ano de escolaridade, sendo que 29 crianças (48,3%) eram do sexo masculino e 31 (51,7%) do sexo feminino. Já no respeitante ao grupo de crianças mais velhas, 20 encontravam-se a frequentar o 6º ano de escolaridade (33,3%), 37 o 7º ano (61,7%) e os restantes 3 frequentavam o 8º ano (5%), sendo 19 crianças (31,7%) do sexo masculino e 41 do sexo feminino (68,3%).

Todas as crianças foram seleccionadas em escolas públicas do 1º Ciclo e EB 2,3 do concelho de Fafe.

Os quadros 6 e 7 esquematizam a distribuição da amostra, tendo em consideração a divisão em quatro grupos, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade que foi aplicada.

**Quadro 6** - Distribuição da amostra por cada um dos grupos em estudo, em função do sexo, da idade e da escala de avaliação da sugestionabilidade

		SEXO MASCULINO		SEXO FEMININO	
		Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
<b>GRUPO 7 ANOS</b>	<b>N = 30 GSS</b>	15	50	15	50
	<b>N = 30 VSSC</b>	14	46,7	16	53,3
<b>GRUPO 12 ANOS</b>	<b>N = 30 GSS</b>	11	36,7	19	63,3
	<b>N = 30 VSSC</b>	8	26,7	22	73,3

**Quadro 7** - Distribuição da amostra por cada um dos grupos em estudo, em função da idade e da escala de avaliação da sugestionabilidade

IDADE		ANOS				MESES			
		Mín.	Max.	Média	D.P.	Mín.	Max.	Média	D.P.
<b>GRUPO 7 ANOS</b>	<b>N = 30 GSS</b>	6	7,3	6,9	0,3	77	88	83,6	3,4
	<b>N = 30 VSSC</b>	6	7,4	6,8	0,3	76	89	81,8	3,7
<b>GRUPO 12 ANOS</b>	<b>N = 30 GSS</b>	11,1	13	12	0,5	133	156	145	5,9
	<b>N = 30 VSSC</b>	11	13,6	12,4	0,8	132	163	148,8	9,8

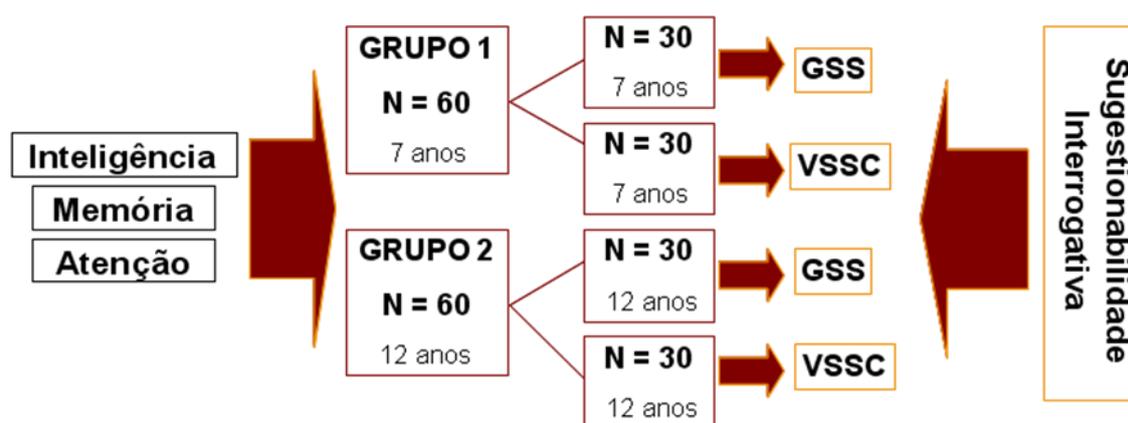
#### 4.4.1.1. Constituição dos grupos em estudo

Como já referido, a amostra total de 120 crianças é constituída por dois grupos: sessenta crianças com uma média de 7 anos, e igual número de crianças com uma média de 12 anos de idade. A metade das crianças de cada grupo foram administradas as GSS, enquanto que na outra metade a sugestionabilidade foi avaliada através das VSSC. Este procedimento

permite-nos constituir quatro grupos em estudo: (1) 30 crianças com 7 anos avaliadas pelas GSS; (2) 30 crianças com 12 anos avaliadas pelas GSS; (3) 30 crianças com 7 anos avaliadas pelas VSSC; e (4) 30 crianças com 12 anos avaliadas pelas VSSC.

As provas para avaliação do desempenho cognitivo nas áreas da inteligência, memória fonológica, memória visuo-espacial e atenção (impulsividade) foram administradas a todas as crianças, numa ordem contrabalanceada, previamente estabelecida.

A figura 1 esquematiza o processo de constituição destes quatro grupos.



**Figura 1** - Esquema ilustrativo da constituição dos grupos em estudo

#### 4.4.1.2. Critérios de inclusão

No processo de selecção das crianças pertencentes à amostra deste estudo, incluíram-se apenas aquelas que não apresentavam dificuldades significativas de aprendizagem escolar.

#### 4.4.1.3. Considerações éticas

Algumas preocupações de cariz mais ético estiveram presentes durante os procedimentos de selecção e de avaliação das crianças constituintes da amostra.

Foram endereçados pedidos de autorização por escrito aos Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos das escolas seleccionadas. Uma vez obtida aprovação por parte das escolas, foi enviado um pedido de autorização por escrito, a todos os encarregados de educação dos alunos seleccionáveis para o nosso estudo. Recebidos os destacáveis dos pedidos de autorização, devidamente preenchidos e assinados pelos

encarregados de educação, todos foram contactados telefonicamente, fornecendo-se informações mais detalhadas sobre a investigação a desenvolver junto das crianças e agendando-se as datas e o local das sessões de avaliação (todas as avaliações tiveram lugar nas escolas frequentadas pelas crianças ou na biblioteca municipal de Fafe). Uma vez concluída a recolha de dados, foram comunicados por escrito os principais resultados obtidos, a cada um dos encarregados de educação das crianças constituintes da amostra. A pedido dos professores, e com conhecimento dos encarregados de educação, foram também facultadas a algumas escolas informações relativas ao desempenho de cada uma das crianças nas provas de avaliação da inteligência.

Junto das crianças, tanto das mais novas como das mais velhas, explicou-se sucintamente o propósito e em que consistia o estudo em que estavam a participar, reservando os minutos iniciais da primeira sessão para estabelecer algum contacto, minimizando a ansiedade e o constrangimento.

#### **4.4.2. Planeamento**

##### **4.4.2.1. Variáveis**

As variáveis deste estudo podem agrupar-se em: (A) factores; e (B) variáveis dependentes. Os factores considerados são: (A.1.) a idade cronológica, com duas categorias: as crianças mais novas e as crianças mais velhas; (A.2.) o tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada, com duas categorias: as GSS2 e as VSSC; e (A.3.) o sexo das crianças, com duas categorias: feminino e masculino. As variáveis dependentes dividem-se em dois tipos: (B.1.) as que estão associadas às medidas de sugestionabilidade; e (B.2.) as que estão associadas às medidas de avaliação cognitiva.

Em algumas análises, as medidas de sugestionabilidade foram transformadas em variáveis dicotómicas, a fim de se perceber a relação entre o grau de sugestionabilidade (crianças muito ou pouco sugestionáveis) e o desempenho nas medidas de evocação e nas medidas cognitivas.

## **(A.) Factores**

### **(A.1.) Idade cronológica**

Esta variável foi considerada de modo inter-sujeito, sendo constituída por dois grupos: o grupo das crianças mais novas (com uma média de idades de 7 anos) e o grupo de crianças mais velhas (com uma média de idades de 12 anos).

### **(A.2.) Tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade**

Uma outra variável em estudo tem subjacente o tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade administrada: as GSS2 ou as VSSC. Esta variável foi manipulada de modo inter-sujeito.

### **(A.3.) Sexo**

Esta variável foi atendida de modo inter-sujeito, sendo constituída por dois grupos: o grupo das crianças do sexo masculino e o grupo de crianças do sexo feminino.

## **(B.) Variáveis dependentes**

### **(B.1.) Associadas às medidas de sugestionabilidade<sup>67</sup>**

Pontuação obtida em cada uma das medidas de sugestionabilidade interrogativa, quantificadas pelas GSS2 e pelas VSSC:

#### **(B.1.1.) Submissão1 [SUB1]**

#### **(B.1.2.) Submissão2 [SUB2]**

#### **(B.1.3.) Mudança [MUD]**

#### **(B.1.4.) Sugestionabilidade Total [SUGT]**

### **(B.2.) Associadas às medidas de avaliação cognitiva<sup>68</sup>**

#### **(B.2.1.) Medidas de evocação**

Nas GSS2 temos dois momentos distintos de evocação, o que nos permite obter três medidas: o número de unidades correctamente evocadas num primeiro momento [EVOC1], o

---

<sup>67</sup> Consultar a secção “materiais e equipamentos” para uma descrição mais pormenorizada das medidas de sugestionabilidade que as GSS e as VSSC permitem quantificar.

<sup>68</sup> Consultar a secção “materiais e equipamentos” para uma descrição mais pormenorizada das medidas de desempenho cognitivo.

número de unidades correctamente evocadas num segundo momento [EVOC2], e a soma das pontuações obtidas em cada um dos dois momentos [EVOCT]. A diferença das pontuações obtidas nos dois momentos de evocação permite-nos também calcular o grau de deterioração da memória [DETMEM].

Nas VSSC, temos apenas um momento de evocação, sendo a pontuação atribuída com base na soma de todas as unidades de informação correctamente evocadas [EVOC].

Para cada um dos momentos de evocação é ainda possível contabilizar o número global de confabulações ocorridas [CFAB], que consiste no somatório do número de distorções [DIST] e de invenções [INV].

### **(B.2.2.) Medidas de inteligência**

A aplicação de uma “versão-curta” da WISC-III, permite-nos obter as pontuações, em resultados normalizados, de cada um dos seis sub-testes administrados: Vocabulário [VOC], Semelhanças [SEM], Aritmética [ARIT], Completamento de Gravuras [CG], Cubos [CUB] e Código [COD]. É também possível derivar os quocientes de Compreensão Verbal [DQVC], de Organização Perceptiva [DQPO] e de Escala Total [DQFS].

### **(B.2.3.) Medidas de memória fonológica**

A aplicação da prova de evocação de pseudo-palavras, permite a quantificação da amplitude de memória fonológica, quando a evocação é feita na ordem directa [MFAD], na ordem inversa [MFAI], e também da amplitude total, que consiste na soma das duas anteriores [MFAT].

### **(B.2.4.) Medidas de memória visuo-espacial**

A administração dos Blocos de Corsi permite a obtenção de três medidas de memória visuo-espacial: a pontuação obtida quando a aplicação é feita na ordem directa [MVPD], na ordem inversa [MVPI], e a pontuação total, que consiste na soma das duas anteriores [MVPT].

### **(B.2.5.) Medida de atenção/impulsividade**

Para a avaliação da impulsividade, foi adaptada uma prova CCPT (Conners, 1994) que foi programada e administrada com recurso ao programa *Superlab*. Nesta prova são apresentadas no monitor de um computador algumas letras, sendo a criança instruída para

carregar sempre que aparece uma letra nova, inibindo-se de o fazer quando se trata da letra “X”. O número de vezes que cada criança carrega (erradamente) quando aparece a letra “X”, permite-nos quantificar a sua impulsividade [IMP].

#### **4.4.2.2. Planeamento experimental**

Este estudo adoptou um planeamento factorial 2 (idade: 7 vs 12 anos) x 2 (escala de avaliação da sugestionabilidade: GSS2 vs VSSC), com medidas inter-sujeito para todas as variáveis.

#### **4.4.3. Materiais e equipamentos**

##### **(A.) Avaliação da Sugestionabilidade Interrogativa**

##### **(A.1.) Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS2, Gudjonsson, 1987a, 1997)**

Em 1984, Gisli Gudjonsson criou as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1, Gudjonsson, 1984a, 1997), um instrumento de medida da sugestionabilidade interrogativa, tendo desenvolvido uma versão paralela em 1987 (GSS2, Gudjonsson, 1987a, 1997). As duas versões são semelhantes quanto à sua estrutura, sendo inicialmente apresentada uma história em formato áudio, ao que se segue dois momentos distintos de evocação (imediate e retardada), bem como um conjunto de perguntas acerca da história ouvida. A diferença entre as duas versões diz respeito ao conteúdo das respectivas histórias. Nas GSS1, a história descreve um episódio de roubo, em que uma senhora residente em Portugal estava a passar férias em Espanha, tendo-lhe então sido roubada a carteira (esta história prossegue com alguns detalhes da participação do roubo à polícia e do regresso a Portugal). A história das GSS2 começa com a descrição de um casal (a Maria e o João), contando um episódio que ocorreu quando saíam de casa para ir para o trabalho, em que prestaram auxílio a um rapaz, o Paulo (que era filho dos seus vizinhos), que descia uma rampa de bicicleta e pedia socorro, uma vez que os travões se tinham partido<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> A história das GSS2 pode ser consultada no anexo A.

Ambas as versões das GSS foram devidamente traduzidas e adaptadas para a população portuguesa (Cunha, Albuquerque & Freire, 2006), procedimentos que justificaram a realização do estudo piloto 1, anteriormente descrito.

No presente estudo foi apenas aplicada a segunda versão destas escalas (GSS2<sup>70</sup>), que é apresentada como tratando-se de um teste de memória, sendo a administração individual, e decorrendo numa única sessão. A escolha da segunda versão destas escalas assentou no facto de esta ter uma história com um conteúdo mais simples e não forense, tornando-as mais adequadas para a administração em crianças (Gudjonsson, 2003).

A aplicação das GSS começa então, como já dito, com a apresentação de uma história, em formato áudio (com a duração de aproximadamente 2 minutos), pedindo-se ao participante para ouvir a história com muita atenção, uma vez que no final lhe vai ser pedido para a contar. Este procedimento permite a quantificação da primeira medida de memória das GSS2, a primeira evocação<sup>71</sup> [EVOC1], que é calculada através da soma de todas as unidades de informação correctamente recuperadas. Este cálculo é feito com base nas directrizes constantes no Manual das Escalas de Gudjonsson (Gudjonsson, 1997), em que é estabelecida a divisão da história original em unidades de informação<sup>72</sup>. As informações evocadas pelos participantes são então cotadas tendo por base esta divisão, com atribuição de zero pontos (se o participante não evocou qualquer informação relativa a determinada unidade), meio ponto (se é evocada uma parte da informação de uma unidade, uma vez que cada unidade pode conter duas informações) ou 1 ponto (se a informação de uma dada unidade é recuperada correctamente e na sua totalidade). Gudjonsson (1997) defende não ser obrigatório que as informações sejam relatadas exactamente pelas mesmas palavras da história original, devendo-se atribuir a pontuação total se a ideia geral estiver correcta. Este sistema de cotação permite um máximo de 40 pontos na medida de evocação. Segue-se um intervalo de 50 minutos (em que, neste estudo, foram realizadas as provas de avaliação cognitiva), após o que se solicita ao participante que conte novamente tudo o que se lembra da história anteriormente ouvida, o que permite calcular a pontuação obtida na segunda evocação<sup>73</sup> [EVOC2]. As duas evocações são gravadas e registadas

---

<sup>70</sup> O protocolo da versão portuguesa das GSS2 pode ser consultado no anexo A.

<sup>71</sup> Tradução de "Immediate recall".

<sup>72</sup> A divisão em unidades de informação da história das GSS2, tal como proposta no Manual destas escalas, pode ser consultada no protocolo da versão adaptada à população Portuguesa, no anexo A.

<sup>73</sup> Tradução de "delayed recall".

integralmente por escrito. A soma das cotações obtidas nestes dois momentos de evocação permite-nos obter o total de unidades correctamente evocadas: a evocação total [EVOCT]. O cálculo da diferença da pontuação obtida na primeira e na segunda evocação permite-nos aceder ao grau de deterioração da memória que ocorreu nos 50 minutos que separam os dois momentos de evocação [DETMEM]. A análise de cada uma das evocações permite ainda a quantificação do número de confabulações, obtendo-se as medidas de confabulação no primeiro momento de evocação [CFAB1] e na segunda evocação [CFAB2]. A pontuação em cada medida de confabulação resulta do somatório de duas outras medidas: o número de distorções [DIST], que corresponde ao número de informações presentes na recuperação verbal dos participantes, que estavam presentes na história original, mas que foram alteradas ou distorcidas; e o número de invenções [INV], que quantifica o número de informações presentes na recuperação verbal dos participantes, que não estavam presentes na história original. Poderá ainda obter-se uma medida de confabulação total [CFAB], que resulta da soma das confabulações cotadas em cada um dos momentos de evocação.

Imediatamente a seguir à segunda evocação é introduzido um questionário composto por 20 perguntas, informando-se o participante de que lhe vão ser feitas algumas perguntas acerca da história ouvida, e pedindo-se que respondam correctamente. Das 20 questões que compõem o questionário, 15 são sugestivas<sup>74</sup>. O número de vezes que os participantes respondem de forma positiva a estas 15 perguntas sugestivas (e.g., “O casal tinha um cão ou um gato?”, “O rapaz assustou-se com a carrinha grande que vinha a subir a rampa?”), ou seja, o grau em aceitam a informação ilusória nelas presente, permite a quantificação da primeira medida de sugestionabilidade, a medida submissão<sup>1</sup><sup>75</sup> [SUB1] (pontuação máxima possível = 15). A medida SUB1 traduz o impacto das perguntas sugestivas nas respostas dos participantes, tendo subjacente o primeiro tipo de sugestionabilidade interrogativa proposto por Gudjonsson e Clark (Gudjonsson & Clark, 1986). O procedimento envolve ainda uma segunda administração do mesmo questionário, mas após a introdução de *feedback* negativo, em que se diz ao participante que deu algumas respostas erradas, e que, por isso, se vão repetir todas as perguntas, apelando para que tente responder correctamente desta vez. Este *feedback* negativo deve ser introduzido com um tom firme, mas sem agressividade. A medida submissão<sup>2</sup><sup>76</sup> [SUB2]

---

<sup>74</sup> O questionário das GSS2 pode ser consultado no anexo A, e o tipo de perguntas encontra-se também discriminado na secção “resultados”.

<sup>75</sup> Tradução de “Yield1”.

<sup>76</sup> Tradução de “Yield2”.

(pontuação máxima possível = 15) traduz o número de vezes que os indivíduos respondem de forma positiva às 15 perguntas sugestivas durante este segundo questionário, e geralmente utiliza-se num nível de análise mais qualitativo, uma vez que nos indica a direcção e o tipo de mudança que ocorreu na resposta dos participantes após a introdução de *feedback* negativo. Gudjonsson (1997) destaca alguns exemplos de respostas que devem ser cotadas com 1 ponto (“sim”, “provavelmente”, “possivelmente”, “deve ter sido”, ou quando é escolhida uma das alternativas falsas ou as duas), alertando para outras que não devem ser consideradas de submissão à informação ilusória (“não me lembro”, “não sei”, “não tenho a certeza” ou quando é indicada a resposta certa para a pergunta sugestiva). Uma terceira medida de sugestionabilidade interrogativa que as GSS2 permitem obter designa-se por mudança<sup>77</sup> [MUD] (pontuação máxima possível = 20) e é calculada através da contagem do número de vezes em que ocorreu uma mudança significativa na resposta dos sujeitos, da primeira para a segunda administração do questionário, em cada uma das 20 questões. A medida MUD quantifica o impacto do *feedback* negativo nas respostas dos participantes, tendo subjacente o segundo tipo de sugestionabilidade interrogativa proposto por Gudjonsson e Clark (Gudjonsson & Clark, 1986). Gudjonsson (1997) fornece directrizes para a decisão de se tratar ou não de uma alteração significativa de resposta. Devem-se cotar com 1 ponto mudanças de “sim” para “não” (e vice-versa) e também mudanças na escolha das alternativas falsas apresentadas. No entanto, alterações de “não sei” ou “não tenho a certeza” para “não”, ou de “provavelmente” para “sim” não são consideradas mudanças significativas de resposta. O grau global de sugestionabilidade é traduzido pela medida sugestionabilidade total<sup>78</sup> [SUGT] (pontuação máxima possível = 35) e resulta do somatório das pontuações obtidas nas medidas SUB1 e MUD.

## **(A.2.) Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças**

Perspectivando a necessidade de aceder de forma mais eficaz à sugestionabilidade de crianças em idade pré-escolar, em 1998, Scullin e Hembrooke (1998) desenvolveram um instrumento pensado especificamente para crianças mais novas, as Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (VSSC, Scullin & Hembrooke, 1998), em que são seguidos e mantidos muitos dos contributos e conceitos propostos por Gudjonsson (1997) e por

---

<sup>77</sup> Tradução de “Shift”.

<sup>78</sup> Tradução de “Total Suggestibility”.

Gudjonsson e Clark (1986). As VSSC mantêm as medidas de sugestionabilidade das GSS, mas a história a recordar deixa de ser apresentada auditivamente para passar a vê-lo através de imagem vídeo. Os participantes assistem então a um vídeo, com uma duração aproximada de cinco minutos, em que são apresentados diversos episódios da festa de anos de um menino chamado João. O filme começa com a chegada de duas meninas a casa do João, seguindo-se depois uma série de acontecimentos, nomeadamente: a mãe do aniversariante a receber estas duas meninas, os convidados da festa a brincar, as duas meninas que chegaram de carro a espreitar os presentes, o momento em que cantaram os parabéns e comeram o bolo de anos, e também o momento da abertura das prendas pelo João (altura em que uma delas aparece partida, tendo este chorado e ficado muito triste). O filme termina com as crianças a assustarem-se com o alarme de fumo, que tocou, segundo a mãe do João, devido ao fumo das velas do bolo de aniversário<sup>79</sup>.

Em 1997, as VSSC foram devidamente traduzidas e adaptadas para a população portuguesa, procedimentos que justificaram a realização do estudo piloto 2, anteriormente descrito<sup>80</sup>.

As VSSC são apresentadas aos participantes como sendo um teste de memória e a sua administração é individual e decorre em duas sessões distintas. Diz-se ao participante que vai ver um filme, e que deve vê-lo com muita atenção, uma vez que depois lhe serão colocadas algumas perguntas acerca deste. No final do visionamento do vídeo, pede-se então ao participante para este contar tudo aquilo de que se lembra do filme que acabou de ver, introduzindo-se seguidamente três questões abertas: (1) “Quem estava na festa de anos?” (questionando-se, para cada um dos personagens mencionados “como é que era” e “que roupa usava”); (2) “O que aconteceu quando as crianças abriram os presentes?”; e (3) “Aconteceu alguma coisa um bocado assustadora durante a festa de anos?”. As duas últimas perguntas apenas são feitas se as informações a que se referem não tiverem já sido mencionadas na evocação livre inicial (é também perguntado a cada participante qual foi a parte que preferiram do vídeo, mas esta resposta não é alvo de qualquer cotação<sup>81</sup>). Esta recuperação verbal é gravada e depois integralmente escrita, e permite a quantificação de uma das medidas de

---

<sup>79</sup> A história encontra-se transcrita no anexo B.

<sup>80</sup> O protocolo da versão portuguesa das VSSC pode ser consultado no anexo B.

<sup>81</sup> Todos os procedimentos seguiram as directrizes de Scullin e Hembrooke (1998), tentando manter-se o protocolo da versão portuguesa o mais fiel possível à versão original.

memória das VSSC, a medida de evocação [EVOC], que é calculada através da soma de todas as unidades de informação correctamente recuperadas, tanto na evocação livre como nas três perguntas abertas posteriores. Para esta cotação seguiram-se as directrizes recomendadas e gentilmente cedidas pelo autor das escalas, Mathew Scullin, que postulam a classificação das unidades de informação correctamente evocadas em quatro categorias: (1) Pessoas [P]; (2) Acções [A]; (3) Objectos [O]; e (4) Localizações<sup>82</sup> [S]. Em cada uma destas categorias os participantes podem obter a cotação máxima de 187, 99, 83 e 12 pontos, respectivamente, o que perfaz um total máximo possível de 381 pontos<sup>83</sup>. A análise da evocação permite ainda a quantificação da medida de confabulação [CFAB], que resulta do somatório de duas outras medidas: o número de distorções [DIST] e o número de invenções [INV], que são cotadas de forma semelhante à acima descrita em relação às GSS2. Repare-se contudo que, e ao contrário das GSS em que temos dois momentos de evocação, nas VSSC temos apenas um, pelo que a medida EVOC das VSSC corresponderá (considerando o momento em que é solicitada, ou seja imediatamente após o visionamento do vídeo) à medida EVOC1 das GSS. Dá-se, nesta altura da administração das VSSC, por terminada a primeira sessão, dizendo-se ao participante que a avaliação continuará numa segunda sessão, agendada para dois dias depois da primeira. Este espaçamento foi escolhido por ser o recomendado pelos autores destas escalas (Scullin & Hembrooke, 1998), embora em alguns estudos, Scullin e Ceci (2001) e Scullin, Kanaya e Ceci (2002) utilizem intervalos entre as sessões variáveis, que podem ir até uma semana. Na segunda sessão é introduzido um questionário composto por 18 perguntas, informando-se o participante de que lhe vão ser feitas algumas questões acerca do vídeo visto na primeira sessão, e pedindo-se para tentar responder correctamente. Os autores destas escalas (Scullin & Hembrooke, 1998) recomendam que algumas palavras das perguntas devam ser ligeiramente enfatizadas, pelo que estas se encontram sublinhadas no respectivo protocolo<sup>84</sup>. Das 18 perguntas, 14 são sugestivas<sup>85</sup>. O número de vezes que os participantes respondem de forma positiva a estas 14 perguntas sugestivas (e.g., Quando o palhaço estava a fazer malabarismos, deixou cair uma bola?”, “O João partiu o brinquedo?”), ou seja, cedem à informação ilusória nelas presente, permite a quantificação da primeira medida de sugestionabilidade, a medida

---

<sup>82</sup> Tradução de “surrounding”.

<sup>83</sup> Informações mais detalhadas acerca dos procedimentos de cotação da evocação das VSSC podem ser consultadas no anexo C.

<sup>84</sup> Que pode ser consultado no anexo B.

<sup>85</sup> O questionário das VSSC pode ser consultado no anexo B.

submissão1 [SUB1] (pontuação máxima possível = 14). À semelhança das GSS, o procedimento envolve a introdução de *feedback* negativo (em que se diz ao participante que deu algumas respostas erradas, e que, por isso, se vão repetir todas as perguntas, apelando para que tente responder correctamente desta vez), mas neste caso este tipo de desafio social é introduzido duas vezes: após a resposta à pergunta número 9 (repetindo-se as nove perguntas já feitas) e novamente no final, ou seja após a pergunta número 18, repetindo-se desta feita apenas as últimas 8 perguntas. Este *feedback* negativo deve ser introduzido com um tom firme, mas não agressivo. A medida submissão2 [SUB2] (pontuação máxima possível = 14) traduz o número de vezes que os indivíduos respondem de forma positiva às 14 perguntas sugestivas aquando a repetição das perguntas, ou seja, após a introdução de *feedback* negativo, fornecendo-nos informações de foro mais qualitativo acerca da direcção da mudança de resposta. Uma terceira medida de sugestionabilidade interrogativa que as VSSC permitem obter designa-se por mudança [MUD] (pontuação máxima possível = 18) e é calculada através da contagem do número de vezes em que ocorreu uma alteração significativa na resposta dos sujeitos, do primeiro para o segundo questionário, nas 18 questões. O grau global de sugestionabilidade é traduzido pela medida sugestionabilidade total [SUGT] (pontuação máxima possível = 32) e resulta do somatório das pontuações obtidas nas medidas SUB1 e MUD.

## **(B.) Avaliação das competências cognitivas**

### **(B.1.) Avaliação da Inteligência**

#### **WISC-III (Wechsler, 1991b; versão adaptada e aferida para a população portuguesa por Simões, 2004), short-form (Donders, 1997)**

A escolha da WISC-III assentou em grande parte no facto de esta permitir a discriminação de três tipos distintos de quocientes de inteligência (relativos às competências verbais, de realização e globais) o que se reveste de grande importância para o presente estudo, podendo-se ainda analisar separadamente o desempenho em cada um dos testes constituintes destas escalas de avaliação da inteligência. Para além disso, as tarefas que compõem a WISC-III assumem um carácter bastante lúdico e atractivo, e desta forma adequado a crianças novas.

Posto isto, neste estudo optou-se então pela utilização da WISC-III (Wechsler, 1991b; adapt. Simões, 2004), sendo utilizada uma “versão curta” deste instrumento (WISC-III short-form, Donders, 1997). O facto de se ter optado por uma versão curta da WISC-III, teve

subjacente a preocupação de não tornar excessivo o tempo total de administração das provas, dadas as faixas etárias em que se inserem os participantes, e atentando ao número considerável de testes de avaliação cognitiva que este estudo experimental engloba. Para além disso, o tempo de administração total destas provas não deveria exceder os 50 minutos correspondentes ao intervalo de retenção das GSS2.

Trata-se de uma prova que deve ser administrada a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos de idade.

Nesta “versão curta” da WISC-III são administrados seis testes: três verbais (Vocabulário, Semelhanças e Aritmética) e três de realização (Completamento de Gravuras, Cubos e Código). Os resultados normalizados do total dos seis testes permite derivar o Quociente de Escala Total<sup>86</sup> [DQFS], sendo o Quociente de Compreensão Verbal<sup>87</sup> [DQVC] obtido através dos resultados normalizados dos testes “Vocabulário” e “Semelhanças”, e o Quociente de Organização Perceptiva<sup>88</sup> [DQPO] calculado através dos resultados normalizados dos testes “Completamento de Gravuras” e “Cubos”. Os procedimentos de administração e de cotação desta prova tiveram por base as directrizes do manual da WISC-III (Wechsler, 1991b; adapt. Simões, 2004).

## **(B.2.) Avaliação da Memória Operatória**

Para o presente estudo, seleccionámos duas tarefas de memória operatória, uma de memória fonológica e outra de memória visuo-espacial, e também um teste de avaliação da impulsividade.

### **(B.2.1.) Avaliação da Memória Fonológica**

#### **Prova de Evocação de Pseudo-Palavras (Vicente, 2003, adapt. Baptista & Albuquerque, 2008)**

Para a avaliação da memória fonológica recorreu-se a uma prova de evocação de pseudo-palavras. Esta prova consiste na apresentação de séries de pseudo-palavras dissilábicas,

---

<sup>86</sup> Tradução de “*Deviation Quotient for a six-subtest Full Scale index: DQFS*”.

<sup>87</sup> Tradução de “*Deviation Quotient for Verbal Comprehension: DQVC*”.

<sup>88</sup> Tradução de “*Deviation Quotient for Perceptual Organization: DQPO*”.

lidas aos sujeitos à cadência de uma por segundo<sup>89</sup>. O grau de dificuldade é crescente, começando-se com sequências de extensão 1 até sequências de extensão 7, sendo que a extensão indica o número de pseudo-palavras lidas em cada sequência. Para cada uma das extensões foram apresentadas três sequências aos participantes, parando-se a administração quando este erra nas três tentativas de um mesmo grau de dificuldade. Foi aplicado um item de treino antes do início de cada nova extensão, até à extensão número três.

O cálculo da amplitude de memória baseou-se na fórmula proposta por Pinto (1991) que a seguir se apresenta:

$$\text{Cálculo de amplitude de memória} = A + B / 3$$

A – extensão da maior sequência acertada nas três tentativas

B – nº de acertos posteriores em apenas uma ou duas tentativas de uma extensão

O procedimento envolveu a aplicação da prova, numa primeira fase na ordem directa, e depois na ordem inversa, ou seja, primeiramente pedia-se aos participantes para repetirem as pseudo-palavras na ordem em que as ouviram, e depois para as repetirem na ordem inversa à apresentada. Estas duas formas de administração permitem avaliar componentes distintos da memória: a administração na ordem directa permite-nos ter uma medida da memória fonológica (*loop fonológico*), enquanto que a aplicação na ordem inversa se situa no âmbito do executor central [ou, como defende Baddeley (2000) do *buffer* episódico].

A aplicação desta prova de evocação de pseudo-palavras permite-nos então obter três medidas: a amplitude de memória quando a administração é feita na ordem directa [MFAD], a amplitude de memória quando a administração é feita na ordem inversa [MFAI], e a amplitude total da memória, que resulta do somatório das duas anteriores [MFAT].

### **(B.2.2.) Avaliação da Memória Visuo-espacial**

#### **Blocos de Corsi, WMTB-C, Working Memory Test Battery for Children (Pickering & Gathercole, 2001)**

A administração e cotação dos Blocos de Corsi teve por base as directrizes e recomendações presentes no manual da WMTB-C (Working Memory Test Battery for Children,

---

<sup>89</sup> O protocolo de aplicação da Prova de Evocação de pseudo-palavras pode ser consultado no anexo D.

Pickering & Gathercole, 2001). Trata-se de uma prova que deve ser aplicada a crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 15 anos de idade.

É apresentado um tabuleiro que contém 9 blocos azuis. Os blocos são apontados pelo examinador à cadência de 1 por segundo, devendo o participante reproduzir a sequência observada. A prova tem uma dificuldade crescente, sendo constituída por 9 extensões (que traduzem o número da amplitude o número de blocos que têm de ser reproduzidos). A aplicação dá-se por terminada quando o participante erra três ensaios de uma mesma extensão. Foi aplicado um item de treino antes do início de cada nova extensão, até à extensão número três.

O procedimento envolveu a aplicação da prova também na ordem inversa, ou seja, o participante deveria reproduzir os movimentos do examinador, mas na ordem inversa à observada. Estas duas formas de administração permitem avaliar componentes distintos da memória: a administração na ordem directa permite-nos ter uma medida da memória visuo-espacial (bloco de notas visuo-espacial), enquanto que a aplicação na ordem inversa se situa no âmbito do executor central.

Os procedimentos de cotação passaram pela atribuição de um ponto por cada sequência correctamente reproduzida. A administração dos Blocos de Corsi permite-nos então obter três medidas: a pontuação obtida quando a administração é feita na ordem directa [MVPD] (pontuação máxima possível = 54), a pontuação obtida quando a prova é administrada na ordem inversa [MVPI] (pontuação máxima possível = 48), e a pontuação total resultante da soma das duas pontuações anteriores [MVPT] (pontuação máxima possível = 102).

### **(B.2.3.) Avaliação da Atenção/Impulsividade**

#### **Adaptação de uma tarefa CCPT (Conners' Continuous Performance Test, Conners, 1994)**

Através do recurso ao programa *SuperLab* foi adaptada uma tarefa originalmente construída por Conners (Conners, 1994) para avaliar a capacidade de manutenção da atenção<sup>90</sup> e a impulsividade. A tarefa consiste na apresentação num ecrã de um computador de algumas letras, sendo cada letra apresentada durante 1000ms (com um tempo inter-estímulo de 1000ms.), sendo pedido ao sujeito para carregar numa tecla sempre que aparece uma letra, com excepção dos momentos/ensaios em que a letra seja um "X". Nestes casos, o participante

---

<sup>90</sup> Tradução de "sustained attention".

deve inibir a sua resposta. A duração total da prova varia entre 3 e 4 minutos, sendo apresentadas no total 360 letras. Estas estão agrupadas em 12 blocos, sendo que cada um dos blocos contém três tentativas de cada uma das seguintes letras: “X”, “B”, “C”, “D”, “F”, “G”, “H”, “J”, “L” e “M”. Assim sendo, cada bloco engloba 30 tentativas, o que multiplicado pelos 12 blocos perfaz os 360 estímulos. Do total de estímulos, 10% correspondem à letra “X” (ou seja, a letra “X” aparece 36 vezes).

Após a introdução das instruções (“Vão aparecer algumas letras no ecrã, debes estar atento e carregar na tecla espaço sempre que aparecer uma nova letra, mas não podes carregar se for a letra X”) o participante realiza primeiro um pequeno treino com a duração aproximada de 1 minuto.

Esta prova permite-nos obter uma medida da capacidade de manutenção da atenção (quantificada pelos erros dados nas situações em que o participante deveria carregar numa letra e não o faz), e também uma medida de impulsividade (quantificada pelo número de vezes em que o participante carrega erradamente na letra “X”). No presente estudo, interessa-nos particularmente analisar o grau de impulsividade dos participantes, pelo que apenas se considerou para análise a medida de impulsividade [IMP].

#### **4.4.4. Procedimento**

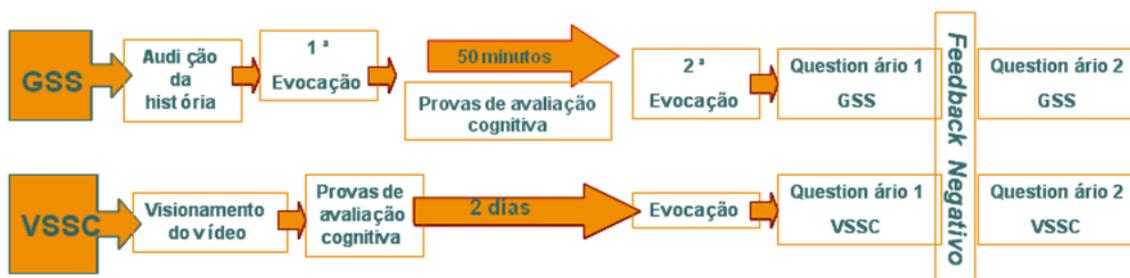
A administração de todas as provas foi individual.

No que diz respeito à avaliação da sugestionabilidade, as GSS foram aplicadas a metade das crianças mais novas, sendo as restantes 30 crianças com uma média de idades de 6 anos avaliadas com recurso às VSSC. Repetiu-se este procedimento para o grupo de crianças mais velhas. Para as crianças avaliadas através das GSS, a avaliação decorreu apenas numa sessão com a duração de aproximadamente duas horas; quanto ao grupo que foi avaliado com recurso às VSSC, a avaliação decorreu em duas sessões distintas, com um intervalo de dois dias.

Todos os procedimentos de avaliação da sugestionabilidade foram delineados tendo em consideração as directrizes dos autores e dos manuais das GSS (Gudjonsson, 1997) e das VSSC (Scullin & Hembrooke, 1998), e foram já anteriormente detalhados.

A avaliação cognitiva foi idêntica para todas as crianças, sendo que todas realizaram as mesmas provas, de forma contrabalanceada, gerando um total de seis possibilidades de procedimento.

Na figura 2 pode consultar-se um esquema alusivo aos procedimentos e à sequência de administração das provas.



**Figura 2** - Esquema ilustrativo da sequência de administração das provas

#### 4.4.5. Resultados

Os resultados que se expõem em seguida foram obtidos com recurso ao programa de análise de dados SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 17.0 (SPSS, Inc., Chicago IL).

A apresentação dos resultados e o tratamento estatístico dos dados obtidos neste estudo estão organizados de acordo com cada uma das hipóteses e objectivos definidos anteriormente. Foram também tidas em conta as especificidades e características das medidas e variáveis em análise, sendo verificado o tipo de distribuição de cada uma delas (cf. quadro 1, anexo F).

Os primeiros resultados que apresentamos são fruto de algumas análises que foram levadas a cabo no âmbito do primeiro objectivo do presente estudo, que visa um melhor conhecimento dos dois instrumentos utilizados na avaliação da sugestionabilidade interrogativa das crianças que constituíram a nossa amostra: as GSS2 e as VSSC.

##### 4.4.5.1. Análise das duas escalas de avaliação da sugestionabilidade utilizadas: as GSS2 e as VSSC

Começamos por detalhar o desempenho das crianças nas medidas de evocação e de sugestionabilidade que as GSS2 e as VSSC permitem quantificar.

É também analisado o processo de produção de confabulações, discriminando-se a ocorrência, tanto de invenções, como de distorções. Para além desta abordagem, e uma vez que as GSS2 nos dão acesso a dois momentos de evocação distintos, foi também verificada a

tendência das crianças para confabular em cada um destes momentos, estudando-se a evolução da produção de distorções e de invenções, da primeira para a segunda evocação.

Examinámos ainda, de forma detalhada, cada uma das perguntas constituintes dos questionários destas duas escalas, no sentido de perceber possíveis diferenças nas respostas que cada tipo de pergunta suscita, e mais concretamente, que tipo de pergunta sugestiva gera maior sugestibilidade.

#### **4.4.5.1.1. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de evocação das GSS2 e das VSSC**

Iniciemos então com a análise do desempenho das crianças constituintes da nossa amostra nas medidas de evocação das GSS2. Relembramos que a pontuação máxima possível em cada um dos dois momentos de evocação é de 40 pontos (o que perfaz 80 pontos de cotação máxima possível na medida de evocação total). No que diz respeito à primeira evocação, as crianças mais novas evocaram correctamente uma média de 3.7 (DP = 2) unidades de informação da história original que lhes foi apresentada. Este valor desceu para 3.1 (DP = 2.6) na segunda evocação, sendo de 6.7 (DP = 4.3) unidades para a medida de evocação total. Neste grupo, verifica-se a perda, em média, de 0.6 (DP = 1.3) unidades de informação, da primeira para a segunda evocação<sup>91</sup>. Observemos agora o desempenho das crianças mais velhas nestas medidas. Neste grupo registam-se as seguintes médias de unidades de informação da história das GSS2 correctamente evocadas: 18.7 (DP = 6.4) na primeira evocação, 18.5 (DP = 6.4) na segunda evocação e 37.2 (DP = 12.8) na medida de evocação total. As crianças mais velhas perderam, em média, 0.2 (DP = 1.3) unidades de informação da primeira para a segunda evocação.

Estes dados, assim como os respectivos valores mínimos e máximos encontram-se no quadro 8.

---

<sup>91</sup> Como pode ser observado no quadro 3, na linha referente ao Grau de Deterioração da Memória (GDTM).

**Quadro 8** - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de evocação das GSS2

GSS2	GRUPO 7ANOS				GRUPO 12ANOS			
	Mín.	Máx.	Média	D.P.	Mín.	Máx.	Média	D.P.
EVOC1	1	11	3.7	2	6.5	30.5	18.7	6.4
EVOC2	0	13	3.1	2.6	7	30	18.5	6.4
EVOCT	2	24	6.7	4.3	13.5	60	37.2	12.8
GDTM	- 4	+ 2	- .6	+ 1.3	- 3	+ 2	- .2	+ 1.3

Atentemos agora aos resultados obtidos nas medidas das VSSC, em que temos apenas um momento de evocação, cuja pontuação máxima possível é de 381 pontos. As crianças mais novas registam uma média de 22.1 (DP = 8.4), e as mais velhas uma média de 38.9 (DP = 15.6) unidades de informação correctamente evocadas.

Estes dados, assim como os respectivos valores mínimos e máximos encontram-se no quadro 9.

**Quadro 9** - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de evocação das VSSC

VSSC	GRUPO 7ANOS				GRUPO 12ANOS			
	Mín.	Máx.	Média	D.P.	Mín.	Máx.	Média	D.P.
EVOC	9	45	22.1	8.4	15	84	38.9	15.6

Depois da apresentação do desempenho nas medidas de evocação por cada um dos grupos etários considerados no nosso estudo, passamos a apresentar os resultados relativos ao desempenho das crianças participantes neste estudo nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC.

#### **4.4.5.1.2. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC**

Como já vimos, tanto as GSS2 como as VSSC permitem a quantificação de quatro medidas de sugestionabilidade: a submissão1, a submissão2, a mudança e a sugestionabilidade total.

Começamos por discriminar as médias e os desvios-padrão relativos às pontuações obtidas pelos grupos cuja sugestionabilidade interrogativa foi quantificada através das GSS2. No que toca ao grupo de crianças mais novas, registam-se as seguintes médias de pontuação nas medidas de sugestionabilidade: 10.3 (DP = 3.1) na medida de submissão1, 11.4 (DP = 2.8) na medida submissão2, 5.8 (DP = 3.6) na medida mudança, e 16.2 (DP = 4.1) na medida de sugestionabilidade total. Já o grupo de crianças mais velhas obteve as seguintes médias de pontuação: 6.8 (DP = 3.4) para a submissão1, 8 (DP = 3.9) para a submissão2, 4.4 (DP = 3) para a mudança, e 11.2 (DP = 5.3) na medida sugestionabilidade total.

Estes dados, assim como os respectivos valores mínimos e máximos encontram-se no quadro 10.

**Quadro 10** - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade das GSS2

GSS2	GRUPO 7ANOS				GRUPO 12ANOS			
	Min.	Máx.	Média	D.P.	Min.	Máx.	Média	D.P.
SUB1	2	15	10.3	3.1	0	12	6.8	3.4
SUB2	4	15	11.4	2.8	0	13	8	3.9
MUD	0	13	5.8	3.6	0	14	4.4	3
SUGT	5	25	16.2	4.1	0	21	11.2	5.3

Quando analisamos o desempenho das crianças avaliadas com recurso às VSSC, verificamos que o grupo de crianças mais novas obteve as seguintes médias de pontuação nas medidas de sugestionabilidade: 5.2 (DP = 2.9) na medida de submissão1, 5.7 (DP = 3.1) na medida submissão2, 3.2 (DP = 2.2) na medida mudança, e 8.4 (DP = 3.5) na medida de sugestionabilidade total. Quando consideramos o grupo de crianças mais velhas encontramos as seguintes médias de pontuação: 3.3 (DP = 1.7) para a submissão1, 4.6 (DP = 2.2) para a submissão2, 3.7 (DP = 2.4) para a mudança, e 7 (DP = 3.2) na medida sugestionabilidade total.

Estes dados, assim como os respectivos valores mínimos e máximos encontram-se no quadro 11.

**Quadro 11** - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão relativos às pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade das VSSC

VSSC	GRUPO 7ANOS				GRUPO 12ANOS			
	Min.	Máx.	Média	D.P.	Min.	Máx.	Média	D.P.
<b>SUB1</b>	2	13	5.2	2.9	1	8	3.3	1.7
<b>SUB2</b>	1	13	5.7	3.1	1	8	4.6	2.2
<b>MUD</b>	0	9	3.2	2.2	1	10	3.7	2.4
<b>SUGT</b>	3	14	8.4	3.5	2	13	7	3.2

Outros dados referentes à estatística descritiva do desempenho das crianças nas medidas de sugestionabilidade (e.g., mediana, valores de assimetria e de curtose) são apresentados nos quadros 1, 2, 3 e 4 do anexo G.

Depois da análise do desempenho dos nossos participantes nas medidas de sugestionabilidade das duas escalas utilizadas, vamos agora contrapor as pontuações obtidas nestas medidas nas GSS2 com as obtidas nas VSSC. Uma vez que os valores de pontuação máxima possível para as medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC são diferentes, e de forma a proporcionar uma comparação mais clara destes resultados, estes valores são apresentados em percentagem<sup>92</sup>.

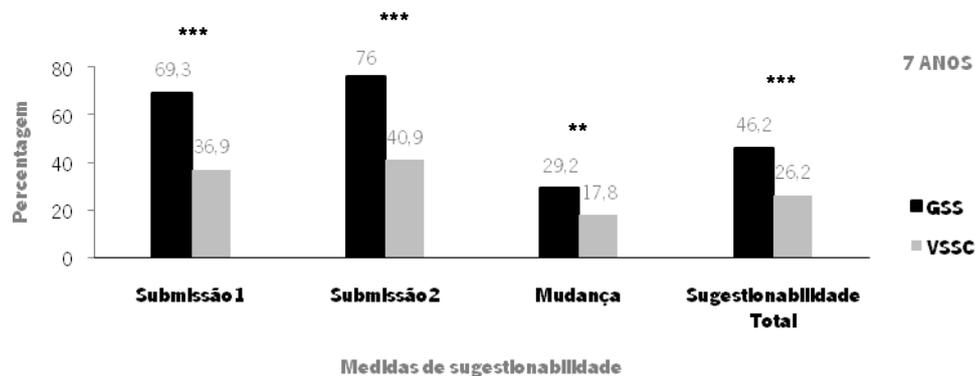
#### **4.4.5.1.2.1. Análise do desempenho nas medidas de sugestionabilidade em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada**

Iniciando a nossa análise pelos grupos de crianças mais novas, verificamos que, quando a avaliação da sugestionabilidade interrogativa é feita através das GSS2, se obtêm valores mais elevados em todas as medidas de sugestionabilidade, por comparação com o grupo de crianças da mesma faixa etária avaliadas com recurso às VSSC, ou seja na medida submissão1 ( $M_{GSS7SUB1} = 69.3$ ,  $DP_{GSS7SUB1} = 21.1$ ;  $M_{VSSC7SUB1} = 36.9$ ,  $DP_{VSSC7SUB1} = 21.2$ ), submissão2 ( $M_{GSS7SUB2} = 76$ ,  $DP_{GSS7SUB2} = 18.4$ ;  $M_{VSSC7SUB2} = 40.9$ ,  $DP_{VSSC7SUB2} = 22.2$ ), mudança ( $M_{GSS7MUD} = 29.2$ ,  $DP_{GSS7MUD} = 18.2$ ;  $M_{VSSC7MUD} = 17.8$ ,  $DP_{VSSC7MUD} = 12.4$ ), e sugestionabilidade total ( $M_{GSS7SUGT} = 46.2$ ,  $DP_{GSS7SUGT} = 11.7$ ;  $M_{VSSC7SUGT} = 26.2$ ,  $DP_{VSSC7SUGT} = 10.9$ ). Para comparar estatisticamente estas diferenças de médias procedemos a um

<sup>92</sup> Os valores de sugestionabilidade (em percentagem) resultam do cálculo baseado na seguinte fórmula:  $SUG (\%) = (\text{pontuação obtida numa determinada medida de sugestionabilidade} * 100) / \text{valor máximo possível na mesma medida de sugestionabilidade}$ .

teste t para amostras independentes<sup>93</sup>. Neste caso, verificamos que as diferenças de médias são estatisticamente significativas em todas as medidas de sugestionabilidade, com as crianças que foram avaliadas pelas GSS2 a mostrarem-se mais sugestionáveis na medida submissão1 [ $t(58) = 5.94, p < .001, d^{94} = 1.53$ ], submissão2 [ $t(58) = 6.66, p < .001, d = 1.72$ ], mudança [ $t(51,260) = 2.84, p \leq .01, d = .73$ ] e sugestionabilidade total [ $t(58) = 6.88, p < .001, d = 1.77$ ].

Estes resultados encontram-se também representados na figura 3 (cf. quadro 1, anexo H)<sup>95</sup>.



**Figura 3** - Desempenho do grupo de crianças mais novas, nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada

Direccionando agora a nossa atenção para o grupo de crianças mais velhas, encontramos um padrão de resultados que se orienta no mesmo sentido daquele que se encontrou com os grupos de crianças mais novas. De facto, verificamos mais uma vez que, quando a avaliação da sugestionabilidade interrogativa é feita através das GSS2, se obtêm valores mais elevados em todas as medidas de sugestionabilidade, por comparação com o grupo de crianças da mesma faixa etária avaliado com recurso às VSSC, ou seja, na medida submissão1 ( $M_{GSS12SUB1} = 45.3, DP_{GSS12SUB1} = 22.5; M_{VSSC12SUB1} = 23.8, DP_{VSSC12SUB1} = 12.3$ ), submissão2 ( $M_{GSS12SUB2} = 53.6, DP_{GSS12SUB2} = 25.8; M_{VSSC12SUB2} = 32.9, DP_{VSSC12SUB2} = 15.5$ ), mudança ( $M_{GSS12MUD} = 22.2, DP_{GSS12MUD} = 15.2; M_{VSSC12MUD} = 20.6, DP_{VSSC12MUD} = 13.3$ ), e sugestionabilidade total ( $M_{GSS12SUGT} = 32.1, DP_{GSS12SUGT} = 15.2; M_{VSSC12SUGT} = 21.9, DP_{VSSC12SUGT} = 9.8$ ). Procedendo a um teste t para amostras independentes, verificamos que, neste caso, as diferenças de médias são estatisticamente

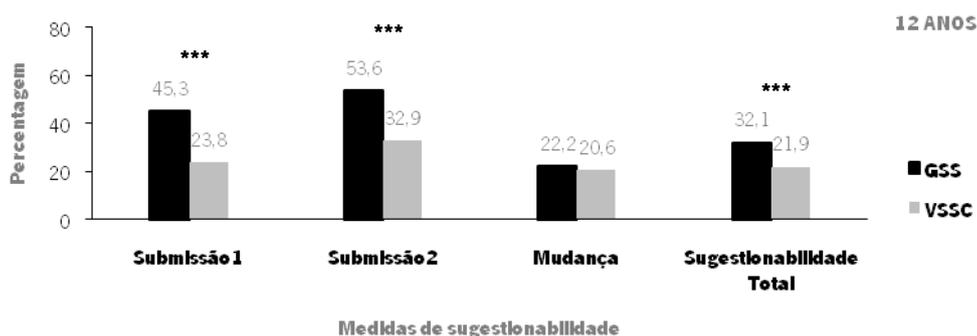
<sup>93</sup> Todos os resultados estatísticos apresentados, que tenham subjacentes análises de diferenças de médias de grupos, têm em consideração o cálculo da respectiva correcção de *Bonferroni*.

<sup>94</sup> Cálculo da magnitude do efeito ( $r = .10$ , efeito pequeno;  $r = .30$ , efeito médio;  $r = .50$ , efeito grande).

<sup>95</sup> Dados mais específicos dos valores apresentados na figura 3 são reportados no quadro 1, anexo H.

significativas apenas para as medidas submissão1 [ $t(44,997) = 4.59, p < .001, d = 1.19$ ], submissão2 [ $t(58) = 3.76, p < .001, d = .97$ ], e sugestionabilidade total [ $t(58) = 3.09, p < .001, d = .79$ ]. A média da pontuação obtida na medida mudança pelas crianças mais velhas avaliadas pelas GSS2 não diferiu significativamente da obtida pelas crianças da mesma faixa etária avaliadas pelas VSSC [ $U = 431, N1=30, N2=30, p > .05$ ].

Estes resultados encontram-se expostos na figura 4 (cf. quadro 2, anexo H).



**Figura 4** - Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas, nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada

De uma forma geral, os resultados acima discriminados indicam-nos que, quando a sugestionabilidade interrogativa é avaliada através das GSS2, se obtém pontuações mais elevadas, em todas as medidas de sugestionabilidade, tanto nos grupos de crianças com uma média de idades de 7 anos, como nos grupos com uma média de idades de 12 anos. Para além disso, as diferenças de médias destas pontuações são estatisticamente significativas, com única exceção para a medida mudança, quando consideramos as crianças mais velhas.

Vamos agora examinar a produção de confabulações ocorridas durante as tarefas de evocação das GSS2 e das VSSC.

#### **4.4.5.1.3. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de confabulação das GSS2 e das VSSC**

A administração das GSS2, como já dito, permite-nos obter três medidas associadas a dois momentos distintos de evocação (imediate e retardada), pelo que expomos as pontuações nas medidas de confabulação para cada um deles. Tendo em linha de conta que, quanto maior é o número de unidades evocadas maior tende a ser o número de confabulações, apresentamos

também estes valores em proporção<sup>96</sup>. Para além da medida total de confabulação, discriminamos também as pontuações obtidas em cada um dos dois tipos de confabulação: as invenções e as distorções (cuja soma permite, como já referimos, a obtenção da medida total de confabulação).

No que diz respeito ao grupo de crianças mais novas, verificam-se as seguintes médias de pontuação (e desvios-padrão) para cada uma das medidas de confabulação: 1.2 (DP = 1.2) na medida de confabulação na primeira evocação [.22 (DP = .21)]<sup>97</sup>; 1.57 (DP = 1.2) na medida das confabulações que ocorreram no segundo momento de evocação [.34 (DP = .26)]; e 2.8 (DP = 2) na medida das confabulações totais [.28 (DP = .2)]. Detalhando agora as pontuações relativas a cada um dos dois tipos de confabulações, e no que diz respeito à primeira evocação das GSS2, as crianças mais novas registam as seguintes médias: .23 (DP = .5) na medida invenção [.05 (DP = .12)] e .97 (DP = 1.15) na medida distorção [.18 (DP = .21)]. Já no que diz respeito à segunda evocação, verificam-se as seguintes médias: .57 (DP = .82) na medida invenção [.16 (DP = .21)] e 1 (DP = 1.02) na medida distorção [.25 (DP = .25)]. Quando analisamos a medida de evocação total, obtém-se os seguintes resultados: .8 (DP = 1.19) na medida invenção [.11 (DP = .14)] e 1.97 (DP = 1.84) na medida distorção [.21 (DP = .18)].

Orientemos agora a nossa atenção para o grupo de crianças mais velhas avaliadas através das GSS2. Encontram-se as seguintes médias de pontuação (e desvios-padrão) para cada uma das medidas de confabulação: 2.33 (DP = 1.52) na medida de confabulação na primeira evocação [.12 (DP = .09)]; 2.57 (DP = 1.55) na medida das confabulações que ocorreram no segundo momento de evocação [.14 (DP = .99)]; e 4.9 (DP = 2.81) na medida das confabulações totais [.13 (DP = .09)]. Detalhando agora as pontuações relativas aos dois tipos de confabulações, e no que diz respeito à primeira evocação das GSS, as crianças mais velhas obtiveram as seguintes médias: .47 (DP = .86) na medida invenção [.02 (DP = .04)] e 1.87 (DP = 1.19) na medida distorção [.1 (DP = .08)]. Já no que diz respeito à segunda evocação, verificam-se as seguintes médias: .47 (DP = .82) na medida invenção [.03 (DP = .05)] e 2.1 (DP = 1.54) na medida distorção [.11 (DP = .08)]. Quando analisamos a medida de evocação total, obtém-se os seguintes resultados: .93 (DP = 1.62) na medida invenção [.03 (DP = .05)] e 3.97 (DP = 2.48) na medida distorção [.11 (DP = .07)].

---

<sup>96</sup> Estes valores resultam do cálculo de uma proporção com base na seguinte fórmula: CFAB (Prop.) = número de confabulações / (número de confabulações + número de unidades correctamente evocadas).

<sup>97</sup> Note-se que apresentamos entre parêntesis rectos os valores em proporção.

Estes dados, assim como os respectivos valores mínimos e máximos encontram-se no quadro 12.

**Quadro 12** - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão das pontuações (directas e em proporção) obtidas nas medidas de confabulação das GSS2

GSS2	GRUPO 7ANOS				GRUPO 12ANOS			
	Mín.	Máx.	Média	D.P.	Mín.	Máx.	Média	D.P.
CFAB1	0 [0] <sup>98</sup>	4 [.6]	1.2 [.22]	1.24 [.21]	0 [0]	5 [.3]	2.33 [.12]	1.52 [.09]
INV1	0 [0]	2 [.4]	.23 [.05]	.50 [.12]	0 [0]	3 [.2]	.47 [.02]	.86 [.04]
DIST1	0 [0]	4 [.6]	.97 [.18]	1.15 [.21]	0 [0]	4 [.3]	1.87 [.1]	1.19 [.08]
CFAB2	0 [0]	4 [1]	1.57 [.34]	1.19 [.26]	0 [0]	7 [.3]	2.57 [.14]	1.55 [.09]
INV2	0 [0]	3 [.7]	.57 [.16]	.82 [.21]	0 [0]	3 [.2]	.47 [.03]	.82 [.05]
DIST2	0 [0]	4 [1]	1 [.25]	1.02 [.25]	0 [0]	7 [.3]	2.1 [.11]	1.54 [.08]
CFABT	0 [0]	8 [.6]	2.77 [.29]	2.05 [.20]	0 [0]	11 [.3]	4.9 [.13]	2.81 [.09]
INVT	0 [0]	5 [.5]	.8 [.11]	1.19 [.14]	0 [0]	6 [.2]	.93 [.03]	1.62 [.05]
DISTT	0 [0]	6 [.6]	1.97 [.21]	1.84 [.18]	0 [0]	11 [.3]	3.97 [.11]	2.48 [.07]

Apresentamos agora as médias (e desvios-padrão) das confabulações produzidas, tanto pelo grupo de crianças mais novas, como pelas mais velhas, no único momento de evocação das VSSC. As crianças mais novas produziram em média 3.6 (DP = 2.5) confabulações [.14 (DP = .09)], e as crianças mais velhas registam uma média de 5.4 (DP = 2.9) confabulações [.12 (DP = .06)]. Detalhando agora as pontuações relativas aos dois tipos de confabulações, as crianças mais novas registam as seguintes médias: .63 (DP = .85) na medida invenção [.03 (DP = .05)] e 3 (DP = 2.23) na medida distorção [.11 (DP = .08)]. As crianças mais velhas têm as seguintes médias: 1.27 (DP = 1.14) na medida invenção [.03 (DP = .04)] e 4.13 (DP = 2.4) na medida distorção [.09 (DP = .04)]. Estes dados, assim como os respectivos valores mínimos e máximos encontram-se no quadro 13.

**Quadro 13** - Mínimos, máximos, médias e desvios-padrão das pontuações (directas e em proporção) obtidas nas medidas de confabulação das VSSC

VSSC	GRUPO 7ANOS				GRUPO 12ANOS			
	Mín.	Máx.	Média	D.P.	Mín.	Máx.	Média	D.P.
CFAB	0 [0]	10 [.4]	3.63 [.14]	2.45 [.09]	1 [0]	12 [.2]	5.43 [.12]	2.91 [.06]
INV	0 [0]	3 [.2]	.63 [.03]	.85 [.05]	0 [0]	3 [.2]	1.27 [.03]	1.14 [.04]
DIST	0 [0]	8 [.4]	3 [.11]	2.23 [.08]	1 [0]	9 [.2]	4.13 [.09]	2.4 [.04]

<sup>98</sup> Note-se que apresentamos entre parêntesis rectos os valores em proporção.

A principal conclusão a extrair destes resultados é a de que as crianças mais velhas confabulam tendencialmente mais que as mais novas, registando-se como única excepção, a produção ligeiramente superior de invenções pelas crianças mais novas na segunda evocação das GSS2 [Repare-se que, quando se consideram os valores em proporção o padrão inverte-se, com as crianças mais novas a confabularem mais].

Para além do estudo do número de confabulações que cada um dos grupos experimentais produz em cada um dos momentos de evocação, parece-nos importante, e uma vez que nas GSS2 temos dois momentos de evocação distintos, analisar a evolução do processo confabulatório, ou seja, verificar se as invenções e as distorções produzidas na primeira evocação se mantêm na segunda evocação, ou se, pelo contrário, se assiste ao aparecimento de confabulações diferentes das inicialmente produzidas.

#### **4.4.5.1.3.1. Análise do processo de confabulação nos dois momentos de evocação das GSS2**

No quadro 14 encontra-se o número de crianças que produziram algum tipo de confabulação e o número de ocorrências (número total de confabulações contabilizadas), em cada um dos dois momentos de evocação das GSS2. As confabulações encontram-se discriminadas em função dos dois subtipos considerados na cotação dos protocolos: as invenções e as distorções.

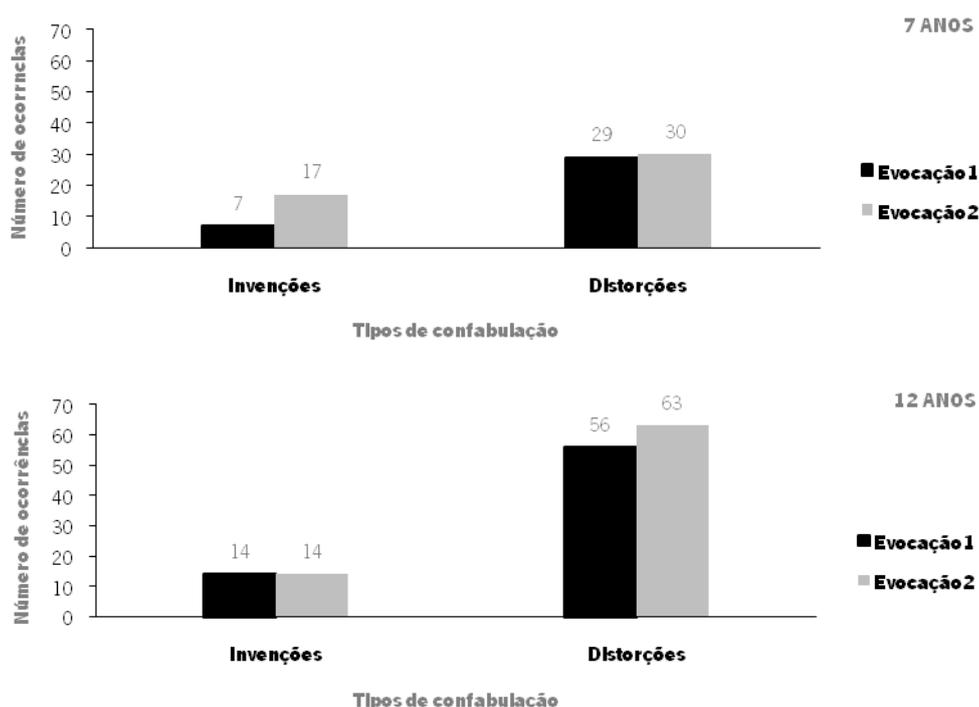
**Quadro 14** - Número de crianças e número de confabulações na primeira e na segunda evocação das GSS2

GSS2	GRUPO 7 ANOS		GRUPO 12 ANOS	
	EVOCAÇÃO1	EVOCAÇÃO2	EVOCAÇÃO1	EVOCAÇÃO2
	N Crianças/ N Ocorrências	N Crianças/ N Ocorrências	N Crianças/ N Ocorrências	N Crianças/ N Ocorrências
<b>INVENÇÕES</b>	6/7	13/17	9/14	9/14
<b>DISTORÇÕES</b>	15/29	19/30	25/56	28/63

Começamos por tentar perceber se o número de crianças que produzem confabulações, bem como o número de confabulações contabilizado no primeiro momento de evocação tende a aumentar ou a diminuir durante a segunda evocação.

Podemos observar que o número de crianças que confabulam, bem como o número de ocorrências, tende a manter-se ou a aumentar da primeira para a segunda evocação, tanto no grupo das crianças mais novas como das mais velhas. Para melhor comparar estas diferenças,

considerámos as médias das invenções e das distorções produzidas na primeira e na segunda evocação para cada um dos grupos etários, e tendo em conta que a distribuição das variáveis em causa não é normal, realizámos testes de Mann-Whitney para amostras independentes. No que diz respeito ao grupo de crianças mais novas, regista-se uma média de invenções na primeira evocação de .23 (DP = .50) por contraponto com uma média de .57 (DP = .82) de invenções produzidas no segundo momento de evocação. Apesar de se verificar um aumento da produção deste tipo de confabulação as diferenças de médias não atingem um nível de significância estatística ( $U = 344,5$ ,  $N1=30$ ,  $N2=30$ ,  $p > .05$ ). Ainda no grupo de crianças mais novas, mas analisando agora a produção de distorções, observamos uma média de .98 (DP = 1.16) na primeira evocação, e uma média de 1 (DP = 1.02) na segunda evocação. O aumento das distorções é muito pequeno, não existindo diferenças estatisticamente significativas entre as respectivas médias ( $U = 426,5$ ,  $N1=30$ ,  $N2=30$ ,  $p > .05$ ). Estes resultados encontram-se esquematizados na figura 5.



**Figura 5** - Número de confabulações, na primeira e na segunda evocação, nos grupos de crianças mais novas e mais velhas, avaliadas pelas GSS2

Verifiquemos agora as médias dos dois tipos de confabulação do grupo de crianças mais velhas, comparando a sua ocorrência nos dois momentos de evocação das GSS2. Na primeira evocação regista-se uma média de invenções de .47 (DP = .86) e na segunda uma média de .47 (DP = .82), ou seja, no grupo de crianças mais velhas a produção de invenções é idêntica nos

dois momentos de evocação. Quando analisamos as distorções, encontramos uma média de 1.87 (DP = 1.19) na primeira evocação, por contraponto com uma média de 2.1 (DP = 1.54) no segundo momento. Apesar de verificar uma tendência para aumentar a produção deste tipo de confabulação, as diferenças de médias continuam a não ser estatisticamente significativas ( $U = 438,5$ ,  $N1=30$ ,  $N2=30$ ,  $p > .05$ ).

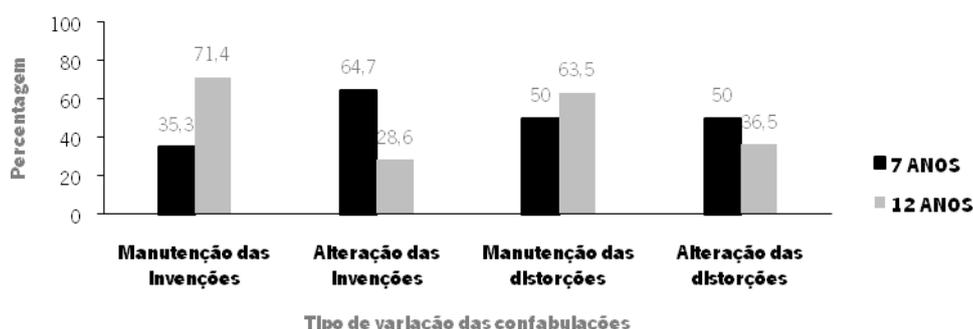
Para uma análise mais aprofundada destes dados, realizámos também uma ANOVA: 2 (idade: 7 anos vs 12 anos) x 2 (momento de evocação: evocação1 vs evocação2) x 2 (tipo de confabulação: invenções vs distorções). Obtivemos um efeito principal idade [ $F(1, 58) = 11.31$ ,  $p \leq .001$ ,  $\eta^2 = .16$ ] e um efeito principal tipo de confabulação [ $F(1, 58) = 34.95$ ,  $p < .001$ ,  $\eta^2 = .38$ ], não se observando um efeito principal para o momento de evocação [ $F(1, 58) = 3.32$ ,  $p > .05$ ]. O efeito principal idade indica-nos que as crianças mais velhas produzem um número significativamente superior de confabulações (invenções + distorções), no total dos dois momentos de evocação. Já o efeito principal tipo de confabulação tem patente a produção de um número significativamente superior de distorções em relação às invenções (considerando conjuntamente as crianças das duas faixas etárias e os dois momentos de evocação). A ausência de um efeito principal para o momento de evocação permite-nos concluir que o número de confabulações (invenções + distorções) produzidas na primeira evocação não difere significativamente do número de confabulações produzidas na segunda evocação, pelo total de crianças da nossa amostra. Encontrámos apenas uma interacção significativa entre a idade e o tipo de confabulação [ $F(1, 58) = 6.9$ ,  $p \leq .01$ ,  $\eta^2 = .11$ ], que tem subjacente o facto de as crianças mais velhas produzirem um número significativamente superior de distorções, quando comparadas com as crianças mais novas (considerando o total dos dois momentos de evocação).

Tentemos agora perceber se as confabulações se mantiveram idênticas ou se foram alteradas na segunda evocação, analisando a sua variação do primeiro para o segundo momento de evocação. Para este efeito, registaram-se as confabulações que se mantêm iguais e aquelas que aparecem diferentes na segunda evocação. O número de ocorrências diferentes abarca dois tipos de situações: os casos em que não houve confabulação na primeira evocação e passa a haver na segunda, e os casos em que a distorção ou invenção registada na primeira evocação aparece com o conteúdo alterado na segunda evocação. Estes dados encontram-se esquematizados no quadro 15.

**Quadro 15** - Variação dos dois tipos de confabulações (invenções e distorções) da primeira para a segunda evocação das GSS2

GSS2	GRUPO 7 ANOS		GRUPO 12 ANOS	
	EVOCAÇÃO2		EVOCAÇÃO2	
	N Ocorrências iguais	N Ocorrências diferentes	N Ocorrências iguais	N Ocorrências diferentes
<b>INVENÇÕES</b>	6 (35.3%)	11 (64.7%)	10 (71.4%)	4 (28.6%)
<b>DISTORÇÕES</b>	15 (50%)	15 (50%)	40 (63.5%)	23 (36.5%)

Iniciando a nossa análise pela produção de invenções, verificamos que as crianças mais novas tendem a alterar as invenções produzidas no primeiro momento de evocação (64.7% de invenções diferentes). Por contraponto, o grupo de crianças mais velhas mantém inalteradas 71.4% das invenções registadas na primeira evocação, observando-se apenas 28.6% de invenções diferentes na segunda evocação. Encontra-se um padrão de resultados idêntico quando direccionamos a nossa atenção para a análise das distorções. De facto, embora com diferenças menos acentuadas, as crianças mais velhas continuam a revelar uma maior tendência para manter inalteradas as distorções (63.5%), e as crianças mais novas registam uma percentagem igual de distorções iguais e diferentes na segunda evocação. Estes resultados podem também consultar-se na figura 6.



**Figura 6** - Variação das confabulações, da primeira para segunda evocação, nos grupos de crianças mais novas e mais velhas, avaliadas pelas GSS2

Para uma análise mais aprofundada destes dados, realizámos uma ANOVA: 2 (idade: 7 anos vs 12 anos) x 2 (tipo de confabulação: invenções vs distorções) x 2 (tipo de variação das confabulações: alteração vs manutenção). Recorde-se que, nesta análise, apenas temos em consideração as ocorrências relativas ao segundo momento de evocação. Verificou-se um efeito principal idade [ $F(1, 58) = 7.86, p < .01, \eta^2 = .12$ ], uma vez que as crianças mais velhas confabulam (invenções + distorções) significativamente mais que as mais novas na segunda evocação, e um efeito principal tipo de confabulação [ $F(1, 58) = 22.61, p < .001, \eta^2 = .28$ ], que tem patente a produção de um número superior de distorções por comparação com as

invenções, quando consideramos conjuntamente as crianças das duas faixas etárias. Não foi obtido um efeito principal tipo de variação das confabulações [ $F(1, 58) = 2.71, p >.05$ ], na medida em que a média de confabulações (invenções + distorções) que se mantiveram iguais não diferiu significativamente da média de confabulações (invenções + distorções) que aparecem diferentes na segunda evocação (quando analisamos em conjunto os diferentes grupos etários). Obtivemos dois efeitos de interação: entre a idade e o tipo de confabulação [ $F(1, 58) = 7.62, p < .01, \eta^2 = .12$ ], que reflecte o facto de as crianças mais velhas produzirem mais distorções que as mais novas; e entre a idade e o tipo de variação das confabulações [ $F(1, 58) = 6.56, p < .01, \eta^2 = .10$ ], com as crianças mais velhas a manterem mais confabulações (invenções + distorções) iguais na segunda evocação do que as mais novas.

Partindo destes resultados, podemos delinear algumas observações importantes:

- (1) As crianças mais velhas confabulam significativamente mais que as mais novas, tanto quando consideramos o total dos dois momentos de evocação, como quando consideramos apenas as confabulações que ocorreram na segunda evocação;
- (2) O facto de as crianças mais velhas confabularem mais, tem patente o facto de estas produzirem um número significativamente superior de distorções em relação às crianças mais novas;
- (3) Tanto as crianças mais novas como as mais velhas introduzem um número significativamente superior de distorções do que de invenções nas suas evocações;
- (4) O número de crianças que confabulam, bem como o número de confabulações, tende a aumentar da primeira para a segunda evocação. Estes aumentos traduzem a tendência das crianças mais novas para aumentarem sobretudo o número de invenções no segundo momento de evocação, e das crianças mais velhas para aumentarem de forma mais visível a introdução de distorções no segundo momento de evocação. Note-se, contudo, que nenhum destes aumentos assume um nível de significância estatística;
- (5) Considerando conjuntamente os dois grupos etários, verificamos que a tendência para manter confabulações não difere significativamente da tendência para as alterar na segunda evocação;
- (6) Se analisarmos a variação das confabulações partindo da comparação entre os dois grupos etários, as crianças mais velhas mantêm sem alteração um número significativamente superior de confabulações.

Como já referimos, e estando o desempenho na medida de confabulação relacionado com o desempenho na medida de evocação (tendo em conta que, quanto maior é o número de unidades de informação evocadas maior tende a ser o número de confabulações produzidas), este facto deve ser ponderado quando verificamos que o grupo de crianças mais velhas regista um número bastante superior de confabulações (uma vez que tem também um número superior de unidades evocadas). Por este motivo, e quando analisamos posteriormente a relação entre a produção de confabulações e a idade cronológica dos participantes, o número de confabulações é considerado depois de transformado numa proporção.

Estas observações serão posteriormente alvo de maior reflexão e discussão.

Na secção seguinte, são apresentadas algumas informações e conclusões que resultam de uma análise mais pormenorizada dos questionários das GSS2 e das VSSC. Como já mencionado, o objectivo principal desta abordagem é perceber o impacto diferencial de cada tipo de questões nas respostas das crianças que participaram neste estudo, e mais concretamente, quais as perguntas que geram maior sugestibilidade.

#### **4.4.5.1.4. Análise dos questionários das GSS2 e das VSSC**

As GSS2 são constituídas por 20 perguntas, 5 das quais não são sugestivas, ou seja, as informações nelas constantes são verdadeiras, pelo que a resposta correcta é uma resposta afirmativa (e.g., “O casal vivia numa pequena casa?”). As restantes 15 questões são sugestivas, na medida em que introduzem sugestões e informações falsas, que não correspondem ao conteúdo original da história ouvida. Destas, 10 contêm informações ou premissas falsas (e.g., “O marido era director de um banco?”) e 5 são questões do tipo “alternativas falsas” (e.g., “O casal tinha um cão ou um gato?”).

No quadro 16 podem consultar-se as perguntas constituintes do questionário das GSS2, assim como informações relativas aos diferentes tipos de questões.

**Quadro 16** - Tipos de perguntas do questionário das GSS2

Número da pergunta	Tipo de pergunta	Pergunta
1.	NS <sup>99</sup>	O casal chamava-se Maria e João?
2.	SAF <sup>100</sup>	O casal tinha um cão ou um gato?
3.	SIF <sup>101</sup>	A bicicleta do rapaz estragou-se quando ele caiu ao chão?
4.	SIF	O marido era director de um banco?
5.	NS	O casal vivia numa pequena casa?
6.	SAF	O rapaz da bicicleta passou um sinal de stop ou um semáforo vermelho?
7.	SIF	O rapaz assustou-se com a carrinha grande que vinha a subir a rampa?
8.	SIF	O rapaz ficou com nódoas negras como resultado do acidente?
9.	NS	O rapaz chamava-se Paulo?
10.	SIF	O rapaz deixou cair os livros que levava, enquanto andava de bicicleta?
11.	SIF	A Maria ficou preocupada por o rapaz se poder ter magoado?
12.	SAF	O João agarrou o braço ou o ombro do rapaz?
13.	NS	O casal reconheceu o rapaz?
14.	SIF	O rapaz costumava ir de bicicleta para a escola?
15.	SAF	O rapaz foi levado para casa pela Maria ou pelo João?
16.	SIF	O rapaz foi autorizado a faltar à escola no dia do acidente?
17.	NS	Os filhos dos casais por vezes ficavam com os avós?
18.	SIF	O rapaz ficou com medo de andar outra vez de bicicleta?
19.	SAF	Quando o acidente aconteceu, o tempo estava seco ou de chuva?
20.	SIF	O casal tinha uma casa de esqui nas montanhas?

**Quadro 17** - Número de crianças (mais novas e mais velhas) que pontuaram, nas medidas de sugestibilidade das GSS2, em cada uma das 20 perguntas do questionário destas escalas

Número da pergunta	Tipo de pergunta	GRUPO 7 ANOS			GRUPO 12 ANOS		
		SUB1	SUB2	MUD	SUB1	SUB2	MUD
1	NS	0	0	4	0	0	2
5	NS	0	0	9	0	0	6
9	NS	0	0	6	0	0	6
13	NS	0	0	6	0	0	0
17	NS	0	0	12	0	0	3
2	SAF	23	27	13 (13) <sup>102</sup>	18	20	13 (12)
6	SAF	24	30	18 (18)	17	21	13 (12)
12	SAF	28	29	13 (13)	24	24	7 (7)
15	SAF	30	30	12 (12)	23	26	9 (9)
19	SAF	30	30	9 (9)	24	25	4 (4)
3	SIF	20	22	8 (5)	8	13	5 (5)
4	SIF	14	14	6 (3)	7	6	11 (5)
7	SIF	16	20	8 (6)	11	15	10 (7)
8	SIF	19	21	8 (5)	6	9	5 (4)
10	SIF	15	17	7 (5)	2	13	12 (11)
11	SIF	26	25	5 (2)	27	26	1 (0)
14	SIF	16	21	8 (7)	18	14	8 (2)
16	SIF	21	21	5 (2)	4	8	6 (5)
18	SIF	19	22	7 (5)	8	10	4 (3)
20	SIF	10	13	11 (7)	7	11	8 (6)

No quadro 17 consta o número de crianças, cuja resposta foi cotada com 1 ponto em cada uma das medidas de sugestibilidade, considerando cada uma das perguntas do

<sup>99</sup> Pergunta **Não-S**ugestiva.

<sup>100</sup> Pergunta **S**ugestiva com duas **A**lternativas **F**alsas.

<sup>101</sup> Pergunta **S**ugestiva com **I**nformação **F**alsa.

<sup>102</sup> Os valores de mudança colocados entre parêntesis contabilizam apenas o número de crianças que alteraram as suas respostas no sentido de uma maior aceitação da sugestão.

questionário das GSS2. Recorde-se que cada criança obtém a cotação de 1 valor, quer na medida submissão1 quer na medida submissão2, quando aceita a informação falsa presente nas 15 perguntas sugestivas, sendo-lhe também atribuído 1 ponto na medida mudança, quando altera significativamente a sua resposta do primeiro para o segundo questionário das GSS2, nas 20 perguntas que o constituem.

De uma forma geral, as questões do tipo “alternativas falsas” são aquelas em que um maior número de crianças (tanto as mais novas como as mais velhas) responde no sentido de aceitar a sugestão introduzida, quer através das perguntas (submissão), quer através do *feedback* negativo (mudança). Detalhemos estas observações para cada um dos grupos etários e para cada uma das medidas de sugestionabilidade que as GSS2 permitem obter. Iniciando a nossa análise pelas crianças mais novas verificamos que, de facto, são as perguntas do tipo “alternativas falsas” que reúnem um maior número de crianças que aceitaram a informação sugestiva presente nessas questões (submissão1), neste caso, optando por uma das alternativas falsas apresentadas. A pergunta número 11 conta também com um número elevado de crianças que cotaram nesta primeira medida de sugestionabilidade. Este padrão repete-se quando direccionamos a nossa atenção para as medidas de sugestionabilidade obtidas após a administração de *feedback* negativo (submissão2 e mudança), sendo de destacar o facto de as perguntas número 17 e 20 contabilizarem também um número significativo de crianças que alteraram as suas respostas no segundo questionário (note-se que a pergunta 17 não é sugestiva). Direccionando a nossa atenção para o grupo de crianças mais velhas, mantém-se a tendência para um número elevado de crianças com cotação na medida submissão1 nas perguntas do tipo “alternativas falsas”. As perguntas número 11 e 14 também parecem suscitar, nas crianças mais velhas, uma tendência evidente para aceitar a informação falsa apresentada. Estas últimas observações são extensíveis à medida submissão2. No que diz respeito ao número de crianças mais velhas que alteraram as suas respostas após a administração de *feedback* mantêm-se as perguntas do tipo “alternativas falsas” número 2, 6 e 15, que concentram um número elevado de crianças que pontuaram nesta medida, mas desta feita com excepção para as questões 12 e 19, em que se encontra um número bastante inferior de crianças, por contraponto ao encontrado nas restantes análises. Saliente-se que as perguntas 4, 7 e 10 contam também com um número elevado de crianças de 12 anos que alteraram as suas respostas do primeiro para o segundo questionário.

Foi também desenvolvida uma análise do protocolo de cada uma das crianças, com o intuito de perceber o sentido das mudanças de resposta do primeiro para o segundo questionário (apresentando-se estes valores, como já referenciado, entre parêntesis, na coluna da medida mudança). As perguntas do tipo “alternativas falsas” continuam a contar com um maior número de crianças (mais novas e mais velhas) em que a segunda resposta é de aceitação da informação sugestiva, mantendo-se como exceção a pergunta 19. Neste contexto, as perguntas 7 e 10 são também de destacar.

Estes dados foram também analisados através de uma ANOVA: 2 (idade: 7 anos vs 12 anos) x 2 (tipo de medida de submissão: submissão1 vs submissão2) x 2 (tipo de pergunta sugestiva: com informação falsa vs com alternativas falsas). A análise revelou três efeitos principais: um efeito principal idade [ $F(1, 26) = 14.23, p \leq .001, \eta^2 = .35$ ], verificando-se um número superior de crianças mais novas que pontuam nas medidas de submissão (submissão1 + submissão2); um efeito principal tipo de medida de submissão [ $F(1, 26) = 15.39, p \leq .001, \eta^2 = .37$ ], que traduz um número superior de crianças (considerando os dois grupos etários) que pontuam na medida submissão2, por contraponto com o número de crianças que pontuaram na medida submissão1; e um efeito principal tipo de pergunta sugestiva [ $F(1, 26) = 33.71, p < .001, \eta^2 = .57$ ], observando-se um número superior de crianças (considerando os dois grupos etários) que aceitam a sugestão quando esta é introduzida através de perguntas do tipo alternativas falsas. Não observámos nenhum efeito estatisticamente significativo de interacção entre as variáveis analisadas.

Estas análises permitem-nos formular três conclusões:

- (1) As perguntas do tipo “alternativas falsas” são aquelas que geram maior aceitação das sugestões introduzidas, nos dois grupos etários, tanto no primeiro questionário (submissão1), como após a introdução de *feedback* negativo (submissão2);
- (2) Tanto as crianças mais novas como as mais velhas tendem a alterar mais frequentemente as suas respostas (mudança) quando estão perante duas alternativas de resposta falsa;
- (3) As crianças mais novas pontuam significativamente mais que as mais velhas nas medidas de submissão (submissão1 + submissão2);
- (4) Considerando conjuntamente os dois grupos etários, verificamos que as crianças se mostram mais sugestionáveis na segunda medida de submissão (submissão2), do que na medida de submissão1.

Passemos agora à análise das VSSC. As VSSC são constituídas por 18 perguntas, 4 das quais não são sugestivas, ou seja, as informações nelas constantes correspondem à história visionada (e.g., “A Renata tropeçou e caiu a caminho da mesa?”) . As 14 perguntas sugestivas são todas do mesmo tipo, contendo informações ou premissas falsas (e.g., “Quando o palhaço estava a fazer malabarismos, deixou cair uma bola?”), não existindo nenhuma questão do tipo alternativas falsas.

No quadro 18 podem consultar-se as perguntas constituintes do questionário das VSSC, assim como informações relativas aos diferentes tipos de perguntas.

**Quadro 18 - Tipo de perguntas do questionário das VSSC**

Número da pergunta	Tipo de pergunta	Pergunta
1.	SIF	As duas raparigas chegaram à festa num carro vermelho brilhante?
2.	NS	Havia uma rapariga chamada Susana na festa?
3.	SIF	Havia um pequeno cãozito branco na festa?
4.	SIF	Renata, a rapariga desajeitada, derrubou o candeeiro?
5.	SIF	Enquanto as crianças batiam nos balões, rebentaram um?
6.	NS	A Renata tropeçou e caiu a caminho da mesa?
7.	SIF	Quando o palhaço estava a fazer malabarismos, deixou cair uma bola?
8.	SIF	O João ia levar a sua bola nova de futebol para a escola no dia seguinte?
9.	NS	Um dos presentes de anos do João estava partido quando ele o abriu?
10.	SIF	O João partiu o brinquedo?
11.	SIF	O João e os seus amigos brincaram com o brinquedo partido depois do pai do João o ter concertado?
12.	SIF	O pai do João cortou o bolo de anos?
13.	NS	Quando a Renata deixou cair o bolo no colo, ela comeu-o na mesma
14.	SIF	Quando o João entornou o seu sumo começou a chorar?
15.	SIF	O João teve a última fatia de bolo?
16.	SIF	O pai do João disse às crianças que não havia nenhum incêndio de verdade?
17.	SIF	O João sentiu-se “crescido” agora que tinha 5 anos?
18.	SIF	Os amigos do João passaram lá a noite?

**Quadro 19 - Número de crianças (mais novas e mais velhas) que pontuaram, nas medidas de sugestibilidade das VSSC, em cada uma das 18 perguntas do questionário destas escalas**

Número da pergunta	Tipo de pergunta	GRUPO 7 ANOS			GRUPO 12 ANOS		
		SUB1	SUB2	MUD	SUB1	SUB2	MUD
2	NS	0	0	9	0	0	10
6	NS	0	0	4	0	0	2
9	NS	0	0	4	0	0	0
13	NS	0	0	4	0	0	1
1	SIF	11	13	7 (5)	2	9	9 (8)
3	SIF	5	6	5 (3)	4	8	6 (5)
4	SIF	7	8	5 (3)	7	11	8 (6)
5	SIF	10	10	6 (3)	13	16	9 (6)
7	SIF	6	9	5 (4)	2	9	9 (8)
8	SIF	9	12	7 (5)	14	16	10 (6)
10	SIF	1	2	1 (1)	0	0	0 (0)
11	SIF	15	23	9 (8)	9	15	12 (9)
12	SIF	13	11	5 (2)	5	6	7 (4)
14	SIF	14	12	6 (3)	11	13	8 (5)
15	SIF	8	8	4 (2)	2	2	2 (1)
16	SIF	20	21	6 (4)	14	10	6 (1)
17	SIF	24	23	4 (2)	17	21	10 (7)
18	SIF	12	8	5 (1)	0	2	2 (2)

No quadro 19 consta o número de crianças, cuja resposta foi cotada com 1 ponto em cada uma das medidas de sugestionabilidade, considerando cada uma das perguntas do questionário das VSSC. A cotação das medidas de submissão e de mudança segue os mesmos critérios anteriormente referidos para as GSS2.

No grupo de crianças mais novas, as perguntas 11, 16 e 17 totalizaram o maior número de crianças que cotaram na medida submissão1. Estes resultados repetem-se para a medida submissão2. Desenvolvendo a mesma análise no grupo de crianças mais velhas, destacam-se as perguntas 5, 8 e 17, para estas duas medidas de sugestionabilidade. Já no que diz respeito à medida mudança, as crianças mais novas tendem a alterar mais as suas respostas de primeiro para o segundo questionário nas perguntas 1, 2, 8 e 11; no grupo das crianças com 12 anos salientam-se as questões 2, 8, 11 e 17. De uma forma geral, e para os dois grupos etários em estudo, parece que as perguntas 2, 8 e 11 geram uma maior tendência para a alteração das respostas após a introdução de *feedback* negativo.

Foi igualmente realizada uma análise do protocolo de cada uma das crianças, com o intuito de perceber o sentido das mudanças de resposta do primeiro para o segundo questionário. As perguntas 1, 8 e 11 (crianças mais novas) e as perguntas 1, 7 e 11 (crianças mais velhas) contam com um maior número de crianças com mudanças de resposta no sentido da aceitação da informação sugestiva.

Estes dados foram também analisados através de uma ANOVA: 2 (idade: 7 anos vs 12 anos) x 2 (tipo de medida de submissão: submissão1 vs submissão2)<sup>103</sup>. Obtivemos apenas um efeito principal para o tipo de medida de submissão [ $F(1, 26) = 9.99, p < .01, \eta^2 = .28$ ], que traduz um número superior de crianças (considerando os dois grupos etários) que pontuaram na medida submissão2 por comparação com o número de crianças que pontuaram na medida submissão1.

Os resultados destas análises não nos permitem comparar o poder sugestivo de diferentes tipos de perguntas, uma vez que estas escalas só contemplam um único tipo de questão sugestiva. O padrão de perguntas que geraram maior sugestionabilidade não é claro. Por outro lado, as questões que levaram as crianças a aceitar mais frequentemente a sugestão (submissão1) ou a alterar as suas respostas (mudança) não parecem ter características específicas ou um traço distintivo em relação às restantes. As crianças mais novas não

---

<sup>103</sup> Nesta análise não foi considerado o tipo de pergunta sugestiva, uma vez que nas VSSC só temos um tipo de perguntas sugestivas: perguntas com informação falsa.

pontuaram significativamente mais que as mais velhas nas medidas de submissão (submissão1 + submissão2). Por outro lado, quando consideramos conjuntamente os dois grupos etários, encontramos um número significativamente superior de crianças que cotou na medida submissão2, por comparação com o número de crianças que aceitou a informação falsa das perguntas sugestivas durante o primeiro questionário (submissão1).

Antes de avançarmos para as análises desenvolvidas no âmbito dos restantes objectivos definidos, optámos por examinar o desempenho das crianças de cada um dos quatro grupos em algumas medidas, tendo em linha de conta o seu sexo. As informações resultantes destas análises revestem-se de alguma importância na medida em que, possíveis diferenças no desempenho das crianças nas variáveis em estudo em função do seu sexo, poderiam condicionar as análises posteriormente desenvolvidas e as respectivas conclusões que daí derivamos. Esta situação pode estar ainda agravada pelo facto de as crianças de cada um dos sexos não estarem equitativamente distribuídas em todos os grupos. Assim sendo, há que verificar se o desempenho dos participantes do sexo feminino e masculino difere significativamente nas medidas de evocação, de confabulação, de sugestionabilidade e também nas suas competências cognitivas.

#### **4.4.5.2. Análise da relação entre algumas variáveis em estudo e o sexo dos participantes**

##### **4.4.5.2.1. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de evocação e de confabulação em função do sexo**

Quando se analisa a relação entre as pontuações obtidas nas medidas de evocação e de confabulação e o sexo das crianças de cada um dos quatro grupos em estudo, não se encontra nenhuma diferença de médias estatisticamente significativa (cf. quadros 1, 2, 3 e 4, anexo I).

Apesar da ausência de diferenças com significado estatístico, é possível observar um padrão específico de resultados. Observando as pontuações obtidas pelas crianças do sexo feminino e masculino, e quando consideramos o grupo de crianças mais novas, parece haver uma tendência entre as crianças do sexo feminino para um melhor desempenho nas medidas de evocação; esta tendência inverte-se quando consideramos o grupo de crianças mais velhas, sendo que o sexo masculino passa a evidenciar médias tendencialmente mais elevadas nas medidas de evocação de ambas as escalas (GSS2 e VSSC). Já no que concerne às medidas de

confabulação, não se encontra uma tendência linear quando comparamos as médias das meninas e dos meninos. Note-se que, para além das pontuações directas obtidas nestas medidas, analisaram-se também os valores de confabulação em proporção (fruto da ponderação da pontuação obtida nas correspondentes medidas de evocação) uma vez que estes dados serão posteriormente utilizados no âmbito da análise da tendência para confabular em função da idade cronológica das crianças.

#### **4.4.5.2.2. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de sugestionabilidade em função do sexo**

Quando se analisa a relação entre as pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade em função do sexo das crianças, não se encontra nenhuma diferença de médias estatisticamente significativa (cf. quadros 1, 2, 3 e 4, anexo J).

Não parece também observar-se nenhum padrão ou tendência nas associações entre o sexo (tanto das crianças mais novas como das mais velhas) e o grau de sugestionabilidade quantificado pelas medidas das GSS2 e das VSSC. Importa apenas salientar uma ligeira tendência das meninas para revelarem maior sugestionabilidade, quando consideramos o grupo de crianças mais velhas avaliadas pelas GSS2 e o grupo de crianças mais novas avaliadas pelas VSSC. No entanto, estas diferenças, como mencionámos acima, não atingem, em nenhuma das situações, um nível de significância estatística.

#### **4.4.5.2.3. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de avaliação cognitiva em função do sexo**

Quando se comparam as crianças do sexo feminino com as do sexo masculino, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas nas médias das pontuações obtidas nas medidas de avaliação cognitiva, sendo este padrão de resultados aplicável tanto para os grupos de crianças que foram avaliadas pelas GSS2, como para os grupos a quem foram administradas as VSSC (cf. quadros 1, 2, 3 e 4, anexo L).

No cômputo geral, quando tentamos perceber se existe algum padrão diferencial no desempenho nas provas de avaliação cognitiva em função do sexo, observamos uma ligeira tendência para um melhor desempenho das meninas nas medidas de memória quando

analisamos os grupos de crianças mais novas, invertendo-se esta tendência quando passamos a considerar os grupos de crianças mais velhas (passando os meninos a ter melhores competências de memória fonológica e visuo-espacial). Por outro lado, entre as crianças mais novas observa-se maior impulsividade no sexo feminino, passando os meninos a revelar maior impulsividade nos grupos de crianças mais velhas. As competências ao nível da inteligência não parecem assumir qualquer padrão diferencial em função do sexo das crianças participantes.

A conclusão mais importante a reter das três análises que acabámos de apresentar é que, de facto, não se verificam diferenças estatisticamente significativas no desempenho nas medidas de evocação, de confabulação, de sugestionabilidade e nas competências cognitivas, quando comparamos as crianças do sexo feminino e do sexo masculino. Esta constatação é importante na medida em que, como já dito, assegura que alguns resultados obtidos em análises posteriores não estão a ser distorcidos por possíveis diferenças nas médias das pontuações obtidas, pelos meninos e pelas meninas, nessas medidas.

Indo agora ao encontro daquele que é o segundo objectivo deste estudo, passamos a apresentar os resultados relativos à análise comparativa do desempenho nas medidas de evocação, de confabulação e de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC, tendo por base as duas faixas etárias em estudo. Esta análise foi desenvolvida considerando separadamente os grupos de crianças cuja sugestionabilidade foi quantificada pelas GSS2 e os grupos de crianças a quem foram aplicadas as VSSC, uma vez que as medidas de evocação, de confabulação e de sugestionabilidade de cada um destes instrumentos são distintas.

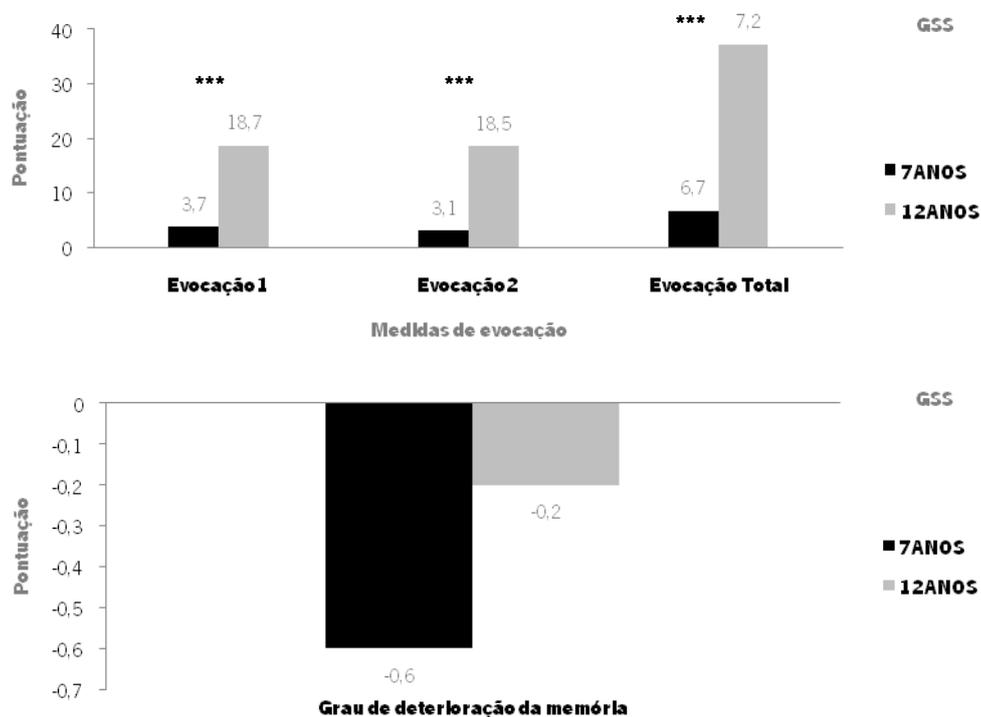
#### **4.4.5.3. Análise do desempenho dos participantes nas medidas das GSS2 e das VSSC em função da sua idade cronológica**

##### **4.4.5.3.1. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de evocação e de confabulação em função da sua idade cronológica**

Considerando primeiramente os grupos avaliados através das GSS2, as crianças mais novas têm uma média de unidades correctamente evocadas inferior à das crianças mais velhas, na primeira evocação ( $M_{GSS7EVOC1} = 3.7$ ,  $DP_{GSS7EVOC1} = 2$ ;  $M_{GSS12EVOC1} = 18.7$ ,  $DP_{GSS12EVOC1} = 6.4$ ), na segunda evocação ( $M_{GSS7EVOC2} = 3.1$ ,  $DP_{GSS7EVOC2} = 2.6$ ;  $M_{GSS12EVOC2} = 18.5$ ,  $DP_{GSS12EVOC2} = 6.4$ ), e na medida da evocação total ( $M_{GSS7EVOCT} = 6.7$ ,  $DP_{GSS7EVOCT} = 4.3$ ;  $M_{GSS12EVOCT} = 37.2$ ,  $DP_{GSS12EVOCT} = 12.8$ ). Estas diferenças foram analisadas através de testes t para amostras independentes, encontrando-se diferenças

estatisticamente significativas para as três medidas de evocação, ou seja para a primeira evocação [ $t(34,589) = -12.27, p < .001, d = 3.16$ ], para a segunda evocação [ $t(37,985) = -12.26, p < .001, d = 3.15$ ], e para a evocação total [ $t(35,656) = -12.41, p < .001, d = 3.19$ ]. As crianças mais novas têm também maior grau de deterioração da memória ( $M_{GSS7DETMEM} = -.6, DP_{GSS7DETMEM} = 1.3; M_{GSS12DETMEM} = -.2, DP_{GSS12DETMEM} = 1.3$ ), mas as diferenças não são estatisticamente significativas ( $U = 414, N1=30, N2=30, p > .05$ ) (cf. quadro 1, anexo M).

Estes resultados encontram-se esquematizados na figura 7.

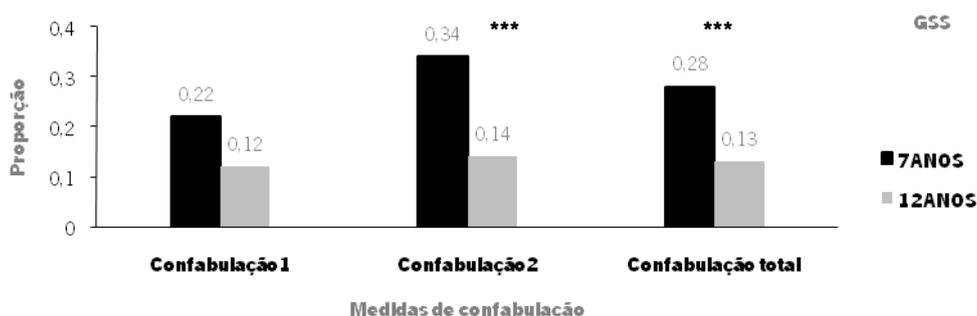


**Figura 7.** Desempenho nas medidas de evocação das GSS2 em função da idade cronológica

O grupo de crianças mais novas apresenta também maior tendência para confabular, tendo uma média de confabulações superior em relação ao grupo de crianças mais velhas, em todas as medidas de confabulação das GSS2, ou seja, no número de confabulações contabilizadas durante o primeiro momento de evocação ( $M_{GSS7CFAB1} = .22, DP_{GSS7CFAB1} = .2; M_{GSS12CFAB1} = .12, DP_{GSS12CFAB1} = .1$ ), durante a segunda evocação ( $M_{GSS7CFAB2} = .34, DP_{GSS7CFAB2} = .3; M_{GSS12CFAB2} = .14, DP_{GSS12CFAB2} = .1$ ), e nos dois momentos de evocação ( $M_{GSS7CFABT} = .28, DP_{GSS7CFABT} = .2; M_{GSS12CFABT} = .13, DP_{GSS12CFABT} = .1$ ). Lembramos que estes dados resultam da ponderação do número de unidades

correctamente evocadas<sup>104</sup>. Estes dados foram analisados através de testes t para amostras independentes, encontrando-se diferenças são estatisticamente significativas na medida de confabulação da segunda evocação [ $t(36,700) = 3.9, p < .001, d = .89$ ] e na medida das confabulações totais [ $t(40,506) = 3.88, p < .001, d = .95$ ]. As diferenças na produção de confabulações no primeiro momento de evocação não alcançaram um nível de significância estatística [ $t(39,041) = 2.29, p > .05$ ]. Para além da medida de confabulação total, analisámos também o desempenho destes grupos em cada um dos dois tipos de confabulação (invenções e distorções), para cada uma das três medidas de evocação (associadas a dois momentos de evocação distintos), não se encontrando nenhuma diferença estatisticamente significativa entre as médias das pontuações nestas medidas, quando comparamos as duas faixas etárias (cf. quadro 2, anexo M).

Os principais resultados encontram-se esquematizados na figura 8.

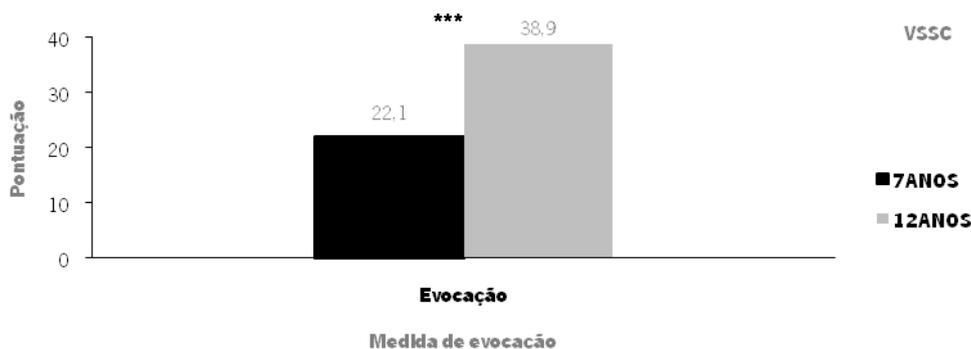


**Figura 8.** Desempenho nas medidas de confabulação das GSS2 em função da idade cronológica

Direccionando agora a nossa atenção para o grupo avaliado através das VSSC, e tendo em conta que nestas escalas temos apenas um único momento de evocação, as crianças mais novas têm uma média de unidades correctamente evocadas significativamente inferior à das crianças mais velhas ( $M_{VSSC7EVOC} = 22.1, DP_{VSSC7EVOC} = 8.4; M_{VSSC12EVOC} = 38.9, DP_{VSSC12EVOC} = 15.6$ ), sendo as diferenças estatisticamente significativas [ $t(44,493) = -5.22, p < .001, d = 1.34$ ] (cf. quadro 3, anexo M).

Estes resultados encontram-se esquematizados na figura 9.

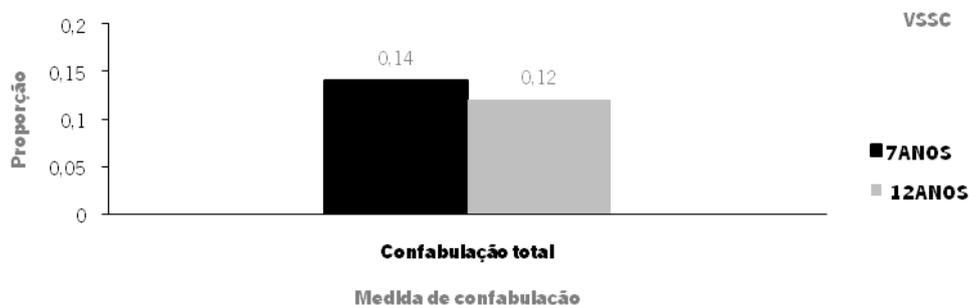
<sup>104</sup> Estes valores resultam do cálculo de uma proporção com base na seguinte fórmula: CFAB (Prop.) = número de confabulações / número de confabulações + número de unidades correctamente evocadas.



**Figura 9.** Desempenho na medida de evocação das VSSC em função da idade cronológica

O grupo de crianças mais novas tem uma média ligeiramente superior em relação às crianças mais velhas na medida de confabulação das VSSC ( $M_{VSSC7CFAB} = .14$ ,  $DP_{VSSC7CFAB} = .1$ ;  $M_{VSSC12CFAB} = .12$ ,  $DP_{VSSC12CFAB} = .1$ )<sup>105</sup>, embora as diferenças não sejam estatisticamente significativas [ $t(58) = .67$ ,  $p > .05$ ]. Mais uma vez detalhámos esta análise, considerando separadamente a produção de invenções e de distorções, não se verificando nenhuma diferença de médias estatisticamente significativa (cf. quadro 4, anexo M).

Os principais resultados encontram-se esquematizados na figura 10.



**Figura 10.** Desempenho na medida de confabulação das VSSC em função da idade cronológica

Resumindo, estes resultados indicam que as crianças mais novas têm um desempenho significativamente inferior nas medidas de evocação das GSS2 e das VSSC, quando comparadas com as crianças mais velhas. Por outro lado, regista-se uma tendência entre as crianças com uma média de idades de 7 anos para confabular mais, embora as diferenças entre a média de confabulações dos dois grupos etários só seja significativa quando a avaliação é feita através das

<sup>105</sup> Estes valores resultam do cálculo de uma proporção com base na seguinte fórmula: CFAB (Prop.) = número de confabulações / número de confabulações + número de unidades correctamente evocadas.

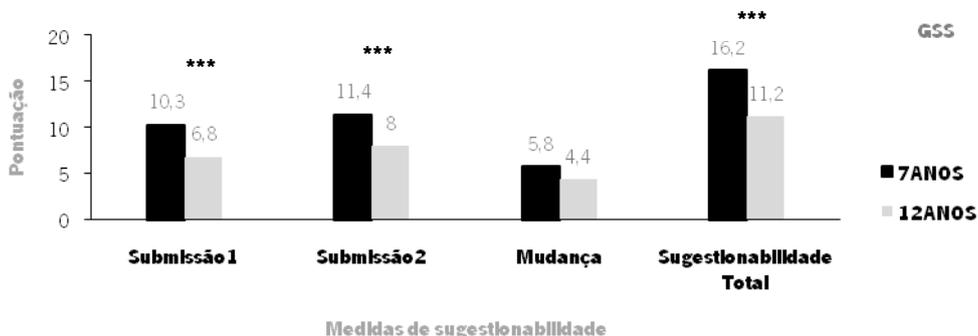
GSS2. Estes resultados indicam que, quando se pondera o processo confabulatório em função do desempenho na respectiva evocação, as crianças mais novas evidenciam maior tendência para confabular, tendência esta que é contrária à que encontramos anteriormente, quando considerámos para análise o número directo de confabulações.

No seguimento da abordagem que acabámos de expor, apresentamos agora outra análise diferencial do desempenho das crianças mais novas e mais velhas, mas desta feita no que concerne às medidas de sugestionabilidade.

#### 4.4.5.3.2. Análise do desempenho dos participantes nas medidas de sugestionabilidade em função da idade cronológica

Quando avaliadas através das GSS2, as crianças mais novas apresentam valores mais elevados de sugestionabilidade em todas as medidas destas escalas, ou seja na medida submissão1 ( $M_{GSS7SUB1} = 10.3$ ,  $DP_{GSS7SUB1} = 3.1$ ;  $M_{GSS12SUB1} = 6.8$ ,  $DP_{GSS12SUB1} = 3.4$ ), submissão2 ( $M_{GSS7SUB2} = 11.4$ ,  $DP_{GSS7SUB2} = 2.8$ ;  $M_{GSS12SUB2} = 8$ ,  $DP_{GSS12SUB2} = 3.9$ ), mudança ( $M_{GSS7MUD} = 5.8$ ,  $DP_{GSS7MUD} = 3.6$ ;  $M_{GSS12MUD} = 4.4$ ,  $DP_{GSS12MUD} = 3$ ), e sugestionabilidade total ( $M_{GSS7SUGT} = 16.2$ ,  $DP_{GSS7SUGT} = 4.1$ ;  $M_{GSS12SUGT} = 11.2$ ,  $DP_{GSS12SUGT} = 5.3$ ). No entanto, estas diferenças apenas são significativas para as medidas submissão1 [ $t(58) = 4.21$ ,  $p < .001$ ,  $d = 1.08$ ], submissão2 [ $t(58) = 3.88$ ,  $p < .001$ ,  $d = 1$ ] e sugestionabilidade total [ $t(58) = 4.03$ ,  $p < .001$ ,  $d = 1.06$ ], não alcançando um nível de significância a diferença de médias entre os dois grupos na medida mudança [ $U = 349$ ,  $N1=30$ ,  $N2=30$ ,  $p > .05$ ] (cf. quadro 1, anexo N).

Estes resultados encontram-se esquematizados na figura 11.



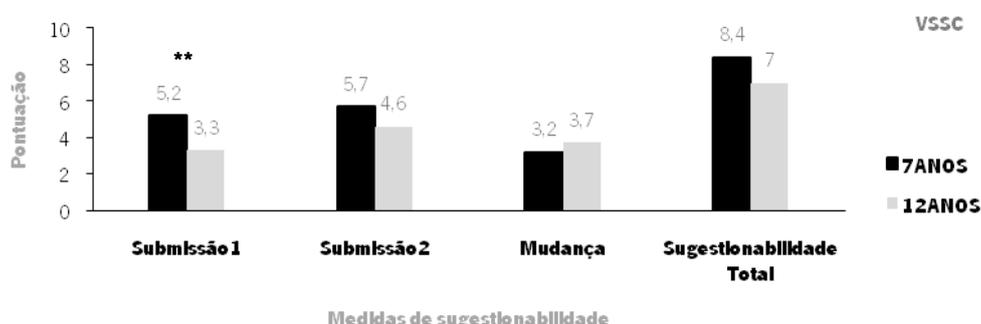
**Figura 11.** Desempenho nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 em função da idade cronológica

Uma vez que a relação entre a idade e o grau de sugestionabilidade se constitui como um dos objectivos centrais deste estudo, e a fim de complementar a análise acima exposta,

realizámos também uma análise de regressão linear, que visou perceber o impacto da idade cronológica (variável preditora) na sugestionabilidade total evidenciada pelas crianças (variável dependente). Efectuou-se primeiramente a testagem dos pressupostos que devem ser cumpridos neste tipo de análise estatística, nomeadamente a dimensão da amostra, a ausência de correlação entre as observações, a ausência de multicolinearidade e de singularidade, o controlo dos *outliers* e a verificação da normalidade, linearidade, homocedasticidade e independência dos resíduos<sup>106</sup>. O modelo de regressão explica 21% da variância, sendo significativo [ $F(1, 58) = 15.24, p < .001$ ]. A idade revelou-se um preditor significativo [ $t(58) = -3.90, p < .001$ ], sendo que, quanto mais velhas são as crianças, menor é a sua vulnerabilidade global à sugestão ( $\beta = -.92$ ) (cf. quadro 2, anexo N).

Considerando agora os valores de sugestionabilidade quantificados através das VSSC, o grupo de crianças mais novas apresenta valores de sugestionabilidade superiores aos das crianças mais velhas nas medidas submissão1 ( $M_{VSSC7SUB1} = 5.2, DP_{VSSC7SUB1} = 2.9; M_{VSSC12SUB1} = 3.3, DP_{VSSC12SUB1} = 1.7$ ), submissão2 ( $M_{VSSC7SUB2} = 5.7, DP_{VSSC7SUB2} = 3.1; M_{VSSC12SUB2} = 4.6, DP_{VSSC12SUB2} = 2.2$ ) e sugestionabilidade total ( $M_{VSSC7SUGT} = 8.4, DP_{VSSC7SUGT} = 3.5; M_{VSSC12SUGT} = 7, DP_{VSSC12SUGT} = 3.2$ ). Já no que diz respeito à medida mudança a situação é inversa, com as crianças mais velhas a terem uma média de pontuações nesta medida de sugestionabilidade superior à das mais novas ( $M_{VSSC7MUD} = 3.2, DP_{VSSC7MUD} = 2.2; M_{VSSC12MUD} = 3.7, DP_{VSSC12MUD} = 2.4$ ). No entanto, as diferenças de médias de pontuações entre os dois grupos etários só são significativas para a medida submissão1 [ $t(46,607) = 2.92, p \leq .01, d = .79$ ], não o sendo para as medidas submissão2 [ $U = 368, N1=30, N2=30, p > .05$ ], mudança [ $U = 396.5, N1=30, N2=30, p > .05$ ] e sugestionabilidade total [ $t(58) = 1.54, p > .05$ ] (cf. quadro 3, anexo N).

Estes resultados encontram-se expostos na figura 12.



**Figura 12.** Desempenho nas medidas de sugestionabilidade das VSSC em função da idade cronológica

<sup>106</sup> Este tipo de controlo foi efectuado para todas as análises de regressão linear realizadas neste estudo.

Realizámos também uma análise de regressão linear para os grupos de crianças avaliadas pelas VSSC, para melhor compreender o impacto da idade cronológica (variável preditora) na sugestionabilidade total evidenciada pelas crianças (variável dependente). O modelo de regressão explica apenas 5% da variância, não sendo significativo [ $F(1, 58) = 3.08, p > .05$ ]. A idade não se revelou um preditor significativo da sugestionabilidade global das crianças [ $t(58) = -1.76, p > .05$ ] (cf. quadro 4, anexo N).

Quando analisamos as diferenças nas pontuações obtidas nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC, tendo por base as idades das crianças avaliadas, percebemos que as crianças mais novas são, de uma forma geral, mais sugestionáveis. No entanto, nem todas as diferenças atingem um nível de significância estatística. Um resultado muito importante são as diferenças significativas encontradas no desempenho das crianças mais novas na medida submissão<sup>1</sup> quando comparadas com as médias de pontuações obtidas pelas crianças mais velhas na mesma medida de sugestionabilidade. Estas diferenças observaram-se quer quando a avaliação é feita através das GSS2, quer quando é feita com as VSSC. Este dado indica-nos existir uma maior dificuldade por parte das crianças com 7 anos em lidar com a informação ilusória introduzida através das perguntas sugestivas. A medida de submissão<sup>2</sup> permite-nos conhecer o sentido da mudança de resposta e também quantificar a tendência para aceitar a informação sugestiva das perguntas após a introdução de *feedback* negativo; apenas nos grupos de crianças avaliados através das GSS se verificaram diferenças significativas entre os dois grupos etários, com as crianças mais novas a terem médias de pontuações significativamente mais elevadas nesta segunda medida de sugestionabilidade. A ausência de diferenças significativas na medida mudança indica que, quando está em causa a vulnerabilidade à introdução de *feedback* negativo, as crianças com 7 anos não se diferenciam do grupo de 12 anos, ou seja, a capacidade para lidar com a pressão social externa não parece ser muito diferente nas faixas etárias em estudo; note-se que, quando a avaliação é feita através das VSSC, a tendência de resultados inverte-se, com as crianças mais velhas a alterarem mais as suas respostas no segundo questionário. Por último, há que notar que, quando são aplicadas as GSS2, se observam também diferenças significativas em função da idade das crianças na medida sugestionabilidade total, o que não acontece quando esta medida é quantificada pelas VSSC. Estes dados são reforçados pelos dados das regressões lineares efectuadas, que indicam

apenas existir um impacto significativo da idade no grau global de vulnerabilidade à sugestão, quando a sugestionabilidade é avaliada através das GSS2.

Tendo em linha de conta o terceiro objectivo que definimos, tentemos agora perceber de que forma o desempenho das crianças nas medidas de evocação e de confabulação das GSS2 e das VSSC poderá estar relacionado com o grau de sugestionabilidade por elas evidenciado. Por outro lado, e no âmbito do quarto objectivo deste estudo tentamos também compreender a relação entre as competências cognitivas dos participantes e o seu grau de vulnerabilidade à sugestão. São estas duas abordagens que apresentamos de seguida.

#### **4.4.5.4. Análise da relação entre o grau de sugestionabilidade dos participantes e o seu desempenho nas medidas de evocação, de confabulação e de avaliação cognitiva**

Nas análises que se seguem considera-se o grau de sugestionabilidade das crianças, que é traduzido por duas categorias: crianças “muito sugestionáveis” e “pouco sugestionáveis”. Esta dicotomização foi efectuada para as medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC e consistiu na divisão de cada um dos grupos em análise em dois sub-grupos, a partir do percentil 50 ou mediana, depois de devidamente ordenados em função da pontuação obtida em cada uma das medidas de sugestionabilidade (o que distribuiu 15 crianças para cada um sub-grupos).

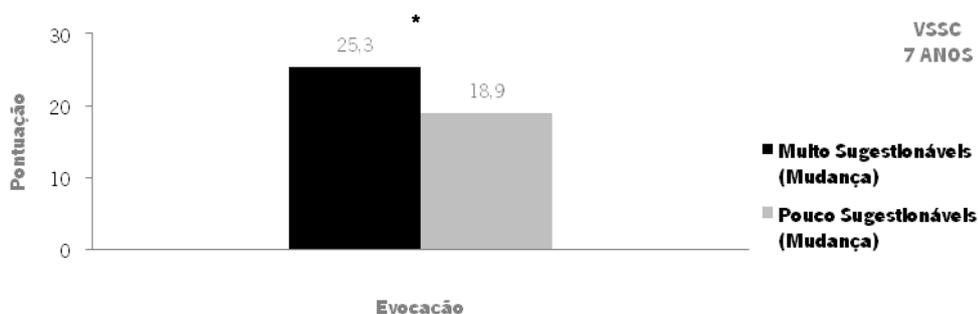
##### **4.4.5.4.1. Análise da relação entre o grau de sugestionabilidade dos participantes e o seu desempenho nas medidas de evocação e de confabulação**

Começamos então pela análise da relação entre o grau de sugestionabilidade evidenciado pelas crianças e o seu desempenho nas medidas de evocação e de confabulação.

De uma forma geral, os resultados apontam para a inexistência de associações significativas entre o desempenho das crianças nas medidas de evocação e de confabulação e o seu grau de sugestionabilidade (quantificado por qualquer uma das medidas das GSS2 e das VSSC). Observamos apenas uma excepção: no grupo de crianças com 7 anos a quem foram administradas as VSSC, verifica-se uma relação significativa entre o desempenho na medida de evocação e o grau de sugestionabilidade quantificado pela medida mudança [ $t(28) = 2.26, p <$

.05,  $d = .82$ ], com as crianças que alteraram mais as suas respostas após a introdução de *feedback* negativo a revelarem melhor desempenho na medida de evocação das VSSC ( $M_{VSSC7(MTUD)EVOC} = 25.3$ ,  $DP_{VSSC7(MTUD)EVOC} = 9.9$ ;  $M_{VSSC7(PCMUD)EVOC} = 18.9$ ,  $DP_{VSSC7(PCMUD)EVOC} = 4.9$ ) (cf. quadro 3, anexo O).

A única relação significativa encontra-se exposta na figura 13.



**Figura 13.** Desempenho do grupo de crianças mais novas, na medida de evocação, em função do seu grau de sugestionabilidade na medida mudança (VSSC)

Assim sendo, e de uma forma geral, podemos dizer que o grau de sugestionabilidade, o desempenho nas medidas de evocação e a tendência para confabular das crianças são medidas ou factores independentes.

A relação encontrada no grupo de crianças mais novas avaliadas pelas VSSC (entre o grau de sugestionabilidade na medida mudança e o desempenho na medida de evocação) indica-nos, contrariamente ao que parece ser a tendência geral de resultados, que as crianças que cedem mais ao *feedback* negativo (mudança) são as que têm melhor desempenho na evocação das VSSC. No cômputo geral dos resultados obtidos, esta relação não parece portanto merecer grande atenção. De notar que, apesar da quase inexistência de relações significativas nesta análise, observa-se que as crianças com melhor desempenho nas evocações se revelam menos sugestionáveis. No entanto, esta tendência apenas se verifica nos grupos avaliados pelas GSS2. Já no que respeita ao desempenho nas medidas de confabulação, os resultados não parecem assumir um padrão determinado, não se conseguindo delinear uma tendência geral na associação entre o grau de sugestionabilidade evidenciado pelas crianças e a sua propensão para confabular (cf. figuras 1 a 16, anexo O).

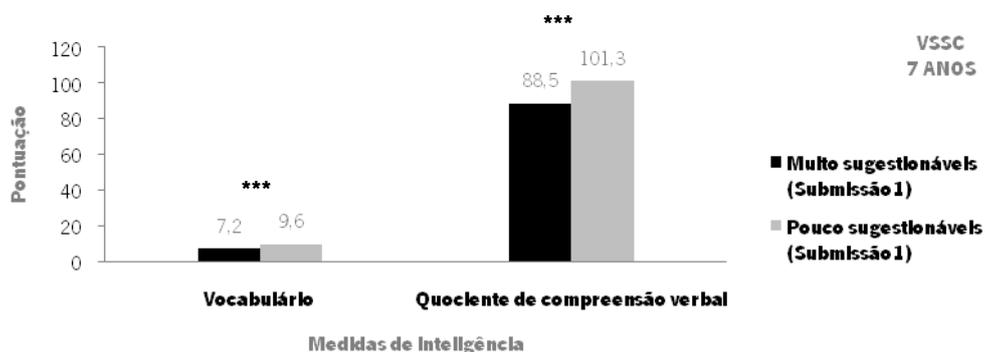
Terminamos com a apresentação dos resultados relativos ao estudo da relação entre as competências cognitivas dos participantes e o seu grau de sugestionabilidade.

#### 4.4.5.4.2. Análise da relação entre o grau de sugestionabilidade dos participantes e o seu desempenho nas medidas de avaliação cognitiva

Começando pelo grupo de crianças mais novas que foram avaliadas com recurso às GSS2, não se verifica nenhuma relação estatisticamente significativa entre o grau de sugestionabilidade (quantificado por todas as medidas de sugestionabilidade das GSS2) e o desempenho nas medidas de avaliação cognitiva deste estudo (cf. quadro 1, figuras 1 a 4, anexo P). Quando passamos a ter em conta o grupo de crianças mais velhas avaliadas pelas GSS2, também não encontramos nenhuma relação estatisticamente significativa entre o grau de vulnerabilidade à sugestão das crianças participantes e as suas competências cognitivas. (cf. quadro 2, figuras 5 a 8, anexo P).

Direcionando agora a atenção para o grupo de crianças mais novas que foram avaliadas pelas VSSC, encontramos associações estatisticamente significativas entre o grau de sugestionabilidade traduzido pela medida submissão1 e duas medidas de inteligência: o teste vocabulário [ $t(28) = -3.26, p < .01, d = 1.2$ ] e o Quociente de Compreensão Verbal [ $t(28) = -3.65, p < .001, d = 1.33$ ]. Um menor grau de aceitação da informação ilusória presente nas perguntas das VSSC, está associado a melhores competências cognitivas, tanto no que diz respeito ao desempenho no teste vocabulário ( $M_{VSSC7(MTSUB1)VOC} = 7.2, DP_{VSSC7(MTSUB1)VOC} = 2$ ;  $M_{VSSC7(PCSUB1)VOC} = 9.6, DP_{VSSC7(PCSUB1)VOC} = 2$ ), como ao Quociente de Compreensão Verbal ( $M_{VSSC7(MTSUB1)DQVC} = 88.5, DP_{VSSC7(MTSUB1)DQVC} = 10.8$ ;  $M_{VSSC7(PCSUB1)DQVC} = 101.3, DP_{VSSC7(PCSUB1)DQVC} = 8.2$ ) (cf. quadro 3, figura 9, anexo P).

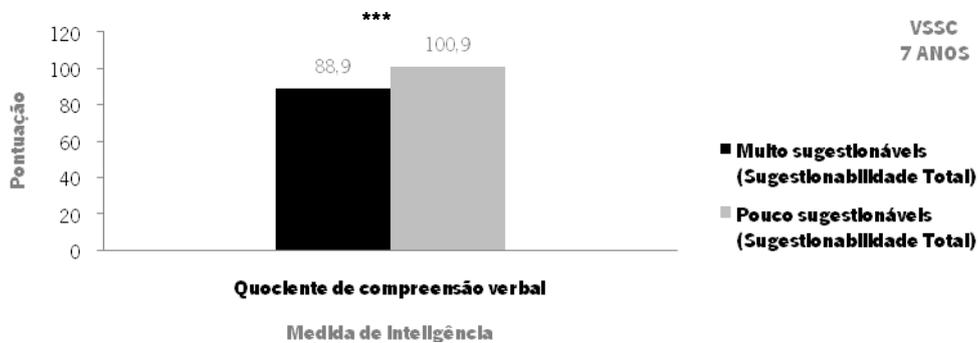
Os principais resultados encontram-se na figura 14.



**Figura 14.** Desempenho do grupo de crianças mais novas avaliadas pelas VSSC, nas medidas de inteligência Vocabulário e Quociente de Compreensão Verbal, em função do seu grau de sugestionabilidade na medida submissão1

Ainda no mesmo grupo de crianças, mas agora considerando o grau de sugestionabilidade quantificado pelas medidas submissão2 e mudança das VSSC, não se encontra nenhuma relação estatisticamente significativa (cf. quadro 3, figuras 10 e 11, anexo P). Já quando consideramos a medida de sugestionabilidade total, encontramos associações significativas, agora apenas com uma medida de inteligência, o Quociente de Compreensão Verbal [ $t(28) = -3.32, p < .001, d = 1.22$ ], sendo que as crianças com melhores pontuações nesta medida de inteligência evidenciam um menor grau global de sugestionabilidade ( $M_{VSSC7(MTSUGT)DQVC} = 88.9, DP_{VSSC7(MTSUGT)DQVC} = 10.3; M_{VSSC7(PCSUGT)DQVC} = 100.9, DP_{VSSC7(PCSUGT)DQVC} = 9.3$ ) (cf. quadro 3, figura 12, anexo P).

Esta última relação encontra-se representada na figura 15.



**Figura 15.** Desempenho do grupo de crianças mais novas avaliadas pelas VSSC, na medida de inteligência Quociente de Compreensão Verbal, em função do seu grau de sugestionabilidade na medida sugestionabilidade total

Focando o último grupo, as crianças mais velhas avaliadas pelas VSSC, verificamos não haver relações estatisticamente significativas entre o grau de sugestionabilidade (quantificado pelas medidas submissão1, submissão2, mudança e sugestionabilidade total) e nenhuma das competências cognitivas avaliadas (cf. quadro 4, figuras 13 a 16, anexo P).

O padrão geral de resultados não é linear, sendo difícil estabelecer associações entre cada uma das competências cognitivas avaliadas e o grau de sugestionabilidade das crianças. Parece observar-se uma tendência, em todos os grupos, para QIs mais elevados estarem associados a menor sugestionabilidade nas medidas de submissão e a maior tendência para alterar respostas (mudança). De uma forma não constante, verifica-se também uma tendência muito ligeira para as crianças com melhores desempenhos nas medidas de memória (fonológica e visuo-espacial) se mostrarem mais resistentes à sugestão. Os dados em torno da impulsividade são divergentes, assumindo uma direção mais definida apenas no grupo de

crianças mais velhas avaliadas pelas VSSC, em que as crianças mais impulsivas revelaram maior sugestionabilidade.

Os dados que acabámos de apresentar revestem-se de grande importância no âmbito da presente investigação. Assim sendo, optámos por complementar as análises estatísticas acima detalhadas com análises de regressão linear, para melhor percebermos a relação das competências cognitivas das crianças e a sua vulnerabilidade à sugestão. Consideraram-se como variáveis predictoras: o quociente de compreensão verbal, a memória fonológica, a memória visuo-espacial e a medida de atenção/impulsividade. A selecção do Quociente de Compreensão Verbal, ao invés do Quociente de Escala Total, teve subjacente a necessidade de perceber o impacto diferencial e específico das competências verbais de inteligência das crianças na sua vulnerabilidade à sugestão. De facto, importava esclarecer os resultados anteriormente obtidos, que apontaram para relações significativas envolvendo as competências de inteligência verbal (nos grupos avaliados pelas VSSC). Seguem-se então os resultados das análises de regressão linear para cada um dos quatro grupos em estudo.

Começando pelo grupo de crianças mais novas cuja sugestionabilidade foi quantificada através do recurso às GSS2, o modelo de regressão explica apenas 16% da variância, não sendo significativo [ $F(4, 25) = 1.21, p > .05$ ]. Nenhuma das competências cognitivas em análise se revelou um preditor significativo da sugestionabilidade global das crianças (cf. quadro 5, anexo P). Quando passamos a ter em consideração as crianças mais velhas avaliadas pela mesma escala de avaliação da sugestionabilidade, verificamos que o modelo de regressão explica apenas 5% da variância, não sendo também significativo [ $F(4, 25) = .30, p > .05$ ]. Mais uma vez, nenhuma das competências cognitivas em análise se revelou um preditor significativo da sugestionabilidade global evidenciada pelas crianças (cf. quadro 6, anexo P). Quando passamos a considerar o grupo de crianças a quem foram administradas as VSSC, e começando pelas mais novas, constatamos que o modelo de regressão explica 31% da variância, atingindo um nível de significância estatística marginal [ $F(4, 25) = 2.78, p = .05$ ]. Das quatro variáveis predictoras envolvidas, apenas o Quociente de Compreensão Verbal se revelou um preditor significativo [ $t(25) = -2.87, p < .01$ ], sendo que, melhores competências verbais parecem aumentar a resistência das crianças à introdução de sugestão, diminuindo a sua tendência global para a sugestionabilidade ( $\beta = -.52$ ) (cf. quadro 7, anexo P). Direcção agora a análise para o último grupo, o das crianças mais velhas avaliadas pelas VSSC, o modelo de regressão passa a explicar apenas 18% da variância, não sendo significativo [ $F(4, 25) = 1.41, p$

> .05]. Das quatro variáveis preditoras envolvidas, apenas a medida de impulsividade se revelou um preditor significativo [ $t(25) = 2.35, p < .01$ ], sendo que, as crianças mais impulsivas evidenciaram maior sugestionabilidade global ( $\beta = .46$ ) (cf. quadro 7, anexo P).

Os resultados da análise de regressão acima detalhados vêm mostrar a relação significativa anteriormente encontrada entre o desempenho nas medidas de inteligência verbal e o grau global de vulnerabilidade à sugestão das crianças deste estudo. Parece portanto que, melhores competências ao nível da inteligência verbal, estão associadas a um menor grau global de sugestionabilidade, na medida em que diminuem a tendência das crianças para aceitar a informação falsa presente nas questões (submissão1). Note-se que esta associação só se faz sentir quando as crianças são mais novas, e apenas quando a sugestionabilidade é quantificada pelas VSSC. As análises de regressão vêm também chamar a nossa atenção para o facto de as crianças mais velhas que se revelaram mais impulsivas, serem também aquelas que evidenciaram maior sugestionabilidade total (quantificada pelas VSSC).

Todos os resultados até aqui apresentados serão seguidamente alvo de maior reflexão e ponderação, delineando-se também algumas inferências e generalizações, tendo em consideração os contributos anteriores de alguns estudos desenvolvidos nesta área de investigação.

#### **4.5. Discussão dos resultados**

A conceptualização teórica subjacente a este trabalho e a apresentação dos resultados deste estudo experimental foram estruturados e tiveram como linha condutora os principais objectivos a que nos propusemos. Esta investigação pretende promover uma mais ampla compreensão da produção de falsas memórias em crianças, mais concretamente no que diz respeito ao seu grau de vulnerabilidade à sugestão introduzida durante um processo de interrogatório, ou seja, ao seu grau de sugestionabilidade interrogativa. De facto, e dada a importância crescente que os testemunhos das crianças assumem em contextos forenses, importa perceber até que ponto as crianças são capazes de fornecer informações verdadeiras acerca de um determinado evento ou situação, e sobretudo, qual o seu grau de vulnerabilidade à sugestão. Interessou-nos em particular, como já dito, analisar o impacto dos processos de questionamento nos seus relatos, principalmente quando estes incluem técnicas de entrevista sugestivas.

Neste contexto, revestem-se de considerável importância os instrumentos de avaliação dedicada da sugestionabilidade interrogativa. Para este estudo, seleccionámos as GSS2 e as VSSC, que diferem fundamentalmente na modalidade de apresentação da informação: nas GSS2 as crianças ouvem uma história, enquanto que nas VSSC o episódio é apresentado em formato vídeo. A decisão de englobar duas escalas diferentes de avaliação deste fenómeno teve patente um dos principais objectivos deste estudo, que passa por promover um melhor conhecimento deste tipo de instrumentos, considerando-se que a tradução e adaptação para a população portuguesa de ambas as escalas se constitui, por si só, como um importante contributo. Em função dos primeiros objectivos que regem este estudo, examinámos de forma detalhada o desempenho das crianças da nossa amostra, tanto nas GSS2, como nas VSSC. Nesta análise considerámos não só os resultados obtidos nas medidas de sugestionabilidade, mas também o desempenho nas medidas de evocação de ambas as escalas, valores detalhadamente apresentados na secção de resultados deste trabalho. Constatou-se que a aplicação das versões portuguesas destas escalas permitiu a quantificação do desempenho das crianças avaliadas, nas medidas de evocação, de confabulação e de sugestionabilidade. O recurso a estes instrumentos é, sobretudo, importante, na medida em que estes nos permitem quantificar o grau de vulnerabilidade à sugestão que as pessoas tendem a evidenciar quando submetidas a processos de interrogatório. De facto, diversos autores têm argumentado que o grau de sugestionabilidade

quantificado por este tipo de instrumentos se assume como um bom predictor da qualidade dos depoimentos posteriormente obtidos em contextos judiciais (Finnila et al., 2003; Gudjonsson, 1987c, 1992b; Henry & Gudjonsson, 1999, 2003, 2007; McFarlane & Powell, 2002; Merckelbach et al., 1998; Miles et al., 2004, 2007; Quas et al., 2005; Scullin & Bonner, 2006; Scullin et al., 2002). Assumida a utilidade dos instrumentos de quantificação da sugestionabilidade interrogativa, reforça-se a necessidade de unir esforços no sentido de uniformizar as versões portuguesas destes instrumentos, com vista à obtenção de normas que permitam a utilização efectiva e a inclusão deste tipo de avaliações nos contextos reais de avaliação de vítimas ou de testemunhas.

Uma das análises mais importantes da presente investigação passa pela comparação dos dois grupos etários em estudo relativamente ao seu desempenho nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC. Como já referimos, o estudo da variação da sugestionabilidade interrogativa em função da idade cronológica, tem suscitado uma das maiores controvérsias que caracterizam este campo de investigação. De facto, um número considerável de autores argumentam que as crianças mais novas são mais vulneráveis à sugestão (Ceci & Bruck, 1993; Ceci et al., 1987; Danielsdottir et al., 1993; Warren et al., 1991), enquanto que outros estudos suportam empiricamente o contrário, defendendo a qualidade dos testemunhos de crianças muito novas, e argumentando que estas não são mais sugestionáveis que as crianças mais velhas (Duncan et al., 1982; Flin et al., 1992; Goodman & Reed, 1986). Os resultados que obtivemos no nosso estudo vão ao encontro da primeira posição, ou seja, sustentam que, de facto, as crianças mais novas se mostram mais sugestionáveis que as mais velhas. Com efeito, e no que diz respeito às idades compreendidas na nossa amostra, as crianças mais novas obtiveram pontuações significativamente superiores nas medidas submissão1, submissão2 e sugestionabilidade total das GSS2, e na medida submissão1 das VSSC. Uma primeira ideia a esboçar é a de que as crianças mais novas cedem mais facilmente às questões sugestivas aceitando as informações falsas nelas contidas (submissão1). Por outro lado, e pelo menos no que respeita às faixas etárias em estudo, as crianças não diferem significativamente na sua vulnerabilidade ao *feedback* negativo (mudança). O impacto diferencial e específico da idade na tendência para ceder às perguntas sugestivas (submissão1) tem sido reportado por outros estudos (Danielsdottir et al., 1993; Warren et al., 1991). Podemos também constatar que, quando a sugestionabilidade é medida pelas GSS2, o grau de aceitação das informações sugeridas no segundo questionário (submissão2) assim como o grau global de

sugestionabilidade é significativamente diferente quando comparamos os dois grupos etários. Estas diferenças não atingem um nível de significância estatística nos grupos de crianças avaliadas pelas VSSC. Isto poderá sugerir uma maior sensibilidade das GSS2 para diferenciar as crianças mais novas das mais velhas.

Quando nos dedicámos à análise do impacto do tipo de perguntas dos questionários das GSS2 e das VSSC, considerando cada uma das perguntas de forma independente, foi contabilizado o número de crianças que cotaram nas medidas de submissão e de mudança destas escalas, o que também nos permite derivar algumas conclusões que se enquadram neste ramo de análise. As crianças mais novas pontuam significativamente mais que as mais velhas nas duas medidas de submissão (consideradas conjuntamente), mas esta diferença de desempenho entre os dois grupos etários apenas é estatisticamente significativa para os grupos avaliados com recurso às GSS2. Estes dados vêm confirmar e vão ao encontro dos resultados que acabámos de discutir.

O facto de as crianças mais novas serem mais sugestionáveis, e a noção de que esta maior sugestionabilidade tem patente a sua maior tendência para aceitar as informações falsas das perguntas, orienta no sentido de evitar a introdução de perguntas sugestivas nas entrevistas com crianças, principalmente quando estas são muito novas. Por outro lado, é útil ter em mente que as crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos não parecem lidar de maneira muito diferente com a pressão social introduzida por um entrevistador.

Também é interessante referir neste ponto que, quando consideramos conjuntamente os dois grupos etários, verificamos que as crianças se mostram mais sugestionáveis na segunda medida de submissão (submissão2), do que na medida de submissão1, sendo esta tendência observável tanto nos grupos avaliados pelas GSS2 como pelas VSSC. Este aumento da aceitação da sugestão das perguntas poderá reflectir o impacto do *feedback* negativo e/ou a repetição das perguntas por si só. O efeito da pressão social e da repetição de perguntas e de entrevistas tem sido encontrado em muitas investigações (Bain & Baxter, 2000; Bain et al., 2004, 2007; Baxter & Boon, 2000; Bruck et al., 1995a; Ceci et al., 1994a; Ceci & Friedman, 2000; Finnila et al., 2003; Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986; Moston, 1987; Warren et al., 1991; White et al., 1997). Para além disso, a análise de cada um dos protocolos, permitiu-nos aceder ao sentido da mudança de resposta no segundo questionário. Os dados indicam-nos que, de uma forma geral, as crianças tendem a alterar as suas respostas no sentido de uma maior sugestionabilidade, ou seja, tendem a aceitar a informação falsa sugerida.

Discutamos agora o desempenho nas medidas de evocação. As crianças mais novas evocaram correctamente um número significativamente inferior de unidades de informação, tanto no que respeita à história áudio das GSS2, como ao vídeo das VSSC. Para além disso, o grau de deterioração da memória para a história das GSS2 foi superior entre as crianças mais novas, ou seja, as crianças com 6 anos perderam mais unidades de informação da primeira para a segunda evocação que as crianças com 12 anos, mas esta diferença não tem significado estatístico. Este resultado vem confirmar o esperado, na medida em que, durante esta fase desenvolvimental, as competências mnésicas das crianças vão melhorando, o que se reflecte nas suas capacidades de evocação acerca de uma dada situação ou episódio.

Procedemos também a uma comparação do desempenho das crianças nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala aplicada. Pese contudo que esta abordagem assume um carácter apenas descritivo, uma vez que as GSS2 e as VSSC, apesar de terem uma estrutura e medidas semelhantes, têm patentes formas de apresentação das histórias e conteúdos completamente distintos, o que impossibilita qualquer processo de comparação linear. Depois de convertidos os respectivos resultados numa percentagem (uma vez que os valores máximos das medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC não são idênticos), contrapusemos as pontuações obtidas por cada um dos grupos etários, numa e noutra escala. Verificámos que, quando a sugestionabilidade interrogativa é quantificada pelas GSS2, se obtém valores mais elevados em todas as medidas de sugestionabilidade, tanto pelas crianças mais novas, como pelas mais velhas. As diferenças de médias destas pontuações são estatisticamente significativas, com única excepção para a medida mudança, quando consideramos as crianças mais velhas. O facto de as crianças avaliadas neste estudo obterem pontuações mais elevadas nas medidas de sugestionabilidade das GSS2, pode estar relacionado com a forma de apresentação da história que, sendo apenas auditiva, gera um traço mnésico mais fraco e portanto mais vulnerável à distorção pela sugestão (Beail, 2002; Calicchia & Santostefano, 2004; Gudjonsson & Clark, 1986; Schooler & Loftus, 1986). Por outro lado, e como veremos mais adiante, o tipo de perguntas constituintes do questionário das GSS2, pode também ter promovido uma maior aceitação da sugestão introduzida, uma vez que estas escalas incluem questões sugestivas do tipo alternativas falsas, perguntas estas que não são contempladas no questionário das VSSC, e que são bem conhecidas pelo seu alto poder sugestivo (Bruck et al., 1997; Ceci & Bruck, 1993, 1999; Gudjonsson, 1992a,b, 2003; Peterson et al., 1999; Poole & Lindsay, 1995). Neste sentido, as GSS podem aproximar-se mais e reflectir

melhor as avaliações forenses que, não raramente, incluem perguntas que sugerem duas alternativas de resposta (que podem ser ambas falsas) nos seus protocolos de entrevista.

Os momentos de evocação das GSS2 e das VSSC permitem-nos também derivar medidas de confabulação. Como já vimos, o processo confabulatório tem sido frequentemente abordado na literatura que abrange os processos de sugestionabilidade (Gudjonsson, 1996, 1997; Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Howells & Ward, 1994). Seguindo as directrizes de alguns autores, na nossa abordagem ao processo de confabulação verificámos não só as confabulações totais produzidas, mas também a produção independente de cada um dos tipos de confabulação, ou seja, de invenções e de distorções (Clare et al., 1994; Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clare, 1995; Gudjonsson et al., 2004; Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Smith & Gudjonsson, 1995).

A abordagem à tendência para confabular das crianças da nossa amostra teve patentes duas linhas de análise: (1) comparar as crianças mais novas e mais velhas quanto à produção de confabulações; e 2) observar a evolução do processo confabulatório de um primeiro para um segundo momento de evocação.

Começamos pela primeira. Uma primeira análise apenas descritiva dos momentos de evocação das GSS2 e das VSSC permite-nos observar que as crianças mais velhas introduzem mais confabulações em cada uma das evocações das histórias apresentadas do que as crianças mais novas. Este facto é válido tanto para o total de confabulações, como para cada um dos tipos de confabulação, as invenções e as distorções (estes dados resultam da consideração do número directo de ocorrências contabilizadas, uma vez que, quando passamos a considerar uma proporção com o número de informações correctamente evocadas, o padrão de resultados inverte-se, com as crianças mais novas a evidenciarem maior tendência para confabular). No entanto, quando calculadas as diferenças entre as médias de confabulações dos dois grupos etários, estas só são significativas nas Escalas de Gudjonsson, e apenas para a medida de confabulação da segunda evocação e para a medida de confabulação total, o que poderá sugerir uma maior sensibilidade deste instrumento no que toca à capacidade de diferenciação das crianças quanto à sua tendência para confabular. Acrescente-se que os dois grupos também não se diferenciam de forma significativa quando se considera de forma independente a produção de invenções e de distorções. Parece assim que as diferenças etárias no processo confabulatório só se fazem sentir quando em causa está a tendência global para confabular, e neste caso, quando esta tendência é quantificada pelas GSS2. Apuramos também que, tanto as crianças mais novas

como as mais velhas, introduzem um número superior de distorções do que de invenções nas suas evocações (tanto nas GSS2 como nas VSSC).

Já no âmbito da segunda abordagem, que tenta perceber de forma mais específica a evolução da produção de confabulações entre os dois momentos de evocação das GSS2, destaca-se um conjunto de resultados principais, que importa agora aprofundar e explicar. Quando comparamos as confabulações da primeira com as da segunda evocação das GSS2, constatamos que o número de crianças que confabulam, bem como o número global de confabulações, tendem a aumentar do primeiro para o segundo momento de evocação, mas estes aumentos não assumem um nível de significância estatística. Estes aumentos traduzem tendências diferentes dos dois grupos etários: as crianças mais novas aumentam sobretudo o número de invenções, e as crianças mais velhas aumentam de forma mais visível as distorções. Poderemos hipotetizar que esta tendência para um aumento do processo confabulatório se deva ao intervalo de tempo que separou as duas evocações, o que provocou algum enfraquecimento da memória para a história original, enfraquecimento este que encontra confirmação nos valores do grau de deterioração obtidos nas Escalas de Gudjonsson. Relembre-se que o grupo de crianças mais novas registou a perda em média de 0.6 unidades de informação, sendo que as crianças mais velhas perderam uma média de 0.2 unidades de informação da história original. O aumento das confabulações poderá assim traduzir tentativas de preencher algumas lacunas ou esquecimentos, que se fazem sentir de forma mais acentuada num segundo momento de evocação, por contraponto à evocação que decorre imediatamente após a audição da história. Da análise da variação das confabulações depreendem-se outras observações muito interessantes. Considerando conjuntamente os dois grupos etários, verificamos que a tendência para manter confabulações não difere significativamente da tendência para as alterar na segunda evocação. No entanto, quando perspectivamos a variação das confabulações partindo da comparação entre os dois grupos etários, constatamos que as crianças mais velhas mantêm sem alteração um número significativamente superior de confabulações. De facto, as crianças mais velhas tendem a manter as suas confabulações em versões posteriores da história original, enquanto que as crianças mais novas, embora relatem algumas invenções e distorções semelhantes às da primeira evocação, tendem a alterar as confabulações iniciais e a introduzir elementos novos nos relatos posteriores. A reprodução, num segundo momento de evocação, de distorções e de invenções produzidas inicialmente, pode sugerir um processo de integração destas confabulações na memória das crianças mais velhas em relação às histórias. Resumindo:

(1) o facto de se solicitar repetidamente a uma criança que evoque uma determinada informação inflaciona a probabilidade de esta introduzir informações falsas nos seus relatos, embora este aumento não seja significativo; (2) as crianças tendem a produzir mais distorções que invenções; e (3) as crianças mais velhas tendem a manter nas suas evocações posteriores as confabulações inicialmente produzidas na primeira evocação, por contraste com as mais novas, que vão introduzindo confabulações diferentes nas suas recuperações sucessivas da história.

Note-se que este processo confabulatório nada tem que ver com a introdução de sugestão e com as medidas de sugestionabilidade das escalas, uma vez que as evocações são sempre obtidas antes da introdução de qualquer informação ilusória ou procedimento sugestivo. Estes dados chamam a atenção para a importância de se considerar a natureza multifacetada dos fenómenos da distorção mnésica e da sugestionabilidade, mantendo-se uma perspectiva ampla e alargada que englobe não só factores contextuais, o impacto do viés do entrevistador, procedimentos de entrevista sugestivos e diferenças individuais, mas que contemple também os erros e os processos de esquecimento inerentes ao funcionamento da memória humana.

Para além da análise dos resultados obtidos nas medidas de evocação e de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC, observámos também de forma mais pormenorizada cada uma das perguntas dos questionários destas escalas, com o intuito de discriminar o potencial sugestivo de cada tipo de questões. O estudo do questionário das VSSC não nos permitiu retirar muitas informações, uma vez que este só inclui perguntas sugestivas de um tipo, ou seja, perguntas que incluem premissas ou informações falsas. No entanto, o questionário das GSS2, contempla dois tipos distintos de perguntas sugestivas: aquelas que incluem informações falsas (à semelhança das VSSC) e as que introduzem a sugestão através da colocação de duas alternativas falsas de resposta. As perguntas do tipo alternativas falsas foram aquelas que geraram maior grau de aceitação da informação falsa, e também aquelas que geraram uma maior tendência para alterar as respostas após a introdução de *feedback* negativo (o que faz sentido, uma vez que as crianças tendem a escolher a alternativa da pergunta que não tinham escolhido na primeira administração do questionário). Estas constatações são válidas para os dois grupos etários em estudo. De facto, a colocação de perguntas que propõem duas alternativas de resposta falsas gera, pelo menos em crianças, uma tendência elevada para aceitar uma das alternativas, ou para optar pela segunda alternativa quando a questão é repetida, aumentando o seu grau de sugestionabilidade. Este tipo de constatação tem vindo a ser destacada por diversos autores (Ceci & Bruck, 1993, 1999; Gudjonsson, 2003; Peterson et

al., 1999; Poole & Lindsay, 1995). Assim sendo, há que evitar a introdução de perguntas deste tipo nas entrevistas realizadas com crianças, uma vez que aumentam a probabilidade de obtenção de respostas que vão ao encontro da sugestão introduzida e que não correspondem ao evento ou situação original.

A importância dos instrumentos especificamente construídos para avaliar a sugestionabilidade interrogativa não se esgota na sua potencial aplicabilidade e contributos para os contextos reais de avaliação forense. Estes instrumentos têm sido também utilizados no âmbito da investigação desenvolvida em torno dos fenómenos de distorção mnésica pela sugestão. Como vimos anteriormente, tem-se assistido a um número crescente de estudos que se debruçam nos factores e processos subjacentes à formação de falsas memórias. As investigações que pautam esta área da literatura dividem-se em dois ramos: as que analisam o impacto de factores contextuais e sociais no grau de vulnerabilidade à sugestão; e as que tentam clarificar o papel de diferenças individuais, ao nível da personalidade e das competências cognitivas, no grau de sugestionabilidade evidenciado por cada pessoa. Expusemos anteriormente alguns estudos que se têm dedicado a ambos os ramos de análise. Nesta secção, e para um melhor enquadramento dos resultados, interessam-nos em particular aqueles que têm analisado o papel das diferenças individuais na sugestionabilidade das crianças.

A relação entre a memória e o grau de sugestionabilidade tem sido alvo de inúmeros estudos tendo as investigações analisado esta associação a partir de abordagens diferentes. Alguns tentaram perceber a associação entre medidas tradicionais de memória, medidas do funcionamento executivo e de memória operatória e o grau de sugestionabilidade evidenciado por crianças. Outros estudaram a memória para um determinado evento comparando-a com o grau de sugestionabilidade revelado em relação ao mesmo evento ou a um evento independente. Alguns autores centraram-se de forma específica nas variações no grau de deterioração da memória na explicação da vulnerabilidade à sugestão.

De uma forma geral, os resultados obtidos pela maioria destes estudos, junto de crianças, sustentam a inexistência de uma associação linear entre o desempenho em provas que recorrem a listas de pares associados, medidas de amplitude da memória imediata, e medidas de sugestionabilidade (Clarke-Stewart et al., 2004; Eisen et al., 2002c; Henry & Gudjonsson, 2003). Já quando estão em causa provas de avaliação do funcionamento executivo e da memória operatória, os resultados não são homogéneos. Na abordagem específica à impulsividade e à capacidade de manutenção da atenção, os resultados assumem direcções

divergentes, com alguns autores a associarem uma maior impulsividade a uma maior aceitação das perguntas sugestivas (Principe, 1997, in Bruck & Melnyck, 2004), outros a defender que as crianças mais impulsivas são menos sugestionáveis (Quas & Schaaf, 2002), e um outro grupo que não encontra nenhuma relação significativa entre estas variáveis (Calicchia & Santostefano, 2004; Clarke-Stewart et al., 2004). Recorrendo especificamente à tarefa de *Stroop* e a provas de contagem com distractores, alguns autores encontraram associações significativas entre o desempenho nestas tarefas de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, e a qualidade dos seus relatos em relação a eventos, bem como o seu grau de aceitação e incorporação de sugestão nos mesmos (Alexander et al., 2002; Bottoms et al., 2004, in Bruck & Melnyck, 2004; Ruffman et al., 2001). No entanto, este tipo de associação não foi encontrado noutras investigações que recorreram à WMTBC (Roebbers & Schneider, 2004, in Bruck & Melnyck, 2004; Roebbers & Schneider, 2005a), ou a tarefas de memória de dígitos (Lee, 2004).

Esta ausência de uma relação linear entre o desempenho em provas de memória e o grau de sugestionabilidade obtém confirmação nos resultados do presente estudo. De facto, não encontramos associações significativas entre as competências das crianças ao nível da sua memória fonológica, da memória visuo-espacial e da sua atenção/impulsividade e o seu grau de vulnerabilidade à sugestão. Esta tendência foi generalizável às duas faixas etárias em estudo, e verificou-se tanto nos grupos avaliados pelas GSS2, como nos grupos a quem foram aplicadas as VSSC. Registou-se como única exceção, o facto de as crianças mais velhas, avaliadas pelas VSSC, que se mostraram mais impulsivas, terem revelado maior sugestionabilidade global. Parece assim, que o grau de vulnerabilidade das crianças à aceitação de sugestão não é mediado pelas suas competências de memória, quer fonológica, quer visuo-espacial. Por outro lado, e a confirmar as divergências que caracterizam a literatura nesta área, a impulsividade não tem um impacto consistente na sugestionabilidade.

Orientemo-nos agora para a avaliação da memória para eventos. A memória e a sugestionabilidade respeitantes a eventos distintos têm sido frequentemente consideradas como variáveis independentes (Henry & Gudjonsson, 1999, 2003, 2004; McKinley-Pace, 2000; Scullin et al., 2002). O mesmo já não acontece quando a situação a recordar é a mesma a que dizem respeito os procedimentos sugestivos. Muitos autores têm mostrado que uma boa memória para uma determinada situação está geralmente associada a uma menor aceitação de sugestão por parte das crianças relativa a essa mesma situação (Calicchia & Santostefano, 2004; Chae & Ceci, 2005; Gudjonsson & Henry, 2003; McFarlane et al., 2002; Warren et al., 1991).

Ao contrário deste tipo de argumentos, os nossos resultados sugerem que as crianças com boas evocações para as histórias das GSS2 e das VSSC não se revelaram menos sugestionáveis. Observou-se uma única exceção, em que as crianças que alteraram mais as suas respostas no questionário das VSSC foram aquelas que tiveram melhor evocação da história apresentada no vídeo. Este último resultado contraria aquilo que seria esperado, pelo que, e uma vez que aparece de forma isolada, não merece grande atenção. De facto, e de uma forma geral, estes factores assumiram-se, na presente investigação, como factores independentes, reforçando uma minoria de investigações que sustentaram a inexistência de associações significativas entre a capacidade de evocação de um dado evento e o grau posterior de sugestionabilidade em relação a essa mesma situação (Danielsdottir et al., 1993; Howie & Dowd, 1996).

Alguns autores têm também defendido que quanto maior é a perda de unidades de informação entre evocações maior será a sugestionabilidade evidenciada por adultos, uma vez que esta deterioração leva a uma perda de confiança (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Clark, 1986). Os nossos resultados, reportando-se a crianças, não encontraram um impacto significativo do grau de deterioração da memória na vulnerabilidade à sugestão. Dada a escassez de estudos neste campo, torna-se necessário o desenvolvimento de novas investigações, que permitam o esclarecimento do papel que o grau de deterioração da memória pode ter na sugestionabilidade, independentemente dos valores absolutos de memória, ou seja, do desempenho em provas de evocação livre.

Neste ponto, é importante fazermos também referência à relação entre a tendência para confabular durante a evocação de uma história e o grau de sugestionabilidade. O processo confabulatório das crianças da nossa amostra não se relacionou de forma significativa com o seu grau de sugestionabilidade interrogativa, resultados que vão ao encontro de outros estudos que se debruçaram sobre esta análise (Berlyne, 1972; Gudjonsson & Clare, 1995; Mercer et al., 1977). No entanto, foram encontradas por alguns autores correlações positivas entre a tendência para confabular durante as evocações das GSS e a sugestionabilidade quantificada por estas escalas (Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Smith & Gudjonsson, 1995). Dada a importância do fenómeno da confabulação na explicação da sugestionabilidade (Gudjonsson, 1996; Gudjonsson & Sigurdsson, 1996; Howells & Ward, 1994), e dada a sua relação amplamente comprovada com características da personalidade (Sigurdsson et al., 1994; Smith & Gudjonsson, 1995) e com as competências cognitivas das testemunhas (Gudjonsson &

Sigurdsson, 1996; Smith & Gudjonsson, 1995; Tata & Gudjonsson, 1990), esta é uma relação que importa esclarecer em estudos futuros.

Nos meandros da pesquisa em torno das diferenças individuais, o nível intelectual tem sido também amplamente investigado. Os resultados não são homogêneos, orientando por vezes em sentidos díspares. No que diz respeito aos estudos com adultos, melhores competências ao nível da inteligência parecem reduzir a vulnerabilidade à sugestão (Gudjonsson, 1983, 1988a, 1990; Polczyk, 2005; Tully & Cahill, 1984, in Gudjonsson, 2003). Este efeito mediador parece fazer-se sentir de forma mais significativa na tendência para ceder ao impacto das perguntas sugestivas (Cardone & Dent, 1996; Clare & Gudjonsson, 1993; Gudjonsson & Clare, 1995; Milne et al., 2002; Sharrock & Gudjonsson, 1993). Esta relação parece, contudo, estar dependente de efeitos de amplitude da amostra (Gudjonsson, 2003). Já os estudos com crianças podem agrupar-se, como já exposto, em duas linhas de investigação: uma que compara grupos de crianças com défices intelectuais com grupos normativos, e outra, que analisa os valores de sugestionabilidade e de inteligência em crianças com níveis de inteligência dentro das normas populacionais. Interessa-nos, para o enquadramento dos resultados deste estudo, a segunda linha. De uma forma geral, os estudos indicam que as competências intelectuais das crianças com valores de inteligência normativos não são um bom predictor da sua sugestionabilidade interrogativa (Bruck et al., 1995a,b; Eisen et al., 2002b; Henry & Gudjonsson, 1999, 2003, 2004; London & Bruck, 2004, in Bruck & Melnyck, 2004; London et al., 2005; Powers et al., 1979; Roebbers & Schneider, 2001; Scullin et al., 2002; Scullin & Hembrooke, 1998). No entanto, e em sentido contrário, um corpo paralelo de investigação suporta empiricamente que a inteligência das crianças tem um importante papel mediador da sua tendência para ceder a perguntas sugestivas (Danielsdottir et al., 1993; Geddie et al., 2000).

O contributo do presente estudo vai no sentido de que o nível intelectual das crianças mais novas parece mediar o seu grau de sugestionabilidade interrogativa. Mais especificamente, melhores competências vocabulares e de inteligência verbal estão associadas a uma menor cedência perante as perguntas sugestivas, e a uma menor sugestionabilidade global. Este padrão de resultados, que sugere que crianças com níveis intelectuais inferiores são mais influenciadas pelas perguntas sugestivas, e que chama a atenção para a influência específica das competências verbais e vocabulares, em detrimento das competências de inteligência não verbal, vem reforçar os resultados anteriormente obtidos por outros autores (Henry & Gudjonsson, 2007; Melinder et al., 2005). A associação que encontramos no presente estudo é,

no entanto, somente aplicável às crianças mais novas, talvez porque estas tenham a linguagem menos desenvolvida. Por outro lado, apenas se verifica quando a sugestionabilidade é acedida através das VSSC, ficando também a reflexão em torno do facto de que, piores competências de inteligência verbal apenas tiveram um impacto potenciador do grau de aceitação de sugestão, quando a história foi apresentada através de um vídeo, o que pode ter dificultado a interpretação e compreensão das perguntas que são lidas às crianças e portanto apresentadas apenas verbalmente. Nas GSS a modalidade de apresentação da história e das perguntas é idêntica, sendo, em jeito de hipótese, mais fácil a associação de informações, mesmo entre as crianças com piores competências vocabulares e de inteligência verbal. Este tipo de hipóteses, que pondera o impacto das variações na modalidade de apresentação dos estímulos, da sugestão e dos testes de memória no grau de aceitação da sugestão, foi já colocada por outros autores (Loftus et al., 1978; Loftus & Palmer, 1974).

Estes dados são, portanto, indicativos de que algumas competências cognitivas ao nível da inteligência verbal poderão mediar a tendência para a sugestionabilidade até uma certa idade, e no presente estudo pelo menos até ao início da idade escolar, mas que, a partir de determinada fase desenvolvimental, estas competências deixam de ter impacto no grau de sugestionabilidade interrogativa. A ideia de que a relação entre o nível intelectual e a sugestionabilidade pode estar dependente da idade das crianças foi já divulgada por algumas investigações (Chae, 2004, in Bruck & Melnyk, 2004; Chae & Ceci, 2005).

Este padrão de resultados manteve-se quando se utilizaram métodos complementares de tratamento estatístico dos dados, neste caso regressões lineares, respondendo-se assim a observações mais recentes que colocam em destaque o efeito do tipo de análise estatística realizada nos resultados que são obtidos (Gignac & Powell, 2006). Assim sendo, deve ter-se especial precaução na avaliação de crianças muito novas com níveis de inteligência verbal baixos, uma vez que estas tenderão a mostrar-se mais sugestionáveis, devendo evitar-se procedimentos de questionamento sugestivo e, de forma particular, a formulação de perguntas sugestivas.

Dada a correlação moderada entre a memória e a inteligência (Gudjonsson, 1987c, 2003; Randall, Stephen, James, & Andrew, 1999; Oberauer, Schulze, Wilhelm, & Süß, 2005), levantam-se dúvidas acerca de uma hipotética sobreposição do efeito destas variáveis na explicação da sugestionabilidade. No entanto, alguns estudos têm mostrado que, tanto a memória como a inteligência, podem contribuir, isolada e diferencialmente, para as variações no

grau de vulnerabilidade à sugestão. Por exemplo, em 1983, Gudjonsson encontrou uma relação significativa entre as cotações obtidas na primeira e segundas evocações das GSS e a sugestionabilidade, mesmo depois de o QI ter sido controlado (Gudjonsson, 1983). De igual forma, Sharrock e Gudjonsson (1993) comprovaram a influência independente nas variações de sugestionabilidade, tanto do QI, como do desempenho mnésico na segunda evocação destas escalas.

Julgamos ser relevante nesta fase uma alusão breve a algumas teorias que se foram destacando nesta área de estudo. O efeito da sugestionabilidade, ou seja, o facto de a introdução de sugestão levar a distorções no reconhecimento posterior ou mesmo à criação de memórias falsas, tem sido analisado à luz de algumas abordagens teóricas (Reyna & Lloyd, 1997). Um conjunto delas tem patente a premissa de que a distorção mnésica resulta da alteração do traço de memória original, a favor da sugestão introduzida (Ceci et al., 1987, 1988; Loftus et al., 1978), por contraponto com um outro conjunto que postula que este tipo de distorção é desencadeada em grande medida por factores de índole social, não se observando alteração efectiva do traço de memória para a informação original (McCloskey & Zaragoza, 1985; Zaragoza, 1992, in Ceci & Bruck, 1993; Zaragoza, McCloskey, & Jamis, 1987).

Analisemos em mais pormenor o primeiro conjunto, que pode ainda ser dividido segundo dois pontos de vista: as teorias que referem que a introdução de sugestão leva à incorporação desta informação ilusória no traço de memória original (o que acontece mais facilmente se este traço for fraco), ou seja, defendem uma alteração da memória original, dando ênfase ao momento da codificação como aquele em que ocorre a alteração mnésica (Howe, 1991); e as perspectivas que se centram no momento de recuperação, assumindo que se pode assistir à formação de um traço de memória novo devido à introdução de informação ilusória, traço esse que compete de forma privilegiada com a memória original (Dale, Loftus, & Rathbun, 1978), dificultando assim a correcta monitorização da fonte das informações. Este último pressuposto situa-nos na abordagem que engloba os autores que defendem que a incorporação das informações sugeridas nos relatos dos participantes reflectem dificuldades na correcta monitorização da fonte das informações reais e daquelas que foram apenas sugeridas (Ackil & Zaragoza, 1995; Lindsay & Johnson, 1989).

O segundo conjunto de estudos desafia as noções anteriores de que a sugestionabilidade reflecte deterioração na memória original, assumindo que os participantes utilizam apenas a informação ilusória para preencher lacunas da sua memória para a

informação original (McCloskey & Zaragoza, 1985). McCloskey e Zaragoza (1985) defendem que a memória para o estímulo ou evento original não é distorcida, mas que, não se lembrando os participantes da informação na sua totalidade, tendem a preencher as lacunas da informação original com informações que foram apenas sugeridas. Estes autores defendem ainda que as influências sociais são a principal fonte de distorção mnésica. Uma outra abordagem que também postula que a memória original não é alterada é defendida por Bowers e Bekerian (1984), sendo que para estes autores, a informação sugerida compete com a informação verdadeira dificultando o acesso a esta última<sup>107</sup>.

Alguns autores têm abordado este tipo de discussão, analisando especificamente as diferenças desenvolvimentais que têm vindo a ser reportadas por muitos estudos, defendendo que as variações no grau de sugestibilidade em função da idade cronológica podem reflectir em primeiro plano diferenças desenvolvimentais na capacidade de aprendizagem e nas taxas de esquecimento, e também diferenças nas metodologias adoptadas por cada estudo (Brainerd & Reyna, 1988).

Um outro aspecto significativo nesta discussão explora o papel do tipo de informação a recordar, defendendo que a memória para eventos dotados de movimento e acção seria mais resistente à sugestibilidade do que aquela referente a situações que apenas contem atributos estáticos (Freitas, 2004; Freitas & Albuquerque, 2007).

Uma abordagem explicativa mais global procura a resposta para estas divergências na própria natureza do traço de memória. Partindo do pressuposto de que este engloba o registo simultâneo de um processo de análise interpretativa e de reconhecimento de padrão, os autores estipulam a divisão entre traços centrais ou temas (*gist*) e traços de carácter mais periférico (*verbatim*) (Brainerd & Reyna, 1988). Subjacente a esta diferenciação, está a crença de que os últimos são menos resistentes e portanto mais vulneráveis à sugestão. Encaminhamo-nos assim para a predição de que as diferenças etárias ao nível da memória e da consequente vulnerabilidade à sugestão (que acima reportámos) se devem ao facto de as crianças mais novas codificarem traços recorrendo a características periféricas, enquanto que as crianças mais velhas terão mais tendência para a formação de traços de cariz interpretativo (Brainerd & Reyna,

---

<sup>107</sup> McCloskey e Zaragoza (1985) desenvolveram um procedimento modificado do procedimento característico do paradigma da desinformação, em que, na tarefa de reconhecimento, ao invés de ser apresentado o item sugerido, é introduzido um item novo. Esta nova metodologia intenta verificar se, de facto, a introdução de sugestão leva a alterações efectivas no traço de memória original. A adopção deste procedimento parece ter impacto no efeito habitual de distorção mnésica pela sugestão (e.g., Holliday, Douglas, & Hayes, 1999; Ceci, Ross, & Togliola, 1987) o que, nos casos em que este efeito desaparece, suporta a perspectiva defendida por este autor, de que o traço da memória original não é alterado.

1988; Carneiro, Albuquerque, Fernandez, & Esteves, 2007).

No seguimento destes fundamentos de cariz mais teórico e à luz das principais evidências empíricas que caracterizam esta área de investigação, terminamos com uma última reflexão.

As teorias que acima expusemos esclarecem de alguma forma os processos que estão subjacentes e que podem explicar a distorção da memória e mesmo a formação de memórias falsas, tendo por base a influência de contextos e procedimentos sugestivos. Um grupo defendem a alteração efectiva da memória, com incorporação da sugestão no traço de memória original, outros defendem posições intermédias, em que a sugestão apenas poderá concorrer com a memória original ou substituir “lacunas” nos casos em que o traço mnésico é fraco. Este tipo de interpretações permitem-nos extrapolar para alguns dos conceitos centrais deste trabalho. O fenómeno de sugestibilidade interrogativa foi já devidamente definido e enquadrado no âmbito do modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986). Uma das principais características que diferencia este conceito da condescendência é o facto de que, numa resposta de sugestibilidade, as pessoas acreditam que a informação sugerida é válida e aceitam-na como verdadeira. Já uma resposta de condescendência é despoletada pela necessidade de aceitação social, sendo dadas respostas que vão ao encontro daquilo que é percebido como sendo o desejado pelo entrevistador. Numa resposta de condescendência as pessoas respondem de acordo com a sugestão, mas têm consciência de que não estão a responder bem, ou seja, não há alteração efectiva da sua memória original. Assim sendo, e para podermos distinguir com clareza estes dois fenómenos, pode ser útil o recurso a tarefas de evocação diferida, a fim de percebermos quais as informações que foram efectivamente integradas nas memórias para o evento ou situação originalmente apresentado. As GSS e as VSSC constituem-se como instrumentos que nos permitem quantificar o grau de sugestibilidade interrogativa. É nossa opinião que seria importante após a aplicação destes instrumentos, introduzir um último momento de evocação, posterior aos procedimentos sugestivos, que nos permitisse, por um lado, estabelecer uma comparação com as informações inicialmente evocadas, e por outro, verificar se as informações falsas sugeridas foram realmente assumidas como verdadeiras e se passam a ser integradas nesta última evocação. Este tipo de procedimento tem sido já adoptado por alguns autores (Velo, Costa, & Pinho, 2010).

Os estudos que se centram na análise do poder explicativo das competências de distinção das fontes das informações a recordar no grau de distorção mnésica pela sugestão,

podem também dar um importante contributo no esclarecimento desta questão. De facto, introduzindo nos procedimentos característicos do paradigma da desinformação uma estratégia que permita perceber se os participantes conseguem discriminar as fontes do estímulo apresentado das da sugestão, estamos a contribuir de forma decisiva para um melhor esclarecimento desta controvérsia (Ackil & Zaragoza, 1995; Zaragoza & Lane, 1994).

Muitos investigadores têm chamado a atenção para a necessidade de se estabelecer uma delimitação clara entre estes dois fenómenos, até porque, na literatura que assiste esta área de interesse foram-se delineando progressivamente duas posições divergentes: (1) uma que defende que as crianças apenas aceitam a sugestão em função da pressão social, mas não passam a acreditar que a informação sugerida é verdadeira; e (2) outra que postula que a sugestão é aceite externa e internamente, na medida em que as crianças não só verbalizam determinada informação sugerida como a incorporam nas suas memórias, passando a não conseguir distingui-la das informações verdadeiras, reais ou originalmente apresentadas. O argumento que caracteriza a primeira posição assenta num padrão típico de resultados obtido por alguns estudos: num primeiro momento de avaliação, que é pautado por procedimentos sugestivos, as crianças evidenciam aceitação da sugestão mas, quando questionadas depois de decorrido algum tempo, as mesmas crianças deixam de relatar as informações sugeridas, mantendo apenas as informações verdadeiras e correspondentes ao evento ou situação original (Cassel et al., 1996; Cohen & Harnick, 1980). Já os estudos que sustentam a segunda posição, geralmente incluem procedimentos experimentais em que as crianças são questionadas à *posteriori* acerca das respostas sugestivas que deram e das suas convicções em relação a elas, ou em que é introduzida uma nova situação de interrogatório, avisando-se de que o entrevistador inicial pode ter cometido erros, e criando assim uma nova oportunidade para a criança fornecer um relato em relação ao evento original. Num número significativo destes estudos, observou-se que as crianças mantêm o relato das informações previamente falsas previamente sugeridas, tendo dificuldade em distinguir as fontes destas informações (Ceci et al., 1994b; Leichtman & Ceci, 1995; Poole & Lindsay, 1995).

Outro tipo de abordagem adopta uma perspectiva mais abrangente, defendendo que as duas posições podem ser válidas e úteis na explicação do fenómeno da sugestão mnésica. De facto, alguns autores defendem que, numa fase inicial, as crianças podem aceitar a sugestão apenas por conformidade social, mas que posteriormente, e principalmente quando são alvo de

múltiplos e repetidos procedimentos sugestivos, passam a acreditar efectivamente que a informação falsa sugerida é verdadeira (Bruck & Ceci, 1999; Ceci & Bruck, 1993).

O recurso a instrumentos especificamente construídos para medir estes conceitos (e.g. as GCS e as GSS), constitui-se assim, neste campo, como uma mais valia e um valioso auxiliar na resolução do problema da possível sobreposição entre as respostas de condescendência e de sugestionabilidade interrogativa.

Importa, sobretudo, reter o papel importante dos conceitos de sugestionabilidade, de condescendência, de aquiescência e de obediência na explicação da influência social no comportamento humano, evitando-se a centração apenas num destes aspectos, e promovendo-se uma visão mais abrangente e eficaz do fenómeno da sugestionabilidade interrogativa.



## CONCLUSÕES

---

Uma conclusão central deste estudo é a de que, as crianças mais novas, mais especificamente aquelas que se encontram no início da sua idade escolar, tendem a aceitar com mais facilidade a sugestão introduzida através de questões sugestivas do que as crianças mais velhas, situadas na faixa etária dos 12 anos de idade, parecendo esta tendência ser independente do tipo de instrumento de avaliação da sugestibilidade utilizado. Para além disso, estes grupos etários não lidam de forma substancialmente diferente com o desafio introduzido pelo entrevistador. Assim sendo, nas avaliações forenses com crianças novas, deve ser evitada a colocação de perguntas sugestivas, dada a especial dificuldade das crianças para lidar com esta forma de introdução de sugestão. Por outro lado, quando a sugestibilidade é quantificada através das GSS2, o grau de sugestibilidade dos dois grupos etários diferencia-se significativamente mais do que quando se administram as VSSC, o que pode ser indicativo de que as GSS nos oferecem uma maior sensibilidade na distinção da vulnerabilidade à sugestão em função da idade.

A repetição de perguntas e a introdução de *feedback* negativo gerou um aumento da aceitação da sugestão das perguntas, tanto nas crianças mais novas como nas mais velhas, o que vem confirmar o efeito potenciador de sugestão da postura e da pressão social introduzida pelo entrevistador, largamente comprovado nesta área de pesquisa,. Fica o alerta para a necessidade de se ponderar, considerar e adequar, não só a estrutura da entrevista, mas também a postura, as expectativas e os comportamentos do entrevistador, quando em causa está a obtenção de testemunhos fidedignos junto de crianças.

As crianças mais novas evocam significativamente menos unidades de informação das histórias originais por comparação com as crianças mais velhas, tanto quando a apresentação é feita apenas de forma auditiva como quando o é de forma visual. Parece assim que os testemunhos das crianças mais novas, pelo menos quando envolvem descrições de determinados estímulos ou situações, são tendencialmente menos completos e pormenorizados. Esta constatação deve também ser tida em consideração nas situações de obtenção de relatos de crianças novas em contextos reais de avaliação.

A acrescentar à constatação de que as crianças mais novas tendem a fornecer menos informações e incluem menos detalhes nos seus testemunhos acerca de uma determinada situação, acrescenta-se esta ideia chave, de que a introdução de confabulações aumenta em

proporção com o número de unidades evocadas, e de que, quando esta relação é devidamente ponderada, as crianças mais novas confabulam mais.

As restantes observações que se retiram da nossa análise do processo confabulatório podem ter também implicações importantes na avaliação de crianças em contextos forenses. Por um lado, indicam-nos que, quando em causa estão testemunhos de crianças, é mais provável encontrarmos informações distorcidas, mas que de alguma forma estavam presentes na situação a recordar, do que informações completamente falsas que em nada traduzam o evento original. Por outro lado, fica a orientação de que procedimentos de obtenção de testemunhos, de forma repetida, e após determinados intervalos de tempo, aumentam a probabilidade de as crianças mais novas incorporarem informações falsas nos seus relatos, por contraponto com as crianças mais velhas que tendem a manter as confabulações inicialmente produzidas.

O impacto diferencial no grau de sugestionabilidade das crianças deste estudo, do tipo de pergunta sugestiva que é colocada, reveste-se de grande importância e dá um contributo relevante quando está em causa o desenvolvimento de processos de questionamento ou interrogatório que promovam a fidelidade dos testemunhos de crianças. Comprovado o alto poder sugestivo das perguntas que propõem duas alternativas falsas de respostas, urge evitar a introdução deste tipo de questões nos protocolos de avaliação de crianças.

As competências cognitivas de cada criança, no que diz respeito à sua memória fonológica, à sua memória visuo-espacial e à sua capacidade de evocação das histórias, não tiveram um papel mediador significativo no seu grau de sugestionabilidade interrogativa. De igual forma, o grau de deterioração da sua memória para a história das GSS2, a sua tendência para confabular e a sua vulnerabilidade à sugestão apresentam-se como factores independentes. Apenas o nível intelectual das crianças mais novas parece ter um impacto significativo no grau de sugestionabilidade, na medida em que, as crianças mais novas com melhores competências verbais evidenciam menor aceitação da sugestão introduzida através das questões sugestivas. Fica, desta forma, um alerta para as avaliações forenses de crianças novas, sendo importante ter em linha de conta que, nos questionários realizados junto das crianças mais novas com piores competências de inteligência verbal, deve ser evitada a introdução de perguntas sugestivas, dada a sua especial vulnerabilidade a este procedimento sugestivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Ackerman, B. (1983). Speaker bias in children's evaluation of the external consistency of statements. *Journal of Experimental Child Psychology*, 35, 111-127.
- Ackil, J. K., & Zaragoza, M. S. (1995). Developmental differences in eyewitness suggestibility and memory for source. *Journal of Experimental Child Psychology*, 60, 57-83.
- Ainsworth, P. B. (1998). Children as witnesses. In P. B. Ainsworth (Ed.), *Psychology, Law and Eyewitness Testimony*. West Sussex: England, 125-139.
- Albuquerque, P. B. (2005). Produção de evocações e reconhecimentos falsos em 100 listas de palavras associadas portuguesas. *Laboratório de Psicologia*, 3, 3-12.
- Albuquerque, P. B., & Pimentel, E. (2005). Impacto da inibição do efeito de recência na produção de memórias falsas em listas de associados. *Psicologia, Educação e Cultura*, 9 (1), 69-88.
- Alexander, K. W., Goodman, G., Schaaf, J. M., Edelstein, R. S., Quas, J. A., & Shaver, P. R. (2002). The role of attachment and cognitive inhibition in children's memory and suggestibility for a stressful event. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 262-290.
- Alonso, A. A., Fernández, A., Díez, E., & Beato, M. S. (2004). Índices de producción de falso recuerdo e falso reconocimiento para 55 listas de palabras en castellano. *Psithema*, 16, 357-362.
- Anastasi, J., Leon, A., & Rhodes, M. (2005). Normative data for semantically associated Spanish Word lists that create false memories. *Behavior Research Methods*, 37 (4), 631-637.
- Arbuthnott, K. D., Arbuthnott, D. W., & Rossiter, L. (2001). Guided imagery and memory: Implications for psychotherapists. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 123-132.
- Armstrong, J., Putnam, F., Carlson, E., Libero, D., & Smith, S. (1997). Development and validation of a measure of adolescent dissociation: The Adolescent Dissociative Experiences Scale. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 185, 1-7.
- Asch, S. E. (1952). *Social Psychology*. New York: Prentice-Hall.
- Aveling, F., & Hargreaves, H. (1921). Suggestibility with and without prestige in children. *British Journal of Psychology*, 11, 53-75.
- Bachmann, T., & Nurmoja, M. (2006). Are there affordances of suggestibility in facial appearance? *Journal of Nonverbal Behavior*, 30, 87-92.

- Baddeley, A. D. (2000). The episodic buffer: a new component of working memory? *Trends in cognitive Sciences*, 4, 417-423
- Baddeley, A. D. (2002). Is working memory still working?. *European Psychologist*, 7(2), 85–97.
- Baddeley, A. D., & Hitch, G. (1974). Working memory. In G. H. Bower (Ed.), *The psychology of learning and motivation* (Vol. 8, pp. 47-89). New York: Academic Press.
- Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2000). Interrogative suggestibility: The role of the interviewer behavior. *Legal and Criminological Psychology*, 5, 123-133.
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Ballantyne, K. (2007). Self-monitoring style and levels of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 42 (4), 623-630.
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 239-252.
- Baptista, C., & Albuquerque, P. (2008). *Relação entre a memória de trabalho e a inteligência em idade pré-escolar*. Comunicação apresentada na XII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Braga: Universidade do Minho, Portugal.
- Baker-Ward, L., Gordon, B. N., Ornstein, P. A., Larus, D. M., & Clubb, P. A. (1993). Young children's long-term retention of a pediatric examination. *Child Development*, 64, 1519-1533.
- Baxter, J. S. (1990). The suggestibility of child witnesses: A review. *Applied Cognitive Psychology*, 3, 393-407.
- Baxter, J. S., & Bain, S. A. (2002). Faking interrogative suggestibility: The truth machine. *Legal and Criminological Psychology*, 7, 219-225.
- Baxter, J. S., & Boon, J. C. W. (2000). Interrogative suggestibility: The importance of being earnest. *Personality and Individual Differences*, 28, 753-762.
- Baxter, J. S., Boon, J. C. W., & Marley, C. (2006). Interrogative pressure and responses to minimally leading questions. *Personality and Individual Differences*, 40, 87-98.
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35, 1285-1292.
- Beail, N. (2002). Interrogative suggestibility, memory and intellectual disability. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 15, 129-137.
- Belli, R. F., Windschitl, P. D., McCarthy, T. T., & Winfrey, S. E. (1992). Detecting memory impairment with a modified test procedure: Manipulating retention interval with centrally

- presented even items. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 18, 356-367.
- Berlyne, N. (1972). Confabulation. *British Journal of Psychiatry*, 120, 31-39.
- Bernstein, E. M., & Putnam, F. W. (1986). Development, reliability, and validity of a dissociation scale. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 174, 727-735.
- Binet, A. (1900). *La suggestibilité*. Paris: Schleicher Freres.
- Bjorklund, D. F., Cassel, W. S., Bjorklund, B. R., Brown, R. D., Park, C. L., Ernst, K., & Owen, F. A. (2000). Social demand characteristics in children's and adults' eyewitness memory and suggestibility: The effect of different interviewers on free recall and recognition. *Applied Cognitive Psychology*, 14, 421-433.
- Blagrove, M. (1996). Effects of length of sleep deprivation on interrogative suggestibility *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 2 (1), 48-59.
- Blagrove, M., Cole-Morgan, D., & Lambe, H. (1994). Interrogative suggestibility: the effects of sleep deprivation and relationship with field dependence. *Applied Cognitive Psychology*, 8, 169-179.
- Boon, J. C. W., & Baxter, J. S. (2000). Minimizing interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 5, 273-284.
- Boon, J. C. W., & Baxter, J. S. (2004). Minimizing extraneous, interviewer-based interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 229-238.
- Boon, J., Gozna, L., & Hall, S. (2008). Detecting "faking bad" on the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 44, 263-272.
- Bottenberg, E. H., & Wehner, E. G. (1971). Suggestibility: I. Construction and empirical validation of the Wuerzburg Suggestibility Test (WST). *Praxis der kinderpsychologie und kinderpsychiatrie*, 20, 161-165.
- Bowers, J. M., & Bekerian, D. A. (1984). When will postevent information distort eyewitness testimony? *Journal of Applied Psychology*, 69, 466-472.
- Brady, M. S., Poole, D. A., Warren, A. R., & Jones, H. R. (1999). Young children's responses to yes-no questions: Patterns and problems. *Applied Developmental Science*, 3, 47-57.
- Brainerd, C. J., & Reyna, V. F. (1988). Memory loci of suggestibility development: Comment on Ceci, Ross and Toglia (1987). *Journal of Experimental Psychology: General*, 117, 197-200.
- Brainerd, C. J., Reyna, V. F., & Brandse, E. (1995). Are children's false memories more persistent than their true memories? *Psychological Science*, 6, 359-364.

- Brainerd, C. J., Reyna, V. F., & Forrest, T. J. (2002). Are young children susceptible to the false-memory illusion? *Child Development*, 73, 1363-1377.
- Bright-Paul, A., Jarrold, C., & Wright, D. B. (2005). Age-appropriate cues facilitate source-monitoring and reduce suggestibility in 3- to 7-years-olds. *Cognitive Development*, 20, 1-18.
- Bruck, M., & Ceci, S. J. (1997). The suggestibility of young children. *Current Directions in Psychological Science*, 6 (3), 75-79.
- Bruck, M., & Ceci, S. J. (1999). The suggestibility of children's memory. *Annual Review of Psychology*, 50, 419-439.
- Bruck, M., & Ceci, S. J. (2004). Forensic developmental psychology: Unveiling four common misconceptions. *American Psychological Society*, 13 (6), 229-232.
- Bruck, M., Ceci, S. J., Francoeur, E., & Barr, R. J. (1995a). I hardly cried when I got my shot!: Influencing children's reports about a visit to their pediatrician. *Child Development*, 66, 193-208.
- Bruck, M., Ceci, S. J., Francoeur, E., & Renick, A. (1995b). Anatomically detailed dolls do not facilitate preschooler's reports of a pediatric examination involving genital touching. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 1, 95-109.
- Bruck, M., Ceci, S. J., & Hembrooke, H. (2002). The nature of children's true and false narratives. *Developmental Review*, 22, 520-554.
- Bruck, M., Ceci, S. J., & Melnyk, L. (1997). External and internal sources of variation in the creation of false reports in children. *Learning and Individual Differences*, 9(4), 289-316.
- Bruck, M., & Melnyk, L. (2004). Individual differences in children's suggestibility: a review and synthesis. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 947-996.
- Bruck, M., Melnyk, L., & Ceci, S. J. (2000). Draw it again sam: The effect of drawing on children's suggestibility and source monitoring ability. *Journal of Experimental Child Psychology*, 77, 169-196.
- Bugental, D., Blue, J., Cortez, V., Fleck, K., & Rodriguez, A. (1992). Influences of witnessed affect on information processing in children. *Child Development*, 63, 774-786.
- Burger, H. (1971). The suggestive malleability of statements about observations. Development and first validation of a Test of Statement Suggestibility (TSS) in the credibility assessment of child and juvenile witnesses. Universität Freiburg/Br.: Philosophical Dissertation.
- Burt, H. E. (1948). *Applied psychology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

- Burt, H. E., & Gaskill, H. V. (1932). Suggestibility and the form of the question. *Journal of Applied Psychology*, 16, 358-373.
- Butler, S., Gross, J., & Hayne, H. (1995). The effect of drawing on memory performance in young children. *Developmental Psychology*, 4, 597-608.
- Calicchia, J. A., & Santostefano, S. (2004). The assessment of interrogative suggestibility in adolescents: Modalities, gender, and cognitive control. *North American Journal of Psychology*, 6 (1), 1-12.
- Candel, I., Merckelbach, H., & Muris, P. (2000). Measuring interrogative suggestibility in children: reliability and validity of the Bonn Test of statement suggestibility. *Psychology, Crime and Law*, 6 (1), 61-70.
- Cardone, D., & Dent, H. (1996). Memory and interrogative suggestibility: The effects of modality of information presentation and retrieval conditions upon suggestibility scores of people with learning disabilities. *Legal and Criminological Psychology*, 1(2), 165-177.
- Carneiro, M. P., Albuquerque, P., & Fernández, A. (2008). Portuguese category norms for children. *Behavior Research Methods*, 40(1), 177-182.
- Carneiro, M. P., Albuquerque, P., Fernández, A., & Esteves, E. (2007). Analyzing false memories in children with associative lists specific for their age. *Child Development*, 78 (4), 1171-1185.
- Cassel, W., Roebbers, C., & Bjorklund, D. (1996). Developmental patterns of eyewitness responses to repeated and increasingly suggestive questions. *Journal of Experimental Child Psychology*, 61, 116-133.
- Cattell, J. M. (1895). Measurements of the accuracy of recollection. *Science*, 2, 761-766.
- Cattell, R. B., & Cattell, A. K. S. (1950/1960). *Culture Fair Intelligence Test, Scale I*. Champaign, IL: Institute for Personality and Ability Testing.
- Ceci, S. J. (1997). False beliefs: Some developmental and clinical considerations. In D. L. Schacter (Eds.), *Memory distortion* (pp. 91-125). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1993). Suggestibility of the child witness: A historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, 113, 403-439.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1995). *Jeopardy in the courtroom: A scientific analysis of children's testimony*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1999). The suggestibility of children's memory. *Annual Review of*

*Psychology*, 50, 419-439.

- Ceci, S. J., Bruck, M. N., & Battin, D. B. (2000). The suggestibility of children's testimony. In D. F. Bjorklund (Eds.), *False-memory creation in children and adults: Theory, research and implications*, (pp. 169-201). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Ceci, S. J., Caves, R. D., & Howe, M. J. A. (1981). Children's long-term memory for information that is incongruous with their prior knowledge. *British Journal of Psychology*, 72, 443-450.
- Ceci, S. J., Crossman, A. M., Scullin, M. H., Gilstrap, L., & Huffman, M. L. (2002). Children's suggestibility research: Implications for the courtroom and the forensic interview. In H. L. Westcott, G. M. Davies, & R. H. C. Bull (Ed.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic Practice*. West Sussex: England, 117-130.
- Ceci, S. J., Crotteau-Huffman, M., Smith, E., & Loftus, E. F. (1994a). Repeatedly thinking about non-events. *Consciousness and Cognition*, 3, 388-407.
- Ceci, S. J., & Friedman, R. D. (2000). The suggestibility of children: Scientific research and legal implications. *Cornell Law Review*, 86, 34-108.
- Ceci, S. J., Loftus, E.F., Leichtman, M. D., & Bruck, M. (1994b). The possible role of source misattributions in the creation of false beliefs among preschoolers. *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 42, 304-320.
- Ceci, S. J., Ross, D. F., & Toglia, M. P. (1987). Suggestibility of children's memory: Psycholegal implications. *Journal of Experimental Psychology: General*, 116, 38-49.
- Ceci, S.J., Toglia, M.P., & Ross, D.F. (1988). On remembering...more or less: a trace strength interpretation of developmental differences in suggestibility. *Journal of Experimental Psychology: General*, 117(2), 201-203.
- Chae, Y., & Ceci, S. J. (2005). Individual differences in children's recall and suggestibility: The effects of intelligence, temperament, and self-perceptions. *Applied Cognitive Psychology*, 19, 383-407.
- Chu, J. A., & Dill, D. L. (1990). Dissociative symptoms in relation to childhood physical and sexual abuse. *American Journal of Psychiatry*, 147, 887-892.
- Clare, I. C. H., & Gudjonsson, G. H. (1993). Interrogative suggestibility, confabulation and acquiescence in people with mild learning difficulties (mental handicap): implications for reliability during police interrogation. *British Journal of Clinical Psychology*, 32, 295-301.

- Clare, I. C. H., Gudjonsson, G. H., Rutter, S. C., & Cross, P. (1994). The inter-rater reliability of the Gudjonsson Suggestibility Scale (Form2). *British Journal of Clinical Psychology*, 33, 357-365.
- Clarke-Stewart, K. A., Malloy, L. C., & Allhusen, V. D. (2004). Verbal ability, self-control, and close relationships with parents protect children against misleading suggestions. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1037-1058.
- Clubb, P. A., Nida, R. E., Merritt, K., & Ornstein, P. A. (1993). Visiting the doctor: Children's knowledge and memory. *Cognitive Development*, 8, 361-372.
- Coffin, T. E. (1941). Some conditions of suggestion and suggestibility: A study of certain attitudinal and situational factors influencing the process of suggestion. *Psychological Monographs*, 53 (4).
- Cohen, R. L., & Harnick, M. A. (1980). The susceptibility of child witnesses to suggestion. *Law and Human Behavior*, 4, 201-210.
- Conners, C.K. (1994). *Conner's Continuous Performance Test*. Toronto, Canada: Multi-Health Systems.
- Connolly, D. A., & Lindsay, D. S. (2001). The influence of suggestions on children's reports of a unique experiences versus an instance of a repeated experience. *Applied Cognitive Psychology*, 15, 205-223.
- Connolly, D. A., & Price, H. L. (2006). Children's suggestibility for an instance of a repeated event versus a unique event: The effect of degree of association between variable details. *Journal of Experimental Child Psychology*, 93, 207-223.
- Costa, A., & Pinho, M. S. (2008, 2 a 4 de Outubro). *Estudo de propriedades psicométricas do Bonn Test of Statement Suggestibility*. Comunicação apresentada na XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Braga: Universidade do Minho, Portugal.
- Costa, A., Pinho, M. S., & Veloso, M. (2010, 4 a 6 de Fevereiro). *Influência das variáveis memória, inteligência, ansiedade e desejabilidade social na sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos*. Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, APP, Braga, Universidade do Minho, Portugal.
- Coxon, P., & Valentine, T. (1998). The effects of the age of eyewitnesses on the accuracy and suggestibility of their testimony. *Applied Cognitive Psychology*, 11, 415-430.

- Crossman, A. M., Scullin, M. H., & Melnyk, L. (2004). Individual and Developmental differences in suggestibility. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 941-945.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24, 349-354.
- Cruz, M. P., & Pinho, M. S. (2008, 2 a 4 de Outubro). *Sugestionabilidade interrogativa numa amostra geriátrica*. Comunicação apresentada na XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Braga, Universidade do Minho, Portugal.
- Cunha, A., Albuquerque, P. B., & Freire, T. (2006, 28 a 30 de Novembro). *Adaptação das Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson no âmbito de um estudo acerca da sugestionabilidade em crianças*. Comunicação apresentada no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Évora: Universidade de Évora, Portugal.
- Cunha, A., Albuquerque, P., & Freire, T. (2007a). Sugestionabilidade em crianças: Definição de conceitos e análise de variáveis cognitivas. *Psychologica*, 46, 125-141.
- Cunha, A., Albuquerque, P. B., & Freire, T. (2007b, 29 de Agosto a 1 de Setembro). *Dissociation, memory and suggestibility in adults*. Comunicação apresentada na XVth ESCoP Conference, Marseille: Université de Provence, França.
- Dale, P. S., Loftus, E. F., & Rathbun, L. (1978). The influence of the form of the question on the eyewitness testimony of preschool children. *Journal of Psycholinguistic Research*, 7, 269-277.
- Danielsdottir, G., Sigurgeirsdottir, S., Einarsdottir, H. R., & Haraldsson, E. (1993). Interrogative suggestibility in children and its relationship with memory and vocabulary. *Personality and Individual Differences*, 14, 499-502.
- Davies, G., Flin, R., & Baxter, J. (1986). The child witness. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 25, 81-89.
- Davison, S. E., & Gossop, M. (1996). The problem of interviewing drug addicts in custody: A study of interrogative suggestibility and compliance. *Psychology, Crime and Law*, 2, 185-195.
- Deese, J. (1959). On the prediction of occurrence of particular verbal intrusions in immediate recall. *Journal of Experimental Psychology*, 58(1), 17-22.
- Dent, H. R., & Stephenson, G. M. (1979). An experimental study of the effectiveness of different techniques of questioning child witnesses. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 18, 41-51.

- Dewhurst, S. A. (2001). Category repetition and false recognition: Effects of instance frequency and category size. *Journal of Memory and Language*, 44, 153-167.
- DiTomasso, M. J., & Routh, D. K. (1993). Recall of abuse in childhood and three measures of dissociation. *Child Abuse and Neglect*, 17, 477-485.
- Dobson, M., & Markham, R. (1993). Imagery ability and source monitoring: implications for eyewitness memory. *British Journal of Psychology*, 32, 111-118.
- Donders, J. (1997). A short form of the WISC-III for clinical use. *Psychological Assessment*, 9(1), 15-20.
- Donohue, A., Powell, M. B., & Wilson, J. C. (1999). The effects of a computerised interview on children's recall of an event. *Computers in Human Behavior*, 15, 747-761.
- Drivdahl, S. B., Zaragoza, M. S., & Learned, D. M. (2009). The role of emotional elaboration in the creation of false memories. *Applied Cognitive Psychology*, 23, 13-35.
- Duncan, E. M., Whitney, P., & Kunen, S. (1982). Integration of visual and verbal information in children's memories. *Child Development*, 53, 1215-1223.
- Dunn, L. M., & Dunn, L. M. (1981). *Peabody Picture Vocabulary Test – Revised*. Circle Pines, MN: American Guidance Service.
- Ebbinghaus, H. (1885). *Memory: A contribution to experimental psychology*. New York: Dover.
- Eisen, M. L., & Carlson, E. B. (1998). Individual differences in suggestibility: examining the influence of dissociation, absorption, and a history of childhood abuse. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 547-561.
- Eisen, M.L., Goodman, G.S., Quin, J., & Davis, S.L. (1998). Memory and suggestibility in maltreated children: new research relevant to evaluating allegations of abuse. In S.J. Lynn & K.M. McKonkey (Ed.), *Truth in Memory* (pp. 163-189). Guilford Press: New York.
- Eisen, M.L., Goodman, G.S., Quin, J., & Davis, S.L. (1999). Individual differences in maltreated children's memory and suggestibility. In L. Williams (Ed.), *Trauma and Memory* (pp. 163-189). Sage: London.
- Eisen, M.L., Goodman, G.S., Quin, J., & Davis, S.L. (2002a). Age, stress, arousal, dissociation, and psychopathology. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 167-212.
- Eisen, M. L., & Lynn, S. J. (2001). Dissociation, memory and suggestibility in adults and children. *Applied Cognitive Psychology*, 15, 549-573.

- Eisen, M. L., Morgan, D. Y., & Mickes, L. (2002b). Individual differences in eyewitness memory and suggestibility: examining relations between acquiescence, dissociation and resistance to misleading questions. *Personality and Individual Differences*, 33, 553-571.
- Eisen, M. L., Qin, J., Goodman, G. S., & Davis, S. L. (2002c). Memory and suggestibility in maltreated children: age, stress arousal, dissociation, and psychopathology. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 167-212.
- Eischberger, H. B. (2005). The effects of prior knowledge on children's memory and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 92, 247-275.
- Elliot, C. D. (1996). *British Ability Scales II Administration and Scoring Manual*. Windsor, UK: NFER-Nelson.
- Endres, J. (1997). The suggestibility of the child witness: the role of individual differences and their assessment. *The Journal of Credibility Assessment and Witness Psychology*, 1, 44-67.
- Endres, J., Poggenpohl, C., & Erben, C. (1999). Repetitions, warnings and video: Cognitive and motivational components in preschool children's suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 129-146.
- Estabrooks, G. H. (1929). Experimental studies in suggestion. *Journal of Genetic Psychology*, 36, 120-139.
- Evans, F. J. (1967). Suggestibility in the normal waking state. *Psychology Bulletin*, 67, 114-129.
- Evers-Szostak, M., & Sanders, S. (1992). The Children's Perceptual Alteration Scale (CPAS): A measure of children's dissociation. *Dissociation*, 1, 91-97.
- Eysenck, H.J., & Furneaux, W.D. (1945). Primary and secondary suggestibility: an experimental and statistical study. *Journal of Experimental Psychology*, 35, 485-503.
- Fernández, A., & Díez, E. (2001). Memoria y distorsión. In A. S. Cabaco & M. S. Beato (cords.). *Psicología de la memoria: Ámbitos aplicados*. (pp. 159-170). Madrid: Alianza Editorial.
- Finnila, K., Mahlberg, N., Santtila, P., Sandnabba, K., & Niemi, P. (2003). Validity of a test of children's suggestibility for predicting responses to two interview situations differing in their degree of suggestiveness. *Journal of Experimental Child Psychology*, 85, 32-49.
- Fisher, R. P. (1995). Interviewing victims and witnesses of crime. *Psychology, Public Policy and Law*, 1, 732-764.
- Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (1992). *Memory-enhancing techniques for investigative interviewing: The Cognitive Interview*. Springfield, IL: Charles C Thomas.

- Flavell, J. H., Flavell, E., & Green, F. J. (1987). Young children's knowledge about the apparent-real and pretend-real distinctions. *Developmental Psychology*, 23, 816-822.
- Flin, R., Boon, J., Knox, A., & Bull, R. (1992). Children's memories following a five-month delay. *British Journal of Psychology*, 83, 323-336.
- Foley, M. A., Durso, F. T., Wilder, A., & Friedman, R. (1991). Developmental comparisons of explicit versus implicit imagery and reality monitoring. *Journal of Experimental Child Psychology*, 51, 1-13.
- Foley, M. A., & Johnson, M. K. (1985). Confusions between memories for performed and imagined actions: A developmental comparison. *Child Development*, 54, 1145-1155.
- Foley, M. A., Johnson, M. K., & Raye, C. L. (1983). Age-related changes in confusion between memories for thoughts and memories for speech. *Child Development*, 54, 51-60.
- Forrest, K. D., Wadkins, T. A., & Larson, B. A. (2006). Suspect personality, police interrogations, and false confessions: Maybe it is not just the situation. *Personality and Individual Differences*, 40, 621-628.
- Fraser Parker, J., Haverfield, E., & Baker-Thomas, S. (1986). Eyewitness testimony of children. *Journal of Applied Social Psychology*, 16, 287-302.
- Freitas, M. (2004). *Memórias para acções: Um estudo da prioridade de processamento numa tarefa de dupla codificação*. Dissertação de Mestrado em Ciências Cognitivas apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho.
- Freitas, M., & Albuquerque, P. B. (2007). Memórias para acções: Um estudo da prioridade de processamento numa tarefa de dupla codificação. *Psicologia, Educação e Cultura*, XI (1), 95-112.
- Gabbert, F., Memon, A., Allan, K., & Wright, D. B. (2004). Say it to my face: Examining the effects of socially encountered misinformation. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 215-227.
- Garry, M., Manning, C. G., Loftus, E. F., & Sherman, S. J. (1996). Imagination inflation: Imagining a childhood event inflates confidence that it occurred. *Psychonomic Bulletin & Review*, 6, 313-318.
- Garry, M., & Polaschek, D. (2000). Imagination and memory. *Current Directions in Psychological Science*, 9, 5-10.

- Garven, S., Wood, J. M., & Malpass, R. S. (2000). Allegations of wrongdoing: The effects of reinforcement on children's mundane and fantastic claims. *Journal of Applied Psychology*, 85, 38-49.
- Garven, S., Wood, J. M., Malpass, R. S., & Shaw, J. S. III. (1998). More than suggestion: The effect of interviewing techniques from the McMartin Preschool case. *Journal of Applied Psychology*, 83, 347-359.
- Gaspar, N., & Pinto, A. C. (2000). Erros de memória em provas laboratoriais de evocação e de reconhecimento. *Psicologia, Educação e Cultura*, 4 (2), 393-409.
- Gault, R. H. (1919). Suggestion and suggestibility. *American Journal of Sociology*, 25, 185-194.
- Geddie, L., Fradin, S., & Beer, J. (2000). Child characteristics which impact accuracy of recall and suggestibility in preschoolers: is age the best predictor? *Child Abuse and Neglect*, 24, 223-235.
- Gee, S, Gregory, M., & Pipe, M-E. (1999). "What colour is your pet dinosaur?" The impact of pre-interview training and question type on children's answers. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 111-128.
- Ghetti, S., Qin, J., & Goodman, G. S. (2002). False memories in children and adults: Age, distinctiveness, and subjective experience. *Developmental Psychology*, 38, 705-718.
- Gignac, G. E., & Powell, M. B. (2006). A direct examination of the nonlinear (quadratic) association between intelligence and suggestibility in children. *Applied Cognitive Psychology*, 20, 617-623.
- Giles, J. W., Gopnik, A., & Heyman, G. D. (2002). Source monitoring reduces the suggestibility of pre-school children. *Psychological Science*, 13, 288-291.
- Gilstrap, L. L. (2004). A missing link in suggestibility research: What is Known about the behavior of field interviewers in unstructured interviews with young children? *Journal of Experimental psychology: Applied*, 10 (1), 13-24.
- Gilstrap, L. L., & Ceci, S. J. (2005). Reconceptualizing children's suggestibility: Bidirectional and temporal properties. *Child Development*, 76 (1), 40-53.
- Gilstrap, L. L., & Papierno, P. B. (2004). Is the cart pushing the horse? The effects of child characteristics on children's and adults' interview behaviours. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1059-1078.
- Gobbo, C. (2000). Assessing the effects of misinformation on children's recall: How and when makes a difference. *Applied Cognitive Psychology*, 14, 163-182.

- Gobbo, C., Mega, C., & Pipe, M. E. (2002). Does the nature of the experience influence suggestibility? A study of children's event memory. *Journal of Experimental Child Psychology*, 81, 502-530.
- Goff, L. M., & Roediger, H. L. (1998). Imagination inflation for action events: Repeated imaginings lead to illusory recollections. *Memory & Cognition*, 26, 20-33.
- Goodman, G. S., Bottoms, B. L., Schwartz-Kenney, B., & Rudy, L. (1991a). Children's testimony about a stressful event: Improving children's reports. *Journal Narrat. Life Hist.*, 1, 69-99.
- Goodman, G. S., & Clarke-Stewart, A. (1991). Suggestibility in children's testimony: Implications for child sexual abuse investigations. In J. L. Doris (Eds.). *The suggestibility of children's recollections* (pp. 92-105). Washington, DC: American Psychological Association.
- Goodman, G. S., Hirschman, J. E., Hepps, D., & Rudy, L. (1991b). Children's memory for stressful events. *Merrill Palmer Quarterly*, 37, 109-158.
- Goodman, G. S., & Melinder, A. (2007). Child witness research and forensic interviews of young children: A review. *Legal and Criminological Psychology*, 12, 1-19.
- Goodman, G. S., Quas, J. A., Batterman-Faunce, J. M., Riddlesberger, M. M., & Kuhn, J. (1997). Children's reactions to and memory for a stressful event: Influences of age, anatomical dolls, knowledge, and parental attachment. *Applied Developmental Science*, 1, 54-75.
- Goodman, G. S., & Reed, R. S. (1986). Age differences in eyewitness testimony. *Law and Human Behavior*, 10, 317-332.
- Goodman, G. S., Rudy, L., Bottoms, B., & Aman, C. (1990). Children's concerns and memory: Issues of ecological validity in the study of children's eyewitness testimony. In R. Fivush, & J. Hudson (Eds.), *Knowing and remembering in young children* (pp. 249-284). New York: Cambridge University Press.
- Goodman, G. S., & Schaaf, J. M. (1997). Over a decade of research on children's eyewitness testimony: What have we learned? Where do we go from here? *Applied Cognitive Psychology*, 11, 5-20.
- Gopnik, A., & Graf, P. (1988). Knowing how you know: Young children's ability to identify and remember the sources of their beliefs. *Child Development*, 59, 1366-1371.
- Gorassini, D. R., Harris, J. A., Diamond, A., & Flynn-Dastoor, E. (2006). Computer assessment of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 40, 569-577.
- Greene, E., Flynn, M. S., & Loftus, E. F. (1982). Inducing resistance to misleading information. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 21, 207-219.

- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: An experimental study. *British Journal of Psychiatry*, 142, 35-37.
- Gudjonsson, G. H. (1984a). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 5(3), 303-314.
- Gudjonsson, G. H. (1984b). Interrogative suggestibility comparison between “false confessors” and “deniers” in criminal trials. *Medicine, Science and the Law*, 24, 56-60.
- Gudjonsson, G. H. (1987a). A parallel form of the Gudjonsson Suggestibility Scale. *British Journal of Clinical Psychology*, 26, 215-221.
- Gudjonsson, G. H. (1987b). Historical background to suggestibility: how interrogative suggestibility differs from other types of suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 8, 347-355.
- Gudjonsson, G. H. (1987c). The relationship between memory and suggestibility. *Social Behaviour*, 2, 29-33.
- Gudjonsson, G.H. (1988a). The relationship of intelligence and memory to interrogative suggestibility: the importance of range effects. *British Journal of Clinical Psychology*, 27, 185-187.
- Gudjonsson, G.H. (1988b). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social-evaluative anxiety, state anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology*, 27, 159-166.
- Gudjonsson, G. H. (1989a). Theoretical and empirical aspects of interrogative suggestibility. In V. A. Gheorghiu, P. Netter, H. J. Eysenck and Rosenthal (Eds.), *Suggestion and suggestibility*, London: Springer, 135-143.
- Gudjonsson, G. H. (1989b). Compliance in an interrogative situation: a new scale. *Personality and Individual Differences*, 10, 535-540.
- Gudjonsson, G. H. (1989c). The effects of suspiciousness and anger on suggestibility. *Medicine, Science and the Law*, 29, 229-232.
- Gudjonsson, G.H. (1990). The relationship of intellectual skills to suggestibility, compliance and acquiescence. *Personality and Individual Differences*, 11, 227-231.
- Gudjonsson, G. H. (1991a). The effects of intelligence and memory on group differences in suggestibility and compliance. *Personality and Individual Differences*, 12, 503-505.
- Gudjonsson, G.H. (1991b). Suggestibility and compliance among alleged false confessors and resisters in criminal trials. *Medicine, Science and the Law*, 31, 147-151.

- Gudjonsson, G.H. (1991c). The application of interrogative suggestibility to police interviewing. In J. F. Schumaker (Ed.), *Human Suggestibility: Advances in theory, research, and application*. London: Routledge, 279-288.
- Gudjonsson, G. H. (1992a). The psychology of false confessions. *New Law Journal*, 142, 1277-1278.
- Gudjonsson, G. H. (1992b). Interrogation and false confessions: Vulnerability factors. *British Journal of Hospital Medicine*, 47, 597-599.
- Gudjonsson, G. H. (1996). *The psychology of interrogations, confessions and testimony*. Chichester: Wiley.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*. Hove, UK: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. (Wiley Series in the Psychology of Crime, Policing and Law). West Sussex, UK: John Wiley & Sons.
- Gudjonsson, G.H., & Clare, I.C.H. (1995). The relationship between confabulation and intellectual ability, memory, interrogative suggestibility and acquiescence. *Personality and Individual Differences*, 19, 333-338.
- Gudjonsson, G. H., & Clark, N. K. (1986). Suggestibility in police interrogation: a social psychological model. *Social Behaviour*, 1, 83-104.
- Gudjonsson, G. H., Hannesdottir, K., Agustsson, T. P., Sigurdsson, J. F., Gudmundsdottir, A., Pordardottir, P., Tyrfingsson, P., & Petursson, H. (2004). The relationship of alcohol withdrawal symptoms to suggestibility and compliance. *Psychology, Crime & Law*, 10 (2), 169-177.
- Gudjonsson, G. H., Hannesdottir, K., Petursson, H., & Bjornsson, G. (2002a). The effects of alcohol withdrawal on mental state, interrogative suggestibility, and compliance: an experimental study. *The Journal of Forensic Psychiatry*, 13, 53-67.
- Gudjonsson, G. H., Hannesdottir, K., Petursson, H., & Tyrfingsson, T. (2002b). The effects of alcohol withdrawal on memory, confabulation, and suggestibility. *Nordic Journal of Psychiatry*, 54, 213-220.
- Gudjonsson, G. H., Hayes, G. D., & Rowlands, P. (2000). Fitness to be interviewed and psychological vulnerability: The views of doctors, lawyers and police officers. *The Journal of Forensic Psychiatry*, 11 (1), 74-92.

- Gudjonsson, G. H., & Henry, L. (2003). Child and adult witnesses with intellectual disability: The importance of suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 8, 241-252.
- Gudjonsson, G. H., & Hilton, M. (1989). The effects of instructional manipulation on interrogative suggestibility. *Social Behaviour*, 4, 189-193.
- Gudjonsson, G. H., & MacKeith, J. A. C. (1988). Retracted confessions: Legal, psychological and psychiatric aspects. *Medicine, Science and the Law*, 28, 187-194.
- Gudjonsson, G. H., & Sigurdsson, J. F. (1996). The relationship of confabulation to memory, intelligence, suggestibility and personality of juvenile offenders. *Applied Cognitive Psychology*, 10, 85-92.
- Gudjonsson, G.H., & Sigurdsson, J.F. (1999). The Gudjonsson Confession Questionnaire-Revised (GCQ-R): Factor structure and its relationship with personality. *Personality and Individual Differences*, 27, 953-968.
- Gudjonsson, G. H., & Sigurdsson, J. F. (2003). The relationship of compliance with coping strategies and self-esteem. *European Journal of Psychological Assessment*, 19 (2), 117-123.
- Gudjonsson, G. H., & Sigurdsson, J. F. (2004). The relationship of suggestibility and compliance with self-deception and other-deception. *Psychology, Crime & Law*, 10 (4), 447-453.
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., Asgeirsdottir, B. B., & Sigfusdottir, I. D. (2006). Custodial interrogation, false confession and individual differences: A national study among Icelandic youth. *Personality and Individual Differences*, 41, 49-59.
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., Asgeirsdottir, B. B., & Sigfusdottir, I. D. (2007a). Custodial interrogation: What are the background factors associated with claimed false confessions? *Journal of Forensic Psychiatry and Psychology*, 18, 266-275.
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., Bragason, O. O., Newton, A. K., & Einarsson, E. (2008). Interrogative suggestibility, compliance and false confessions among prisoners and their relationship with attention deficit hyperactivity disorder (ADHD) symptoms. *Psychological Medicine*, 38, 1037-1044.
- Gudjonsson, G. H., & Singh, K. K. (1984). Interrogative suggestibility and delinquent boys: An empirical validation study. *Personality and Individual Differences*, 5, 425-430.
- Gudjonsson, G. H., Young, S., & Bramham, J. (2007b). Interrogative suggestibility in adults diagnosed with attention-deficit hyperactivity disorder (ADHD). A potential vulnerability during police questioning. *Personality and Individual Differences*, 43, 737-745.

- Hansdottir, I., Thorsteinsson, H. S., Kristinsdottir, H., & Ragnarsson, R. S. (1990). The effects of instructions and anxiety on interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 11, 85-87.
- Hardy, C.L., & Van Leeuwen, S.A. (2004). Interviewing young children: Effects of probe structures and focus of rapport-building talk on the qualities of young children's eyewitness statements. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 36 (2), 155-165.
- Harris, P., Brown, E., Marriott, C., Whittall, S., & Harmer, S. (1991). Monsters, ghosts and witches: Testing the limits of the fantasy-reality distinction in young children. *British Journal of Developmental Psychology*, 9, 105-123.
- Hayes, B.K., & Delamothe, K. (1997). Cognitive interviewing procedures and suggestibility in children's recall. *Journal of Applied Psychology*, 82 (4), 562-577.
- Heaps, C. M., & Nash, M. (1999). Individual differences in imagination inflation. *Psychonomic Bulletin & Review*, 6, 313-318.
- Heaps, C. M., & Nash, M. (2001). Comparing recollective experience in true and false autobiographical memories. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 27, 920-930.
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (1999). Eyewitness memory and suggestibility in children with mental retardation. *American Journal on Mental Retardation*, 104, 491-508.
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (2003). Eyewitness memory, suggestibility and repeated recall sessions in children with mild and moderate intellectual disabilities. *Law and Human Behavior*, 27, 481-505.
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (2004). The effects of memory trace strength on eyewitness recall in children with and without intellectual disability. *Journal of Experimental Child Psychology*, 89, 53-71.
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (2007). Individual and developmental differences in eyewitness recall and suggestibility in children with intellectual disabilities. *Applied Cognitive Psychology*, 21, 361-381.
- Holliday, R. E. (2003a). The effect of a prior cognitive interview on children's acceptance of misinformation. *Applied Cognitive Psychology*, 17, 443-457.
- Holliday, R. E. (2003b). Reducing misinformation effects in children with cognitive interviews: dissociating recollection and familiarity. *Child Development*, 74(3), 728-751.

- Holliday, R. E., & Albon, A. J. (2004). Minimising misinformation effects in young children with cognitive interview mnemonics. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 263-281.
- Holliday, R. E., Douglas, K. M., & Hayes, B. K. (1999). Children's eyewitness suggestibility: Memory trace strength revisited. *Cognitive Development*, 14, 443-462.
- Holliday, R. E., & Hayes, B. K. (2002). Automatic and intentional processes in children's recognition memory: The reversed misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology*, 16, 1-16.
- Horselenberg, R., Merchelbach, H., & Josephs, S. (2003). Individual differences and false confessions: A conceptual replication of Kassin and Kiechel (1996). *Psychology, Crime, and Law*, 9 (1), 1-8.
- Howard, R. C., & Chaiwitikornwanich, A. (2006). The relationship of interrogative suggestibility to memory and attention. *Journal of Psychophysiology*, 20 (2), 79-93.
- Howard, R., & Hong, N. S. (2002). Effects of metamotivational state and coping style on interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33, 479-485.
- Howe, M. L. (1991). Misleading children's story recall: Forgetting and reminiscence of the facts. *Development Psychology*, 27, 746-762.
- Howe, M. L., & Brainerd, C. J. (1989). Development of children's long-term retention. *Developmental Review*, 9, 301-340.
- Howells, K., & Ward, M. (1994). Intellectual impairment, memory impairment, suggestibility and voir dire proceedings: a case study. *Medicine, Science and the Law*, 34, 176-180.
- Howie, P. M., & Dowd, H. J. (1996). Self-esteem and the perceived obligation to respond: Effects on children's testimony. *Legal and Criminological Psychology*, 1, 197-209.
- Howie, P., Sheehan, M., Mojarrad, T., & Wrzesinska, M. (2004). "Undesirable" and "desirable" shifts in children's responses to repeated questions: Age differences in the effect of providing a rationale for repetition. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1161-1180.
- Hudson, J. (1990). Constructive processes in children's event memories. *Developmental Psychology*, 27, 746-762.
- Hudson, J., & Nelson, K. (1986). Repeated encounters of a similar kind: Effects of familiarity on children's autobiographic memory. *Cognitive Development*, 1, 149-160.
- Hughes, M., & Grieve, R. (1980). On asking children bizarre questions. *First Language*, 1, 149-160.

- Hünefeldt, T., Lucidi, A., Furia, A., & Rossi-Arnaud, C. (2008). Age differences in the interrogative suggestibility of children's memory: Do shift scores peak around 5-6 years of age? *Personality and Individual Differences, 45*, 521-526.
- Hyman, I. E. Jr., & Billings, F. J. (1998). Individual differences and the creation of false childhood memories. *Memory, 6*(1), 1-20.
- Hyman, I. E., Husband, T. H., & Billings, F. J. (1995). False memories of childhood experiences. *Applied Cognitive Psychology, 9*, 181-197.
- Hyman, J. E., & Loftus, E. (1998). Errors in autobiographical memory. *Clinical Psychology Review, 8*, 933-947.
- Hyman, I. E., & Pentland, J. (1996). The role of mental imagery in the creation of false childhood memories. *Journal of Memory & Language, 35*(2), 101-117.
- Ihlebaek, C., Love, T., Eilertsen, D. E., & Magnussen, S. (2003). Memory for a staged criminal event witnessed live and on video. *Memory, 11*, 319-327.
- Imhoff, M. C., & Baker-Ward, L. (1999). Preschoolers' suggestibility: Effects of developmentally appropriate language and interviewer supportiveness. *Applied Developmental Psychology, 20*, 407-429.
- Irving, B. (1987). Interrogative suggestibility: a question of parsimony. *Social Behaviour, 2*, 19-28.
- Jacoby, L. L., Kelley, C., Brown, J., & Jasechko, J. (1989). Becoming famous overnight: Limits on the ability to avoid unconscious influences of the past. *Journal of Personality and Social Psychology, 56*(3), 326-338.
- Jacoby, L. L., Kelley, C.M., & Dywan, J. (1989). Memory attributions. In H. L. Roediger, III & F. I. M. Craik (Eds.), *Varieties of memory and consciousness: Essays in honour of Endel Tulving* (pp. 391-422). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Johansson, M., & Stenberg, G. (2002). Inducing and reducing false memories: A Swedish version of the Deese-Roediger-McDermott paradigm. *Scandinavian Journal of Psychology, 43*, 369-383.
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin, 114*, 3-28.
- Johnson, M. K., & Raye, C. L. (1981). Reality monitoring. *Psychological Review, 88*, 67-85.

- Jones, C. H., & Powell, M. B. (2005). The effect of event context on children's recall of non-experienced events across multiple interviews. *Legal and Criminological Psychology*, 10, 83-101.
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions: A review of the literature and issues. *Psychological Science in the Public Interest*, 5 (2), 33-67.
- Kassin, S. M., & Kiechel, K. L. (1996). The social psychology of false confessions: Compliance, internalization and confabulation. *Psychological Science*, 7(3), 125-128.
- King, M. A., & Yuille, J. C. (1987). Suggestibility and the child witness. In S. Ceci, M. Toglia e D. Ross (Eds.), *Children's eyewitness memory* (pp. 24-35). New York: Springer-Verlag.
- Koriat, A., & Goldsmith, M. (1996). Monitoring and control processes in the strategic regulation of memory accuracy. *Psychological Review*, 103, 490-517.
- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., Hershkowitz, I., & Orbach, Y. (1997). Assessing the credibility of children's allegations of sexual abuse: A survey of recent research. *Learning and Individual Differences*, 9, 175-194.
- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71 (5), 926-934.
- Lane, S. M. (2006). Dividing attention during a witnessed event increases eyewitness suggestibility. *Applied Cognitive Psychology*, 20, 199-212.
- Lee, K. (2004). Age, neuropsychological, and social cognitive measures as predictors of individual differences in susceptibility to the misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 997-1019.
- Leichtman, M. D., & Ceci, S. J. (1995). The effects of stereotypes and suggestions on pre-schoolers' reports. *Developmental Psychology*, 31, 568-578.
- Leo, R. A. (1996). Miranda's revenge: police interrogation as a confidence game. *Law and Society Review*, 30, 259-288.
- Lepore, S. J., & SESCO, B. (1994). Distorting children's reports and interpretations of events through suggestion. *Applied Psychology*, 79, 108-120.
- Liebman, J. I., McKinley-Pace, M. J., Leonard, A. M., Sheesley, L. A., Gallant, C. L., Renkey, M. E., & Lehman, E. B. (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33, 49-66.

- Lindsay, D. S. (1990). Misleading suggestions can impair eyewitnesses' ability to remember event details. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 16, 1077-1083.
- Lindsay, D. S. (1993). Eyewitness suggestibility. *Current Directions in Psychological Science*, 2 (3), 86-89.
- Lindsay, D. S., & Johnson, M. K. (1989). The eyewitness suggestibility effect and memory for source. *Memory and Cognition*, 17, 349-358.
- Lindsay, D. S., Johnson, M. K., & Kwon, P. (1991). Developmental changes in memory source monitoring. *Journal of Experimental Psychology*, 52, 297-318.
- Linton, C. P., & Sheehan, P. W. (1994). The relationship between interrogative suggestibility and susceptibility to hypnosis. *Australian Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 22 (1), 53-64.
- Lipmann, O. (1911). Pedagogical psychology of report. *Journal of Educational Psychology*, 2, 253-261.
- Loftus, E. F. (1986). Ten years in the life of an expert witness. *Law and Human Behavior*, 10, 241-263.
- Loftus, E. F. (2003). Make-believe memories. *American Psychologist*, 867-874.
- Loftus, E. F., & Bernstein, D. M. (2005). Rich false memories: the royal road to success. In A.F. Healy (Ed.), *Experimental Cognitive Psychology and its applications* (pp. 101-113). Washington DC: American Psychological Association Press.
- Loftus, E. F., & Davies, G. M. (1984). Distortions in the memory of children. *Journal of Social Issues*, 40, 51-67.
- Loftus, E. F., Greene, E. L., & Doyle, J. M. (1990). The psychology of eyewitness testimony. In D. C. Raskin (Ed.). *Psychological methods in criminal investigations and evidence* (pp. 3-45). New-York: Springer.
- Loftus, E. F., Levidow, B., & Duensing, S. (1992). Who remembers best? Individual differences in memory for events that occurred in a science museum. *Applied Cognitive Psychology*, 6 (2), 93-107.
- Loftus, E. F., Miller, D. G., & Burns, H. J. (1978). Semantic integration of verbal information into visual memory. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*, 4, 19-31.

- Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 585-589.
- Loftus, E. F., & Pickrell, J. E. (1995). The formation of false memories. *Psychiatric Annals*, 25, 720-725.
- Loftus, E. F., & Zanni, G. (1975). Eyewitness testimony: The influence of wording a question. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 5, 86-88.
- London, K., Bruck, M., Ceci, S. J., & Shuman, D. W. (2005). Disclosure of child sexual abuse: What does the research tell us about the ways that children tell? *Psychology Public Policy and Law*, 11, 194-226.
- Luna, K., & Migueles, M. (2009). Acceptance and confidence of central and peripheral misinformation. *The Spanish Journal of Psychology*, 12(2), 405-413.
- Lynn, S.J., & Rhue, J.W. (1998). Fantasy proneness: hypnosis, developmental antecedents, and psychopathology. *American Psychologist*, 43(1), 35-44.
- Lyon, T. D. (2002). Applying suggestibility research to real world of repeated questions. *Law and Contemporary Problems*, 65, 97-126.
- Marche, T.A. (1999). Memory strength affects reporting of misinformation. *Journal of Experimental Child Psychology*, 73, 45-71.
- Marche, T. A., & Howe, M. L. (1995). Preschoolers report misinformation despite accurate memory. *Developmental Psychology*, 31, 554-567.
- Marin, B. V., Holmes, D. L., Guth, M., & Kovac, P. (1979). The potential of children as eyewitnesses. *Law and Human Behavior*, 3, 295-305.
- Marxsen, D., Yuille, J. C., & Nisbet, M. (1995). The complexities of eliciting and assessing children's statements. *Psychology, Public Policy, and Law*, 1 (2), 450-460.
- Mazzoni, G. A. (2002). Naturally occurring and suggestion-dependent memory distortions: The convergence of disparate research traditions. *European Psychologist*, 7(1), 17-30.
- McCloskey, M., & Zaragoza, M. (1985). Misleading postevent information and memory for events: Arguments and evidence against memory impairment hypotheses. *Journal of Experimental Psychology: General*, 114, 1-16.
- McDermott, K. B. (1996). The persistence of false memories in list recall. *Journal of Memory and Language*, 35, 212-230.
- McDougall, W. (1908). *An introduction to social psychology*. London: Methuen.

- McFarlane, F. J., & Powell, M. B. (2002). The video suggestibility scale for children: how generalisable is children's performance to other measures of suggestibility? *Behavioural Science and the Law*, 20, 699-716.
- McFarlane, F., Powell, M., & Dudgeon, P. (2002). An examination of the degree to which IQ, memory performance, socio-economic status and gender predict young children's suggestibility. *Legal & Criminological Psychology*, 7, 227-239.
- McGroarty, A., & Baxter, J. S. (2007). Interrogative pressure in simulated forensic interviews: The effects of negative feedback. *British Journal of Psychology*, 98, 455-465.
- McKinley-Pace, M.J. (2000). *Disentangling the roles of memory and compliance in eyewitness suggestibility*. Unpublished doctoral dissertation, George Mason University, Fairfax, Virginia.
- Melinder, A., Scullin, M. H., Gunnerød, V., & Nyborg, E. (2005). Generalizability of a two-factor measure of young children' suggestibility in Norway and the USA. *Psychology, Crime & Law*, 11 (2), 123-145.
- Melnyk, L., & Bruck, M. (2004). Timing moderates the effects of repeated suggestive interviewing on children's eyewitness memory. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 613-631.
- Memon, A., Cronin, O, Eaves, R., & Bull, R. (1993). The cognitive interview and child witnesses. *Issues in Criminological and Legal Psychology*, 20, 3-9.
- Memon, A., Holley, A., Wark, L., Bull, R., & Koehnken, G. (1996). Reducing suggestibility in child witness interviews. *Applied Cognitive Psychology*, 10, 416-432.
- Mercer, B., Wapner, W., Gardner, H., & Benson, F. (1977). A study of confabulation. *Archives of Neurology*, 34, 429-433.
- Merckelbach, H., Muris, P., Horselenberg, R., & Stougie, S. (2000a). Dissociative experiences, response bias, and fantasy proneness in college students. *Personality and Individual Differences*, 28, 49-58.
- Merckelbach, H., Muris, P., & Rassin, E. (1999). Fantasy proneness and cognitive failures as correlates of dissociative experiences. *Personality and Individual Differences*, 26, 961-967.
- Merckelbach, H., Muris, P., Rassin, E., & Horselenberg, R. (2000b). Dissociative experiences and interrogative suggestibility in college students. *Personality and Individual Differences*, 29, 1133-1140.

- Merckelbach, H., Muris, P., Wessel, I., & Van Koppen, P.J. (1998). The Gudjonsson suggestibility scale (GSS): further data on its reliability, validity, and metacognition correlates. *Social Behavior and Personality*, 26(2), 203-210.
- Meyer, J. R., & Reppucci, N. D. (2007). Police practices and perceptions regarding juvenile interrogation and interrogative suggestibility. *Behavioral Sciences and the Law*, 25, 757-780.
- Michel, M. K., Gordon, B. N., Ornstein, P. A., & Simpson, M. A. (2000). The abilities of children with mental retardation to remember personal experiences: Implications for testimony. *Journal of Clinical Child Psychology*, 29, 453-463.
- Milberg, S., & Clark, M. S. (1988). Moods and compliance. *British Journal of Social Psychology*, 27, 79-90.
- Miles, K.L., Powell, M.B., Gignac, G.E. & Thomson, D.M. (2007). How well does the Gudjonsson Suggestibility Scale for Children, version 2 predict the recall of false details among children with and without intellectual disabilities? *Legal and Criminological Psychology*, 12, 217-232.
- Miles, K. L., Powell, M. B., & Stokes, M. A. (2004). A comparison of the effectiveness of two suggestibility paradigms in predicting preschoolers' tendency to report a non-experienced event. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1021-1036.
- Milgram, S. (1974). *Obedience to authority*. London: Tavistock.
- Milne, R., & Bull, R. (2003). Does the cognitive interview help children to resist the effects of suggestive questioning? *Legal and Criminological Psychology*, 8, 21-38.
- Milne, R., Clare, I. C. H., & Bull, R. (2002). Interrogative suggestibility among witnesses with mild intellectual disabilities: The use of an adaptation of the GSS. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 15, 8-17.
- Morison, P., & Gardner, H. (1978). Dragons and dinosaurs: The child's capacity to differentiate fantasy from reality. *Child Development*, 49, 642-648.
- Moston, S. (1987). The suggestibility of children in interview studies. *First Language*, 7, 67-78.
- Moston, S. (1990). How children interpret respond to questions: Situational sources of suggestibility in eyewitness interviews. *Social Behavior*, 5, 155-167.
- Motzkau, J. F. (2007). Matters of suggestibility, memory and time: Child witnesses in court and what really happened. *Forum: Qualitative Social Research*, 8 (1), art.14.

- Mueller-Johnson, K., & Ceci, S. J. (2004). Memory and suggestibility in older adults: Live event participation and repeated interview. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1109-1127.
- Multhaup, K. S., Leonardis, D. M., & Johnson, M. K. (1999). Source memory and eyewitness suggestibility in older adults. *The Journal of General Psychology*, 126 (1), 74-84.
- Munro, F. M., & Carlin, M. T. (2000). Witness competency – Truthfulness and reliability assessment: The role of the psychologist, 15-23.
- Murakami, A., Edelman, R. J., & Davis, P. E. (1996). Interrogative suggestibility in opiates users. *Addiction*, 91, 1365-1373.
- Murray, H. A. (1943). *Thematic Apperception Test*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Myles-Worsley, M., Cromer, C. C., & Dodd, D. H. (1986). Children's preschool script reconstruction: Reliance on general knowledge as memory fades. *Developmental Psychology*, 22(1), 22-30.
- Newcombe, P. A., & Siegal, M. (1997). Explicitly questioning the nature of suggestibility in preschoolers' memory and retention. *Journal of Experimental Child Psychology*, 67, 185-203.
- Nickerson, R. S. (1998). Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, 2, 175-220.
- Oates, K., & Shrimpton, S. (1991). Children's memories for stressful and non-stressful events. *Medicine, Science, and the Law*, 31, 4-10.
- Oberauer, K., Schulze, R., Wilhelm, O., & Süß, H. (2005). Working memory and intelligence – Their correlation and their relation: Comment on Ackerman, Beier, and Boyle (2005). *Psychological Bulletin*, 131(1), 61-65.
- Ofshe, R. J., & Leo, R. A. (1997). The social psychology of police interrogation. The theory and classification of true and false confessions. *Studies in Law, Politics and Society*, 16, 189-251.
- Ornstein, P. A., & Elischberger, H. B. (2004). Studies of suggestibility: Some observations and suggestions. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1129-1141.
- Ornstein, P. A., Gordon, B. N., & Larus, D. (1992). Children's memory for a personally experienced event: Implications for testimony. *Applied Cognitive Psychology*, 6, 49-60.
- Ornstein, P. A., Merritt, K. A., Baker-Ward, L., Furtado, E., Gordon, B. N., & Principe, G. (1998). Children's knowledge, expectation, and long-term retention. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 387-405.

- Otis, M. (1924). A study of suggestibility in children. *Archives of Psychology*, 11, 5-108.
- Paddock, J. R., Joseph, A. L., Chan, F. M., Terranova, S., Manning, C., & Loftus, E. F. (1998). When guided visualization procedures may backfire: imagination inflation and predicting individual differences in suggestibility. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 563-575.
- Parker, J. (1995). Age differences in source monitoring of performed and imagined actions. *Journal of Experimental Child Psychology*, 60, 84-101.
- Paulhus, D. L. (1998). *Paulhus Deception Scales (PDS): The Balanced Inventory of Desirable Responding*. New-York: MHS.
- Payne, D. G., Ellie, C. J., Blackwell, J. M., & Neuschatz, J. S. (1996). Memory illusions: recalling, recognizing, and recollecting events that never occurred. *Journal of Memory and Language*, 35, 261-285.
- Pear, T. H., & Wyatt, S. (1914). The testimony of normal and mentally defective children. *British Journal of Psychology*, 3, 388-419.
- Pearse, J., Gudjonsson, G. H., Clare, I.C.H., & Rutter, S. (1998). Police interviewing and psychological vulnerabilities: Predicting the likelihood of a confession. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 8 (1), 1-21.
- Perner, J. (1997). Children's competency in understanding the role of a witness: Truth, lies, and moral ties. *Applied Cognitive Psychology*, 11, 21-35.
- Peters, D. P. (1991). The influence of stress and arousal on the child witness. In J. L. Doris (Ed.). *The suggestibility of children's recollections* (pp. 60-76). Washington, DC: American Psychological Association.
- Peterson, C., & Bell, M. (1996). Children's memory for traumatic injury. *Child Development*, 67, 3045-3070.
- Peterson, C., Dowden, C., & Tobin, J. (1999). Interviewing preschoolers: comparison yes/no and wh- questions. *Law and Human Behaviour*, 23, 539-555.
- Pezdek, K., & Eddy, R. M. (2001). Imagination inflation: A statistical artifact of regression toward the mean. *Memory & Cognition*, 29, 707-718.
- Pezdek, K., Finger, K., & Hodge, D. (1997). Planting false childhood memories: The role of event plausibility. *Psychological Science*, 8, 437-441.
- Pezdek, K., & Hinz, T. (2002). The construction of false events in memory. In H.L. Westcott, G. M. Davies & R. H. C. Bull (Eds.) *Children's testimony* (pp. 99-116). West Sussex: Wiley.

- Pezdek, K., & Hodge, D. (1999). Planting false childhood memories in children: The role of event plausibility. *Child Development, 70*, 887-895.
- Pezdek, K., & Roe, C. (1995). The effect of memory trace strength on suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology, 60*, 116-128.
- Pezdek, K., & Roe, C. (1997). The suggestibility of children's memory for being touched: Planting, erasing, and changing memories. *Law and Human Behaviour, 21*, 95-106.
- Piaget, J. (1926). *The language and thought of the child*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Pickering, S., & Gathercole, S. (2001). *Working Memory Test Battery for Children: Manual*. The Psychological Corporation.
- Pinho, M. S., Simões, M. R., Beato, M. S., & Diez, E. (2004). Estudo exploratório sobre a resistência ao efeito de evocação falsa imediata no paradigma DRM. *Psicologia e Educação, 3*(2), 57-69.
- Pinto, A. C. (1991). *Psicologia Experimental: temas e experiências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Platt, R. D., Lacey, S. C., Lobst, A. D., & Finkelman, D. (1998). Absorption, dissociation, and fantasy-proneness as predictors of memory distortion in autobiographical and laboratory-generated memories. *Applied Cognitive Psychology, 12*, 77-89.
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences, 38*, 177-186.
- Polczyk, R., Wesolowska, B., Gabarczyk, A., Minakowska, I., Supska, M., & Bomba, E. (2004). Age differences in interrogative suggestibility: A comparison between young and older adults. *Applied Cognitive Psychology, 18*, 1097-1107.
- Pollard, R., Trowbridge, B., Slade, P. D., Streissguth, A. P., Laktonen, A., & Townes, B. D. (2004). Interrogative suggestibility in an US context: Some preliminary data on normal subjects. *Personality and Individual Differences, 37*, 1101-1108.
- Poole, D. A., & Lindsay, D. S. (1995). Interviewing preschoolers: Effects of nonsuggestive techniques, parental coaching, and leading questions on reports of nonexperienced events. *Journal of Experimental Child Psychology, 60*, 129-154.
- Poole, D. A., & Lindsay, D. S. (1998). Assessing the accuracy of young children's reports: Lessons from the investigation of child sexual abuse. *Applied and Preventive Psychology, 7*, 1-26.

- Poole, D. A., & Lindsay, D. S. (2002). Reducing child witnesses' false reports of misinformation from parents. *Journal of Experimental Child Psychology*, 81, 117-140.
- Poole, D. A., & White, L. T. (1991). Effects of question repetition on the eyewitness testimony of children and adults. *Developmental Psychology*, 27, 975-986.
- Poole, D. A., & White, L. T. (1993). Two years later: Effects of question repetition and retention interval on the eyewitness testimony of children and adults. *Developmental Psychology*, 29, 844-853.
- Poole, D.A., & White, L. T. (1995). Tell me again and again: Stability and change in the repeated testimonies of children and adults. In M. Zaragoza, J. R. Graham, G. C. N. Hall, R. Hirschman, & Y. S. Ben-Porath (Eds.), *Memory and testimony in the child witness* (pp. 24-43). Sage Publications.
- Porter, R., Yuille, J. C., & Lehman, D. R. (1999). The nature of real, implanted, and fabricated memories for emotional childhood events: Implications for the recovered memory debate. *Law and Human Behavior*, 23, 517-537.
- Powell, M. B., Jones, C. H., & Campbell, C. (2003). A comparison of preschooler's recall of experienced versus non-experienced events across multiple interviews. *Applied Cognitive Psychology*, 17, 935-952.
- Powell, M. B., & Roberts, K. P. (2002). The effect of repeated experience on children's suggestibility across two question types. *Applied Cognitive Psychology*, 16, 367-386.
- Powell, M. B., Roberts, K. P., Ceci, S. J., & Hembrooke, H. (1999). The effects of repeated experience on children's suggestibility. *Developmental Psychology*, 35, 1462-1477.
- Powell, M. B., & Thomson, D. M. (1996). Children's recall of an occurrence of a repeated event: Effects of age, retention interval, and question type. *Child Development*, 67, 1988-2004.
- Powell, M. B., Wilson, J. C., & Thomson, D. M. (2002). Eliciting children's recall of events: How do computers compare with humans? *Computers in Human Behavior*, 18, 297-313.
- Powers, P. A., Andriks, J. L., & Loftus, E. F. (1979). Eyewitness account of females and males. *Journal of Applied Psychology*, 64, 339-347.
- Price, H. L., & Connolly, D. A. (2004). Event frequency and children's suggestibility: A study of cued recall responses. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 809-821.
- Prideaux, E. (1919). Suggestion and suggestibility. *British Journal of Psychology*, 10, 228-241.
- Putnam, F. W. (1997). *Dissociation in children and adolescents*. New York: Guilford Press.

- Qin, J., Quas, J. A., Redlich, A. D., & Goodman, G. S. (1997). Children's eyewitness testimony: Memory development in the legal context. In N. Cowan (Eds.), *The Development of Memory in Childhood* (pp. 301-341). Hove, UK: Psychology Press.
- Quas, J. A., Goodman, G. S., Bidrose, S., Pipe, M. E., Craw, S., & Ablin, D. S. (1999). Emotion and memory: Children's long-term remembering, forgetting, and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 72, 235-270.
- Quas, J. A., Qin, J., Schaaf, J., & Goodman, G. (1997). Individual differences in children's and adults' suggestibility and false event memory. *Learning and Individual Differences*, 9, 350-390.
- Quas, J. A., & Schaaf, J. M. (2002). Children's memories of experienced and nonexperienced events following repeated interviews. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 304-338.
- Quas, J. A., Wallin, A. R., Papini, S., Lench, H., & Scullin, M. H. (2005). Suggestibility, social support, and memory for a novel experience in young children. *Journal of Experimental Child Psychology*, 91, 315-341.
- Quin, J.J. (1999). *Adults' memories of childhood: true versus false reports*. Dissertation, University of California, Davis, CA.
- Randall, W. E., Stephen, W. T., James, E. L., & Andrew, R. A. C. (1999). Working memory, short-term memory, and general fluid intelligence: A latent-variable approach. *Journal of Experimental Psychology: General*, 128(3), 309-331.
- Rathus, S. A. (1973). A 30-item schedule for assessing assertive behavior. *Therapy*, 4, 398-406.
- Raven, J. C., Court, J. H., & Raven, J. (1986). *Manual for Raven's Progressive Matrices and Vocabulary Scales*. London: Lewis.
- Raven, J. C., Court, J. H., & Raven, J. (1990). *Coloured Progressive Matrices (1990 edition). Raven Manual: Section 2*. Great Britain: Oxford Psychologists Press.
- Register, P.A., & Kihlstrom, J.F. (1988). Hypnosis and interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 9, 549-558.
- Remmers, H. H., Cutler, M., & Jones, P. (1940). Waking suggestibility in children : General or specific? *Journal of Genetic Psychology*, 56, 87-93.
- Reyna, V. F., Holliday, R., & Marche, T. (2002). Explaining the development of false memories. *Developmental Review*, 22, 436-489.

- Reyna, V. F., & Lloyd, F. (1997). Theories of false memory in children and adults. *Learning and Individual Differences*, 9 (2), 95-123.
- Richardson, G., Gudjonsson, G. H., & Kelly, T. P. (1995). Interrogative suggestibility in an adolescent forensic population. *Journal of Adolescence*, 18(2), 211-216.
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36, 485-494.
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2004). The effects of anxious mood induction on suggestibility to misleading post-event information. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 233-244.
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2006). Suggestibility and state anxiety: How the two concepts relate in a source identification paradigm. *Memory*, 14 (1), 37-45.
- Ridley, A. M., Clifford, B. R., & Keogh, E. (2002). The effects of state anxiety on the suggestibility and accuracy of child eye-witnesses. *Applied Cognitive Psychology*, 16 (5), 547-558.
- Roberts, K. P., & Blades, M. (1998). The effects of interacting with events on children's eyewitness memory and source monitoring. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 489-503.
- Roberts, K. P., Lamb, M. E., & Sternberg, K. J. (1999). Effects of the timing of postevent information on preschoolers' memories of an event. *Applied Cognitive Psychology*, 13, 541-559.
- Robinson, K. J., & Roediger, H. L. (1997). Associative processes in false recall and recognition. *Psychological Science*, 8, 231-237.
- Rocha, A. A. M., & Albuquerque, P. B. (2003). Ilusões de memória em alcoólicos. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 8 (2), 269-288.
- Roebers, C. M., & Fernandez, O. (2002). The effects of accuracy motivation on children's and adults' event recall, suggestibility, and their answers to unanswerable questions. *Journal of Cognition and Development*, 3, 415-443.
- Roebers, C. M., Gelhaar, T., & Schneider, W. (2004). It's magic!" The effects of presentation modality on children's event memory, suggestibility, and confidence judgments. *Journal of Experimental Child Psychology*, 87, 320-335.
- Roebers, C. M., & Howie, P. (2003). Confidence judgments in event recall: Developmental progression in the impact of question format. *Journal of Experimental Child Psychology*, 85, 352-371.

- Roebbers, C. M., Howie, P., & Beuscher, E. (2007). Can private reports enhance children's event recall, lower their suggestibility and foster their metacognitive monitoring compared to face-to-face interviews? *Computers in Human Behavior*, 23 (1), 749-769.
- Roebbers, C. M., Moga, N., & Schneider, W. (2001). The role of accuracy motivation on children's and adults' event recall. *Journal of Experimental Child Psychology*, 78, 313-329.
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2000). The impact of misleading questions on eyewitness memory in children and adults. *Applied Cognitive Psychology*, 14, 509-526.
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2001). Individual differences in children's eyewitness recall: The influence of intelligence and shyness. *Applied Developmental Science*, 5, 9-20.
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2005a). Individual differences in young children's suggestibility: Relations to event memory, language abilities, working memory, and executive functioning. *Cognitive Development*, 20, 427-447.
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2005b). The strategic regulation of children's memory performance and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 91, 24-44.
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21(4), 803-814.
- Roper, R., & Shewan, D. (2002). Compliance and eyewitness testimony: Do eyewitnesses comply with misleading 'expert pressure' during investigative interviewing? *Legal and Criminological Psychology*, 7, 155-163.
- Rosenthal, R. (2002). Suggestibility, reliability, and the legal process. *Developmental Review*, 22, 334-369.
- Rosvold, H. E., Mirsky, A. F., Sarason, I., Bransome, E. D., Jr., & Beck, L. H. (1956). A continuous performance test of brain damage. *Journal of Consulting Psychology*, 20, 343-350.
- Rudy, L., & Goodman, G. S. (1991). Effects of participation on children's reports: Implications for children's testimony. *Developmental Psychology*, 27, 527-538.
- Ruffman, T., Rustin, C., Garnham, W., & Parkin, A. J. (2001). Source monitoring and false memories in children: Relation to certainty and executive functioning. *Journal of Experimental Child Psychology*, 80, 95-111.

- Russano, M. B., Meissner, C. A., Narchet, F. M., & Kassin, S. M. (2005). Investigating true and false confessions within a novel experimental paradigm. *Psychological Science*, 16(6), 481-486.
- Sanders, B., & Giolas, M. H. (1991). Dissociation and childhood trauma in psychologically disturbed adolescence. *American Journal of Psychiatry*, 148, 50-54.
- Santostefano, S. (1988). *Cognitive Control Battery*, Los Angeles: Western Psychological Services.
- Santtila, P., Ekholm, M., & Niemi, P. (1999). The effects of alcohol on interrogative suggestibility: The role of state-anxiety and mood states as mediating factors. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 1-13.
- Saywitz, K, Geiselman, R., & Bornstein, G. (1992). Effects of cognitive interviewing, practice, and interview style on children's recall performance. *Journal of Applied Psychology*, 77, 744-756.
- Schooler, J. W., & Loftus, E. F. (1986). Individual differences and experimentation: complementary approaches to interrogative suggestibility. *Social Behaviour*, 1, 105-112.
- Schooler, J. W., & Loftus, E. F. (1993). Multiple mechanisms mediate individual differences in eyewitness accuracy and suggestibility. In J. M. Puckett & H. W. Reese (Ed.), *Mechanisms of everyday cognition* (pp. 177-204). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Scullin, M. H., & Bonner, K. (2006). Theory of mind, inhibitory control, and preschool-age children's suggestibility in different interviewing contexts. *Journal of Experimental Child Psychology*, 93, 120-138.
- Scullin, M. H., & Ceci, S. J. (2001). A suggestibility scale for children. *Personality and Individual Differences*, 30, 843-856.
- Scullin, M. H., & Hembrooke, H. A. (1998). *Development and refinement of a suggestibility scale for children*. In A. M. Crossman and M. H. Scullin (Chairs), Avenues for assessing the reliability of children's statements: A panoply of approaches. Symposium conducted at the meeting of the American Psychology and Law Society. Redondo Beach, CA, March, 1998.
- Scullin, M. H., Kanaya, T., & Ceci, S. J. (2002). Measurement of individual differences in children's suggestibility across situations. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 8(4), 233-246.-
- Seamon, J. G., Luo, C. R., Schegel, S. E., Greene, S. E., & Goldenberg, A. B. (2000). False memory for categorized pictures and words: The category associates procedure for

- studying memory errors in children and adults. *Journal of Memory and Language*, 42, 120-146.
- Shapiro, L. R., Blackford, C., & Chen, D-F. (2005). Eyewitness memory for a simulated misdemeanor crime: The role of age and temperament in suggestibility. *Applied Cognitive Psychology*, 19, 267-289.
- Sharrock, R., & Gudjonsson, G.H. (1993). Intelligence, previous convictions and interrogative suggestibility: a path analysis of alleged false-confession case. *British Journal of Clinical Psychology*, 32(2), 169-175.
- Shrimpton, S., Oates, K., & Hayes, S. (1998). Children's memory of events: Effects of stress, age, time delay and location of interview. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 133-143.
- Sigurdsson, J. F., & Gudjonsson, G. H. (1994). Alcohol and drug intoxication during police interrogation and the reasons why suspects confess to the police. *Addiction*, 89, 985-997.
- Sigurdsson, J. F., & Gudjonsson, G. H. (1996). Psychological characteristics of "false confessors": A study among Icelandic prison inmates and juvenile offenders. *Personality and Individual Differences*, 20, 321-329.
- Sigurdsson, E., Gudjonsson, G. H., Kolbeisson, H., & Petursson, H. (1994). The effects of ECT and depression on confabulation, memory processing and suggestibility. *Nordic Journal of Psychiatry*, 48, 443-451.
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1984). Interrogative suggestibility, delayed memory and self-concept. *Personality and Individual Differences*, 5, 203-209.
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1992a). Interrogative suggestibility among adolescent boys and its relationship with intelligence, memory and cognitive set. *Journal of Adolescence*, 15(2), 155-161.
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1992b). The vulnerability of adolescent boys to interrogative pressure: an experimental study. *Journal of Forensic Psychiatry*, 3, 167-170.
- Smeets, T., Leppink, J., Jelicic, M., & Merckelbach, H. (2009). Shortened versions of the Gudjonsson Suggestibility Scale meet the standards. *Legal and Criminological Psychology*, 14 (1), 149-155.
- Smith, K., & Gudjonsson, G.H. (1986). Investigation of the response of "fakers" and "non-fakers" on the Gudjonsson Suggestibility Scale. *Medicine, Science and the Law*, 26, 66-71.

- Smith, K., & Gudjonsson, G.H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19(4), 517-523.
- Smith, S. M., Ward, T. B., Tindell, D. R., Sifonis, C. M., & Wilkenfeld, M. J. (2000). Category structure and created memories. *Memory & Cognition*, 28, 386-395.
- Spielberger, C. D. (1983). *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory (form y)*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Spielberger, C. D., Edwards, C. D., Montouri, J., & Luschene, R. (1970). How I feel questionnaire. In *State-Trait anxiety inventory for Children*, Palo Alto, CA: Consulting & Psychologists Press.
- Stadler, M. A., Roediger, H. L., & McDermott, K. (1999). Norms for word lists that create false memories. *Memory & Cognition*, 27, 494-500.
- Stein, L. M., Feix, L. F., & Rohenkohl, G. (2006). Avanços metodológicos no estudo das falsas memórias: Construção e normatização do procedimento de palavras associadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 166-176.
- Stein, L. M., & Pergher, G. K. (2001). Criando falsas memórias em adultos por meio de palavras associadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(2), 353-366.
- Stern, W. (1910). Abstracts of lectures on the psychology of testimony and on the study of individuality. *American Journal of Psychology*, 21, 273-282.
- Stricker, L. J., Messick, S., & Jackson, D. N. (1967). Suspicion of deception: Implication for conformity research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5, 379-389.
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (1996). *Using multivariate statistics* (3rd ed.). New York: Harper Collins.
- Tata, P.R. (1983). *Some effects of stress and feedback on interrogative suggestibility: an experimental study*. Dissertation, University of London, M. Phil.
- Tata, P. R., & Gudjonsson, G. H. (1990). The effects of mood and verbal feedback on interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 11, 1079-1085.
- Taylor, R., & Howell, M. (1973). The ability of 3-, 4-, and 5-year-olds to distinguish fantasy from reality. *Journal of Genetic Psychology*, 122, 315-318.
- Tellegen, A. & Atkinson, G. (1974). Openness to absorbing and self-altering experiences ("absorption"), a trait related to hypnotic susceptibility. *Journal of Abnormal Psychology*, 83, 268-277.

- Thierry, K. L., & Spence, M. J. (2002). Source-monitoring training facilitates pre-schoolers' eyewitness memory performance. *Developmental Psychology*, 38 (3), 428-437.
- Thierry, K. L., Spence, M. J., & Memon, A. (2001). Before misinformation is encountered: Source monitoring decreases child witness suggestibility. *Journal of Cognition and Development*, 2 (1), 1-26.
- Thompson, W.C., Clarke-Stewart, K.A., & Lepore, S. (1997). What did the janitor do? Suggestive interviewing and the accuracy of children's accounts. *Law and Human Behaviour*, 21, 405-426.
- Thorndike, R. L., Hagen, E. P., & Sattler, J. M. (1986). *Stanford-Binet Intelligence Scale* (4th edn). Itasca, IL: Riverside.
- Tobey, A., & Goodman, G. S. (1992). Children's eyewitness memory: Effects of participation and forensic context. *Child Abuse & Neglect*, 16, 779-796.
- Tousignant, J.P. (1984). *Individual Differences in response bias and recall: a characterization of the effects of misleading post-event information*. Unpublished doctoral dissertation, University of Washington.
- Tucker, A., Merton, P., & Luszcz, M. (1990). The effect of repeated interviews on young children's eyewitness memory. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 23, 117-123.
- van der Kolk, B. A., & Fisler, R. (1995). Dissociation and the fragmentary nature of traumatic memories: overview and exploratory study. *Journal of Traumatic Stress*, 8, 505-525.
- Varendonck, J. (1911). Les témoignages défnants dans un process retentissant. *Archives de Psychologie*, 11, 129-171.
- Veloso, M., Costa, A., & Pinho, M. S. (2010, 4 a 6 de Fevereiro). *Sugestionabilidade interrogativa e criação de memórias falsas em crianças de 8 anos*. Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, APP, Braga, Universidade do Minho, Portugal.
- Vicente, S. (2003). *Reconhecimento de palavras faladas: abordagem desenvolvimental em Português Europeu* (vols 1-2). Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Vrij, A., & Bush, N. (2000). Differences in suggestibility between 5-6 and 10-11 year olds: The relationship with self-confidence. *Psychology, Crime, and Law*, 6, 127-138.

- Waller, N. G., Putnam, F. W., & Carlson, E. B. (1996). Types of dissociation and dissociative types: A taxometric analysis of dissociative experiences. *Psychological Methods*, 1(3), 300-321.
- Warren, A., Hulse-Trotter, K., & Tubbs, E.C. (1991). Inducing resistance to suggestibility. *Children, Law and Human Behavior*, 15, 273-285.
- Warren, A. R., & Lane, P. (1995). The effects of timing and type of questioning on eyewitness accuracy and suggestibility. In M. Zaragoza, J. R. Graham, G. C. N. Hall, R. Hirschman, & Y. S. Ben-Porath (Eds.). *Memory and testimony in the child witness* (pp. 44-60). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Warren, H. K., Scullin, M. H., & Ceci, S. J. (1999a). Development of suggestibility scales for young children: A validation study of cross-situational suggestibility. Unpublished manuscript.
- Warren, A. R., Woodall, C. E., Thomas, M., Nunno, M., Keeney, J. M., & Larson, S. M. (1999b). Assessing the effectiveness of a training program for interviewing child witnesses. *Applied Developmental Science*, 3, 128-135.
- Wechsler, D. (1981). WAIS-R manual. New York: Psychological Corporation – Harcourt Brace Jovanovich.
- Wechsler, D. (1989). *Wechsler preschool and primary scales of intelligence - Revised*. San Antonio, TX: The Psychological Corporation.
- Wechsler, D. (1991a). *Wechsler Intelligence Scale for Children – Third Edition (WISC-III)*. New York: The Psychological Corporation
- Wechsler, D. (1991b) (adapt. Simões, 2004). *Wechsler Intelligence Scale for Children – Third Edition (WISC-III): Manual*. San Antonio: The Psychological Corporation.
- Wechsler, D. (1999). *Wechsler Abbreviated Scale of Intelligence*. San Antonio, TX: The Psychological Corporation.
- Wechsler, D. (2008). *WAISIII: Manual da Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos – Terceira Edição*. Lisboa: CEGOC–TEAM.
- Welch- Ross, M. (1995). Developmental changes in preschoolers' ability to distinguish memories of performed, pretended, and imagined actions. *Cognitive Development*, 10, 421-441.
- White, T. L., Leichtman, M. D., & Ceci, S. J. (1997). The good, the bad, and the ugly: Accuracy, inaccuracy, and elaboration in preschoolers' reports about a past event. *Applied Cognitive Psychology*, 11, 37-54.

- White, R., & Willner, P. (2005). Suggestibility and salience in people with intellectual disabilities: An experimental critique of the Gudjonsson Suggestibility Scale. *The Journal of Forensic Psychiatry and Psychology*, 16 (4), 638-650.
- Wilkinson, C., & Hyman, I. E. (1998). Individual differences related to two types of memory errors: wordlists may not generalize to autobiographical memory. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 529-546.
- Wilson, J. C., Powell, M. B., Raju, S., & Romeo, R. (2004). Secrecy and suggestibility: Are children's memories for secrets less suggestible than other memories? *Applied Cognitive Psychology*, 18, 251-261.
- Winograd, E., Peluso, J. P., & Glover, T. A. (1998). Individual differences in susceptibility to memory illusions. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 5-27.
- Wolfradt, U., & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences*, 25, 425-432.
- Woolston, R., Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2006). Patterns of malingering and compliance in measures of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 40, 453-461.
- Wright, J. C. (1971). *The Kansas Reflection-Impulsivity Scale for Preschoolers (KRISP)*. St. Louis, MO: CERMEL, Inc.
- Young, H. F., Bentall, R. P., Slade, P. D., & Dewey, M.E. (1987). The role of brief instructions and suggestibility in the elicitation of auditory and visual hallucinations in normal and psychiatric subjects. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 175, 41-48.
- Young, K., Powell, M., & Dudgeon, P. (2003). Individual differences in children's suggestibility: A comparison between intellectually disabled and mainstream samples. *Personality and Individual Differences*, 35, 31-49.
- Yuille, J. C., & Cutshall, J. L. (1986). A case study of eyewitness memory of a crime. *Journal of Applied Psychology*, 71 (2), 291-301.
- Yuille, J. C., Hunter, R., Joffe, R., & Zaparniuk, J. (1993). Interviewing children in sexual abuse cases. In G. S. Goodman, & BB. L. Bottoms (Eds.), *Child victims, child witnesses: Understanding and improving children's testimony* (pp. 95-115). New York: Guilford Press.
- Yuille, J.C., & Tollestrup, P.A. (1990). Some effects of alcohol on eyewitness memory, *Journal of Applied Psychology*, 75 (3), 268-273.

- Zaragoza, M. S., & Lane, S. M. (1994). Source misattributions and the suggestibility of eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 20 (4), 934-945.
- Zaragoza, M. S., & Lane, S. M. (1998). Processing resources and eyewitness suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 3, 305-320.
- Zaragoza, M. S., McCloskey, M., & Jamis, M. (1987). Misleading postevent information and recall of the original event: Further evidence against the memory impairment hypothesis. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 13 (1), 36-44.
- Zimmermann, W. (1979). On some problems and results of suggestibility assessment in the context of credibility evaluation (development and first standardization of a test instrument). *Kriminalistik und forensische Wissenschaften*, 37, 25-58.
- Zimmermann, W. (1982a). Problems and results of the further standardization and validation of a suggestibility test for 12- to 16-year-old school children (SET-S, 12-16). *Kriminalistik und forensische Wissenschaften*, 46, 47-76.
- Zimmermann, W. (1982b). On the development of an instrument for suggestibility assessment in younger school children (SET-S, 9-10). *Kriminalistik und forensische Wissenschaften*, 47, 91-116.





**ANEXO A**

---

**Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1 e GSS2)  
Protocolo da versão adaptada à População Portuguesa**



**Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 1**  
Gudjonsson Suggestibility Scale 1, GSS1, Gudjonsson, 1984, 1997  
**Versão Portuguesa:** Cunha, Albuquerque & Freire, 2006

## **GSS 1**

### **FORMULÁRIOS DE REGISTO**

Nome do sujeito: _____	Número de referência: _____
Idade: _____	Sexo: M / F      Profissão: _____
Data de aplicação das escalas: ____/____/____	
(a) Hora de início da primeira evocação: _____	
(b) Hora de início da segunda evocação: _____	
(c) Hora de início do questionário: _____	
Administrador das escalas: _____	
Outros presentes: _____	
Obs.: _____ _____ _____ _____	

**Versão experimental traduzida e adaptada no âmbito do Doutoramento em  
Psicologia Experimental e Ciências Cognitivas, subordinado ao tema  
"A Sugestionabilidade em crianças"**

Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Departamento de Psicologia

2006

## PRIMEIRA EVOCAÇÃO NA GSS 1

Ana Silva/da periferia/do Porto/ estava de férias/ em Espanha/ quando foi assaltada/ fora do hotel/ tendo-lhe sido roubada a carteira/ que continha 120 Euros/o cartão de crédito/ e o seu passaporte./ Ela gritou por socorro/ e ofereceu resistência/ dando pontapés nas canelas/ a um dos assaltantes./ Um carro de polícia chegou rapidamente/ e a mulher foi levada para a esquadra de polícia mais próxima/ onde foi entrevistada pelo Inspector / Chefe / Delgado./ A mulher contou que tinha sido atacada por três homens/ dizendo que um deles tinha aparência oriental./ Disse ainda que os homens eram magros/ e com vinte e poucos anos./ O agente ficou preocupado com a história da mulher/ e aconselhou-a a contactar a Embaixada Portuguesa./ Passados seis dias/ a polícia recuperou a carteira da mulher/ mas o conteúdo nunca chegou a ser encontrado./ Três homens foram acusados/ e dois deles foram condenados/com pena de prisão./ Apenas um/ tinha condenações anteriores/ por crimes semelhantes./ A mulher regressou a Portugal/ com o marido/ Simão/ e dois amigos/ mas continuou a ter medo de sair sozinha./

<b>PONTUAÇÕES</b>		
1ª Evocação	=	(max. 40)
Distorções	=	(D1)
Invenções	=	(I1)
Total de Confabulações*	=	(TC1)
* Total de D1 + I1		

<u>Observações do administrador das escalas</u>

## SEGUNDA EVOCAÇÃO NA GSS 1

Ana Silva/da periferia/do Porto/ estava de férias/ em Espanha/ quando foi assaltada/ fora do hotel/ tendo-lhe sido roubada a carteira/ que continha 120 Euros/o cartão de crédito/ e o seu passaporte./ Ela gritou por socorro/ e ofereceu resistência/ dando pontapés nas canelas/ a um dos assaltantes./ Um carro de polícia chegou rapidamente/ e a mulher foi levada para a esquadra de polícia mais próxima/ onde foi entrevistada pelo Inspector / Chefe / Delgado./ A mulher contou que tinha sido atacada por três homens/ dizendo que um deles tinha aparência oriental./ Disse ainda que os homens eram magros/ e com vinte e poucos anos./ O agente ficou preocupado com a história da mulher/ e aconselhou-a a contactar a Embaixada Portuguesa./ Passados seis dias/ a polícia recuperou a carteira da mulher/ mas o conteúdo nunca chegou a ser encontrado./ Três homens foram acusados/ e dois deles foram condenados/com pena de prisão./ Apenas um/ tinha condenações anteriores/ por crimes semelhantes./ A mulher regressou a Portugal/ com o marido/ Simão/ e dois amigos/ mas continuou a ter medo de sair sozinha./

<b>PONTUAÇÕES</b>		
2ª Evocação	=	(max. 40)
Distorções	=	(D2)
Invenções	=	(I2)
Total de Confabulações*	=	(TC2)

\* Total de D2 + I2

<u>Observações do administrador das escalas</u>

## QUESTIONÁRIO DA GSS 1

PERGUNTAS		Submissão 1 (#)	Respostas Submissão 1	Submissão 2 (#)	Respostas Submissão 2	Mudança (M)
1.	<i>O marido chamava-se Simão?</i>					
2.	A mulher tinha um ou dois filhos?					
3.	Os óculos da mulher partiram-se na luta?					
4.	A mulher chamava-se Ana Pereira?					
5.	<i>A mulher foi entrevistada por um Inspector Chefe?</i>					
6.	Os assaltantes eram brancos ou negros?					
7.	A mulher foi levada para a esquadra central da polícia?					
8.	A carteira da mulher estragou-se durante a luta?					
9.	<i>A mulher estava de férias em Espanha?</i>					
10.	Os assaltantes foram condenados seis semanas após serem capturados?					
11.	O marido apoiou a mulher durante a entrevista na polícia?					
12.	A mulher bateu num dos assaltantes com a carteira ou com a mão?					
13.	<i>A mulher era da Periferia do Porto?</i>					
14.	Um dos assaltantes gritou à mulher?					
15.	Os assaltantes eram altos ou baixos?					
16.	Os gritos da mulher assustaram os assaltantes?					
17.	<i>O polícia chamava-se Delgado?</i>					
18.	A polícia deu boleia à mulher de volta para o hotel?					
19.	Os assaltantes estavam armados com facas?					
20.	As roupas da mulher rasgaram-se durante a luta?					

### PONTUAÇÕES

<i>Submissão 1</i>	=	(max. 15)
<i>Submissão 2</i>	=	(max. 15)
<i>Mudança</i>	=	(max. 20)
<i>Sugestionabilidade Total*</i>	=	(max. 35)

\* Total de Submissão 1 + Mudança

### RESPOSTAS NÃO ESTANDARDIZADAS

=  
=  
=  
=

**Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2**  
Gudjonsson Suggestibility Scale 2, GSS2, Gudjonsson, 1987, 1997  
**Versão Portuguesa:** Cunha, Albuquerque & Freire, 2006

**GSS 2**

**FORMULÁRIOS DE REGISTO**

Nome do sujeito: _____	Número de referência: _____	
Idade: _____	Sexo: M / F	Profissão: _____
Data de aplicação das escalas: ____/____/____		
(d) Hora de início da primeira evocação: _____		
(e) Hora de início da segunda evocação: _____		
(f) Hora de início do questionário: _____		
Administrador das escalas: _____		
Outros presentes: _____		
Obs.:		
_____		
_____		
_____		

**Versão experimental traduzida e adaptada no âmbito do Doutoramento em Psicologia Experimental e Ciências Cognitivas, subordinado ao tema "A Sugestionabilidade em crianças"**

## PRIMEIRA EVOCAÇÃO NA GSS 2

Maria e João/ eram um casal feliz/ com trinta e poucos anos./ Tinham três filhos,/ dois rapazes/ e uma rapariga./ Viviam numa pequena casa/ que tinha uma piscina/ no jardim./ O João trabalhava num banco/ e a Maria numa livraria/ com a sua irmã/ Joana./ Uma Terça-feira/ de manhã/ em Julho/ o casal saía de casa/ para ir para o trabalho/ quando viram um rapazito/ de bicicleta/ a descer uma rampa inclinada/ e a pedir socorro./ Maria e João correram atrás do rapaz/ e o João agarrou a bicicleta/ e parou-a no passeio./ O rapaz parecia estar muito assustado/ mas sem ferimentos/ e disse que os travões da bicicleta se tinham partido./ Maria e João reconheceram o rapaz,/ que se chamava Paulo./ Era o filho mais novo/ dos seus vizinhos/ que trabalhavam para uma conhecida/ agência de viagens/ numa cidade próxima./ Às vezes nos meses de Inverno/ os dois casais esquiavam juntos/ mas os filhos/ preferiam ficar com os avós/ que viviam na aldeia./

<b>PONTUAÇÕES</b>		<b><u>Observações do administrador das escalas</u></b>
1ª Evocação	= (max. 40)	_____
Distorções	= (D1)	_____
Invenções	= (I1)	_____
Total de Confabulações*	= (TC1)	_____
* Total de D1 + I1		_____
		_____
		_____

## SEGUNDA EVOCAÇÃO NA GSS 2

Maria e João/ eram um casal feliz/ com trinta e poucos anos./ Tinham três filhos,/ dois rapazes/ e uma rapariga./ Viviam numa pequena casa/ que tinha uma piscina/ no jardim./ O João trabalhava num banco/ e a Maria numa livraria/ com a sua irmã/ Joana./ Uma Terça-feira/ de manhã/ em Julho/ o casal saía de casa/ para ir para o trabalho/ quando viram um rapazito/ de bicicleta/ a descer uma rampa inclinada/ e a pedir socorro./ Maria e João correram atrás do rapaz/ e o João agarrou a bicicleta/ e parou-a no passeio./ O rapaz parecia estar muito assustado/ mas sem ferimentos/ e disse que os travões da bicicleta se tinham partido./ Maria e João reconheceram o rapaz,/ que se chamava Paulo./ Era o filho mais novo/ dos seus vizinhos/ que trabalhavam para uma conhecida/ agência de viagens/ numa cidade próxima./ Às vezes nos meses de Inverno/ os dois casais esquiavam juntos/ mas os filhos/ preferiam ficar com os avós/ que viviam na aldeia./

<b>PONTUAÇÕES</b>		<b><u>Observações do administrador das escalas</u></b>
2ª Evocação	= (max. 40)	_____
Distorções	= (D2)	_____
Invenções	= (I2)	_____
Total de Confabulações*	= (TC2)	_____
* Total de D2 + I2		_____
		_____
		_____

## QUESTIONÁRIO DA GSS 2

<b>PERGUNTAS</b>		<b>Submissão 1 (#)</b>	<b>Respostas Submissão 1</b>	<b>Submissão 2 (#)</b>	<b>Respostas Submissão 2</b>	<b>Mudança (M)</b>
1.	<i>O casal chamava-se Maria e João?</i>					
2.	O casal tinha um cão ou um gato?					
3.	A bicicleta do rapaz estragou-se quando ele caiu ao chão?					
4.	O marido era director de um banco?					
5.	<i>O casal vivia numa pequena casa?</i>					
6.	O rapaz da bicicleta passou um sinal de stop ou um semáforo vermelho?					
7.	O rapaz assustou-se com a carrinha grande que vinha a subir a rampa?					
8.	O rapaz ficou com nódoas negras como resultado do acidente?					
9.	<i>O rapaz chamava-se Paulo?</i>					
10.	O rapaz deixou cair os livros que levava, enquanto andava de bicicleta?					
11.	A Maria ficou preocupada por o rapaz se poder ter magoado ?					
12.	O João agarrou o braço ou o ombro do rapaz?					
13.	<i>O casal reconheceu o rapaz?</i>					
14.	O rapaz costumava ir de bicicleta para a escola?					
15.	O rapaz foi levado para casa pela Maria ou pelo João?					
16.	O rapaz foi autorizado a faltar à escola no dia do acidente?					
17.	<i>Os filhos dos casais por vezes ficavam com os avós?</i>					
18.	O rapaz ficou com medo de andar outra vez de bicicleta?					
19.	Quando o acidente aconteceu, o tempo estava seco ou de chuva?					
20.	O casal tinha uma casa de esqui nas montanhas?					

### PONTUAÇÕES

<i>Submissão 1</i>	=	<i>(max. 15)</i>
<i>Submissão 2</i>	=	<i>(max. 15)</i>
<i>Mudança</i>	=	<i>(max. 20)</i>
<i>Sugestionabilidade Total*</i>	=	<i>(max. 35)</i>

*\* Total de Submissão 1 + Mudança*

### RESPOSTAS NÃO ESTANDARDIZADAS

=

=

=

=

**ANEXO B**

---

**Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (VSSC)  
Protocolo da versão adaptada à População Portuguesa**



**Escalas de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças**  
Vídeo Suggestibility Scale for Children, Vídeo SSC, Scullin & Hembrooke, 1998  
**Versão Portuguesa:** Cunha, Albuquerque & Freire, 2007

Nome do sujeito: _____	Número de referência: _____	
Idade: _____	Sexo: M / F	Profissão: _____
Data do visionamento do vídeo: ____/____/____		
Data dos questionários: ____/____/____		
Administrador das escalas: _____		
Outros presentes: _____		
Obs.:		
_____		
_____		
_____		
_____		

**Versão experimental traduzida e adaptada no âmbito do Doutoramento em Psicologia Experimental e Ciências Cognitivas, subordinado ao tema "A Sugestionabilidade em crianças"**

*\* Versão original gentilmente cedida pelo autor das escalas Matthew H. Scullin*

Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Departamento de Psicologia

## QUESTÕES ABERTAS

**A. Lembras-te daquele vídeo acerca de uma festa de anos? Diz-me tudo o que te lembras da festa de anos?**

Perguntar repetidamente, até a criança deixar de dar novas informações:  
"De que mais te lembras?"

**B. Diz-me, quem estava na festa de anos?  
Quem mais estava na festa de anos?**

(Para cada uma das respostas a esta pergunta, e para cada um dos personagens mencionados na questão A, fazer as 2 perguntas que se seguem)

**B1a. Como é que o/a \_\_\_\_\_ era?**

**B1b. Que roupa é que ele/ela usava?**

**B2a. Como é que o/a \_\_\_\_\_ era?**

**B2b. Que roupa é que ele/ela usava?**

**B3a. Como é que o/a \_\_\_\_\_ era?**

**B3b. Que roupa é que ele/ela usava?**

**B4a. Como é que o/a \_\_\_\_\_ era?**

**B4b. Que roupa é que ele/ela usava?**

**B5a. Como é que o/a \_\_\_\_\_ era?**

**B5b. Que roupa é que ele/ela usava?**

**B6a. Como é que o/a \_\_\_\_\_ era?**

**B6b. Que roupa é que ele/ela usava?**

**C. Se o brinquedo que apareceu partido não foi mencionado anteriormente, perguntar: "O que aconteceu quando as crianças abriram os presentes?"**

**D. Se o alarme de fumo não foi mencionado anteriormente, perguntar: "Aconteceu alguma coisa um bocado assustadora durante a festa de anos?"**

**E. Qual foi a tua parte preferida do vídeo?**

**SUBMISSÃO**

**MUDANÇA**

- \_\_\_ **1. As duas raparigas chegaram à festa num carro vermelho brilhante?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **2. Havia uma rapariga chamada Susana na festa?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **3. Havia um pequeno cãozito branco na festa?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **4. Renata, a rapariga desajeitada, derrubou o candeeiro?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **5. Enquanto as crianças batiam nos balões, rebentaram um?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **6. A Renata tropeçou e caiu a caminho da mesa?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **7. Quando o palhaço estava a fazer malabarismos, deixou cair uma bola?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **8. O João ia levar a sua bola nova de futebol para a escola no dia seguinte?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_
- \_\_\_ **9. Um dos presentes de anos do João estava partido quando ele o abriu?** \_\_\_  
Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_  
Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

**Feedback**

*Deste algumas respostas erradas, por isso vou repetir as perguntas. Tenta responder correctamente desta vez.*

\_\_\_

**SUBMISSÃO**

**MUDANÇA**

\_\_\_ **10. O João partiu o brinquedo?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **11. O João e os seus amigos brincaram com o brinquedo partido depois do pai do João o ter concertado?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **12. O pai do João cortou o bolo de anos?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **13. Quando a Renata deixou cair o bolo no colo, ela comeu-o na mesma?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **14. Quando o João entornou o seu sumo começou a chorar?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **15. O João teve a última fatia de bolo?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **16. O pai do João disse às crianças que não havia nenhum incêndio de verdade?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **17. O João sentiu-se "crescido" agora que tinha 5 anos?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

\_\_\_ **18. Os amigos do João passaram lá a noite?** \_\_\_\_\_

Quest.1: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

Quest.2: SIM \_\_\_ NÃO \_\_\_ NÃO SEI \_\_\_ SEM RESPOSTA \_\_\_ OUTRO \_\_\_

**Feedback**

*Deste outra vez algumas respostas erradas, por isso vou repetir as perguntas. Tenta responder correctamente desta vez.*



**ANEXO C**

---

**Protocolo de cotação das medidas de evocação das  
Escala de Sugestionabilidade em Vídeo para Crianças (VSSC)**



## PROPOSTA DE COTAÇÃO DA HISTÓRIA APRESENTADA EM VÍDEO

Um carro (1-O) cinzento (1-O) aproxima-se (1-A) da casa/festa (1-S) do João/rapaz (1-P).

No carro estão a Teresa/rapariga (1-P), a Susana/rapariga (1-P) e a sua mãe/senhora (1-P).

A mãe (1-P) diz: “divirtam-se (1-A) na festa (1-S), vejam lá se se portam bem (1-A), têm os presentes? (1-O), lembrem-se de dizer se faz favor (1-A) e obrigada (1-A)”.

A(s) rapariga(s) (1-P) bate(m) (1-A) à porta (1-O).

A mãe/senhora (1-P) do João (1-P) abre (1-A) a porta (1-O).

*(cumprimenta-as)?*

Pega-lhes (1-A) nos casacos (1-O), e nos presentes (1-O), e põe os casacos (1-O) no quarto (1-S).

Toda a gente/eles (1-P) estão/vão (1-A) lá em baixo (1-S).

O João (1-P) diz para irem (1-A) até à sala de visitas (1-S), onde estão os presentes (1-O).

A Teresa (1-P) diz: “obrigada (1-A) por nos convidares (1-A) e feliz aniversário (1-O)”.

As crianças (1-P) estão a jogar (1-A) jogos (1-O), a prender algo na parede (1-O) (tem uma lareira (1-S)).

Uma rapariga (1-P) anda à roda (1-A) e deixa cair (1-A) o jogo (1-O).

Raparigas/crianças (1-P) estão a conversar (1-A) e a pintar (1-A).

A Teresa (1-P) e a Susana (1-P) estão (1-A) à beira dos presentes/mesa (1-O).

Saco (1-O) vermelho (1-O).

A Teresa (1-P) quer (1-A) espreitar (1-A) o saco/presente (1-O), e diz: “ninguém (1-P) vai saber (1-A)”.

A Susana (1-P) não quer (1-A) ver (1-A), e diz: “não é (1-O) o teu aniversário (1-O)”.

A Teresa (1-P) diz: “não vai acontecer nada (1-A), não sou (1-A) como a Renata/rapariga (1-P) sempre (1-A) a partir (1-A) tudo (1-O)”.

A Susana (1-P) diz: “ninguém (1-P) é tão desastrado (1-A) como a Renata (1-P)”.

A Teresa (1-P) diz: “onde está o teu espírito de aventura? (1-A)”.

A Susana (1-P) diz: “não tires para fora (1-A), espreita só (1-A) e despacha-te (1-A), não quero que ninguém nos apanhe (1-A)”.

A Teresa (1-P) espreita (1-A) o saco/presente (1-O).

As crianças (1-A) estão a brincar (1-A) com os balões (1-O) amarelos (1-O).

A Renata (1-P) diz: “já viram (1-A) todos os presentes? (1-O)”.

A Susana (1-P) diz “são mesmo muitos (1-O)”.

A mãe (1-P) do João (1-P) encontra/vê (1-A) um saco (1-O) *(vermelho (1-O)?)*, no chão (1-S) e pergunta-se (1-A): “ como será que isto veio parar ao chão? (1-A)”. Pega nele (1-A). Põe-o (1-A) na mesa (1-S).

O pai (1-P) do João (1-P) está a preparar (1-A) o bolo (1-O).

A mãe (1-P) do João (1-P) chama (1-A) as crianças (1-P) para a mesa (1-S) para verem (1-A) o João (1-P) a abrir (1-A) os presentes (1-O).

A Renata (1-P) tropeça (1-A) e cai (1-A).

A Teresa (1-P) diz: “esta Renata (1-P) é mesmo desastrada/idiota! (1-P)”.

O João (1-P) abre (1-A) uma bola de futebol (1-O) numa caixa (1-O) vermelha/preta (1-O) e diz: “se calhar se der tempo mais logo podemos ir jogar lá para fora (1-A)”.

O João (1-P) abre (1-A) o saco vermelho/brinquedo (1-O) cujo braço (1-O) está partido (1-A).  
 Boneco/power ranger (1-O) preto/branco (1-O).  
 Foi o boneco especial que pediu (1-A).  
 O João (1-P) chora (1-A).  
 A mãe (1-P) do João (1-P) diz: “o teu pai (1-P) consegue arranjá-lo (1-A), lembras-te como concertou a tua bicicleta? (1-O), ele (1-P) consegue arranjar tudo (1-A), e se ele (1-P) não conseguir compor (1-A) o boneco (1-O), nós damos-te (1-A) outro (1-O)”.

*(O João diz: “está bem”)?*

A Teresa (1-P) e a Susana (1-P) olham uma para a outra/com ar culpado (1-A).  
 Um homem (1-P) caminha (1-A) através da sala (1-S) para a porta (1-S).  
 O pai (1-P) do João (1-P) traz (1-A) o bolo (1-O).  
*(e diz: “ok meninos, é altura de comer bolo de anos”)?*

Todos (1-P) cantam (1-A) os parabéns (1-O).  
 O João (1-P) canta (1-A) “parabéns para mim...(1-O)”.

A mãe (1-P) do João (1-P) diz ao João (1-P) para pedir (1-A) um desejo (1-O).  
 O João (1-P) sopra (1-A) as velas (1-O) mais do que uma vez (1-A).  
 A mãe (1-P) do João (1-P) corta (1-A) o bolo (1-O).  
 As crianças (1-P) tiram (1-A) as velas (1-O).  
 O João (1-P) tem a primeira (1-O) e a mais pequena (1-O) fatia (1-O).  
 Os outros (1-P) dizem que vão ter as segundas, terceiras...fatias (1-O).  
 A Renata (1-P) deixa cair (1-A) o bolo (1-O) no colo (1-S) e come-o (1-A) com as mãos (1-O).  
*(A mãe do João pergunta: “quem quer gelado?”, as crianças dizem todas: “eu”, a mãe do João pergunta ao pai do João: “há gelado aí?” e ele diz: “acho que sim”)?*

As crianças (1-P) comem (1-A) gelado (1-O).  
 A Susana (1-P) diz “pára (1-A) de me dar (1-A) pontapés (1-O)!”.  
 Alguém (1-P) está a chorar (1-A).  
*(Esse alguém diz: “não é justo...este é o meu bolo preferido”, e a mãe do João diz: “não chores...está tudo bem...”)?*

Ouve-se (1-A) o alarme de incêndio (1-O).  
 A Susana (1-P) pergunta: “isto é um alarme de incêndio?” (1-O).  
 O João (1-P) diz: “é melhor sairmos (1-A)(1-P) daqui (1-S)”.

As crianças (1-P) correm (1-A) para a porta (1-S).  
 A mãe (1-P) do João (1-P) pára-as (1-A) (1-P), e diz: “ok, ok, ok, não é um incêndio, não é um incêndio verdadeiro (1-O), foram as velas (1-O), accionaram o alarme de fumo, mas o pai (1-P) do João (1-P) já tratou disso (1-A).”.

As crianças (1-P) voltam (1-A) para a mesa (1-S) e acabam (1-A) o bolo (1-O).  
 A mãe (1-P) do João (1-P) diz: “depois (1-S) vamos jogar (1-A) mais jogos (1-O)”.

A Teresa (1-P) diz: “o João (1-P) sabe mesmo dar (1-A) uma festa de anos (1-O) excitante (1-O)!”.

## PROPOSTA DE COTAÇÃO DAS DESCRIÇÕES DOS PERSONAGENS

- As crianças (1-P) eram todas brancas (1-P) e usavam (1-A) chapéus de festa (1-P) – cotar apenas uma vez se a referência for feita desta forma global, mas cotar para cada personagem se a referência for feita individualmente.
  
- **Mãe das meninas:**
  - Cabelo comprido (1-P) castanho escuro (1-P) com rabo de cavalo (1-P)
  - Brincos (1-P)
  - Óculos (1-P)
  - Camisola branca (1-P)
  - Casaco (1-P) verde e vermelho (1-P)
  
- **Teresa:**
  - Casaco (1-P) verde (1-P)
  - Cabelo comprido (1-P) castanho ou loiro (1-P) com trança ou pucho (1-P)
  - Camisola de manga comprida (1-P) cor-de-rosa (1-P)
  - Vestido (1-P) com flores ou cor-de-rosa e preto (1-P)
  - “Cordas” (1-P) brancas (1-P)
  - Sapatos (1-P) pretos (1-P)
  
- **Susana:**
  - Casaco (1-P) azul (1-P)
  - Cabelo curto castanho ou loiro (1-P)
  - Camisola de manga comprida (1-P) preta ou cinzenta (1-P)
  - Calças (1-P) azuis (1-P)
  
- **Mãe do João:**
  - Cabelo castanho escuro (1-P) encaracolado (1-P)
  - Camisola ou sweatshirt (1-P) branca (1-P)
  - Calças (1-P) pretas (1-P)
  - Sapatos (1-P) castanhos (1-P)
  - Meias (1-P) brancas (1-P)
  
- **João:**
  - Cabelo castanho escuro ou preto (1-P)
  - Camisola ou t-shirt (1-P) escura ou preta (1-P)
  - Calças (1-P) pretas (1-P)
  - Sandálias (1-P)
  
- **Renata:**
  - Cabelo castanho (1-P) comprido (1-P)
  - Camisola ou sweatshirt (1-P) branca (1-P)
  - Calças (1-P) pretas (1-P)

- **Pai do João:**
  - Cabelo castanho escuro (1-P)
  - Bigode (1-P) castanho escuro (1-P)
  - Camisola ou sweatshirt (1-P) vermelha (1-P)
  - Calças (1-P) azuis (1-P)
  
- **Homem que passa:**
  - Cabelo castanho ou cinzento (1-P) comprido (1-P)
  - Óculos (1-P)
  - Camisola (1-P) às riscas azuis e brancas (1-P)
  - Calças (1-P) bejes (1-P)
  
- **Natália:**
  - Cabelo castanho escuro (1-P), comprido (1-P) apanhado atrás (1-P)
  - Camisola de manga comprida (1-P) verde (1-P)
  - Calças (1-P) azuis (1-P)

**ANEXO D**

---

**Protocolo de aplicação da Prova de Evocação de Pseudo-Palavras**



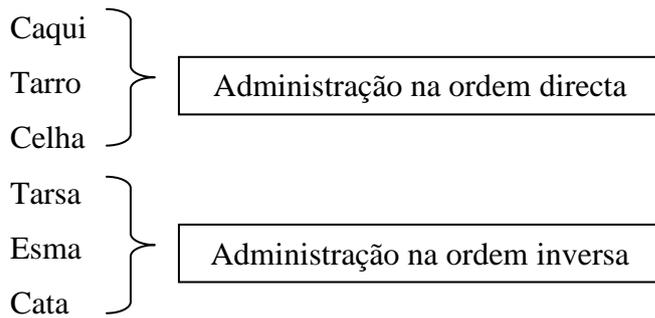
## Itens de treino

**P1** Raca

**P2** Lace, Dola

**P3** Sour, Sovro, Brali

### Amplitude 1



### Amplitude 2

Fipos, Cader

Fesar, Merta

Cobém, Mircai

Simpo, Asser

Tamer, Dorsa

Sapois, Charer

### Amplitude 3

Brito, Quarir, Tarse

Banfi, Darco, Quesa

Tibe, Bérar, Mencar

Sade, Coira, Honcar

Onir, Abran, Fontro

Denar, Zerfa, Enter

#### **Amplitude 4**

Promão, Roufá, Muipa, Duto  
Gache, Bussa, Legão, Pocom  
Falher, Umder, Garvar, Deibo  
Loxar, Chande, Gratir, Iguas  
Prarir, Sulta, Memar, Carir  
Lanto, Fopar, Soter, Polor

#### **Amplitude 5**

Chuco, Tobe, Rozer, Deiva, Traixa  
Guaca, Noira, Bapra, Feite, Prefé  
Setão, Barme, Carto, Pastir, Zulto  
Ferdar, Vesen, Chassar, Tave, Monhor  
Chogua, Paver, Torter, Verda, Fesca  
Tarbe, Harrar, Tráso, Rerrar, Gicho

#### **Amplitude 6**

Provô, Vado, Golho, Genca, Soque, Porla  
Mavi, Lepo, Bume, Tupi, Terço, Chono  
Furro, Perar, Moia, Pramo, Tarbo, Ostar  
Touga, Dintar, Mona, Tavó, Lepar, Goro  
Verite, Bono, Lalo, Ruzer, Deto, Ascer  
Girvo, Varta, Garia, Rarde, Taroz, Arrar

#### **Amplitude 7**

Caudi, Rigo, Suma, Bocha, Pasa, Fopéu, Peno  
Lovir, Monhã, Pelto, Qualo, Mali, Jatio, Frime  
Raje, Liças, Checa, Fopaz, Batar, Jonte, Malo  
Lamar, Demi, Canou, Hossa, Monho, Votro, Uça  
Vigar, Mefa, Porá, Sírho, Calta, Selhar, Lari  
Rasar, Petão, Laxer, Madra, Tila, Vero, Garor

**ANEXO E**

---

**Protocolo de aplicação dos Blocos de Corsi**



## 1. Ordem directa

Lista

T1 5

T2 3 4

T3 5 2 8

A.	Lista	A.	Lista	A.	Lista	A.	Lista	A.	Lista
1	4	3	8 1 3	5	8 1 3 9 2	7	8 3 5 2 9 7 1	9	4 7 1 9 6 2 5 3 8
	6		6 3 7		3 5 8 2 6		7 9 2 6 3 5 8		7 3 5 8 6 2 9 4 1
	2		2 6 8		2 9 7 3 1		8 5 2 9 6 3 1		9 3 7 2 5 8 1 4 6
	7		1 8 2		4 6 3 1 9		9 6 2 8 1 4 7		4 6 2 8 1 9 7 3 5
	1		7 1 9		5 8 1 3 6		3 1 8 2 6 9 5		1 9 2 6 8 5 3 7 4
	9		4 6 2		7 1 3 6 2		5 3 7 1 9 6 4		6 4 1 3 8 2 9 5 7
2	2 8	4	2 8 1 4	6	5 2 1 7 9 3	8	6 2 9 1 8 3 7 5	Pontuação Obtida:	
	5 3		6 2 8 4		2 8 6 3 7 1		5 8 4 1 9 2 6 3		(0 a 54)
	4 6		9 6 2 4		4 6 3 7 1 9		1 7 9 2 6 3 8 5		
	8 1		8 1 6 2		6 2 9 7 3 1		4 6 2 8 5 3 1 9		
	9 2		6 3 5 9		3 5 8 2 6 9		3 1 9 2 8 6 4 5		
	1 3		5 3 8 2		1 9 5 8 2 4		8 3 6 2 9 1 4 7		

## 2. Ordem inversa

Lista

T2 3 4 (4 3)

T3 5 2 8 (8 2 5)

	A.	Lista	A.	Lista	A.	Lista	A.	Lista	
		3	8 1 3	5	8 1 3 9 2	7	8 3 5 2 9 7 1	9	4 7 1 9 6 2 5 3 8
			6 3 7		3 5 8 2 6		7 9 2 6 3 5 8		7 3 5 8 6 2 9 4 1
			2 6 8		2 9 7 3 1		8 5 2 9 6 3 1		9 3 7 2 5 8 1 4 6
			1 8 2		4 6 3 1 9		9 6 2 8 1 4 7		4 6 2 8 1 9 7 3 5
			7 1 9		5 8 1 3 6		3 1 8 2 6 9 5		1 9 2 6 8 5 3 7 4
			4 6 2		7 1 3 6 2		5 3 7 1 9 6 4		6 4 1 3 8 2 9 5 7
2	2 8	4	2 8 1 4	6	5 2 1 7 9 3	8	6 2 9 1 8 3 7 5	Pontuação Obtida:	
	5 3		6 2 8 4		2 8 6 3 7 1		5 8 4 1 9 2 6 3		(0 a 48)
	4 6		9 6 2 4		4 6 3 7 1 9		1 7 9 2 6 3 8 5		
	8 1		8 1 6 2		6 2 9 7 3 1		4 6 2 8 5 3 1 9		
	9 2		6 3 5 9		3 5 8 2 6 9		3 1 9 2 8 6 4 5		
	1 3		5 3 8 2		1 9 5 8 2 4		8 3 6 2 9 1 4 7		

**Pontuação Total Obtida**  
(ordem directa + inversa)

\_\_\_\_\_



## **ANEXO F**

---

### **Análise da normalidade da distribuição das variáveis em estudo**



**Quadro 1.** Análise da normalidade da distribuição das variáveis em estudo  
(aplicação do teste Kolmorov-Smirnov, se  $N \geq 50$ , e do teste Shapiro-Wilk se  $N < 50$ )

		GRUPO 7ANOS			GRUPO 12ANOS		
		GSS2	VSSC	GSS2 + VSSC	GSS2	VSSC	GSS2 + VSSC
MEDIDAS DE EVOCAÇÃO	EVOC1	.86 ( $p=.00$ )	–	–	.98 ( $p=.71$ )	–	–
	EVOC2	.81 ( $p=.00$ )	.93 ( $p=.06$ )	.19 ( $p=.00$ )	.97 ( $p=.55$ )	.94 ( $p=.07$ )	.13 ( $p=.01$ )
	EVOCT	.76 ( $p=.00$ )	–	–	.97 ( $p=.57$ )	–	–
	GDTM	.07 ( $p=.00$ )	–	–	.97 ( $p=.41$ )	–	–
MEDIDAS DE CONFABULAÇÃO	CFAB1	.84 ( $p=.00$ )	–	–	.94 ( $p=.07$ )	–	–
	CFAB2	.87 ( $p=.00$ )	.95 ( $p=.14$ )	.21 ( $p=.00$ )	.91 ( $p=.02$ )	.96 ( $p=.32$ )	.15 ( $p=.00$ )
	CFABT	.93 ( $p=.04$ )	–	–	.97 ( $p=.57$ )	–	–
MEDIDAS DE SUGESTIONABILIDADE	SUB1	.96 ( $p=.26$ )	.89 ( $p=.01$ )	.12 ( $p=.04$ )	.91 ( $p=.02$ )	.9 ( $p=.03$ )	.16 ( $p=.00$ )
	SUB2	.92 ( $p=.02$ )	.92 ( $p=.02$ )	.13 ( $p=.01$ )	.87 ( $p=.00$ )	.93 ( $p=.04$ )	.09 ( $p=.20$ )
	MUD	.96 ( $p=.28$ )	.94 ( $p=.06$ )	.15 ( $p=.00$ )	.92 ( $p=.03$ )	.89 ( $p=.00$ )	.15 ( $p=.00$ )
	SUGT	.95 ( $p=.14$ )	.94 ( $p=.09$ )	.09 ( $p=.20$ )	.95 ( $p=.14$ )	.94 ( $p=.11$ )	.09 ( $p=.2$ )
MEDIDAS DE INTELIGÊNCIA	VOC	.75 ( $p=.00$ )	.94 ( $p=.07$ )	.25 ( $p=.00$ )	.95 ( $p=.18$ )	.96 ( $p=.35$ )	.12 ( $p=.04$ )
	SEM	.94 ( $p=.08$ )	.92 ( $p=.02$ )	.16 ( $p=.00$ )	.96 ( $p=.36$ )	.96 ( $p=.38$ )	.10 ( $p=.2$ )
	ARIT	.95 ( $p=.16$ )	.91 ( $p=.02$ )	.17 ( $p=.00$ )	.97 ( $p=.53$ )	.95 ( $p=.13$ )	.10 ( $p=.19$ )
	CG	.92 ( $p=.02$ )	.96 ( $p=.31$ )	.15 ( $p=.00$ )	.92 ( $p=.02$ )	.94 ( $p=.08$ )	.16 ( $p=.00$ )
	CUB	.94 ( $p=.11$ )	.93 ( $p=.04$ )	.16 ( $p=.00$ )	.92 ( $p=.02$ )	.99 ( $p=.93$ )	.10 ( $p=.17$ )
	COD	.95 ( $p=.12$ )	.95 ( $p=.16$ )	.18 ( $p=.00$ )	.97 ( $p=.49$ )	.97 ( $p=.42$ )	.09 ( $p=.2$ )
	QCV	.92 ( $p=.03$ )	.97 ( $p=.56$ )	.13 ( $p=.01$ )	.97 ( $p=.43$ )	.98 ( $p=.76$ )	.10 ( $p=.2$ )
	QOP	.98 ( $p=.89$ )	.97 ( $p=.49$ )	.08 ( $p=.2$ )	.95 ( $p=.18$ )	.97 ( $p=.47$ )	.09 ( $p=.2$ )
	QET	.97 ( $p=.66$ )	.98 ( $p=.72$ )	.09 ( $p=.2$ )	.95 ( $p=.14$ )	.97 ( $p=.56$ )	.09 ( $p=.2$ )
MEDIDAS DE MEMÓRIA FONOLÓGICA	MFAD	.87 ( $p=.00$ )	.90 ( $p=.01$ )	.19 ( $p=.00$ )	.90 ( $p=.01$ )	.91 ( $p=.01$ )	.24 ( $p=.00$ )
	MFAI	.81 ( $p=.00$ )	.89 ( $p=.01$ )	.27 ( $p=.00$ )	.92 ( $p=.02$ )	.84 ( $p=.00$ )	.20 ( $p=.00$ )
	MFAT	.94 ( $p=.07$ )	.95 ( $p=.22$ )	.11 ( $p=.07$ )	.93 ( $p=.05$ )	.96 ( $p=.28$ )	.17 ( $p=.00$ )
MEDIDAS DE MEMÓRIA VISUO-ESPACIAL	MVPD	.93 ( $p=.04$ )	.89 ( $p=.00$ )	.20 ( $p=.00$ )	.97 ( $p=.4$ )	.96 ( $p=.39$ )	.11 ( $p=.09$ )
	MVPI	.95 ( $p=.14$ )	.95 ( $p=.18$ )	.09 ( $p=.2$ )	.96 ( $p=.32$ )	.94 ( $p=.07$ )	.12 ( $p=.05$ )
	MVPT	.97 ( $p=.62$ )	.97 ( $p=.56$ )	.08 ( $p=.2$ )	.97 ( $p=.41$ )	.96 ( $p=.29$ )	.09 ( $p=.2$ )
MEDIDA DE IMPULSIVIDADE	IMP	.93 ( $p=.05$ )	.92 ( $p=.02$ )	.14 ( $p=.01$ )	.86 ( $p=.00$ )	.88 ( $p=.00$ )	.16 ( $p=.00$ )



## **ANEXO G**

---

### **Análise descritiva das medidas de sugestionabilidade das GSS2 e das VSSC**



**Quadro 1.** Análise descritiva das medidas de sugestionabilidade das GSS (grupo de crianças mais novas)

GSS2	GRUPO 7 ANOS N=30			
	SUB1	SUB2	MUD	SUGT
<b>Média (erro padrão)</b>	10.3 (.6)	11.4 (.5)	5.8 (.7)	16.2 (.7)
<b>Mediana</b>	11	12	6	16
<b>Moda</b>	11	12	1	15
<b>Média 5%</b>	10.5	11.6	5.8	16.3
<b>Intervalos de confiança (95%)</b>	<b>Mín.</b>	9.2	10.4	4.5
	<b>Max.</b>	11.5	12.4	7.2
<b>Variância</b>	9.7	7.6	13.2	16.8
<b>Desvio-Padrão</b>	3.1	2.8	3.6	4.1
<b>Mínimo</b>	2	4	0	5
<b>Máximo</b>	15	15	13	25
<b>Assimetria (erro padrão)</b>	-.6 (.4)	-1 (.4)	.2 (.4)	-.6 (.4)
<b>Curtose (erro padrão)</b>	.2 (.8)	.9 (.8)	-1 (.8)	1.6 (.8)
<b>Medida de Assimetria</b>	-1.5 simétrica	-2.5 assimétrica negativa	+ .5 simétrica	-1.5 simétrica
<b>Medida de Achatamento</b>	+ .3 mesocúrtica	+ 1.1 mesocúrtica	- 1.3 mesocúrtica	+ 2 mesocúrtica

**Quadro 2.** Análise descritiva das medidas de sugestionabilidade das GSS (grupo de crianças mais velhas)

GSS2	GRUPO 12 ANOS N=30			
	SUB1	SUB2	MUD	SUGT
<b>Média (erro padrão)</b>	6.8 (.6)	8 (.7)	4.4 (.6)	11.2 (.9)
<b>Mediana</b>	7.5	9	4	12
<b>Moda</b>	7	11	3	12
<b>Média 5%</b>	6.9	8.2	4.2	11.4
<b>Intervalos de confiança (95%)</b>	<b>Mín.</b>	5.5	6.6	3.3
	<b>Max.</b>	8.1	9.5	5.6
<b>Variância</b>	11.4	14.9	9.2	28.2
<b>Desvio-Padrão</b>	3,4	3.9	3	5.3
<b>Mínimo</b>	0	0	0	0
<b>Máximo</b>	12	13	14	21
<b>Assimetria (erro padrão)</b>	-.8 (.4)	-1 (.4)	1.2 (.4)	-.6 (.4)
<b>Curtose (erro padrão)</b>	-.4 (.8)	0 (.8)	2.2 (.8)	0 (.8)
<b>Medida de Assimetria</b>	-2 simétrica	-2.5 assimétrica negativa	+3 assimétrica positiva	-1.5 simétrica
<b>Medida de Achatamento</b>	-.5 mesocúrtica	0 mesocúrtica	+2,8 leptocúrtica	0 mesocúrtica

**Quadro 3.** Análise descritiva das medidas de sugestibilidade das VSSC (grupo de crianças mais novas)

VSSC	GRUPO 7 ANOS N=30			
	SUB1	SUB2	MUD	SUGT
<b>Média</b> (erro padrão)	5.2 (.5)	5.7 (.6)	3.2 (.4)	8.4 (.6)
<b>Mediana</b>	4.5	5	3	9
<b>Moda</b>	3	7	1	10
<b>Média 5%</b>	4.9	5.6	3.1	8.4
<b>Intervalos de confiança</b> (95%)	<b>Min.</b>	4.1	4.6	2.4
	<b>Max.</b>	6.3	6.9	4
<b>Variância</b>	8.8	9.7	4.9	12.1
<b>Desvio-Padrão</b>	2.9	3.1	2.2	3.5
<b>Mínimo</b>	2	1	0	3
<b>Máximo</b>	13	13	9	14
<b>Assimetria</b> (erro padrão)	.9 (.4)	.8 (.4)	.8 (.4)	-.1 (.4)
<b>Curtose</b> (erro padrão)	.2 (.8)	.7 (.8)	.4 (.8)	-1.2 (.8)
<b>Medida de Assimetria</b>	+ 2.3 assimétrica positiva	+ 2 simétrica	+ 2 simétrica	- 3 simétrica
<b>Medida de Achatamento</b>	+ .3 mesocúrtica	+ .9 mesocúrtica	+ .5 mesocúrtica	- 1.5 mesocúrtica

**Quadro 4.** Análise descritiva das medidas de sugestibilidade das VSSC (grupo de crianças mais velhas)

VSSC	GRUPO 12 ANOS N=30			
	SUB1	SUB2	MUD	SUGT
<b>Média</b> (erro padrão)	3.3 (.3)	4.6 (.4)	3.7 (.4)	7 (.6)
<b>Mediana</b>	3	5	3	8
<b>Moda</b>	3	7	2	8
<b>Média 5%</b>	3.2	4.6	3.5	7
<b>Intervalos de confiança</b> (95%)	<b>Min.</b>	2.7	3.8	2.8
	<b>Max.</b>	3.9	5.4	4.6
<b>Variância</b>	2.9	4.7	5.7	10.3
<b>Desvio-Padrão</b>	1.7	2.2	2.4	3.2
<b>Mínimo</b>	1	1	1	2
<b>Máximo</b>	8	8	10	13
<b>Assimetria</b> (erro padrão)	.6 (.4)	-.1 (.4)	.8 (.4)	0 (.4)
<b>Curtose</b> (erro padrão)	.3 (.8)	-1.3 (.8)	-.1 (.8)	-1.2 (.8)
<b>Medida de Assimetria</b>	+ 1.5 simétrica	- .25 simétrica	+ 2 simétrica	0 simétrica
<b>Medida de Achatamento</b>	+ .4 mesocúrtica	- 1.6 mesocúrtica	-.1 mesocúrtica	- 1.5 mesocúrtica

## **ANEXO H**

---

**Desempenho nas medidas de sugestionabilidade  
em função da escala de avaliação (GSS2/VSSC)**



**Quadro 1.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas, nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada

GRUPO 7 ANOS	GSS2	VSSC	Testes t para amostras independentes
	N = 30	N = 30	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
<b>SUB1 (%)</b>	69.3 (21.1)	36.9 (21.2)	$t(58) = 5.94, p < .001$
<b>SUB2 (%)</b>	76 (18.4)	40.9 (22.2)	$t(58) = 6.66, p < .001$
<b>MUD (%)</b>	29.2 (18.2)	17.8 (12.4)	$t(51,26) = 2.84, p < .01$
<b>SUGT (%)</b>	46.2 (11.7)	26.2 (10.9)	$t(58) = 6.88, p < .001$

**Quadro 2.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas, nas medidas de sugestionabilidade, em função do tipo de escala de avaliação da sugestionabilidade aplicada

GRUPO 12 ANOS	GSS2	VSSC	Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	N = 30	N = 30	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
<b>SUB1 (%)</b>	45.3 (22.5)	23.8 (12.3)	$t(44,997) = 4.59, p < .001$
<b>SUB2 (%)</b>	53.6 (25.8)	32.9 (15.5)	$t(58) = 3.76, p < .001$
<b>MUD(%)</b>	22.2 (15.2)	20.6 (13.3)	$U = 431, N1=30, N2=30, p > .05$
<b>SUGT (%)</b>	32.1 (15.2)	21.9 (9.8)	$t(58) = 3.09, p < .01$



**ANEXO I**

---

**Desempenho nas medidas de evocação e de confabulação  
em função do sexo**



**Quadro 1.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu sexo

GSS2	GRUPO 7 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 15	Feminino N = 15	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
<b>EVOC1</b>	3.4 (1.4)	3.9 (2.5)	$U = 104, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>EVOC2</b>	2.8 (1.3)	3.3 (3.4)	$U = 105, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>EVOCT</b>	6.1 (2.4)	7.2 (5,7)	$U = 106.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>GDTM</b>	-.6 (.9)	-.6 (1.7)	$U = 97, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>INV1</b>	.27 (.59)	.2 (.41)	$U = 111, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>INV1 (Prop.)</b>	.05 (.12)	.05 (.11)	$U = 111, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>DIST1</b>	.87 (1.19)	1.07 (1.16)	$U = 99, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>DIST1 (Prop.)</b>	.16 (.22)	.19 (.19)	$U = 97, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>CFAB1</b>	1.13 (1.3)	1.27 ( 1.22)	$U = 103.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>CFAB1 (Prop.)</b>	.2 (.23)	.24 (.2)	$U = 100.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>INV2</b>	.73 (1.03)	.4 (.51)	$U = 99, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>INV2 (Prop.)</b>	.16 (.2)	.16 (.23)	$U = 109, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>DIST2</b>	1.07 (1.03)	.93 (1.03)	$U = 101.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>DIST2 (Prop.)</b>	.23 (.21)	.26 (.29)	$U = 111, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>CFAB2</b>	1.8 ( 1.27)	1.33 (1.11)	$U = 87, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>CFAB2 (Prop.)</b>	.35 (.21)	.33 (.32)	$t(28) = .136, p > .05$
<b>INVT</b>	1 (1.46)	.6 (.83)	$U = 100.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>INVT (Prop.)</b>	.11 (1.44)	.11 (.15)	$U = 112, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>DISTT</b>	1.93 (2.05)	2 (1.69)	$U = 106, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>DISTT (Prop.)</b>	.19 (1.98)	.22 (.18)	$U = 104.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>CFABT</b>	2.93 (2.31)	2.6 (1.81)	$U = 105.5, N1=15, N2=15, p > .05$
<b>CFABT (Prop.)</b>	.3 (.21)	.27 (.2)	$U = 102.5, N1=15, N2=15, p > .05$

**Quadro 2.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu sexo

GSS2	GRUPO 12 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 11	Feminino N = 19	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
<b>EVOC1</b>	19.4 (5.9)	18.3 (6.8)	$t(28) = .45, p > .05$
<b>EVOC2</b>	19.2 (6)	18 (6.7)	$t(28) = .49, p > .05$
<b>EVOCT</b>	38.6 (11.8)	36.3 (13.5)	$t(28) = .47, p > .05$
<b>GDTM</b>	-.2 (1.2)	-.3 (1.3)	$t(28) = .17, p > .05$
<b>INV1</b>	.64 (1.03)	.37 (.76)	$U = 91.5, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>INV1 (Prop.)</b>	.02 (.04)	.02 (.05)	$U = 96, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>DIST1</b>	1.64 (1.21)	2 (1.2)	$U = 92, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>DIST1 (Prop.)</b>	.09 (.07)	.11 (.08)	$t(28) = -.93, p > .05$
<b>CFAB1</b>	2.27 (1.56)	2.37 (1.54)	$t(28) = -.16, p > .05$
<b>CFAB1 (Prop.)</b>	.11 (.08)	.13 (.09)	$U = 92, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>INV2</b>	.55 (.82)	.42 (.84)	$U = 94, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>INV2 (Prop.)</b>	.22 (.03)	.03 (.06)	$U = 102, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>DIST2</b>	2.09 (1.3)	2.11 (1.69)	$U = 96.5, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>DIST2 (Prop.)</b>	.11 (.08)	.11 (.08)	$t(28) = -.01, p > .05$
<b>CFAB2</b>	2.64 (1.29)	2.53 (1.71)	$U = 95, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>CFAB2 (Prop.)</b>	.14 (.07)	.14 (.11)	$U = 102.5, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>INVT</b>	1.18 (1.83)	.79 (1.51)	$U = 98, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>INVT (Prop.)</b>	.02 (.04)	.03 (.05)	$U = 103, N1=11, N2=19, p > .05$
<b>DISTT</b>	3.73 (2.41)	4.11 (2.58)	$t(28) = -.39, p > .05$
<b>DISTT (Prop.)</b>	.09 (.07)	.11 (.07)	$t(28) = -.52, p > .05$
<b>CFABT</b>	4.91 (2.7)	4.89 (2.94)	$t(28) = .01, p > .05$
<b>CFABT (Prop.)</b>	.12 (.08)	.14 (.1)	$U = 95.5, N1=11, N2=19, p > .05$

**Quadro 3.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu sexo

VSSC	GRUPO 7 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 14	Feminino N = 16	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
<b>EVOC</b>	19.4 (6.5)	24.5 (9.3)	$t(28) = -1.73, p > .05$
<b>INV1</b>	.86 (1.03)	.44 (.63)	$U = 89, N1=14, N2=16, p > .05$
<b>INV1 (Prop.)</b>	.04 (.06)	.02 (.02)	$U = 87.5, N1=14, N2=16, p > .05$
<b>DIST1</b>	2.57 (2.28)	3.38 (2.19)	$t(28) = -.99, p > .05$
<b>DIST1 (Prop.)</b>	.12 (.09)	.11 (.06)	$t(28) = -.29, p > .05$
<b>CFAB</b>	3.43 (2.53)	3.81 (2.46)	$t(28) = -.42, p > .05$
<b>CFAB (Prop.)</b>	.15 (.1)	.13 (.1)	$U = 99, N1=14, N2=16, p > .05$

**Quadro 4.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu sexo

VSSC	GRUPO 12 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 8	Feminino N = 22	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
<b>EVOC</b>	39 (20.5)	38.9 (13.9)	$t(28) = .01, p > .05$
<b>INV1</b>	1.13 (1.13)	1.32 (1.17)	$U = 80, N1=8, N2=22, p > .05$
<b>INV1 (Prop.)</b>	.03 (.03)	.04 (.04)	$U = 79.5, N1=8, N2=22, p > .05$
<b>DIST1</b>	3.88 (2.29)	4.23 (2.49)	$t(28) = -.35, p > .05$
<b>DIST1 (Prop.)</b>	.09 (.04)	.09 (.04)	$t(28) = -.26, p > .05$
<b>CFAB</b>	5 (3.12)	5.59 (2.89)	$t(28) = .01, p > .05$
<b>CFAB (Prop.)</b>	.11 (.1)	.13 (.1)	$t(28) = -.57, p > .05$



**ANEXO J**

---

**Desempenho nas medidas de sugestibilidade em função do sexo**



**Quadro 1.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2) nas medidas de sugestionabilidade, em função do seu sexo

GSS2	GRUPO 7 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 15	Feminino N = 15	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
SUB1	10.7 (3.4)	9.9 (2.9)	$t(28) = .69, p > .05$
SUB2	12 (2.9)	10.8 (2.6)	$U = 75.5, N1=15, N2=15, p > .05$
MUD	5.3 (3.7)	6.4 (3.6)	$t(28) = -.85, p > .05$
SUGT	16 (4.6)	16.3 (3.7)	$t(28) = -.22, p > .05$

**Quadro 2.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2) nas medidas de sugestionabilidade, em função do seu sexo

GSS2	GRUPO 12 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 11	Feminino N = 19	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
SUB1	6.1 (4)	7.2 (2.9)	$U = 96.5, N1=11, N2=19, p > .05$
SUB2	7.1 (4.1)	8.6 (3.7)	$U = 81, N1=11, N2=19, p > .05$
MUD	3.3 (2)	5.1 (3.4)	$U = 73, N1=11, N2=19, p > .05$
SUGT	9.4 (4.3)	12.3 (5.2)	$t(28) = -1.49, p > .05$

**Quadro 3.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC) nas medidas de sugestionabilidade, em função do seu sexo

VSSC	GRUPO 7 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 14	Feminino N = 16	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
SUB1	4.4 (2.3)	5.9 (3.4)	$U = 82.5, N1=14, N2=16, p > .05$
SUB2	4.4 (1.8)	6.9 (3.5)	$U = 59, N1=14, N2=16, p > .05$
MUD	2.9 (1.7)	3.5 (2.7)	$t(28) = -.78, p > .05$
SUGT	7.2 (3)	9.4 (3.6)	$t(28) = -1.76, p > .05$

**Quadro 4.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC) nas medidas de sugestionabilidade, em função do seu sexo

VSSC	GRUPO 12 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 8	Feminino N = 22	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
SUB1	3.9 (2.1)	3.1 (1.6)	$U = 71, N1=8, N2=22, p > .05$
SUB2	4.9 (2.4)	4.5 (2.1)	$U = 78.5, N1=8, N2=22, p > .05$
MUD	3.5 (2.8)	3.8 (2.3)	$U = 77.5, N1=8, N2=22, p > .05$
SUGT	7.4 (3.7)	6.9 (3.1)	$t(28) = .35, p > .05$



**ANEXO L**

---

**Desempenho nas medidas de avaliação cognitiva em função do sexo**



**Quadro 1.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu sexo

GSS2	GRUPO 7 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 15	Feminino N = 15	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
VOC	7.1 (.9)	7.5 (1.8)	$U = 103, N1=15, N2=15, p > .05$
SEM	9.1 (2.2)	8.9 (2.4)	$t(28) = .24, p > .05$
ARIT	8.8 (2.1)	9.2 (3)	$t(28) = -.42, p > .05$
CG	9.7 (2.4)	10 (2.2)	$U = 101, N1=15, N2=15, p > .05$
CUB	9.8 (2.8)	8.9 (2.1)	$t(28) = -.98, p > .05$
COD	11.1 (2.3)	9.7 (1.9)	$t(28) = 1.92, p > .05$
QCV	89.4 (7.1)	92 (8.4)	$U = 95, N1=15, N2=15, p > .05$
QOP	98.5 (13.3)	97.1 (9.3)	$t(28) = .33, p > .05$
QET	94.8 (8.2)	94.1 (8.6)	$t(28) = .24, p > .05$
MFAD	1.2 (.4)	1.4 (.4)	$U = 91, N1=15, N2=15, p > .05$
MFAI	.6 (.4)	.7 (.4)	$U = 99.5, N1=15, N2=15, p > .05$
MFAT	1.8 (.7)	2 (.8)	$t(28) = -.69, p > .05$
MVPD	21.9 (2.1)	22.8 (2.6)	$U = 79, N1=15, N2=15, p > .05$
MVPI	11.3 (4.4)	11.5 (4.9)	$U = 108, N1=15, N2=15, p > .05$
MVPT	33.1 (4.4)	34.3 (6.5)	$t(28) = -.56, p > .05$
IMP	24 (7.3)	29.6 (6.5)	$t(28) = -2.22, p > .05$

**Quadro 2.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu sexo

GSS2	GRUPO 12 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 11	Feminino N = 19	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
VOC	9.7 (3.7)	9 (3.3)	$t(28) = .55, p > .05$
SEM	11.6 (2.3)	11.9 (2.6)	$t(28) = -.32, p > .05$
ARIT	13.3 (3.6)	11.7 (3.1)	$t(28) = 1.28, p > .05$
CG	10.8 (2.5)	11.2 (3.8)	$U = 90, N1=11, N2=19, p > .05$
CUB	11.4 (3.9)	9.8 (3.6)	$U = 72.5, N1=11, N2=19, p > .05$
COD	10.8 (2.7)	12.8 (2.9)	$t(28) = -1.83, p > .05$
QCV	103.8 (14.9)	102.6 (14.6)	$t(28) = .22, p > .05$
QOP	106.3 (15.2)	103.1 (18.1)	$t(28) = .49, p > .05$
QET	108.8 (15.2)	107.7 (14.6)	$t(28) = .20, p > .05$
MFAD	1.9 (.4)	1.9 (.4)	$U = 96, N1=11, N2=19, p > .05$
MFAI	1.6 (.4)	1.4 (.4)	$U = 70.5, N1=11, N2=19, p > .05$
MFAT	3.6 (.7)	3.3 (.6)	$t(28) = 1.22, p > .05$
MVPD	29.1 (3.1)	27.6 (2.9)	$U = 80.5, N1=11, N2=19, p > .05$
MVPI	21.6 (3.6)	20.2 (3.6)	$t(28) = 1.084, p > .05$
MVPT	50.7 (4.7)	47.7 (5.7)	$t(28) = 1.47, p > .05$
IMP	13.7 (8)	13.6 (9.2)	$U = 97, N1=11, N2=19, p > .05$

**Quadro 3.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu sexo

VSSC	GRUPO 7 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 14	Feminino N = 16	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
VOC	8.2 (2.5)	8.6 (2.3)	$t(28) = -.40, p > .05$
SEM	10.1 (2.7)	9.4 (2.9)	$U = 102, N1=14, N2=16, p > .05$
ARIT	9.4 (2.6)	9.1 (2.6)	$U = 105, N1=14, N2=16, p > .05$
CG	9.1 (2.6)	9.2 (3)	$t(28) = -.11, p > .05$
CUB	8.7 (2.9)	8.2 (1.6)	$U = 107.5, N1=14, N2=16, p > .05$
COD	10.4 (2.7)	11.1 (2.9)	$t(28) = -.68, p > .05$
QCV	95.3 (11.8)	94.6 (11.5)	$t(28) = .17, p > .05$
QOP	93.7 (13.7)	92.5 (11.4)	$t(28) = .27, p > .05$
QET	95.1 (14)	94.9 (10.7)	$t(28) = .04, p > .05$
MFAD	1.3 (.2)	1.4 (.5)	$U = 104, N1=14, N2=16, p > .05$
MFAI	.7 (.4)	.8 (.4)	$U = 89.5, N1=14, N2=16, p > .05$
MFAT	1.9 (.5)	2.2 (.7)	$t(28) = -.80, p > .05$
MVPD	22.6 (3.4)	22.6 (2.6)	$U = 104, N1=14, N2=16, p > .05$
MVPI	11.1 (3.9)	11.3 (3.8)	$t(28) = -.17, p > .05$
MVPT	33.7 (5.7)	33.9 (5.3)	$t(28) = -.11, p > .05$
IMP	28.4 (6.4)	31.9 (7.3)	$U = 83.5, N1=14, N2=16, p > .05$

**Quadro 4.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu sexo

VSSC	GRUPO 12 ANOS		Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Masculino N = 8	Feminino N = 22	
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
VOC	7.1 (2.6)	7.3 (2.9)	$t(28) = -.16, p > .05$
SEM	9.1 (3.9)	9.1 (2.5)	$t(28) = .03, p > .05$
ARIT	11.4 (3.2)	10.6 (2.9)	$t(28) = .59, p > .05$
CG	10.9 (2.5)	10.6 (2.4)	$t(28) = .33, p > .05$
CUB	11.1 (2.9)	8.9 (2.8)	$t(28) = 1.87, p > .05$
COD	10.1 (2.2)	11.2 (2.3)	$t(28) = -1.14, p > .05$
QCV	89.9 (16.7)	90.3 (13,2)	$t(28) = -.07, p > .05$
QOP	105.9 (11)	98.7 (12.8)	$t(28) = 1.41, p > .05$
QET	99.6 (13.2)	97.4 (11.2)	$t(28) = .46, p > .05$
MFAD	2.1 (.3)	1.9 (.4)	$U = 59.5, N1=8, N2=22, p > .05$
MFAI	1.3 (.3)	1.3 (.3)	$U = 83.5, N1=8, N2=22, p > .05$
MFAT	3.4 (.6)	3.2 (.6)	$t(28) = .74, p > .05$
MVPD	30.1 (2.9)	28.8 (5.6)	$t(28) = .62, p > .05$
MVPI	21.3 (2.9)	21.8 (5.7)	$t(28) = -.25, p > .05$
MVPT	51.4 (5.2)	50.6 (10.3)	$t(28) = .21, p > .05$
IMP	20.8 (12.3)	16.9 (10.2)	$U = 71, N1=8, N2=22, p > .05$

## **ANEXO M**

---

### **Desempenho nas medidas de evocação e de confabulação em função da idade cronológica**



**Quadro 1.** Análise do desempenho nas medidas de evocação das GSS2, em função da idade cronológica das crianças

GSS2	GRUPO 7 ANOS N = 30	GRUPO 12 ANOS N = 30	Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
EVOC1	3.7 (2)	18.7 (6.4)	$t(34,589) = -12.27, p < .001$
EVOC2	3.1 (2.6)	18.5 (6.4)	$t(37,985) = -12.26, p < .001$
EVOCT	6.7 (4.3)	37.2 (12.8)	$t(35,656) = -12.41, p < .001$
GDTM	-.6 (1.3)	-.2 (1.3)	$U = 414, N1=30, N2=30, p > .05$

**Quadro 2.** Análise do desempenho nas medidas de confabulação das GSS2, em função da idade cronológica das crianças

GSS2	GRUPO 7 ANOS N = 30	GRUPO 12 ANOS N = 30	Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
INV1 (Prop.)	.05 (.12)	.02 (.04)	$U = 430, N1=30, N2=30, p > .05$
DIST1 (Prop.)	.18 (.21)	.1 (.08)	$U = 442.5, N1=30, N2=30, p > .05$
CFAB1 (Prop.)	.22 (.2)	.12 (.1)	$t(39,041) = 2.29, p > .05$
INV2 (Prop.)	.16 (.21)	.2 (.03)	$t(32,622) = 3.34, p > .05$
DIST2 (Prop.)	.25 (.25)	.11 (.08)	$U = 344.5, N1=30, N2=30, p > .05$
CFAB2 (Prop.)	.34 (.3)	.14 (.1)	$t(36,700) = 3.90, p < .001$
INVT (Prop.)	.11 (.14)	.03 (.05)	$U = 344.5, N1=30, N2=30, p > .05$
DISTT (Prop.)	.21 (.18)	.11 (.07)	$U = 325, N1=30, N2=30, p > .05$
CFABT (Prop.)	.28 (.2)	.13 (.1)	$t(40,506) = 3.88, p < .001$

**Quadro 3.** Análise do desempenho na medida de evocação das VSSC, em função da idade cronológica das crianças

VSSC	GRUPO 7 ANOS N = 30	GRUPO 12 ANOS N = 30	Teste t para amostras independentes
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
EVOC	22.1 (8.4)	38.9 (15.6)	$t(44,493) = -5.22, p < .001$

**Quadro 4.** Análise do desempenho na medida de confabulação das VSSC, em função da idade cronológica das crianças

VSSC	GRUPO 7 ANOS N = 30	GRUPO 12 ANOS N = 30	Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
INV (Prop.)	.03 (.05)	.03 (.04)	$U = 378.5, N1=30, N2=30, p > .05$
DIST (Prop.)	.11 (.08)	.09 (.04)	$t(42,788) = 1.352, p > .05$
CFAB (Prop.)	.14 (.1)	.12 (.1)	$t(58) = .67, p > .05$



**ANEXO N**

---

**Desempenho nas medidas de sugestibilidade em função da idade cronológica**



**Quadro 1.** Análise do desempenho nas medidas de sugestionabilidade das GSS2 em função da idade cronológica das crianças

GSS2	GRUPO 7 ANOS N = 30	GRUPO 12 ANOS N = 30	Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
SUB1	10.3 (3.1)	6.8 (3.4)	$t(58) = 4.21, p < .001$
SUB2	11.4 (2.8)	8 (3.9)	$t(58) = 3.88, p < .001$
MUD	5.8 (3.6)	4.4 (3)	$U = 349, N1=30, N2=30, p > .05$
SUGT	16.2 (4.1)	11.2 (5.3)	$t(58) = 4.03, p < .001$

**Quadro 2.** Análise de Regressão Linear [variável dependente: sugestionabilidade total (GSS2) / variável preditora: idade]

GSS2 SUGT	R <sup>2</sup>	F	$\beta$	t
IDADE	.21	$F(1, 58) = 15.24, p < .001$	-.92	$t(58) = -3.90, p < .001$

**Quadro 3.** Análise do desempenho nas medidas de sugestionabilidade das VSSC em função da idade cronológica das crianças

VSSC	GRUPO 7 ANOS N = 30	GRUPO 12 ANOS N = 30	Testes t / Mann-Whitney para amostras independentes
	Média (D.P.)	Média (D.P.)	
SUB1	5.2 (2.9)	3.3 (1.7)	$t(46,607) = 2.92, p \leq .01$
SUB2	5.7 (3.1)	4.6 (2.2)	$U = 368, N1=30, N2=30, p > .05$
MUD	3.2 (2.2)	3.7 (2.4)	$U = 396.5, N1=30, N2=30, p > .05$
SUGT	8.4 (3.5)	7 (3.2)	$t(58) = 1.54, p > .05$

**Quadro 4.** Análise de Regressão Linear [variável dependente: sugestionabilidade total (VSSC) / variável preditora: idade]

VSSC SUGT	R <sup>2</sup>	F	$\beta$	t
IDADE	.05	$F(1, 58) = 3.08, p > .05$	-.26	$t(58) = -1.76, p > .05$



**ANEXO 0**

---

**Desempenho nas medidas de evocação e de confabulação  
em função do grau de sugestionabilidade**



**Quadro 1.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas, nas medidas de evocação e de confabulação das GSS2, em função do seu grau de sugestibilidade

GSS2		GRUPO 7 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
EVOC1	Média (D.P.)	3.2 (1.6)	4.1 (2.3)	3.5 (1.7)	3.8 (2.3)	3.9 (2.3)	3.4 (1.6)	3.5 (2.5)	3.8 (1.4)
	Teste Mann-Whitney	U= 86, p> .05		U= 112, p> .05		U= 107, p> .05		U= 76, p> .05	
EVOC2	Média (D.P.)	2.8 (1.8)	3.3 (3.2)	3.0 (1.7)	3.1 (3.3)	3 (3.2)	3.1 (1.8)	2.9 (3.1)	3.1 (1.9)
	Teste Mann-Whitney	U= 110, p> .05		U= 91.5, p> .05		U= 94, p> .05		U= 92.5, p> .05	
EVOCT	Média (D.P.)	6 (3.3)	7.3 (5.3)	6.4 (3.2)	6.9 (5.4)	6.8 (5.3)	6.5 (3.3)	6.4 (5.4)	6.9 (3.2)
	Teste Mann-Whitney	U= 105.5, p> .05		U= 95, p> .05		U= 101.5, p> .05		U= 81.5, p> .05	
GDTM	Média (D.P.)	-.4 (.8)	-.8 (1.7)	-.4 (.9)	-.8 (1.7)	-.9 (1.7)	-.3 (.8)	-.5 (1.4)	-.7 (1.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 92, p> .05		U= 87.5, p> .05		U= 96.5, p> .05		U= 96.5, p> .05	
INV1	Média (D.P.)	.2 (.56)	.27 (.46)	.13 (.52)	.33 (.49)	.13 (.35)	.33 (.62)	.13 (.35)	.33 (.62)
	Teste Mann-Whitney	U= 99.5, p> .05		U= 85, p> .05		U= 96.5, p> .05		U= 96.5, p> .05	
DIST1	Média (D.P.)	.73 (.88)	1.2 (1.4)	.73 (.88)	1.2 (1.37)	1.13 (1.25)	.8 (1.08)	1.13 (1.25)	.8 (1.08)
	Teste Mann-Whitney	U= 94, p> .05		U= 94, p> .05		U= 94.5, p> .05		U= 94.5, p> .05	
CFAB1	Média (D.P.)	.93 (.96)	1.47 (1.46)	.87 (.92)	1.53 (1.46)	1.27 (1.34)	1.13 (1.19)	1.27 (1.22)	1.13 (1.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 91.5, p> .05		U= 84.5, p> .05		U= 107.5, p> .05		U= 103.5, p> .05	
INV2	Média (D.P.)	.53 (.83)	.6 (.83)	.67 (1.05)	.47 (.52)	.47 (.83)	.67 (.82)	.53 (.83)	.6 (.83)
	Teste Mann-Whitney	U= 105.5, p> .05		U= 112, p> .05		U= 91.5, p> .05		U= 105.5, p> .05	
DIST2	Média (D.P.)	.93 (.79)	1.07 (1.22)	1.07 (.79)	.93 (1.22)	1 (1.07)	1 (1)	1.07 (1.1)	.93 (.96)
	Teste Mann-Whitney	U= 111, p> .05		U= 91.5, p> .05		U= 110, p> .05		U= 106.5, p> .05	
CFAB2	Média (D.P.)	1.47 (.92)	1.67 (1.45)	1.73 (1.03)	1.4 (1.35)	1.47 (1.3)	1.67 (1.11)	1.6 (1.24)	1.53 (1.19)
	Teste Mann-Whitney	U= 110.5, p> .05		U= 89.5, p> .05		U= 96, p> .05		U= 112, p> .05	
INVT	Média (D.P.)	.73 (1.34)	.87 (1.06)	.8 (1.42)	.8 (.94)	.6 (.99)	1 (1.36)	.67 (.98)	.93 (1.39)
	Teste Mann-Whitney	U= 99, p> .05		U= 102, p> .05		U= 92, p> .05		U= 103.5, p> .05	
DISTT	Média (D.P.)	1.67 (1.45)	2.27 (2.19)	1.8 (1.37)	2.13 (2.26)	2.13 (1.85)	1.8 (1.89)	2.2 (1.89)	1.73 (1.83)
	Teste Mann-Whitney	U= 98.5, p> .05		U= 109.5, p> .05		U= 100.5, p> .05		U= 97, p> .05	
CFABT	Média (D.P.)	2.4 (1.64)	3.13 (2.39)	2.6 (1.59)	2.93 (2.46)	2.73 (2.02)	2.8 (2.15)	2.87 (1.81)	2.67 (2.32)
	Teste Mann-Whitney	U= 93, p> .05		U= 106.5, p> .05		U= 110.5, p> .05		U= 101.5, p> .05	

**Quadro 2.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas, nas medidas de evocação e de confabulação das GSS2, em função do seu grau de sugestionabilidade

GSS2		GRUPO 12 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
EVOC1	Média (D.P.)	17.5 (6.4)	19.9 (6.4)	17.7 (6.1)	19.7 (6.8)	17.6 (6.9)	19.8 (5.8)	16.7 (6.5)	20.7 (5.9)
	Teste t	t(28)= -1.06, p>.05		t(28)= -.88, p>.05		t(28)= -.97, p>.05		t(28)= -1.74, p>.05	
EVOC2	Média (D.P.)	17.3 (6.4)	19.6 (6.4)	17.7 (6.2)	19.3 (6.7)	17.6 (6.9)	19.4 (5.9)	16.7 (6.5)	20.2 (5.9)
	Teste t	t(28)= -.97, p>.05		t(28)= -.68, p>.05		t(28)= -.77, p>.05		t(28)= -1.52, p>.05	
EVOCT	Média (D.P.)	34.8 (12.8)	39.5 (12.7)	35.3 (12.2)	39 (13.5)	35.1 (13.8)	39.2 (11.8)	33.5 (12.9)	40.9 (11.9)
	Teste t	t(28)= -1.02, p>.05		t(28)= -.78, p>.05		t(28)= -.87, p>.05		t(28)= -1.63, p>.05	
GDTM	Média (D.P.)	-.13 (1.5)	-.33 (0.99)	0 (1.4)	-.47 (1)	0 (1.4)	-.47 (1)	0 (1.5)	-.47 (.93)
	Teste t	t(28)= .43, p>.05		t(28)= 1.02, p>.05		t(28)= 1.02, p>.05		t(28)= 1.02, p>.05	
INV1	Média (D.P.)	.67 (1)	.27 (.6)	.73 (1.03)	.2 (.56)	.73 (1)	.2 (.56)	.73 (1.03)	.2 (.56)
	Teste Mann-Whitney	U= 89, p>.05		U= 75.5, p>.05		U= 75.5, p>.05		U= 75.5, p>.05	
DIST1	Média (D.P.)	1.87 (1.19)	1.87 (1.25)	1.93 (1.39)	1.8 (1.01)	2.07 (1.34)	1.67 (1.05)	2.13 (1.36)	1.6 (.99)
	Teste Mann-Whitney	U= 108.5, p>.05		U= 109, p>.05		U= 92, p>.05		U= 83.5, p>.05	
CFAB1	Média (D.P.)	2.53 (1.64)	2.13 (1.41)	2.67 (1.79)	2 (1.13)	2.8 (1.69)	1.87 (1.19)	2.87 (1.69)	1.8 (1.15)
	Teste t	t(28)= .72, p>.05		t(23,604)=1.21, p>.05		t(28)= 1.74, p>.05		t(28)= 2.03, p>.05	
INV2	Média (D.P.)	.6 (.99)	.33 (.62)	.6 (.99)	.33 (.62)	.67 (.98)	.27 (.59)	.67 (.98)	.27 (.59)
	Teste Mann-Whitney	U= 101, p>.05		U= 101, p>.05		U= 88, p>.05		U= 88, p>.05	
DIST2	Média (D.P.)	1.87 (1.64)	2.33 (1.45)	1.87 (1.73)	2.33 (1.35)	2 (1.73)	2.2 (1.37)	2.07 (1.79)	2.13 (1.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 83.5, p>.05		U= 81.5, p>.05		U= 95.5, p>.05		U= 100, p>.05	
CFAB2	Média (D.P.)	2.47 (1.64)	2.67 (1.49)	2.47 (1.77)	2.67 (1.35)	2.67 (1.72)	2.47 (1.41)	2.73 (1.75)	2.4 (1.35)
	Teste Mann-Whitney	U= 93, p>.05		U= 96, p>.05		U= 111, p>.05		U= 103.5, p>.05	
INVT	Média (D.P.)	1.27 (.6)	1.94 (1.18)	1.33 (1.95)	.53 (1.13)	1.4 (1.92)	.47 (1.13)	1.4 (1.92)	.47 (1.13)
	Teste Mann-Whitney	U= 89.5, p>.05		U= 86, p>.05		U= 74.5, p>.05		U= 74.5, p>.05	
DISTT	Média (D.P.)	3.73 (2.52)	4.2 (2.51)	3.8 (2.83)	4.13 (2.17)	4.07 (2.79)	3.87 (2.23)	4.2 (2.89)	3.73 (2.09)
	Teste t	t(28)= -.51, p>.05		t(28)= -.36, p>.05		t(28)= .22, p>.05		t(28)= .51, p>.05	
CFABT	Média (D.P.)	5 (2.93)	4.8 (2.78)	5.13 (3.27)	4.67 (2.35)	5.47 (3.09)	4.33 (2.47)	5.6 (3.11)	4.2 (2.37)
	Teste t	t(28)= .19, p>.05		t(28)= .45, p>.05		t(28)= 1.11, p>.05		t(28)= 1.39, p>.05	

**Quadro 3.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas, nas medidas de evocação e de confabulação das VSSC, em função do seu grau de sugestionabilidade

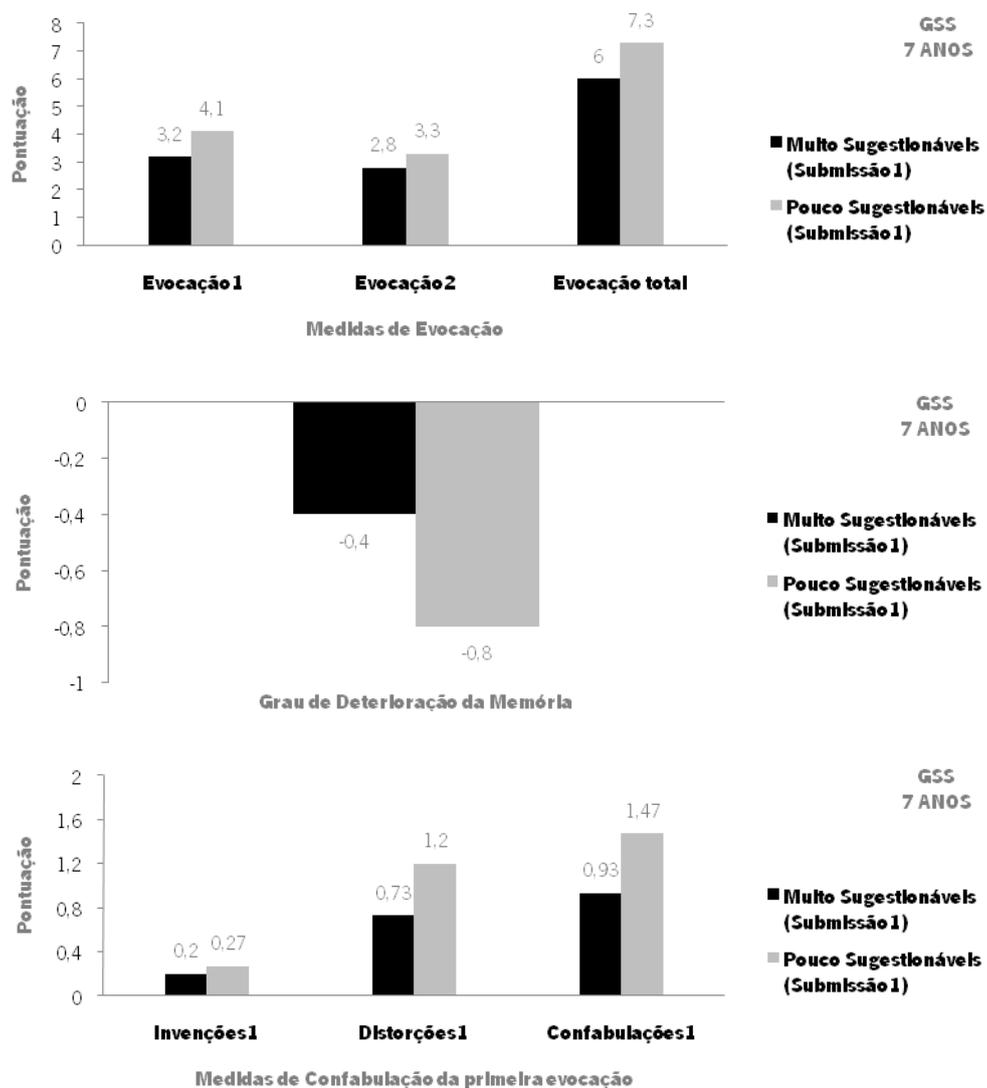
VSSC		GRUPO 7 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
EVOG	Média (D.P.)	22.1 (9.9)	22.1 (6.9)	23.7 (9.6)	20.5 (6.9)	25.3 (9.9)	18.9 (4.9)	23.4 (9.6)	20.8 (7)
	Teste t	t(28)= .02, p>.05		t(28)= 1.03, p>.05		t(28)= 2.26, p<.05		t(28)= .85, p>.05	
INV	Média (D.P.)	.87 (.99)	.4 (.63)	.87 (.99)	.4 (.63)	.67 (.82)	.6 (.91)	.67 (.82)	.6 (.91)
	Teste Mann-Whitney	U= 83.5, p>.05		U= 83.5, p>.05		U= 104.5, p>.05		U= 104.5, p>.05	
DIST	Média (D.P.)	3.27 (2.28)	2.73 (2.22)	3.6 (2.09)	2.4 (2.26)	3.93 (2.09)	2.07 (2.02)	3.53 (2.17)	2.47 (2.23)
	Teste t	t(28)= .65, p>.05		t(28)= 1.51, p>.05		t(28)= 2.49, p>.05		t(28)= 1.33, p>.05	
CFAB	Média (D.P.)	4.13 (2.62)	3.13 (2.26)	4.47 (2.33)	2.8 (2.37)	4.6 (2.38)	2.67 (2.19)	4.2 (2.48)	3.07 (2.37)
	Teste t	t(28)= .82, p>.05		t(28)= 1.95, p>.05		t(28)= 2.31, p>.05		t(28)= 1.28, p>.05	

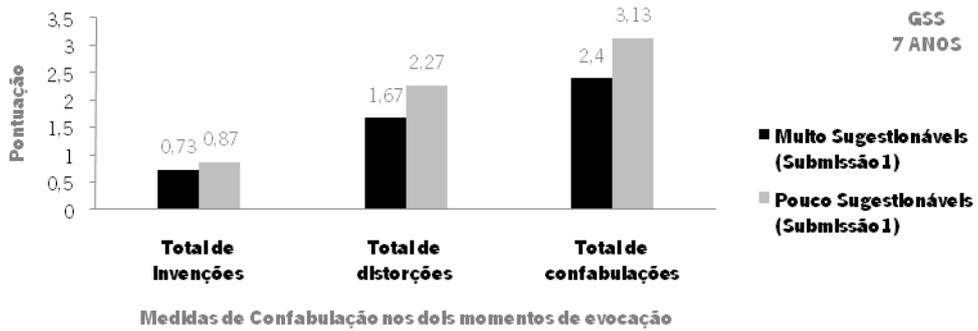
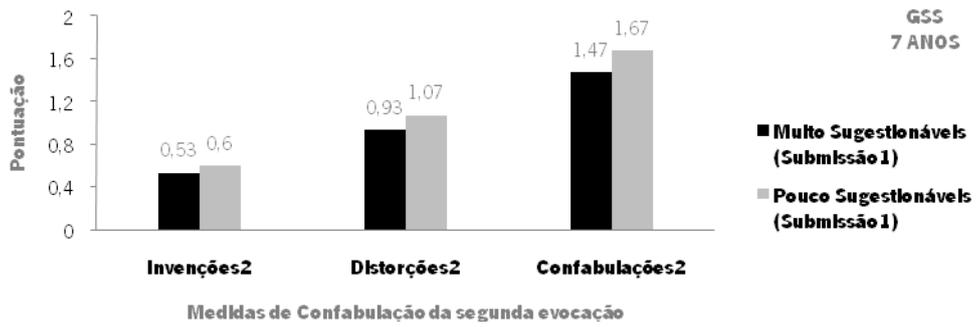
**Quadro 4.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas, nas medidas de evocação e de confabulação das VSSC, em função do seu grau de sugestionabilidade

VSSC		GRUPO 12 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
EVOG	Média (D.P.)	40.1 (12.8)	37.9 (18.3)	38.5 (12.4)	39.5 (18.7)	38.1 (12.2)	39.8 (18.8)	36.7 (11.4)	41.2 (19)
	Teste t	t(28)= .38, p>.05		t(28)= -.17, p>.05		t(28)= -.29, p>.05		t(28)= -.78, p>.05	
INV	Média (D.P.)	1.27 (1.16)	1.27 (1.16)	1.13 (1.25)	1.4 (1.06)	1.33 (1.29)	1.2 (1.01)	1.2 (1.32)	1.33 (.98)
	Teste Mann-Whitney	U= 112.5, p>.05		U= 94.5, p>.05		U= 108.5, p>.05		U= 100.5, p>.05	
DIST	Média (D.P.)	4.27 (2.87)	4 (1.93)	3.8 (2.68)	4.47 (2.13)	3.67 (2.38)	4.6 (2.41)	3.2 (1.89)	5.07 (2.55)
	Teste t	t(28)= .29, p>.05		t(28)= -.75, p>.05		t(28)= -1.07, p>.05		t(28)= -2.28, p>.05	
CFAB	Média (D.P.)	5.53 (3.58)	5.33 (2.16)	4.93 (3.31)	5.93 (2.46)	5 (3.07)	5.87 (2.77)	4.4 (2.67)	6.47 (2.85)
	Teste t	t(28)= .19, p>.05		t(28)= -.94, p>.05		t(28)= -.81, p>.05		t(28)= -2.05, p>.05	

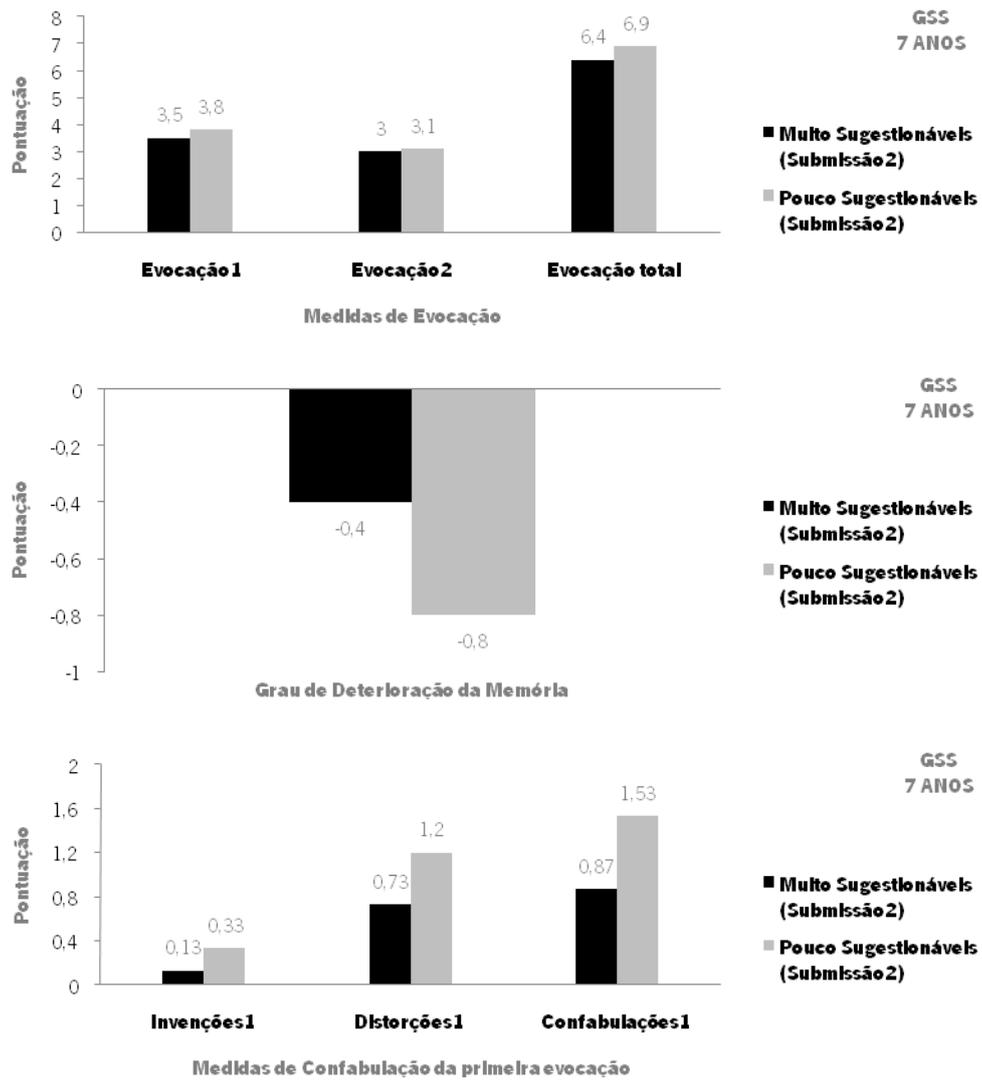


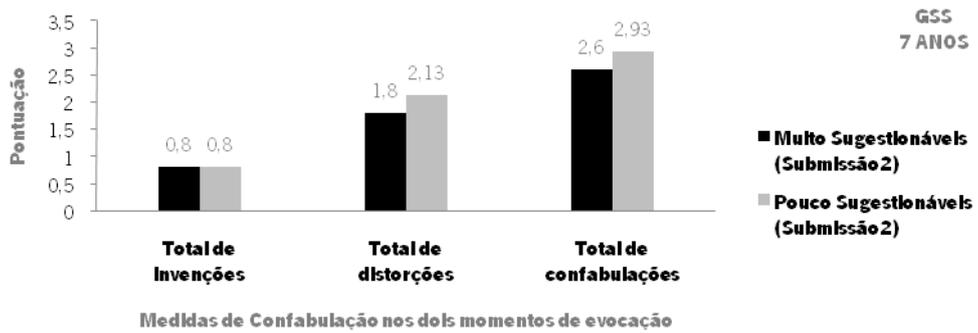
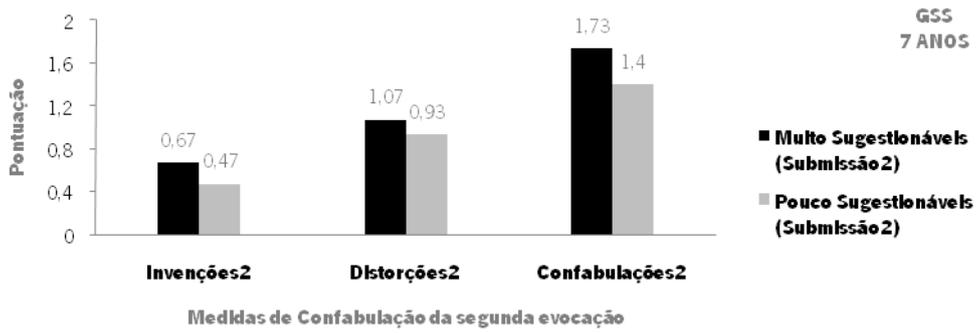
**Figura 1.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão1) – cinco próximas figuras



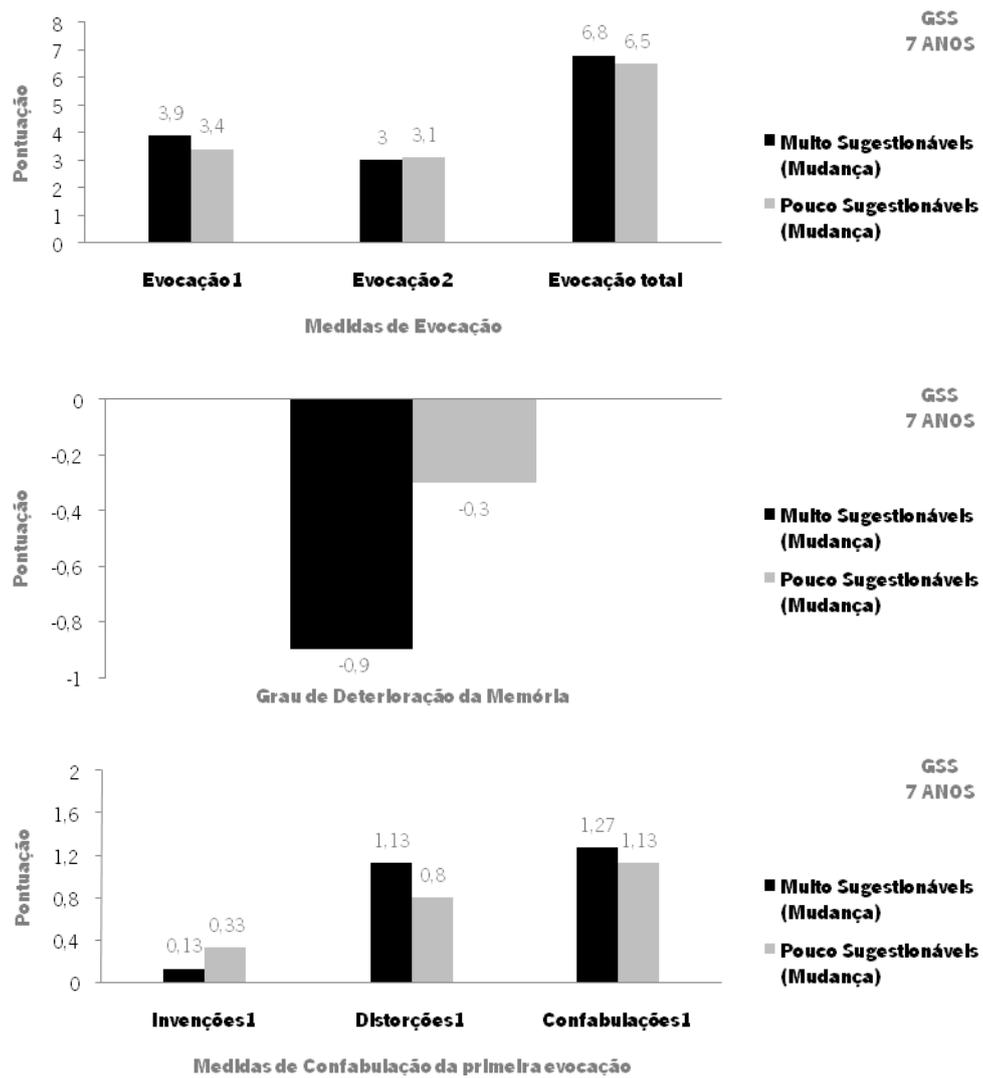


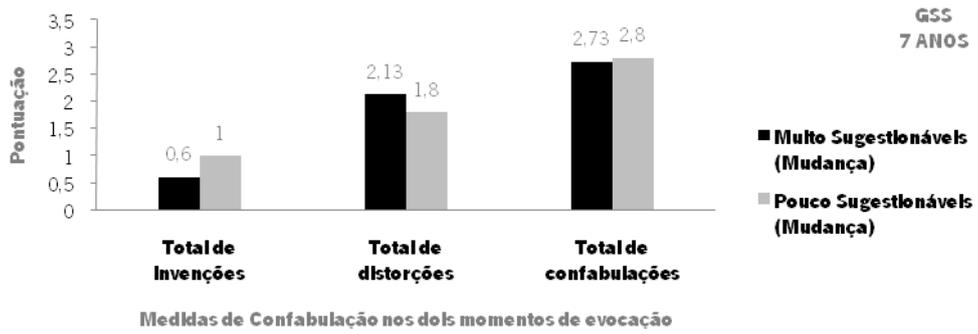
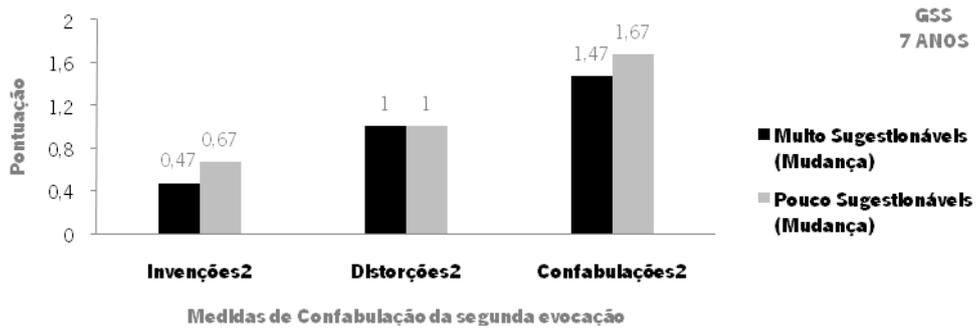
**Figura 2.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade ( submissão2) – cinco próximas figuras.



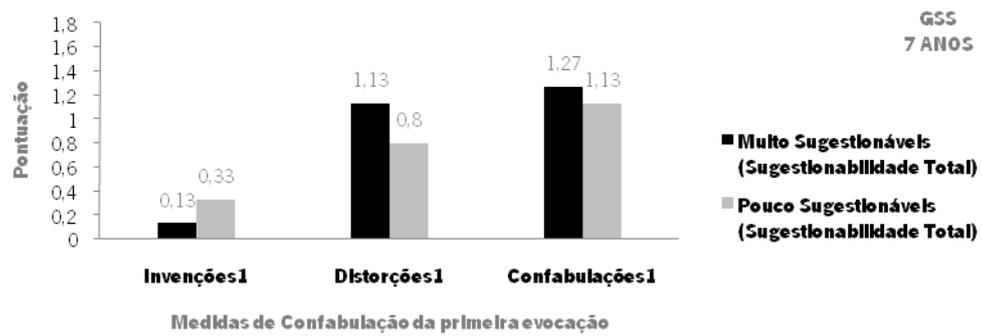
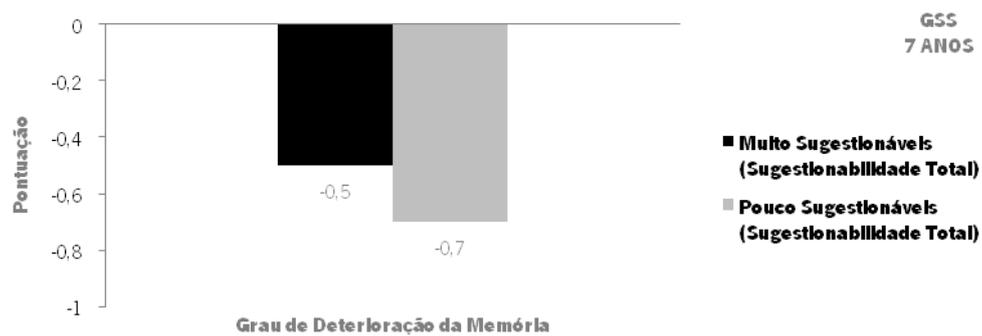
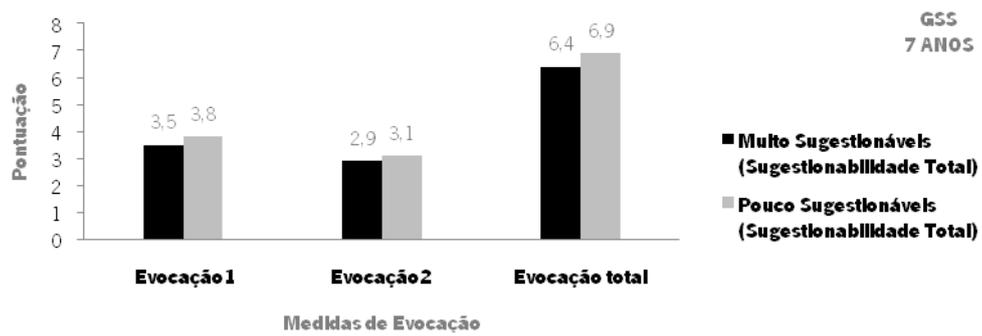


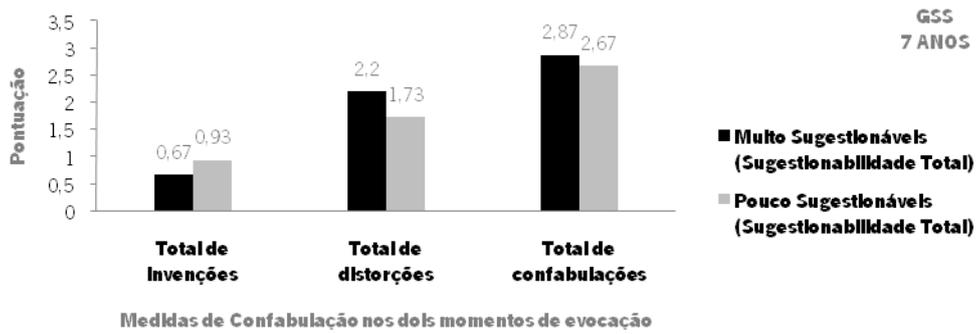
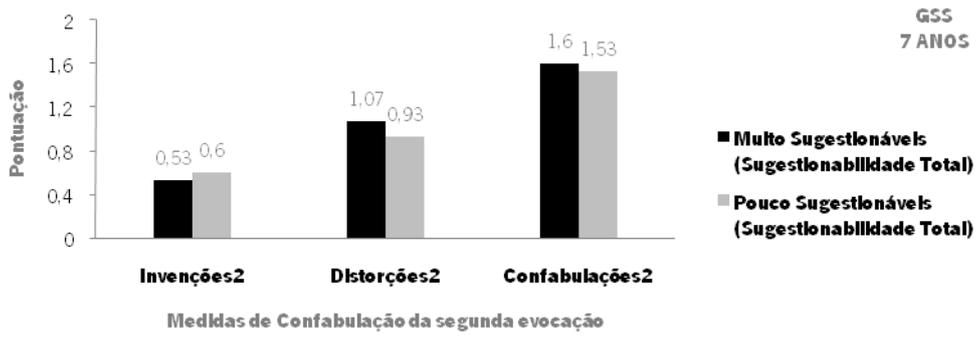
**Figura 3.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança) - cinco próximas figuras



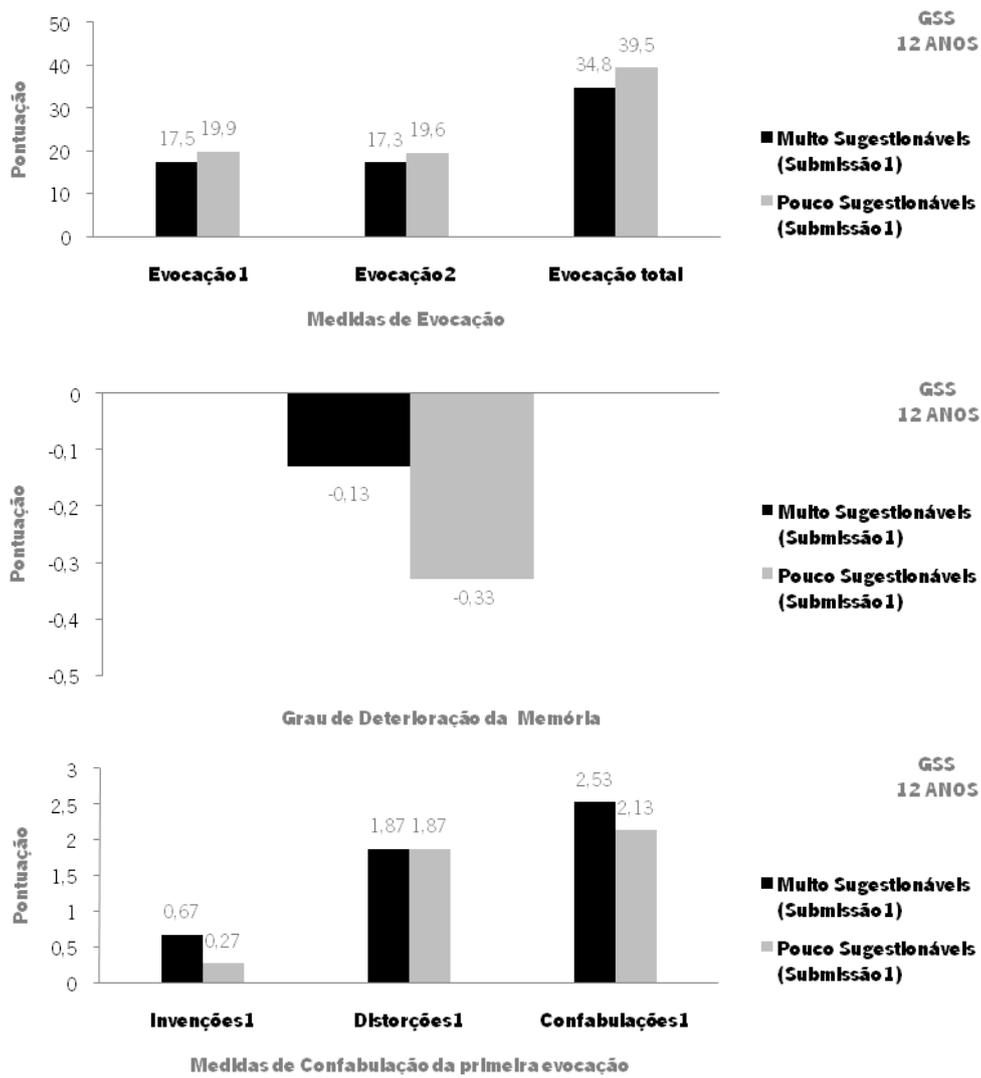


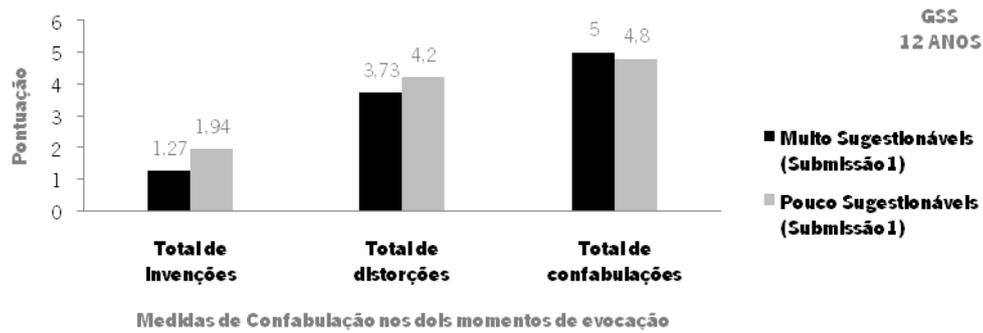
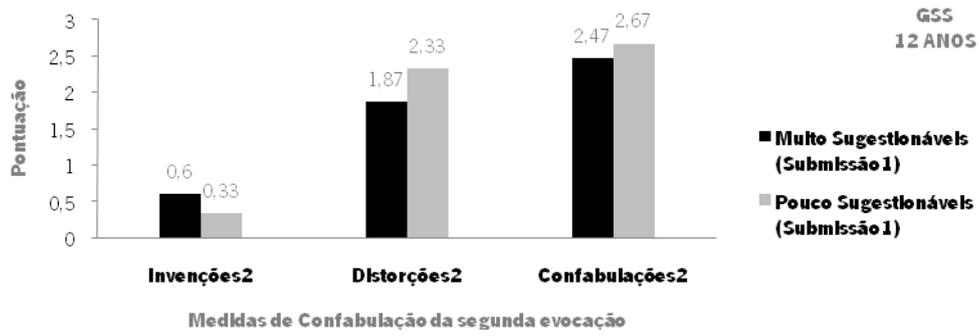
**Figura 4.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestibilidade (sugestibilidade total) - cinco próximas figuras



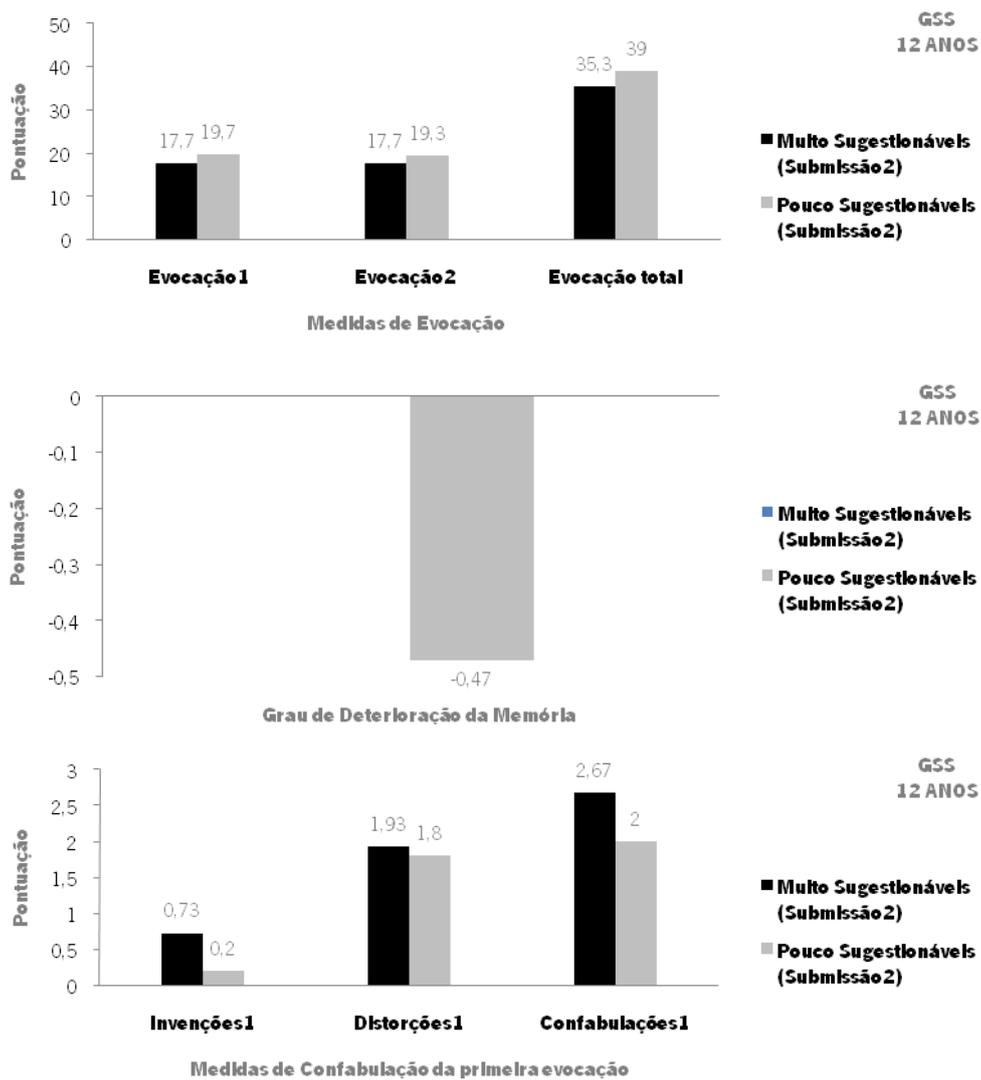


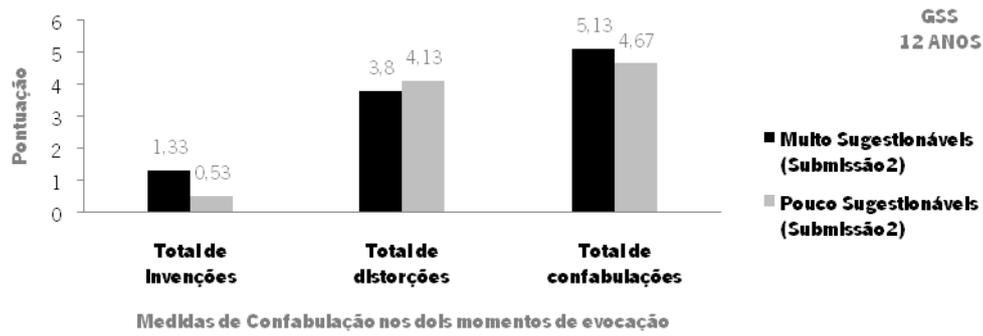
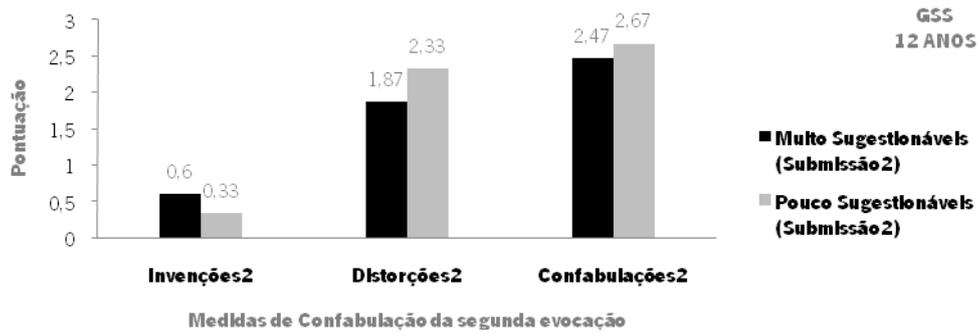
**Figura 5.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão1) - cinco próximas figuras



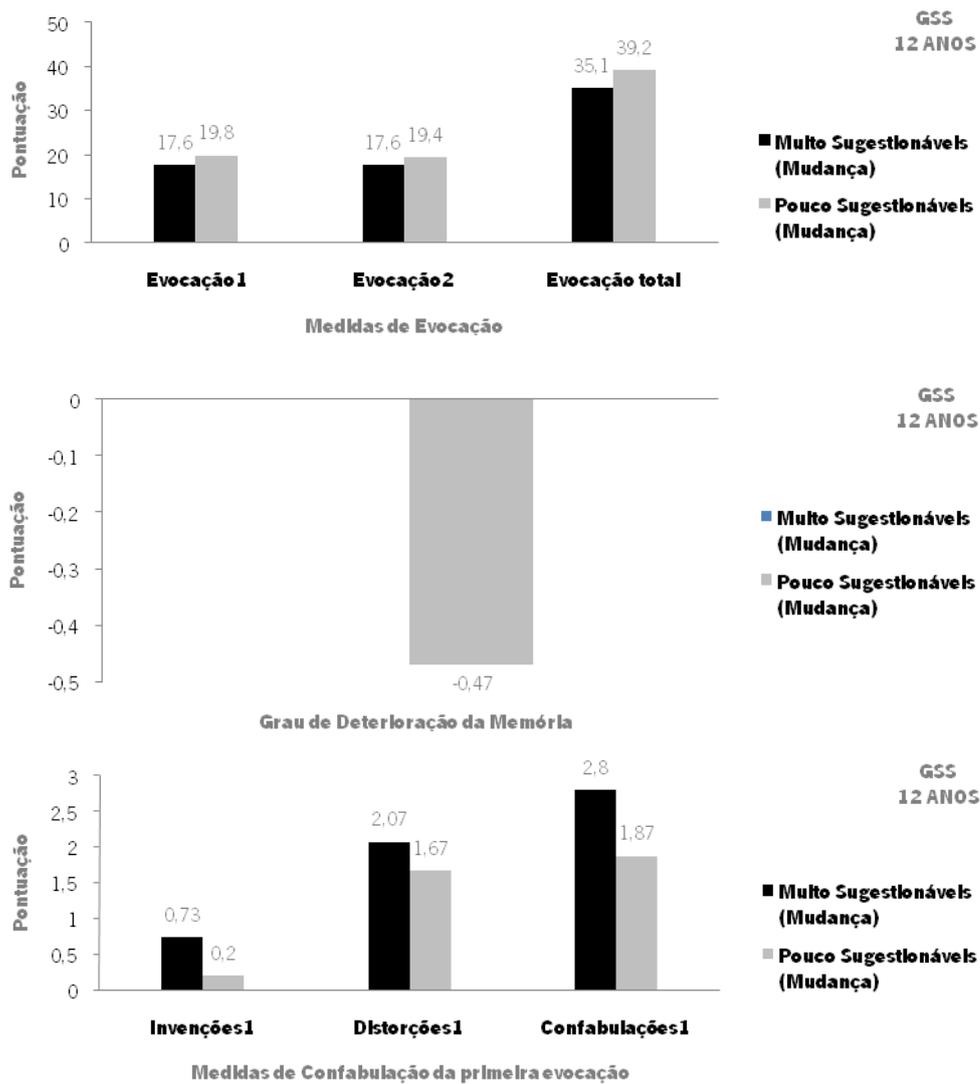


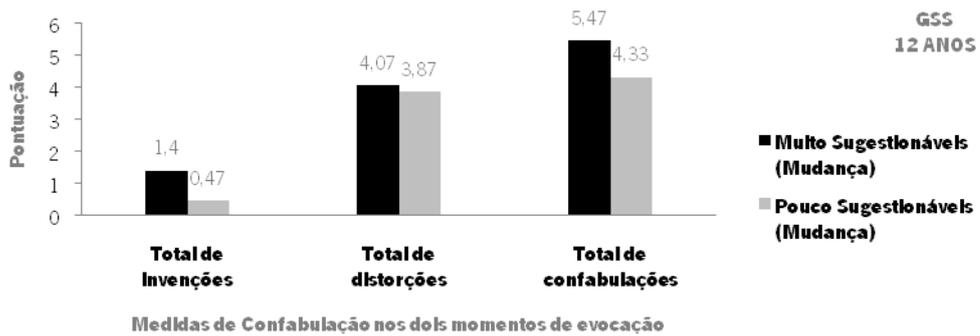
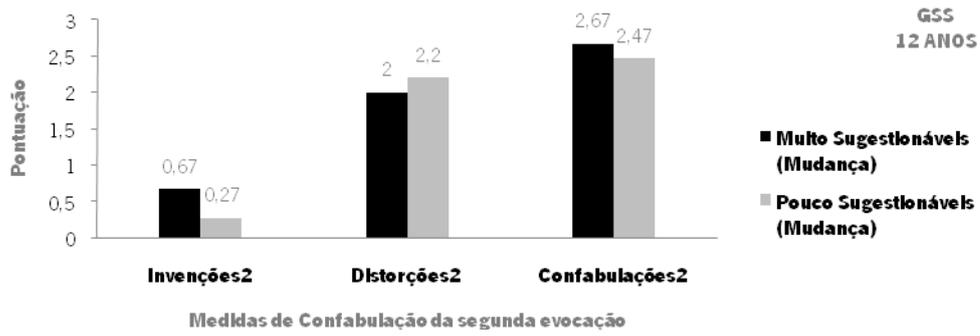
**Figura 6.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão2) - cinco próximas figuras



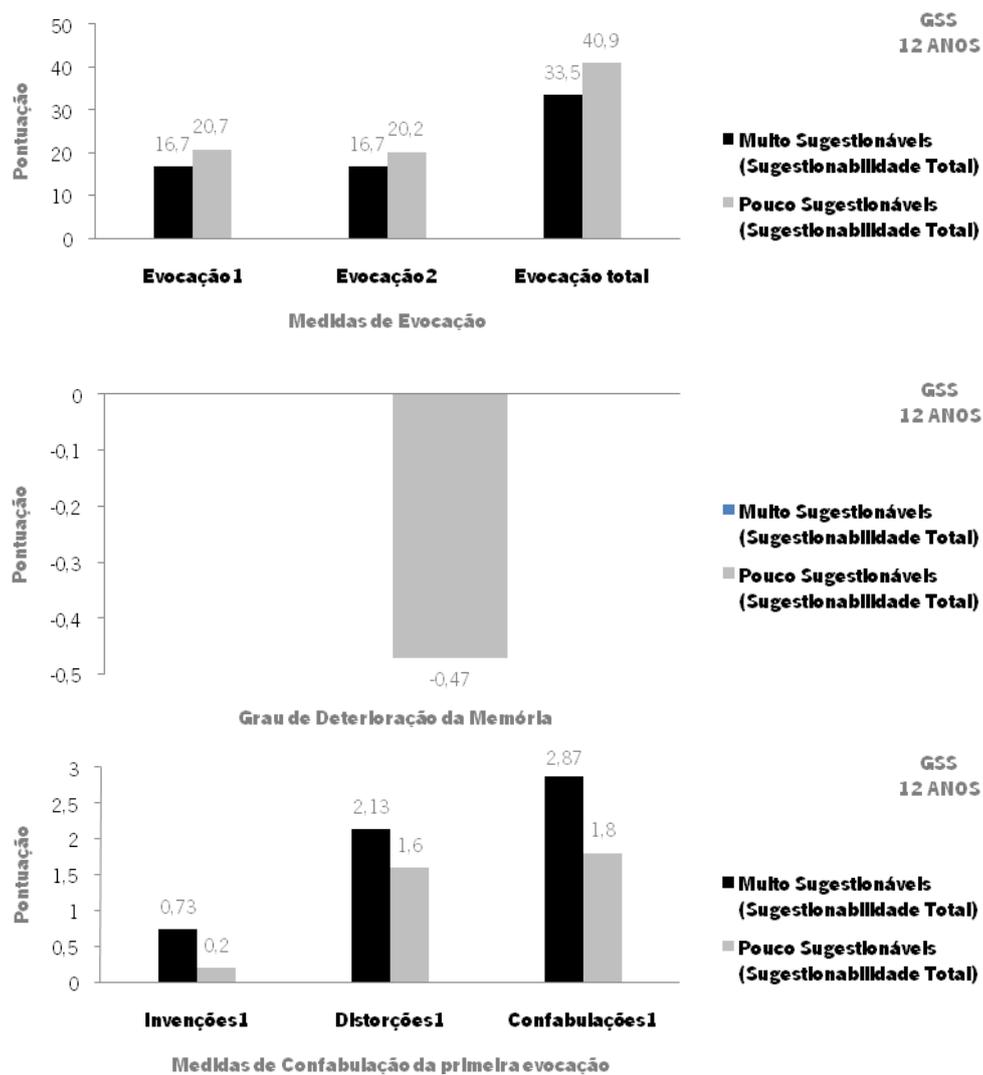


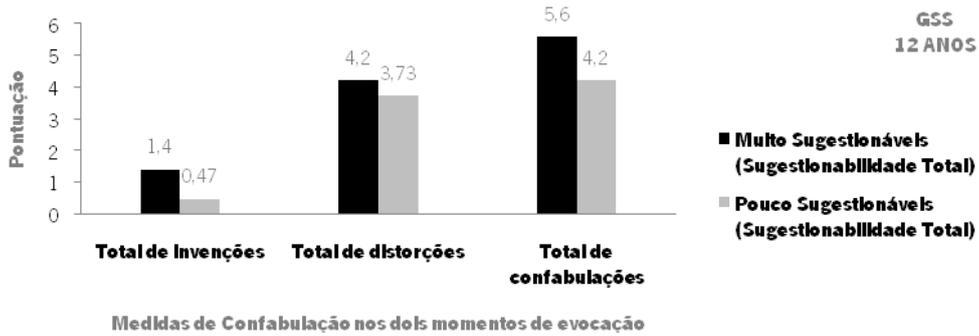
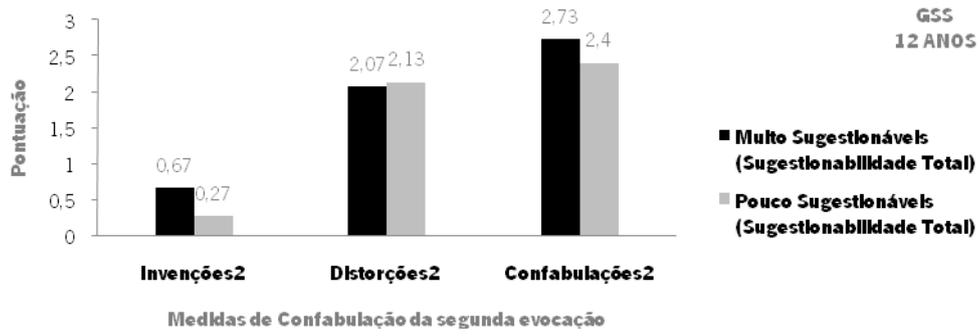
**Figura 7** - Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança) - cinco próximas figuras



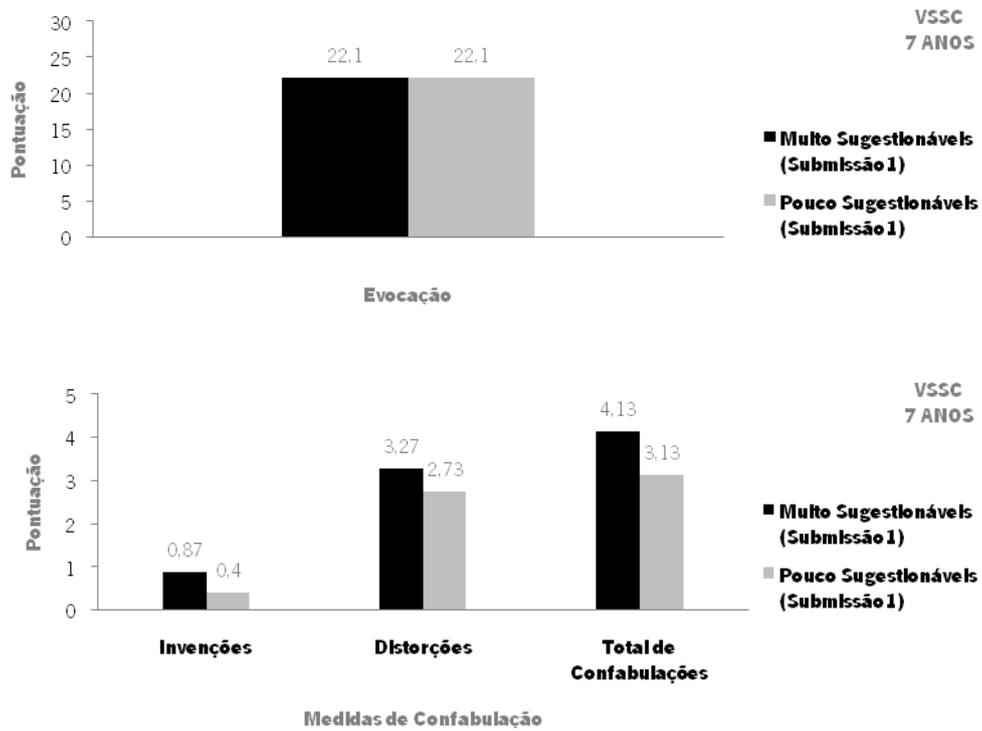


**Figura 8** - Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total) - *cinco próximas figuras*

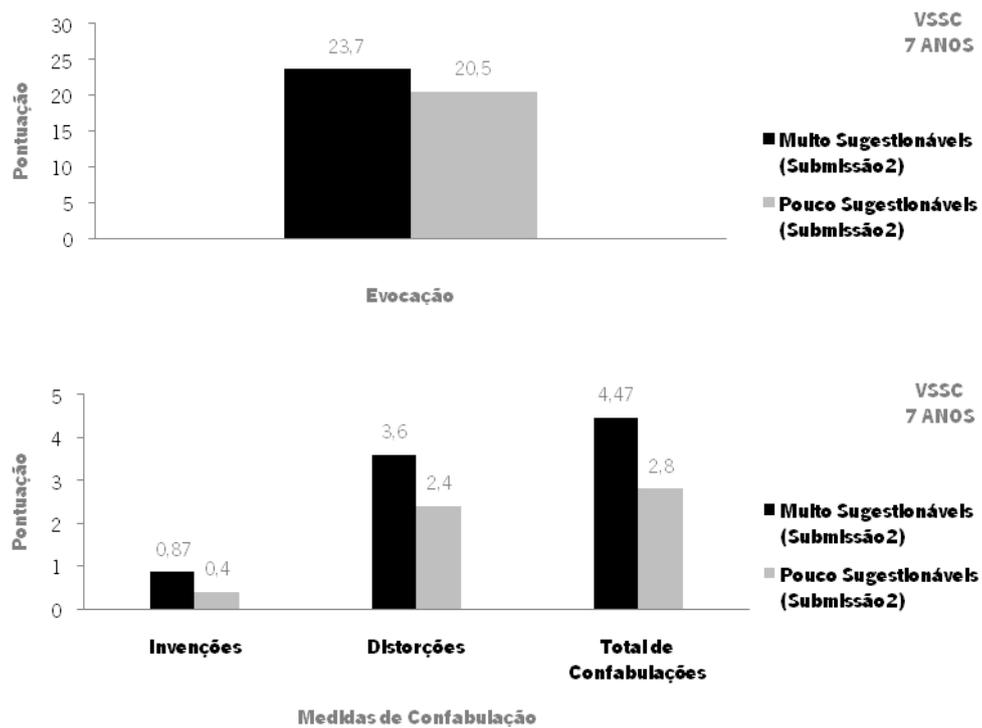




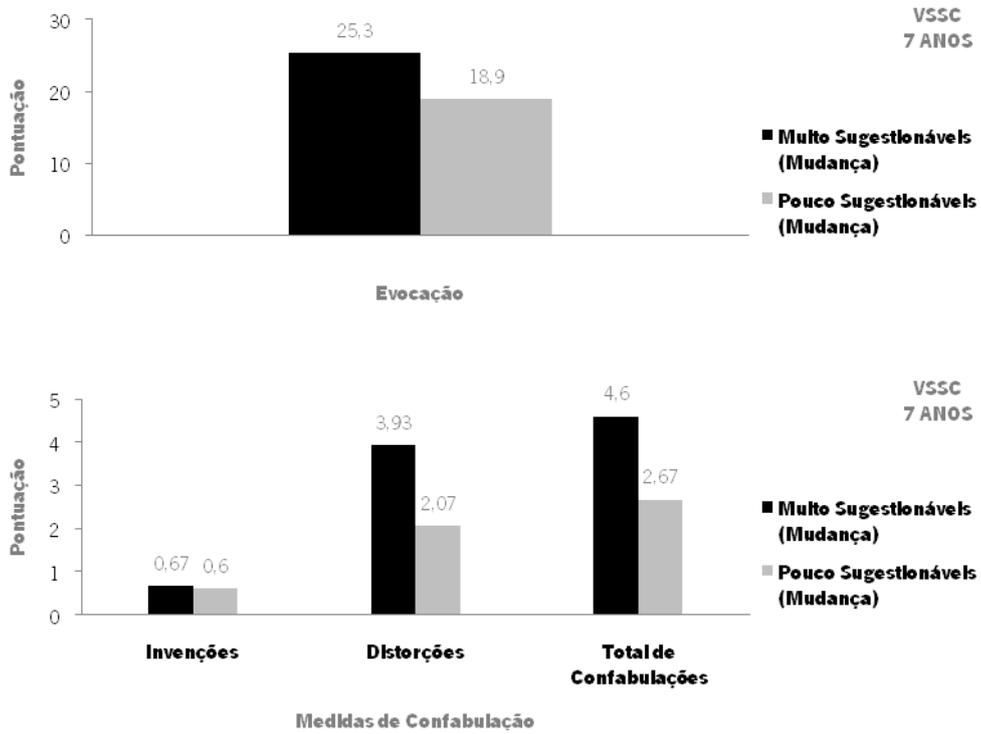
**Figura 9** - Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão1)



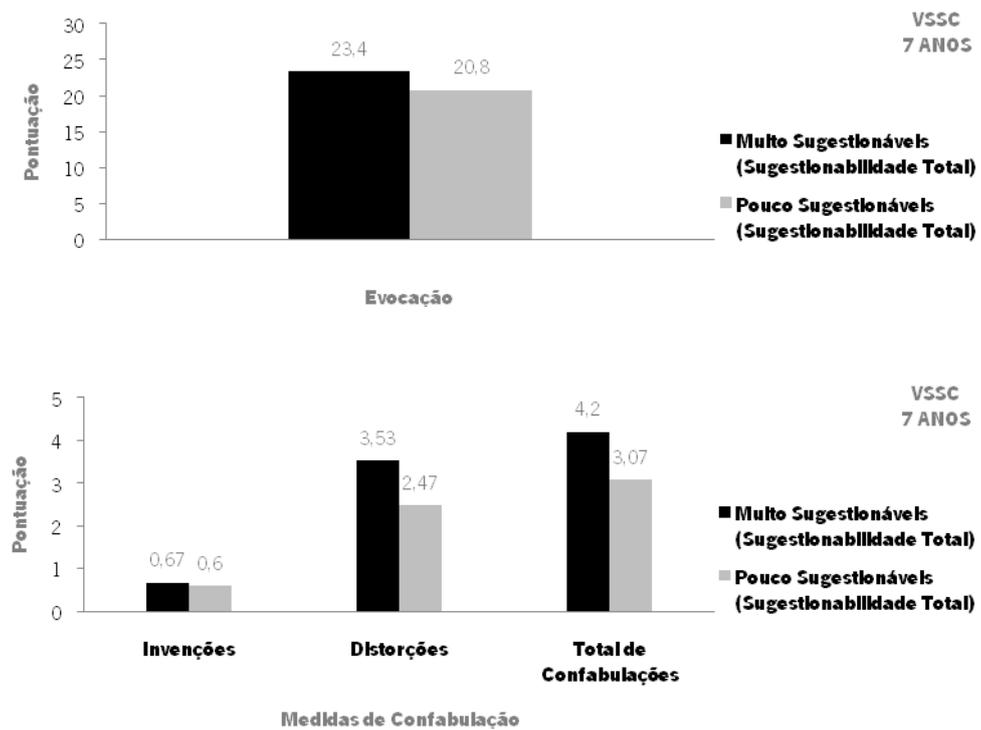
**Figura 10** - Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão2)



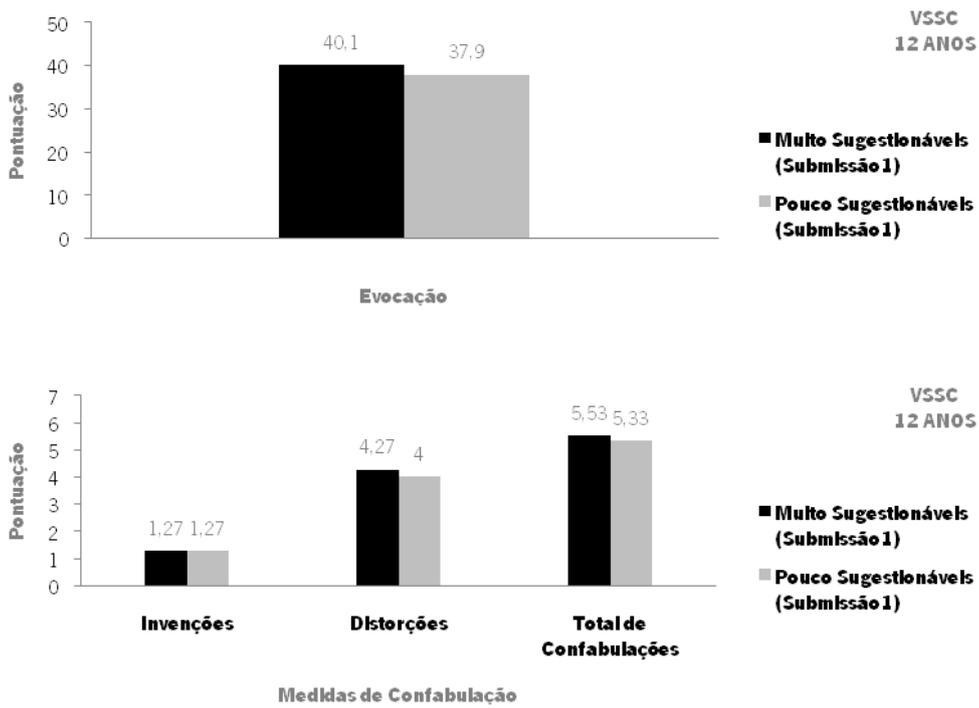
**Figura 11** - Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança)



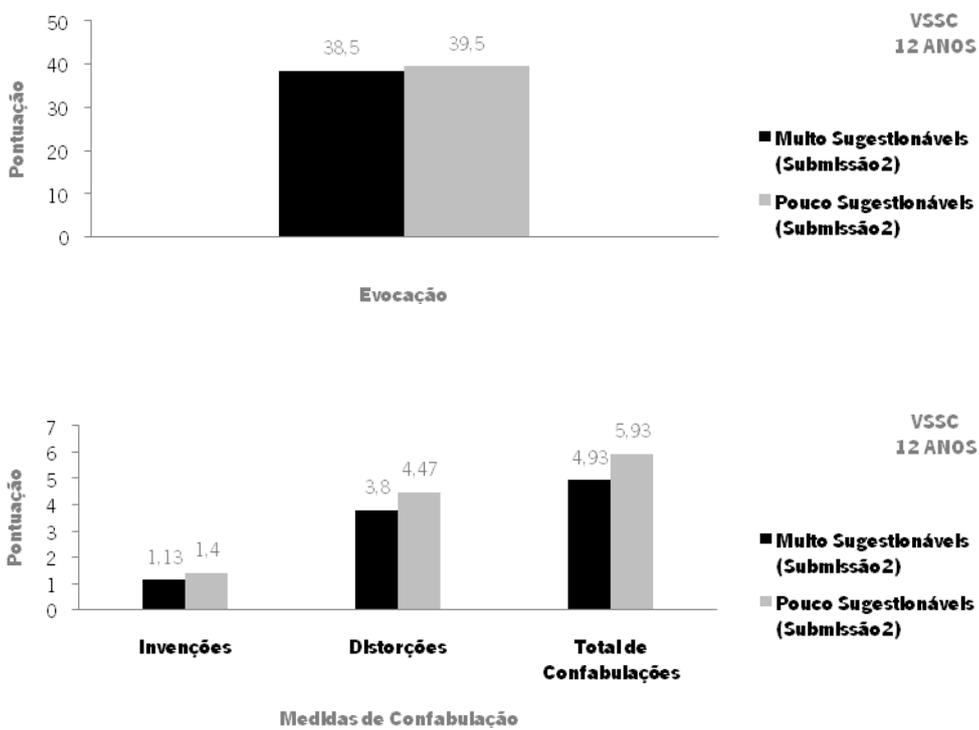
**Figura 12** - Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total)



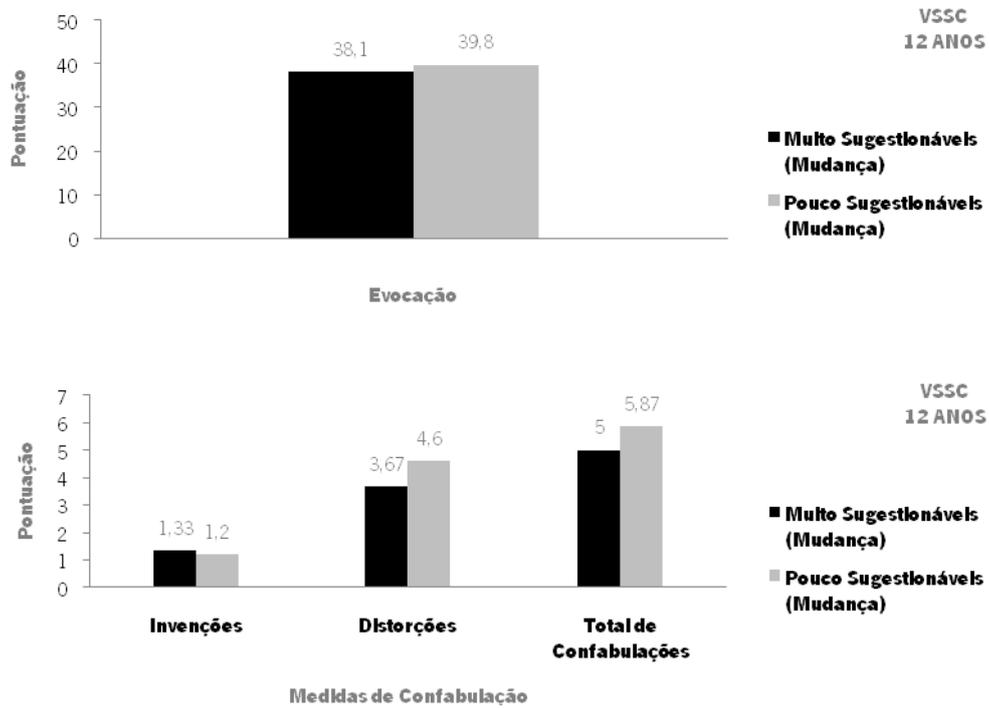
**Figura 13** - Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão1)



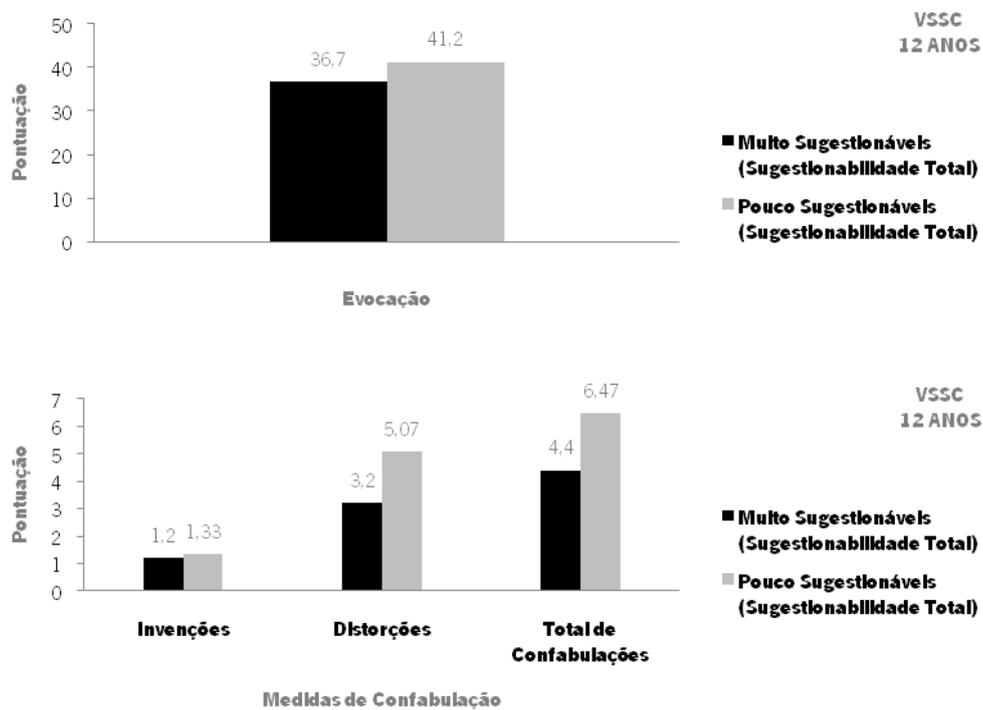
**Figura 14** - Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão2)



**Figura 15** - Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança)



**Figura 16** - Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de evocação e de confabulação, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total)



**ANEXO P**

---

**Desempenho nas medidas de avaliação cognitiva em função  
do grau de sugestibilidade**



**Quadro 1.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade

GSS2		GRUPO 7 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
VOC	Média (D.P.)	7.1 (1.8)	7.5 (.9)	7.1 (1.8)	7.5 (.9)	7.3 (.9)	7.3 (1.9)	6.9 (.8)	7.7 (1.8)
	Teste Mann-Whitney	$U = 82, p > .05$		$U = 71.5, p > .05$		$U = 95.5, p > .05$		$U = 89, p > .05$	
SEM	Média (D.P.)	8.3 (1.5)	9.6 (2.7)	8.6 (1.9)	9.3 (2.5)	9.5 (2.7)	8.4 (1.6)	8.7 (2.7)	9.2 (1.8)
	Teste t	$t(28) = -1.58, p > .05$		$t(28) = -.89, p > .05$		$t(28) = 1.40, p > .05$		$t(28) = -.56, p > .05$	
ARIT	Média (D.P.)	8.2 (2)	9.8 (2.8)	8.3 (2.1)	9.7 (2.9)	9.1 (2.9)	8.9 (2.3)	9 (2.8)	9 (2.4)
	Teste t	$t(28) = -1.77, p > .05$		$t(28) = -1.45, p > .05$		$t(28) = .28, p > .05$		$t(28) = 0, p > .05$	
CG	Média (D.P.)	9.1 (2.6)	10.6 (2)	9.3 (2.3)	10.4 (2.1)	10.6 (2.2)	9.1 (2.1)	10.6 (2.1)	9.1 (2.2)
	Teste Mann-Whitney	$U = 70, p > .05$		$U = 82.5, p > .05$		$U = 66.5, p > .05$		$U = 67.5, p > .05$	
CUB	Média (D.P.)	9.3 (2.2)	9.5 (2.7)	9.4 (2.2)	9.3 (2.7)	9.6 (2.4)	9.1 (2.6)	9.8 (2.1)	8.9 (2.7)
	Teste t	$t(28) = -.22, p > .05$		$t(28) = .07, p > .05$		$t(28) = .52, p > .05$		$t(28) = .97, p > .05$	
COD	Média (D.P.)	9.7 (1.9)	11.1 (2.3)	9.7 (2.1)	11.1 (2.2)	10.8 (1.7)	10 (2.6)	10.7 (1.6)	10.1 (2.7)
	Teste t	$t(28) = -1.72, p > .05$		$t(28) = -1.72, p > .05$		$t(28) = 1, p > .05$		$t(28) = .83, p > .05$	
QCV	Média (D.P.)	87.6 (7.1)	93.8 (7.3)	88.2 (7.9)	93.2 (7)	93.3 (7.2)	88.1 (7.7)	90 (7.3)	91.4 (8.4)
	Teste Mann-Whitney	$U = 57.5, p > .05$		$U = 61.5, p > .05$		$U = 64, p > .05$		$U = 102.5, p > .05$	
QOP	Média (D.P.)	95.3 (11.3)	100.3 (11.2)	96.2 (11.3)	99.3 (11.5)	100.6 (9.4)	94.9 (12.6)	101.2 (9.8)	94.3 (12)
	Teste t	$t(28) = -1.22, p > .05$		$t(28) = -.75, p > .05$		$t(28) = 1.39, p > .05$		$t(28) = 1.72, p > .05$	
QET	Média (D.P.)	90.5 (7.2)	98.4 (7.5)	91.2 (7.8)	97.7 (7.7)	97.3 (7.5)	91.5 (8.29)	96 (8.1)	92.9 (8.4)
	Teste t	$t(28) = -2.95, p > .05$		$t(28) = -2.29, p > .05$		$t(28) = 2.02, p > .05$		$t(28) = 1.04, p > .05$	
MFAD	Média (D.P.)	1.3 (.5)	1.3 (.4)	1.4 (.5)	1.2 (.4)	1.3 (.4)	1.3 (.4)	1.3 (.5)	1.3 (.4)
	Teste Mann-Whitney	$U = 104.5, p > .05$		$U = 96, p > .05$		$U = 101.5, p > .05$		$U = 111, p > .05$	
MFAI	Média (D.P.)	.5 (.4)	.8 (.4)	.6 (.4)	.7 (.4)	.6 (.4)	.7 (.4)	.7 (.4)	.6 (.5)
	Teste Mann-Whitney	$U = 71, p > .05$		$U = 85.5, p > .05$		$U = 111.5, p > .05$		$U = 111, p > .05$	
MFAT	Média (D.P.)	1.8 (.8)	2.1 (.7)	1.9 (.8)	1.9 (.7)	1.9 (.7)	1.9 (.8)	1.9 (.7)	1.9 (.8)
	Teste t	$t(28) = -1.06, p > .05$		$t(28) = -.05, p > .05$		$t(28) = -.05, p > .05$		$t(28) = .15, p > .05$	
MVPD	Média (D.P.)	22.5 (1.8)	22.1 (2.9)	22.7 (1.7)	22 (2.9)	21.9 (2.8)	22.8 (1.9)	22.6 (2.4)	22.1 (2.4)
	Teste Mann-Whitney	$U = 112, p > .05$		$U = 106, p > .05$		$U = 91, p > .05$		$U = 98.5, p > .05$	
MVPI	Média (D.P.)	10.8 (3.4)	11.9 (5)	10.8 (3.6)	11.9 (4.9)	11.1 (4)	11.7 (4.6)	11.6 (4.3)	11.1 (4.3)
	Teste Mann-Whitney	$U = 104.5, p > .05$		$U = 102, p > .05$		$U = 104.5, p > .05$		$U = 104.5, p > .05$	
MVPT	Média (D.P.)	33.3 (3.9)	34.1 (6.9)	33.5 (4.3)	33.9 (6.7)	32.9 (5.5)	34.5 (5.6)	34.2 (5.1)	33.2 (6.1)
	Teste t	$t(28) = -.36, p > .05$		$t(28) = -.23, p > .05$		$t(28) = -.76, p > .05$		$t(28) = .49, p > .05$	
IMP	Média (D.P.)	27 (7)	26.6 (7.9)	25.3 (7.7)	28.3 (6.9)	25.7 (7.9)	27.9 (6.8)	25.9 (7.6)	27.7 (7.2)
	Teste t	$t(28) = .15, p > .05$		$t(28) = -1.09, p > .05$		$t(28) = -.84, p > .05$		$t(28) = -.64, p > .05$	

**Quadro 2.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestibilidade

GSS2		GRUPO 12 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
VOC	Média (D.P.)	9.7 (3.5)	8.9 (3.4)	9.8 (3.4)	8.7 (3.5)	9.5 (3.1)	9.1 (3.8)	9.4 (3.2)	9.1 (3.8)
	Teste t	t(28)= .63, p>.05		t(28)= .85, p>.05		t(28)= .311, p>.05		t(28)= .21, p>.05	
SEM	Média (D.P.)	11.9 (2.4)	11.8 (2.7)	11.9 (2.4)	11.8 (2.6)	11.7 (2.6)	12 (2.8)	11.5 (2.2)	12.1 (2.8)
	Teste t	t(28)= .07, p>.05		t(28)= .07, p>.05		t(28)= -.36, p>.05		t(28)= -.65, p>.05	
ARIT	Média (D.P.)	11.7 (3.7)	12.9 (2.9)	11.6 (3.7)	12.9 (2.8)	12.5 (3)	12.1 (3.7)	12.1 (3.7)	12.5 (3)
	Teste t	t(28)= -.99, p>.05		t(28)= -1.11, p>.05		t(28)= .33, p>.05		t(28)= -.33, p>.05	
CG	Média (D.P.)	10.9 (3.1)	11.3 (3.6)	11.3 (3.1)	10.8 (3.6)	11.1 (2.8)	11 (3.9)	10.8 (2.9)	11.3 (3.7)
	Teste Mann-Whitney	U= 100, p>.05		U= 102, p>.05		U= 108.5, p>.05		U= 96, p>.05	
CUB	Média (D.P.)	9.5 (4.4)	11.3 (2.8)	10 (4.3)	10.8 (3.2)	10.7 (3.9)	10.1 (3.7)	10.2 (4.2)	10.6 (3.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 87.5, p>.05		U= 103, p>.05		U= 102, p>.05		U= 112, p>.05	
COD	Média (D.P.)	11.9 (3.5)	12.2 (2.4)	11.5 (3.4)	12.7 (2.4)	12.3 (2.9)	11.8 (3.1)	12.3 (3.4)	11.8 (2.5)
	Teste t	t(28)= -.24, p>.05		t(28)= -1.12, p>.05		t(28)= .49, p>.05		t(28)= .49, p>.05	
QCV	Média (D.P.)	104.3 (14.4)	101.8 (14.9)	104.6 (14.4)	101.5 (14.9)	103.1 (12.4)	102.9 (16.7)	102.6 (12.5)	103.5 (16.6)
	Teste t	t(28)= .46, p>.05		t(28)= .59, p>.05		t(28)= .04, p>.05		t(28)= -.16, p>.05	
QOP	Média (D.P.)	101.2 (17.3)	107.3 (16.5)	103.9 (18.2)	104.6 (16.2)	105.3 (16.7)	103.2 (17.7)	102.9 (18.1)	105.5 (16.2)
	Teste t	t(28)= -.98, p>.05		t(28)= -.12, p>.05		t(28)= .33, p>.05		t(28)= -.42, p>.05	
QET	Média (D.P.)	106.6 (16.1)	109.6 (13.3)	107.3 (16.4)	108.9 (13.1)	109.1 (13.6)	107.1 (15.9)	107.5 (15.4)	108.7 (14.2)
	Teste t	t(28)= -.56, p>.05		t(28)= -.31, p>.05		t(28)= .38, p>.05		t(28)= -.23, p>.05	
MFAD	Média (D.P.)	1.9 (.3)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.3)	1.9 (.4)	1.8 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 102.5, p>.05		U= 104.5, p>.05		U= 90, p>.05		U= 104.5, p>.05	
MFAI	Média (D.P.)	1.4 (.4)	1.6 (.4)	1.4 (.5)	1.5 (.3)	1.5 (.5)	1.4 (.3)	1.4 (.5)	1.5 (.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 69, p>.05		U= 79.5, p>.05		U= 104.5, p>.05		U= 94.5, p>.05	
MFAT	Média (D.P.)	3.3 (.6)	3.5 (.7)	3.3 (.8)	3.4 (.5)	3.5 (.8)	3.3 (.5)	3.4 (.8)	3.4 (.5)
	Teste t	t(28)= -.71, p>.05		t(28)= -.38, p>.05		t(28)= .89, p>.05		t(28)= -.05, p>.05	
MVPD	Média (D.P.)	27.7 (3.5)	28.5 (2.5)	27.9 (3.6)	28.3 (2.4)	28.1 (3.7)	28.2 (2.3)	27.9 (3.6)	28.3 (2.4)
	Teste t	t(28)= -.72, p>.05		t(28)= -.36, p>.05		t(28)= -.12, p>.05		t(28)= -.36, p>.05	
MVPI	Média (D.P.)	27.7 (3.5)	28.5 (2.5)	20.1 (3.3)	21.3 (3.9)	20.1 (3.5)	21.3 (3.8)	20.5 (3.8)	20.9 (3.5)
	Teste t	t(28)= -1.06, p>.05		t(28)= -.86, p>.05		t(28)= -.86, p>.05		t(28)= -.35, p>.05	
MVPT	Média (D.P.)	47.7 (6.4)	49.9 (4.2)	48.1 (6.2)	49.6 (4.7)	48.2 (6.4)	49.5 (4.5)	48.4 (6.7)	49.3 (4.1)
	Teste t	t(28)= -1.11, p>.05		t(28)= -.76, p>.05		t(28)= -.63, p>.05		t(28)= -.43, p>.05	
IMP	Média (D.P.)	13.5 (9.7)	13.8 (7.7)	13.2 (8.7)	14.1 (8.8)	12.6 (9.1)	14.7 (8.3)	12.9 (9)	14.4 (8.5)
	Teste t	t(28)= -.10, p>.05		t(28)= -.27, p>.05		t(28)= -.65, p>.05		t(28)= -.48, p>.05	

**Quadro 3.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade

VSSC		GRUPO 7 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
VOC	Média (D.P.)	7.2 (2)	9.6 (2)	8.1 (1.9)	8.7 (2.7)	8.9 (2.2)	7.9 (2.4)	7.5 (2)	9.3 (2.3)
	Teste t	$t(28) = -3.26, p < .01$		$t(24,725) = -.78, p > .05$		$t(28) = 1.27, p > .05$		$t(28) = -2.36, p > .05$	
SEM	Média (D.P.)	8.6 (2.9)	10.9 (2.2)	9.2 (2.8)	10.3 (2.7)	9.5 (3.2)	9.9 (2.3)	8.5 (2.7)	11 (2.2)
	Teste Mann-Whitney	$U = 64, p > .05$		$U = 88, p > .05$		$U = 99, p > .05$		$U = 59.5, p > .05$	
ARIT	Média (D.P.)	8.3 (2.1)	10.2 (2.8)	8.9 (1.9)	9.7 (3.1)	9.6 (2.6)	8.9 (2.6)	8.5 (1.9)	10.1 (2.9)
	Teste Mann-Whitney	$U = 65.5, p > .05$		$U = 103.5, p > .05$		$U = 93, p > .05$		$U = 76.5, p > .05$	
CG	Média (D.P.)	8.8 (3)	9.5 (2.6)	8.9 (3.1)	9.4 (2.6)	9.9 (3.1)	8.4 (2.3)	8.9 (3.1)	9.4 (2.6)
	Teste t	$t(28) = -.65, p > .05$		$t(28) = -.52, p > .05$		$t(28) = 1.47, p > .05$		$t(28) = -.52, p > .05$	
CUB	Média (D.P.)	7.6 (1.8)	9.3 (2.4)	8.3 (1.7)	8.6 (2.8)	8.5 (2.3)	8.3 (2.3)	7.6 (1.7)	9.3 (2.5)
	Teste Mann-Whitney	$U = 71, p > .05$		$U = 112, p > .05$		$U = 98, p > .05$		$U = 73.5, p > .05$	
COD	Média (D.P.)	10 (2.4)	11.5 (3)	10.5 (2.3)	10.9 (3.3)	10.6 (2.3)	10.9 (3.3)	10.1 (2.7)	11.3 (2.8)
	Teste t	$t(28) = -1.47, p > .05$		$t(28) = -.39, p > .05$		$t(28) = -.26, p > .05$		$t(28) = -1.19, p > .05$	
QCV	Média (D.P.)	88.5 (10.8)	101.3 (8.2)	92.5 (10.2)	97.3 (12.4)	95.9 (12.9)	93.9 (9.9)	88.9 (10.3)	100.9 (9.3)
	Teste t	$t(28) = -3.65, p \leq .001$		$t(28) = -1.14, p > .05$		$t(28) = .46, p > .05$		$t(28) = -3.32, p < .01$	
QOP	Média (D.P.)	89.7 (11.5)	96.5 (12.6)	91.8 (11.4)	94.3 (13.5)	95.5 (13.6)	90.7 (10.8)	89.9 (12.1)	96.3 (12.1)
	Teste t	$t(28) = -1.55, p > .05$		$t(28) = -.56, p > .05$		$t(28) = 1.07, p > .05$		$t(28) = -1.45, p > .05$	
QET	Média (D.P.)	89 (10.8)	100.9 (10.6)	92.8 (9.1)	97.1 (14.6)	96.5 (12.2)	93.4 (12.3)	89.6 (10.8)	100.3 (11.3)
	Teste t	$t(28) = -3.05, p > .05$		$t(28) = -.98, p > .05$		$t(28) = .70, p > .05$		$t(28) = -2.66, p > .05$	
MFAD	Média (D.P.)	1.3 (.5)	1.3 (.3)	1.4 (.5)	1.3 (.3)	1.4 (.4)	1.3 (.4)	1.4 (.5)	1.3 (.3)
	Teste Mann-Whitney	$U = 101, p > .05$		$U = 108, p > .05$		$U = 98, p > .05$		$U = 108, p > .05$	
MFAI	Média (D.P.)	.8 (.4)	.7 (.4)	.8 (.4)	.7 (.4)	.6 (.3)	.9 (.4)	.7 (.4)	.8 (.4)
	Teste Mann-Whitney	$U = 95.5, p > .05$		$U = 92, p > .05$		$U = 59.5, p > .05$		$U = 104.5, p > .05$	
MFAT	Média (D.P.)	2.1 (.7)	2 (.6)	2.2 (.6)	1.9 (.6)	1.9 (.5)	2.2 (.7)	2.1 (.6)	2.1 (.6)
	Teste t	$t(28) = .42, p > .05$		$t(28) = .97, p > .05$		$t(28) = -1.10, p > .05$		$t(28) = .12, p > .05$	
MVPD	Média (D.P.)	22.7 (2.5)	22.6 (3.4)	22.1 (2.8)	23.2 (3)	21.9 (2.6)	23.3 (3.2)	22.6 (2.7)	22.7 (3.3)
	Teste Mann-Whitney	$U = 106, p > .05$		$U = 96, p > .05$		$U = 89, p > .05$		$U = 102, p > .05$	
MVPI	Média (D.P.)	9.9 (3.7)	12.5 (3.5)	10.9 (11.5)	3.9 (3.7)	10.9 (4.5)	11.5 (3)	10.3 (4.2)	12.1 (3.2)
	Teste t	$t(28) = -2.03, p > .05$		$t(28) = -.48, p > .05$		$t(28) = -.48, p > .05$		$t(28) = -1.37, p > .05$	
MVPT	Média (D.P.)	32.5 (5.2)	35.1 (5.5)	32.9 (5.9)	34.7 (4.9)	32.8 (5.6)	34.9 (5.2)	32.9 (5.6)	34.8 (5.2)
	Teste t	$t(28) = -1.34, p > .05$		$t(28) = -.91, p > .05$		$t(28) = -1.05, p > .05$		$t(28) = -.98, p > .05$	
IMP	Média (D.P.)	30.3 (8)	30.2 (6.2)	30.6 (8.2)	29.9 (5.9)	28.4 (8.5)	32.1 (4.7)	30 (8.2)	30.5 (5.9)
	Teste Mann-Whitney	$U = 102.5, p > .05$		$U = 111.5, p > .05$		$U = 56, p > .05$		$U = 94.5, p > .05$	

**Quadro 4.** Análise do desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade

VSSC		GRUPO 12 ANOS							
		SUB1		SUB2		MUD		SUGT	
		Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15	Muito N=15	Pouco N=15
VOC	Média (D.P.)	7.2 (2.8)	7.3 (2.9)	7.7 (2.8)	6.9 (2.9)	7.8 (2.9)	6.7 (2.8)	7.8 (2.9)	6.7 (2.8)
	Teste t	t(28)= -.13, p>.05		t(28)= .77, p>.05		t(28)= 1.03, p>.05		t(28)= 1.03, p>.05	
SEM	Média (D.P.)	9 (2.4)	9.2 (3.3)	9.3 (2.3)	8.9 (2.5)	9.5 (2.9)	8.7 (2.8)	9.5 (2.9)	8.7 (2.8)
	Teste t	t(28)= -.19, p>.05		t(28)= .32, p>.05		t(28)= .83, p>.05		t(28)= .83, p>.05	
ARIT	Média (D.P.)	10 (2.9)	11.7 (2.8)	10.7 (3.1)	11 (2.9)	10.7 (3.4)	11 (2.6)	10.8 (3.3)	10.9 (2.7)
	Teste t	t(28)= -1.58, p>.05		t(28)= -.30, p>.05		t(28)= -.30, p>.05		t(28)= -.06, p>.05	
CG	Média (D.P.)	11.1 (2.4)	10.1 (2.4)	11.5 (2.5)	9.8 (1.9)	11.4 (2.7)	9.9 (1.7)	11.1 (2.8)	10.1 (1.8)
	Teste t	t(28)= 1.16, p>.05		t(28)= 2.03, p>.05		t(28)= 1.84, p>.05		t(28)= 1.16, p>.05	
CUB	Média (D.P.)	9.1 (2.9)	10 (2.9)	9.1 (2.6)	9.9 (3.3)	8.7 (2.5)	10.4 (3.2)	9.1 (2.8)	10 (3.1)
	Teste t	t(28)= -.87, p>.05		t(28)= -.74, p>.05		t(28)= -1.67, p>.05		t(28)= -.87, p>.05	
COD	Média (D.P.)	10.8 (2.3)	11 (2.3)	11 (2.3)	10.8 (2.3)	10.7 (2.4)	11.1 (2.2)	10.3 (1.9)	11.5 (2.4)
	Teste t	t(28)= -.24, p>.05		t(28)= .24, p>.05		t(28)= -.39, p>.05		t(28)= -1.57, p>.05	
QCV	Média (D.P.)	89.7 (13)	90.7 (15.2)	91.7 (14.9)	88.7 (13.1)	92.8 (13.9)	87.5 (13.9)	92.8 (13.9)	87.5 (13.9)
	Teste t	t(28)= -.19, p>.05		t(28)= .58, p>.05		t(28)= 1.04, p>.05		t(28)= 1.04, p>.05	
QOP	Média (D.P.)	100.7 (12.2)	100.5 (13.3)	101.9 (11.5)	99.3 (13.8)	100.4 (13.4)	100.8 (12.1)	100.8 (13.6)	100.4 (11.9)
	Teste t	t(28)= .06, p>.05		t(28)= .58, p>.05		t(28)= -.09, p>.05		t(28)= -.09, p>.05	
QET	Média (D.P.)	96.7 (10.7)	99.3 (12.6)	99.1 (10.7)	96.9 (12.7)	98.6 (10.9)	97.4 (12.6)	98.4 (10.8)	97.6 (12.7)
	Teste t	t(28)= .19, p>.05		t(28)= -.94, p>.05		t(28)= -.81, p>.05		t(28)= -2.05, p>.05	
MFAD	Média (D.P.)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.4)	1.9 (.4)
	Teste Mann-Whitney	U= 99, p>.05		U= 112.5, p>.05		U= 107, p>.05		U= 108, p>.05	
MFAI	Média (D.P.)	1.3 (.3)	1.3 (.4)	1.4 (.4)	1.2 (.2)	1.4 (.4)	1.3 (.2)	1.4 (.4)	1.3 (.3)
	Teste Mann-Whitney	U= 107, p>.05		U= 85.5, p>.05		U= 104, p>.05		U= 94, p>.05	
MFAT	Média (D.P.)	3.2 (.6)	3.3 (.6)	3.3 (.6)	3.1 (.6)	3.3 (.7)	3.2 (.5)	3.3 (.6)	3.2 (.6)
	Teste t	t(28)= -.46, p>.05		t(28)= .90, p>.05		t(28)= .34, p>.05		t(28)= .78, p>.05	
MVPD	Média (D.P.)	28.5 (4.8)	29.8 (5.3)	30.5 (5.4)	27.8 (4.4)	29.3 (4.8)	29.1 (5.4)	29.5 (4.7)	28.8 (5.5)
	Teste t	t(28)= -.68, p>.05		t(28)= 1.52, p>.05		t(28)= .11, p>.05		t(28)= .39, p>.05	
MVPI	Média (D.P.)	21.6 (6.4)	21.7 (3.5)	22.2 (6.1)	21.1 (3.9)	20.3 (4.9)	23 (4.9)	20.7 (5)	22.5 (5.1)
	Teste t	t(28)= -.04, p>.05		t(28)= .61, p>.05		t(28)= -1.51, p>.05		t(28)= -.97, p>.05	
MVPT	Média (D.P.)	50.1 (10.7)	51.5 (7.6)	52.7 (10.5)	48.9 (7.3)	49.5 (8.6)	52.1 (9.8)	50.3 (8.6)	51.3 (9.9)
	Teste t	t(28)= -.39, p>.05		t(28)= 1.17, p>.05		t(28)= -.75, p>.05		t(28)= -.32, p>.05	
IMP	Média (D.P.)	22.3 (10.6)	13.7 (9.3)	20.1 (12.1)	15.9 (9.1)	20.9 (11.9)	15 (8.8)	22.1 (11.9)	13.9 (7.6)
	Teste Mann-Whitney	U= 57.5, p>.05		U= 94.5, p>.05		U= 81.5, p>.05		U= 72.5, p>.05	

**Quadro 5.** Análise de Regressão Linear [variável dependente: sugestionabilidade total (GSS2, 7ANOS) / variáveis predictoras: Quociente de Compreensão Verbal, Amplitude Total da Memória Fonológica, Pontuação Total na Memória Visuo-espacial e Impulsividade

GSS2 7ANOS SUGT	R <sup>2</sup>	F	$\beta$	t
QCV	.16	$F(4, 25) = 1.21, p > .05$	-.01	$t(25) = -.11, p > .05$
MFAT			-1.03	$t(25) = -.95, p > .05$
MVPT			-.05	$t(25) = -.34, p > .05$
IMP			-.20	$t(25) = -1.95, p > .05$

**Quadro 6.** Análise de Regressão Linear [variável dependente: sugestionabilidade total (GSS2, 12ANOS) / variáveis predictoras: Quociente de Compreensão Verbal, Amplitude Total da Memória Fonológica, Pontuação Total na Memória Visuo-espacial e Impulsividade

GSS2 12ANOS SUGT	R <sup>2</sup>	F	$\beta$	t
QCV	.05	$F(4, 25) = .30, p > .05$	-.20	$t(25) = -.95, p > .05$
MFAT			.05	$t(25) = .25, p > .05$
MVPT			-.08	$t(25) = -.35, p > .05$
IMP			-.15	$t(25) = -.72, p > .05$

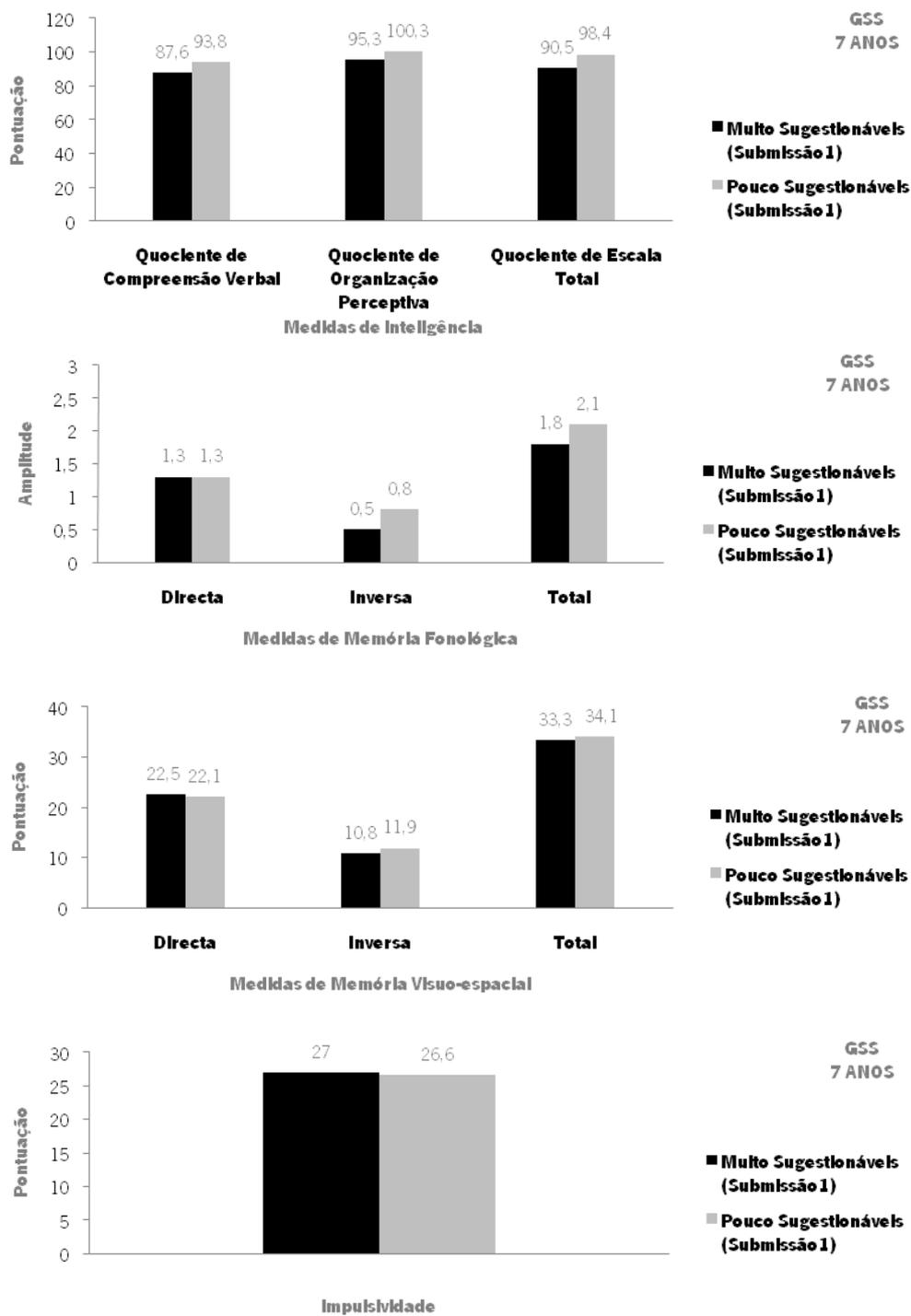
**Quadro 7.** Análise de Regressão Linear [variável dependente: sugestionabilidade total (VSSC, 7ANOS) / variáveis predictoras: Quociente de Compreensão Verbal, Amplitude Total da Memória Fonológica, Pontuação Total na Memória Visuo-espacial e Impulsividade

VSSC 7ANOS SUGT	R <sup>2</sup>	F	$\beta$	t
QCV	.31	$F(4, 25) = 2.78, p \leq .05$	-.52	$t(25) = -2.87, p < .01$
MFAT			.23	$t(25) = 1.21, p > .05$
MVPT			-.32	$t(25) = -1.78, p > .05$
IMP			-.16	$t(25) = -.94, p > .05$

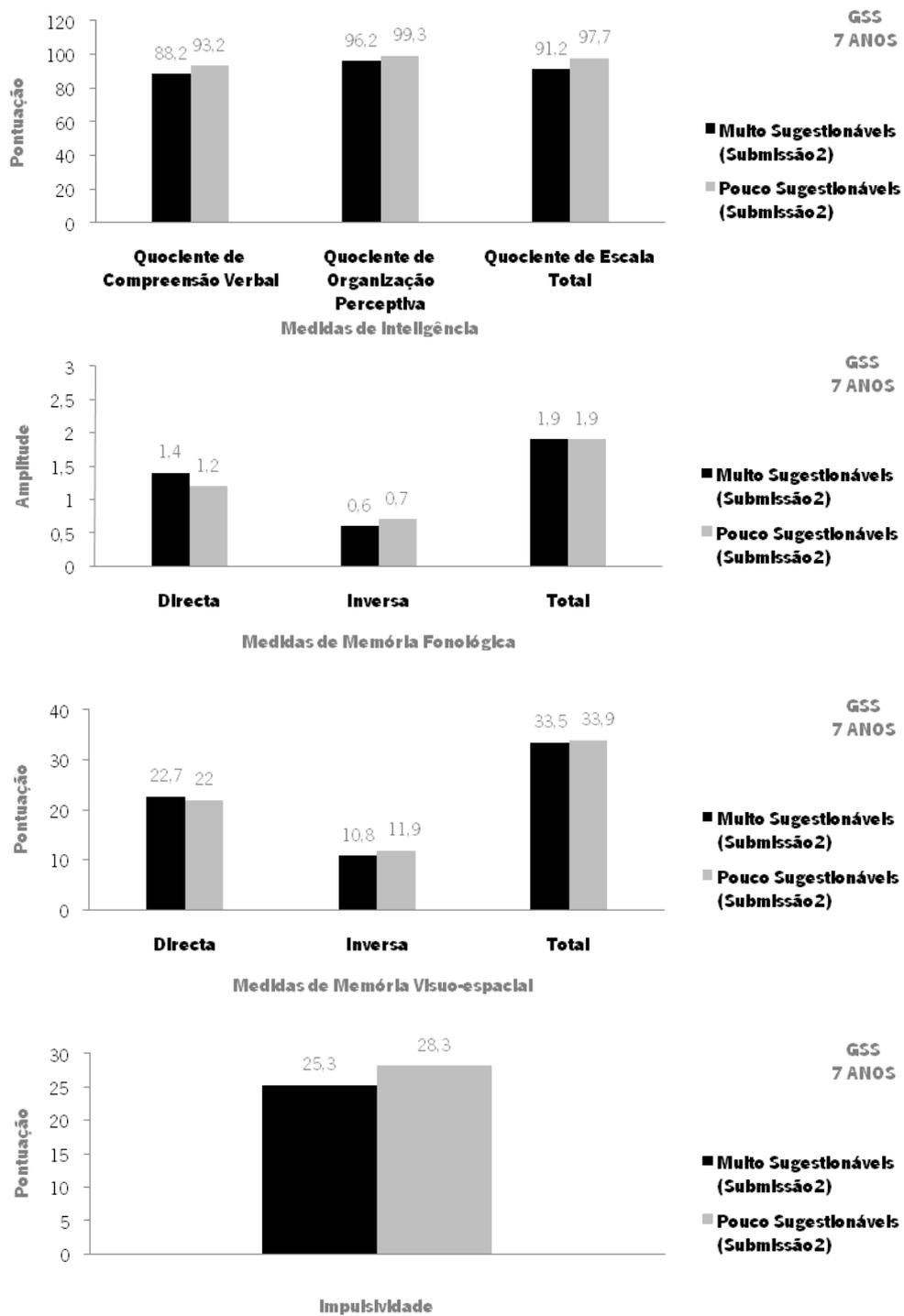
**Quadro 8.** Análise de Regressão Linear [variável dependente: sugestionabilidade total (VSSC, 12ANOS) / variáveis predictoras: Quociente de Compreensão Verbal, Amplitude Total da Memória Fonológica, Pontuação Total na Memória Visuo-espacial e Impulsividade

VSSC 12ANOS SUGT	R <sup>2</sup>	F	$\beta$	t
QCV	.18	$F(4, 25) = 1.41, p > .05$	.19	$t(25) = .98, p > .05$
MFAT			-.11	$t(25) = -.56, p > .05$
MVPT			.17	$t(25) = .81, p > .05$
IMP			.46	$t(25) = 2.35, p < .01$

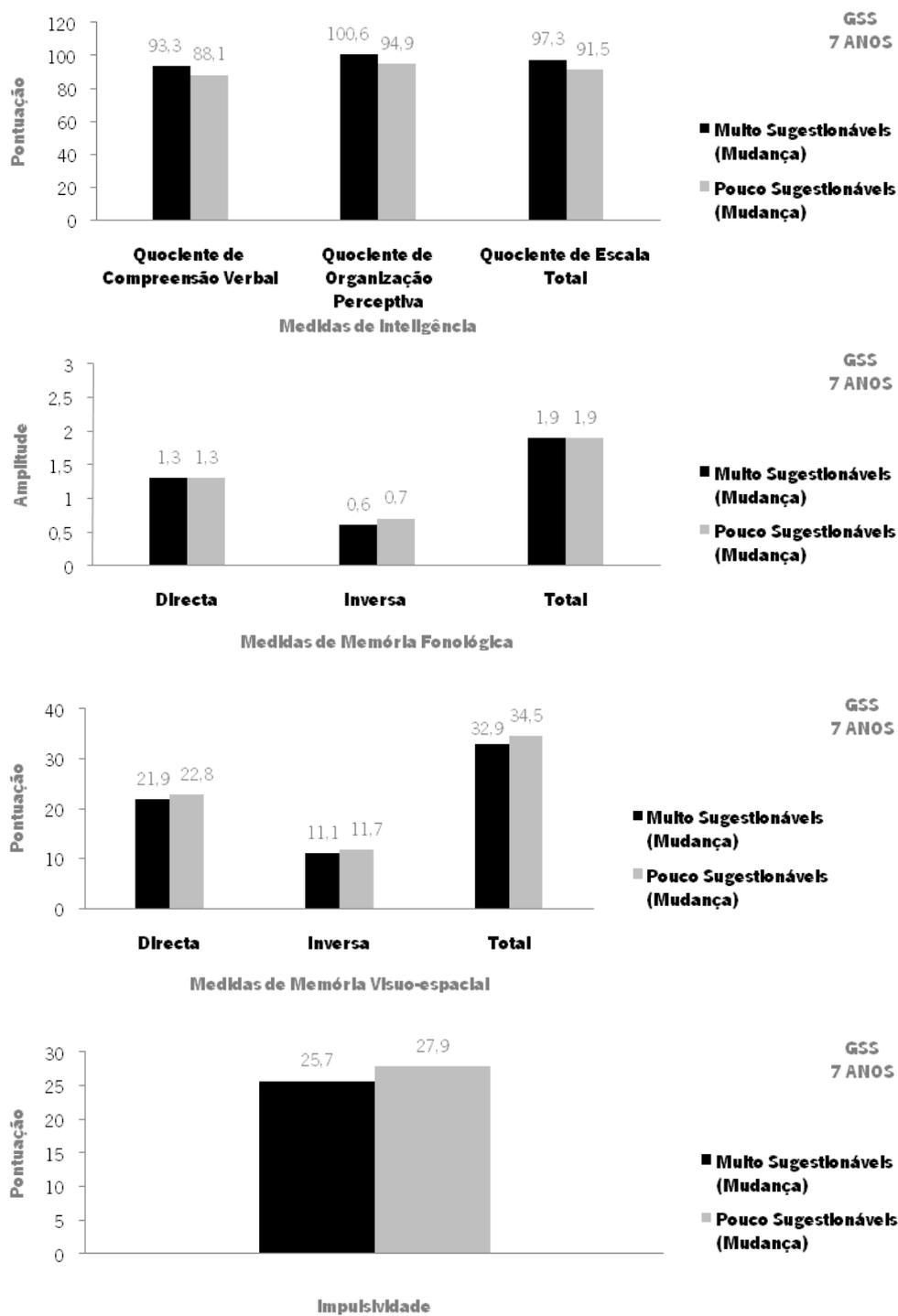




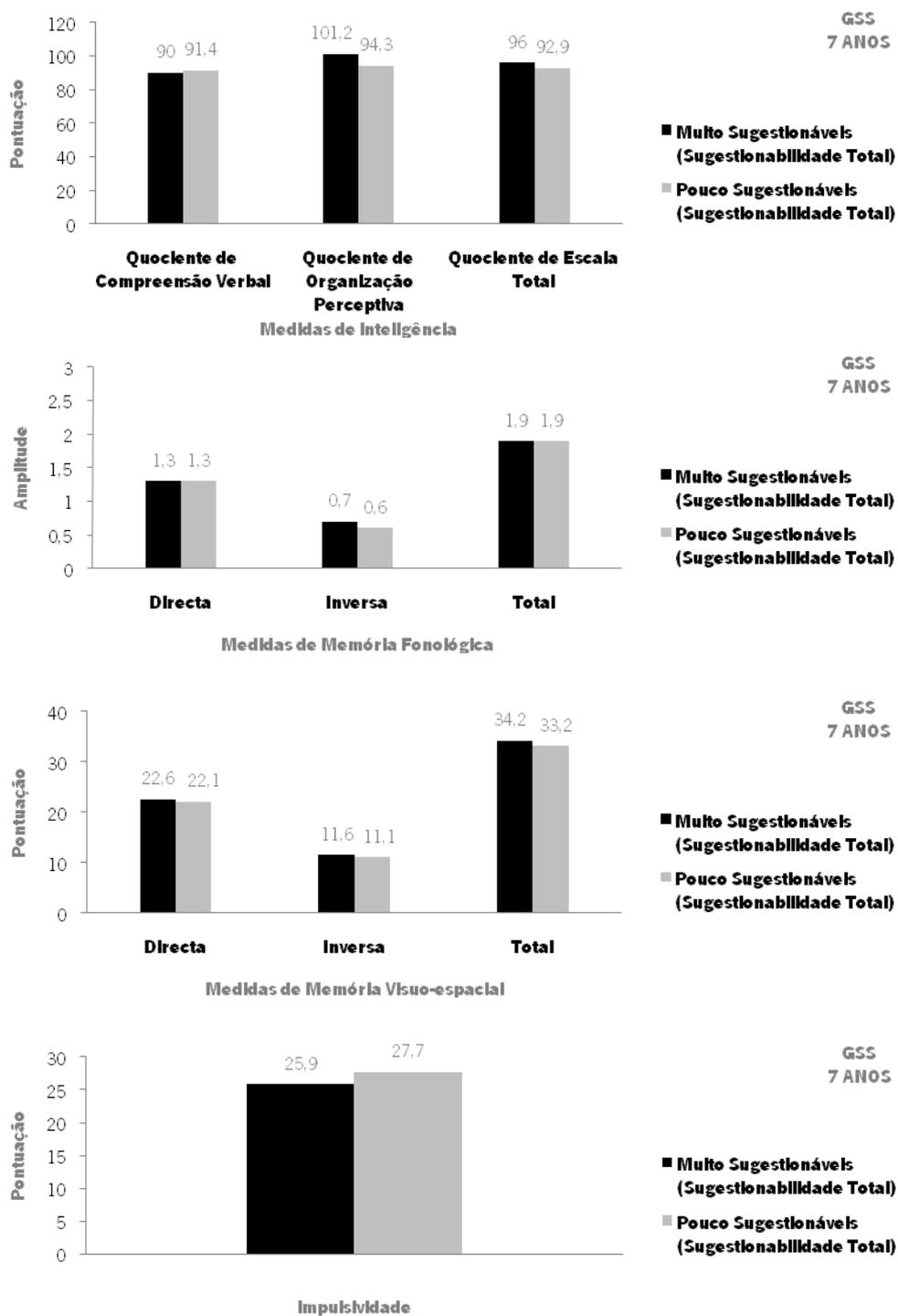
**Figura 1.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão 1)



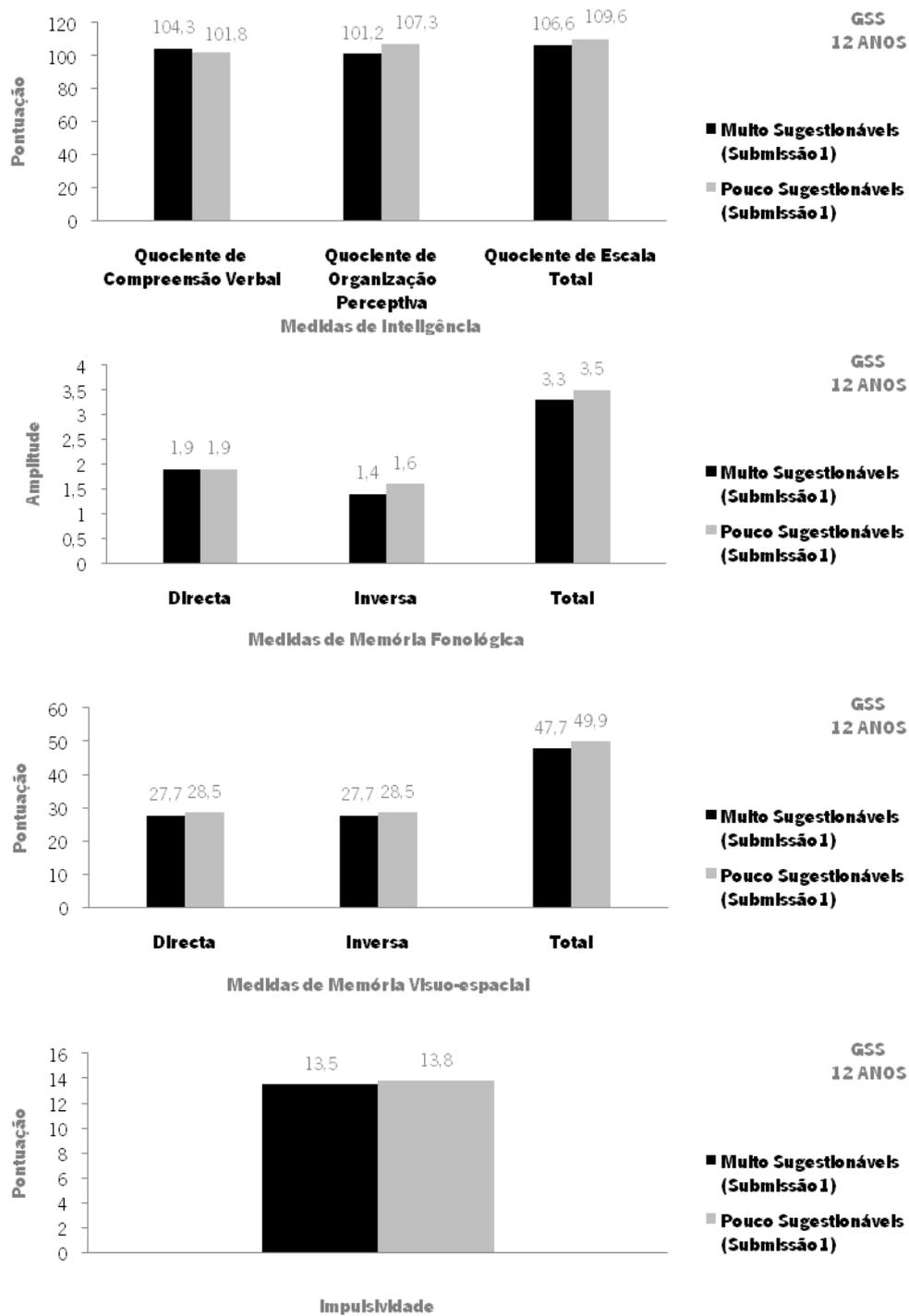
**Figura 2.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão2)



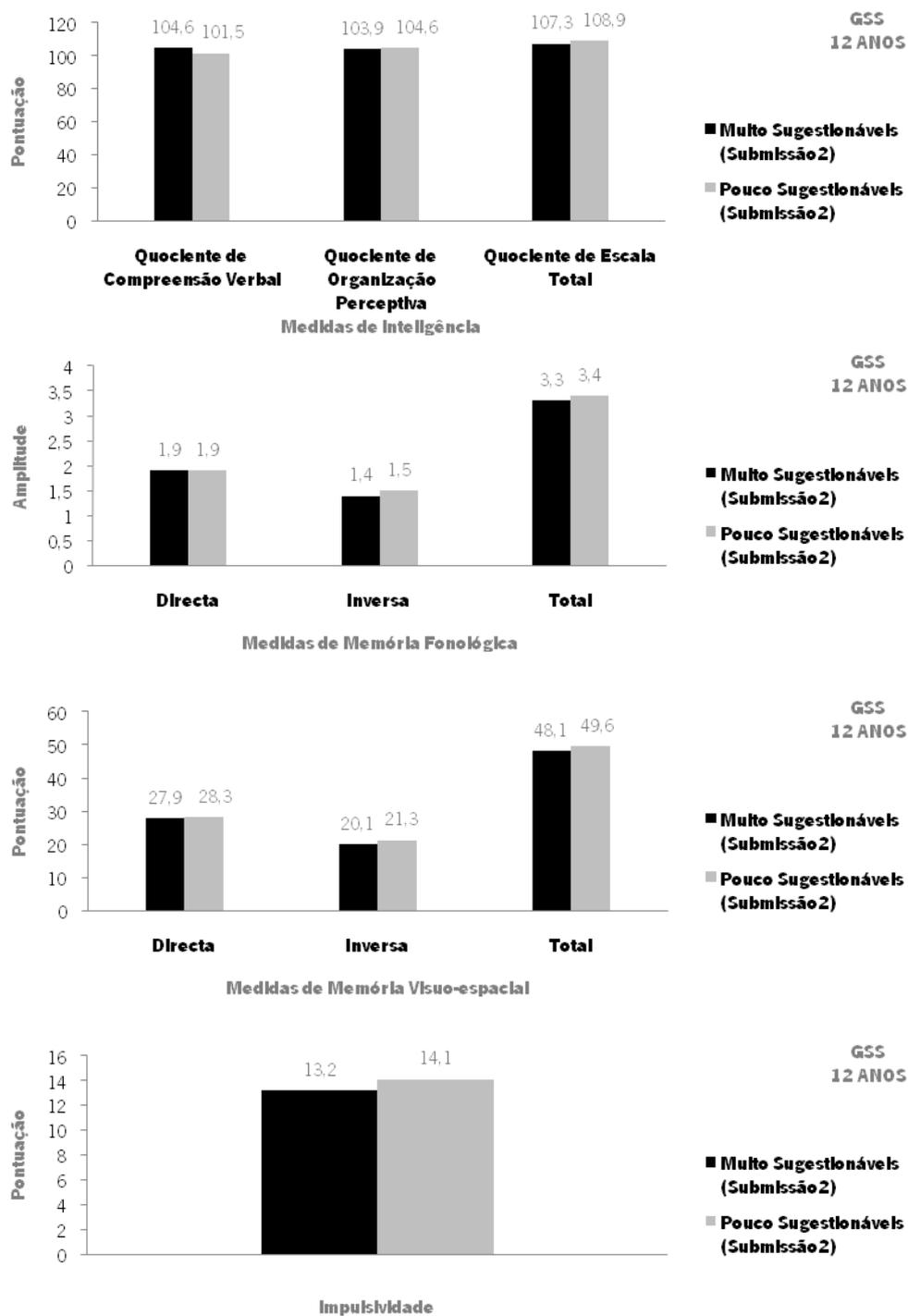
**Figura 3.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança)



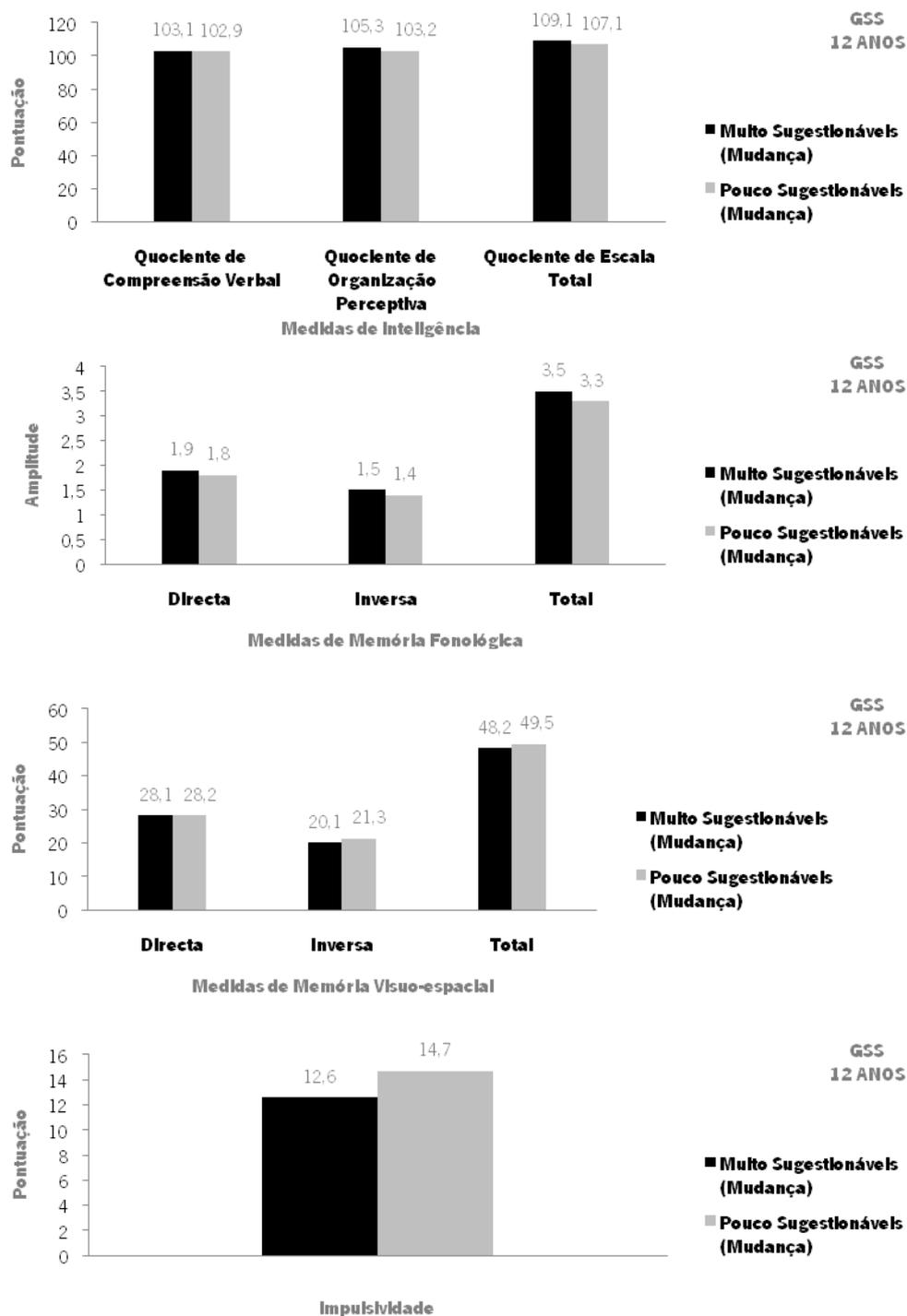
**Figura 4.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total)



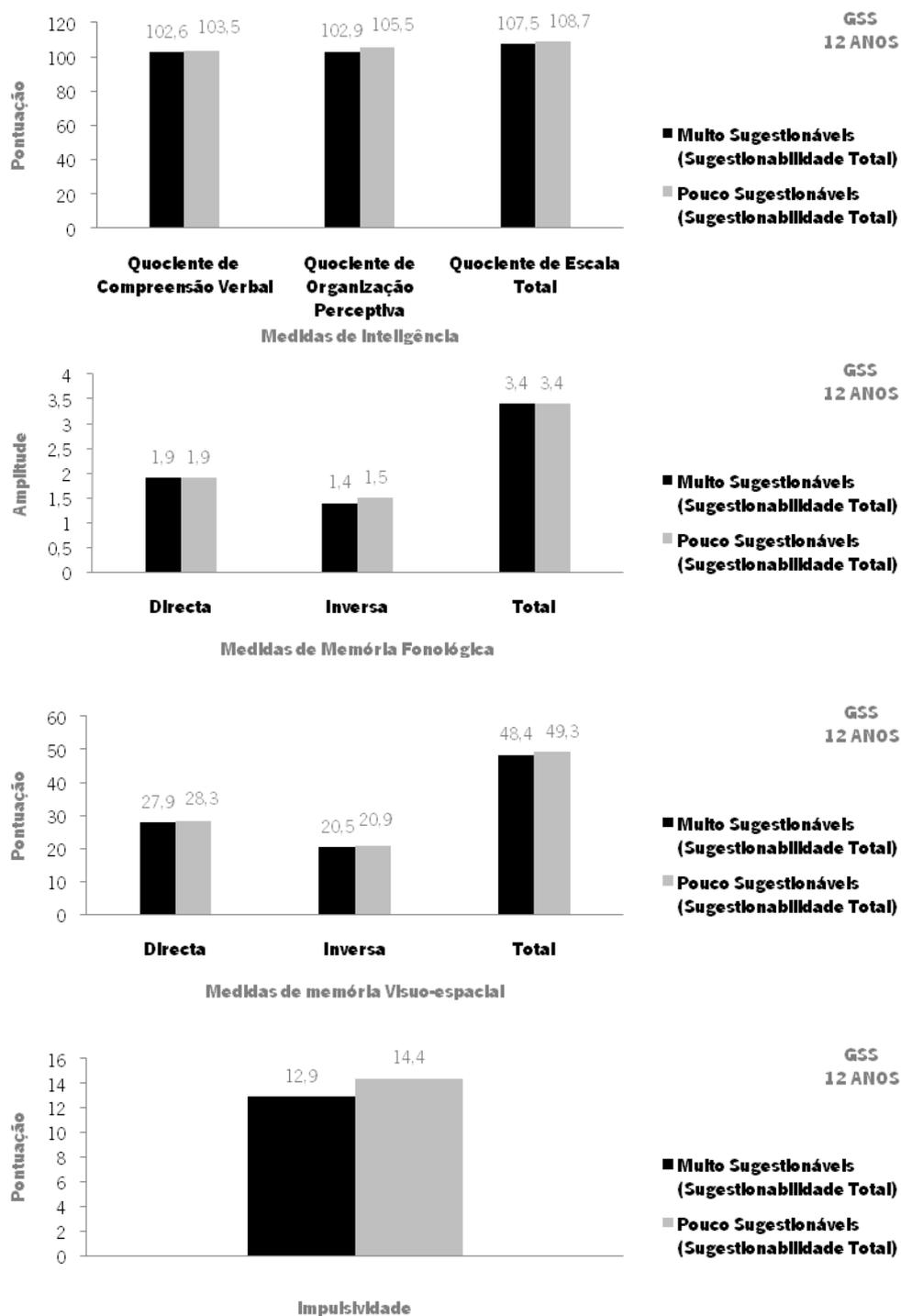
**Figura 5.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão 1)



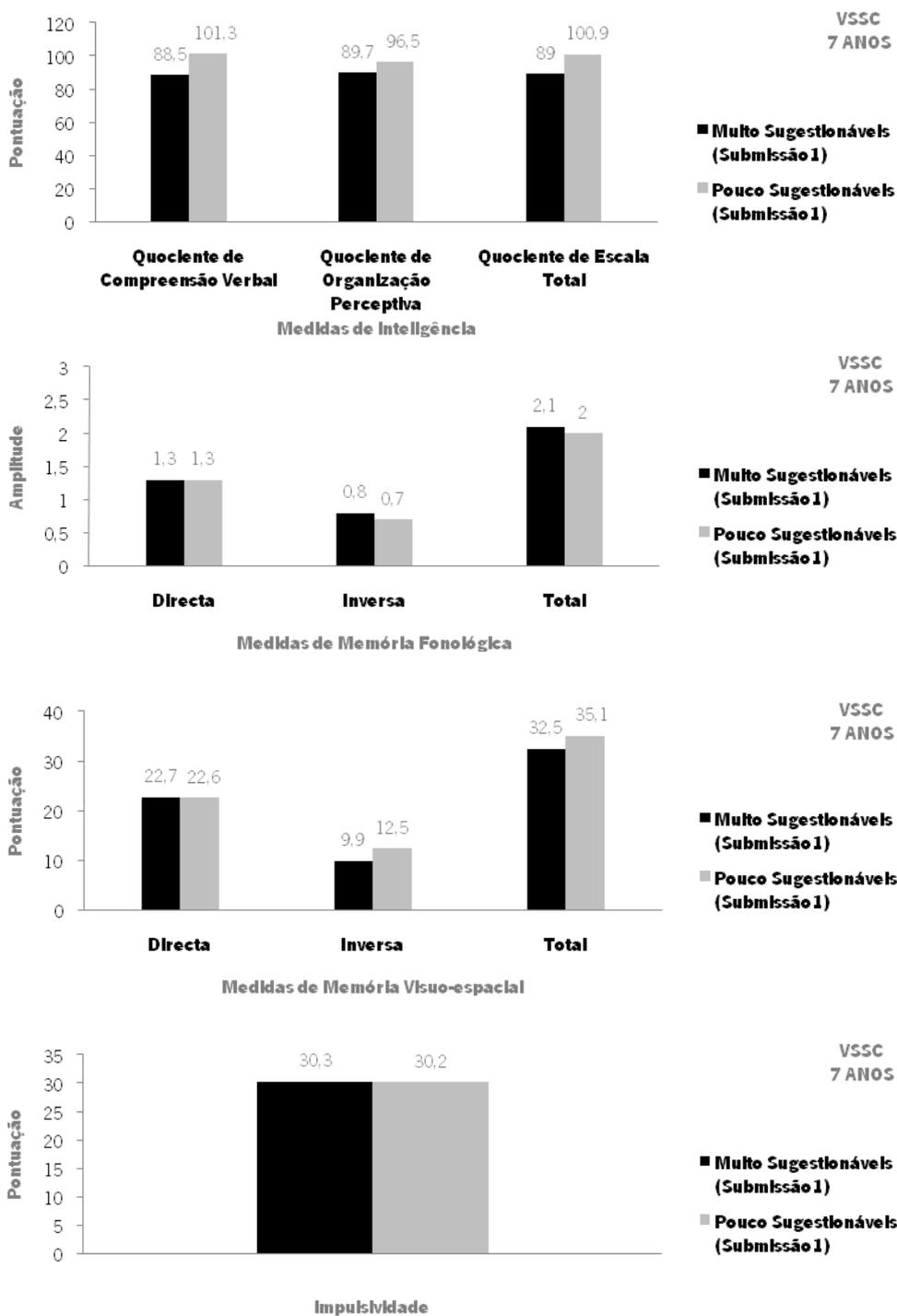
**Figura 6.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão2)



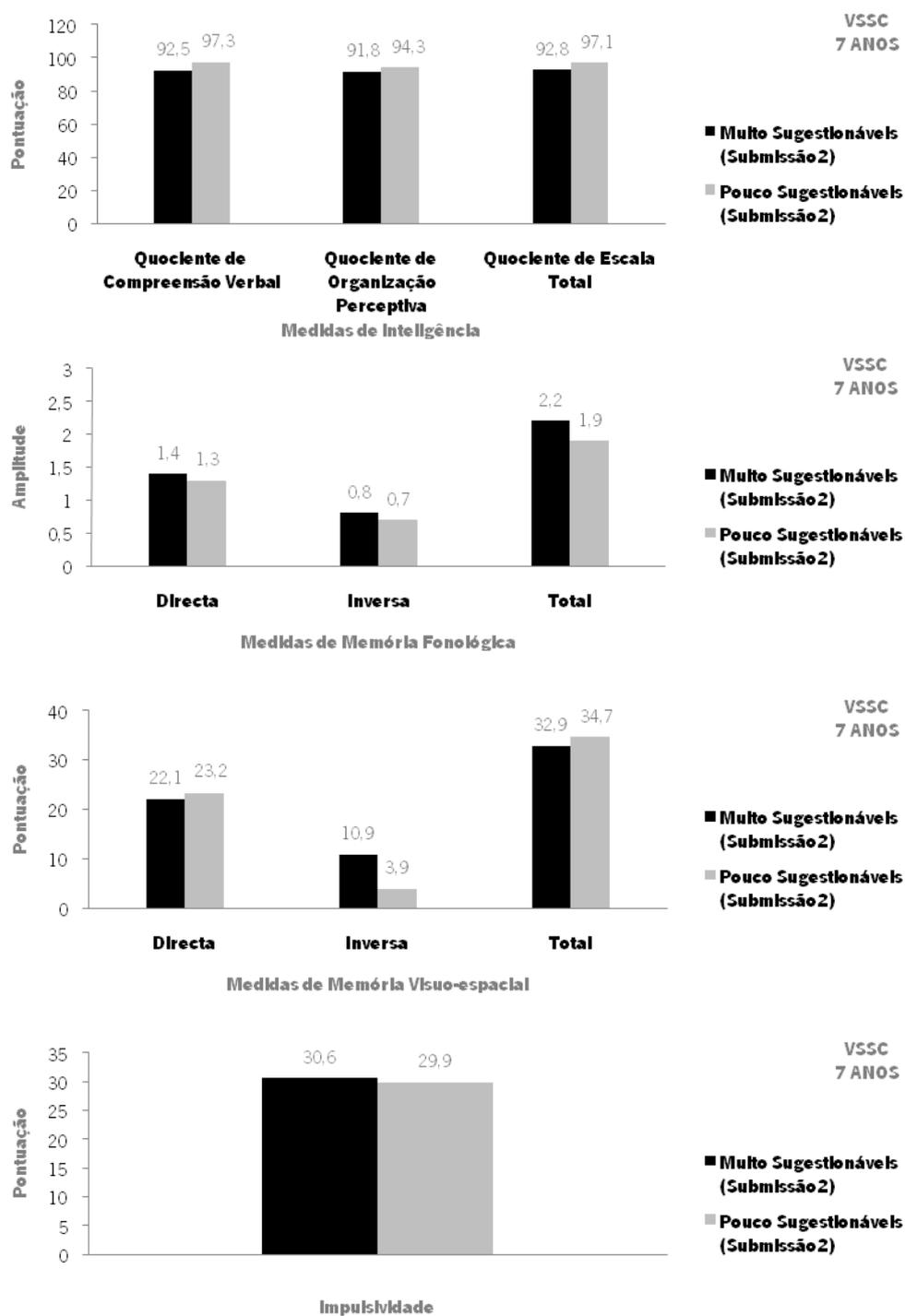
**Figura 7.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança)



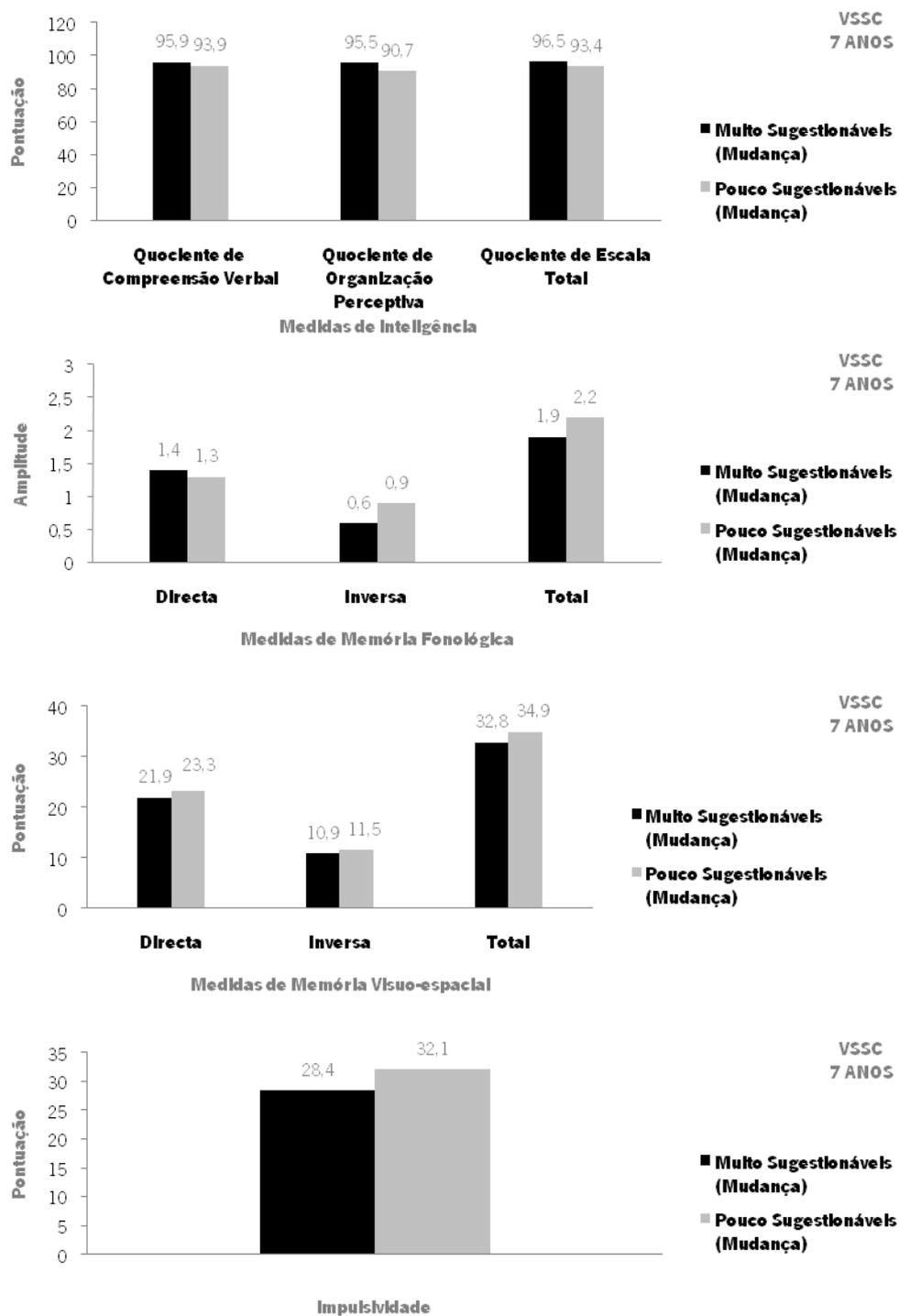
**Figura 8.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas GSS2), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total)



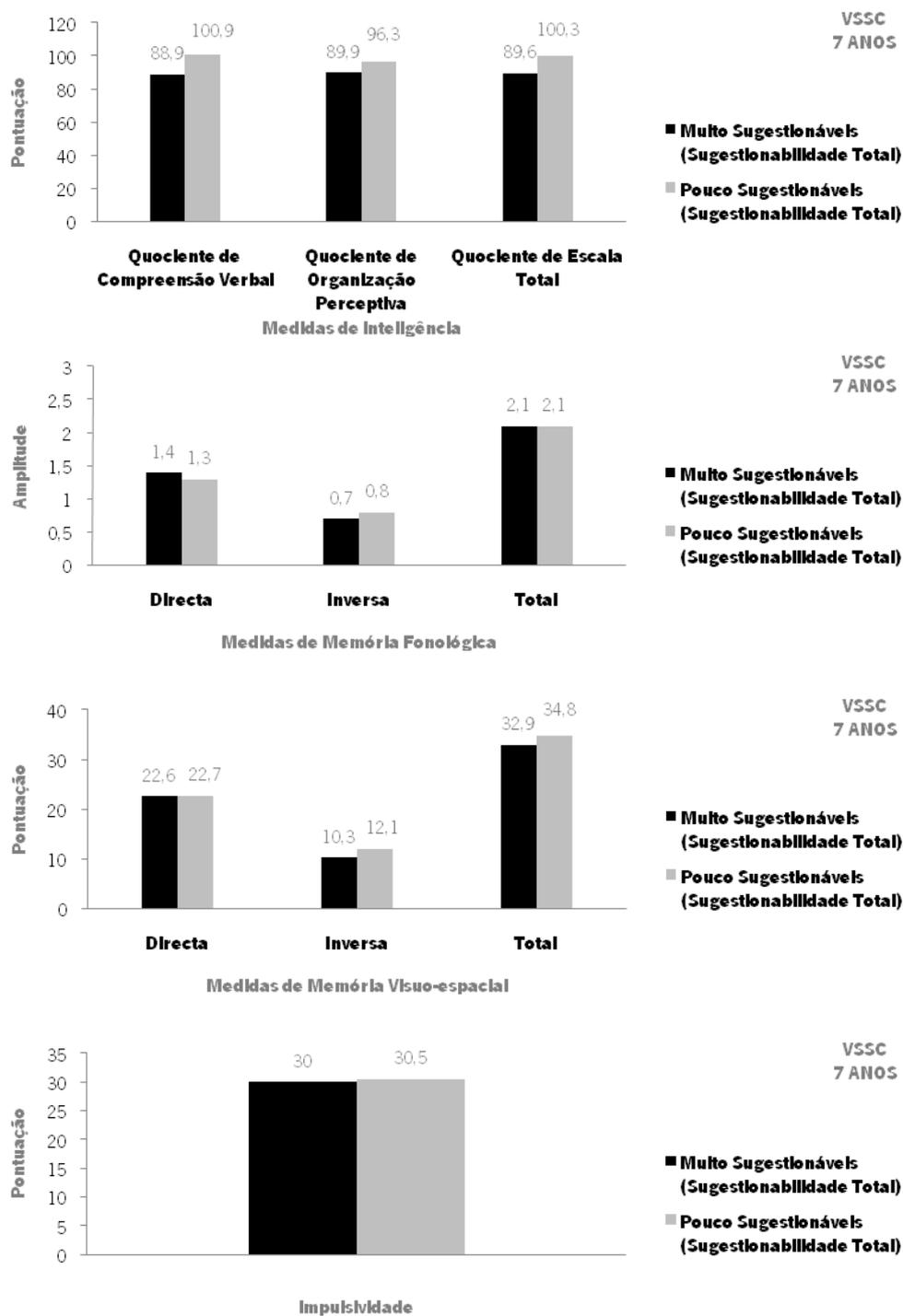
**Figura 9.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão 1)



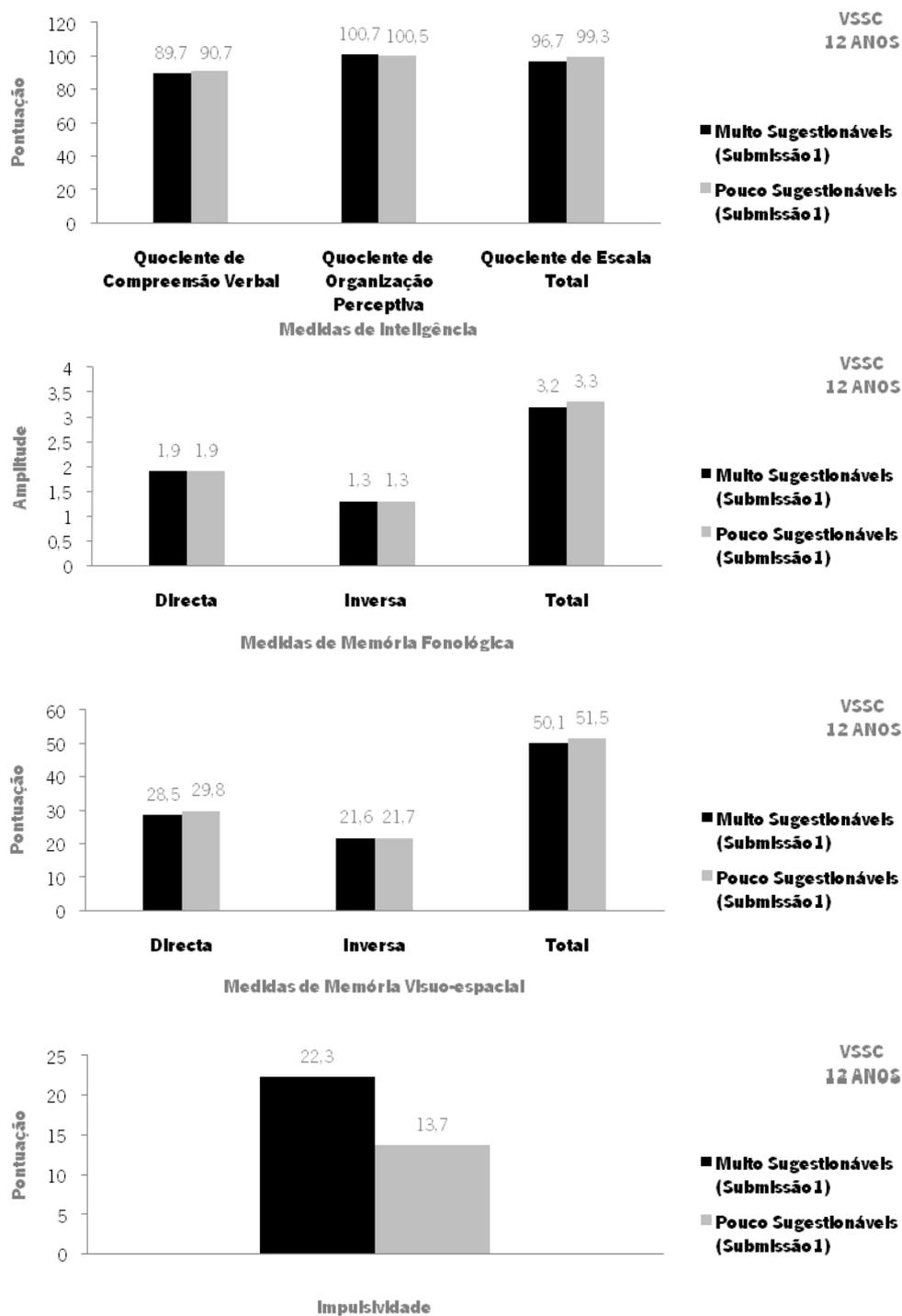
**Figura 10.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão 2)



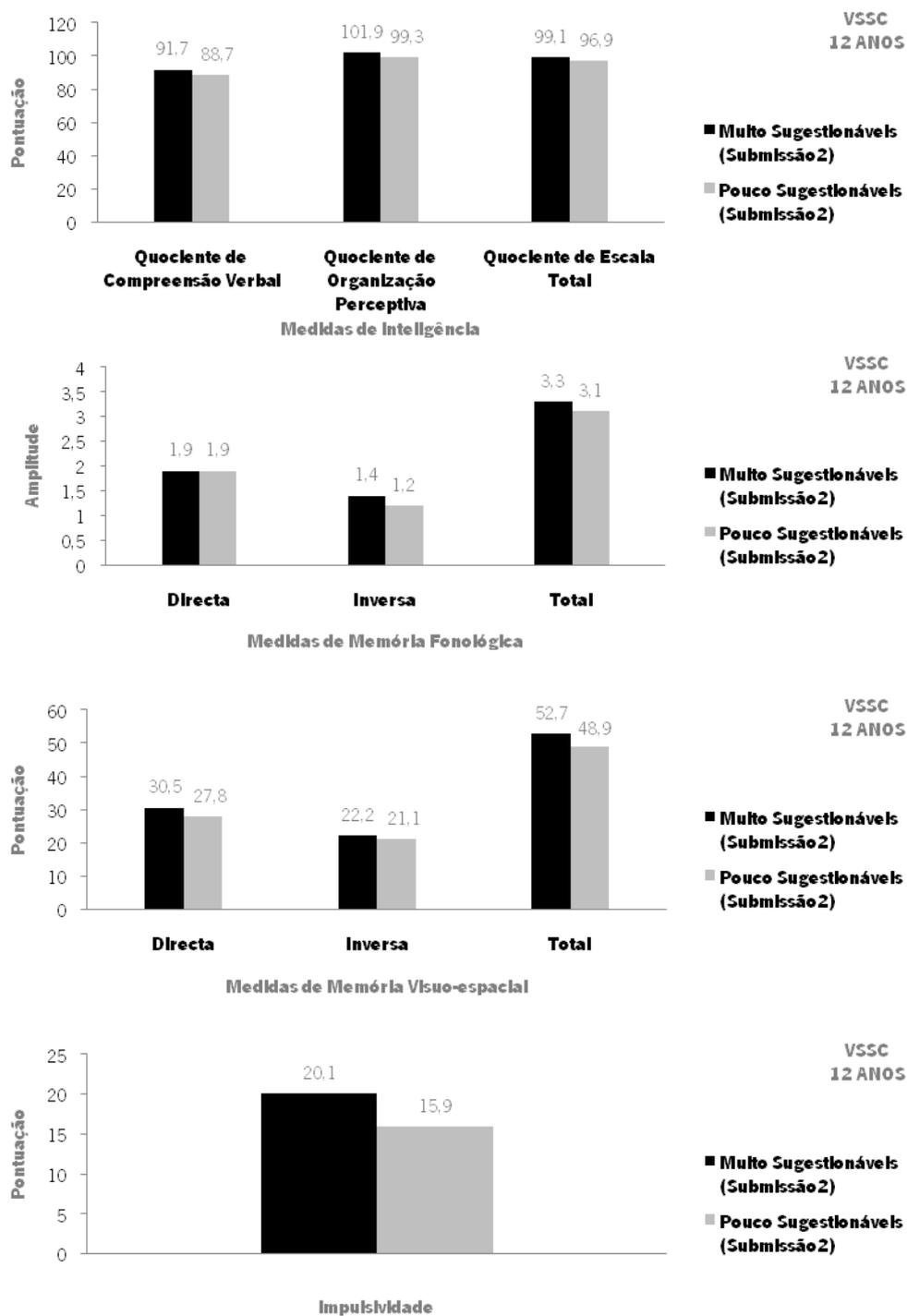
**Figura 11.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança)



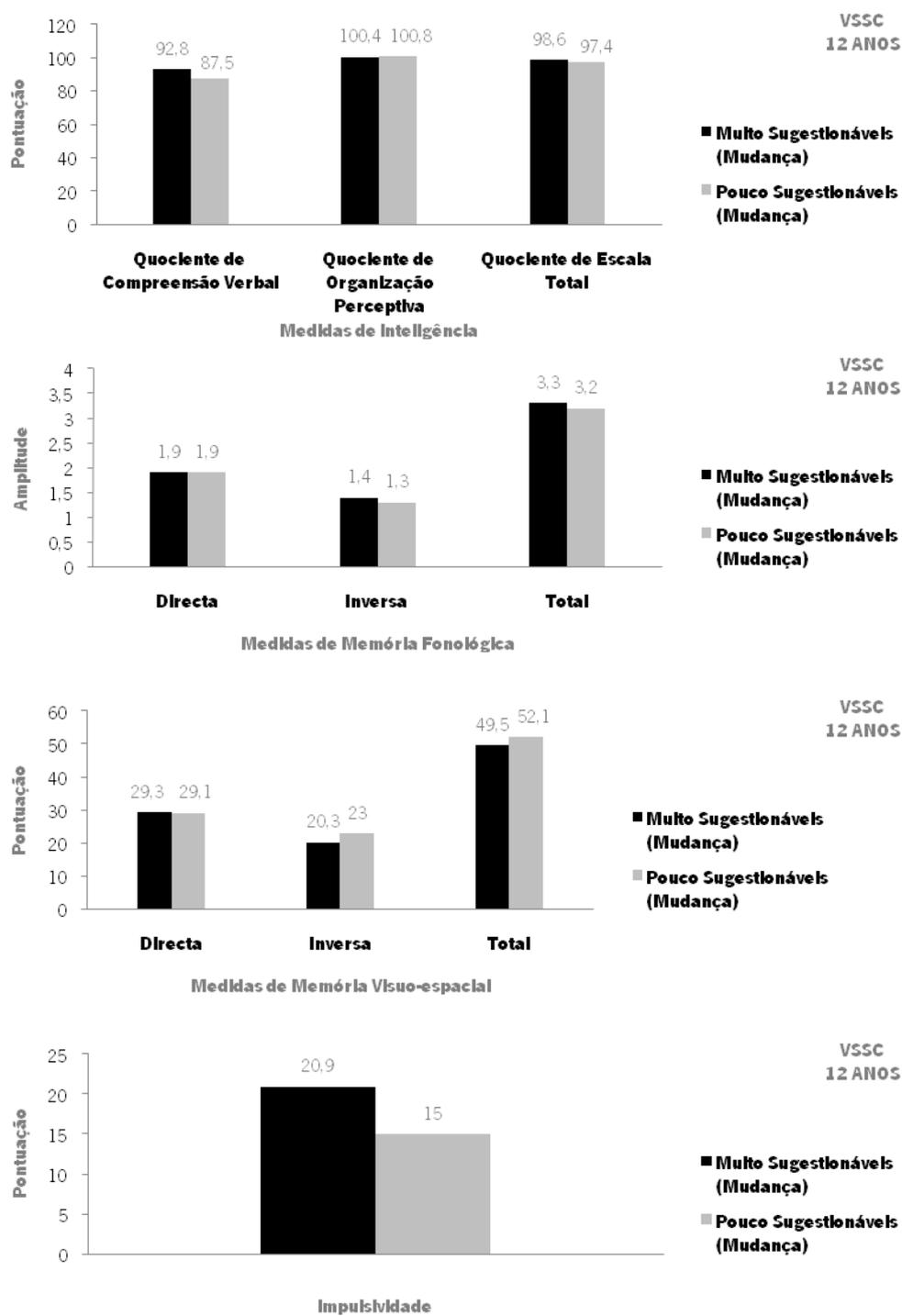
**Figura 12.** Desempenho do grupo de crianças mais novas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total)



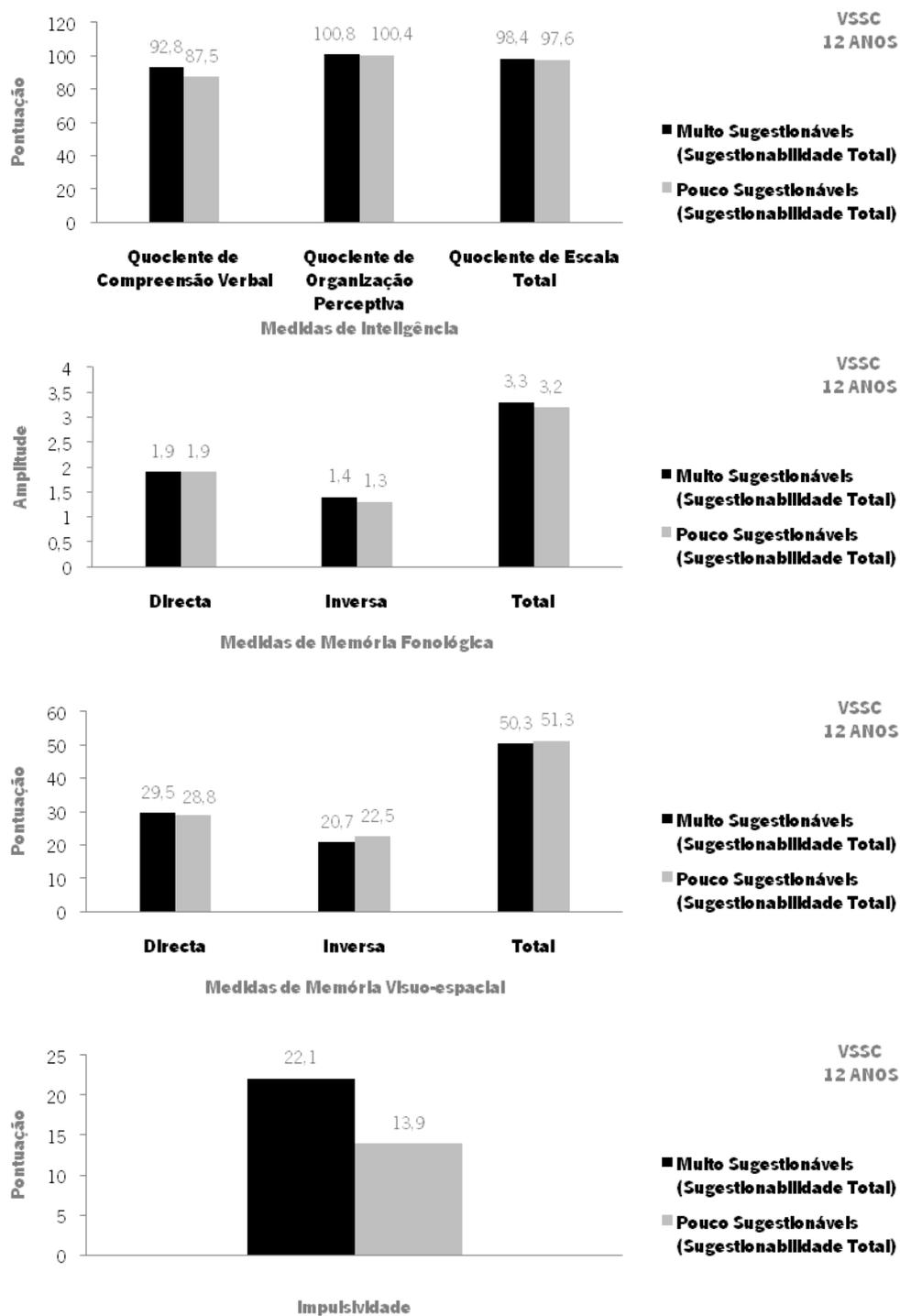
**Figura 13.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão 1)



**Figura 14.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (submissão 2)



**Figura 15.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (mudança)



**Figura 16.** Desempenho do grupo de crianças mais velhas (avaliadas pelas VSSC), nas medidas de avaliação cognitiva, em função do seu grau de sugestionabilidade (sugestionabilidade total)